



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

EDUARDO JAIME BATA

ENTRE ESTATAIS E TRANSNACIONAIS, "QUANTOS AIS": efeitos espaciais dos
Megaprojetos de mineração do carvão em Moatize, Moçambique

Goiânia
2018

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☐ Dissertação ☒ Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

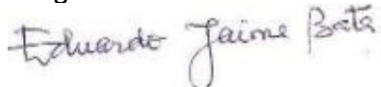
Nome completo do autor: Eduardo Jaime Bata

Título do trabalho: ENTRE ESTATAIS E TRANSNACIONAIS, "QUANTOS AIS": efeitos espaciais dos Megaprojetos de mineração do carvão em Moatize, Moçambique

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.



Assinatura do autor²

Ciente e de acordo:



Assinatura da orientadora²

Data: 14 / 05 /2018

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

EDUARDO JAIME BATA

ENTRE ESTATAIS E TRANSNACIONAIS, "QUANTOS AIS": efeitos espaciais dos
Megaprojetos de mineração do carvão em Moatize, Moçambique

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Natureza e Produção do Espaço

Linha de pesquisa: Dinâmica Socioespacial.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira

Goiânia

2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Bata, Eduardo Jaime

Entre estatais e transnacionais, quantos ais: [manuscrito] : efeitos
espaciais dos megaprojetos de mineração do carvão em Moatize,
Moçambique. / Eduardo Jaime Bata. - 2018.
565 f.

Orientador: Profa. Dra. Celene Cunha Monteiro Antunes
Barreira. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás,
Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-
Graduação em Geografia, Goiânia, 2018.

Bibliografia.

Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, gráfico, lista de
tabelas.

1. Moatize. 2. Efeitos espaciais. 3. Carvão mineral. 4.
Megaprojetos. 5. Mineração. I. Barreira, Celene Cunha Monteiro
Antunes, orient. II. Título.

CDU 911



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: NATUREZA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO DA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO DE
EDUARDO JAIME BATA**

Aos 23 dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito (2018), a partir das 14:00h, no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, teve lugar a sessão de julgamento da Tese de Doutorado de Eduardo Jaime Bata "ENTRE ESTATAIS E TRANSNACIONAIS, QUANTOS AIS: efeitos espaciais dos megaprojetos de mineração de carvão em Moatize, Moçambique". A Banca Examinadora foi composta, conforme Portaria n.º 36/2018 da Diretoria do IESA, pelos seguintes Professores Doutores: **Profa. Dra. Celene Cunha M. Antunes Barreira** (Presidente), **Prof. Dr. Ivanilton José de Oliveira** (membro titular interno), **Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro** (membro titular interno), **Prof. Dr. Dimas Moraes Peixinho** (membro titular externo) e **Prof. Dr. Vicente de Paulo da Silva** (membro titular externo). Os examinadores arguíram na ordem citada, tendo o candidato respondido satisfatoriamente. Às 18:30 horas a Banca Examinadora passou a julgamento, em sessão secreta, tendo o candidato obtido os seguintes resultados:

Profa. Dra. Celene Cunha M. Antunes Barreira (Presidente) – Ass. _____

Aprovado (☒) Reprovado ()

Prof. Dr. Ivanilton José de Oliveira – Ass. _____

Aprovado (☒) Reprovado ()

Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro – Ass. _____

Aprovado (☒) Reprovado ()

Prof. Dr. Dimas Moraes Peixinho – Ass. _____

Aprovado (☒) Reprovado ()

Prof. Dr. Vicente de Paulo da Silva – Ass. _____

Aprovado (☒) Reprovado ()

Resultado final: Aprovado (☒) Reprovado ()

Houve alteração no Título? Sim () Não (☒)

Em caso afirmativo, especifique o novo título: _____

Outras observações: _____

Reaberta a Sessão Pública, a Presidente da Banca Examinadora proclamou o resultado e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata, que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Secretaria..... Luana de Castro

Luana de Castro Amorim
Assistente em Administração
Instituto de Estudos Socioambientais

Aos meus irmãos,

Melita e Miguelito (*in memoriam*)

Rodolfo Bata, meu irmão "pai", de quem aprendi a aprender e, a partir dele, passei a compreender a importância da escola e do processo de aprendizagem, enquanto ação de autoconstrução, mesmo que isso tenha sido uma ação na qual o conflito sempre esteve presente;

Aos meus pais,

Jaime Bata (*in memoriam*), meu pai, meu herói.

Homem convicto e disposto a desafiar as limitações da vida no campo. Pai, a sua coragem transformou a nossa vida e a minha particularmente. Cheguei a este nível de formação que, certamente, é orgulho de todos nós, porque o senhor foi perseverante e "lançou-se" para as terras gazenses, mesmo contra a vontade de muitos, inclusive da minha mãe, sua esposa e, hoje, 35 anos depois, eis o fruto...

Helena Zefanias (*in memoriam*), minha mãe, minha guerreira.

Mulher camponesa mulher e carinhosa, que, durante toda a sua vida, com todas as forças e contra todos os infortúnios dos anos de guerra, de crise e das mais recentes cheias (2000), lutou para dar o básico para os seus filhos;

Mãe, a sua partida naquela fatídica manhã de 08 de novembro de 2016, enche-me de tristeza, pois isso abortou todos os meus planos futuros;

Aos amores da minha vida; conforto, cumplicidade e afago, sem os quais nada seria possível...

DEDICO!

AGRADECIMENTOS

O provérbio Ngoni *Kumanga mu di nkuvana*, ou seja, a solidariedade edifica a aldeia, permite-nos compreender a importância do trabalho coletivo, solidário e do diálogo permanente no processo de construção e organização das sociedades africanas pré-coloniais. Ele demonstra que a edificação da aldeia, estrutura básica do arranjo clânico nessas sociedades, é uma causa conjunta, da qual todos participam cada um a sua maneira, tal qual na pesquisa.

A pesquisa, corporificada nessa Tese, embora seja fruto de um processo de construção solitário, no sentido de que envolveu momentos de incertezas e de angústia, numa atmosfera que aglutina a razão e emoção, é igualmente solidária, visto que participou da sua construção uma infinidade de pessoas singular e coletivas. São essas pessoas que possibilitaram a edificação dessa "aldeia" que é minha, delas e, por isso, nossa...

Na verdade, a elaboração e finalização da Tese só foi possível graças ao trabalho conjunto e ao diálogo permanente com várias pessoas e instituições que estiveram lado a lado, auxiliando, criticando, elogiando e, sobretudo, direcionando-me, seja por meio de atos, palavras, ou a simples, mas decisiva presença.

Por isso, agradecer a todos é uma tarefa difícil, visto que o término do Doutorado é a materialização de um projeto de vida forjado durante muitos e longos anos, cujo início teve lugar há 28 anos no povoado de Beúla, Província de Inhambane. É impossível, sob pena de ser julgado, tentar reconhecer a todos os que, durante esse período de aproximadamente três décadas de vida acadêmica, social e profissional, auxiliaram e/ou formaram a minha visão do mundo e não me aventurarei a fazer isso...

De todo modo, cabe registrar os meus sinceros agradecimentos a todos, sem exceção, pela ajuda, carinho, atenção, pelas críticas, pelos louvores que decerto me ajudaram não só entender a vida, mas também a compreender que, no mundo, há duas verdades absolutamente opostas: o sucesso e o fracasso; de tal modo que qualquer escolha significa a negação de uma pela outra.

Na seara dessa aprendizagem, passei a compreender, com relativa nitidez, que não há sucesso sem sacrifício, assim como, não há nenhum empecilho que vença a vontade de se tornar vencedor. A partir desse entendimento, tomo por emprestado de Anselmo Ralph (cantor angolano) a música, *Muito obrigado*, que,

com certeza, exprime todo o meu reconhecimento e gratidão por essas lições de vida, ao longo desses vinte e oito anos de construção do meu ser...

Não há sucesso sem sacrifício
Na minha caminhada eu aprendi isso,
Mas com ajuda vai se mais além,
E que milhares podem mais que cem [...]
Devo-vos a todos vocês o meu sucesso, por isso é que eu vos digo
Muito obrigado, por toda a força que me dão, pois nada se consegue só,
Muito obrigado pelo carinho que me dão, pois nada se consegue só, nada se consegue só...
Eu não sei como vou retribuir-vos, pois vocês são a chave do meu sucesso, [...]
Muito obrigado, por toda a força que me dão, pois nada se consegue só,
Pois nada se consegue só, eu não consegui isso sozinho, nada se consegue só...
Eu não consegui isso sozinho, muito obrigado (a todos vocês eu agradeço) pelo carinho que me dão, pois nada se consegue só...
Obrigado pelo apoio desde o princípio, pelas mensagens construtivas, pelos elogios, pelas críticas construtivas,
Muito obrigado pelo carinho e pelos aplausos...;
Este sucesso é vosso é meu é nosso,
Muito obrigado de coração, a todos aqueles que me apóiam...

Ciente das limitações de natureza humana, gostaria de expressar a minha gratidão a algumas pessoas e/ou instituições que foram particularmente importantes, tanto na construção da Tese quanto ao longo da minha vida social que também é acadêmica e profissional.

A Deus todo poderoso, pelo sopro da vida, pela proteção e pelo conforto durante as longas e repetidas viagens, por muitos e tantos quilômetros pelo ar nos dois sentidos Moçambique-Brasil e vice-versa, em meio a um mundo em constante mutação e conflitualidade; um mundo sob a ameaça premente do terrorismo, o que gera um clima de medo e de insegurança na terra e no ar;

A toda minha família, sem exceção, sobretudo ao meu pai (meu mestre); a minha mãe (minha guerreira); aos meus irmãos (meus manos); meus sobrinhos (meus meninos); meus tios, primos e avôs (minhas origens), que tão cedo compreenderam os meus desafios e, acima de tudo, entenderam que a vida é feita de e, por escolhas e, a minha é esta;

A Prof^a. Dr^a. Celene C. M. Antunes Barreira ou, simplesmente, professora Celene, como sempre a chamei desde que a conheci, em fevereiro de 2014, antes mesmo de eu ser aluno do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais (PPGeo IESA). Na verdade, a interação entre mim e ela iniciou-se em setembro de 2013, período em que preparava a minha candidatura para o processo seletivo da CAPES/PEC-PG edital 062/2013.

Desde então, e com meu o ingresso ao programa, a professora Celene demonstrou ser uma mãe, sensível e complacente para com os seus orientandos. À

professora Celene, devo não só a orientação e os ensinamentos no "caminho das pedras" da construção da Tese, e, principalmente o exemplo de um bom profissional, mesclando o *labour* científico e senso de humor e humanismo, sobretudo.

Com ela, o meu *draft* de projeto de pesquisa com o qual disputei por uma vaga no processo seletivo conduzido pela CAPES, foi se modificando, tomando forma e rumo, as discussões entre nós, no grupo de estudos (Nurbe) e nas aulas, ajudaram, e muito, a repensar o que efetivamente queria estudar. Entre discussões, avanços e pausas, anseios e desafios, gradualmente, a professora Celene foi me mostrando os caminhos, a partir dos quais poderíamos alcançar os desígnios propostos na pesquisa.

Vale a pena lembrar algumas dicas ou orientações que muito me marcaram, principalmente nas vésperas do exame de qualificação: *Bata, eu acho que o trabalho deu uma virada...; Bata, escreva tudo, deixa fluir; faz o relato de campo, pois isso será com certeza o embrião de um capítulo*. E hoje, professora, mais do que mero embrião, suas palavras se tornaram uma semente que, com o tempo, foi crescendo; e eis o fruto...

Professora Celene, palavra nenhuma expressaria a minha gratidão pelo aprendizado; pelo presente (um *notebook* top de gama) e, sobretudo pela forma sábia, simples, porém metódica e comprometida de como orientou esse estudo, por isso mesmo, vai o meu muito obrigado por tudo e peço perdão pelos erros cometidos ao longo dos quatro anos da pesquisa;

A todos os professores do IESA, especialmente os que atuam no Programa de Pós-Graduação em Geografia, com os quais interagi direta ou indiretamente e, com certeza, com eles aprendi muito durante a minha estadia no IESA. De modo particular, gostaria de agradecer aos professores Drs. Ivanilton José de Oliveira e Marcelo Rodrigues Mendonça pelas correções, direcionamentos e orientações durante o exame de qualificação;

As professoras Dr^a. Maria Geralda de Almeida, Lana de Souza Cavalcanti e Karla Maria Silva de Faria pelas orientações e ensinamentos durante as aulas, na disciplina de Ambiente e Ocupação da Região do Cerrado e no decurso do estágio docência I e II;

Aos moçambicanos na diáspora, principalmente aos que se encontram na República Federativa do Brasil (*nossa trincheira*) que assim como eu, lutam (por meio de suas pesquisas) e sonham com um Moçambique socialmente mais justo;

Quero, de modo particular, agradecer a "turma" do MozGO, ou simplesmente, moçambicanos em Goiás que têm sido uma verdadeira extensão da minha família aqui. Assim sendo, agradeço: ao Vanito Frei (pelos debates e embates nas horas do café da manhã, almoço e jantar, sentados no soalho do Apartamento 402; nosso lar nos últimos três anos do Doutorado), ao Ernesto Macarigue; Óscar Namuholopa; Albino Massimaculo (a quem "devo", possivelmente, toda a minha carreira acadêmica após a graduação), Daniel Zacarias (pela ajuda na tabulação dos dados da pesquisa de campo), Elias Maxombe (quem cunhou o termo serviço - *our comfort and inspiration for the hard moments of life in Goiânia*); Eduardo Humbane; Zacarias Quiraque; José Batista (que integrou o grupo nos últimos meses da minha estadia em Goiânia) e a todos cujos nomes não foram mencionados, mas decisivos foram os seus aportes para que eu permanecesse firme nessa empreitada. Irmãos, muito obrigado pelo carinho, aprendizagem e por tudo...;

Ao Prof. Dr. Helsio de Azevedo (antigo aluno do IESA) que possibilitou os primeiros contatos com a professora Celene, na época em que pleiteava para conseguir a carta de aceitação ao programa, e pelo fato de a sua coragem de seguir do Mestrado para o Doutorado ter se transformado num "vírus" que foi passando de pessoa em pessoa até chegar a mim;

Ao Inácio Jossitala Júnior ou, simplesmente, *gentleman* como sempre o tratei, pelo apoio e acolhimento dado na segunda fase do trabalho de campo. *Cara*, muito obrigado pelo exemplo de amizade, de fraternidade e de convivência demonstradas. Agradeço, igualmente, pelos momentos de entretenimento e de conversa que tivemos, durante os dias que fiquei em seu Apartamento na cidade de Tete;

Aos membros do Nurbe e aos demais colegas do CIPGeo, especialmente ao Ivonaldo Ferreira Duarte que, desde o principio, demonstrou ser benevolente e sempre disposto a ajudar. *Cara*, muito obrigado pelas leituras, dicas e, claro, pelas conversas proveitosas que tivemos;

A coordenação do PPGeo, pelo apoio, desde a altura que ingressei. Quero, de modo especial, agradecer ao Yuji Anoura (o senhor dos meticais) e a Luana de Castro pela ajuda, colaboração e esclarecimentos durante os quatros anos do doutoramento, sobretudo nos momentos mais cruciais.

Ao Corrêa da Cruz Langa (o cara bacana); a Zita; a avó Flora e a todos pelo acolhimento e carinho durante a minha estadia em Maputo. Os momentos bons que passei do vosso lado são o testemunho de que vocês são, definitivamente, meus irmãos, gestados em outro ventre;

Quero, de modo particular, agradecer ao Governo do Brasil, por meio do Conselho de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e do seu Programa de Estudantes Convênio-Pós-Graduação e a Universidade Federal de Goiás, por meio do IESA, por ter me concedido a oportunidade de me qualificar e aprimorar os meus conhecimentos;

Ao Governo de Moçambique por meio do Ministério da Ciência Tecnologia Ensino Superior e Técnico Profissional (MCTESTP) e Fundo Nacional de Investigação (FNI) que suportou, financeiramente, parte dos custos do trabalho de campo;

Os meus agradecimentos são extensivos ao Mestre Alexandre Albino, ou simplesmente, Master Alex, antigo chefe de Departamento de Ciências da Terra e Ambiente que sempre se mostrou benévolo pra com os colegas;

Ao Tomás Benjamin Machil pela amizade, desde o período em que inicie a minha carreira na UPN, como monitor;

Ao Samuel Amone Manganhe, por me acolher em sua residência durante a graduação, período em que as dificuldades financeiras quase traçaram um destino oposto a este;

E por fim, e não menos importante; agradeço a todos cujos nomes não foram mencionados, mas que, indelevelmente, estão gravados na minha memória. A bíblia diz em Mateus: 25-31, *eu era estrangeiro e me recebeste em casa*. De fato, ser estrangeiro encerra uma contradição em si, porque implica se desprender dos "seus" e conquistar novas pessoas. E isso foi possível graças à colaboração de todos vocês, por isso digo

Ndatenda!

(Expressão em *Nyungwe*. É o mesmo que dizer Obrigado)

RESUMO

BATA, Eduardo Jaime. **Entre estatais e transnacionais, "quantos ais":** efeitos espaciais dos megaprojetos de mineração do carvão em Moatize, Moçambique. 2018. 565f. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia (GO), 2018.

Em Moatize, a extração do carvão mineral é uma atividade antiga, que remonta ao início do século XIX. Seu desenvolvimento ocorreu concomitante à consolidação de Moatize, como principal foco da mineração do carvão em Moçambique. De fato, a bacia carbonífera de Moatize é objeto de pesquisa e exploração mineral, desde o período da ocupação efetiva colonial. Com a independência e o processo de edificação do Estado, principalmente, a partir da década de 1990, a mineração passa a constituir um dos setores chave para o desenvolvimento do país; daí que foram criadas todas as condições para o seu fortalecimento. A nova fase da extração do carvão mineral, processo que acompanhou as mudanças em curso em nível mundial, sobretudo, desde a década de 1970, tem repercussão sobre a estrutura espacial (social), visto que a inserção do capital implicou arranjos de toda a ordem. Em Moatize, a implantação dos megaprojetos demandou a refuncionalização do espaço para atender as demandas produtivas do capital, processo que culminou com o deslocamento compulsório da população. Nesse contexto, a pesquisa buscou compreender os efeitos espaciais dos megaprojetos de extração do carvão mineral em Moatize, a partir de suas contradições, no que tange às formas de organização espacial, com vista a atender suas necessidades produtivas. A tese defendida é de que há uma nova estratégia geopolítica que busca deslocar a produção, até então, concentrada na Europa para novos territórios, ricos em bens naturais, com incentivos fiscais, com fraca legislação ambiental, trabalhista e sobre os direitos humanos. Tal processo se fortalece com a reestruturação produtiva do capital e é caracterizado pela atuação das grandes corporações transnacionais. Internamente, o processo conta com a atuação do Estado, criando as condições (legais, institucionais e ideológicas) para conferir racionalidade e visibilidade aos megaprojetos. Assim, considerando o espaço como um sistema de sistemas e o materialismo histórico e dialético, como método de pesquisa e de interpretação dos fenômenos; a pesquisa qualitativa, o levantamento de dados secundários, bem como a pesquisa de campo, possibilitou a compreensão dos arranjos em curso em Moatize, assim como dos seus efeitos sobre a estrutura espacial. Com a implantação dos megaprojetos em Moatize, além da pressão sobre as instituições do Estado que passaram a organizar-se, em função desses, houve, também, a degradação ambiental e, sobretudo, a desestruturação social - fruto do deslocamento compulsório e da destruição dos meios de subsistência. Desse modo, o cerceamento de bens coletivos, as dificuldades de acesso regular aos alimentos nos reassentamentos, principalmente, em Mwaladzi, a falta de terra propícia para a produção, a falta de trabalho, bem como o aumento morbidade e da mortalidade, são aspectos que conduzem ao empobrecimento dos reassentados e exacerbam os conflitos socioambientais. Paralelamente, a inserção dos megaprojetos gerou insignificantes vantagens para as comunidades locais; porém, criou e/ou fortaleceu uma pequena burguesia ligada ao poder político nacional - os parceiros do capital.

Palavras - chave: Moatize. Efeitos espaciais. Carvão mineral. Reassentamentos. Megaprojetos. Mineração.

ABSTRACT

BATA, Eduardo Jaime. **Between transnational and State-owned enterprises, "how many ouchies"**: spatial effects of Megaprojects coal mining in Moatize, Mozambique. 2018. 565 p. Thesis (PhD in Geography), Postgraduate Program in Geography, Socio- environmental Studies Institute, Federal University of Goiás, Goiânia, 2018.

In Moatize, extraction of coal is an ancient activity, dating back to the early 19th century. Its development occurred concomitant consolidation of Moatize, primarily focus on coal mining in Mozambique. In fact, the coal basin of Moatize is the subject of research and mineral exploration, since the period of effective occupation. With independence and the process of building the State, mostly from the early 1990, the mining goes on to be one of the key sectors for the development of the country; Hence, all the conditions have been created for its growth. The new phase of coal extraction process that accompanied the changes underway in the world, especially since the 1970, have repercussions on the social structure, since the insertion of the capital involved arrangements of all kinds. In Moatize, the implementation of megaprojects demanded the space *refunctionalization* to meet the demands of the productive capital, a process that culminated with the compulsory displacement of the population. In this context, the research sought to understand the spatial effects of megaprojects of coal extraction in Moatize, from its contradictions, regarding the forms of spatial organization, in order to meet its needs. The proposition of this thesis is that there is a new geopolitical strategy that seeks to shift production, concentrated in Europe to New Territories, rich in natural goods, with tax incentives, weak labor and environmental legislation on the rights humans. This process strengthens the productive restructuring of capital and is characterized by the performance of large transnational corporations. Internally, this process relies on the actions of the State, creating the (legal, institutional and ideological) conditions to check rationality and visibility to megaprojects. So, considering the space as a system of systems and dialectical and historical materialism, as a method of research and interpretation of the phenomena; the qualitative research, secondary data collection, as well as field research, enabled the understanding of current arrangements in Moatize, as well as its effects on the spatial structure. With the implementation of megaprojects in Moatize, in addition to the pressure on State institutions to organize themselves, on the basis of these, there were also environmental degradation and, especially, the social disorganization – as a result of compulsory displacement and destruction of livelihoods. Thereby, the curtailment of collective goods, the difficulties of regular access to food in the resettlement, particularly, in Mwaladzi, the lack of land for production, lack of work, as well as the increased morbidity and mortality, are aspects that lead to the impoverishment of the resettled and exacerbate socio-environmental conflicts. In the meantime, the integration of megaprojects generated insignificant advantages for the local communities; However, this integration created and/or strengthened a small bourgeoisie connected to national political power – the capital partners.

Keywords: Moatize. Spatial effects. Mineral coal. Resettlement. Megaprojects. Mining.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese das características das sociedades africanas pré - colonial	54
Quadro 2 - Síntese das características do período dos Entrepósitos comerciais	66
Quadro 3 - Principais Companhias majestáticas em Moçambique no período colonial	79
Quadro 4 - Principais deliberações nos Congressos da Frelimo até 1991	103
Quadro 5 - Principais empresas mineiras na Província de Tete, com destaque para Moatize, outubro 2016	385
Quadro 6-Resumo dos principais riscos de empobrecimento das comunidades reassentadas em Moatize, Moçambique	437
Quadro 7 - Perguntas e respostas da DCSM ao questionário da pesquisa, Moatize,	457
Quadro 8- Número de trabalhadores do projeto da Vale em Moatize, comparando	494

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Parte do mapa da África pré-colonial mostrando o sentido da expansão Bantu e a área abrangida	48
Figura 2 - Ocupação do litoral do continente africano pelos países europeus, antes da Conferência de Berlim	59
Figura 3 - Traçado do Projeto Mapa cor de rosa, atravessando os atuais territórios da Zâmbia e do Zimbabwe, ex- possessões britânicas	72
Figura 4 - Logística ferroviária para o escoamento do carvão mineral de Moatize	338
Figura 5 - Cadastro mineiro de Moçambique por tipo de concessão mineira, destacando a Província de Tete e Maputo	360
Figura 6 - Esboço da localização das concessões mineiras da Rio Tinto em Moatize, destacando o status de cada uma delas em 2012	366
Figura 7 - Traçado da área de concessão da Riversdale Moçambique Limitada em 2009 e o novo trecho ferroviário	369

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 - Vista parcial do Jardim das Memórias, local de partida dos escravos no período colonial, Ilha de Moçambique	64
Foto 2 - Igreja de São José - Missão de Boroma (Distrito de Changara, Tete), símbolo da presença cristã portuguesa no interior de Moçambique	65
Foto 3 - Ponte sobre o Rio Moatize na época seca, outubro de 2016	158
Foto 4 - Jovens no leito seco do Rio Moatize; extraem areia para vender, outubro de 2016	159
Foto 5 - Vista lateral da Ponte Kassuende que estabelece a ligação entre o Distrito de Moatize e o Município de Tete	166
Foto 6 - Vista parcial do terminal marítimo do carvão mineral em Nacala- a- Velha, Província de Nampula, Moçambique	285
Foto 7 - Alguns trabalhadores das minas em Moatize no período da CARBOMOC	331
Foto 8 - Vista parcial de uma das ruas do reassentamento 25 de setembro, ao fundo parte das casas fornecidas aos reassentados	408
Foto 9 - Rachaduras nas paredes de uma das casas dos moradores reassentados no bairro 25 de setembro	412
Foto 10 - Placa de cimento (A) que indica a distância entre Cateme e Moatize e, sinal vertical (B) que indica uma passagem de nível com circulação de trens em Cateme	414
Foto 11 - Tipo de moradia fornecida aos reassentados em Cateme, no meio a casa principal, à esquerda a cozinha e ao fundo o banheiro	416

Foto 12 - Parte das infraestruturas construídas no reassentamento de Mwaladzi	420
Foto 13 - Tipo de moradia fornecida à população reassentada em Mwaladzi, Moatize	423
Foto 14 - Tipo de terras fornecidas aos reassentados em Mwaladzi	428
Foto 15 - Mapa da comunidade de Capanga antes do reassentamento, Moatize	437
Foto 16 - Vista traseira do caminhão carregado de carvão mineral de Chirodzi para Moatize, outubro 2015	444
Foto 17 - Terminal de carvão de Moatize; ao fundo as residências da população do bairro da Liberdade, outubro 2015	445
Foto 18 - Caminhão da transportadora Lalgy no interior do Terminal de carvão em Moatize, ao fundo o carvão estocado, outubro 2015	448
Foto 19 - Interior de uma residência adjacente ao Terminal de carvão; à direita o relógio de energia (Credelec) e ao fundo a fiação elétrica e as paredes com sinais de carvão	452
Foto 20 - Algumas residências adjacentes ao Terminal de carvão; ao fundo é notável a presença de poeiras nas paredes e o solo em a tonalidade escura, outubro 2016	453
Foto 21- Algumas residências adjacentes à mina de Moatize II, bairro de Bagamoyo, ao fundo é notável a cerca que separa a área de mineração e residencial, outubro 2016	469
Foto 22- Tipo de moradia para trabalhadores estrangeiros dos projetos da Vale Moçambique	496
Foto 23 - Condomínio para alguns trabalhadores moçambicanos, equipado com aparelhos de ar condicionado, outubro 2016	496
Foto 24 - Bloqueio da ferrovia que transporta o carvão mineral; Cateme, janeiro 2012	511
Foto 25 - Manifestação protagonizada pela população de Chirodzi contra a mineradora Jindal África, maio 2016	513

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Divisão administrativa de Moçambique	74
Mapa 2- Áreas de atuação das Companhias concessionárias em Moçambique no período da ocupação efetiva	78
Mapa 3- Localização do Distrito de Moatize, Província de Tete - Moçambique	151
Mapa 4- Geologia do Distrito de Moatize, destacando os Postos administrativos e a localização das minas de carvão mineral	154
Mapa 5- Rede hidrográfica do Distrito de Moatize	157
Mapa 6- Grandes empreendimentos minerais em Moçambique	289
Mapa 7- Atividades da Vale S. A. no mercado internacional em 2007	351
Mapa 8- Espacialização da ocorrência de doenças em adultos por tipo em Moatize no período entre abril e outubro de 2016	463
Mapa 9- Espacialização da ocorrência de doenças em crianças por tipo em Moatize, no período entre abril e outubro de 2016	464

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil sócio demográfico da Província de Tete e do Distrito de Moatize, destacando o tipo de AFs segundo o Censo, 2007	161
Tabela 2 - Reservas comprovadas de carvão mineral na África Subsaariana até 2008	268
Tabela 3 - Resumo da produção da Vale no 1T17 e 2T17 comparando a variação (%) da produção entre 2T17 e 2T16	347
Tabela 4 - Número de trabalhadores em algumas empresas do setor extrativo mineral em Moçambique, incluindo o setor de hidrocarbonetos, 2012	487

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Fluxo do IDE para Moçambique (milhões de US\$) no período entre 2002 e 2014	243
Gráfico 2- Total de investimentos no setor da mineração (em milhões de US\$) entre 2004 e 2011, Moçambique	254
Gráfico 3- Consumo mundial do carvão mineral (em quadrilhões de Btu) por Regiões entre 1980 e 2014	270
Gráfico 4- Comércio mundial do carvão mineral (em milhões de toneladas) por tipo entre 1995 e 2014	272
Gráfico 5- Satisfação com os critérios usados pela Vale Moçambique para a separação das famílias reassentadas em Moatize	401
Gráfico 6- Opinião dos moradores sobre a realização ou não da consulta pública antes do reassentamento em Moatize	402
Gráfico 7- Principais atividades da população antes do reassentamento em Moatize	430
Gráfico 8- Percepção dos moradores em relação à melhoria da vida com a chegada dos megaprojetos no Distrito de Moatize	433
Gráfico 9- Percepção dos moradores reassentados sobre os elementos simbólicos que mais lembra a sua antiga aldeia, Moatize	436

LISTA DE ACRÔNIMOS, ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
AF	Agregados Familiares
AIA	Avaliação do Impacto Ambiental
AID	Área de Influência Direta
ANC	Congresso Nacional Africano
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
BCM	Banco Comercial de Moçambique
BHS	Brazilian Hematite Syndicate
BM	Banco Mundial
BM	Banco de Moçambique
BNDS	Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BO	Boletim Oficial
BRICs	Brasil Rússia Índia China e África do Sul
BV	Bolsa de Valores
° C	Graus centígrados
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior
CARBOMOC	Companhia Carbonífera de Moçambique
CBRC	China Bridge and Road Corporation
CCM	Companhia Carbonífera de Moçambique
CCT	Coal Clean Technologies
CDB	Convenção sobre a Diversidade Biológica
CEFVM	Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas
CETESB	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
CFM	Caminhos de Ferro de Moçambique
CHICO	China Henan International Cooperation Group
CHPP	Handling and Preparation Plant
CIL	Coal India Limited
CIP	Centro de Integridade Pública
CLN	Corredor Logístico do Norte
CMVM	Conselho Municipal da Vila de Moatize
CNP	Comissão Nacional de Plano
CNT	Cadastro Nacional de Terras
COBRAPI	Companhia Brasileira de Projetos Industriais
COMECON	Conselho para Assistência Econômica Mútua
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPI	Centro de Promoção de Investimentos
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPRM	Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais
CR	Constituição da República
CRVD	Companhia Vale do Rio Doce
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CW	Consenso de Washington

d. C	depois de Cristo/nossa Era
DDM	Discurso do Desenvolvimento Minerador
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
DNG	Direção Nacional de Geologia
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
DRIT	Divisão Regional e Internacional do Trabalho
DSA	Dimensão Social do Ajustamento
DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento da Terra
ECA	Economic Commission for Africa
EDM	Eletricidade de Moçambique
EIA	Estudo do Impacto Ambiental
EM	Empresas Multinacionais
EN	Estrada Nacional
ENH	Companhia Nacional de Hidrocarbonetos
EPI	Equipamentos de Proteção Individual
ETN	Empresas Transnacionais
FFM	Fundo de Fomento Mineiro
FMI	Fundo Monetário Internacional
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
FSE	Formações Sócio Espacial
GAPVU	Gabinete de Apoio aos Grupos Vulneráveis
GM	General Motors
GPI	Grandes Projetos de Investimentos
GPIE	Gabinete de Promoção do Investimento Estrangeiro
GSECHI	Gabinete do Secretário de Estado do Carvão e Hidrocarbonetos
IAF	Inquérito dos Agregados Familiares
ICVL	International Coal Venture Limited
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
IEA	International Energy Agency
IEO	International Energy Outlook
IESA	Instituto de Estudos Socioambientais
IESE	Instituto de Estudos Sociais e Econômicos
IFC	Internacional Finance Corporation
IFI	Instituições Financeiras Internacionais
INE	Instituto Nacional de Estatística
INM	Instituto Nacional de Minas
IRPC	Imposto de Rendimento de Pessoas Coletivas
ITACO	Itabira International Corporation
ITIE	Iniciativa para a Transparência na Indústria Extrativa
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
JA	Justiça Ambiental
JnT	Justiça nos Trilhos
JSPL	Jindal Steel and Power
km	Quilômetros
km ²	Quilometro quadrado

MAE	Ministério da Administração Estatal
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MIREM	Ministério dos Recursos Minerais e Energias
MISAU	Ministério da Saúde
MTS	Mulheres Trabalhadoras do Sexo
NTPC	Steel Authority of India e National Thermal Power Corporation
OCDE	Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico
OGE	Orçamento Geral do Estado
OJM	Organização da Juventude Moçambicana
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMM	Organização da Mulher Moçambicana
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organizações Não Governamentais
OTM	Organização dos Trabalhadores Moçambicanos
OUA	Organização da Unidade Africana
PAE	Programa de Ajuste Estrutural
PAES	Programa de Ajustamento Económico e Social
PAM	Posto Administrativo de Matundo
PAR	Plano de Ação para o Reassentamento
PDV	Programa de Demissão Voluntária
PEC	Plano Estatal Central
PEC- PG	Programa de Estudante Convênio de Pós - Graduação
PES	Plano Económico e Social
PFP	Policy Framework Paper
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PND	Plano Nacional de Desestatização
PPGeo	Programa de Pós - Graduação em Geografia
PPI	Plano Prospectivo Indicativo
PRE	Programa de Reabilitação Económica
PTS	Partículas Totais em Suspensão
RDA	República Democrática Alemã
RDH	Relatório do Desenvolvimento Humano
RDMZ	Rio Doce Moçambique
RENAMO	Resistência Nacional de Moçambique
RINL	Rashtriya Ispat Nigam Limited
RLB	Rhodesian Labour Board
RML	Riversdale Moçambique Limitada
RNLA	Rand Native Labour Association
ROCT	Regulamento de Ocupação e Comércio de Terrenos
ROTPU	Regulamento de Ocupação de Terrenos nas Províncias Ultramarinas
RPC	República Popular da China
RSC	Responsabilidade Social Corporativa
RTCA	Rio Tinto Coal Austrália
RTCM	Rio Tinto Coal Moçambique
SADCC	South Africa Development Conference Coordination

SAIL	Steel Authority of India Limited
SDCN	Sociedade de Desenvolvimento do Corredor do Norte
SIPA	School of International and Public Affairs
SMGZ	Société Minière et Géologique du Zambezi
SNE	Sistema Nacional de Educação
SWAPO	Organização do povo do Sudeste Africano
TA	Autoridade Tributária
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TIA	Tribunal Internacional de Arbitragem
TMD	Teoria Marxista da Dependência
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFU	Universidade Federal da Uberlândia
UNAC	União Nacional dos Camponeses
UnB	Universidade de Brasília
UNCTDA	Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UPN	Universidade Pedagógica de Nampula
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	United State of America Aid for Development
USP	Universidade de São Paulo
WCA	World Coal Association
WEC	World Energy Council
WENELA	Witwaatersrand Native Labour Association
ZANU- PF	Zimbabwe African National Union - Patriotic Front
ZCIT	Zona de Convergência Intertropical
ZEE	Zona Econômica Especial
ZFI	Zonas Francas Industriais
ZRD	Zonas de Rápido Desenvolvimento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	22
PARTE 1 AS ORIGENS DE UM PROCESSO	40
1 MINERAÇÃO E FORMAÇÃO TERRITORIAL DE MOÇAMBIQUE: duas faces do mesmo processo histórico	41
1.1 DO ANTIGO IMPÉRIO AO ESTADO - NAÇÃO: etapas da formação territorial de Moçambique	43
1.1.1 Os Entrepostos Comerciais	55
1.1.2 A Colônia de Moçambique	67
1.1.3 As plantações da Rodésia do Sul: a inserção de Tete na economia colonial- capitalista	81
1.1.4 Desintegrar para Inserir: a incorporação do Sul de Moçambique na economia capitalista sul - africana	85
1.1.5 O Reforço Colonial e as Estratégias de (Re) Existências À Dominação Colonial: seus efeitos na formação territorial de Moçambique	92
1.2 REESTRUTURAÇÃO POLÍTICO-ECONÔMICA E SOCIAL APÓS A INDEPENDÊNCIA: ações do Estado em busca de um paradigma	101
1.2.1 A Tentativa de Construção do Socialismo	106
1.2.2 O "Esplendor" e a Crise do Socialismo: um sonho abortado	113
1.2.3 A Virada para o Ocidente e o Programa de Ajuste Estrutural (PAE)	117
1.2.3.1 <i>Reconstruindo o contexto da inserção do PAE</i>	117
1.2.3.2 <i>O programa de reabilitação econômica</i>	120
1.2.3.3 <i>O programa de reabilitação econômica e social</i>	124
PARTE 2 DELINEANDO A PESQUISA	127
1 RAZÃO E ORDEM DE UMA ESCOLHA: os aspectos metodológicos da pesquisa	128
1.1 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL (RPC): "integrando" os territórios do além	130
1.1.1 As Engrenagens de um Processo	130
1.2 ESTADO DA ARTE DA MINERAÇÃO EM MOATIZE: de onde partimos	138
1.3 ENTRE ESCAVADEIRAS E EMPILHADEIRAS: Moatize na forja do capital	149
1.3.1 A Formação Territorial de Moatize: a guisa de um processo	149

1.3.1.1 Traços sócio-demográficos de Moatize: uma estrutura em processo de (des) estruturação?-----	159
1.4 OS CAMINHOS PERCORRIDOS NA INVESTIGAÇÃO: o ensejo de uma escolha-----	167
1.4.1 A Pesquisa Qualitativa na Geografia: caminho para interpretar as transformações em curso no Distrito de Moatize?-----	182
1.4.2 Trabalho de Campo: o pesquisador, o objeto e os sujeitos sociais em interação-----	190
1.5 ENTRE EFEITOS E CONSEQUÊNCIAS: diferenças conceituais ou opção do pesquisador?-----	198
1.6 MULTINACIONAIS E TRANSNACIONAIS: aspectos conceituais, decifrar para avançar...-----	202
PARTE 3 ALIANÇA ENTRE O ESTADO E O CAPITAL -----	213
1 REFORMAS POLÍTICAS E ORGANIZACIONAIS EM MOÇAMBIQUE: os arranjos institucionais e a construção de um <i>Estado máximo</i> para o capital -----	214
1.1 A LEGISLAÇÃO SOBRE A "TERRA": mudar a norma para garantir o controle -----	216
1.1.1 Lei n. 6/79 -----	216
1.1.2 Da Lei n. 6/79 À Lei n.19/97: avanços e permanências -----	225
1.2 A LEGISLAÇÃO SOBRE O INVESTIMENTO ECONÔMICO: as garantias do Estado ao Investimento Direto Estrangeiro -----	236
1.2.1 Da Lei n. 4/84 À Lei n.18/93-----	236
1.3 A LEGISLAÇÃO DE MINAS: entre benefícios e (des) envolvimento das comunidades locais -----	247
1.3.1 Do Decreto n. 20/1906 À Lei n. 2/86-----	247
1.3.2 Da Lei n.14/2002 À Lei n. 20/2014: a crítica em pauta-----	250
1.4 CARVÃO MINERAL, MEGAPROJETOS E GEOPOLÍTICA ENERGÉTICA -	262
1.4.1 O Carvão Mineral-----	262
1.4.2 Megaprojetos ou Grandes Projetos de Investimentos? Apontamentos necessários-----	276
1.5 COOPERAÇÃO SUL - SUL: uma nova política externa para África? -----	291
PARTE 4 MEIOS E FORMAS DE VIDA QUEBRADAS -----	315
1 TANTAS COMPANHIAS, UM SÓ MINÉRIO: no veio o carvão mineral; nas veias, a lista do conflito em Moatize -----	316
1.1 NEM TUDO QUE BRILHA É OURO: as origens da Vale S.A. -----	316
1.2 RUMO À ÁFRICA: o carvão mineral de Moatize na órbita da Vale S.A. -----	328
1.3 LUCRO À CUSTA DE VIOLAÇÕES: somos uma Vale de todos?-----	348

1.4 NO RASTRO DA VALE: tantas Companhias na rota do carvão mineral de Moatize -----	357
1.4.1 International Coal Venture Limited (ICVL)-----	364
2 EFEITOS ESPACIAIS DA EXPLORAÇÃO DO CARVÃO MINERAL EM MOATIZE: o desenraizamento e a desestruturação social das comunidades -----	388
2.1 TUDO COMEÇOU ASSIM: contatos iniciais e o reassentamento; um processo excludente?-----	391
2.1.1 O Bairro 25 de Setembro-----	406
2.1.2 Cateme-----	413
2.1.3 Mwaladzi: o reassentamento modelo que virou pesadelo-----	419
2.2 O ÔNUS DO REASSENTAMENTO: desenvolvimento! Quanto custa?-----	429
2.3 CARVÃO MINERAL E SAÚDE: o lucro ou as pessoas?-----	440
2.3.1 O Terminal de Carvão de Moatize-----	442
2.3. 2 Toda Gente Sabe Dizer Que o Carvão Mata: está ver né? Da maneira como esta vir àquela poeira ali... -----	458
2. 4 VEIOS DE VIDA, VEIAS NAS MINAS: o diário de um operador de máquina na Vale Moçambique-----	478
2.5 O SENHOR TEM QUE ME DIZER! QUAIS SÃO OS MEUS DIREITOS: a construção das (Re) Existências nas comunidades reassentadas-----	505
PARTE 5 É HORA DE RECOMEÇAR-----	515
1 "A MINHA CASA ERA DE PALHA, MAS VIVIA BEM": notas para o prolongamento do debate -----	516
REFERÊNCIAS -----	528

1 INTRODUÇÃO

A construção da chamada nação moçambicana é um processo, relativamente recente, cujas bases invocam o primeiro planejamento e a divisão administrativa da, até então, colônia de Moçambique, realizados em 1942. Seu ponto de partida foi, sem dúvidas, a formação do governo de transição, fruto do acordo alcançado entre a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)³ e a administração colonial portuguesa em 1974. Com a independência, em 1975, esse projeto ganhou forma e *alma*; várias ações foram desencadeadas visando, em primeiro lugar, devolver a dignidade ao povo moçambicano. E a "restituição" da terra foi uma das etapas fundamentais no processo da edificação da nação moçambicana.

Sendo a edificação da nação uma ação em curso, *pari passu* a construção da identidade coletiva ou da *moçambicanidade*; ela foi e continua sendo moldada e/ou influenciada, tanto por fatores internos, como por fatores externos de ordem regional, internacional e mundial. No contexto internacional, por exemplo, o início da construção da nação moçambicana pode ser considerado um evento "tardio", tendo em conta que ela começa num período em que quase a totalidade (salvo algumas exceções) dos países africanos já tinha conquistado suas independências.

No âmbito global, tal processo se inicia um ano após o primeiro choque petrolífero que viria a determinar mudanças de vulto no sistema econômico e político em nível mundial, cujos desdobramentos determinaram as "opções" econômico políticas adotados por Moçambique. Mas é preciso notar que a crise "inaugurada" com o aumento dos preços do barril do petróleo, em 1973, é a continuidade de ações mais amplas de reestruturação capitalista iniciadas com a desvinculação do dólar ao padrão ouro e prosseguidas até a revolução iraniana, seguido do segundo choque petrolífero em 1979. Ou melhor, esses eventos anunciam o fim dos trinta anos gloriosos do capitalismo, denominados por Chesnais (1996), de período fordista ou idade de ouro.

Portanto, era o início da época de transformação, tanto no Ocidente, como no Oriente; o *nascimento* da China (1978) e da Índia (1980) que, de "pequenos" países

³ FRELIMO é o acrônimo que significa Frente de Libertação de Moçambique. Ela foi fundada a 25 de junho de 1962 em Dar-es-Salaam, a partir da fusão de três movimentos: a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), a União Nacional Africano de Moçambique Independente (UNAMI) e a União Nacional Africana de Moçambique (MANU). Foi a Frelimo quem organizou e comandou a luta de libertação nacional contra o regime colonial que culminou com a independência de Moçambique.

pobres e incrustados no Oriente, passaram a grandes *players* e *drives* que, atualmente, disputam as regras do jogo e reclamam um lugar no pódio na (des) ordem multipolar em construção (RACHMAN, 2011; LECHINI, 2013).

De fato, enquanto no Oriente ecoavam frases como *Nenhum poder na Terra pode impedir uma ideia quando for chegada a hora*, ou então, *é glorioso enriquecer*; no Ocidente, por sua vez, recolocavam-se as mesmas frases, mas em termos mais ousados e explícitos, tais como, *Não é possível resistir ao mercado*, ou então, *na atual crise, o governo não é a solução para nossos problemas, o governo é problema*⁴. Numa só palavra, essas frases e *linguajares* sintetizam o começo de uma nova etapa da expansão e acumulação capitalista, que representa, também, o desmantelamento das conquistas sociais e trabalhista, até então, conseguidas graças às lutas travadas pela classe trabalhadora organizada.

Nesse sentido, a guerra declarada contra os sindicatos, a destruição do Estado social, a instituição de outros meios de controle e de apropriação do trabalho alheio, o advento do toyotismo, *pai* da terceirização, da precarização do trabalho e da vida do detentor da força de trabalho, são algumas estratégias adotadas para abocanhar as conquistas sociais e, uma vez mais, restaurar a ordem no processo de acumulação de capital. É como disse Chesnais (1996, p.17) que

Para a classe operária e as massas trabalhadoras, o que o capital tende a restaurar é o regime do tacho de ferro. A ascensão do capital financeiro foi seguida pelo ressurgimento de formas agressivas e brutais de procurar aumentar a produtividade do trabalho. Todas as virtudes atribuídas ao toyotismo estão dirigidas a obter a máxima intensidade do trabalho e o máximo rendimento da mão de obra totalmente flexível, à qual se volta a contestar, cada vez mais, o direito de organização sindical.

Na verdade, falar do desmantelamento das conquistas sociais equivale dizer que, sob a alçada do capital, a estrutura societal passa a ser subordinada à valorização contínua deste. A partir deste raciocínio, concorda-se com Kurz (2015, p.54), quando diz que na modernidade

A estrutura social é determinada pela tentativa de subordinar todas as pessoas à valorização do capital (seja nas formas de capitalismo concorrencial ou nas do capitalismo de Estado). A lógica do capital consiste em produzir riqueza abstrata, por meio da utilização da força de trabalho humana, em fazer de um dólar (ouro ou real) dois, num processo infinito de valorização como um fim em si. É essa lógica que institui um sistema universal de dominação social.

⁴ Palavras de Manmohan Singh, ministro da Fazenda da Índia; Margaret Thatcher, primeira ministra britânica e Ronald Reagan, presidente dos Estados Unidos da América.

Mas como se sabe, a continuidade de tudo isso depende, em grande medida, não só do investimento em capital fixo, ou no circuito secundário, no dizer de Harvey (1982), mas também da adição e/ou incorporação de novos espaços para a produção de mercadorias e/ou o amortecimento/debelamento das tendências de formação de crises dentro do sistema capitalista. De fato, conforme diz Luxemburg (1976, p.307), o desenvolvimento do capitalismo, enquanto modo de produção hegemônico, só foi possível graças ao rompimento de limites geográficos e seu *transbordamento* para além do território europeu, ou melhor,

Em seu impulso para a apropriação das forças produtivas para fins de exploração, o capital recorre ao mundo inteiro; tira os meios de produção de todos os cantos da terra, colhendo-os ou adquirindo-os de todos os graus de cultura e formas sociais [...] para utilizar produtivamente a mais-valia realizada, torna-se *mister* que o capital progressivamente disponha de maior quantidade de terra para poder fazer uma seleção quantitativa e qualitativamente ilimitada de seus meios de produção.

Dessa necessidade, decorre a combinação ou a interação entre os países "periféricos" e "centrais", cada um com o seu lugar e função bem demarcados dentro do sistema-mundo. Nas *entrelinhas* dessa interação, o espaço geográfico é submetido a várias lógicas, ou seja, criado e recriado, considerando distintas funções a ele atribuídas. Transita-se, por exemplo, de um mosaico de espaços de troca no período pré-capitalista, para o espaço hierarquizado, no qual é possível distinguir três escalas: o espaço urbano, a escala da nação-Estado e o espaço global, que se diluem sob as ordens da lógica de produção de mercadorias é o denominado desenvolvimento desigual combinado, nas palavras de Smith (1988).

Tal como destacado por Kurz (2015), a expansão capitalista global permite que esse sistema penetre o mercado mundial até aos *poros* da sociedade; é essa a lógica do mercado que torna a produção de mercadorias um sistema universal de dominação social. Nesse contexto, no início da década de 1980, no qual o processo de mundialização do capital torna-se mais aguerrido, novos atores são convocados a participar dele, ao mesmo tempo que velhos personagens (o Estado centralista) são excluídos ou, então, veem seus papéis reconfigurados. Apelidado de inviável, ou melhor, problema e não a solução, no dizer de Ronald Reagan, os governos e os respectivos dirigentes são convidados a ocupar menos espaço e pouco protagonismo na cena econômica e política nacional e mundial.

Em Moçambique, por exemplo, a década de 1980, testemunha os esforços do recém criado Estado para eliminar os rastros do sistema opressor colonial. Tal

processo, que teve início logo após a independência, ganha fôlego e corporeidade com a realização do III Congresso da Frelimo⁵ e a adoção formal do socialismo do tipo marxista-leninista como política de orientação do Estado.

Em alta nos primeiros anos da década de 1980, fruto da retomada do crescimento econômico, até então em *queda livre*, o discurso da elite política frelimista e do Estado moçambicano era otimista, alimentando, inclusive ilusões como, por exemplo, a ideia de *declarar a década de 1980, como a década da vitória sobre o subdesenvolvimento*. Na verdade, tal aconteceu ou porque a força dos ideários revolucionários não deixava enxergar para além das questões internas ou, então, o risco que os problemas internos, regionais e mundiais representavam para a continuidade do socialismo era propositadamente ignorado.

Assim, entre calamidades naturais (cheias, inundações e secas), aumento da violência armada, isto é, o alastramento da guerra civil (1976-1992), a redução do apoio econômico e financeiro até então fornecido pelos países do Leste europeu, isto é, uma espécie de desengajamento; foi sendo tecida a crise que *empurrou* para o *abismo* o sonho do socialismo em Moçambique. Do resto, havia quase nada, pois o único trunfo que ainda sobrava fora descartado, com a não admissão de Moçambique ao estatuto de membro pleno do Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON)⁶ em 1981.

Portanto, sem ou com pouca margem de manobra, o Estado moçambicano inicia, a partir das deliberações do IV Congresso da Frelimo, um verdadeiro engajamento em busca de apoio financeiro e da ajuda alimentar para responder aos imperativos da crise em todas as dimensões. Numa altura em que a própria União Soviética tinha iniciado o desengajamento (ainda que de forma tímida, até pelo menos 1985), no horizonte eram poucas as saídas para o país, senão a *virada para o Ocidente*, culminando com a introdução dos Programas de Ajuste Estrutural (PAE).

Com início dos PAE, que em Moçambique foram denominados Programa de Reabilitação Econômica (PRE) e Programa de Reabilitação Econômica e Social (PRES), sendo que o último se alastrou até aos meados da década de 1990, paralelamente ao processo de reconstrução nacional iniciado em 1993, o país começou a sua longa marcha de *reconciliação* com o Ocidente, mediada pelo Banco

⁵ Na primeira parte é feita a discussão e as principais deliberações de alguns congressos da Frelimo.

⁶ O COMECON foi fundado em 1949 e objetivo principal era a integração das nações do Leste europeu. Este bloco político econômico, surge como resposta ao Plano Marshall idealizado e implementado pelos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial.

Mundial e Fundo Monetário Internacional, cujo *volante* é a Organização Mundial do Comércio. Deste modo, os programas de ajuste estrutural simbolizam, por um lado, a derrocada do Socialismo e sua substituição pelo liberalismo econômico, na sua versão neoliberal e, por outro, a criação de condições, ou melhor, o nivelamento necessário à generalização e igualdade nas condições de exploração do trabalho, conforme assinala Smith (1988).

Assim como outros países, Moçambique teve de seguir o *receituário* da cartilha neoliberal, cujas *doses* incluem, mas não se limitam à política de disciplina fiscal; a reforma tributária e ampliação da base tributária; taxas de câmbio de mercado; abertura comercial e a liberalização das importações; a liberalização da entrada de Investimento Estrangeiro Direto (IDE)⁷; a privatização de empresas estatais, a desregulamentação (SPENCE, 2011). Com essas reformas, o capital foi formatando o país à *imagem* e à *semelhança* das suas necessidades expansionistas. Internamente, as reformas impostas como condição para a continuidade da "ajuda" externa e a renegociação da dívida pública moçambicana, longe de conseguir resolver a crise e restaurar a ordem social lograram, no entanto, afastar gradualmente o Estado dos setores vitais da economia, assim como torná-lo regulador, mas também investidor em certos casos.

Portanto, entre pactos e coalizões⁸, a construção do Estado moçambicano entra na sua fase atual, marcada, principalmente, pela participação do IDE em diversos segmentos da economia nacional, com ênfase na exploração dos bens naturais; o que não é estranho, porque tal fato corrobora a tendência mundial. Todavia, longe de se afastar por completo da esfera econômica, o Estado passa, agora, a participar, marginalmente, por meio de cláusulas contratuais que o permitem adquirir parte das ações (entre 5 e 10%), nas empresas, constituídas ao abrigo da legislação nacional, ou então, a participar em consórcios com firmas

⁷ Para Chesnais (1996, p.55), o IDE designa-se o investimento que visa adquirir um interesse duradouro em uma empresa cuja exploração se dá em outro país que não o do investidor, sendo o objetivo deste último influir efetivamente na gestão da empresa em questão.

⁸ Inicialmente, a teoria de coalizão foi aplicada aos estudos sobre a formação de governos em sistemas parlamentares. Atualmente, tem sido também aplicado em estudos de outros processos, inclusive no contexto das relações e negociações internacionais.

Na pesquisa o termo coalizão é usado para designar os acordos/pactos que o governo faz com as transnacionais em diversas escalas e frentes de atividades.

Cf. OLIVEIRA, Amâncio J; OLIVEIRA, Emanuel e ONUKI, Janina. Coalizões Sul - Sul e o multilateralismo: Índia, Brasil e África do Sul. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, v. 28, n. 2. p. 465-504. Jul./dez. 2006.

transnacionais⁹, mas sem abandonar o seu papel de criador de facilidades (de toda ordem) para a inserção do capital.

Sem dúvidas, as empresas do setor extrativo mineral e energético têm sido a preferência do Estado, o que não exclui, de forma alguma, sua participação em outros segmentos e negócios. Portanto, é no interior dessas mudanças e alianças que diluem e confundem significativamente o papel do Estado e, cujos desdobramentos já são notáveis, tanto na estrutura espacial, como na estrutura econômica e política, que situamos a nossa pesquisa intitulada, *Entre estatais e transnacionais, quantos ais*: efeitos espaciais dos megaprojetos de mineração do carvão em Moatize, Moçambique.

O título foi inspirado no poema de Carlos Drummond de Andrade¹⁰ e adaptado à realidade e ao perfil das Companhias que atuam em Moatize. No poema, Drummond desvela os efeitos deletérios da mineração do ferro e, de forma enfática, na segunda estrofe, o poeta expõe a dor que esses consórcios causam para as comunidades ditas "hospedeiras". De fato, o verso *quantos ais*, não só representa a rima, isto é, os sons idêntico-rítmicos no final dos três versos que compõem a estrofe, mas também sinaliza a gravidade da dor. Na verdade, a interjeição *ai* (singular) e *ais* (plural) exprimem a dor, a desaprovação, o sufoco pelo qual passam as comunidades dilaceradas pelos empreendimentos de mineração batizados como projetos de desenvolvimento. Por isso, acredita-se que o poema de Drummond é apropriado para retratar também o cenário vivido pela população afetada pelos megaprojetos de extração do carvão mineral em Moatize

Santos (1997) ao descrever as fases de inserção do capital em novas regiões, destaca dois momentos de atuação das forças externas: a primeira etapa tem por objetivo inserir a região ou o país no sistema mundial, e o segundo momento, por sua vez, acrescenta novos dados de origem externa às situações preexistentes.

Com efeito, se situarmos essas etapas dentro das reformas realizadas em Moçambique, fica evidente que o primeiro impacto refere-se às pré-reformas

⁹ Um exemplo mais recente é a participação da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) nos projetos de gás na bacia do Rovuma.

¹⁰ Nasceu em Itabira, Minas Gerais, em 1902, e morreu no Rio de Janeiro, em 1987. O poeta passou boa parte da infância na fazenda da família, "sozinho, entre mangueira", como diria, mais tarde, em seu poema infância, publicado em *Alguma poesia*. Drummond é um dos maiores poetas que o Brasil já teve, comparado aos maiores poetas estrangeiros. Redator do diário de Minas e dono de uma vastíssima coletânea de poemas, como por exemplo, no *Meio do Caminho*, *O Averso das coisas*, *O amor natural*, *Moça deitada na grama*, entre outros.

Cf. Universidade Estadual de Campinas. *A dialética iluminada de Drummond*. 2002.

realizadas, que culminaram, por exemplo, com a admissão de Moçambique ao Banco Mundial, as negociações da dívida com o Clube de Paris e, sobretudo, o início do PRE em 1987. Já a segunda, inicia-se com as reformas realizadas nos *frameworks* do PRE que culminaram com a introdução do PRES. Essa fase prossegue, nos dias de hoje, ainda que sob outros *mantos* e dimensões.

Seja como for, o certo é que as reformas que vem sendo realizadas desde 1987 e com maior intensidade na década de 1990, sobretudo com a criação da Unidade Técnica para a Reestruturação das Empresas do Estado (UTRE), ao abrigo da Lei n.15/91, conseguiram, gradualmente, restaurar o crescimento econômico, em parte, graças à introdução de mais e mais recursos financeiros, quer em forma de "donativos" e ajuda ao orçamento do Estado, quer em forma de créditos para o financiamento de diversos projetos. E, como consequência disso, a partir dos anos 2002, nota-se um significativo crescimento da economia nacional induzido, principalmente, pelo aumento do Investimento Direto Estrangeiro.

Para que se faça uma ideia, entre 2002 e 2009, o IDE cresceu dos anteriores US\$ 500 milhões para US\$ 1,0 bilhão. Três anos mais tarde, isto é, em 2012, o investimento direto estrangeiro em Moçambique atingiu a cifra dos US\$ 5.6 bilhões, antes de alcançar o seu pico histórico de US\$ 6.2 bilhões em 2013. Uma análise setorial da concentração desse investimento permite-nos dizer que, entre 2002 e 2013 houve uma inversão, ou seja, se em 2002 quase 100% do IDE estava concentrado no setor secundário, de 2003 em diante, o setor extrativo de bens minerais, incluindo o gás natural e o petróleo, toma a dianteira na atração desse investimento (BANCO DE MOÇAMBIQUE, 2005).

É exemplo disso, a concentração na ordem de 71% do IDE verificado em 2004, sobretudo com o início do Projeto de extração de gás natural em Pande. No mesmo contexto, só em 2007, o setor extrativo amealhou US\$ 202,3 milhões e, já no seu auge, antes da queda em 2014, o setor reuniu 90% do total do IDE (BANCO DE MOÇAMBIQUE, 2005). Portanto, o que há de mais substancial em tudo isso, além dos efeitos/pressão que esses investimentos geram na estrutura espacial (social) e econômica, é, obviamente, o surgimento de novos atores. É o caso do Brasil, da China e da Índia.

Acompanhando a tendência do crescimento econômico e, principalmente, o protagonismo assumido pelo Brasil, Rússia, Índia e China, corporificado no acrônimo

BRIC¹¹, mas sem incluir a África do Sul, Moyo (2013), acredita que o PIB combinado dos BRIC tenha crescido de US\$ 2,5 milhões, no começo de 2000, para perto de US\$ 9,0 trilhões em 2010. Longe de constituir uma história de sucesso e transições bem sucedidas de alguns países, como por exemplo, a Índia, a China, mas também o Brasil, após a crise da dívida de 1980, esse crescimento *transborda* em seus *poros*, o aumento da demanda pelo complexo de *commodities* que inclui água, terra arável, energia e bens minerais para suprir as necessidades de consumo crescente.

Dito de outra forma, manter os atuais níveis de conforto ou aumentá-los, por menor que seja sua percentagem, pressupõe a extração de mais bens naturais por todo lado, mas, especialmente, na África, em algumas partes da Ásia e na América Latina. Para demonstrar essa tendência, Moyo (*op.cit.*, p.27) toma como referência, "os prognósticos de que a demanda global por alimentos e água aumentará em 50% e 30%, respectivamente, no ano de 2030".

Cientes das limitações internas para suprir suas demandas, os países investem em tecnologias, ao mesmo tempo que expandem seus negócios para outros países. É exemplo dessa expansão, o engajamento chinês, indiano e brasileiro, tanto na África, como na Europa (embora com as devidas ponderações), mas, principalmente, na América Latina. E no caso de Moçambique, o apetite brasileiro pelos bens minerais nacionais não é tão recente assim, apesar da sua maior significância, a partir de 2004, quando a Vale S.A pagou US\$ 122,8 milhões para a compra mina de carvão de Moatize.

Portanto, há registros desse interesse, já desde 1982, quando a Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM) do Brasil liderou as pesquisas geológicas e a fotointerpretação da seção de Mucanha - Vuzi, um depósito de carvão situado a 240 km de Moatize, local onde se concentram as operações de extração do carvão (a céu aberto) mineral da Vale Moçambique, subsidiária da Vale S.A.

Localizado quase no centro da Província de Tete, região Noroeste de Moçambique, o Distrito de Moatize, recorte espacial da pesquisa, cuja capital é a Vila homônima, situa-se a NE da cidade de Tete, capital da Província com o mesmo nome. *Lar* de uma das maiores reserva de carvão mineral em nível mundial (cerca de 2,5 bilhões de toneladas, das quais 850 milhões estão na área de concessão da

¹¹ O acrônimo criado pelo economista Jim O'Neill do banco Goldman Sachs, no estudo Building Better Global Economic BRICs, para designar o grupo de países que integra o Brasil, Rússia, Índia e China, economias emergentes que disputam uma posição de crescente relevância na economia mundial. BRICS resulta da incorporação da África do Sul ao grupo da BRIC.

Vale), a bacia carbonífera de Moatize alberga, não só a maior reserva identificada em Moçambique, mas também carvão mineral de alto valor calorífico - o carvão betuminoso¹², cujo teor de concentração do carbono, varia entre 75% e 85% (SCHOPF, 1956; STACH, 1975; PARALBA, 1990).

No contexto subcontinental, isto é, na África Subsaariana, Moçambique ocupa uma posição relativamente confortável, no que tange às reservas de carvão mineral. Num grupo de 12 países, o país assume a terceira posição, com 2, 5 mil milhões de toneladas de carvão, atrás apenas da África do Sul e do Zimbábwe, primeiro e segundo lugares, respectivamente. Portanto, decifrar o que está por trás desses números pressupõe viajar no tempo e no espaço e revisitar o papel desempenhado pelo carvão desde a sua primeira *convocação*, lá no final do século XVIII.

De fato, assim como a ferrovia é considerada *mãe* do capitalismo e do imperialismo, por analogia, poder-se-ia dizer que o carvão é também parte desse processo histórico, tendo em conta que a utilização desse hidrocarboneto extraído das entranhas da terra está associada aos momentos iniciais da Revolução Industrial (RI), quando o seu vapor foi usado para mover máquinas e o calor para gerar energia - *o motor da revolução*. Entre avanços e recuos na linha da demanda, sobretudo a partir dos anos sessenta da década passada, com o surgimento dos movimentos ambientais, Marques (2015, p. 254) indica, pelo menos, quatro fatores responsáveis por esse movimento, (i) o aumento do preço do petróleo, (ii) o declínio da energia nuclear e hidrelétrica, (iii) o uso do gás natural liquefeito e (iv) a crescente utilização do carvão pelos cinco maiores gigantes do mundo, nomeadamente, Alemanha, China, Estados Unidos da América, Índia e Japão.

Para demonstrar o primeiro fator, por exemplo, poder-se-ia recorrer ao crescimento verificado na demanda por carvão na década de 1970 e que se estendeu por um período de 34 anos consecutivos, ignorando, assim por dizer, as alegações de poluição ambiental usadas para reduzir a demanda por carvão, sobretudo na Europa. De resto, dados do *World Coal Association* (WCA, 2012) revelam que o carvão mineral responde, atualmente, por 30% da demanda energética primária e por aproximadamente 41% do total de eletricidade em nível mundial. Portanto, esses elementos nos permitem situá-lo no centro das disputas

¹² É uma das variedades do carvão mineral. Em Moatize após o processamento do carvão betuminoso obtém-se o carvão metalúrgico e o carvão térmico. Ambos exportados para Índia e China, além de alguns países europeus e africanos. Ver parte 3.

pelo controle das reservas ou, então, pela sua extração *apressada*, à semelhança de outros minérios, como o petróleo (*mãe da petropolítica*), do cobre, da prata, do ouro, do paládio, da platina (presentes em aparelhos celulares, carros e aeronaves), além da terra e da água, exemplos de alguns bens minerais que atiçam o apetite das transnacionais e de seus países, conforme explica Moyo (2013).

Para compreender esse complexo processo, é preciso tal como lembra Sousa-Santos (2005), entender o significado da governança neoliberal com todas suas objetivações; temos que prestar atenção não apenas naquilo que ela diz, mas também no que ela silencia. Partindo desse raciocínio, é possível notar que a velocidade com que as transnacionais se expandem por todos os lados, sobretudo naqueles fracos e desguarnecidos, no dizer de Chesnais (1996), reflete o entendimento de seus países sobre a importância estratégica desses bens naturais. Essa corrida que, na versão neoliberal, conta com o aval dos Estados nacionais, não vê limites, barreiras sociais /ou morais para sua contínua expansão, aliás, é como disse Marques (2015), que não há nada de amoral na atuação dos diretores ou mandatários das transnacionais.

Portanto, acompanhando a tendência expansionista do capital sustentada pela adição de novos espaços, geralmente distantes dos "centros" do sistema-mundo, mas *fartos* de bens minerais, terras *virgens* (a África dispõe de 7,6%¹³ do total da terra arável em nível mundial), água potável e outros suprimentos, é coerente dizer que está em curso uma estratégia geopolítica que busca deslocar a produção, até então concentrada na Europa, para novos territórios, ricos em bens naturais, com incentivos fiscais e com fraca legislação ambiental, trabalhista e sobre os direitos humanos. Tal processo, que se fortalece com a reestruturação produtiva do capital, é caracterizado, sobretudo, pela atuação das grandes corporações transnacionais.

Assim, visibilizar como esse processo definido à escala global se articula e materializa-se à escala nacional e à local, isto é, em nível do Distrito de Moatize e, sobretudo, os atores envolvidos nesses rearranjos é o que se busca demonstrar, ao longo da pesquisa, enfim, é a tese.

Um ponto de partida nessa direção é compreender o papel do Estado moçambicano. Ele, além de regulador e, por vezes, "investidor", sua tarefa principal,

¹³ Dados são aprestados pela FAOSTAT Land Use Database.

no entanto, é facilitar a inserção dessas empresas, quer por meio de incentivos fiscais demasiados ou generosos, no dizer de Castel-Branco (2010), quer pela simplificação no registro de investimento; na obtenção da licença ambiental, na proteção do investimento estrangeiro, até mesmo na simplificação dos processos de consulta pública, configurando o que Gudynas (2016) denomina de flexibilização social e cujos efeitos se *derramam* e contaminam diversas estruturas, territorial, econômica, social, somente alguns exemplos.

Mais significativo, ainda, é que a inserção do investimento estrangeiro, cujas atividades são comumente denominadas megaprojetos¹⁴, implica o deslocamento compulsório das comunidades, tendo vista que a terra concessionada a esses empreendimentos já vem sendo habitada. Trata-se, pois, da incorporação das formas técnico científicas que, de acordo com Santos (1997), demandam a reorganização espacial, isto é, sua refuncionalização, com vista a abrigar frações do capital que exigem maior rentabilidade. No mesmo processo, além da reestruturação da própria administração pública (passa a subordinar-se às demandas produtivas do capital), ocorre, também, à alteração dos modos de vida; rompem-se os meios de subsistência da população; instituem-se relações desiguais, engendram-se modificações na estrutura sócio-produtiva e demográfica, criando, assim, novas configurações espaciais e redefinindo a totalidade do espaço (VAINER, 1992).

Portanto, tal ação conduz, em diversas escalas, à desarticulação social e ao gradual empobrecimento da população que, desprovida de um dos seus principais meios de produção (a terra), passa a depender de ações filantrópicas dos megaprojetos, os denominados Projetos de Responsabilidade Social, ou, então, de outros programas como, por exemplo, o Projeto *comida pelo trabalho*, implementado por diversas Organizações Não Governamentais (ONGs).

É considerando esse emaranhado de fatores e de atores que, *pari passu*, transforma sabedoria em ignorância e autonomia em dependência, no dizer de Esteva (2000) que, com esta pesquisa, busca-se compreender os efeitos espaciais dos megaprojetos de extração do carvão mineral em Moatize a partir de suas contradições, no que tange às formas de organização espacial, com vista a atender suas necessidades produtivas.

¹⁴ A pesquisa parte do conceito de megaprojeto apresentado por Castel-Branco (2002; 2008; 2010) e Mosca e Selemene (2011). Na parte 3 é feita a discussão sobre os megaprojetos.

Para possibilitar tal compreensão e, sobretudo dar visibilidade aos processos; as forças e as escalas que conformam essa realidade, busca-se identificar as mudanças ocorridas na geopolítica mundial, a partir da década de 1970, e como esses rearranjos políticos e financeiros influenciaram e/ou determinaram as reformas políticas e organizacionais em curso no país. Assim, como o objeto de pesquisa são os efeitos espaciais, decorrentes da mineração do carvão em Moatize, entendeu-se ser de suma importância demonstrar como a mineração participa e/ou participou do processo de formação territorial e social de Moçambique desde o período dos reinos e impérios Mwenemutapas. E, por último, procura-se relacionar os megaprojetos de extração do carvão mineral com os conflitos socioambientais, a dinâmica espacial e o risco de empobrecimento das comunidades reassentadas em Moatize.

Sem dúvida que o desvelamento das contradições dos megaprojetos, em vista das novas funções atribuídas ao espaço, foi sendo feito ao longo da pesquisa. Para isso, a pesquisa partiu de alguns questionamentos que pautaram o seu desenvolvimento. Por exemplo, considerando a ideia da rigidez locacional dos megaprojetos de mineração, questiona-se, (i) além da riqueza mineral do país, quais e como esses elementos favoreceram a inserção do capital em forma de megaprojetos para a exploração dos bens naturais, com ênfase para a extração do carvão mineral de Moatize?

Já instalados no Distrito, interroga-se, então, (ii) como a implantação dos megaprojetos de extração de carvão mineral em Moatize contribuiu para a desestruturação social das comunidades deslocadas, compulsoriamente, e reassentadas em Mwaladzi, Cateme e no bairro 25 de Setembro?; (iii) como a extração do carvão mineral e/ou sua cadeia produtiva engendrou as mudanças espaciais e político-econômicas em curso no Distrito de Moatize e que se *derramam* sobre a cidade de Tete?

Deste modo, considerando que os dois megaprojetos que servem de base para análise empírica nesta pesquisa (Projeto de Carvão de Moatize da Vale Moçambique e Projeto ICVL¹⁵ minas de Benga) foram implementados em etapas e por consórcios distintos (Vale, Riversdale Moçambique, Rio Tinto e ICVL), questionamos se (iv) é possível apontar diferenças na forma como cada um dos megaprojetos foi implementado em Moatize e se essas diferenças (tipo e qualidade

¹⁵ É uma *joint venture* constituída por empresas indianas do setor energético e metalúrgico. A ICVL comprou a mina e todas as licenças do Projeto de carvão de Benga em Moatize. Ver a parte 4.

da infraestrutura fornecida no reassentamento) contribuem para o empobrecimento da população reassentada e conduzem à intensificação dos conflitos socioambientais.

Por fim, partindo dos questionamentos anteriores e, porque já se disse que a inserção dos megaprojetos implica o deslocamento compulsório da população, o que frequentemente gera conflitos, quer em função das formas de apropriação e uso da terra, quer pela natureza *includente* e *excludente* do desenvolvimento (usado pelo governo de Moçambique para construir *consensos* e aceitação dos megaprojetos), questiona-se, (v) que estratégias de resistência adotam as comunidades reassentadas em Mwaladzi, Cateme e no bairro 25 de Setembro, frente às investidas do capital, representado pelos megaprojetos de extração do carvão mineral de Moatize?

Portanto, adentrar na seara da dinâmica instituída pelos megaprojetos de extração do carvão mineral em Moatize, pressupõe entender que, desde os primórdios, a produção capitalista de mercadorias sobreviveu graças à expropriação violenta de pequenos e médios agricultores e a sua expulsão das suas terras, processo esse que Marx (1977) denominou acumulação primitiva. Séculos depois, a essência dessa ação não se alterou, substancialmente, apesar de ter transitado de uma bateria para outra, no dizer de Braudel (1987). É fundamental destacar que, quando se fala em acumulação de capital, está se referindo a um processo cujas forças se projetam sobre o espaço geográfico ou social, isto é, o *chão* ou a forma durável que não se desfaz, paralelamente, à mudança dos processos, conforme assinala, Santos (2002).

A partir desse entendimento, a pesquisa adota como categoria central o espaço, palavra-chave, no dizer de Harvey (2006). Sendo assim, quando falamos de espaço nessa pesquisa estamos nos referindo ao espaço humano ou social, morada do homem e lugar de trabalho e de vida e, por isso, em permanente transformação (SANTOS, 2002). Para privilegiar os processos e as forças que se rebatem em Moatize, partimos da concepção do espaço de Santos (1997), que entende o espaço como um sistema de sistemas. Ou seja, a visão sistêmica do espaço, na concepção de Santos, pressupõe que, no seu estudo, é preciso

Considerar que a estrutura espacial, por si só, não é suficiente como objeto de estudo, esta é a razão por que devemos levar em conta as estruturas espaços temporais. [Portanto] não se pode atingir esse objetivo sem compreender o comportamento de cada variável significativa através dos períodos históricos que afetam a história do espaço que se está estudando,

sem dúvida, este espaço já tinha uma história antes do primeiro impacto das forças externas (SANTOS, 1997, p. 33).

Dessa forma, compreender o comportamento de cada variável e, sobretudo os períodos históricos que afetam a história do espaço, conforme diz Santos (1997), significa não só desvelar as diferentes funções atribuídas ao espaço (com todas suas contradições implícitas), ao longo do tempo, mas também enveredar por um caminho que permita captar nas sutilezas de cada processo, sua própria essência.

Na pesquisa, o termo efeitos espaciais, principal eixo de análise, aglutina cinco dimensões, nomeadamente, social, política, econômica, ambiental e cultural. Mas é preciso notar que tais dimensões não estabelecem limites estanques e, por isso, ao longo da pesquisa, eles são abordados como uma totalidade, ou seja, como um *corpo* que nos permite compreender os efeitos espaciais dos megaprojetos de extração do carvão mineral em Moatize.

Como dito, anteriormente, entre 2002 e 2014, o investimento direto estrangeiro em Moçambique cresceu substancial e progressivamente, concomitante à inversão dos setores de sua concentração. A partir de 2004, observa-se uma maior concentração do IDE no setor extrativo de bens minerais, em detrimento de outros setores de atividades. Desde então, o governo de Moçambique passa a dar maior atenção aos investimentos no setor, sobretudo por meio da desoneração/ou facilitação dos investidores estrangeiros. Tal procedimento reflete o entendimento do governo sobre o potencial desse setor, em termos de arrecadação de receitas para financiar projetos de desenvolvimento e de redução da pobreza.

Dentro desse contexto, dezoito anos após a instalação do primeiro megaprojeto (Mozal)¹⁶, a contribuição desses empreendimentos continua longe das expectativas. Em 2017, por exemplo, a indústria extrativa de bens minerais, incluindo o gás e o petróleo, contribuiu com 5,1% das receitas do Estado¹⁷. Mesmo que isso represente um substancial crescimento, no sentido de que, nos anos anteriores, a contribuição era inferior a essa cifra, seu papel na melhoria das condições sociais dos moçambicanos ainda é marginal. Portanto, é sobre esse

¹⁶ Acrônimo que significa Mozambique Aluminium. A Mozal é uma empresa de fundição de alumínio, de capitais sul-africano e australianos. Localizada na Província de Maputo (Mapa 5), a Mozal produz barras de alumínio destinados à exportação.

¹⁷ STVJornaldaNoite 28 02 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Y1UfgyEy9H8&t=1019s>> Acesso em: 01 mar. 2018.

núcleo, que se erguem as pesquisas críticas sobre os megaprojetos em Moçambique.

Na linha de frente, estão os estudos feitos por Castel-Branco (2002; 2005; 2008; 2010; 2011; 2015); Bucuane e Mulder (2007); Castel-Branco e Ossemane (2010); Selemene e Mosca (2011), somente alguns exemplos. Mesclando questões econômicas e, sobretudo políticas (a corrupção nesse setor), ou vaticinando que certas práticas (falta de transparência e a corrupção) podem conduzir a conflitos, configurando, assim, a chamada maldição dos recursos ou a doença holandesa, esses e outros estudos têm, entre outros recortes espaciais, o Distrito de Moatize.

Por isso, a escolha de Moatize como recorte espacial dessa pesquisa deve-se, mas não se limita, aos seguintes aspectos: é nesse Distrito onde se localiza um dos maiores empreendimentos de extração e processamento do carvão mineral e toda sua cadeia logística que se inicia em Moatize e se *derrama* até ao Distrito de Nacala a velha, na Província de Nampula. Assim sendo, além dos efeitos espaciais locais (em Moatize), o impacto desse megaprojeto se arrasta por mais 912 km da ferrovia, o que aumenta, extraordinariamente, o seu potencial de conflito. Por outro lado, nacional ou internacionalmente, os problemas do reassentamento realizado em Moatize, preenchem manchetes de jornais e ocupam espaço na mídia internacional, o que nos permite situar Moatize como o palco de conflitos socioambientais.

Portanto, em função disso, as pesquisas sobre Moatize têm crescido, significativamente, nos últimos tempos. Adotando diversos enfoques (geológico, económico e socioambiental), Moatize se tornou um pequeno *El dorado*, não só para os que, *atraídos* pelo capital, migram para vender a sua força de trabalho, mas também para diversos pesquisadores que se desdobram para explicar os fenômenos em movimento naquele Distrito.

De fato, como lembra Chiapetti (2010), pesquisar (no sentido de trabalho de campo), pressupõe dirigir o olhar para locais já conhecidos por muitos, mas sempre, com uma maneira diferenciada de enxergar e de pensar certa realidade. É isso que se propõe nesta pesquisa, ou seja, partir de uma realidade preexistente e conhecida por muitos, mas silenciada por os "do alto", no dizer de Haesbaert (2002), pois são os que mais se beneficiam da presença dos megaprojetos, e propor novas leituras que exploram as duas faces do processo de inserção do capital em Moatize.

Por essa razão, ao trazer as vozes dos sujeitos silenciados (moradores reassentados, residentes do bairro de Bagamoyo e da Liberdade), oprimidos e

forçados a acreditar nas virtuais benesses dos megaprojetos de extração do carvão, foi uma ação política e porque acreditamos ser também nossa tarefa, enquanto professor e pesquisador. É assim que diríamos, parafraseando Barreira (2002), que as mudanças de toda ordem que ocorrem em Moatize e, sobretudo os conflitos que resultam do deslocamento compulsório da população e do cerceamento de alguns bens coletivos, é um problema urgente e atual, que diz respeito a todos os homens.

Ciente da complexidade desse problema, em função dos atores envolvidos, busca-se, no desenvolvimento da pesquisa, privilegiar ou visibilizar tais elementos, pois são determinantes para a compreensão de todo o trabalho. Para possibilitar isso, as cinco partes que compõem a pesquisa - sua disposição permite um constante movimento de *ir e vir*, tráfegando entre diversas escalas (local, nacional, regional e global), pois entendemos que o todo que se desejar demonstrar está incrustado em cada uma dessas escalas.

É como diz Hartshorne (1948), no livro *The nature of Geography*, que são as conexões, as relações entre diferentes fenômenos e lugares, bem como suas consequências que inibem que a Geografia seja somente uma enciclopédia de fenômenos encontrados em diferentes escalas. Seguindo esse raciocínio, na primeira parte procura-se estabelecer o contexto geral no qual se insere a pesquisa, ou seja, busca explicitar o processo de formação territorial e social de Moçambique, privilegiando, sempre, o papel da mineração nesse processo, assim como as estratégias usadas pelos portugueses para se apropriar do trabalho e submeter os moçambicanos a uma brutal exploração.

Na segunda parte, dedica-se uma especial atenção ao processo de reestruturação produtiva do capital, pois acreditamos que é no bojo dessa ação que os designados territórios do *além*, são convocados a participar como *amortecedores* das crises gestadas dentro do sistema capitalista que passa, a partir desse período, a subordinar tudo e todos à valorização do capital. Na parte, além do delineamento teórico - metodológico, é feita, também, a discussão sobre o conceito de efeito, bem como as diferenças conceituais entre multinacionais e transnacionais.

Na parte três, denominada *reformas políticas e organizacionais em Moçambique*, busca, no primeiro instante, evidenciar o papel do Estado na criação de condições propícias para atrair e resguardar o investimento direto estrangeiro. Para isso, são examinadas as reformas feitas, tanto na legislação sobre a terra, sobre minas, quanto sobre o investimento e fiscalidade. Atento às mudanças

ocorridas na geopolítica mundial, sobretudo com o despontar da China e da Índia, como atores, com significativo peso na nova ordem mundial, é feita uma análise sobre o papel do carvão mineral na geopolítica energética, considerando que, nos últimos anos, aumentou significativamente a demanda por essa fonte de energia. Já de saída, tecem-se algumas considerações sobre o conceito de megaprojetos e grandes projetos de investimentos.

É fato que os arranjos feitos pelo Estado abriram as portas ao investimento estrangeiro de diversas matrizes, na sua maioria, concentrado no setor extrativo de bens minerais incluindo o gás e o petróleo. A partir desse entendimento, na parte quatro, procura-se apresentar os principais megaprojetos que atuam na extração do carvão mineral de Moatize. Nesse sentido, partimos das origens da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), para chegar a Vale Moçambique, consórcio que extrai o carvão mineral de Moatize. No trajeto que seguimos, até chegar a *International Coal Venture Limited*, empresa que controla, juntamente com a *Tata Steel*, o projeto de carvão de Benga, tentamos evidenciar a lista dos conflitos decorrentes, principalmente, da violação de vários direitos perpetradas, tanto pela Vale e suas subsidiárias quanto por outros megaprojetos.

Ainda na parte quatro, é feita a análise sobre os contatos iniciais, no âmbito do processo de reassentamento da população, diretamente afetada pelos projetos de mineração. Com base nos dados da pesquisa de campo, procura-se evidenciar o ônus do reassentamento, mais do que virtuais benefícios dos megaprojetos, conforme é a *praxe* discursiva do governo e dos megaprojetos. E porque os efeitos dessa atividade afetam, também, a saúde e a vida do trabalhador, é feita a reflexão nesse sentido, assim como é evidenciado como as comunidades afetadas pelos megaprojetos se organizam para questionar a ordem vigente. É isso que denominamos efeitos espaciais da exploração do carvão mineral de Moatize.

De resto, além das notas para o prolongamento do debate e das referências, convocamos o leitor a recitar conosco, na próxima página, o poema de José Craveirinha que diz, *Vim de qualquer parte, de uma nação que ainda não existe*, pois é, a partir dessa nação, "que ainda não existe" que iniciamos a pesquisa.

Vim de qualquer parte
de uma nação que ainda não existe.
Vim e estou aqui!

Não nasci apenas eu
nem tu nenhum outro...
mas irmão.

Mas
tenho amor para dar às mãos-cheias.
Amor do que sou
e nada mais.

E
tenho no coração
gritos que não são meus somente
porque venho de um País que ainda não existe.
Ah! Tenho meu amor a rodos para dar
do que sou

Eu!
Homem qualquer
cidadão de uma Nação que ainda não existe.

(Poema do futuro cidadão, *In*: Xigubo, José Craveirinha, 2008).

PARTE 1 AS ORIGENS DE UM PROCESSO

1 MINERAÇÃO E FORMAÇÃO TERRITORIAL DE MOÇAMBIQUE: duas faces do mesmo processo histórico

Como sabeis, à medida que os portugueses empreendiam a sua heroica penetração, levando à frente, a cruz e o missionário e usando apenas a linguagem e o argumento da fé e do amor, enfrentando o terrível primitivismo do autóctone, a crueldade agressiva e quase indomável do Monomotapa e as reações e as traições do mouro começava uma obra que haveria de caracterizar, em todos os séculos, o expansionismo e a presença lusíadas na redenção do homem oprimido e esmagado, reduzido à condição de bicho e de fera, nas trevas da noite milenar de sua selvageria. (PINHEIRO, 1965, p.18).

Não era somente a terra e suas riquezas naturais que interessavam aos brancos. Também, os homens para o cultivo e a exploração das minas eram necessários ao colonizador. Como os índios americanos se recusassem violenta e terminantemente à escravidão, os europeus voltaram-se para África e transformaram-na no maior reservatório de mão de obra escrava. (CORRÊA e HOMEM, 1977, p.75).

"Reconstruir" a história secular de um país é uma tarefa árdua e arriscada. Isso porque, devido ao tempo decorrido e as condições da época na qual tiveram lugar esses fatos, parte significativa dessa história ou não foi registrada e, nos casos em que foi, nem sempre está disponível. Esse é o caso da história de Moçambique. Essa empreitada torna-se mais difícil, ainda, porque quantidade considerável do que foi escrito sobre a história do país assume, deliberadamente, a visão eurocêntrica, visando legitimar a presença colonial portuguesa em Moçambique, como projeto e missão *redentora* e *civilizatória*, conforme é notório na citação de Pinheiro (1965).

Além disso, reconstruir essa história exige que o pesquisador seja vigilante, o tempo todo, para não perder de vista o ponto, a partir do qual está sendo feita a reconstituição. Ou seja, o investigador não deve perder de vista os caminhos escolhidos, as categorias, portanto, o corpo teórico-metodológico escolhido para dirimir as questões da pesquisa (MENDONÇA, 2004).

Por isso, a apresentar como epígrafe a citação dos livros, *Moçambique é Portugal; Moçambique: primeiras machambas*¹⁸, escritos na transição de um período histórico para o outro, foi uma ação comedida e eivada de múltiplos significados

¹⁸ A palavra *machamba* (s) é a superfície/porção/parcela de terra separada de outras por fronteiras naturais (rios, montes) ou artificiais (estradas, sebes, demarcações com outras machambas) que se destina a produção agrícola (INE, 2011).

políticos. Mas, também o fizemos por acreditar que tais excertos fornecem pistas para compreensão de uma parte da história de Moçambique.

Pinheiros (1965), por exemplo, reconhece que, apesar das estratégias acionadas (a cruz, o missionário e a linguagem da fé e do amor) pelos portugueses, suas incursões pelo atual território moçambicano enfrentaram tenazes resistências dos Mwenemutapas, do império de Gaza, o que fortalece a ideia de que, antes da chegada do colonizador, já existiam formações sócio-políticas, com certo grau de organização e centralização do poder, as quais Portugal teve de combater e/ou lidar.

Corrêa e Homem (1977), por sua vez, assinalam alguns aspectos da história do país, principalmente os interesses que motivaram a fixação colonial portuguesa em Moçambique. Ao dizer que *não era só a terra e as riquezas naturais que interessavam aos brancos, mas também os homens para o cultivo e a exploração das minas*, os autores denunciam um dos prodigiosos e perniciosos negócios (tráfico de escravos) que fez ricos na Europa e na América e arrasou a estrutura societal africana. Eles expõem, também, o objetivo *inconfessado e inconfessável*¹⁹ de todo o projeto colonial português: a obtenção de *commodities*²⁰ minerais e agrícolas, com os quais Portugal participava no comércio internacional.

A partir desses pressupostos, buscou-se, nessa parte, "reconstituir" os principais fatos e etapas que marcaram/marcam o complexo processo de formação territorial e social de Moçambique. Para isso, recuou-se no tempo e no espaço e "resgatou-se" a história pré-colonial, pois se acredita que esse processo em curso se inicia nesse período. De fato, nesse exercício, tentamos demonstrar, sempre que possível, de que forma a mineração participou/participa na formação territorial do país, desde o período pré-colonial até aos dias de hoje. Enfim, procurou-se evidenciar que a mineração e a constituição territorial de Moçambique são duas faces do mesmo processo histórico.

¹⁹ Termos usados por José de Souza Martins no livro *A chegada do estranho*.

²⁰ De acordo com Coelho (2014), *commodity* ou *commodities* é qualquer bem em estado bruto, quer seja de origem agropecuário, mineral ou vegetal com características físicas homogêneas, submetido a um processo de padronização baseado em critérios impostos por multinacionais e governos e destinado ao comércio externo.

1.1 DO ANTIGO IMPÉRIO AO ESTADO - NAÇÃO: etapas da formação territorial de Moçambique

Moçambique é uma ideia dos outros e não nossa (NGOENHA, 1992).

O território²¹, que hoje constitui a República de Moçambique (RM)²², é, frequentemente, descrito como situado na costa oriental africana e defronte da Ilha de Madagáscar, da qual se separa através do canal de Moçambique. Sua constituição, no sentido de delimitação de suas fronteiras políticas, é um evento, mais ou menos recente, que data do final do século XIX e começo do século XX, na chamada era dos impérios conforme Hobsbawm (1988). Só a partir desse período é que se torna possível fazer uma distinção, relativamente clara, dos acontecimentos que se deram nesse território.

Isso equivale dizer que, no período anterior, os registros sobre a história de Moçambique aparecem sempre como uma amálgama, ora da história do Grande Zimbábue (uma faixa que se estendeu até Manyinkeni), ora no emaranhado da história da costa oriental africana, uma *cinta* litorânea que se estende desde o Norte da Somália ao Sul de Moçambique, ora como história da África Subsaariana, da África Austral, tal como explica Masao e Mutoro (2011).

Diante disso, queremos reafirmar, como já o fizeram algumas instituições, por exemplo, a UNESCO (2013) que a história geral da África e, particularmente da África subsaariana, no período pré-colonial e antes da chegada dos árabes e dos persas, o seu conhecimento é fruto de convenções e de acordos resultante de pesquisas usando as mais modernas técnicas e metodologias, o que não quer dizer que ela esteja isenta de equívocos.

²¹ A concepção de território utilizada na tese é baseada em Claude Raffestin. Para Raffestin (1993, p.143, grifo do autor), o território “é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço.

²² Moçambique é um país da costa oriental africana banhada em toda a sua costa Leste pelo Oceano Índico. Segundo Muchangos (1999, p.9), o país situa-se no hemisfério meridional. Seu território enquadra-se no fuso horário dois possuindo assim, duas horas de avanço em relação ao tempo médio universal. Ele é atravessado pelo trópico de capricórnio.

Por isso, é coerente afirmar que a formação territorial de Moçambique²³, desde a chegada dos povos de origem Bantu²⁴ até aos dias atuais, é fruto de vários processos e períodos de encontro e de desencontro de culturas e "civilizações" que, ao longo de milênios, teceram diversas estruturas sócio-políticas mais ou menos estáveis, as quais algumas perduram ainda hoje. É o caso das muralhas de Manyikenini na Província de Inhambane, região Sul de Moçambique.

Portanto, assim como persistem equívocos sobre a história geral do continente, a constituição e a denominação do território moçambicano foram também eivadas de alguns mal-entendidos, de acordos e imposições que fragmentaram grupos étnicos que no período anterior à delimitação das fronteiras de Moçambique estavam ligados (como sucedeu com povos das atuais províncias de Manica, Sofala e Tete, região Centro de Moçambique). Aliás, a própria designação Moçambique é consequência disso, conforme explica o filósofo moçambicano Severino Ngoenha.

Para Ngoenha (1992, p.142), "Moçambique é uma ideia dos outros e não nossa. Foram esses outros que entenderam mal o nome Árabe de Mussa- El-Bique²⁵ que deu o nome de Moçambique que conservamos orgulhosamente". Contudo, a lista dos mal-entendidos sobre nomes, lugares e atividades em algumas regiões do país, não se esgota por aí. A denominação das províncias de Tete (mithethe ou caniço) e Inhambane (nyimbane ou dentro) é parte desses, "caleidoscópio" de equívocos dos portugueses (MAIA, 2011).

Não há consensos em relação à data, nem a duração dos movimentos migratórios dos primeiros povos que se estabeleceram em Moçambique, todavia, alguns autores (Frelimo, 1971; Marrupi, 2007; Lunyiido e Vansina, 2011), concordam que os primeiros povos que habitaram essa região, inclusive toda a África Austral, são de origem Bantu. Esses povos provavelmente procedentes das atuais regiões da Nigéria e Camarões empreenderam um longo movimento migratório em direção

²³ Daqui em diante usaremos o termo Moçambique de forma indiscriminada, ou seja, para referir-se a esse território antes e depois da fixação colonial portuguesa.

²⁴ O termo Bantu refere-se a grandes e diversificados grupos linguísticos que se presume terem sua origem no Sudeste da Nigéria e Sul do Congo. Com o tempo, esse grupo foi migrando e margeando o Saara até a atingir a África Austral. Portanto, a palavra Bantu não se refere a alguma raça ou tribo em específico, mas ao nome de grupos linguísticos.

²⁵ Não existem informações precisas sobre quem foi esta figura, porém sabe-se que *Mussa Al Mbique* ou *Mussa bem - Biki* foi o chefe religioso em Kilwa litoral da Tanzânia. Ele se estabeleceu em Muhipiti (nome pelo qual é conhecida a Ilha de Moçambique entre os macuas) no século XI. Era o senhor da Ilha na altura em que Vasco da Gama passou em direção à Índia.

ao Sul do continente por volta do ano I d.C. Os Bantu eram caçadores e coletores de frutos do mato.

Segundo a Frelimo (1978), os primeiros habitantes do extremo Sul do continente africano, incluindo Moçambique, foram os *Khoisan*, povo de baixa estatura e composto por pequenos grupos. Os *Khoisan* eram caçadores, pescadores e também recolhiam frutos nas grandes florestas para suprir as suas necessidades alimentares.

A UNESCO (2013) situa o povoamento do atual território de Moçambique, sobretudo a sua parte central, como o resultado de uma expansão gradual dos povos de língua Bantu expulsos pelo dessecamento do Saara, o que fez com que se deslocassem, gradualmente, para o Sul do Sahel.

Azevedo (2014, p.34, grifo do autor), por sua vez, descreve que os

Povos primitivos de Moçambique eram bosquímanos (homens do mato, designados também *Khoisan*) caçadores e coletores que se viram obrigados a fugir para regiões mais pobres em recursos, em virtude das grandes migrações entre 200/300 DC dos povos *Bantu*, de hábitos guerreiros e oriundos da região dos Grandes Lagos²⁶.

Na sua teoria de conquista, Wrigley sustenta a ideia do espírito guerreiro dos povos Bantu descrito por Azevedo (2014), como uma das razões explicativas das migrações Bantu. Para Wrigley (1960, p.201), os povos Bantu "eram uma minoria dominante, guerreiros e especialistas em caçar javali, constantemente ganhando novos adeptos em virtude do seu fabuloso prestígio como provedores de carne, lançando sem cessar novos grupos de aventureiros em todas as direções".

Diante disso, compreende-se que os povos que inicialmente povoaram o território moçambicano resultaram da expansão dos povos Bantu em direção à faixa Sul e Leste do continente. Com a fixação lenta e talvez progressiva desses povos, emergiu as formas primitivas de organização sócio-política, embrião dos primeiros reinos e impérios africanos no Leste do continente.

Wrigley (1960) apresenta algumas razões que explicam a migração Bantu nesse período. Para ele, os povos Bantu migraram dos seus territórios de origem, devido: (i) o abandono de uma economia precária de caça e coleta para outra

²⁶ É conjunto de lagos de origem tectônica, localizados na região oriental de África e constituído pelos lagos Vitória (o maior de todos), Niassa; Tangayika, Kivu, Eduardo e Alberto e lago Turkana (antes designado lago Rodolfo). Eles formaram-se a quase 35 milhões de anos atrás. Fazem parte da chamada região dos grandes lagos africanos, Moçambique, Tanzânia, Burundi, Uganda, Etiópia, Quênia, República Democrática do Congo e Malawi, todos assentados no Vale do Rift.

fundada na agricultura que mais tarde propiciou uma explosão demográfica considerável, e a migração foi consequência direta desse processo em busca de um espaço vital e (ii) a "domesticação" do ferro que permitiu o melhoramento dos instrumentos agrícolas, bem como a produção de outros instrumentos necessários para a defesa e o domínio sobre outros povos, portanto, a chamada teoria da conquista.

Corrêa e Homem (1977, grifos dos autores) apresentam uma visão mais próxima de Wrigley sobre a "domesticação" do ferro, como fator importante nas comunidades Bantu, pois a fundição do ferro possibilitou não só a confecção de instrumentos para o trabalho agrícola, mas também a produção de armas para defesa e conquista de novos territórios, permitindo, desse modo, o advento da sedentarização.

Embora reconheçam a importância da agricultura na economia Bantu, Lunyiido e Vansina (2011) destacam o impacto da agricultura nessas sociedades como uma consequência de longo prazo e não imediato conforme diz Wrigley (1960). Para eles, a migração Bantu, a partir de seus territórios de origem, é resultado de um emaranhado de fatores que devem ser considerados simultaneamente com vista a fornecer explicação mais coerente sobre esse processo. Portanto, Lunyiido e Vansina (*op.cit.*) entendem que o início da agricultura não foi o ponto de inflexão capital, visto que ela não substituiu a economia fundada na caça e na coleta, quando muito eram complementares.

Aliás, nem a agricultura, tampouco a tecnologia do ferro foram hábeis de introduzir mudanças profundas e capazes de forçar imediatamente os povos Bantu a migrarem massivamente em busca de um espaço vital; esse processo se deu progressivamente. Por isso,

Considerando a natureza das migrações na segunda parte do milênio passado, os incessantes movimentos dos bantos, ao longo do I milênio da era cristã na África Subequatorial, podem explicar-se por razões diferentes e, provavelmente mais graves. A fome, a busca de condições mais favoráveis de existência, de terras cultiváveis e pastos, por exemplo, as epidemias, as guerras e o simples espírito de aventura podem igualmente ter motivado os primeiros deslocamentos dos povos bantos; entretanto, até o momento apenas pouca atenção foi dedicada a todas estas razões (LUNYIIDO e VANSINA, 2011, p.181).

Nesse sentido, a explicação apresentada por esses autores, que situa a migração Bantu como resultado de vários fatores e não somente um ou dois, parece mais coerente, porque, num período tão adverso como aquele, a população poderia

ter sido forçada a migrar por diversas razões como, por exemplo, a fome, já que esta vivia da coleta de frutos e da caça. Então, a escassez de animais para caçar, por exemplo, poderia ter empurrado os Bantu para regiões mais adequadas e menos hostis à sua sobrevivência e, assim a sua expansão gradual pelo continente.

Além do mais, o desenvolvimento da agricultura foi um processo lento que progressivamente foi se corporificando como uma atividade sólida capaz de substituir a economia fundante das sociedades Bantu, isto é, a caça e a coleta. É bem provável que o crescimento da agricultura e, sobretudo a sua participação mais direta na economia societal Bantu tenha resultado dos contatos que foram se estabelecendo com os árabes, indianos e chineses na época das trocas comerciais.

Para a Frelimo (1978), mesmo não sendo possível determinar, com precisão, as datas e a duração da expansão Bantu, é possível afirmar que, por volta do ano 1.000 d.C, os macuas e os ajauas tivessem alcançado as áreas nas quais se encontram, atualmente, isto é, as províncias de Nampula, Zambézia e Niassa. Por sua vez, os Chonas e os Ndaus das províncias de Manica, Sofala e parte Leste do Zimbabwe alcançaram o Sul do continente por volta de 1.500 d.C. E por volta do ano 1.600 d.C, os Zulos e os Xosas (da atual África do Sul) chegaram à costa do Natal.

Diante disso, é possível identificar três etapas dos movimentos migratórios no processo de ocupação do atual território de Moçambique: (i) a chegada dos Khoisan, primeiros habitantes da região austral de África, incluindo Moçambique; (ii) a vinda dos hotentotes, mais alto e forte do que os Khoisan, criadores de gado que usurparam as terras dos Khoisan já estabelecidos na região e (iii) a chegada dos Bantu que, no seu percurso desde a região dos Grandes Lagos até ao Sul do continente, tiveram de se confrontar com os Hamitas e outros povos.

Na figura 1, nota-se que a expansão Bantu começou provavelmente do interior da atual Nigéria e Camarões, região Oeste de África em direção ao Sul e dispersando-se, tanto para o Leste, possivelmente para a atual Uganda, Burundi, quanto para o Sul. Na imagem, observa-se que a migração Bantu abrangeu uma vasta área, desde os Grandes Lagos africanos até ao extremo Sul do continente, na atual região do Cabo.

grupos mais fortes) para agricultura e o pastoreio de animais justificam os sucessivos movimentos migratórios empreendidos pelos Bantu. As motivações subjacentes às migrações Bantu são descritas por Bellucci (2007 p.13-14). Para o autor, os Bantu, produtores de alimentos em busca de terras propícias para suas culturas e água, levavam, além de suas técnicas, suas línguas e

A tendência quase inevitável foi a de que caçadores, pescadores e coletores, nômades, pertencentes a comunidades de equilíbrio mais frágil, ao entrarem em contato com esses novos vizinhos, se sentissem atraídos pelas suas formas de convívio e sustentabilidade, quando não fossem obrigados a se submeter a tal proposta. Ou seja, por convencimento ou por força, os caçadores, pescadores e coletores tenderam a adotar o novo sistema de produção e organização social, bem como as línguas que chegavam. Como a lingüística orienta, o nômade, salvo em casos raros, aprende a língua do sedentário.

Corrêa e Homem (1977, p.25) assinalam que

um crescimento demográfico, aliado a conflitos com populações agrárias da região, teria forçado os Khoisan a uma procura de terras para o pastoreio mais a Sul. As consequências das migrações Khoisan se refletiram, predominantemente, na região que corresponde hoje ao Kenia, à Tanzânia, Moçambique, Rodésia²⁷ e África do Sul.

Conforme foi dito, as migrações constituíram, e ainda constituem um *ingrediente* forte no processo da formação territorial de Moçambique. No período colonial, por exemplo, a migração para as minas da África do Sul possibilitou a formação e, principalmente a diferenciação social na região Sul do país. Na mesma fase, em Tete, a mobilidade da força de trabalho para as minas e as plantações da Rodésia constituiu a estratégia da população masculina, tanto para fugir do trabalho forçado, como da cobrança do imposto colonial.

É provável que a massiva onda migratória no e para o interior do continente tenha resultado também da intensificação da caça aos escravos na costa oriental africana que obrigou os *Ngoni*²⁸ a migrarem em direção ao Sul onde fundaram o império Zulu. Esses reinos ou impérios, *grosso modo* localizados em regiões de

²⁷ A palavra Rodésia foi usada a partir de 1953 para designar a Federação constituída pela Rodésia do Norte (atual Zâmbia) e Rodésia do Sul (atual Zimbábwe). A designação Rodésia foi à forma encontrada pelo império britânico para homenagear um dos insaciáveis representante do capitalismo colonial na África, *sir* Cecil John Rhodes (1853-1902). Além de ser o rei dos diamantes; de pretender anexar Bechthonalândia (atual Botsawana), Rhodes desejava construir uma ferrovia que ligasse a região do Cabo ao Cairo, projeto que não se materializou. Rhodes fundou a *Bristish South African Companhy* (BSAC) responsável pela colonização do Zimbábwe, Malawi e Zâmbia (MINILLO, 2011).

²⁸ O grupo étnico *Ngoni ou Nvangunes*, são procedentes do Norte da região dos Grandes Lagos africanos. Estes eram pastores e criadores de gado bovino, daí a sua constante migração em busca de boas terras para o pastoreio. No seu movimento em direção ao Sul do continente estabeleceram-se na atual região da África Austral provavelmente há cinco séculos. Disponível em: <<http://lifestyle.sapo.mz/moda-e-beleza/casamentos/artigos/o-velho-casamento-nguni-e-a-tradicao-do-lobolo>>, Acesso em: 20. abr. 2017.

planaltos, já apresentavam uma estrutura societal mais ou menos estável. Neles, a terra era propriedade coletiva e o poder do chefe era legitimado pela sua suposta ligação e poder para comunicar com os ancestrais, o que lhe conferia lugar de destaque na hierarquia do reino (CORRÊA e HOMEM, 1977).

A propósito do culto aos antepassados, e crença nos ancestrais, é importante lembrar que, mesmo com as mudanças introduzidas nas sociedades africanas pela colonização e na sequência pelo processo da internacionalização do capital, que gestou a sociedade e as relações em rede e estruturas sociais *fluidas* e flexíveis, no dizer de Bauman (2004), em Moçambique o culto aos ancestrais continua uma prática presente no cotidiano das comunidades e participa na reprodução social das famílias, sobretudo no meio rural.

Em Mwaladzi²⁹, por exemplo, a população se recusa a utilizar o novo cemitério construído pela mineradora Rio Tinto, alegando que a empresa ainda não procedeu à exumação e transferência dos mortos de Capanga para Mwaladzi e, sobretudo porque não realizou a cerimônia tradicional que simbolizaria no entender deles, a inauguração do cemitério.

Portanto, concorda-se com Corrêa e Homem (1977 p.37), quando destacam a relação e significado das práticas tradicionais, bem como sua permanência atual no universo das sociedades africanas. De fato, o mundo africano comporta

Mitos, ritos, práticas do dia a dia, reciprocidade, respeito para com os antepassados com quem mantém um diálogo (místico). Ele é um código integral, interpretá-lo é um ato do cotidiano. Sua sobrevivência, como instrumento de compreensão da realidade, faz com que ela, hoje, interfira diretamente na vida moderna da África.

Portanto, esses e outros exemplos são pistas que nos permitem afirmar que o culto aos antepassados também tem lugar de destaque no processo da formação territorial de Moçambique, mesmo que aparentemente ameaçado pelas atuais práticas perturbadoras da ação capitalista no país, principalmente em Moatize. Na verdade, é justamente essa resistência demonstrada pelos moradores reassentados em Moatize, em relação a alguns aspectos simbólicos, como rio, local de lazer e, sobretudo o local onde invocava os antepassados, que apesar de eles estarem distante deles, os mesmo permanecem como referências para pensar as antigas aldeias. Retomar-se-á essa discussão na parte 5.

²⁹ Mwaladzi significa terra de pedras. É um reassentamento rural localizado no Posto Administrativo de Kambulatsitsi (PAK). Foi em Mwaladzi, onde foi reassentada a população retirada de Capanga pelas mineradoras Riversdale e Rio Tinto para dar lugar à exploração do carvão mineral.

Não menos importante nesse complexo processo de formação do território da África Subsaariana, incluindo Moçambique, foi a metalurgia do ferro. Para Bellucci (2007), os povos Bantu, cuja expansão em direção ao Sul partiu das atuais regiões da Nigéria e Camarões costeando a floresta, além de produtores de alimentos, eram também conhecedores da tecnologia de ferro a qual foi sendo gradualmente expandida pela rota oriental do continente inculcando transformações sociais nas savanas subequatoriais.

Sobre a importância do conhecimento do ferro nas sociedades africanas pré-colonial, Jane Humphris e Louise Iles discutem que, tanto em Buganda e Bunyoro (atual Uganda) quanto Nyiginya (atual Ruanda) ou mesmo em outras sociedades pré-coloniais da região dos Grande Lagos africanos, o ferro foi importante. Assim, a produção do ferro foi crescendo em função do aumento da demanda por instrumentos de trabalho e armamento. Por isso, para Humphris e Iles (2002, p.56) é provável que a indústria de produção do ferro tenha tido significativo impacto no ambiente e influenciado as redes comerciais desses povos, bem como as estruturas sócio-políticas da região, uma vez que

O crescimento da produção do ferro demonstrou ser a força motriz para o desenvolvimento político, social e econômico no segundo milênio da Era Cristã. A esta atividade deve-se igualmente as mudanças ambientais, na paisagem da região e nas relações sociais. Forte e durável, o ferro era particularmente adequado para a produção de ferramentas agrícolas e de armamento. A produção de enxadas de ferro e machados estimulou a devastação e o desmatamento das florestas, bem como o aumento da agricultura, enquanto a produção de armamento aumentou as batalhas e disputas por territórios na região.

De fato, nas sociedades africanas pré-coloniais, a utilização do ferro e de outros metais como o cobre, por exemplo, possibilitou o aumento gradual da produção agrícola como resultado do melhoramento das ferramentas de trabalho. A partir daí, o homem poderia intervir mais decisivamente na natureza, embora em níveis menos devastadores do que os atuais.

Silva (2008, p.11) estudou a importância e os mitos associados ao ferro nas sociedades pré-coloniais da África central. Na pesquisa intitulada *Homens de ferro: os ferreiros na África central, no século XIX*, a autora demonstra o significado dos metais e de outros elementos da natureza nessas comunidades. Para os africanos, "o funcionamento da sociedade só estaria garantido se o mundo vegetal, o mineral e o animal estivessem em harmonia e qualquer forma de desequilíbrio pode resultar em catástrofes sociais". Isso revela que, enquanto para os portugueses o ouro e a

prata abundantes em várias partes da África representavam a possibilidade de engrandecimento do império colonial, para os africanos, por sua vez, tais recursos eram o garante do equilíbrio entre as forças da natureza e, protegê-los da cobiça colonial era uma questão de manutenção e de existência do grupo.

Portanto, foi esse o ponto de inflexão entre as sociedades pré-coloniais e os portugueses, que em parte, dificultou o acesso e a exploração dos minérios pelos portugueses. É preciso lembrar que, aos reis e aos chefes locais, cabia a tarefa de controlar esses recursos o que de certa forma conferia-lhe um privilegio e reconhecimento dos seus poderes sobre o restante dos membros de determinada sociedade (CORRÊA e HOMEM, 1977).

Dito isso, é correto afirmar que a fundição do ferro foi uma das atividades que também participou ativamente na formação territorial da África Subsaariana, da qual Moçambique é parte integrante. Por isso, é possível associar a metalurgia do ferro com os seguintes eventos: o aumento da produção; a conquista de novos territórios, tanto pela "sedução", submissão, como pela abertura de novas frentes e a expansão das fronteiras; a sedentarização, bem como a constituição dos primeiros reinos e impérios com uma estrutura social mais ou menos bem organizada.

Na região que corresponde à atual África Austral, pesquisas arqueológicas, relativamente, recentes (1960) confirmam a presença e o uso do ferro nas sociedades que precederam aos atuais povos dessa região. Materiais como panelas de barro; lanças de ferro; construções líticas, restos de material em porcelana ou em vidro, por exemplo, atestam a presença de povos anteriores que tinham conhecimento sobre a tecnologia do ferro e estabeleciam contatos com outros povos, provavelmente de origem asiática.

Dentre essas pesquisas, a do etno-historiador, antropólogo e professor António Rita Ferreira (1922 - 2014), que reúne resultados de várias pesquisas arqueológicas sobre a região da atual África Austral, fornece pistas para a compreensão dos modos de vida da população que habitou a região que corresponde ao atual território moçambicano. Com efeito, as escavações e as pesquisas realizadas na Zâmbia, no Malawi, na Rodésia, na África do Sul e na

Suazilândia, confirmam a presença e a utilização do ferro nas sociedades africanas primitivas³⁰.

De forma particular, os utensílios encontrados em Machili uma antiga estação da idade de ferro no Kalahari zambiano, testemunham o uso de objetos produzidos na base do ferro tais como: armas; lança; flechas, machados e enxadas, o que, em parte, corrobora a ideia de Humphris e Iles (2002) sobre a crescente utilização do ferro. Por sua vez, as escavações arqueológicas realizadas na Rodésia demonstram que as culturas mais antigas da idade de ferro, ou seja, o Ziwa e Gokomere foram encontradas na faixa que vai desde o rio Zambeze, rio Save ao alto Limpopo - três rios que atravessam o território moçambicano. Esses povos já conheciam a mapira, a mexoeira, alguns amendoins e cucurbitáceas.

Na região que se estende do Oeste da Rodésia, passando por Botsuana e Limpopo, há evidências de que, entre os finais do ano 1.000 d.C, novos imigrantes da idade do ferro, provavelmente Chonas miscigenados com povos Gokomere deram lugar a cultura Kopje, estreitamente associado à mineração do ouro aluvionar para as trocas comerciais e o fabrico de objetos de adorno. Enquanto isso, parte do material encontrado em alguns sítios arqueológicos em torno do lago Niassa (partilhado por Moçambique, Malawi e Tanzânia) atesta a presença de povos primitivos, entre os séculos II e III d.C, que faziam a fundição do ferro, conheciam o cobre e também praticavam a agricultura e a caça (FERREIRA, 1982).

Em função disso, é possível afirmar que, assim como a metalurgia do ferro, a mineração também teve papel de destaque na formação territorial da África Austral, incluindo Moçambique. De fato, foi a necessidade de controlar as áreas de extração do ouro aluvionar que gestou o Grande Zimbábue, os impérios de Mwenemutapa e mais tarde possibilitou a fundação de Sena em 1505, uma estação de abastecimento dos portugueses em busca das minas de ouro do interior de Sofala (ISAACMAN e ISAACMAN, 1991). Aliás, como veremos em diante, os navegadores portugueses, na sua busca pelo caminho marítimo para as Índias orientais, entusiasmaram-se com as feiras de ouro, cobre e marfim, existentes nas regiões abarcadas por esses impérios.

³⁰ Na tese, o termo primitivo não está sendo usado no sentido de oposição ao evoluído ou moderno como pretendem as pesquisas do viés eurocêntrico, mas para se referir as sociedades que precederam aos povos que habitam essas regiões na atualidade.

Portanto, podemos afirmar que o quadro das comunidades africanas pré-coloniais foi, predominantemente, marcado por populações dispersas e migrantes, nas quais o desenvolvimento gradual da agricultura possibilitou contatos com comunidades vizinhas. Disputas territoriais, fome, doenças são alguns fatores que explicam a expansão Bantu. O quadro 1, sintetiza algumas características das sociedades africanas pré-colonial.

Quadro 1 - Síntese das características das sociedades africanas pré - colonial

Fase	Padrão configurante
Pré- colonial	• Estruturas políticas de reinos e impérios com extensas áreas de influência • Equilíbrios políticos, sociais e culturais dentro de cada área de influência • Poder político efetivo exercido por aqueles que detinham o poder da palavra e que se integravam nos rituais religiosos • Poder simbólico do rei exercido sob a forma de delegação dos símbolos do poder • Papel estabilizador e negociador do rei como detentor do poder simbólico em contextos de conflito • Papel distribuidor do rei por meio da concessão dos símbolos do poder • A legitimidade do poder é estabelecida por relações de parentesco: a origem biológica é determinante para a apropriação do poder simbólico • A estruturação do poder parte de um centro dominante (habitualmente de maior concentração populacional) e vai enfraquecendo à medida que se avança para as periferias que, por sua vez, também são periferias do próximo centro dominante

Fonte: Carvalho (2005).

No quadro 1, destaca-se o grau de centralização do poder nas mãos do rei. Este, por meio da palavra aqui entendido como discurso, mantinha sob seu domínio extensas áreas, nas quais alguns dos seus súbditos sequer conheciam o rosto de quem os governava e, esse parece ser o caso do Grande Zimbabwe, cujo domínio abarcava a região do atual Zimbabwe, quase a totalidade do Centro de Moçambique até Manyinkeni.

Enfim, considerando os aspectos apresentados, compreende-se que as sociedades africanas pré-coloniais eram rurais; com modo de produção linhageira doméstico; uma composição clânica; uma estrutura familiar patriarcal comportando grupos matrilineares e patrilineares; o exercício do poder era geralmente reservado aos homens, sobretudo os mais idosos - o "mais-velho africano", no dizer de Cabaço (2007); existiam assembleias deliberativas ou consultivas nas quais os chefes de família tinham assento.

1.1.1 Os Entrepostos Comerciais

He muito abundante o ouro, o qual se acha em grandes cantidades, assim em minas como em rios, e alagoas [...]. De dentro, de obra muito prima, estão outras fortalezas feitas do mesmo modo, nas quaes todas tem el-Rei capitães, e que se pode julgar dellas he, que foram feitas para guardar daquellas minas de ouro (GOES, 1970, citado por CORRÊA e HOMEM, 1977, p.56).

O surgimento dos entrepostos comerciais, ao longo da costa oriental africana, é resultado de uma arregimentação de fatores no decurso da história africana pré-colonial. Dentre esses fatores, cabe destacar, por exemplo, as transformações autógenas ocorridas nessas sociedades fruto do contato com outros grupos étnicos; o contato com povos orientais, árabes, persas, chineses, indianos, malaio e mais tarde, isto é, no século XV, com os navegadores portugueses.

Essa alteração de forças nas sociedades africanas primitivas suscitou novos modos de produção e de reprodução social, induzindo a novos arranjos territoriais. Marx (1977) refere que a mudança das forças produtivas, entendidas como o conjunto formado pelo homem e seus instrumentos de trabalho, implica também a alteração do modo de produção vigente. Logo, as formas sob as quais os homens produzem, consomem e trocam são transitórias e históricas. De tal modo que, ao adquirir novas forças produtivas, os homens mudam seu modo de produção e, com ele, também as relações econômicas, que não eram mais que relações necessárias daquele modo concreto de produção.

Nesse contexto, novos atores despontam, no vasto repertório de fatos e façanhas que, em conjunto, teceram a história da costa oriental africana, inclusive a de Moçambique. O aparecimento de Zanzibar, por exemplo, que apressadamente se tornou numa das mais exuberantes cidades comerciais do Oceano Índico, não só possibilitou a intensificação do comércio com as regiões do interior, mas também permitiu a difusão do islã, principal herança desse período, presente em quase toda a costa moçambicana.

A propósito da expansão do comércio, concomitante ao desenvolvimento do Islã, Mattos (2016) explica que a difusão do Islã ocorreu, quase sempre, atrelada às caravanas comerciais que eram acompanhadas por instrutores muçulmanos,

conhecidos por *mwalimo*; à medida que se expandia o comércio para o interior, também se buscava converter os chefes dessas regiões.

Masao e Mutoro (2011) chamam atenção em relação à forma e aos processos que permearam a difusão do islã. Para eles, a propagação do islão, principalmente para o interior do continente, não foi uma ação imediata após a chegada de imigrantes árabes na região Sul da costa oriental de África a partir do século V, mas resultado de um acúmulo de tempos. Sendo assim, uma civilização costeira propriamente islâmica, isto é, a dos *Shirazi*, diferente das outras sociedades costeiras, só se formaria a partir do século VIII, portanto, durante muito tempo, o islã ficou confinado aos imigrantes da Arábia ou da Pérsia estabelecidos na costa.

Zanzibar ou *bilād al-Zandj*, como era conhecido entre os mercadores árabes e persas, funcionou, durante séculos, como o "sistema nervoso central" que dinamizava as relações comerciais entre a África oriental e os povos asiáticos. A partir dele, muitos comerciantes, até então, confinados no litoral, passaram a adentrar para o continente com suas caravanas em busca de mercadorias, o que contribuiu sobremaneira para as transformações sociais, políticas e econômicas, tendo repercussões, igualmente, na configuração do Islã na região (PENRAD, 2004).

Deste modo, lado a lado com Zanzibar, novos centros ou cidades comerciais foram criados, tanto ao longo da costa do Oceano Índico, como no interior do continente. Sofala, Mombassa, Kilwa, Malindi, Ilha de Moçambique e, mais tarde, Angoche, por exemplo, são algumas cidades fundadas na costa índica. A fundação de Sofala, também conhecido por país de Sofala³¹, favoreceu a difusão do comércio ao longo da costa oriental africana e possibilitou o povoamento do seu interior. Desde então, além de Zanzibar, as trocas comerciais passaram a ser efetuadas também a partir da costa de Sofala, cujos produtos (ouro, marfim, madeira e outros produtos tropicais) vinham do interior.

³¹ A designação de Sofala, *Sufāla al-Zandj*, isto é, Sofala dos negros; *Sufāla al-dhahab*, ou seja, Sofala de ouro, ou mesmo *Sufāla al-tibr*, portanto, Sofala das areias auríferas, era a nomenclatura geralmente usada pelos mercadores indianos e persas para designar Sofala e diferenciá-la da cidade de indiana de Sofala, próximo a Bombaim (MASAO e MUTORO, 2011).

Segundo Souza Cruz (2008), é provável que a designação Sofala, *Bilād al-Sufāla* provenha de *Sophira* e por aférese e apócope das letras iniciais e final, deu origem a *Ophir* ou *Ofir*, uma lenda relacionada com antiga rainha de Sabá, sito em *Ofir*. Na tradição oral, diz a lenda que desde o Rei Salomão esta rainha mandava carregar os barcos de Salomão com ouro e pedras preciosas.

Seja como for, fica evidente para nós que o termo Sofala, hoje Província de Sofala, seu nome está intimamente ligada à presença árabe e persa em busca do ouro, o que equivale dizer que esse nome está relacionado à opulência aurífera dessa região, que não só abarcava o atual território de Moçambique, mas também as terras do Zimbábwe.

Pate, Sena e Tete, por sua vez, constituíam os entrepostos que funcionavam no interior do continente, sobretudo no atual território da Província de Tete. A fundação da estação de Tete, particularmente, foi de vital importância para a fixação de comerciantes, aventureiros e desertores portugueses que, sendo mandatários do rei ou agindo por conta e risco próprio, estabeleceram-se na região do vale do Zambeze³², em busca das minas de ouro da rainha de Sabah. Mais tarde, esses aglomerados deram lugar aos prazos³³ da coroa (ISAACMAN e ISAACMAN, 1991, MASAO e MUTORO, 2011).

De acordo com Ferreira (1982), os entrepostos comerciais são produto direto da procura do ouro relacionado com o expansionismo que caracterizou as dinastias persas dos Sassanidas (226-640 d.C), durante a qual a ourivesaria atingiu considerável desenvolvimento. Somente a partir desse período, a dinastia Sassanidas passou a controlar efetivamente a produção na costa oriental africana.

Segundo o mesmo autor, o dinar de ouro encontrado em Kilwa, as descrições feitas pelo viajante Al-Masudi sobre o Zanzibar ou terra de *Zanj*, ao descrever a rota Sul de Sofala, por exemplo, comprovam os contatos comerciais entre a costa oriental da África e os povos asiáticos. Os grandes ou pequenos centros comerciais, criados nessa época para facilitar a troca de ouro, marfim, peles de animais, prata e cobre por especiarias asiáticas: canela; cravo; panos; missangas, porcelanas e outros objetos de valor, possibilitaram a formação de uma aristocracia africana que, com o tempo, foi se consolidando e povoando as regiões do interior do continente.

Esse intercâmbio foi responsável também pela ocupação do interior da Província de Tete, o avanço gradual em direção à atual região Sul de Moçambique, a formação na região Sul da Província de Nampula, do sultão de Angoche, um dos focos de resistência à ocupação colonial portuguesa entre os séculos XIX e XX.

³² O vale de Zambeze corresponde a uma extensa área inundada pelas águas do rio Zambeze que vai desde o Zumbo, na fronteira com a Zâmbia, passando pela cidade de Tete e por Sena até atingir o Oceano Índico. Essa região constituiu o principal bastião dos colonos portugueses e dos comerciantes árabes.

Cf. MAIA, António A. *Mudanças sócio-culturais entre os nyungwe do vale do Zambeze: resistências, rupturas e continuidades na estrutura social*. 2015. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Universidade de São Paulo.

³³ O sistema de prazos se constituiu como uma forma de administração e sistema de colonização que consistia no arrendamento da terra pelo prazo de três gerações (daí a designação) ficando o prazeiro responsável e senhor das terras e das populações residentes nessas terras. A tarefa fundamental do prazeiro era submeter às populações e organizar forças militarizadas para defender os interesses da Coroa portuguesa (CABAÇO, 2007).

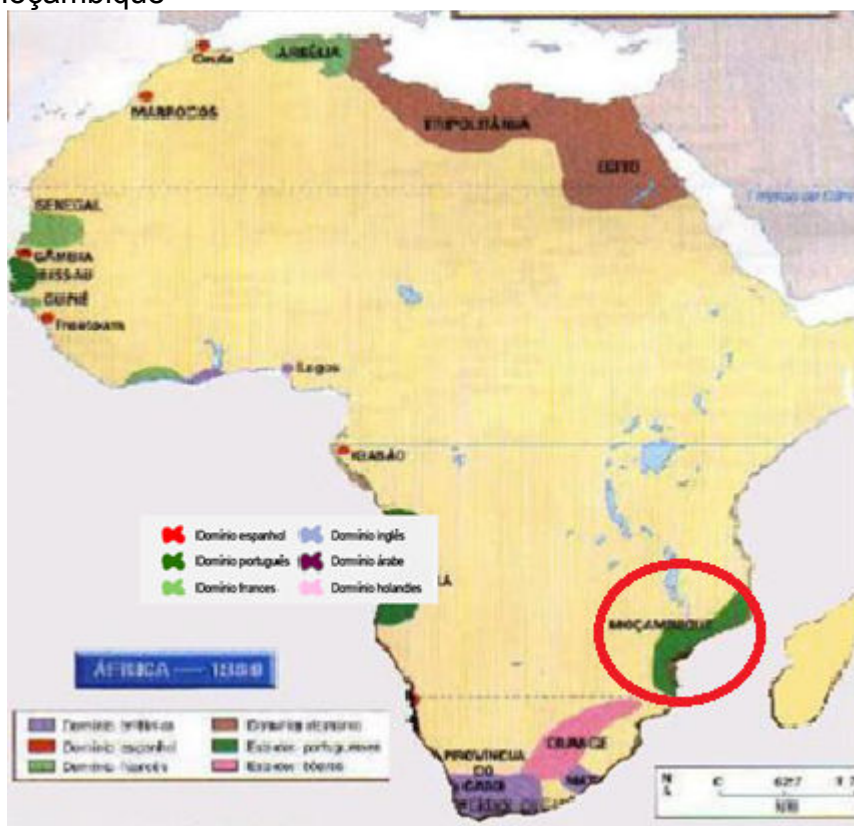
Todavia, foi somente a partir de 1498, no início do século XV, que atuação imperialista europeia iniciara a sua longa marcha na configuração territorial do atual Moçambique. A passagem de navegadores portugueses pela costa Índica e o estabelecimento de bases navais de apoio à circulação, em direção as Índias, marcou o início das relações entre a costa oriental africana e o mundo europeu. Relações essas que, nos séculos seguintes, seriam garantidas, tanto pela compulsória retirada de africanos para serem vendidos como escravos, no Brasil, em São Tomé e Príncipe, Cuba e em outros países, como pelo saque indiscriminado de matéria-prima para dinamizar o projeto de industrialização europeia na fase inicial. Essa etapa inicial da ação imperialista europeia na África representa, em todos os sentidos, aquilo que Karl Marx denominou de acumulação primitiva do capital.

Para Marx (1977, p.102)

A descoberta do ouro e da prata na América, a aniquilação, escravização e enfurnamento da população nativa em minas, os primórdios da conquista e da pilhagem da Índia e a transformação da África em uma reserva para a caça comercial a peles negras, todas essas coisas caracterizam a aurora da era da produção capitalista.

Dessa forma, a expansão marítima portuguesa fruto das condições de Portugal e da Europa da época permitiu que Portugal "vasculhasse" grande parte do continente africano, desde a costa Oeste, Central até a costa Leste em busca de metais preciosos (ouro, prata, cobre) e de outros produtos (Figura 2). Sua inserção na costa oriental africana, por exemplo, alterou profundamente o quadro das relações, até então, existentes entre os comerciantes árabes, indianos, persas já estabelecidos na costa e a aristocracia africana presente no interior do continente.

Figura 2 - Ocupação do litoral do continente africano pelos países europeus, antes da Conferência de Berlim, destacando Moçambique



Fonte: Charles e Marques de Sá (2011).

José Luís Cabaço relaciona a mudança nas relações com o conflito que deflagrou entre os portugueses e os mercadores swahili pelo controle do comércio e das rotas comerciais. Para Cabaço (2007, p. 28, grifos do autor),

No Oceano Índico, até então dominado por navegadores e mercantes *swahili*, árabes e indianos, novos interlocutores se inseriram na disputa por rotas marítimas vitais de acesso ao Oriente e por posições privilegiadas para o comércio de produtos locais (produtos agrícolas "exóticos", marfim, penas de avestruz, ouro, prata, especiarias) e, mais tarde, para o tráfico humano, que se tornaria atividade dominante.

Portanto, se é certo que a inserção de mercadores portugueses no comércio com a costa oriental de África alterou a correlação de forças entre os comerciantes árabes estabelecidos na costa e a aristocracia africana do interior, é também correto relacionar a fixação colonial portuguesa nessa região com a necessidade de Portugal desejar uma participação mais ativa nas trocas comerciais entre os árabes e a aristocracia africana. Além disso, é certo que a vontade portuguesa era expulsar os árabes que, até então, eram os principais intervenientes na região e, a partir daí,

deter o monopólio do comércio com o interior e controlar as fontes de obtenção do ouro, do marfim, do cobre e da prata.

Para Corrêa e Homem (1977, p.56), o ouro teve duplo papel, tanto para a centralização do poder e a edificação do império de Mwenemutapa, quanto para a atração dos navegadores e comerciantes europeus para o interior. É,

Justamente a esta extração aurífera que se deve a centralização do poder político entre as tribos Makaranga e Rowzi, que fez germinar o Império de Monomotapa. Este ouro escoado através da rede comercial das cidades costeiras atravessava o oceano em barcos de junco para suprir os joalheiros imperiais da Pérsia, da Índia e da China. No século XVI, a desagregação já em curso na sociedade protofeudal no Monomotapa não impediu que o mito do ouro do Zimbabwe aticasse a cupidez dos primeiros navegadores.

Note-se, a propósito da centralização do poder, o entendimento de Marrupi (2007), que relaciona esses fatos com o aparecimento no atual território de Moçambique de dois grandes tipos de sociedades: a primeira, na qual a agudização dos conflitos fez nascer o Estado e a segunda, que se situou em nível de simples chefaturas. É no primeiro grupo de sociedades que se insere o clássico Estado de Mwenemutapa. Localizado na região do Zimbabwe, o Estado de Mwenemutapa controlava as minas de ouro na costa oriental africana, situadas desde o Sul do rio Zambeze; do Limpopo ao Kalahari até ao Oceano Índico.

Sousa Cruz (2008), por sua vez, entende que a fundação de Mwenemutapa foi condicionada pela chegada dos Chonas no planalto central do Moçambique atual, entre os rios Save e Pungué. Esse grupo era patrilinear e dedicava-se à prática da agricultura, ao pastoreio e à transformação do ferro e ouro e, só no reinado de Makaranga é que passou a ser designado Mwenemutapa, isto é, senhor das minas.

Desse modo, as teses defendidas por Corrêa e Homem (1977), Marrupi (2007) e Sousa Cruz (2008) nos permitem situar o ouro, como um dos metais preciosos do qual dependeu a manutenção do comércio e do poder da aristocracia africana, já que ele era o símbolo de prestígio e do poder. A partir disso, entende-se que a construção dos impérios africanos pré-coloniais foi tanto fruto do acúmulo de certa quantidade de riqueza decorrente do comércio com os mercadores árabes estabelecidos na costa, como imperativo dos reis protegerem as regiões auríferas da cobiça estrangeira, conforme expõe Goes (1970).

Portanto, foi à busca pelo ouro e outros produtos procurados na Europa que, em parte, teceram-se as teias da formação do que é hoje território moçambicano, no período dominado pelas trocas comerciais entre os árabes e os reinos e impérios

africanos pré-coloniais. A exuberância desse comércio gestou grandes cidades ou entrepostos comerciais situados na costa do Índico, as quais algumas perduram nos dias atuais, embora com outras roupagens ou quase abandonadas e degradadas.

Marrupi (2007) entende que a procura de minérios e outros produtos como, por exemplo, o marfim, a madeira rara e, mais tarde os escravos, fez convergir e conflitar na costa oriental africana interesses asiáticos e europeus e, um dos resultados disso é o mosaico cultural presente ao longo da costa moçambicana. Nesse sentido, a diferença cultural entre a costa e o interior, do que hoje é território de Moçambique, espelha a origem difusa das forças que atuaram na formação dessas frações do território nacional. Comprova igualmente que, apesar da derrota infligida aos árabes considerados infiéis, o que culminou com sua expulsão, eles foram bem sucedidos no que diz respeito à difusão do islã, processo esse que ocorreu paralelamente à inserção de mercadores árabes e a conversão de alguns chefes locais, conforme explica Mattos (2016).

Assim, a intensa busca por essas *commodities*, que só mais tarde encontrou materialidade na Revolução Industrial no final século XVIII, foi simplesmente o início de uma longa e profunda marcha que, no caso de Moçambique, duraria quase cinco séculos. A fase, inaugurada pela Revolução Industrial, demandava, cada vez mais, matéria-prima para alimentar a indústria europeia, o que, em parte, se justificava quaisquer que fossem os métodos para garantir o acesso aos recursos.

De acordo com Cabaço (2007), a Revolução industrial na Europa, que se intensificou no século XIX, introduziu o capitalismo concorrencial, o qual demandava a expansão das fronteiras, ou seja, o alargamento do controle e do acesso direto das fontes de matérias-primas de que a indústria europeia necessitava e de fato, ainda necessita. O imperativo de obtenção da matéria-prima, bem como da mão de obra *dócil*, abundante e barata, fazia *brilhar os olhos* e atiçava a voracidade dos capitalistas e dos governos europeus que apressadamente constituíram grandes sociedades que passaram a apoiar e financiar as expedições para a África.

Silva (2008, p.14), fala do frenesi que reinava no seio dos portugueses em relação à possibilidade de encontrar as afamadas minas. É desse modo que,

A ânsia em encontrar as tão sonhadas minas fez com que Portugal acreditasse em quaisquer rumores que apontassem possíveis minerais, fossem eles cobre, ferro, ouro ou prata. Qualquer pedra com uma cor ou formato incomum já servia para exaltar os ânimos de uma possível descoberta.

Cabaço (2007, p.29) entende que os portugueses empreenderam uma intensa busca por metais preciosos, de tal modo que,

Na busca do ouro, prata e marfim, ou no esforço de estender suas redes comerciais a potestados do interior, esses aventureiros europeus (e, no caso de Moçambique, também indianos) bem como alguns missionários religiosos iniciaram a penetração dos territórios, preferencialmente subindo os rios, e esporadicamente por lá se fixavam.

De acordo com Isaacman e Isaacman (1991, p.6), a fixação dos portugueses se processou, principalmente, a partir do interior do território que hoje é Moçambique. Após a fundação de Sofala em 1505, no período posterior, pequenos grupos de comerciantes e aventureiros portugueses afluíram ao vale do Zambeze à procura das minas de ouro da rainha Sabah. Com efeito, "em meados do século XVI os portugueses tinham já estabelecido centros administrativos em Sena e Tete, assim como certo número de feiras comerciais no interior, onde adquiriam ouro, marfim, cobre e produtos tropicais dos povos circundantes".

Ressaltando a importância do ouro dentro do projeto colonial de conquista, Capela (2002) explica a, propósito que foi o ouro e o marfim e não os escravos que levaram os descobridores a explorarem o vale do Zambeze, a partir do século XVI.

Sousa Cruz (2008), por sua vez, interpreta a inserção portuguesa, a partir de uma arregimentação de fatores e de tempos sem, no entanto, descartar a centralidade do ouro nesse processo. Para ele, quando em 1486, Pêro da Covilhã fez chegar às primeiras notícias sobre a África oriental, a existência de Sofala e do Cabo, também deu a conhecer a existência de muito ouro em *Çofala* (Sofala), antes mesmo da passagem de Vasco da Gama. Souza Cruz (*op.cit.* p. 6) explica que

Era satisfatório o negócio, pois caso contrário os árabes (mourous na nossa linguagem da época), muçulmanos da Arábia e zonas limítrofes não teriam tomado conta de toda a zona a norte e junto ao rio Zambeze (na altura chamado de rio Cuama), das suas costas e da organização das caravanas que atravessam África desde as minas de ouro, até à costa, onde podiam ser exportados via marítima. No regresso da Índia, Vasco da Gama passou por Quelimane e Sofala. E foi em Sofala que ele ouviu falar de um reino do interior rico em ouro. A fama das minas de Sofala correu mundo nas mãos de Américo Vespúcio, de Faitada, de Pisani, do próprio D. Manuel I em carta aos reis católicos, de Tomé Lopes e de Ramusio. É certo que inicialmente era intenção do Rei de Portugal, dominar toda a costa oriental africana desde o Cabo da Boa Esperança até ao Cabo de Guardafui [extremo Norte da Somália]. [Cabia a Capitania de Sofala] fornecer o ouro, considerado o melhor cabedal de troca para a pimenta do Oriente.

Newitt (1997, p.14) expõe a outra "face da moeda" na amálgama de fatores que teriam empurrado Portugal a lançar as suas forças políticas para o Oriente em

busca de prováveis soluções. Para ele, a expansão portuguesa é fruto da pobreza de Portugal e não de sua riqueza, porque

Portugal medieval produzia apenas vinhos e azeitonas, e frequentemente era incapaz de conseguir o milho suficiente para alimentar os cerca de um milhão de indivíduos. Foi à luz deste urgente problema de crescimento que a coroa portuguesa decidiu estabelecer a sua força política no oriente, estratégia esta na qual Kilwa e Sofala desempenhariam um papel decisivo. Portugal pretendia tomar parte no comércio lucrativo que era desenvolvido com os países orientais. [Com efeito] Portugal acreditava que o volume do ouro comercializado entre Sofala e Kilwa tinha grande importância e poderia cobrir as suas despesas e muito cedo determinar as suas ações na costa oriental africana.

Portanto, em função do que foi apresentado, é bastante claro que foi o ouro e outros metais preciosos que obrigaram a Europa, sobretudo Portugal, a estender seus tentáculos além de suas fronteiras, o que, em parte, condizia com a corrente econômica dominante na Europa do século XV a XVIII. Foi à procura do ouro; da prata; do cobre, do estanho e de outros metais preciosos que povoavam o imaginário da riqueza europeia da época, que levou os portugueses e os espanhóis a aventurarem-se, por exemplo, pelo continente americano e africano.

Por isso, o ingresso dos portugueses como novos atores, no secular comércio à longa distância, com a costa oriental africana, anuncia uma nova etapa na história da mineração no que seria Moçambique atual, assim como na configuração de seu território. A partir desse período, a extração do ouro passa a ser uma atividade mais intensa, consistindo não só na coleta das pepitas de ouro à jusante dos rios, mas também na abertura de poços e a exploração de novas frentes, mesmo que de forma bastante rudimentar. A mineração do ouro passa a ser controlada não só pelos chefes africanos, mas também por comerciantes e aventureiros portugueses, às vezes em aliança com os chefes locais, ou agindo por conta própria, já que os primeiros passaram a controlar algumas feiras de ouro localizadas no interior de Sofala e Tete.

Nesse período, enormes quantidades de ouro foram adquiridas e enviadas para as Índias; foi construído um considerável número de fortificações com vista a repelir os ataques protagonizados pelos árabes, ou mesmo as resistências infligidas aos portugueses pelos chefes locais para impedir o acesso destes às regiões auríferas. Desse modo, a construção e a destruição deste ou daquele forte; a ocupação da Ilha de Moçambique pelos portugueses, o envio de ex-prisioneiros, degredados, aventureiros, delinquentes para o interior de Tete que criaram uma das mais importantes feiras de ouro, bem como a nomeação de capitães, preenchem o

mapa das disputas e as estratégias acionadas em busca do ouro, do marfim e dos escravos.

Do ponto de vista cultural, essa arregimentação de fatores e encontros de culturas foi decisivo na diferenciação cultural entre o Centro, Norte e o Sul de Moçambique. O tráfico de escravos, por exemplo, impactou fortemente as relações sociais e a formação territorial do Centro e Norte de Moçambique e, em menores proporções, a região Sul do país. Esse abominável negócio, que Portugal sempre justificou como missão civilizatória, legou marcas e monumentos que simbolizam a presença secular dessa atividade, principalmente nas regiões costeiras.

O jardim das Memórias (Foto 1) e a rampa dos escravos, localizados respectivamente na Ilha de Moçambique e na Baía de Mossuril em Nampula, são exemplos desses majestosos símbolos que inspiram análises profundas e interdisciplinares³⁴, com vista a compreender as nuances do tráfico de seres humanos naquelas dimensões.

Foto 1 - Vista parcial do Jardim das Memórias, local de partida dos escravos no período colonial, Ilha de Moçambique



Fonte: Biblioteca do macua (2017).

³⁴ Para Santos (2008) a interdisciplinaridade deve ser pensada a partir da aglutinação de diversas disciplinas em torno de um mesmo fim. Ou seja, a interdisciplinaridade não deve ser confundida com a multidisciplinaridade, pois, enquanto a primeira se refere a uma ligação entre conteúdos ou disciplinas diversas em torno de um mesmo objetivo de estudo, a segunda diz respeito a uma possível colaboração multilateral de diversas disciplinas sem, contudo, se assegurar a integração entre essas disciplinas.

No interior, a atuação de Portugal na interceptação do ouro e do marfim, provenientes da Província de Tete, bem como a missão pacificadora dos missionários, criaram condições para a formação de umas das primeiras feitorias portuguesas no interior de Moçambique. Concomitante a isso, foi no interior dessa Província, onde foi erguido um dos primeiros templos católicos fora do litoral, a monumental missão e igreja de Boroma (Foto 2), símbolo da presença cristã no interior de Moçambique (CAPELA, 2002).

Com efeito, o envio de emissários, de comerciantes e de missionários católicos, tanto para o interior, como para a costa do atual território de Moçambique, compôs, durante séculos, o mapa estratégico usado por Portugal para garantir sua presença em alguns pontos do país. Essa forma tímida de atuação justifica, pois, o fato de a presença colonial mais efetiva ter ocorrido somente no século XIX e as missões de pacificação terem cessado apenas no século XX.

Foto 2 - Igreja de São José - Missão de Boroma (Distrito de Changara, Tete), símbolo da presença cristã portuguesa no interior de Moçambique



Fonte: Biblioteca do macua (2017).

Portanto, o que se pode assinalar em relação ao período dos entrepostos comerciais é que a fundação desses "potentados" possibilitou o incremento do comércio e o gradual avanço para o interior, até então, pouco povoado. Por um lado, a decadência de antigos Estados e surgimento de novos, em função de vários fatores, por exemplo, as migrações e as guerras pela sucessão ou pelo controle das regiões auríferas engendraram uma aristocracia africana mais forte, militar e estruturalmente, bem como sua expansão no sentido Centro- Sul de Moçambique atual.

Por outro lado, a criação das feiras no interior (Massapa, Luanze e Manzovo), nas atuais províncias de Manica e Tete; a derrota infligida aos portugueses pela tropa do império de Mwenemutapa em 1571 e 1574; demonstra o interesse de Portugal em conquistar por via da força e submeter os africanos, com vista a ter o acesso às fontes de ouro, do marfim e o monopólio na captura de escravos.

Por sua vez, a aquisição de direitos sobre as terras e minerais na Zambézia, em Tete e Manica em 1607 e sua posterior retomada em favor dos chefes africanos; a oficialização dos designados prazos da Coroa e as várias tentativas de sua dissolução; a crescente inserção e povoamento de Tete, a partir do casamento entre os prazeiros e as mulheres nativas, fortalecem a ideia de que a ocupação colonial e, sobretudo o acesso às regiões com riqueza mineral, foi um processo que envolveu sangrentas batalhas e sutis jogos de diplomacia entre os portugueses e os líderes africanos. O quadro 2 apresenta a síntese das características desse período.

Quadro 2 - Síntese das características do período dos Entrepostos comerciais

Fase	Padrão configurante
Fase mercantil	• A implantação de postos comerciais e o tráfico de escravos conduziram os europeus à necessidade de romperem as estruturas de poder tradicionais das sociedades africanas pré-coloniais • A analogia direta entre as cruzadas ou as guerras contra os infiéis e a expansão ultramarina europeia, traduzida na concessão de direitos territoriais, estabeleceu-se como padrão configurante para a atitude estratégica europeia • O papel das ordens religiosas na articulação entre a difusão do cristianismo e a construção imperial é apoiado na concessão de benefícios econômicos que constituem estas entidades como centro de acumulação de capital que é utilizado para financiar a expansão. • A Europa, sobretudo Portugal, camuflou os objetivos econômicos pela missão religiosa e civilizatória, daí que a guerra foi sempre a estratégia dominante nos casos em que a ação religiosa não surtisse efeitos desejados e/ou fortemente repelida como sucedeu com a execução do padre jesuíta Don Gonçalo da Silveira em 1562 • O envolvimento mais direto de Portugal nas disputas territoriais pelo acesso as zonas mineiras, a resistência demonstrada pelo Estado de Mwenemutapa, bem como a invasão Nguni, criaram condições para a ocupação de extensas áreas desde o Sul do Rio Zambeze até ao Rio Limpopo.

Fonte: Adaptado de Carvalho (2005).

O quadro 2 apresenta o padrão e as estratégias acionadas pelo imperialismo europeu, sobretudo por Portugal, com vista a tirar proveito do tão lucrativo e fundamental comércio com as Índias e com os Estados africanos. A voracidade e os

métodos que Portugal usou para monopolizar o comércio e se apossar das fontes de obtenção do ouro, do marfim, da madeira e da caça aos escravos, comprovam a vitalidade desse negócio para a manutenção do *status* de Portugal no cenário político e econômico da Europa.

Fruto disso e, acrescido à forma de atuação de outras potências europeias na região Austral de África (Inglaterra, França, Holanda), bem como a intensificação da caça aos escravos, houve um progressivo avanço em direção ao Sul de Moçambique, portanto, ao Norte do Transvaal. A par disso, a derrota de Soshangane e a migração Nguni do Natal para as terras mais ao Norte, possibilitou a ocupação da Baía de Maputo e a fundação de Lourenço Marques, atual Maputo.

Com efeito, o fim do império de Mwenemutapa, o surgimento do império de Gaza e a transferência da capital da Ilha de Moçambique para Manjacaze, atual Província de Gaza, garantiu a incorporação do Sul de Moçambique que, até então, era pouco disputado. Portanto, as sucessivas batalhas entre os portugueses e os guerrilheiros do império de Gaza, anunciam uma nova etapa, que se caracterizou pelo aumento da presença colonial em Moçambique, resultando em disputas mais abertas pelo controle do território. Essas disputas preencheram o mapa da configuração territorial de Moçambique, ato que se enceraria após a Conferência de Berlim.

1.1.2 A Colônia de Moçambique

Quando os brancos chegaram, nós tínhamos a terra e eles a bíblia; agora nós temos a bíblia e eles a terra.
(Ditado popular africano, autoria desconhecida).

Eu escutei as suas palavras, mas eu não posso compreender por que eu deva obedecê-lo. Se fosse amizade o que você deseja, então eu estaria pronto, hoje e sempre; mas ser seu súdito, isso eu não posso ser [...] (Chefe tribal citado por MONDLANE, 1975).

As palavras escritas por um líder tribal numa carta enviada a Von Wissmann, alemão que liderava as campanhas de espoliação de terras na região oriental, provavelmente na atual Tanzânia, demonstram a relutância e o rígido posicionamento de não submissão com que alguns chefes africanos afrontavam o sistema colonial. Essas e outras formas de insubordinação dos líderes africanos

constituíram, até ao período da implantação efetiva do colonialismo na África, as diversas formas de dizer não ao projeto colonial e a todas as formas de dominação.

Da posse da bíblia à posse da terra, o sistema colonial na África, gradual ou rapidamente, foi forjando a destruição do equilíbrio societal arraigado nas relações entre a natureza e os homens africanos. Em consequência disso, os povos africanos foram perdendo a posse coletiva da terra e as condições materiais de produção e reprodução social, simbolizando assim, a primeira etapa de expropriação dos povos africanos pelo imperialismo europeu. De fato, conforme explicam Corrêa e Homem (1977, p.85), "quando o chefe tribal era convencido pela força das armas ou da cruz a assinar um tratado com as autoridades brancas da África do Sul, a primeira consequência para a tribo era a perda do direito de posse sobre a terra que habitava".

Portanto, embora Corrêa e Homem (*op.cit.*) se refiram de modo específico a forma de atuação dos holandeses na colônia do Cabo da Boa Esperança, é preciso compreender que tal procedimento constituiu a regra e não a exceção da ação imperialista europeia no continente africano. Cumprindo esse receituário, o rei de Portugal enviou para o atual território de Moçambique sucessivas vagas de colonos portugueses constituído, principalmente por degredados, marginais, missionários, comerciantes e indesejados para procederem ao povoamento de Moçambique.

Entretanto, com o aumento das revoltas, a morte de missionários e a tomada de locais, até então, considerados redutos coloniais, Portugal, por várias vezes, viu seus objetivos questionados e a possibilidade de alcançá-los cada vez mais difícil. Como respostas a esse cenário, entre os séculos XVI e XVIII, as formas de atuação portuguesa gravitaram entre o envio de mais missionários para empreender campanhas de pacificação, conversão e alianças com os chefes africanos e o envio de militares e oficiais para a manutenção das poucas regiões onde a presença colonial era significativa.

Não obstante essas estratégias, a presença colonial portuguesa no atual território de Moçambique foi um desafio para a administração colonial. Com efeito, a tática de dividir para reinar ensaiada, com base nos contratos assinados entre os portugueses e os chefes africanos, o que designamos de sutis jogos de diplomacia, deu mais fôlego às estratégias de inserção colonial no território nacional. Nesse sentido, as palavras de Mouzinho de Albuquerque, então governador geral da

colônia de Moçambique, assinalam muito bem o quanto foi importante a utilização do negro para subjugar o outro negro e, diz

A ocupação militar introduzida numa região não significa por forma alguma que se deva tirar toda a autoridade aos chefes indígenas. Os pequenos chefes são auxiliares utilíssimos, indispensáveis mesmo, para a administração e política daquelas vastas regiões. Apenas os chefes poderosos, os que porfiem na desobediência, é necessário suprimir. (CORRÊA e HOMEM, 1977, p. 87).

Diante disso, compreende-se que a formação da colônia de Moçambique, bem como a constituição do seu território é fruto de uma mescla de fatores internos (as dificuldades de Portugal em se estabelecer de maneira mais efetiva, frente à resistência dos chefes africanos) e externos (o avanço do imperialismo britânico para o interior do atual Malawi, Zimbabwe e Zâmbia) e de períodos históricos concatenados. Tal constituição foi marcada por disputas acirradas e por sutis jogos de diplomacia envolvendo distintos atores.

Conforme dissemos no subtítulo anterior, Portugal, ao compreender que as campanhas de pacificação empreendidas pelos missionários poderiam comprometer os seus objetivos, não prescindiu da utilização da força com vista a manter-se cada vez mais próximo desses intentos. Por isso, continuou investindo em ataques esporádicos e situados em determinados pontos, bem como na organização e mobilização de um exército insignificante que frequentemente era dizimado pela malária e outras doenças tropicais, ou pela força guerreira africana em frentes de batalha. Desse modo, entre combates, vitórias e derrotas, conquistas e perdas de territórios anteriormente conquistados, tanto no interior como na costa, que se foi ajeitando a presença colonial portuguesa em Moçambique.

Como se deve perceber, a presença colonial em Moçambique não foi de tudo um ato cuidadosamente planejado, tampouco uma empreitada heróica como pretendem inculcar alguns pesquisadores enviesados e de visão notadamente eurocentrista, mas, antes de tudo, fruto do acaso e de uma contínua improvisação colonial visando manter suas possessões, o que justifica "o fato de Portugal ter demorado muito para transformar seus territórios em colônias de exploração e, [fazendo] com que sua política fosse predominantemente de manutenção e de aguçamento das contradições intertribos para o *divide et impera*" (CORRÊA e HOMEM, 1997, p.88, grifo dos autores).

Na verdade, as campanhas de pacificação alternadas por guerras de conquista, por vezes mal sucedidas, que obrigavam os portugueses a abandonarem

o local, prosseguiram, mesmo depois da formalização da partilha de África na histórica Conferência de Berlim, que legitimou o império colonial europeu a atuar, de forma mais intensa, e destrutiva na África.

Portanto, a expansão do império colonial europeu para fora da Europa, sobretudo para a América e para África foi à estratégia encontrada para resolver as questões que ameaçavam a estabilidade social e política desse continente. A revolução francesa, a primeira e a segunda revolução industrial e tantos outros eventos da era dos impérios, abriram as *veias* para o fortalecimento da classe operária e com isso, o início das reivindicações por melhores salários e condições de trabalho.

Por essa razão, era necessário encontrar não só novas fontes de obtenção de matéria-prima vital à continuidade da acumulação do capital, mas também novos mercados para a colocação dos produtos da indústria europeia em desenvolvimento. Nada obstante, era fundamental descobrir novos campos de investimento contínuo de capital, fonte da extração da mais-valia³⁵ que a posterior se transforma em capital adicional, conforme explica Marx (1977). Portanto, a expansão dos "potentados" europeus e o "assalto" à África foi à alternativa para crise civilizatória europeia.

De fato, a pilhagem da África, oficializada na Conferência de Berlim, marcou o início de uma nova etapa que, durante séculos, caracterizou as "relações" entre a Europa e a África. Dentre as questões centrais discutidas nessa reunião, destacam-se a cláusula da ocupação efetiva e a delimitação das fronteiras entre os territórios das potências europeias. Brunschwig (1971) entende que o objetivo primário desse encontro não era a divisão do continente a partir de limites precisos, mas discutir questões ligadas à navegação, sobretudo na bacia do rio Congo e o estabelecimento de uma faixa de livre comércio entre as nações europeias.

Hobsbawm (1988, grifos do autor), por sua vez, assinala que o período entre 1875-1914, designado "era dos impérios", assim como os fatos históricos abarcados nesse tempo que incluem obviamente a Conferência de Berlim, conformam e são a expressão espetacular da crescente divisão do planeta entre fracos e fortes, *avançados* e *atrasados*. Foi nesse período em que perto de ¼ da superfície

³⁵ Para Marx (1977, p.11) a mais-valia é obtida a partir da dedução do custo das matérias- primas, das máquinas e do salário, o restante do valor da mercadoria constitui a mais- valia, na qual estão contidos todos os lucros.

continental do globo foi distribuído ou redistribuído, como colônia, entre meia dúzia de Estados.

Embora seja certo que a pauta principal da Conferência de Berlim eram questões relativas ao comércio e a navegação, é preciso notar que, implícito a esse imperativo da regulamentação do comércio, estava a necessidade de determinar os limites de atuação de cada país europeu presente no continente, como forma de evitar possíveis conflitos entre eles. No cerne dessa reunião, subjazia, portanto, a necessidade de proceder à divisão territorial de África entre os países europeus, configurando, desse modo, colônias e colonizador, o capitalismo monopolista, gênese do colonialismo, conforme assinala Hobsbawm (1988).

Para Cabaço (2007), a realização da Conferência de Berlim visava evitar as áreas de atrito entre os interesses das potências imperiais, isto é, uma nova iniciativa para um acordo sobre a dominação do continente africano. Seja como for, o certo é que, depois dela, ficou estabelecida a obrigação dos países europeus com possessões na África, procederem à *ocupação efetiva*, isto é, a presença política e administrativa, inaugurando assim, a *era da diplomacia dos recursos africanos*, em função do estabelecimento dos limites entre as possessões coloniais.

Portanto, coube a Conferência de Berlim regulamentar, entre outros aspectos, o livre comércio e a navegação na bacia do rio Congo e do Níger, principal canal de acesso ao interior do continente africano. Contudo, nessa regulamentação, aspectos como a sobreposição de interesses coloniais em alguns territórios adjacentes, parece não terem sido tratados adequadamente, fato que quase sempre resultou em conflitos opondo dois ou mais países europeus.

Por isso, pouco tempo depois dessa Conferência, alguns países com territórios coloniais na África continuavam dialogando com vista a construir consensos em relação às áreas de contato entre seus territórios. Tais diálogos nem sempre tinham desfecho amigável e, com frequência terminaram em disputas ou conflitos que exigiam a mediação de outros países europeus. É exemplo disso, a disputa entre Inglaterra e Portugal, primeiro pela posse da Baía de Lourenço Marques e, segundo no contexto do Projeto Mapa cor de rosa.

Com o avanço do imperialismo britânico na África Austral, Cecil John Rhodes pretendia construir uma ferrovia que ligasse as colônias do Cabo (África do Sul) e do Cairo (Egito); enquanto isso, Portugal almejava construir também uma linha férrea que ligasse as colônias de Moçambique e Angola, portanto, o chamado Projeto

Portanto, em função dos acordos alcançados em 1890, Inglaterra enviou para Portugal um esboço do mapa no qual estavam definidos os limites das possessões coloniais portuguesas. Tal mapa, que depois foi oficializado no tratado luso-britânico de 1891, define a atual configuração territorial de Moçambique, encerrando, desse modo, o processo de demarcação de fronteiras iniciado com a delimitação das fronteiras Sul e Norte.

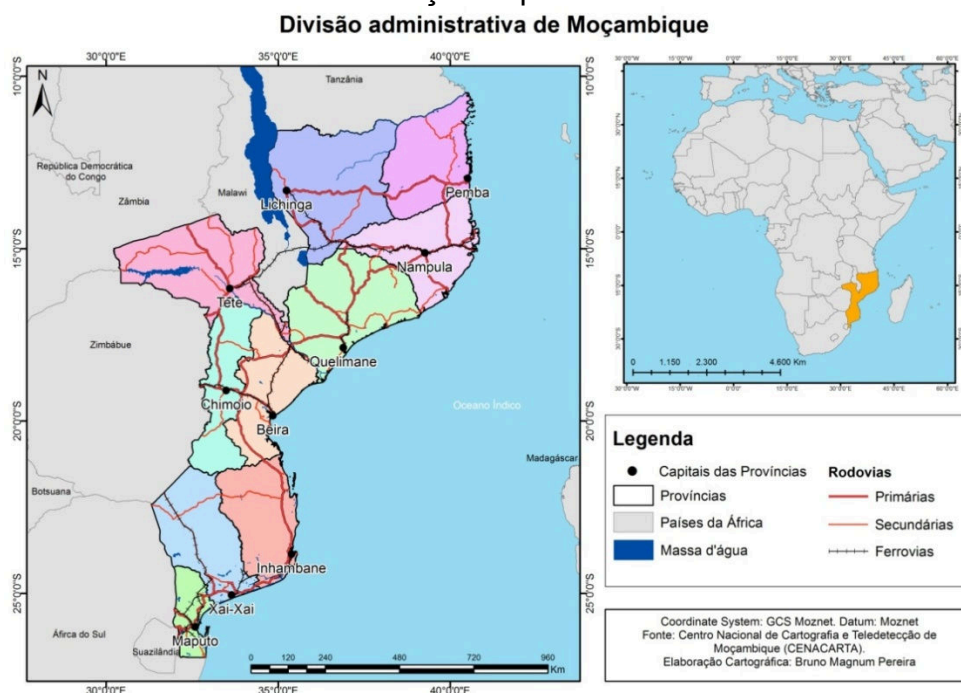
Apesar desse desfecho, é preciso lembrar que o processo de demarcação das fronteiras no interior do continente africano foi polêmico e não obedeceu a quaisquer critérios. Para Pelissier (1987, p. 48), a definição das fronteiras no interior da África foi muito delicada, pois esses limites sofreram alterações e movimentos ao longo da história do continente. Moçambique, por exemplo, era uma área sem limites precisos, nem fronteiras definidas, e verdadeiramente um campo de ação de colonos livres agrupados ou dispersos a seu capricho e por seu interesse. Além disso,

As fronteiras no sertão não podem determinar-se precisamente, porque além de terem avançado e recuado em diversas épocas, nunca a situação dos pontos extremos foi averiguada com exatidão; contudo, a maior extensão da colônia no sentido de Leste a Oeste é de duzentas léguas (1236 km) aproximadamente, desde as bocas do rio Zambeze até a feira do Zumbo (PELISSIER, *op.cit.*, p. 49).

Não obstante essa observação, foi, a partir do tratado luso-britânico (que mais significou a imposição dos interesses ingleses aos portugueses, do que propriamente um acordo entre as partes) que se passa a falar da colônia de Moçambique e, conseqüentemente, do território de Moçambique, tal como ele é conhecido atualmente. Ou seja, foi, com base nesse tratado, que Portugal passou a reconhecer as suas possessões e abandonando, assim, aquelas áreas que os seus interesses conflitavam com os interesses do imperialismo britânico.

A partir daí, o território de Moçambique passa a ser, delimitado ao Sul, pela Baía de Maputo, ao Norte, pela margem Sul do rio Rovuma, a Leste, pelo canal de Moçambique e ao Oeste, pelo Zimbabwe (Mapa 1). Atualmente, Moçambique possui onze províncias divididas em Distritos, Postos Administrativos e Localidades. Conforme, se disse no início, o traçado dessas fronteiras simbolizou a concretização dos interesses europeus e não efetivamente a vontade dos povos africanos subjugados. Esse processo foi, sem dúvidas, fruto da chamada corrida imperialista, marcada por tensões entre os principais atores do imperialismo europeu (UEM, 1988).

Mapa 1- Divisão administrativa de Moçambique



Além disso, o traçado das fronteiras não produziu por si um Estado, nem delineou os caminhos, tampouco o tipo de sociedade que seria erigido. Abrahamsson e Nilsson (1994, p. 249) ao analisar a complexidade e as tramas desse processo, explicam que "as fronteiras geográficas dos estados africanos do presente não refletem qualquer desenvolvimento histórico africano. Quase todos os estados africanos são artificiais e o seu aparecimento formal não tomou em atenção às realidades africanas".

Assim, a artificialidade dos Estados africanos justifica, em parte, um significativo número de conflitos étnicos ou de guerras civis que deflagraram após a independência de alguns países africanos. Tais conflitos, embora rotulados de guerras étnicas, sabe-se que tem no seu bojo a ação imperialista do ocidente que busca o tempo todo manter o controle das regiões produtoras de *commodities* necessárias ao processo de reprodução ampliada do capital.

Para Newitt (1997, p. 321), o traçado das fronteiras foi uma ação falida, visto que não houve critérios ou mecanismos claros que foram considerados. Portanto, no desenho das

Fronteiras de África mostraram muitas vezes mais boa vontade do que conhecimento do terreno africano. As linhas de fronteira seguiam por vezes os rios ou bacias hidrográficas, quando se conheciam, mas com maior frequência os desenhadores nos Ministérios dos Negócios Estrangeiros tinham de recorrer às linhas retas para preencherem as lacunas nos parques conhecimentos reais.

Na ausência de conhecimentos profundos sobre a região, a delimitação das fronteiras implicou, no dizer de Mercer (1990), a fragmentação de culturas e identidades, bem como a construção de novas culturas e de novas identidades, fruto dessas transformações históricas. Nesse sentido, os novos limites criados, cujo objetivo era expandir; delimitar; subjugar e expropriar os africanos produziu novas identidades, as quais Castells (2000) denominada identidade legitimadora.

Portanto, considerando as cláusulas da Conferência de Berlim, a definição das fronteiras compôs assim, a primeira etapa de todo o processo e marca o início de um novo período na formação territorial e social de Moçambique. A nova fase foi caracterizada pela divisão do país em regiões de interesse colonial, com predomínio do capital estrangeiro, sobretudo belga, francês, inglês, suíço e sul africano. Por isso, a nova etapa simbolizou, não só a primeira onda de inserção do capital estrangeiro em Moçambique, o que denominamos de *expropriação primária* dos moçambicanos, mas também uma forma de divisão regional que possibilitou a presença colonial mais ou menos afetiva no território de Moçambique, sem que isso representasse custos administrativos e militares para Portugal.

De fato, com o objetivo de cumprir as cláusulas da conferência, Portugal procedeu à "divisão" e a especialização do país, constituindo, assim, a segunda etapa de fragmentação do território moçambicano, em função dos interesses do capitalismo europeu. Hobsbawm (1988, grifos do autor) estava certo quando disse que, na era dos impérios, inclusive os impérios coloniais, o mundo foi repartido entre os fracos e os fortes, os *atrasados* e os *avançados*, abarcando em cada um desses grupos um significativo número de países europeus.

Portugal, país fraco e atrasado, optou pelo aluguel de grande parte do território moçambicano para as Companhias, como estratégia para garantir não só a ocupação efetiva ou presença colonial no território da colônia, mas também como fonte de obtenção de recursos financeiros. Foi na ordem disso e sob a égide do capital que as regiões Norte e Centro do país, foram repartidos e reorganizados em favor de duas principais Companhias.

Com efeito, a concessão de extensas parcelas de terra para as Companhias majestáticas e arrendatários foi à tática adotada por Portugal, com vista a reduzir o fardo financeiro e administrativo que representava a ocupação efetiva das colônias. Retomando a dicotomia - avançado e atrasado - proposta por Hobsbawm (1988), nota-se que Portugal buscou, a partir da alienação da grande parte do território de

Moçambique, ocultar seu atraso em relação às outras "potências" europeias e, sobretudo suas limitações financeiras e humanas para impor sua autoridade no território das suas colônias.

Costa (1939, p.32) sugere que a locação do território das atuais províncias de Manica, Sofala, Niassa e Cabo delgado para as Companhias, deve ser considerada no contexto colonial dessa época. Porque, depois de ter sido banido esse sistema durante um tempo considerável, a Inglaterra e a Alemanha voltaram a usar as Companhias coloniais soberanas. Ou seja, quando

Parecia de todo banido o sistema quando, a propósito da ilha de Borneo, a Inglaterra concedeu em 1881 uma nova carta majestática à *British North Borneo Company* e logo a seguir, em 1886, a da *Royal Niger Company*, em 1888 a do *Imperial British East Africa Company*; e, finalmente, em 1889, a da *British South Africa Chartered Company*. Posto de novo em vigor por uma nação tão praticamente colonial como a inglesa e por outra tão altamente cotada como a alemã, o sistema de companhias coloniais soberanas entrou de novo em voga e ao governo português, desde 1889 por diante, apareceu como o único meio capaz de levar rápida e economicamente a ocupação portuguesa ao interior da nossa cobiçada e perigosamente ameaçada Província de Moçambique.

Para Mosca (2005, p.30-31), a entrega de significativa parte do território da colônia de Moçambique para administração das Companhias foi a alternativa que a metrópole encontrou para garantir a sua presença, uma vez que, após a Conferência,

Portugal estava obrigado a proceder à ocupação efetiva dos seus territórios. As limitações financeiras e humanas eram as principais dificuldades portuguesas. Assim, seguindo a experiência britânica e francesa, Portugal optou pela promoção de investimentos privados sob forma de companhias majestáticas ou soberanas. A partir dos finais do século XX, constituíram-se três companhias: a de Moçambique, Zambézia e Niassa, cobrindo os territórios das atuais províncias de Manica, Sofala, Tete, Niassa e Cabo delgado.

Realmente, a falta de recursos financeiros e humanos para administrar os territórios ultramarinos foi, desde o início, a principal dificuldade de todo o projeto colonial português. No período anterior à Conferência de Berlim, Portugal resolveu esse problema vendendo parte de seus territórios. Todavia, com a partilha de África, Portugal precisava encontrar outras formas para permanecer no mapa das potências disputas imperialistas.

Era necessário acionar novos métodos ou ensaiar novas estratégias para continuar no mapa das disputas coloniais. Considerando as dificuldades financeiras de Portugal, Hobsbawm (1988, p.89), acredita que a "permanência dos principais territórios portugueses na África (Angola e Moçambique), que sobreviveram a outras

potências imperialistas, deveu-se basicamente à incapacidade de seus rivais modernos de chegarem a um acordo quanto à maneira de dividi-los entre si".

Pressionado com as cláusulas da conferência e incapaz de administrar diretamente suas colônias, Portugal autorizou a concessão de terras a três grandes Companhias majestáticas, sendo: a Companhia de Niassa, de Moçambique e a Companhia de Inhambane. Essa última, apesar de ter sido autorizada a concessão, na verdade, ela não chegou a funcionar (COSTA, 1939).

As companhias de Niassa e de Moçambique, as mais importantes tinham além do direito de explorar as terras concessionadas, a autonomia para cobrar impostos e proceder ao recrutamento compulsório da força de trabalho nas áreas sob seu controle. De acordo com Sequeira (s/d, p.2), os direitos concedidos às companhias incluíam: "o monopólio do comércio; o direito de coletar impostos e taxas; direito de construir e explorar pontes e vias de comunicação; privilégio de emitir moeda e selos; monopólio da atividade bancária e postal; direito de transferir terras para pessoas individuais e coletivas".

Apesar desses privilégios, no entender de Costa (1939, p.44) as Companhias, não eram soberanas, porque tinham, por exemplo,

- (i) a obrigação de respeitar e acatar os tratados celebrados e a celebrar pelo governo português com qualquer outro governo; (ii) o regime judiciário seria decretado pelo governo português; (iii) a obrigação de organizar forças policiais de terra e mar, submetendo antes o plano dessa organização à aprovação do governo; (iv) a obrigação de estabelecer nos seus territórios mil famílias de colonos portugueses; (v) a obrigação de construir uma ferrovia que ligasse Beira à Manica, no caso da companhia de Moçambique, (vi) a obrigação de submeter ao governo todos os regulamentos que promulgasse em nome de interesses público.

Portugal concessionou para o capital estrangeiro, $\frac{2}{3}$ do território nacional às Companhias majestáticas³⁶ e arrendatários, conforme ilustra o mapa 2. Nele, nota-se que quase a totalidade da região Norte foi concessionada à Companhia do Niassa, exceto a Província de Nampula, na qual funcionava a base militar e administrativa colonial. O centro de Moçambique, por sua vez, foi repartido entre a administração direta colonial (o centro de Tete), o sistema de prazos até 1930, e a administração direta pela Companhia de Moçambique. E, por fim, o Sul do país foi reservado integralmente para a administração direta de Portugal.

³⁶ As companhias majestáticas constituídas no âmbito da ocupação efetiva de Moçambique eram regidas por estatutos portugueses e tinham a sua sede social em Lisboa.

com pouquíssimas exceções, as Companhias constituíram a principal forma adotada pela administração colonial para garantir a acumulação capitalista, mas sem incorrer em ônus administrativos.

Quadro 3 - Principais Companhias majestáticas em Moçambique no período colonial

Nome da Companhia	Ano de fundação/fundador	Origem do capital	Objeto da concessão	Objetivos
Companhia de Moçambique	Joaquim Paiva de Andrade Ano inicial: 1888 Ano definitivo: 1891	França; Bélgica; Alemanha; Inglaterra e África do Sul	Manica e Sofala Área abrangida 134.822 km ²	Pesquisa e exploração mineira e florestal; Pesca; Construção de infraestruturas (ferrovias, estradas, pontes e outras obras públicas); Fomento de culturas (borracha; cana-de-açúcar; algodão; milho e sisal) obrigatórias destinadas à exportação
Companhia de Niassa	Joaquim Sanches Rollão Preto (primeira concessão) Ano inicial: 1891 Ano definitivo: 1894	Português; Inglaterra; França; Alemanha e África do Sul	Niassa e Cabo delgado Área: 160.000 km ²	Cobrança de impostos; Fomento da agricultura; Fornecimento da força de trabalho para as minas da África do Sul; Participação sucessiva em campanhas de pacificação e ocupação do interior de Niassa e Cabo delgado.

Fonte: compilação do autor (2017).

Conforme foi dito, dentre outros direitos, as Companhias poderiam alugar terra para pessoas individuais e coletivas. Em consequência disso, surgiram no território de Moçambique, principalmente na Zambézia várias Companhias arrendatários ou subarrendatários. É exemplo das Companhias arrendatários, a Companhia da Zambézia fundada em 1892; a Companhia de Borrer criada em 1898; a *Société Du Madal* constituída em 1904; a empresa agrícola de Lugela formada em 1906 e a *Sena Sugar State* criada em 1920.

Grande parte dessas empresas dedicava-se ao fomento de monoculturas obrigatórias (algodão, casta de caju, cana-de-açúcar, chá, arroz, sisal), representando, portanto, os interesses capitalistas europeus, mas não portugueses. Assim, com a exceção da *Sena Sugar State* que se localizava no Distrito de Sofala, porém atuando também em territórios fora da Companhia de Moçambique, as outras estavam concentradas no Distrito da Zambézia.

Para os proprietários das Companhias o arrendamento de terras às empresas subarrendatárias era muito proveitoso, ou seja, era uma atividade especulativa

bastante rentável. Dispondo de uma força de trabalho quase *dócil*, as Companhias poderiam produzir, cada vez mais, ampliar as suas terras de cultivo e impor outras formas de exploração e apropriação contínua do trabalho indígena.

Portanto, ação colonial por meio das Companhias interferiu profundamente na vida social e produtiva do campesinato. Com efeito, a transformação dos antigos impostos, sobretudo o *mussoco*³⁷, antes pago em serviço nas grandes plantações, passando agora a ser cobrado em produtos agrícolas e depois em dinheiro, introduziu um novo elemento de conflito no campesinato moçambicano, isto é, a sujeição cada vez mais da produção ao valor de troca, em sociedades nas quais, vigorava a produção de valores de uso, conforme assinala Frei (2017).

Apesar das dificuldades financeiras de alguns sócios ou acionistas dessas Companhias, parte delas durou muitos anos, de tal modo, que algumas só foram extintas na década 1950 e outras ainda, perduraram até a independência e nacionalizadas em 1977. Seja como for, a sobrevivência desses "potentados" só foi possível graças à intensificação dos métodos de coerção, o que gerava conflitos e forçava a fuga dos camponeses para regiões consideradas menos hostis.

Assim, a ação voraz do processo de acumulação do capital corporificada nas Companhias majestáticas e arrendatários, é sintetizada na ideia de que é preciso destruir as anteriores formas de produção que constituem barreira para o capital. É necessário também apropriar-se da força de trabalho indígena considerado pelo império colonial, como um corpo ocioso, o qual deve ser explorado/submetido até a sua exaustão.

De fato, conforme explica Luxemburg (1976, p. 319), o capital não pode esperar que as sociedades ditas tradicionais se diluam ao longo dos séculos, pois isso implicaria renunciar as forças produtivas daqueles territórios. Em função disso,

O capitalismo considera, como uma questão vital, a apropriação violenta dos meios de produção mais importantes dos países coloniais. O método inicial é a destruição e o aniquilamento sistemáticos das estruturas sociais não-capitalistas. E cada nova expansão dessa luta encarnizada do capital contra a situação social e econômica dos indígenas, compreende a apropriação violenta de seus meios de produção e de suas forças de trabalho.

Diante do exposto, pode-se assinalar em forma de síntese que o desenvolvimento da colônia de Moçambique, sobretudo antes de 1930, dependeu da

³⁷ De acordo com Cabaço (2007, p. 91), o *mussuco* era a contribuição tradicional que as famílias pagavam anualmente ao *mambo*, o chefe das terras, e que, após a ocupação, passou a designar o "imposto de palhota", imposto de capitação pago ao prazeiro e, mais tarde, ao Estado colonial.

participação do capital estrangeiro investido em diversos setores produtivos, com ênfase para as atividades extrativas e a produção de monoculturas.

Não obstante, a dinâmica desse território deveu-se também à migração da força do trabalho para os países vizinhos. Esses aspectos justificam o padrão configurante da acumulação capitalista em Moçambique, bem como as formas de inserção do país no subsistema econômico da África Austral. Assim, a fraca presença colonial em algumas províncias do país como, por exemplo, em Tete definiu, as formas de sua inserção desta na economia colonial.

1.1.3 As plantações da Rodésia do Sul: a inserção de Tete na economia colonial-capitalista

Já assinalamos que o desenvolvimento da colônia de Moçambique, no período anterior a 1930, foi caracterizado, principalmente pela participação ativa do capital estrangeiro, tanto nos grandes projetos das Companhias, quanto pela migração do trabalho para as minas e as plantações da África do Sul e da Rodésia do Sul. Nesse período, o maior fluxo de trabalhadores para os referidos países registrava-se nas províncias de Gaza, Inhambane e Manica, Sofala e Tete, regiões Sul e Centro respectivamente.

No caso de Tete, sua proximidade ou o contato com territórios de economia pujante da colônia britânica da Rodésia do Sul, aliado ao papel marginal desta na economia colonial portuguesa, fez com que Tete se atrelasse mais à economia capitalista sob o domínio britânico do que com o resto do território nacional. Tal inserção às margens de um sistema colonial nominalmente presente em algumas frações do país, tornou-se mais notório depois da construção da rodovia Salisbúria-Blantyre, conforme explica Neves (1991).

Com a independência, essa característica permaneceu inalterada ou quando muito, pouco modificada. Ou seja, a população das regiões limítrofes da Província de Tete, principalmente da Vila de Ulongue, Tsangano, Zobué na fronteira com o Malawi e Zumbo, Cassacatiza e Cuchamano na fronteira respectivamente com Zâmbia e o Zimbábue, grande parte de seus fluxos comerciais dá-se com esses países do que com o resto da Província e com o país.

Portanto, a inserção de Tete na economia capitalista britânica da Rodésia é, por um lado, fruto da necessidade permanente de adição de mais força de trabalho,

condição fundamental no processo de acumulação capitalista. E por outro, decorre da componente ideológica do próprio trabalho nas minas ou nas plantações. O trabalho nas minas ou nas plantações era visto como a oportunidade e momento certo para ganhar dinheiro, se comparado aos salários de fome pagos nas Companhias ou pela administração colonial.

De fato, a metáfora da superação da miséria presente no imaginário do trabalhador mobilizou grandes contingentes de homens, mulheres e crianças que, durante muito tempo, transformaram-se numa reserva de força de trabalho, aptos para serem integrados ao circuito de acumulação capitalista. A propósito disso, Luxemburg (1976, p.312) demonstrou que a acumulação não se limita à disponibilidade de um exército industrial de reserva de trabalhadores, tal como disse Karl Marx, mas e, essencialmente, devido "à mobilização de uma reserva marginal que até então não estava às ordens do capital. E esses operários adicionais, só podem originar de camadas e países não- capitalistas". Ou seja, o desenvolvimento do capitalismo

Necessita poder dispor ilimitadamente, de todos os operários da terra, para com eles poder mobilizar todas as forças produtivas do planeta dentro dos limites da produção da mais- valia, enquanto isso seja possível. Esses operários, porém, podem ser encontrados quase sempre acorrentados a formas de produção pré-capitalistas. Devem ser, pois, previamente *libertados* para que possam *alistar-se* no exército ativo do capital. Esse processo é uma das bases históricas inevitáveis do capitalismo (idem).

Desse modo, a inserção de Tete na economia capitalista britânica deve-se, no nosso entender, a dois fatores: primeiro, a disponibilidade da força de trabalho até então não incorporado, nem no sistema colonial português, nem nas grandes plantações e projetos de mineração sob gestão das Companhias privadas e agentes individuais. Segundo, a intensificação da cobrança de impostos e, principalmente a presença de um sistema colonial repressivo e legislação abusiva, que buscava a apropriar-se do trabalho dos nativos empregados em projetos de construção de pontes, ferrovias, rodovias e outras infraestruturas públicas, em regime de trabalho forçado.

Com efeito, no secular processo de acumulação do capital, as diferentes formas de violência (violência suave e violência áspera) são colocadas à disposição do capital, com vista à produção e à sua reprodução. Assim, tanto na primeira forma de violência que consiste em arrancar os operários de suas condições de produção e de seu meio para lhes colocar à disposição do capital, quanto na segunda, o

capital se vale, de todo o instrumental, para possibilitar a acumulação mais violenta, sagaz e com rapidez extraordinária (LUXEMBURG, 1976).

Portanto, as formas de violência são estratégias de atuação do capital que obrigam a população, até então não incorporada ao circuito capitalista, a integrar-se nesse processo. No caso de Moçambique, a administração colonial sempre justificou a incorporação dos moçambicanos em trabalhos forçados, com a necessidade de fomentar a cultura de trabalho entre os indígenas e a possibilidade destes se tornarem civilizados.

Seja como for, o desenvolvimento capitalista da Rodésia, baseado na mineração do ouro e depois na cultura do milho e do tabaco, atraiu um exército de mão de obra das atuais províncias de Inhambane, Gaza, Manica, Zambézia, Sofala, Niassa e Tete. É preciso notar que a migração para o trabalho na Rodésia do Sul, particularmente no período anterior a 1913 (ano do início da regulamentação), era ilegal; feito em grupos ou de forma individual. E no caso da população das províncias de Sofala, Manica e Niassa, embora estivesse oficialmente sob a administração das Companhias de Moçambique e Niassa, conforme dito, o trabalho nas minas e nas plantações da Rodésia era melhor do que o das Companhias.

Para o capitalismo britânico, a existência de uma reserva de força de trabalho não-capitalista nos territórios adjacentes, possibilitava a partir do chamado trabalho migratório e da proletarização do migrante (fator de destruição das bases da sociedade tradicional), o deslocamento dos custos de reprodução da classe operária do setor capitalista para as suas comunidades de origem. Ou seja, eram as famílias do trabalhador migrante que asseguravam a reprodução do restante do Agregado Familiar (AF) que permanecia em Moçambique, bem como do próprio trabalhador quando voltasse ao país. Isso permitia também a manutenção de salários mais baixos e a rápida acumulação, em função dos baixos custos de produção.

Adams, Davies e Head (1981) entendem que a mobilidade do trabalho para as minas e as plantações da Rodésia deve ser considerada como o epicentro, isto é, o ponto principal que dominou as relações entre o regime colonial português e o governo de Salisbúria. Essa migração é resultado do atraso do capital português relativamente ao capital de outras origens que atuava na região ou nos territórios adjacentes.

Neves (1999), por sua vez, situa a mobilidade do trabalho para os territórios britânicos da Rodésia do Sul num conjunto de fatores internos e externos e no

encontro de tempos históricos e de crenças socialmente construídas. Dentre os fatores destaca-se, por exemplo, a crescente demanda pela força de trabalho, tanto para os grandes projetos coloniais, isto é, para a construção de estradas, trabalhos portuários, construção de obras públicas, como pela intensificação da cobrança de impostos coloniais, do comércio fraudulento, da violência física e da perseguição dos camponeses.

Portanto, com vista a controlar a mobilidade da força de trabalho, quer dizer, pôr às ordens do capital a reserva de mão de obra, até então não alistada, a administração colonial procedeu à assinatura do *Tete Agreement* em 1934, com o qual esperava frear a migração ilegal para a Rodésia, bem como maior colaboração das autoridades rodesianas, no sentido de diminuir, registrarem e repatriarem migrantes ilegais provenientes de Moçambique (ADAMS, DAVIES e HEAD, 1981; UNESCO, 2010).

É preciso compreender que a regulamentação do trabalho migratório, no então Distrito de Tete, inclusive em todo o país, não foi da iniciativa de Portugal e, nem para atender aos interesses endógenos da colônia de Moçambique, mas para extrair os benefícios dessa migração, tendo em vista que os acordos assinados conferiam à administração colonial, o direito de receber determinado percentual em dinheiro ou em ouro por cada trabalhador alistado ou com a carteira assinada.

Por outro lado, esses contratos tinham por objetivo reduzir as disputas entre a África do Sul e a Rodésia do Sul, os quais demandavam por mais mão de obra para o desenvolvimento de suas indústrias. Para Adams, Davies e Head (1981, p.61), essas disputas derivam do fato de que,

As plantações tiveram de competir diretamente com os salários mais elevados oferecidos pelas minas da África do Sul até 1913, altura em que o recrutamento legal foi restringido às regiões situadas a Sul do rio Save, tiveram também de competir com os salários mais elevados oferecidos pelo mercado laboral rodesiano, adjacente às próprias zonas de recrutamento laboral. Os diversos acordos laborais assinados por Portugal com a Rodésia devem, portanto, ser analisados no contexto desta competição regional no que respeita a mão de obra.

Fruto desses acordos, principalmente o de 1913, o recrutamento de mão de obra para as minas da África do Sul foi limitado à região Sul do rio Save, abarcando as atuais províncias de Inhambane, Gaza. Por sua vez, o capital britânico da Rodésia, representado pela *Bristish South Africa Company*, foi autorizado a proceder ao recrutamento e ao alistamento dos indígenas do Distrito de Tete, estabelecendo o limite máximo mensal de 15.000 homens. Os alistados tinham várias obrigações,

como a de regressar a Moçambique após um ano de trabalho na Rodésia. E como contrapartida disso,

Antes de deixar o distrito de Tete, cada trabalhador deve receber um passaporte válido para um ano, pelo qual um emolumento de 13 xelins será pago ao Governo da Província pelo Bureau de Trabalho Indígena da Rodésia. Acrescidos a uma taxa adicional por cada trabalhador de Tete que ficasse na Rodésia durante mais de um ano. Nos termos deste acordo cada indígena do distrito de Tete, na Rodésia, deve estar na posse de um passe ou passaporte português concedido pelas autoridades da Província. Qualquer trabalhador clandestino que quisesse regularizar a sua situação tinha de pagar um emolumento de 20 xelins sob pena de ser imediata e compulsoriamente repatriado. Foi estabelecido que metade dos salários dos trabalhadores de Tete seria pago no Distrito após o seu regresso da Rodésia (ADAMS, DAVIES e HEAD, 1981, p. 62-63).

No entanto, foi em vão a pressão das Companhias em solicitar a regulamentação e o controle do movimento ilegal para a Rodésia, porque, ele continuou sendo feito, clandestinamente, mesmo depois dos acordos de 1913; 1934 e 1947. E as razões para isso são: primeiro, as Companhias não dispunham de capacidade humana e materiais para patrulhar de forma efetiva a extensa fronteira com a Rodésia; segundo, elas não queriam aumentar os salários dos trabalhadores nas plantações e em outras atividades o que poderia desestimular a migração e, terceiro, tanto para os empresários rodesianos, como para os moçambicanos migrantes, a migração ilegal era vantajosa do que a condição inversa.

Pode-se dizer, em jeito de síntese, que a atuação de Portugal na regulação da migração da força de trabalho para a Rodésia e para África do Sul é parte da estratégia de acumulação capitalista, tendo em vista as suas dificuldades financeiras deste. Por sua vez, o controle das fronteiras, e em certos casos, a presença da autoridade colonial era apenas nominal visava ao cumprimento da obrigação de ocupação efetiva dos territórios. Na verdade, em cada uma das regiões do país, o processo de acumulação tinha suas próprias características e seus principais atores. O Sul, por exemplo, foi reservado para o recrutamento de mão de obra para as minas de ouro e diamante na África do Sul, sobretudo a partir de 1913.

1.1.4 Desintegrar para Inserir: a incorporação do Sul de Moçambique na economia capitalista sul africana

Já dissemos que o desenvolvimento de Moçambique, no período colonial, dependeu de um arregimentado número de fatores. Tais fatores ditaram a forma e as estratégias que Portugal usou em cada uma das regiões para administrar o

território de Moçambique. Wuyts (1980) entende que o desenvolvimento de Moçambique foi um processo complexo caracterizado, principalmente, pelo fato de Portugal nunca ter conseguido moldar a colônia, em função das suas próprias necessidades de acumulação de capital. E por isso, a integração da formação social moçambicana no interior do subsistema da África Austral de que o capitalismo sul africano constitui a base.

No cerne dessa inserção, o Sul de Moçambique transformou-se na principal reserva para o recrutamento da força de trabalho para as minas e para o agronegócio sul africano. Chilundo et al. (1993) entendem que a especialização da região Sul como local para o recrutamento de mão de obra para as minas e as plantações dos territórios vizinhos funcionou, durante muito tempo, como uma *faca de dois gumes*, porque, por um lado, Portugal garantia o fornecimento de grande parte da força de trabalho necessária para os projetos coloniais, tendo em vista a obrigação de os trabalhadores regressarem a Moçambique após dezoito meses de trabalho na África do Sul.

E por outro, a burguesia portuguesa tinha o seu benefício através da canalização das divisas provenientes do trabalho nesses territórios para a rede comercial de Moçambique. Portanto, além dos impostos de recrutamento, pagos em divisas ao Estado colonial, a proletarianização do Sul de Moçambique garantia também a reserva monetária hábil para o consumo dos produtos importados da metrópole.

Para Bouene e Santos (2006), a especialização do Sul de Moçambique e sua proletarianização foram simplesmente um processo contínuo do qual Portugal procurou extrair vantagens comparativas. Porque, além do fornecimento de mão de obra para as plantações de cana-de-açúcar e as minas de diamantes, havia também acordos para a utilização do Porto e da ferrovia para a exportação ou importação de produtos diversos, inclusive minérios extraídos no Natal, Witwaatersrand e no Transvaal.

A partir desses acordos, nota-se a existência de uma espécie de "imperialismo ferroviário", ou seja, uma dependência do capital sul africano em relação à utilização do Porto de Lourenço Marques e da ferrovia. Assim,

A geografia do imperialismo em África é indissociável dos caminhos de ferro. E no caso da África do Sul, onde o capital industrial se acumulou com mais intensidade que em qualquer outra região do continente, a oferta ferroviária teve características específicas: tornou-se excedentária relativamente à procura (BOUENE e SANTOS, *op.cit.*, p. 239).

Nesse sentido, o desenvolvimento e a inserção do Sul na economia sul africana produziu dependência nos dois sentidos. Do lado sul africano, por exemplo, a vinculação com o Sul do país situou-se em dois campos: a dependência da utilização das vias comerciais e do fornecimento da força do trabalho. No que tange à dependência em relação às vias comerciais, é assinalável a importância do Porto de Lourenço Marques e da ferrovia na dinamização do comércio e das relações político-econômicas entre a África do Sul e a colônia de Moçambique. No concernente ao fornecimento da força de trabalho, a regulamentação do trabalho migratório, que já era prática arraigada entre os povos do Sul, garantia a obtenção da grande parte do dinheiro de que o Estado colonial necessitava para sobreviver.

Conforme diz Feliciano (1998), o movimento de moçambicanos para as minas da África do Sul é antigo e remonta do período do império de Gaza. Essa atividade secular legou profundas marcas nas províncias de Gaza e Inhambane, onde quase todas as famílias têm ou tiveram um membro na África do Sul. Nas duas províncias, gerações inteiras participaram desse movimento do trabalho em diferentes etapas históricas do país. Portanto, no Sul de Moçambique, o trabalho nas minas ou nas plantações da África do Sul tornou-se um ato simbólico que representa de diversas formas a transição da juventude para a vida adulta.

Na senda do processo de regulamentação, foram criadas leis e agências que se tornaram verdadeiros monopólios no recrutamento e no fornecimento da força de trabalho para o capital. Dentre as agências, destaca-se, por exemplo, a *Rand Native Labour Association* (RNLA), mais tarde denominada *Witwatersrand Native Labour Association* (WNLA) que em Moçambique ficou conhecida pelo acrônimo WENELA. No mesmo âmbito, foi criada a Câmara das Minas em 1897, o regulamento para o engajamento de indígenas para a República sul - africana e, tantos outros regulamentos como, dos quais o *Modus Vivendi* criado em 1928.

Em *identidades viajeiras, família e transnacionalismo*, Mungoi (2010) faz uma análise histórica do processo migratório para as minas e plantações na África do Sul. A autora demonstra a relação intrínseca entre a formação social e territorial do Sul de Moçambique e a migração de trabalhadores moçambicanos para as minas de ouro e diamante sul africano. Para tanto, Mungoi propõe a leitura da dinâmica e das contradições desse processo, a partir de três períodos históricos.

O primeiro, que se inicia em 1850 com a descoberta das minas de ouro, do carvão mineral³⁸, dos diamantes e o estabelecimento da indústria mineira que passou a receber os primeiros grupos de mobilidade do trabalho. O segundo, que teve início em 1977 e se estendeu até 1993, marcado, principalmente pela redução da quantidade de mão de obra estrangeira e pelo aumento de trabalhadores nativos. Essa etapa foi caracterizada também pela significativa melhoria das condições de trabalho e dos salários, fruto do aumento do preço das *commodities* e, sobretudo do fortalecimento do sindicato dos trabalhadores das minas.

A terceira e última fase teve início em 1994 e se estendeu até 2009. Esse período foi marcado por mudanças no contexto político nacional, internacional e a introdução de novas políticas que afetaram as relações entre os mineiros e a indústria mineira. É preciso lembrar que a precarização das relações de trabalho é justificado pelo discurso da crise. Sabe-se, porém, que a crise que afetou a indústria mineira sul africana, a partir de 2009, é intrínseca ao próprio processo de acumulação e, possibilitou, por exemplo, o despedimento de centenas de trabalhadores, a redução e/ou a usurpação dos direitos trabalhistas e das conquistas sociais, até aí, alcançadas pela classe trabalhadora organizada.

Portanto, são essas as condições que conformam a lógica explicativa daquilo que se constituiu num dos maiores conflitos entre o capital (as mineradoras) e o proletariado (os mineiros) na África do Sul. A greve de Marikana em 2012 expõe as estratégias do capital em busca das condições de sua reprodução. Nesse âmbito, a atuação violenta da burguesia detentora dos meios de produção, a usurpação, das vantagens da classe operária, bem como sua opressão e exploração, engendram uma classe trabalhadora mais disciplinada, unida e organizada pelo próprio mecanismo da produção capitalista que busca pela mobilização, fruto da consciência política da classe operária, expor os limites do capital (MARX, 1977).

Para Piketty (2014) a deterioração das relações entre o capital e a classe trabalhadora corporificada na greve de Marikana, demonstra que o conflito capital x trabalho exacerbado com Revolução Industrial, está longe de terminar. Pelo contrário, ele está cada vez mais renovado, o que nos permite pensá-lo como

³⁸ De acordo com AIE (2016) a África do Sul ocupa a nona posição na lista dos 15 países do mundo com maiores reservas de carvão mineral. Estima-se que este país tenha um total de 30.1 milhões de toneladas de carvão mineral, ou seja, 3,5% das reservas mundiais. Segundo o mesmo Instituto, o carvão será a fonte de energia mais usada nos próximos dez anos superando o petróleo. Essas previsões nos instigam a pensar os conflitos socioambientais que ocorreram em alguns países como Moçambique, gerados pela busca dessa fonte de energia.

elemento chave para analisar o capitalismo no século XXI. Além do mais, a greve que envolveu não só trabalhadores sul africanos, mas também de outras nacionalidades, revela que o caráter heterogêneo da classe trabalhadora não inibe a formação da consciência política de classe.

A mobilidade do trabalho para as minas e plantações na África do Sul carrega consigo tempos históricos distintos, mas sempre atravessado por uma forte carga simbólica em relação a esse tipo de trabalho. No Sul de Moçambique, a migração para a África do Sul foi e de fato, ainda continua sendo, uma das formas pelas quais os homens conseguem amealhar os *consensos sociais* (MENDONÇA, 2004) necessários para a constituição de famílias. Ela é parte da prática cotidiana e também elemento fundamental na formação social e territorial dessa região.

Talvez seja por essas razões, portanto, a "predisposição" do Sul de Moçambique para se proletarizar que fez com que Portugal apostasse mais nessa atividade e pouco menos em relação à migração para a Rodésia do Sul, embora também tenha sido objeto de tantos regulamentos, conforme assinalamos. Com efeito, os governos coloniais de Moçambique e da África do Sul assinaram várias convenções que tinham por objetivo regular e aproveitar ao máximo as reservas de mão de obra disponíveis.

Com o *Modus Vivendi*, por exemplo, ficou garantido o recrutamento da força de trabalho, bem como o compromisso de que 50% da mercadoria e do tráfego do Transvaal, ou de outras regiões mineiras deveria ser feito através do Porto de Lourenço Marques. Com base nesse acordo foi introduzido também o sistema de pagamento diferido³⁹ do salário do trabalhador das minas, que, no entender do governo sul africano, deveria ser voluntário e não compulsória, conforme propôs Portugal.

De fato, na sua atuação Portugal sempre procurou extrair o máximo de vantagens, bem como atenuar e/ou evitar possíveis disputas entre as duas concorrentes pela mão de obra moçambicana. Portanto, antes da mecanização da agricultura rodesiana, a concorrência pela força de trabalho, era tal que, em 1901 a *Rhodesian Labour Board* (RLB) negociou junto da WNLA a partilha das áreas de recrutamento em Moçambique. De acordo com Neves (1991), à luz desse contrato,

³⁹ O sistema de pagamento diferido consistia no pagamento em divisas ao governo colonial, de 50% do salário do trabalhador das minas, e o resto seria pago em escudos, após o regresso a Moçambique e descontados os valores referentes ao imposto do contratado (HEDGES, 1999).

ficava a WNLA interdita de recrutar na Rodésia mantendo, no entanto, os direitos de angariar em Moçambique, com o compromisso de esta fornecer à Rodésia do Sul por meio da RLB, 12.5% do total de homens "amealhados" repartindo, também as despesas dessa operação.

Na senda desses acordos e, evocando motivos de saúde, a administração colonial em Moçambique proibiu qualquer forma de recrutamento ou alistamento da força de trabalho ao Norte do paralelo 22º, ou seja, no limite Norte dos territórios administrados pela Companhia de Moçambique. Newitt (1997) diz que Portugal esforçou-se para convencer aos agentes da WENELA que os trabalhadores recrutados na faixa Norte desse paralelo, eram suscetíveis a contrair diversas doenças tropicais o que poderia contribuiria com altas taxas de mortalidade.

Na prática, Portugal desejava com essa medida resguardar os interesses capitalistas das Companhias que subitamente começaram a ressentir-se da falta de mão de obra, em função da fuga desta, tanto para a Rodésia, como para as minas e plantações sul- africanas.

Hedges (1999) destaca a importância e os ganhos que a burguesia colonial portuguesa obteve com a convenção de 1928. Além de ter conseguido definitivamente que o sistema de pagamento diferido fosse colocado em prática, conseguiu também frear a tendência dos trabalhadores, principalmente mineiros em permanecer na África do Sul, visto que deveriam retornar ao país para auferirem parte dos seus salários. Com essa medida, Portugal garantiu o aumento do poder de compra e da circulação monetária na colônia, condição para a dinamização do comércio.

Com efeito, o aumento ou o decréscimo da quantidade da força de trabalho recrutada em Moçambique ou na região, foi sempre objeto de regulamentação, afinal, no país, essa era uma das principais fontes de manutenção do Estado colonial. A flutuação respondia assim às necessidades produtivas e reprodutivas do capital, daí que, em momentos de crise de acumulação, a quantidade de mão de obra recrutada diminuiu expressivamente e, foi o que aconteceu entre a década de 1920 e 1930.

Por exemplo, enquanto em 1920 a média anual de trabalhadores recrutados era de 96.188 empregados, dos quais 56% provenientes de Moçambique, em 1935, isto é, 15 anos depois, o número caiu para 78.773 empregados, desses, 27% eram trabalhadores moçambicanos (NEWITT, 1997). A quantidade voltou a subir em 1939

para 84.335 empregados, já no fim do período de concessão da Companhia de Moçambique.

Todavia, como todo o apogeu tem no seu bojo o germe da mudança, pode-se dizer que a crise que afetou o setor produtivo em escala mundial, abriu as *veias* para a construção ou a consolidação da consciência da classe trabalhadora em larga escala. De acordo com Hobsbawm (1995), a década de 1930 foi particularmente importante para os chamados países do terceiro mundo, porque a depressão que varreu o mundo nessa época possibilitou o contato entre as minorias politizadas e gente comum de seus países, portanto, a gênese da consciência nacionalista que viria a irromper-se nas décadas seguintes. Além disso, a crise capitalista da década de 1930 expôs a insatisfação das massas, obrigando os governos coloniais a criarem ministérios de trabalho e a cuidarem mais ou menos das condições de trabalho e da estabilização das forças de trabalho.

Para a administração colonial portuguesa em Moçambique, a crise do capital nessa década, não implicou a introdução de algumas melhorias, com vista a protelar manifestações e onda de protestos e greves. Pelo contrário, para a política colonial da época, a crise era a oportunidade para endurecer as regras; as formas de atuação, como por exemplo, o aumento das horas de trabalho, sem melhorar as condições de trabalho, visando rentabilizar e remunerar todos os custos de produção, condição para a criação da mais-valia (VÓLKOV et al, 1984).

Portanto, a queda do preço do amendoim, milho e açúcar; a depreciação dos termos de troca em função da desvalorização do escudo⁴⁰; o fechamento de algumas *machambas* devido à falta de retornos financeiros; a crise política e a ascensão do governo militar em Portugal coagiram a administração portuguesa a intensificar as formas de exploração e de sujeição dos moçambicanos. Em resposta a essa forma de atuação colonial, várias foram às estratégias que o campesinato moçambicano e proletariado, tanto das grandes cidades (Beira e Lourenço Marques), como de algumas regiões do interior, por exemplo, em Geba e Muecate, adotou com vista a resistir e a lutar contra as práticas coloniais.

⁴⁰ Escudo é a moeda portuguesa usada durante muito tempo na colônia de Moçambique. Antes de 1930, a circulação do Escudo era feito em paralelo com a Libra e o *Xelins*, porém, a partir desse ano, a circulação de outras moedas passou a ser interdito no território de Moçambique.

1.1.5 O Reforço Colonial e as Estratégias de (Re) Existências À Dominação Colonial: seus efeitos na formação territorial de Moçambique

A crise que afetou a economia mundial na década de 1930 foi, em muitos aspectos, um momento importante para a classe trabalhadora e para os povos africanos, ainda sob o domínio colonial. A Era do fim dos impérios, no dizer de Hobsbawm (1995), testemunhou mudanças significativas na economia colonial africana. No campo, por exemplo, assistiu-se à intensificação da repressão e da presença mais ativa do aparelho colonial. Na cidade, notou-se o nascimento da imprensa política e de um grupo de africanos educados e com certa consciência política.

Com efeito, o aparecimento do *African morning post* no Gana; o *West African Pilot* na Nigéria; o *Éclairer de La Côte d'Ivoire* na Costa de Marfim, o *Grêmio Africano* e o *Brado Africano*⁴¹ em Lourenço Marques, marcam o advento dos movimentos literários que, junto ao proletariado e o campesinato, vão lutar e impor resistência aos projetos coloniais (HOBSEAWM, 1995).

Em Moçambique, a década de 1930 testemunhou o início da época do reforço colonial, designado por Chilundo et al (1993) de período auge do colonialismo em Moçambique. Nessa fase, Portugal buscou endurecer as medidas e as formas de repressão colonial com vista a garantir maior submissão e repressão de qualquer forma de subversão, o que nem sempre foi possível.

Newitt (1997), afirma que a partir de 1930, Portugal reforçou a estratégia esboçada desde 1926. Essa tática consistia na valorização dos recursos de Moçambique no interesse da burguesia portuguesa, por meio da exploração direta e mais intensiva da população moçambicana, restringindo, ao indispensável, o uso de capitais nacionais e estrangeiros. Ou seja, a política colonial dessa época buscava

⁴¹ O Brado Africano jornal do movimento Grêmio africano fundando em 1919, pelos irmãos João Albasini e José Albasini, inicialmente não se identificou muito com a luta do povo moçambicano, sobretudo o proletariado presente em Lourenço Marques. No entanto, a partir de 1933, o Brado Africano passou a tomar partido e a considerar legítima a greve e as reivindicações da classe trabalhadora. Na edição do dia 9 de setembro desse ano, por exemplo, escreveu: "tinham e tem razão para se revoltar contra esse corte, que outra coisa não representa senão o fazerem economias à custa do preto. Bom seria irem pensando muito bem no que sucederá amanhã, quando o preto estiver mais unido, instruído e conhecendo os seus direitos e os seus deveres. Nesta altura o fechar as portas será o pior serviço que se poderá fazer aos que, cheios de razões e com barriga vazia, se encontrem frente a frente com os patrões da ponte cais, agaloados, bem comidos e cheios de dinheiro" (CHILUNDO et al, 1993, p. 54).

evitar no máximo os custos em grandes obras de fomento e fixação dispendiosa de colonos, e aproveitar, mais e melhor, o campesinato no trabalho constante da terra.

Para Carvalho (2005), essa forma de atuação transformou o campesinato que, até então, encontrava-se numa posição intermediária do ponto de vista de sua inserção na economia mercantil colonial, em verdadeiras sociedades comerciais ao serviço do processo de acumulação pela produção de culturas de exportação.

No campo, a queda do preço de algumas *commodities* que, até então, agregavam valor às exportações da colônia de Moçambique, obrigou a intensificação do cultivo das culturas que continuavam estáveis no mercado internacional. Esse fato implicou ao reforço das estratégias de controle e de apropriação do trabalho dos camponeses, afetando, dessa forma, as condições de vida das famílias camponesas em várias regiões do país. Em consequência disso, alguns camponeses fugiram e fixaram-se em regiões nas quais a autoridade colonial era bastante reduzida.

De fato, a intensificação do trabalho, o endurecimento da política colonial, em função da crise de acumulação do capital e, também do golpe e da instauração da ditadura militar em Portugal, afetou as relações de trabalho na colônia. A partir dessa fase, a produção de culturas obrigatórias se tornou intensiva, o trabalho em outros setores da economia também se agudizou, frequentemente, realizado sob a vigilância dos sipaios e com recurso à violência corporal ou a integração nas brigadas do trabalho forçado, isto é, o *chibalo*⁴².

Bellucci (2007), ao analisar os efeitos da introdução de culturas obrigatórias sobre a estrutura social e a vida do campesinato moçambicano, afirma que as culturas de exportação que os moçambicanos foram forçados a produzir não cobriam as necessidades da sociedade doméstica, tampouco possibilitavam o suprimento das demandas de consumo imediato, isso porque seus mercados eram controlados para alimentar as cadeias agroalimentares e as culturas domésticas não podia dispor da força de trabalho necessária, pois esta se encontrava deslocada do sistema alimentar para as culturas de exportação. Além do mais,

As culturas para exportação usavam grande parte das terras, reduzindo os espaços de repouso e para a produção de alimentos, fator que no longo prazo tornaria insustentável a relação produção- consumo, ocasionando uma crise do sistema de produção doméstico, impedindo- o de se

⁴² O *chibalo* era um trabalho de natureza compulsória ao qual eram submetidos os negros prevaricadores. No geral ele era realizado em obras de construção de ferrovias, rodovias, pontes ou em outras infraestruturas públicas e com recurso à violência corporal.

reproduzir. As políticas coloniais exigiam a produção de culturas de exportação e a monetarização, sem, entretanto, transformar profundamente as produções domésticas, já que era exatamente na sua manutenção, ao produzir e reproduzir a força de trabalho, que se promovia a sobreexploração do trabalho (BELLUCCI, *op.cit.*, p.69).

Em Luxemburg (1976), encontramos os argumentos que explicam essa e outras formas de atuação colonial capitalista. Para ela, cada nova era de expansão colonial é acompanhada de uma luta violenta do capital contra a situação social e econômica da população local que implica a apropriação intensa de seus meios e da sua força de trabalho. Essa forma de atuação garante o despojamento do campesinato, enquanto condição que vai forçá-lo a integrar-se na economia capitalista, como de fato aconteceu com a monetarização do imposto.

Apesar da introdução do cultivo obrigatório do algodão, da castanha de caju, do sisal e de outras culturas de exportação, a população moçambicana sempre se manteve ligada à agricultura de autoconsumo, isto é, destinada a produção e reprodução social das famílias camponesas. Negrão (1996) explica a propósito disso que, os camponeses não abandonaram a agricultura familiar mesmo com a imposição das culturas obrigatórias, isso porque este tipo de agricultura garantia a manutenção da família, apesar dos baixos rendimentos, devido ao uso, não só de técnicas e instrumentos de trabalho rudimentares, mas também à compressão do tempo para a produção doméstica, em favor das culturas obrigatórias.

Portanto, como se pode notar, as famílias camponesas tinham um papel central na reprodução da economia colonial portuguesa, e os efeitos dessa centralidade repercutiam-se na organização social dessas famílias. Porque, por um lado, a produção de culturas obrigatórias reduzia o tempo e a força de trabalho necessária para a produção alimentar, fragilizando, assim a organização social. E por outro, a produção destinada à exportação dependia da mobilização de grandes contingentes da força de trabalho arrancado de outras províncias e/ou distritos.

No bojo desse processo, a forma de atuação colonial expõe as estratégias de articulação entre o capital e as unidades produtivas não capitalistas com o intuito de extrair a mais-valia. Desse modo, na sociedade de economia natural, isto é, não-capitalista, as crises que a caracterizam resultam, tanto de fatores de estabilidade interna, quanto de fatores externos importados pelo capitalismo e, nesse caso, pela atuação da administração colonial.

Como dissemos, para pôr em marcha o processo de acumulação em tempos de crise e dispondo de setores produtivos com baixíssimo nível de modernização, Portugal optou pelo deslocamento compulsório da força de trabalho para suprir as demandas por mão de obra em focos de acumulação. E como consequência disso, comunidades e aldeias⁴³ inteiras foram literalmente arrasadas e mobilizadas para participarem em frentes de produção de diversas culturas destinadas à exportação. Além dos próprios colonos, a administração colonial valia-se também da participação ativa dos régulos, sipaios e de outras lideranças tradicionais que compunham a máquina repressiva colonial. Portanto, a participação ativa de moçambicanos no processo de dominação e opressão colonial, foi desde o início, um importante elemento de conflito na empreitada colonial.

Assim, os deslocamentos compulsórios, o que denominamos de *expropriação secundária*, produziu uma forma de organização do espaço rural moçambicano caracterizado, principalmente, por povoamentos dispersos. Essas formas de ocupação e/ou organização territorial estão presentes na estrutura familiar rural atual (ARAÚJO, 1988).

Chilundo et al (1993), ao analisarem as formas de atuação colonial no último período da colonização, chamam atenção para a necessidade de compreender que a imposição do cultivo de monoculturas, das quais o algodão, só veio exacerbar as configurações de atuação colonial, porque, já em 1926, tinha sido promulgada uma lei que estabelecia as normas do futuro sistema de produção camponesa. À luz dessa lei que perdurou até 1961, o governo colonial faria a concessão de grandes áreas às Companhias, e elas se comprometeriam a erguer fábricas de descaroçamento, armazéns, assim como fariam a distribuição de sementes. Os camponeses, por sua vez, deveriam cuidar de todas as fases produtivas do algodão, assim como ficariam obrigados a vender toda a produção ao preço determinado pelas Companhias fomentadoras dessa cultura.

Para Mosca (2005), a introdução de culturas obrigatórias e o recrutamento compulsivo da força de trabalho introduziram alterações fundamentais no sistema de produção e na própria estrutura agrícola familiar, porque não só alteraram os hábitos

⁴³ Aldeias é a unidade territorial inferior à Localidade. Essa forma de organização territorial da população foi adotada no período da luta libertação nacional, cujo objetivo era responder as necessidades de produção e da guerra assentes na produção coletiva e na concentração da população. Assim, as primeiras aldeias surgiram na Província de Cabo delgado, com o aparecimento das primeiras regiões libertadas, no contexto da luta de libertação colonial (ARAÚJO, 1988, p.182).

alimentares das famílias, mas também inseriram elementos de conflito político e social entre as comunidades camponesas e a administração colonial portuguesa.

Portanto, além das culturas obrigatórias, a administração colonial introduziu também outras formas de exploração intensiva como, por exemplo, o pagamento do imposto. O imposto, que inicialmente era pago em produtos, a partir desse período passa a ser pago em dinheiro; sofre agravamento das taxas e impõem-se punições e trabalhos correcionais para os que não pagarem. Daí resultou, em parte, a fuga de um significativo número de camponeses moçambicanos para os países vizinhos.

De fato, conforme atestam Chilundo et al (1993), a cobrança de impostos elevados, bem como a imposição de um novo regime aduaneiro nos territórios limítrofes das províncias de Niassa e Cabo delgado com recurso a guardas fiscais armados para cobrar coercivamente essas taxas, fez com que muitos camponeses dessas regiões resolvessem mudar de residência e passar a produzirem, além das fronteiras nacionais, isto é, no Malawi e na Tanzânia.

Em todo caso, a monetarização dos impostos visava forçar os moçambicanos a proletarizarem-se como única e exclusiva forma para obter o dinheiro necessário para o pagamento do imposto. A administração colonial considerava essa estratégia uma das formas para garantir não só a coleta de receitas, mas também a força de trabalho necessária para os projetos coloniais. Ou seja, uma tática que possibilitava manter os camponeses "acorrentados" ao trabalho⁴⁴, enquanto mecanismo de dominação e de controle sociometabólico do capital, conforme diz Mészáros (2011).

Desse modo, a necessidade de conter a tendência da queda de preços dos principais produtos de exportação, suscitou uma intervenção mais direta do Estado colonial por meio da prática de preços protegidos. Nesse período, por exemplo, a política econômica colonial incentivou a produção do algodão, principal matéria-prima para a indústria portuguesa. Para tanto, Portugal passou a apoiar financeiramente as concessionárias algodoeiras que produziam e exportavam a partir da colônia, com vista a contrabalançar a queda do preço mundial do algodão que se verificava na época (CHILUNDO et al, 1993; CARVALHO, 2005).

⁴⁴ "O trabalho é a missão mais moralizadora, a escola mais instrutiva, a autoridade mais disciplinadora, a conquista menos exposta a revoltas, o exército que pode ocupar os sertões ínvios, a única polícia que há- de reprimir o escravismo, a religião que rebaterá o maometanismo, a educação que conseguirá metamorfosear bruto em homens. O selvagem que pegou no trabalho rendeu-se cativo à civilização; ela que o discipline" (ANTÓNIO ENES, 1971 citado por CABAÇO, 2007, p.145).

Diante desse complexo quadro, as condições e as relações de trabalho mudaram significativamente. O aumento das horas de trabalho; o alistamento para o trabalho forçado; a redução dos salários; a racificação do trabalho, quer dizer, o racismo no ambiente de trabalho; os castigos corporais - as chamadas palmatórias, a instituição do recolher obrigatório⁴⁵, da caderneta do indígena, entre outras formas de controle e sujeição, tornaram-se o cotidiano dos trabalhadores assalariados e dos camponeses em várias frentes de cultivo de monoculturas. Aliás, a degradação das relações de trabalho em Moçambique e Angola já era objeto de críticas internacionais antes mesmo da depressão da década de 1930.

Todavia, nem a censura internacional, tampouco a publicação do código de trabalho indígena em 1928 e, do regulamento de trabalho em 1930, melhoraram as condições e as relações de trabalho que continuavam à margem do desejado. Pelo contrário, houve o acirramento dos conflitos laborais, sobretudo o aumento do racismo e da repressão dos negros, sempre que exigisse algum direito, por mais magro que fosse. Desde então, multiplicou-se o número de protestos e tentativas de paralisação do trabalho, o que quase sempre era brutalmente reprimido.

Em função do aumento da violência (material e simbólica) e sujeição, os moçambicanos ensaiaram várias formas de resistência e de enfretamento à política colonial. Longe do que muitos acreditam; a dominação colonial em África e, de modo particular em Moçambique, não foi um ato passivo, tampouco uma ação heróica da chamada missão civilizatória europeia, mas uma luta enérgica, na qual o conflito esteve sempre presente. Por isso, concorda-se com Ki-Zerbo (2000)⁴⁶ quando diz que são errôneas as ideias vociferadas por significativa parte da literatura colonialista as quais concebem a África como uma espécie de vazio político onde reinava a anarquia, a selvageria sangrenta e gratuita, a escravidão, a ignorância bruta, bem como a miséria.

⁴⁵ Cabaço (2007) explica que o recolher obrigatório passou a vigorar a partir de 1960. E essa era forma de controle introduzida para vigiar os negros nas cidades. Portanto, depois das 21 horas qualquer indivíduo africano que circulasse pelas ruas era parado pelos policiais e tinha de provar a sua condição de assimilado ou justificar sua situação.

⁴⁶ Joseph Ki-Zerbo ou Ki-Zerbo, nasceu em junho de 1922 na Burkina Faso e faleceu em dezembro de 2006. Político, historiador, professor e militante pelo *Parti pour la Démocratie et Le Progrès* (PDP). Após graduar-se em História na Universidade de Sorbonne em Paris em 1955, regressou a Conakry, capital de Burkina Faso onde foi politicamente ativo até a data da sua morte. Ki-Zerbo deu grande contribuição na elaboração da história da África Negra, ou seja, a história dos povos africanos do Sul do Saara. De entre as suas publicações destaca-se: A história da África Negra em 1972 reeditado em vários volumes e traduzido em várias línguas, inclusive em Português.

Para Ki-Zerbo é falso o pensamento de que, entre os povos africanos, não existia o sentimento nacional, porque

Depois das primeiras tentativas de penetração, o nacionalismo africano, sob formas múltiplas, por vezes desajeitas, por vezes ambíguas, sempre exprimiu sem interrupção até a reconquista da independência. Sob as cinzas do colonialismo dormia um fogo vivo e revelava-se de tempos em tempos com intensidade (KI-ZERBO, *op. cit.*, p. 83).

Em Moçambique, a revolta contra ação brutal do colonialismo adotou distintas formas de acordo com o meio no qual se gestavam os atos revolucionários ou de enfrentamento colonial. No campo, por exemplo, o campesinato intercalava os métodos, ora por meio do subcultivo das áreas destinadas à produção das culturas obrigatórias, quer dizer, colocar quantidades insuficientes de semente na terra, ora por meio da cozedura das sementes antes de lançá-las a terra. Junto às essas formas, a população também recorria a diversas manifestações culturais, como o canto e a dança, muitas vezes feita nas línguas locais, para enganar ou desviar a atenção colonial (HEDGES, 1999).

Para Luxemburg (1976, p.320), a resistência ou a impugnação das práticas capitalistas pelas sociedades primitivas, "trata-se de uma questão de vida ou morte, e, como não há outra saída, resiste e luta até o seu total esgotamento ou extinção". É essa a percepção que reinava no seio da população moçambicana que, a partir dos meados da década de 1930, começou a intensificar e a alternar as formas de resistência, que culminou com a luta de libertação nacional iniciada em 1964.

Na vasta lista das formas de resistência às práticas coloniais, Chilundo et al. (1993) apontam, por exemplo, a fuga para regiões nas quais a administração colonial era menos eficiente, principalmente nas fronteiras entre Zambézia e Nampula, ou por vezes, a evasão desses para distritos, onde o recrutamento era menos intenso, resultando na formação de regiões superpovoadas e outras com verdadeiros vazios humanos. No campo dessas resistências, os trabalhadores, sabotavam o cumprimento de diversas tarefas de forma deliberada, por exemplo, a má interpretação das orientações sobre o corte da cana-de-açúcar ou do sisal, no qual a falta de exatidão ocasionava prejuízos econômicos aos proprietários.

Maia (2015), ao analisar as formas de resistência dos *Nyungwe* da região do vale do Zambeze (no qual se localiza a Província de Tete), assinala que a população do vale adotava diversas formas para resistir à barbárie colonial. Dentre elas, as metáforas proverbiais, os cantos e a dança para expressar o desagrado com o

sistema vigente. Por exemplo, a expressão *Nyungwe* "azungu ndi madzi, ife ndife ncenga", ou seja, os brancos (europeus) são como água que passa e nós como areia que fica representava entre os Nyungwes o entendimento sobre o caráter passageiro do colonizador. Tal provérbio exortava também a união entre os nativos por forma a desbaratar as tentativas de divisão e sujeição, como práticas coloniais.

Na mesma pesquisa, Maia questiona a natureza dos *azungu* metaforicamente designada água que passará e diz

Mas que tipo de brancos é esse metaforizado? São os do sistema colonial que chegaram e dividiram as populações, apropriaram-se das terras e dos seus habitantes tornando-os objetos de compra e venda no sistema escravagista e no fim foram embora deixando um desequilíbrio na estrutura social local (MAIA, 2015, p.102).

No contexto da resistência nessa região, salientam-se também o canto e a dança corporificados, por exemplo, na dança *Nyau*⁴⁷ e suas máscaras como arte e símbolo de resistência.

Portanto, se relacionarmos esse quadro com o atual contexto da Província de Tete, sobretudo do Distrito de Moatize, fica evidente que os *azungu* "modernos" são efetivamente a Vale Moçambique, a Jindal África, a ICVL Minas de Benga e outros consórcios transnacionais envolvidos na expropriação de terras camponesas para extração do carvão mineral. Uma vez mais, a população é a *ncenga*, ou seja, a areia que vai ficar por isso, deve resistir para continuar a existir. Na parte 5 far-se-ia a discussão sobre as estratégias de resistência da população em Moatize.

Em outras regiões (Norte e Sul) do país, as populações adotavam múltiplas formas de resistência. Entre canto; contos; danças; sabotagem, deserções e por vezes confrontos diretos, a população tecia, assim, a malha da resistência que nesse período se tornou mais intenso. Por exemplo, no Sul e em algumas partes do Norte, as famílias camponesas queimavam suas próprias casas e fugiam para outros distritos nos quais o recrutamento era menos intenso.

Na cidade, o contexto político desse período tinha possibilitado o nascimento da imprensa política que também participava no repúdio da atuação colonial, exigindo medidas de reconstrução social, a melhoria das condições de trabalho e, sobretudo o fim do regime colonial. Desde então, um crescente número de

⁴⁷ O Nyau também conhecido por *Gule Wankulo* ou grande dança, é uma dança praticada por vários grupos étnicos das regiões limítrofes entre Moçambique, Malawi e Zâmbia. Sua origem remota à formação do Estado Undi no século XVI e foi desde cedo associada à manifestação da insatisfação popular em relação ao povo conquistador. Disponível em: <http://mozambique-music.com/sites/pages/articles/mmm049_noticias.htm>, Acesso em: 18 maio 2017.

movimentos literários cresceu margeando as reivindicações e as revoltas dos trabalhadores nas cidades. Com o passar do tempo, essas revoltas tomaram um caráter mais aberto, ignorando todos os dispositivos de controle criados para conter e subjugar a classe trabalhadora e, a população moçambicana, no geral.

Assim, depois da greve geral na Beira, em 1925, que forçou a paralisação de tudo, protestando contra as formas de atuação da Companhia de Moçambique; em 1932, houve a manifestação dos trabalhadores assalariados da Beira; no mesmo ano, um grupo de trabalhadores dirigiu-se à Intendência da Companhia de Moçambique para exigir melhores salários e a redução dos impostos. Em 1933 um grupo de trabalhadores portuário paralisou as suas atividades após serem informados sobre a redução de seus salários em 10% e 30%.

Essa greve foi uma das mais intensas e ficou conhecida como greve de quinhenta. Na pauta, os trabalhadores reivindicavam o corte dos salários que já eram bastante irrisórios, portanto, este foi um dos mais duros golpes para a classe burguesa que, uma vez mais, teve de recorrer à coerção para submeter os estivadores às vontades dos capitalistas (CHILUNDO et al,1993; UNESCO, 2010).

No contexto dessas manifestações surgiram alguns jornais como, *O Brado Africano*, posteriormente substituído por *O clamor africano*. No mesmo campo, emergiram outros movimentos literários de origem difusa, dos quais a Negritude⁴⁸, mas quase sempre com os mesmos objetivos. Nesse sentido, desde os meados da década de 1950, a produção literária moçambicana, até então vinculada à literatura portuguesa, passa a dedicar-se aos fatos e as formas da ditadura colonial. Os textos escritos por Rui Nogar, Marcelino dos Santos, José Craveirinha, Orlando Mendes e, publicados em jornais e periódicos como, por exemplo, *O Brado literário* (1918-1974), contam não só as privações e as injustiças da administração colonial, mas também sinalizam a necessidade de união e de luta coletiva.

A propósito disso, Campos (2015, p.3) ressalta que a literatura moçambicana surge como instrumento de resistência à dominação colonial portuguesa. Apoiando-se na valorização cultural dos feitos de seu povo, a literatura busca fomentar o orgulho e a exaltação dos atos heroicos dos povos africanos. "Essa atitude revela um sentimento de solidariedade e cumplicidade que une todos em torno de uma

⁴⁸ Domingues (2005) propõe que a negritude na sua fase atual deve compreendida a partir de três dimensões: política, na qual a negritude serve como subsídio para a ação do movimento negro organizado; ideologia, entendida como processo de aquisição de uma consciência racial e cultural, vista como tendência de valorização de toda manifestação cultural de matriz africana.

experiência e de um objetivo comum: o colonialismo e a liberdade. Gestam-se as letras poéticas um nacionalismo anticolonialista".

Enfim, é nesse ambiente que vão surgir poemas como, *O Grito Negro*, de José Craveirinha que buscam desconstruir a imagem atribuída aos moçambicanos, geralmente estereotipada. Portanto, sob o rastro dos movimentos literários, do pan-africanismo e das mudanças ocorridas após a Segunda Guerra Mundial, aumentou as vozes de repúdio da autoridade colonial, bem como as tentativas de negociação para obtenção da independência por vias pacíficas, o que não foi possível. Na falta dos consensos, a guerra se tornou inevitável, culminando com a independência política em junho de 1975.

1.2 REESTRUTURAÇÃO POLÍTICO-ECONÔMICA E SOCIAL APÓS A INDEPENDÊNCIA: ações do Estado em busca de um paradigma

O processo de descolonização na África foi marcado por períodos de subversão, acompanhados de reivindicações e de lutas armadas dirigidas por movimentos revolucionários nacionalistas dos países africanos, na sua maioria, com total ou parcial apoio dos países socialistas. Apesar da heterogeneidade ideológica desses movimentos, as dificuldades da guerra, bem como a conjuntura internacional da época; favoreceu sobremaneira a aproximação aos ideais marxistas. E em Moçambique, não foi diferente.

A FRELIMO definiu como objetivos da luta: a independência e a liquidação total do colonialismo e de todos os vestígios do imperialismo, a libertação dos homens e da terra, bem como a defesa dos interesses de todos os moçambicanos, até então, amordaçados pelos colonos (GARCIA, 2001).

De fato, ao período da independência, Moçambique apresentava uma das mais precárias estruturas econômica e social da época. Por exemplo, o índice de analfabetismo era de 95%, uma unidade sanitária deveria servir a 26.000 habitantes, a taxa de mortalidade infantil era das mais altas da região, além disso, mais da metade da população não tinha acesso ao saneamento.

De acordo com Chichava (2003), até finais da década de 1940, por exemplo, a estrutura industrial de Moçambique era de base transformadora, ou seja, consistia na pré-transformação dos produtos agrícolas para posterior exportação. No final da década de 1950 verificou-se um ligeiro crescimento da indústria (de cimento, de

cerveja, de vestuário) para atender a demanda provocada pelo aumento do número de europeus no país. Contudo, só no final da década de 1960 é que surgiu a grande parte das indústrias que constituiu a herança colonial após a independência.

Genro (1982, p.12, grifos do autor) descreve as condições do país nas vésperas e após independência, sobretudo a estrutura industrial que, além de fraca, foi também alvo de sabotagem. Portanto,

Quando os portugueses se retiraram, praticamente todo o parque industrial foi sabotado. Os técnicos que eram, na sua maioria, portugueses (alguns moçambicanos "adaptados") foram embora do país, que ficou literalmente arrasado. O que sobreviveu foi uma rudimentar agricultura de subsistência cujo excedente era escasso. O Estado sofreu uma verdadeira crise de "funcionamento", cujo conteúdo não requerer explicações sofisticadas. Os novos dirigentes não tinham substitutos para estes quadros, e o Estado parou. Como pararam a indústria, o comércio e os serviços. A vida parou num misto de alegria, de liberdade e irresponsabilidade.

Desse modo, a saída dos portugueses e de moçambicanos que garantiam o funcionamento do Estado colonial provocou uma espécie de letargia em todos os setores produtivos nacionais. Era necessário acionar novas estratégias e ensaiar novas políticas com vista a alterar o quadro vigente. Para tal, o novo governo organizou campanhas de alfabetização, eliminou os pequenos e médios monopólios, considerados extensão do poder colonial e com ajuda de alguns países socialistas realizou estudos para determinar as potencialidades do solo e do subsolo.

No contexto dessa organização, o governo apresentou as teses do III Congresso realizado em fevereiro de 1977. Dado o contexto político-econômico e social que o país vivia, a realização do congresso representava o *reacender* das esperanças, uma vez que a reunião deliberaria as diretrizes para o recém criado Estado moçambicano, conforme se pode observar no quadro 4.

Quadro 4 - Principais deliberações nos Congressos da Frelimo até 1991

Congresso	Ano e local de realização	Principais deliberações
I	1962 Dar - es - Salam Tanzânia	- Afirmção da unidade nacional - O repúdio de toda e qualquer forma de discriminação (étnica, racial, religiosa) e de tribalismo - Definição da luta de libertação como luta do povo moçambicano
II	1968 Madjedje, Niassa- Moçambique	Determinação da Frente de Libertação em conquistar mais zonas e alcançar novas vitórias
III	1977 Cidade de Maputo	- Transformação da FRELIMO em partido Frelimo - Definição do socialismo como política de Estado e o marxismo- leninismo como orientação do partido - Organização de um Estado moderno e uma sociedade dirigida pelo partido único
IV	1983 Cidade de Maputo	- Defender a pátria - Definição da década de 1980 como a década da vitória sobre o subdesenvolvimento; Construir o socialismo - A necessidade de o país reconciliar-se com o Ocidente, sobretudo, com o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI)
V	1989 Cidade de Maputo	- Renúncia ao socialismo como política do Estado e ao marxismo- leninismo como ideologia da Frelimo - Abertura do país ao neoliberalismo e a iniciativa privada
VI	1991 Cidade de Maputo	- Renúncia definitiva do socialismo e do marxismo- leninismo - Adoção da política reformista ocidental - Abertura para o pluralismo político - Afirmção definitiva da economia do mercado

Fonte: compilação do autor (2017). Observação: são os congressos que ditaram mudanças no rumo político econômico e social do país até 1991.

De fato, foi nesse congresso que ficou definida a linha de orientação político-ideológica da FRELIMO que, até então, se situava somente no ódio ao colonialismo e à necessidade de destruir a estrutura colonial. No que diz respeito à linha de orientação do partido, Newitt (1997, p.466) entende que, no início, não se verificou nenhuma orientação concreta da Frelimo.

Quando tomou o poder em 1975, a Frelimo dispunha já de uma série de políticas e de uma análise da tarefa a realizar que refletia as ideologias revolucionárias da década de 1960. Porém, somente em 1977, no seu III congresso é que se declarou um partido marxista-leninista.

Para Cabaço (2007, p. 417, grifo do autor), no período em que a Frelimo chegou ao poder tinha a consciência de que o processo revolucionário implicaria numa negação da estrutura que a edificou. O fim último da guerra e dos sacrifícios consentidos dever-se-ia materializar no acesso da população à gestão de uma nova realidade e os benefícios do mundo contemporâneo. Por isso, "a "modernidade", que se apresentava como antagônica à sociedade capitalista colonial, e na qual o projeto de uma nova sociedade encontrou referências fundamentais, inscrevia-se no edifício teórico do socialismo".

Na sequência, Cabaço apresenta o depoimento de um dos mais importantes atores políticos da história de Moçambique, Eduardo Mondlane⁴⁹. Numa das entrevistas concedidas a Aquino de Bragança Mondlane explica

Uma base comum que todos tínhamos quando formamos a Frelimo era o ódio ao colonialismo, a necessidade de destruir a estrutura colonial e impor uma nova estrutura social, mas que tipo de estrutura social ninguém sabia. Alguns sabiam, tinham idéias teóricas, mas mesmos esses foram transformados pela luta. Há uma evolução do pensamento que se operou durante os últimos seis anos, que me pode autorizar, que eu me autorizo a concluir, que a Frelimo é agora, realmente, muito mais socialista, revolucionária e progressista, do que nunca, e a tendência agora é mais e mais em direção ao socialismo do tipo marxista-leninista (BRAGANÇA, 1978, citado por CABAÇO, *op.cit.*, p. 418).

O discurso de Samora Moisés Machel⁵⁰ outra figura importante da história de Moçambique é elucidativo em relação às condições que permearam a transformação da Frelimo num partido de orientação marxista-leninista. E ele argumenta "o marxismo-leninismo como ideologia política da Frelimo não foi um produto de uma importação, mas sim de um processo de luta interna entre classes, que nos possibilitou assumir e interiorizar os fundamentos do socialismo científico, ocasião que terá contribuído bastante para o desenvolvimento dessa ideologia dentro da Frelimo" (MACHEL, citado por GARCIA, 2001, p.76).

Portanto, as palavras de Eduardo Mondlane e de Samora Machel nos autorizam a situar a opção da Frelimo pelo marxismo - leninismo, não só no contexto da geopolítica mundial e regional da época, mas também nas contradições internas dentro da própria FRELIMO, portanto, o caráter transformador da guerra de libertação, segundo a metáfora de Mondlane. De fato, a crise de sucessão que abalou a FRELIMO após a morte de Eduardo Mondlane em 1969, contribuiu com o endurecimento e afirmação ideológica das suas lideranças.

⁴⁹ Eduardo Chivambo Mondlane (1920-1969) foi co-fundador da FRELIMO e primeiro presidente desse movimento. Em Moçambique Eduardo Mondlane é conhecido como o arquiteto da unidade nacional. Mondlane, após concluir o doutorado em psicologia social na Universidade de Evanston nos Estados Unidos, passou a trabalhar como professor na mesma Universidade e mais tarde, trabalhou nas Nações Unidas o que, em parte facilitou o seu contato com os povos africanos, sobretudo a população de Moçambique.

Cf. FRELIMO. **Alguns dados biográficos do Dr. Eduardo Chivambo Mondlane**. Secretariado do Comitê Central. Maputo, 2009.

⁵⁰ Samora Moises Machel (1933-1986) foi o primeiro presidente da República Popular de Moçambique. Depois da morte de Mondlane, Samora Machel passou a dirigir a FRELIMO e a luta de libertação nacional. Machel conhecido entre os moçambicanos como o "homem do dedo" era um homem íntegro, coerente e eloquente em seus discursos. Entre vários *slogans* desse carismático e eterno defensor das causas do povo pode-se citar "as crianças são flores que nunca murcham".

Cf. Biografia de Samora Moises Machel. Notícias de outubro de 1986. Disponível em: <<https://www.caicc.org.mz/.../Ano%20Samora%20Machel/.../Biografia%20Samora%20...>> Acesso em: 18 maio 2017.

Cabaço (2007, p.420) delineia um quadro mais complexo sobre a opção e a incorporação dos ideais marxistas e, principalmente, a adoção do socialismo como política do Estado. Nesse emaranhado, o autor aponta como fatores que estiveram na ordem do dia: as desigualdades sociais; a violência; os abusos; a iniquidade na distribuição de renda e benefícios e a exploração do sistema colonial. Desse modo, "a prática da luta armada implicava um profundo envolvimento dos guerrilheiros com os camponeses, uma íntima relação do pensamento nacionalista com a vida do povo, a consolidação da consciência de sua miséria, mas também de sua criatividade e suas capacidades de sobrevivência perante situações difíceis".

Além dos aspectos já mencionados, o autor destaca também o apoio que Moçambique recebeu da China e da antiga URSS durante a guerra de libertação como elemento importante que viria a influenciar essa opção. Contudo, alerta, por exemplo, para o fato de Moçambique ter sempre conseguido assumir uma posição de neutralidade durante o conflito que opôs a China popular e a ex URSS. Essa posição garantiu que o país continuasse a receber ajuda militar e financeira, tanto da ex URSS, como da China popular.

Portanto, podemos afirmar que o socialismo que se tentou construir em Moçambique era um misto entre o socialismo científico (de base marxista-leninista) e o nacionalismo, ou seja, um socialismo com forte raiz nacionalista baseado em valores como a igualdade de oportunidades, a equidade na distribuição da riqueza social e, sobretudo na criação de um Estado que prioriza a participação de todos - a democracia popular. Por isso, Joaquim Chissano⁵¹ afirma que o desenvolvimento do país, a independência e o socialismo não poderiam ser copiados de outros países, mas fundados na livre escolha da nossa maneira de viver, das nossas relações, no nosso comportamento e na prática cotidiana.

⁵¹ Joaquim Alberto Chissano é um proeminente político nacional. Nasceu em 1939 na Província de Gaza e, a partir de 1963 juntou-se a outros moçambicanos na FRELIMO. Em 1974, tornou-se primeiro ministro no governo de transição. Com a morte de Samora Machel em 1986, Chissano foi nomeado presidente de Moçambique e tendo permanecido no poder até 2004. Cf. CHISSANO, Joaquim A. **Vidas, lugares e tempos**. Coord. Rosania da Silva. Maputo: Texto Editora, 2010.

1.2.1 A Tentativa de Construção do Socialismo

Conforme dissemos, a realização do III congresso da FRELIMO, em 1977, foi de suma importância para estruturação e o funcionamento do novo governo e do Estado moçambicano. O congresso, além de autorizar a transformação da Frente de Libertação de Moçambique num partido político, passando a denominar-se Frelimo, definiu também o eixo ideológico desse partido, portanto, a vanguarda marxista - leninista, bem como a política externa do país.

A política externa definiu Moçambique como um país não - alinhado, ou seja, neutro no contexto da confrontação Leste-Oeste, antiimperialista e comprometido em apoiar a luta justa dos países vizinhos contra os regimes minoritários brancos ou pela conquista da independência e da soberania. Com passar do tempo, a política externa do Estado foi se edificando como um corpo ideológico que rapidamente dominou os discursos das lideranças da Frelimo e do Estado. É elucidativo disso, o discurso de Samora Machel numa das reuniões do partido em 1979. Machel afirma

Damos a nossa solidariedade e apoio total às forças nacionalistas que, na Rodésia, na África do Sul e na Namíbia, lutam contra os regimes de Salisbúria e de Pretória. A República Popular de Moçambique reafirma a sua determinação de prosseguir o apoio à justa luta do povo zimbabueano e de outros povos da região que lutam incansavelmente contra a anexação racista e pela libertação nacional (TEMPO, 1979, p.10).

De fato, a Frelimo e o Estado estavam comprometidos em oferecer apoio político aos movimentos de libertação, principalmente em nível regional. Aliás, essa era a única forma de retribuir ajuda e a solidariedade que os outros países africanos demonstraram durante a luta de libertação nacional. Por outro lado, esse posicionamento servia também para emitir um sinal de alerta para os governos minoritários da Rodésia do Sul e da África do Sul, sobre o engajamento político-econômico dos países da região Austral na luta contra o imperialismo, o que, de fato, viria a ser materializado com a fundação da SADCC em 1980.

Às avessas do discurso samoriano, estava à vista o perigo de colisão entre os interesses do Estado moçambicano e de alguns países como a África do Sul, o Malawi e a Rodésia de Sul, que seriam, mais tarde, os principais *drives* da instabilidade política nacional que, em parte comprometeu o projeto socialista em Moçambique, conforme veremos daqui em diante.

À luz das orientações do III congresso, o Estado desencadeou literalmente uma revolução que tinha por finalidade reestruturar política e economicamente o

país com vista a devolver a dignidade, a "paridade" de direitos, bem como a restituição da terra aos moçambicanos, sendo a terra, considerada uma das mais nobres conquistas do povo revolucionário. No topo dessa ofensiva organizacional, situava-se a necessidade de formar o *homem novo*, ou seja, o homem forjado no trabalho e comprometido com as massas, com os camponeses e os operários de todo o país.

De acordo com Macagno (2009, p.20, grifos do autor), o termo *homem novo* emerge no dicionário político a partir da década de 1920, e foi usado para distinguir o *novo homem* comunista ou *novo homem* socialista dos anteriores homens. De fato, a palavra *homem novo*, foi usada

Com o intuito de descrever certa transformação não só na ordem econômica, mas também no nível da personalidade individual. Esta transformação ocorreria, ou deveria ocorrer, tanto sob o socialismo como sob a "plenitude do comunismo". Sob essa lógica o homem passa a ser um ser, em algum sentido, uma criatura diferente sob uma nova ordem econômica, de modo que os valores e as aspirações que o motivavam previamente já não podem ser nem compreendidas, nem reconhecidas.

A lógica do *homem novo* não se baseava somente na concepção de homem como um ser que existe empiricamente, ou seja, com existência material cujo corpo é regido por leis naturais⁵², conforme assinala Marx (1998), tampouco na percepção do homem apenas como produto do trabalho do qual resulta a sua própria humanização, mas do entendimento de que o homem é fruto de tudo isso, do seu engajamento político e de sua íntima relação com o povo. Portanto, é esse o tipo de homem que o Estado e a Frelimo desejavam formar.

Para Cabaço (2007, p.412, grifo do autor), na FRELIMO o *homem novo*

Teve no centro de treinamento principal em Nashingwea, na Tanzânia, o seu laboratório experimental. Nele se ensaiou a experiência alternativa que deveria, por um lado, corresponder às condições sócio-econômicas e culturais das populações que apoiavam os guerrilheiros e, por outro lado, criar valores e comportamentos que demarcassem, de forma clara, a "nossa zona" da "zona do inimigo".

⁵² O homem é um elemento concreto, isto é, com uma existência empírica. Sendo assim, a análise do conceito de homem deve partir da premissa única e irrefutável de que o homem existe, ou seja, "os indivíduos são reais, ação e suas condições materiais de existência, tanto as que eles já encontram prontas, como aquelas engendradas de sua própria ação. Essas bases são, pois verificáveis por via puramente empírica. A primeira condição de toda história humana é, naturalmente, a existência de seres humanos vivos." Estes seres humanos sendo seres naturais, com vida são regidos por leis naturais, são essas que regulam o funcionamento de seu corpo e independem da sua vontade e opinião. Cf. MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p.10.

Na senda do processo organizacional, o Estado procedeu à nacionalização⁵³ da terra; da educação; da saúde; de alguns bancos e dos serviços financeiros, do parque imobiliário e mais tarde, do setor de transportes (EGERÖ, 1992). O Estado nacionalizou também as empresas privadas e passou controlar quase todos os setores econômicos, proibiu e desmantelou as empresas e focos de propriedade privada, bem como procedeu à centralização econômica dos principais fluxos geradores de riqueza.

Todavia, apesar da importância do processo de nacionalização, visto que possibilitou o acesso gradual aos serviços sociais por uma significativa parte da população, porém, a definição da terra como propriedade do Estado (art.º 8º da Constituição de 1975; art.º 3º da Lei de terras de 1997; art.º 109 da Constituição de 1990 e de 2004), foi contra as expectativas do povo moçambicano, que olhava para a independência como o momento para a reconquista da terra expropriada pela administração colonial.

Matos e Medeiros (2014) argumentam que se a colonização significou expropriação de terras dos nativos, sobretudo as mais férteis e colocadas à disposição dos colonos, a independência representava no imaginário do povo à reconquista da terra o que, entretanto, não aconteceu. No entendimento deles, a definição da terra como propriedade do Estado e, por extensão, de todo o povo moçambicano, não permite a posse desta pela população, em vista que é o Estado quem define as formas de uso e, ao povo cabe cumprir as orientações do Estado.

Portanto, o Estado, ao proceder à nacionalização da terra, da saúde e de outros setores de atividades, buscou reduzir a distância entre esses serviços e a população que só seria possível com a introdução de um modelo de sociedade que privilegiasse a participação de todos. Por isso, para as lideranças da Frelimo o único tipo de sociedade aceitável e que seria capaz de compensar e satisfazer as necessidades do povo era o socialismo (ABRAHAMSSON e NILSSON, 1994).

Com efeito, a instituição do socialismo como programa oficial do Estado baseou-se em duas premissas: primeira, o socialismo era o único meio para resolver as "negligências" da administração colonial e, segundo, era a única via para evitar

⁵³ De acordo Genro (1982, p. 45) a política das nacionalizações visava entre outros objetivos: a liquidação de uma base econômica importante do poder da burguesia; a liquidação do racismo e da discriminação social, permitindo o povo tomar a cidade e viver nela; dar início à materialização do princípio fundamental do direito à habitação e organizar no seio da cidade, uma verdadeira vida coletiva, criando a base para o exercício do poder democrático popular que é o alicerce político da nossa sociedade.

um possível colapso do país diante da evasão dos técnicos qualificados nas vésperas e/ou após a independência. Para Cabaço (2007), o socialismo assumido como política do Estado, a partir de 1977, suas raízes devem ser buscadas na *práxis* transformadora da luta de libertação, pois ela exigiu a construção de uma teoria revolucionária adequada à realidade moçambicana.

A partir de então, o Estado passou a atuar diretamente na economia por meio do Plano, isto é, do planejamento centralizado, no controle dos mecanismos de acumulação e na intervenção direta em crescentes espaços da economia, eliminando as formas de acumulação privada e os mecanismos de mercado na alocação de recursos. Para tal, definiu-se a agricultura como a base para o desenvolvimento e a indústria como o fator dinamizador da economia, a propriedade privada foi substituída pela posse coletiva, criaram-se as *machambas* estatais e grande parte do investimento foi realizado no setor estatal e em pequenas quantidades na agricultura do setor privado e familiar (ABRAHMSSON e NILSSON, 1994; MOSCA, 1999).

Na prática, a direção da economia pelo Estado exigia dele uma engenharia social, financeira e participativa o que quase sempre implicava o investimento em setores pouco produtivos. Tal fato transformou-se num dos principais desafios e razões do fracasso do projeto socialista no país, visto que a grande quantidade e a variedade de intervenções obrigaram ao Estado a dispersar-se na gestão das empresas, no lugar de controlar os mecanismos de acumulação e de garantir maior racionalidade e operatividade na distribuição dos recursos (MOSCA, 1999).

No topo dessa participação massiva do Estado, situava-se a necessidade de reduzir a dependência econômica em relação a Portugal, a Rodésia do Sul e a África do Sul. Ou seja, a Frelimo e o Estado pretendiam alterar a lógica de inserção de Moçambique na economia regional, decorrente em grande medida da pouca capacidade financeira de Portugal para investir em setores estruturantes da economia nacional. Conforme foi dito, desde o período da ocupação efetiva Moçambique se estabeleceu como uma economia de trânsito e reserva regional da força de trabalho, tanto para a África do Sul quanto para a Rodésia de Sul.

Ao analisar os mecanismos de inserção de Moçambique na Divisão Regional e Internacional do Trabalho (DRIT), Mosca (1999) sublinha que, desde o período colonial até aos primeiros anos da independência, a economia nacional dependia duplamente da África do Sul e de Portugal. De fato, em 1969, por exemplo, os dois

países eram responsáveis por cerca de 40% das exportações e 31% das importações do país. Portanto, essa subordinação resultava principalmente do fato de que grande parte das receitas para o funcionamento do Estado colonial vinha dos contratos de fornecimento de mão de obra para as minas sul - africanas.

Por isso, a inversão dessa ordem era uma questão central para o Estado e entre as lideranças da Frelimo, conforme se pode notar no discurso seguinte

Recusamo-nos a ser eternos fornecedores de matéria-prima. Recusamo-nos que permaneçam as velhas relações coloniais, ainda que com nova roupagem.

Recusamo-nos a participar da divisão internacional do trabalho numa posição subordinada, pagando mais por produtos industrializados e vendendo a nossa força de trabalho a preços cada vez mais baixos (MACHEL citado por HALON, 1984, p. 82).

No entanto, mesmo com a derrocada do projeto socialista e a introdução do neoliberalismo nos finais da década de 1980, a posição de Moçambique no mapa da DRIT não se alterou substancialmente. Há uma convicção de que mudaram os atores, a *nova roupagem* na linguagem de Machel, mas a essência se manteve. Vejamos: Moçambique continua exportando matéria-prima e importando produtos acabados e alimentos. O país continua sendo um dos principais fornecedores da força de trabalho para as minas e para o agronegócio sul africano, além de permanecer "acorrentado" à dependência externa para financiar o Orçamento Geral do Estado (OGE)⁵⁴.

Portanto, no Plano, a principal prioridade do Estado era reduzir e/ou acabar com a dependência econômica e o subdesenvolvimento. Essa luta deveria ser feita no sentido oposto do modo de produção colonial - capitalista. Ou seja, negava-se a manutenção de vestígios do capitalismo colonial, bem como a burguesia no país. Trata-se de compreender, tal como explica Mazzeo (2015), que o colonialismo em sua composição genética incorpora um amplo, combinado e desigual processo de

⁵⁴ A dependência externa de Moçambique em relação ao financiamento externo é uma das questões que têm sido sistematicamente debatidos, tanto entre os acadêmicos como pelas organizações da sociedade civil. Em 2015, por exemplo, a dependência externa do país em relação à ajuda externa era de aproximadamente 25% do OGE. Ou seja, 25% das despesas do Estado seriam financiados pela ajuda externa. De fato, com o corte da ajuda externa para o Orçamento do Estado verificado no início de 2016 devido à descoberta das dívidas contraídas pelo governo sem autorização da Assembleia da República, o Estado tem funcionado com algumas dificuldades. Grande parte dos projetos diretamente financiados pelo orçamento do Estado foi interrompida e mesmo o pagamento dos salários dos funcionários públicos é feito com algumas dificuldades, porém, tem sido pago. Disponível em: <<http://www.voaportugues.com/a/orcamento-mocambicano-continua-muito-dependente/2826236.html>> Acesso em: 10 maio. 2017.

acumulação de capitais e de objetivação do capitalismo, que deveria ser combatido energicamente e com o engajamento de todos.

Para tanto, o Estado procedeu à elaboração de alguns instrumentos e a constituição de órgãos de direção e gestão da economia tais como: a Comissão Nacional de Plano (CNP), o Plano Estatal Central (PEC)⁵⁵ para economia e o Plano Prospectivo Indicativo (PPI), esse último considerado a "arma mortífera", com a qual se combateria o subdesenvolvimento em Moçambique num período de dez anos.

Maloa (2016) fez a análise do processo de transição e da engenharia organizacional realizada pelo Estado no caminho do socialismo. O autor conclui que o país não passou por um período de transição antes do socialismo, porque a Frelimo e o Estado introduziram diretamente o socialismo com base nos novos horizontes teóricos africanos, integrando as análises conceituais de Marx e Lênin para definir as diretivas econômicas e sociais. Portanto, a mudança brusca realizada pelo Estado exigia a definição de metas, de prioridades e, principalmente setores chave para dinamizar a economia.

Foi por isso que o Estado definiu o PPI como instrumento e guia de ação estatal rumo à construção da economia socialista desenvolvida e moderna. Em relação às metas do Estado, Chichava (2003) explica que a década de 1980 foi definida nos programas oficiais do Estado e da Frelimo como a década da vitória sobre o subdesenvolvimento. No PEC, foram identificados três eixos fundamentais para o desenvolvimento do país: (i) a socialização do campo e o desenvolvimento agrícola, (ii) a industrialização com ênfase para a indústria pesada e (iii) a capacitação e qualificação da força de trabalho.

Com base nessas três linhas, o Estado orientou todos os Planos e os investimentos no sentido de erguer uma economia moderna de base socialista. Com a ajuda dos técnicos oriundos dos países socialistas (ex URSS, ex RDA) o Estado realizou grandes investimentos no setor agrícola - nas *machambas* estatais incorporando novas tecnologias com vista a rentabilizar os investimentos realizados; criou e fortaleceu as cooperativas, consideradas bases para a construção do socialismo, "formas superiores de produção" e espaços de participação do campesinato.

⁵⁵ Assim como o PPI, o PEC que mais tarde passou a denominar-se Plano Económico e Social (PES) era um instrumento importante para a política externa comercial do país. Era ele que garantia as relações, os acordos de cooperação com os países socialistas e buscava incessantemente pelas linhas de crédito com taxas de juro mais baixo e com boas condições de pagamento (MOSCA, 2005).

De igual modo, o Estado investiu no setor da indústria, sobretudo, a indústria pesada. Nesse setor, além da reposição das máquinas obsoletas ou vandalizadas, houve forte investimento tecnológico de maneira que, até 1981 o setor do agro processamento era responsável por 85% da produção de açúcar. A propósito disso, Mosca (1999, p.101) defende que o Estado pretendia em longo prazo "construir uma indústria pesada, considerada como condição importante para a independência econômica e o equilíbrio dos termos de troca nas relações externas, por isso os países em desenvolvimento devem optar pela industrialização pesada".

Na esfera social, as reformas realizadas situaram-se, principalmente em dois eixos: primeiro, alargar o acesso aos serviços sociais, como forma de compensar o sacrifício do período colonial, mas também de garantir o controle da população e legitimar o poder da Frelimo e do Estado. Assim sendo, foram realizadas campanhas de alfabetização envolvendo todas as camadas sociais, uma vez que a educação foi definida, como o principal pilar para a emancipação do povo, sobretudo da mulher considera educadora dos jovens e garantia para a materialização dos ideais revolucionários.

O segundo era baseado no processo de socialização do campo que, quase sempre implicou a integração compulsória da população nas aldeias comunais. Adam (1991), ao analisar o processo de aldeamento da população no Distrito de Changara, Província de Tete, divide-o em dois momentos: o primeiro que decorreu entre 1972 e 1974, ainda no período colonial e, o segundo que se inicia em 1981 e se prolonga até o fim da guerra civil em 1992. Assim, nos dois períodos, a população foi coagida a ir às aldeias sob fortes medidas repressivas do Estado.

Portanto, com as reformas em curso, o Estado e as lideranças da Frelimo sonhavam com uma sociedade nova, moderna, isto é, uma nação moçambicana única na qual a ciência deveria substituir incondicionalmente a tradição; as empresas estatais, as cooperativas e as aldeias comunais seriam a "locomotiva" que puxaria a economia rumo à construção de um Estado moderno. Para isso, os antigos chefes das aldeias de base linhageiras foram substituídos pelos secretários e presidentes; fundaram-se os tribunais locais; os credos religiosos foram marginalizados e, por vezes, interditados de exercer suas atividades, a igreja católica foi expropriada e seus bens revertidos para o Estado (NEWITT, 1997).

Paralelamente, o Estado e a Frelimo criaram as organizações democráticas de massas que seriam no dizer de Egerõ (1992, p.131)

A grande escola onde se poderá desenvolver a consciência de milhões e milhões de trabalhadores, homens e mulheres, velhos e novos e continuadores. Elas são à base de recrutamento e o centro de formação e melhoramento permanentes dos militantes do partido. Elas constituem o meio fundamental de alargamento e consolidação, em nível nacional, de uma ampla frente popular antiimperialista, isto é, são a escola da vida democrática e da participação organizada do povo na vida social.

Dentre as organizações democráticas de massas, podem-se destacar, por exemplo, a Organização da Mulher Moçambicana (OMM), a Organização dos Trabalhadores Moçambicanos (OTM), a Organização da Juventude Moçambicana (OJM), dentre outras. É preciso lembrar, no entanto, que algumas dessas organizações, a OTM, por exemplo, eram de massas, mas não poderiam e nem podem ser consideradas como organizações sindicais e, sim agremiações cujo objetivo era elevar o nível de formação de seus membros no contexto ideológico e político do desenvolvimento socialista no país (EGERÕ, 1992).

No âmago dessa engenharia social, situava-se, segundo Newitt (1997, p.471), a convicção de que "a sociedade tradicional poderia acabar por morrer e isso se sucederia mal se desenvolvesse o setor moderno e absorvesse uma nova geração em formação". Porém, o que se sucedeu foi à margem do que a Frelimo idealizava e bem mais violento do que se esperava, já que a materialização dos programas exigia avultados recursos internos e externos e tais recursos eram inexistentes.

Além disso, o Estado, ao obrigar a população a viver em aldeias comunais, ao convidá-la a abandonar suas crenças e, suas tradições, ao queimar as palhotas dos *nyangas*⁵⁶, os batuques, ele destruiu grande parte de sua base de apoio político e social e permitiu que a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO) amealhasse o apoio político e social de que precisava para alimentar a guerra, uma das causas da derrocada do projeto socialista em Moçambique.

1.2.2 O "Esplendor" e a Crise do Socialismo: um sonho abortado

O programa socialista definido pelo Estado era em si um exemplo de dependência, porque, se por um lado, o investimento na indústria e na agricultura

⁵⁶ Curandeiro nome atribuído a pessoa que faz remédios para diversas doenças geralmente em regiões de difícil acesso aos cuidados médicos. Os remédios são fabricados com cascas e folhas de plantas de forma artesanal.

Atualmente, há uma tendência deliberadamente ocidental de considerar o curandeiro charlatão, falso ou mentiroso. Mas, como se disse, tais práticas são parte da vida cotidiana do povo africano, inclusive o povo moçambicano. São anteriores à chegada da medicina dita moderna e o conhecimento ou prática é transmitido de geração em geração.

(pilares do desenvolvimento) dependia da mobilização de recursos externos junto aos países socialistas com os quais Moçambique cooperava, por outro, a concretização desses projetos dependia também da mobilização da força de trabalho, ou seja, do engajamento dos operários e dos camponeses considerados o alicerce do Estado, em processo de construção.

Desse último aspecto, justificava-se, portanto, toda a mobilização e todos os dispositivos materiais e ideológicos acionados pelas lideranças da Frelimo e pelo Estado com vista a garantir maior a participação popular em várias frentes de trabalho. Desde então, *slogans* como abaixo o tribalismo; abaixo o obscurantismo; abaixo o feudalismo; abaixo o *Xiconhoca*⁵⁷; abaixo o *lobolo*⁵⁸ e, viva os conselhos de produção; viva a revolução; viva os grupos dinamizadores e os grupos de vigilância; passaram a compor o vasto repertório fraseológico da Frelimo e do Estado.

Para Mosca (1999, p.70), a sobrevivência do socialismo dependia de

Uma enorme mobilização das populações, um engajamento voluntarioso e generoso da grande maioria dos militantes e quadros e uma adesão ideológica mais ou menos consciente e/ou emocional à Frelimo. A luta contra a exploração do homem pelo homem, a importância de consolidar e defender o Estado dos operários e camponeses, o poder popular, a defesa da pátria contra o inimigo externo e outros slogans, eram utilizados para a mobilização e para instrumentalizar a participação voluntariosa da população em diferentes frentes, como por exemplo, o trabalho voluntário nos grupos de vigilância nos bairros e empresas.

Portanto, independentemente das estratégias acionadas pela Frelimo e pelo Estado, o certo é que, a partir de 1978, os primeiros resultados começaram a surgir alimentando as esperanças de que o socialismo vingaria no país. Enquanto no plano internacional o sucesso do socialismo em Moçambique demarcava o avanço soviético na África Subsaariana, na geopolítica regional, no entanto, esse protagonismo anunciava rupturas e, sobretudo o desequilíbrio de forças, daí que deveria ser combatido energicamente.

Em causa estava o receio de que o avanço do socialismo em Moçambique poderia influenciar ou servir de exemplo para outros países, como o Zimbábue que ainda lutava pela independência. Além disso, Moçambique, ao se afirmar como socialista comprometeria a hegemonia do capitalismo britânico na Rodésia do Sul,

⁵⁷ Figura popular usada para transmitir imagens de infiltração inimiga, ou de comportamento e atitudes individualistas que iam à contramão dos ideais da nova sociedade (EGERÕ, 1992).

⁵⁸ O lobolo é o dote que o homem paga à família da mulher para que lhe seja concedido o casamento. No início, geralmente essa gratificação era pago com cabeças de gado bovino e, atualmente ele é pago em dinheiro. O lobolo é majoritariamente praticado no Sul e Centro de Moçambique, sobretudo, em famílias patrilineares.

uma vez que dependia dos Portos moçambicanos para suas exportações e importações. Portanto, razões para se opor à consolidação desse sistema na região.

Apesar dos potenciais elementos de conflito, o que colocava barreiras em médio prazo para o crescimento nacional, o país registrava assinalável crescimento, como resultado do esforço combinado entre os países do Leste e o Estado. Prova disso, a economia começou a estabilizar-se e, entre 1978 e 1981, os níveis de produção e exportação voltaram a aumentar. Nesse período, a produção e as exportações nacionais cresceram 80%; o número de ingressos nas escolas duplicou e cresceram as campanhas de alfabetização e educação de adultos (ABRAHAMSSON e NILSSON, 1994; CHICHAVA, 2003).

No setor da educação, o número de alunos matriculados aumentou de 700.000 para 1.276,000 alunos nas escolas primárias e de 20.000 para 135.000 alunos no ensino secundário. Portanto, esse aumento revela, em parte, que "as campanhas de alfabetização e de educação de adultos alcançaram resultados significativos e encorajadores. De fato, só em 1981, estavam inscritos nesse subsistema de ensino meio milhão de pessoas, dos quais 40% eram mulheres" (NEWITT, 1997, p. 471).

Na saúde, o Estado privilegiou a medicina social e preventiva e em 1979 foi realizada uma das campanhas de vacinação mais bem sucedidas de sempre. Com efeito, a campanha nacional de vacinação contra a varíola, o tétano e o sarampo realizada nesse ano, abrangeu perto de 90% da população. Paiva (2000, p. 30), assinala que a "Frelimo conseguiu progressos nas áreas de saúde e da educação. A taxa de analfabetismo regrediu em 20% entre 1975 e 1982; a cobertura sanitária aumentou e os programas de vacinação que decorreram em todo o país foram apontados como programas modelo para muitos países africanos".

Portanto, os avanços registrados nos setores de educação e da saúde refletem os esforços do Estado, o engajamento popular, bem como o apoio fornecido pelos países do Leste. Abrahamsson e Nilsson (1994) destacam principalmente os avanços verificados na alfabetização de adultos. Para eles, a Frelimo e o Estado lograram resultados positivos em vários setores econômicos e sociais. Por exemplo, o sistema educacional expandiu-se com o aumento de número de professores de 10.000 para 20.000 até 1982. E em cinco anos, o analfabetismo regrediu de 93% para cerca de 70%.

Contudo, essa aparente recuperação da economia não poderia ser atribuída só e exclusivamente às medidas de reestruturação econômicas realizadas pelo Estado, mas também a outras questões como, por exemplo, a opção por medidas antieconômicas que falseavam o retorno dos investimentos feitos, conforme argumenta Newitt (1997) que, os elevados níveis de produção tinham sido obtidos por meio de grandes investimentos e absorção das importações de maquinaria e de produtos químicos que não seriam pagos.

Desde então, o crescimento econômico, até então registrado, começou a declinar, as *machambas* estatais e as cooperativas não conseguiam produzir o suficiente para atender a demanda interna, as lojas rurais começaram a ficar sem produtos para comercializar, o êxodo rural⁵⁹ aumentou e grande parte dos recursos financeiros passou a ser destinado à importação de alimentos (NEWITT, *op. cit.*, CHICHAVA, 2003). Esse cenário agravou-se porque, a partir de 1977, o país passou a ser assolado ciclicamente por calamidades naturais, das quais cheias, inundações e secas que obrigavam o Estado a desviar parte dos poucos recursos disponíveis para ações de assistência emergencial.

No campo da política externa e da geopolítica regional, as mudanças ocorridas tinham colocado o país numa posição mais exposta. Pois, da política de não alinhamento adotado no III congresso da Frelimo, o Estado passou para a linha de frente, isto é, passou a demonstrar explicitamente o seu total apoio aos movimentos nacionalistas regionais. Nesse sentido, ofereceu apoio político ao Congresso Nacional Africano (ANC), a Organização do povo do Sudeste Africano (SWAPO) e a ZANU-PF.

Dessa forma, ao manifestar o seu total apoio a esses movimentos, principalmente a ZANU-PF e ao ANC, que lutavam contra as minorias brancas na Rodésia e na África do Sul, o Estado expôs-se ao conflito, assim como abriu um vasto campo que possibilitou, por um lado, a formação da Renamo e, por outro lado,

⁵⁹ No Brasil, o movimento massivo de pessoas do campo para cidade resultou do processo de modernização do campo, principalmente a partir da década de 1960 com a introdução de programas de modernização da agricultura. Mendonça (2004, p.166, grifos do autor) entende que o processo de modernização do campo foi parcial e no caso específico do Cerrado brasileiro a modernização conservadora da agricultura foi à materialização mais expressiva do capital nas áreas do Cerrado. Diferentemente da realidade brasileira, em Moçambique o êxodo rural cuja fase mais intensa foi no final da década de 1980 e durante a década de 1990, resulta/resultou do rápido empobrecimento do campo no contexto do agravamento da guerra e da falta de alimentos no meio rural. Por essas razões uma parte significativa, sobretudo homens e os mais jovens viram-se forçados a migrar para a cidade em busca de condições para a sobrevivência ou mesmo como estratégia para fugir da guerra.

eliminou uma importante fonte de receitas provenientes, do fluxo transitório para a Rodésia e a utilização do Porto da Beira, dos oleodutos e do turismo. Na prática, o Estado eliminou quase todas as fontes de receitas, tanto os retornos econômicos e sociais provenientes da migração do trabalho para a Rodésia, quanto do trabalho migratório na África do Sul.

Como diria Egerõ (1992, p.90) que Samora Machel ao adotar as sanções impostas ao regime minoritário de Ian Smith por meio da Resolução n. 253 de 29 de Maio de 1968 das Nações Unidas subestimou que "o encerramento da fronteira atiraria dezenas de milhares de trabalhadores do Centro de Moçambique para o desemprego, impedindo um número ainda maior de prestar trabalho migrante na Rodésia e expondo o país à destruição econômica e de infraestruturas".

Esses problemas vão influenciar negativamente no funcionamento do Estado, bem como na alocação de recursos financeiros para setores chave da economia. A independência do Zimbabwe em 1980, concomitante à formação do *Mozambique National Resistance* (MNR) que mais tarde, passou a designar-se Renamo, alteraram profundamente o quadro geopolítico regional. Internamente, essa conjuntura obrigou ao Estado a desencadear enérgicas ações de combate à Renamo, o que implicava o desvio de recursos ou contrair dívidas para financiar a guerra, portanto, é a chamada *economia de guerra*. Por fim, a combinação desses fatores catalisou a crise econômica, sobretudo na década de 1980 e precipitou a derrocada do projeto socialista, assim como a aproximação do Estado às Instituições Financeiras Internacionais (IFIs), conforme veremos a seguir.

1.2.3 A Virada para o Ocidente e o Programa de Ajuste Estrutural (PAE)

1.2.3.1 *Reconstruindo o contexto da inserção do PAE*

A situação político-econômica e social do país, nos finais da década de 1980, tinha se alterado bastante. A crise econômica; o avanço da guerra civil e os desastres naturais que ciclicamente assolavam o país esboçaram um conturbado quadro que exigia do Estado medidas rápidas e ousadas. Em nível internacional, a crise capitalista da década de 1970, seguida da crise da dívida nos anos 1980, encolheram as linhas de apoio, ao mesmo tempo que fecharam o cerco de muitos países do Leste europeu que, eram até ao momento, principais parceiros econômicos e políticos.

No contexto regional, a independência do Zimbabwe em 1980 gerou um desequilíbrio de forças, colocando a África do Sul numa espécie de isolamento, sobretudo com a formalização da SADCC em agosto desse ano. Diante disso, a África do Sul sob o governo do *Apartheid* passou a apoiar política e militarmente a Renamo que, já desde 1976, atuava no país sob as ordens do governo rodesiano. Entre ataques; raptos; vandalização de infraestruturas público e privadas; pilhagem de bens da população e das lojas; mutilações, entre outros horrores, a Renamo foi se erguendo como principal instrumento de desestabilização, da intensificação da crise e da crispação social, demandando do Estado especial atenção.

Conforme explica Newitt (1997, p.483), a Renamo tinha ordens bem explícitas para não atacar alvos militares ou cidades,

Mas sabotar a infraestrutura econômica e a base para a economia rural. Seus alvos principais era a população rural. Atacava aldeias comunais e cooperativas, infraestruturas sociais como hospitais, escolas e edifícios do governo e instalações da economia rural. Essa escolha destinava-se a destruir toda a confiança ou crença na eficácia do governo como organização capaz, protetora ou benéfica e em longo prazo levar a população a uma vida de subsistência no mato, que seria, portanto, a negação final de tudo que a Frelimo representava.

Portanto, essas e outras ações protagonizadas pela Renamo aliadas à atuação violenta da Frelimo, sobretudo no campo, contribuíram para o agravamento da crise política, econômica e social, bem como para o aumento da ira e do sentimento anti- Frelimo, dando mais fôlego à atuação da Renamo. A propósito disso, o antropólogo francês Christian Geffray (1990)⁶⁰ explica que a dura atuação da Frelimo em algumas regiões, sobretudo do interior da Província de Nampula, urdiu e/ou fortaleceu as ligações entre a população e a Renamo. Quer dizer, a Frelimo ao destruir totalmente as estruturas tradicionais arraigadas em crenças e sacrifícios, bem como ao coagir os chefes tradicionais e a população a abandonar

⁶⁰ Christian Geffray (1954-2001) produziu uma vasta bibliografia sobre Moçambique e Brasil. No país, Geffray trabalhou no período entre 1982 a 1986, exatamente na época do reinício da crise econômica e política, bem como do recrudescimento da guerra civil. É provável que o interesse dele pela antropologia do povo mácuá tenha se forjado nesse tempo, por sinal um dos mais turbulentos do Moçambique pós-colonial.

Geffray buscou explorar outras dimensões que pudessem ajudar na compreensão da guerra civil (1976-1992) moçambicana. Ou seja, transpôs a leitura clássica da guerra fundada na confrontação Leste- Oeste, explorando também a dimensão antropológica da mesma que foi a que em parte contribuiu para o avanço do conflito no território nacional.

Baseando-se no conhecimento sobre as sociedades matrilineares no Distrito de Eráti, em Nampula, estudou a relação entre o parentesco e a organização social do qual resultou a sua tese de doutorado intitulado *Travail et Symbole em Pays Makhuwa* em 1987 (FLORENCIO, 2002).

suas crenças, permitiu a formação de alianças entre os chefes marginalizados e a guerrilha da Renamo.

Newitt (1997) e Paiva (2000) concordam que as modificações feitas pelo Estado afetaram os interesses tradicionais de toda a ordem, a identidade étnica; a religião institucionalizada; a família; a liderança tradicional da aldeia; a lei e o casamento tradicionais, bem como a capacidade de reprodução do campesinato. Por isso, a Renamo mesmo não tendo um projeto político concreto, só o fato de ser anti-Frelimo deu-lhe crescente apoio entre os moçambicanos, principalmente das regiões Centro e Norte, portanto, a Renamo serviu como catalisador do ressentimento e da hostilidade contra a Frelimo e o Estado.

Diante disso, o Estado ensaiou novas estratégias e encetou novos contatos em busca de apoio, tanto para combater a Renamo, como para reduzir os impactos da fome provocada pela seca e pelas cheias. No horizonte, a possibilidade de conseguir apoio junto aos países do bloco socialista estava cada vez mais difícil. A rejeição da candidatura do país ao Conselho para Assistência Econômica Mútua em 1981, embora já participasse dele, como convidado, bem como a impossibilidade de obter qualquer tipo de ajuda dos países membros dessa agremiação, exigiram do Estado mudanças significativas e novas alianças.

Nesse sentido, em 1983 a Frelimo realizou o IV Congresso, conhecido na mídia nacional como o "Congresso dos problemas econômicos e da defesa". Nele, ficou decidido que a Frelimo e o Estado deveriam prestar maior atenção ao Ocidente, pois ele conseguiria, por um lado, conter a política agressiva da África do Sul e, por outro, poderia ter um papel de relevo para a economia moçambicana, portanto, seria a solução para a crise moçambicana (ver quadro 4).

Refletindo sobre a importância das deliberações do IV Congresso e a sua relação com a virada para o Ocidente, Egerõ (1992), Abrahamsson e Nilsson (1994) e Paiva (2000) concordam que o IV Congresso foi dedicado à crítica do modelo político e de desenvolvimento adotado pelo Estado, sublinhando a necessidade da reestruturação e da abertura econômica do país. No âmago dessas críticas recomendava-se que o Estado deveria reduzir suas responsabilidades, deixando para gestão privada vários setores até então, sob seu controle e, dedicar-se à gestão de setores fundamentais, como saúde, educação e habitação.

Portanto, foi em cumprimento disso que o Estado lançou a chamada *ofensiva política organizacional*⁶¹ e iniciou os primeiros contatos com o Ocidente, que culminaram com a admissão de Moçambique ao estatuto de membro do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional em 1984. Como consequência disso foi aprovado o Plano de Ação Econômica (PAE), com o qual se deu início ao processo de liberalização dos preços, as negociações de ajuda ao desenvolvimento, bem como das condições de renegociação da dívida externa.

Daí em diante, o Estado prosseguiu com reformas mais ou menos profundas e a liberalização de outros setores da economia nacional. Portanto, dado o contexto econômico do país, as reformas até aí realizadas não foram capazes de alterar o efeito recessivo da economia, nem melhorar a condição social da população. Todavia, sinalizava a vontade de Moçambique em introduzir reformas na estrutura política e ideológica, fato que o Ocidente considerava essencial para o prosseguimento das relações econômicas e diplomáticas.

1.2.3.2 O programa de reabilitação econômica

Após sucessivos impasses em relação aos termos de referência e as condições de implementação dos programas de ajuste econômico no país, em janeiro de 1987, iniciou o Programa de Reabilitação Econômica (PRE). No *framework* do PRE, estava claro que o governo de Moçambique deveria realizar profundas reformas no âmbito político-econômico e na administração pública. Tais mudanças compreendiam: a desvalorização contínua do metical⁶²; o controle da inflação; a liberalização dos preços de mercado, visando corroer a estrutura produtiva socialista até então prevalecente.

Castel-Branco (1994) e Mosca (1999) entendem que o Estado deveria realizar profundas mudanças em curto tempo, isto é, a chamada *terapia de choque*. E com essas medidas, o FMI e o BM pretendiam não só desenraizar o socialismo da mente

⁶¹ De acordo com Ferrão (2002), a ofensiva política- organizacional era contra a inércia, a corrupção, a incompetência, a burocracia, a indisciplina e, preguiça, quer dos agentes do Estado, quer do setor privado- quase inexistente. Portanto, "após visitas *relâmpagos* a instituições de Estado, fábricas, comércio geral e mesmo alguns restaurantes, Samora Machel decidiu tomar algumas medidas de visão. Por exemplo, as lojas do povo foram liberalizadas (FERRÃO, *op.cit.*, p.47, grifo do autor)". Cf. FERRÃO, Virgílio. **Compreender Moçambique**. Maputo: DINAME, 2002.

⁶² Metical é a unidade de moeda em uso nas transações internas em Moçambique, seu símbolo é MT. A moeda nacional foi criada no dia 16 de junho de 1980 em substituição do escudo português que até então era a moeda em circulação. A criação do metical foi antecedida pela criação do Banco de Moçambique em maio de 1975. Assim, US\$ 1 equivale a 60.80MT, referente à taxa média de câmbio no dia 19 de maio de 2017 (BANCO DE MOÇAMBIQUE, 2017).

dos dirigentes e da sociedade moçambicana, mas também acreditavam que, quanto mais rápido e forte fosse o choque de austeridade, menor seria o desgaste político do governo. Todavia, tal não aconteceu, pois a brusca alteração eliminou a ação previdenciária do Estado e corroeu a imagem do governo perante os moçambicanos, tanto no campo, assim como na cidade.

Segundo Pereira (2013, p.361), as reformas *sugeridas* pelo Banco Mundial inserem-se no contexto da cartilha neoliberal, isto é, o chamado Consenso de Washington. Na essência, recomenda-se a realização de uma "agenda coerente de reformas nas políticas comercial, cambial e agrícola, a promoção da liberalização comercial e da especialização produtiva voltada à exportação de bens primários como forma de alavancar as reformas e catalisar fluxos de capital externo".

Em cumprimento disso, o governo procedeu à desvalorização do metical como estratégia para incentivar as exportações e reduzir as importações; cortou a despesa pública e os subsídios às empresas do Estado; privatizou grande parte das empresas do Estado; introduziu taxas em alguns serviços públicos essenciais (saúde e educação); liberalizou o mercado e a circulação de bens; aumentou a taxa de juro; reduziu a oferta monetária e procedeu ao controle e congelamento dos salários e de projetos de apoio social (MOSCA, 1999).

Paralelamente a essas medidas, o governo fez a revisão e a produção da legislação nacional. Cabe destacar, por exemplo, a revisão constitucional, a produção da política do investimento externo e de outra legislação relevante, cuja discussão é feita na parte 3. Com as reformas em curso, o Estado pretendia não só incentivar e captar grande parte do investimento estrangeiro, mas também estimular as exportações, principalmente de produtos primários, estratégia para a valorização gradual do metical e a atração de mais "ajuda financeira" para o país.

Francisco (2003, p.165), ao analisar as estratégias de atuação das IFIs sobre os países pobres ressalta que os ajustes econômicos, cujos efeitos na estrutura socioeconômica e política são variados e adversos, são mecanismos de inserção dos países subdesenvolvidos no sistema internacional. Na prática, embora a imposição de reformas e ajustes configure em si uma recolonização, os governos dos países pobres não têm a "quem pedir mais dinheiro emprestado, nem que seja apenas para se alimentarem. Portanto, o FMI e o BM paga aos governos desses países para que estes mudem de rumo e, estes, por sua vez, aceitam com maior ou menor entusiasmo".

Wuyts (1980) e Pereira (2013) assinalam que as reformas sociais e político-econômicas impostas aos governos dos países pobres têm por finalidade reestruturar os padrões de acumulação e de distribuição do país e, é o centro doutrinário da nova política do Banco Mundial, cuja palavra de ordem é a liberalização econômica, a ausência do Estado, ou o Estado mínimo, mesmo que isso acarrete ônus sociais.

De qualquer forma, a introdução das reformas iniciais permitiu a economia moçambicana retomar os níveis mínimos de crescimento econômico. Por exemplo, entre 1987 e 1989 o Produto Interno Bruto (PIB) nacional cresceu 5%, o setor de serviços cresceu 4% e o Produto Nacional Bruto (PNB) per capita aumentou em cerca de 2%. Já a produção e a comercialização do milho e da castanha de caju, por exemplo, cresceu respectivamente 36,7% e 26% (PAIVA, 2000).

Mosca (2005) destaca o crescimento da economia no período do PRE, como resultado vários fatores dos quais: o aumento considerável de recursos externos, a liberalização dos mercados com respostas positivas da produção em curto prazo e as condições meteorológicas favoráveis. A partir desses dados, compreende-se que após a introdução do PRE a situação econômica do país melhorou ligeiramente. Setores, como a agricultura, cresceram 6% ao ano, após longos períodos de recessão. Não obstante esse crescimento, a condição social da grande parcela da população rural e urbana, principalmente não melhorou.

Na cidade, por exemplo, as dificuldades do Estado em prover os serviços básicos (saúde, educação e segurança); a onda de despedimentos, como resultado do *surto* da privatização de muitas empresas e fábricas estatais sob pretexto de serem ineficientes; o aumento da carga fiscal e tributária⁶³; o congelamento dos salários; a ausência de projetos de integração social corroeu a estrutura social. No campo, o avanço da guerra civil, a destruição de infraestruturas sociais coagiu grande parte da população rural a migrar para a cidade em busca de alternativas de sobrevivência ou de abrigo, em função da violência no campo.

Portanto, considerando esses aspectos, concorda-se com Paiva (2000), ao lembrar que o PRE não foi capaz de integrar a população nas estruturas produtivas e, nas cidades a onda de privatização, o êxodo rural resultante da guerra e do

⁶³ Nesse período foi criado o Imposto de Rendimento de Pessoas Singulares (IRPS), o Imposto sobre o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), além do Imposto de Pessoal Autárquico (IPA) que já vinha sendo cobrado antes do PRE e do PRES.

empobrecimento do campo, o declínio na qualidade dos serviços sociais ou seu encarecimento, criaram condições para a proliferação da miséria, da mendicidade, da prostituição e de outros males sociais, sobretudo na cidade de Maputo.

E as razões de tudo isso estão, no entender de Mosca (2005), no fato de que, para o PRE, as questões sociais tinham o caráter marginal, por isso sua implementação baseava-se no princípio neoclássico, amparado no conceito de primeiro crescer para depois distribuir. Ou seja, o fato do PRE não abarcar questões sociais em seus escopos contribuiu para o seu fraco desempenho na esfera social.

Visentini (2012, p.119), por sua vez, assinala os efeitos do PRE, sobretudo na cidade. Para ele, com a introdução do PRE e de todas as suas medidas, os salários mínimos dos trabalhadores urbanos

Eram incapazes de suprir as necessidades básicas para uma família. Consequência, os trabalhadores já não podiam nem mesmo pagar pelas cestas de alimentos fornecidos pelo governo, as crianças deixavam de ser matriculadas nas escolas por falta de dinheiro para pagar pelos livros, houve a diminuição de atendimentos de saúde e ocorria a locação de imóveis sem água corrente ou eletricidade.

Num contexto mais amplo e de longo prazo, além do elevado fardo social e a desarticulação social subjacente, em função do caráter anti-social do PRE, sua implementação concomitante ao processo de privatização, lançou a *semente* de um dos maiores problemas, que assola a sociedade moçambicana atual - a corrupção. Tais esquemas, com frequência, aconteceram sob as ordens das IFIs. É exemplo disso, o processo de privatização do Banco Comercial de Moçambique, bem como a imposição da desregulamentação na indústria do caju (HALON e SMART, 2008).

Portanto, com o aumento das convulsões sociais, como resultado da degradação das condições de vida, tanto no campo, assim como na cidade aumentaram também as críticas sobre os efeitos sociais do PRE. Pesquisas realizadas no âmbito do PRE como, por exemplo, a Dimensão Social do Ajustamento (DSA), destacam o caráter anti-social do PRE e sua relação com a degradação social. Ou melhor, o PRE não foi capaz de melhorar as condições sociais da população urbana principalmente, enfim, é o designado crescimento empobrecedor, no dizer de Oppenheimer (2001).

Diante disso, foram feitos alguns reparos, bem como a introdução de questões sociais nos escopos do PRE. Portanto, buscou-se com essa medida, "humanizar" o PRE e, assim surgiu o Programa de Reabilitação Econômica e Social (PRES).

1.2.3.3 O programa de reabilitação econômica e social

O Programa de Reabilitação Econômica e Social, que teve início em 1990, nasce praticamente sob as *cinzas* do PRE. Em meio ao contexto internacional conturbado, marcado pelo aumento de pesquisas científicas feitas por sociólogos e antropólogos, sobretudo, bem como de movimentos ambientalistas, que exigiam maior atenção para as questões sociais, principalmente nos programas realizados pelas IFIs ou por elas financiados.

No contexto interno, com o processo de privatização e do desmantelamento do Estado em curso, crescia paralelamente a miséria de uma parcela expressiva de famílias urbanas, que começou a ressentir-se da falta de serviços básicos e sem condições mínimas para sua reprodução social. Daí em diante, iniciou a pressão das Organizações Não Governamentais (ONGs), sobre o caráter empobrecedor e anti-social do PRE. Na essência, exigia-se do governo medidas de compensação social para minimizar os problemas sociais resultantes da introdução do PRE.

Para Paiva (2000), Oppenheimer (2001) e Visentini (2012), a inserção de questões sociais nos programas de ajustes estrutural das IFIs, decorre da mudança nas políticas dessas instituições diante da deterioração das condições sociais. Mosca (2005) é mais cético sobre as reais causas dessa mudança. No seu entender, a incorporação das questões sociais visava, por um lado, validar esses programas dentro da sociedade moçambicana e, por outro, defender e legitimar o poder do Estado fortemente corroído pela guerra, além de criar um clima favorável para a vitória eleitoral da Frelimo.

Mais próximo da visão de Cernea (1991), Oppenheimer (2001, p.1) acredita que o PRES resulta de uma nova "orientação das Instituições Financeiras Internacionais no sentido de reconsiderar os Programas de Ajustamento Estrutural como programas de redução da pobreza dada o desempenho muito negativo do ajustamento estrutural". Tal fato decorre das críticas sobre o caráter empobrecedor desses programas.

De fato, a tese defendida por Oppenheimer (2001) dialoga com a percepção a de autores como, como Cernea (2008), que aponta mudanças no âmbito dos programas das IFIs, com a inclusão de aspectos sociais fruto de acirradas críticas sobre a ausência dessa componente em seus programas. De qualquer forma, é

evidente que a componente social nos programas de ajuste estrutural não é genuína deles e, sim emenda, arranjos incorporados nos escopos iniciais.

Desde então, criaram-se instituições e programas para assistência dos grupos mais carenciados, sobretudo na cidade de Maputo. Com efeito, definiram-se metas e grupos alvos desses programas. Por exemplo, no *Policy Framework Paper* (PFP), destaca-se o combate à pobreza durante a década de 1990, como o eixo central do PRES. A partir dele, criou-se a rede de segurança para assistência à população urbana. Tal rede tinha como objetivos: (i) o fornecimento de milho amarelo subsidiado por meio do sistema de racionamento alimentar; (ii) o fornecimento de recursos financeiros complementar destinado à compra de alimentos para às famílias com mais de seis membros do Agregado Familiar (AFs)⁶⁴ e dispondo de um só salário, (iii) o fornecimento de pensão garantindo o mínimo de segurança alimentar destinada às famílias sem rendimento salarial, cujo chefe de família é mulher, idoso ou deficiente (OPPENHEIMER, 2001).

Dada a heterogeneidade dos grupos sociais afetados nas principais cidades do país, sobretudo em Maputo, requeria que os programas de ajuda alimentar fossem o mais eficiente possível. Para isso, foi criado o Gabinete de Apoio aos Grupos Vulneráveis (GAPVU); foram realizadas pesquisas com o uso de diversas matrizes que buscavam a identificação dos grupos alvos, ou seja, os mais carenciado e vulneráveis. Dentre elas, destaca-se, por exemplo, a pesquisa de Schubert realizada em 1990 e ampliado nos anos subsequentes, isto é, 1991, 1992 e 1993, cujo objetivo era determinar a linha da pobreza em Moçambique. Portanto, o levantamento feito pelo GAPVU permitiu o mapeamento dos estratos sociais considerados vulneráveis e, facilitou sobremaneira o direcionamento da ajuda alimentar para esses grupos sociais.

Em função dessas reformas, os níveis de carência nas cidades reduziram relativamente. Oppenheimer (2001) e Mosca (2005) consideram que houve melhorias em alguns indicadores sociais no período entre 1991 e 1997. Assim, considerando os resultados dos primeiros dois Inquéritos dos Agregados Familiares (IAF) realizado entre 1991 e 1997, conclui-se que com o início do PRES a pobreza

⁶⁴ Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento, tenham ou não relações de parentesco, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento e cujas despesas para a satisfação das necessidades essenciais são suportadas parcial ou totalmente em conjunto. Portanto, quando se fala em chefe do agregado familiar refere-se à pessoa responsável pelo agregado familiar ou aquela que para efeitos, por exemplo, de inquérito ou recenseamento é indicado-conhecida como tal pelos restantes membros (INE, 2013).

urbana⁶⁵ nas duas principais cidades da Província de Maputo (Matola e cidade de Maputo) reduziu substancialmente. Ou seja, dos anteriores 39,8% em 1991 baixou para 34,5% em 1997. E a pobreza absoluta também reduziu de 12,7% para 7,5% no período em referência.

Na verdade, as melhorias alcançadas no âmbito do PRES situam-se no contexto dos esforços que visavam atenuar as dificuldades de reprodução social das famílias, principalmente nos centros urbanos. O início do PRES invoca medidas políticas mais pragmáticas, como, por exemplo, "abandono" do socialismo e a adoção da política reformista ocidental, demarcando o período de transição para uma nova etapa de construção do país. Portanto, os seguintes eventos: a transformação do PRE em PRES; a publicação da nova Constituição da República em 1990 e o fim do sistema de partido único; o Acordo Geral de Paz em 1992, bem como a realização das primeiras eleições multipartidárias em 1994 anunciam uma nova fase na história do país.

E, por último, tais eventos abrem as *portas* para uma etapa que será caracterizada pela reorganização política e econômica do país, com vista a captar mais investimentos externos, pressuposto para a reconstrução nacional e o "desenvolvimento" de Moçambique. A fase, que se inaugura com o fim da guerra civil e que perdura até os dias atuais, é caracterizada pelas reformas no setor público e na administração pública e, sobretudo pela construção de um quadro jurídico legal para regular: o uso da terra; a extração e gestão dos bens naturais, o investimento estrangeiro e o funcionamento de setores estratégicos do Estado.

⁶⁵ O conceito de pobreza urbana e sua mensuração exigem várias ponderações. Santos (2009) chama atenção para a necessidade de compreender que a definição e a mensuração da pobreza urbana especificamente, é permeada de vários equívocos.

(i) porque os métodos e as estatísticas elaboradas sobre a pobreza, principalmente nos países pobres refletem uma adaptação dos modelos aplicados nos países centrais, o que nem sempre condizem com a realidade da periferia; (ii) os próprios critérios de definição dos limites urbanos são tão numerosos tanto quanto os países que se referem o que não permite qualquer tipo de generalização; (iii) a repartição setorial, isto é, a divisão da economia em setores primário, secundário e terciário torna difícil também a mensuração da pobreza urbana.

E, por fim, ele lembra que os diversos conceitos elaborados para explicar o crescimento urbano, sobretudo, a partir da década de 1950 devem ser analisados a partir das suas raízes, ou seja, com base "nas condições nas quais os países que comandam a economia global exercem sua ação sobre os países da periferia, criam uma forma de organização da economia, da sociedade e do espaço, uma transferência da civilização, cujas bases principais não dependem dos países atingidos. As raízes dessa crise urbana encontram-se no sistema mundial. É, portanto, nesse nível que se encontram explicações válidas" (SANTOS, *op.cit.*, p. 30- 32).

PARTE 2 DELINEANDO A PESQUISA

1 RAZÃO E ORDEM DE UMA ESCOLHA: os aspectos metodológicos da pesquisa

Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (KARL MARX).

Karl Marx (1818-1883), ao afirmar que não é a consciência que determina o ser, mas o inverso, isto é, o ser social é que produz a sua consciência pretendia dar resposta a questões mais prementes da filosofia - ciência que fornece explicações científicas sobre a natureza, a sociedade e as leis que regem o seu desenvolvimento. Na origem desse posicionamento, estava o problema colocado pela filosofia, sobre a relação entre o pensar e ser; o material e o imaterial e, sobretudo a prioridade entre as duas últimas categorias filosóficas.

Esse conflito, que segundo Triviños (2009) constituiu a questão central da filosofia foi o principal *ingrediente* para o desenvolvimento do conhecimento científico no geral. No campo das disputas, posicionou-se, de um lado, o idealismo filosófico e, do outro, o materialismo filosófico, cada um com suas próprias categorias erguendo, assim, as bases para a interpretação, tanto dos fenômenos da natureza quanto dos fatos sociais cada vez mais complexos e entrelaçados.

Os primeiros posicionaram-se em defesa do imaterial, isto é, o espiritual como um dado *a priori* à matéria e que dele dependia toda e qualquer forma de conhecimento humano. Já o segundo grupo, isto é, os sectários do materialismo filosófico acreditavam que a matéria existe *a priori* à existência e ao seu conhecimento pelo homem. Portanto, a matéria tem existência objetiva e não depende da nossa consciência ou do sentido refletida por esta (TRIVIÑOS, *op.cit.*).

O debate entre o idealismo e o materialismo desdobrou-se em diversas subcategorias (do idealismo subjetivo ao objetivo; do materialismo ingênuo ao dialético) cada uma com o seu próprio "arsenal" teórico para defender o seu entendimento sobre a ordem na disposição das ideias e dos objetos. Para os idealistas, por exemplo, todos os objetos sensíveis o são pelo fato de serem percebidos pela razão e, não pela sua existência anterior à sua apreensão, ou seja, existir significa ser percebido (LÊNIN, 1982).

Para os materialistas, por sua vez, a matéria tem existência objetiva e, a partir da prática social pode se chegar à verdade ou ao conhecimento dela. Além disso, eles acreditavam também que o mundo é cognoscível, porém seu conhecimento é restrito a um determinado tempo histórico. Portanto, "estas ideias básicas caracterizam, essencialmente, o materialismo dialético", conforme assinala Triviños (2009, p. 23). A partir desses campos de pensamento conflitante, nasceram vários paradigmas interpretativos que embasaram pesquisas e possibilitaram o desenvolvimento da ciência.

De fato, do positivismo clássico ao neopositivismo; a fenomenologia e materialismo histórico, a evolução dos paradigmas científicos representa rupturas e continuidades no edifício da ciência. Kuhn (1975) explica que os paradigmas orientam as pesquisas, seja modelando-as diretamente, seja por meio de regras abstratas, daí que sua ruptura significa uma mudança mais ou menos consciente na direção e na fundamentação de todo o arcabouço teórico, conceitual e técnico.

A partir desse entendimento, fica claro que os debates e os embates teóricos no caminho da construção do conhecimento científico, ao longo dos tempos, possibilitaram a constituição de um corpo teórico metodológico mais ou menos denso que, aglutinando aspectos filosóficos e da prática social, que permite interpretar a sociedade. Com rastros do idealismo clássico, mesclado com o socialismo utópico e com forte componente da crítica à economia política, o materialismo dialético não pretende ser apenas "uma dimensão ontológica, mas também gnosiológica, uma vez que estuda o conhecimento e a teoria do conhecimento como expressões históricas" (TRIVIÑOS, 2009, p. 53).

Portanto, amparado nesses pressupostos, buscou-se nessa parte esclarecer os caminhos metodológicos; as categorias escolhidas; os conceitos utilizados e o método de interpretação, isto é, apresentamos o "chão" a partir do qual foi construída a pesquisa que tal como assinala Mendonça (2004) não é uma escolha vazia de significados. Mas, uma seleção que reflete a prática política e o comprometimento social do pesquisador; a maneira de ver e interpretar as coisas e as possibilidades de intervir no mundo por meio da pesquisa.

Partindo desse entendimento, procuramos, sempre que possível, justificar o porquê da priorização de uma determinada categoria em detrimento de outra ou da escolha de um conjunto de autores, em vez de outros.

1.1 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL (RPC): "integrando" os territórios do além

O esplendor, a riqueza, a alegria de viver, reúnem-se no centro da economia- mundo, em seu núcleo. É aí que o sol da história faz brilhar as cores mais vivas, é aí que se manifestam os preços altos, os salários altos, os bancos, as mercadorias "reais", as indústrias lucrativas, as agriculturas capitalistas; é aí que se situam o ponto de chegada dos extensos tráficos, o fluxo dos metais preciosos. Toda uma modernidade econômica em avanço aí se aloja (BRAUDEL, 1987, p.75).

1.1.1 As Engrenagens de um Processo

Compreender a situação político-econômica e social de Moçambique atual pressupõe buscar suas razões explicativas no bojo das transformações econômicas e políticas que vêm ocorrendo no mundo, sobretudo a partir da década de 1970. Tais políticas, idealizadas em escala internacional, acolhidas na escala nacional em coalizão com o Estado e materializadas em nível local, introduziram novas formas de apropriação do espaço e de ordenamento territorial sob comando e controle do capital. Entre as transformações políticas ocorridas em escala internacional, destaca-se pela sua magnitude o processo de reestruturação produtiva do capital, decorrente em grande medida da crise do modelo de produção até então, vigente.

De fato, no transcorrer da década de 1970, o padrão de organização industrial taylorista/fordista apresentava fissuras e acenava para a necessidade de sua substituição por outros mais flexíveis capazes de manter a roda de acumulação capitalista em movimento. De acordo com Oliveira (2007), o esgotamento do modelo de organização industrial fordista, no decurso dos anos 1970 induziu a busca de novas formas de relações e de dominação econômica, social, política, cultural e, principalmente territorial, por parte das classes dominantes ligados aos interesses dos diferentes tipos de capitais em todo o mundo.

Mendonça (2004), por sua vez, situa a reestruturação produtiva do capital no âmago da crise de acumulação que abalou o sistema capitalista. Tal processo instituiu formas de regulamentação, possibilitando a criação de uma nova matriz espacial em substituição da matriz precedente, construída sob as bases do modelo fordista/taylorista de organização industrial. A partir desse entendimento, Mendonça

(*op.cit.*, p.85) sublinha que "o fordismo/taylorismo, entrou em choque com os interesses dos grandes grupos transnacionais⁶⁶, ansiosos pela destruição das fronteiras constituídas pelo capitalismo no seu alvorecer, mas condição para a sua crise na atualidade".

Mészáros (2011) propõe que a análise desse processo seja feita considerando a mudança das condições expressas, por exemplo, nos provérbios medievais. Pois, de um contexto no qual reinava a ideia de que *nenhuma terra sem senhor* transitou-se para um período em que se acredita que *o dinheiro não tem dono*. Da última premissa, deriva o entendimento de que o confinamento do capital mercantil a territórios limitados tem um carácter meramente temporário e artificialmente imposto, por isso, deve ser eliminado mais cedo ou mais tarde.

Por dentro dessa compreensão, o capital emerge como modo específico de controle sociometabólico e gerador de fetichismo, a *mercadorização*, no dizer de Chesnais (1996), que não pode reconhecer fronteiras, tampouco os seus próprios limites estruturais insuperáveis, apesar das suas consequências demolidoras quando forem atingidos os limites mais extremos das potencialidades produtivas do sistema (MÉSZÁROS, *op.cit.*).

Nas entranhas do processo de RPC, instituiu-se um modelo de organização industrial flexível que busca não só deslocar as antigas indústrias para novos campos, isto é, a desindustrialização, mas também procura submeter cada vez mais regiões à lógica de acumulação capitalista. Por isso, a reestruturação produtiva do capital atrelada à extração da mais-valia, tem no uso da terra e dos bens naturais renováveis ou não, os elementos chave, os quais devem ser submetidos às leis inexoráveis do mercado e do lucro capitalista.

Portanto, é a partir desse caminho que regiões consideradas marginais ao sistema capitalista foram incorporadas no circuito da acumulação e na geopolítica mundial. Junto com a tecnologia e o desenvolvimento de modernos sistemas de comunicação; a desconcentração espacial da produção fundamento da nova Divisão espacial e Internacional do Trabalho (DIT) introduzida ou comandada pela empresa transnacional possibilitaram a inserção e a exploração contínua do Sul Global.

Moçambique ingressou precocemente no circuito internacional de acumulação capitalista em 1891, período no qual foi definida a fronteira Oeste do país e desde

⁶⁶ Ver o item 3.4. Multinacionais e Transnacionais: aspectos conceituais, decifrar para avançar...

então, Portugal iniciou o processo da ocupação efetiva. A segunda e mais decisiva etapa de inserção do país se deu após a independência, sobretudo com a introdução das reformas neoliberais, a partir de 1987. É, precisamente, nesse período que o Estado moçambicano iniciou a construção do arcabouço legal e institucional para garantir o controle e legitimar a exploração dos bens naturais: minerais; terra e água pelas Companhias transnacionais de diversas matrizes.

Com efeito, as reformas institucionais e legais realizadas pelo Estado com a introdução da cartilha neoliberal, permitiram a abertura do país e a atração de um significativo volume de investimento estrangeiro, principalmente na forma de Investimento Direto Estrangeiro. Nas malhas desse processo, diversas mineradoras ou suas subsidiárias afluíram para o país em busca de licença ou concessão mineira, para a extração de bens minerais, sobretudo o carvão mineral, ou na expectativa de explorar as novas oportunidades geradas pela mineração.

A partir desse período, verificou-se um expressivo crescimento do setor da mineração no país - a chamada indústria extrativa de bens minerais, impulsionado pelas reformas realizadas pelo Estado. Dados da Iniciativa para a Transparência na Indústria Extrativa (ITIE, 2014)⁶⁷ comprovam que o setor da indústria extrativa tem crescido bastante. Por exemplo, no período entre 2012 e 2014 o crescimento deste setor foi de aproximadamente 12,6% estimulado, sobretudo pelos projetos de extração das areias pesadas⁶⁸ de Moma e do carvão mineral de Moatize.

Bihale (2016) apresenta o panorama da indústria extrativa dos bens minerais em Moçambique caracterizado, principalmente por avanços e estagnação. Por exemplo, enquanto em 2006 a indústria extrativa contribuiu com 1,5% para o PIB, em 2009, este setor contribuiu com 2,5% das receitas do Estado. Esses dados, mesmo não sendo conclusivos, refletem em grande parte a importância que o setor da mineração tem para a economia nacional, daí que, é compreensível que ele tenha se tornado num dos setores que atraí a atenção de um número cada vez

⁶⁷ A ITIE é uma organização voluntária para os governos, organizações internacionais, Companhias, sociedade civil e, investidores que estabelece mecanismos e níveis de transparência e gestão das contas do Estado em países ricos em recursos.

⁶⁸ São componentes das areias pesadas a ilmenite, o rutilo- minerais de titânio e o zircão, sendo esse último composto do silicato de mineral de zircônio. O rutilo e a ilmenite são usados como matéria-prima para a produção de dióxido de Titânio (TiO₂), metais de titânio e elétrodos para a soldadura. O zircão é usado como matéria-prima importante na indústria de cerâmica, portanto, usado como opacificador e componente para a decoração de azulejos de parede, soalho e loiça sanitária. Ele é também usado na indústria de refração e fundição e para produzir derivados de zircônio de ampla aplicação (KENMARE, 2011).

maior de pesquisadores. Todavia, o crescimento da indústria extrativa dos bens minerais em Moçambique não é somente resultado das reformas realizadas pelo Estado, mas produto de uma arregimentação de fatores internos e externos.

Nesse sentido, consideramos que contou também para o crescimento da indústria extrativa em Moçambique o projeto da industrialização e urbanização da China, que por um período relativamente curto, mas, intenso, gerou uma demanda sem precedentes por matéria-prima, sobretudo de origem mineral. De fato, o período entre 2000 e 2014 testemunhou ao aumento da procura por matéria-prima em escala mundial o que suscitou uma rápida inserção e pressão, sobre os países "periféricos" detentores e/ou produtores de *commodities*.

Rachman (2011) relaciona a crescente demanda por matéria-prima a dois fatores fundamentais: a transformação econômica da China iniciada na era de Deng Xiaoping, de tal modo que, já nos anos 2000 se tornou o maior pólo industrial do mundo, bem como a ascensão de alguns países da América Latina, por exemplo, o Brasil que já em 2010 era a décima maior economia do mundo. O autor dá ênfase, principalmente à formação das BRICs no âmbito da cooperação Sul - Sul, como tendo sido um dos elementos que impulsionou essa demanda.

Machado (2012), por sua vez, argumenta que os incentivos dados pelo governo chinês, no âmbito da política *go out*, permitiram que grande parte das empresas chinesas até então, confinadas em seu território expandissem suas atividades, sobretudo em direção a África. Portanto, com o novo ciclo econômico e a ascensão da China na primeira metade do século XXI, tornaram-se aguerridas as lutas pela obtenção e a competição pelo controle das fontes de bens naturais.

Com uma visão mais conclusiva, Coelho (2016) entende que a crescente demanda por matéria-prima, desde os anos 2000 simboliza uma nova era na exploração dos bens naturais, quando a China passa a ser o grande consumidor mundial de matérias-primas. O chamado superciclo das *commodities* iniciado em 2000 e com ligeiro abrandamento, a partir de 2013 e tendo se enfraquecido em 2014, representa um período em que, devido ao projeto de industrialização chinesa de média e baixa tecnologia com intenso consumo de bens naturais, favoreceu a alta da demanda por *commodities* minerais.

Libânio (2010) encerra dizendo que a expansão da economia chinesa gerou efeitos diferenciados no mundo. Porque, por um lado, a competitividade das manufaturas chinesas representou um desafio aos países que têm suas pautas de

exportação baseadas nessas mercadorias e, por outro, o crescente consumo de *commodities* produziu substancial elevação de seus preços no mercado internacional e tendo "beneficiado" os países exportadores primários.

No rastro dessa demanda, desde os anos 2000 verificou-se em Moçambique o adensamento do Investimento Direto Estrangeiro⁶⁹ direcionado, principalmente para o setor extrativo, o que transformou o país num dos maiores "receptores" do investimento estrangeiro e reproduzindo, por conseguinte, uma economia extrativa em todos os sentidos. Castel-Branco e Ossemane (2010, p.143) explicam que uma economia extrativa caracteriza-se essencialmente, por ser "especializada em produtos primários com baixo nível de processamento, baixo nível das ligações entre as firmas e as atividades domésticas e forte dependência dos fluxos externos do capital com tendência a gerarem, ciclicamente, fluxos negativos do capital".

Essa tendência de acumulação baseada na extração intensiva dos bens naturais tem alimentado profícuos debates e clivagens, entre a sociedade civil moçambicana e o governo de Moçambique. Para os primeiros, a especialização do país como exportador de matéria-prima com pouco ou nulo grau de processamento gera forte dependência e consolida a posição subordinada de Moçambique na Divisão Internacional do Trabalho. Por isso, o governo deve rever não só os contratos com os consórcios transnacionais que extraem bens naturais no país, mas também introduzir cláusulas que estimulem o alargamento da cadeia produtiva dos bens minerais através do seu processamento dentro do território nacional.

Para o governo imbuído de ideários progressistas, somente a rápida exploração dos bens naturais, sobretudo o carvão mineral e gás natural possibilitará o crescimento econômico e a redução da pobreza absoluta, principal desafio de todo o projeto de governação em Moçambique. Por essa razão, a extração dos bens minerais é o caminho para o aumento das receitas internas e a promoção do desenvolvimento econômico.

De fato, a ideia de que a rápida e contínua exploração dos bens naturais existentes no país vai permitir o desenvolvimento, tornou-se o discurso retórico da elite política moçambicana e, principalmente dos grupos de poder na sua maioria ligada à Frelimo. Portanto, a retórica que legitima a atividade mineradora no país,

⁶⁹ Entre 2008 e 2013 Moçambique recebeu um total de US\$ 1, 673 milhões de investimento estrangeiro, colocando o país no *ranking* dos cem maiores destinos do IDE em todo o mundo. Desse montante, perto de US\$ 800 milhões foram investidos na pesquisa, desenvolvimento e/ou produção de recursos minerais incluindo o gás e o petróleo na bacia do Rovuma (WORLD BANK, 2015).

apesar dos efeitos socioambientais negativos é a opinião distorcida do desenvolvimento, o que Coelho (2012) denomina Discurso do Desenvolvimento Minerador (DDM).

No bojo desse discurso, construíram-se "fortalezas" ideológicas (o progresso e o desenvolvimento), umbilicalmente, ligadas aos interesses dos grupos de poder dentro do Estado e "acorrentadas" ao processo de acumulação capitalista que buscam não só legitimar a atividade mineradora, mas também conter pela censura os grupos da sociedade que eventualmente se objetam/questionam esse modelo de desenvolvimento. São os designados "apóstolos da desgraça e tagarelas" ⁷⁰, portanto, um esforço para a construção daquilo que Bassey (2015, p.12) denomina *lealdade cívica*, na qual quem "é contra ou critica as empresas [ou o modelo], é contra o desenvolvimento e o progresso do país".

Furtado (1978), por sua vez, assinala que o discurso de progresso apresentado pelos governos, inclusive o de Moçambique, visa satisfazer os grupos que tutelam a estrutura do poder, sem, no entanto, se distanciarem das aspirações de todos os grupos sociais. Ou seja, há um esforço no sentido de fazer crer que, a acumulação por essa via permitirá satisfazer as necessidades das massas e o contrário implicaria a desarticulação do sistema econômico em baixa de produtividade e o desemprego em massa. É por isso que Furtado (*op.cit.* p.64, grifo do autor) acredita que "a ideia de progresso se constitui numa célula *mater* de um tecido ideológico que serve de ligadura entre grupos antagônicos".

Com efeito, a vitalidade da mineração em Moçambique é também justificada pela ideia de geração de empregos em larga escala, sobretudo para a população das regiões "hospedeiras" dos megaprojetos. Segundo o governo, a inserção desses projetos no país permitirá a abertura de mais postos de trabalho e a absorção de muitos jovens até então, desempregados. Embora isso possa acontecer, é pertinente lembrar que, dada à natureza intensiva desses projetos (quantidade de

⁷⁰ A expressão apóstolos da desgraça e tagarelas constituiu o principal "Cavalo de batalha" durante os dez anos de governação do ex Presidente da República de Moçambique Armando Guebuza, sobretudo no segundo mandato (2009 - 2014). Nesse período, em nível nacional cresciam as críticas e censuras sobre o modelo de governação, bem como a forma sigilosa e dúbia como eram tratados assuntos de interesse nacional, como por exemplo, os contratos com os grandes projetos de mineração, as empresas envolvidas e suas ligações com o Estado, assim como os ganhos dessas atividades para o país.

Ver, "Guebuza muda de discurso e agora diz-se aberto a críticas", Disponível em: <http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2011/09/guebuza-muda-de-discurso-e-agora-diz-se-aberto-a-cr%C3%ADticas.html> Acesso em: 25 maio 2017.

capital investido e o alto grau de modernização tecnológica), os postos de trabalho em escala maior e, exigindo baixo nível de qualificação profissional, só são possíveis nos momentos iniciais, portanto, na fase de desenvolvimento e, reduzem de forma abissal na etapa de produção.

Realmente, pesquisas realizadas por Castel-Branco (2002, 2008 e 2011) e Biggs (2014) demonstram o baixo desempenho desses consórcios no que concerne à criação de novos empregos. Esses estudos comprovam que, ao contrário do que tem sido propalado pelo governo e pelos grandes projetos, o setor da mineração não teve um contributo significativo na geração de emprego no país, tampouco na redução da pobreza. Biggs (2014), por exemplo, indica que em 2010, isto é, três anos após o início das atividades da Kenmare⁷¹ e dois após a Vale Moçambique, o número total de empregos criados foi de 3.800 vagas. Essa cifra registrou um crescimento em 2016, ou seja, quatro anos depois do início do Projeto de Carvão de Moatize (PCM), situando-se em 7.000 empregos. Tal valor representa somente 0,01% da participação dos grandes projetos no total dos postos de emprego criados em Moçambique.

Portanto, esses dados, embora não definitivos, revelam a defasagem ou a contradição prevaiente entre a retórica do governo e das empresas e a realidade no que se refere ao papel da mineração na geração do emprego. Num contexto mais amplo, isto é, em nível nacional, os mesmos dados mostram que mineração e toda a sua cadeia não foram capazes de absorver, pelo menos a metade da força de trabalho existente em Moçambique, estimado em 10 milhões de pessoas em idade ativa, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2014).

A vitalidade econômica que se tenta conferir à atividade mineradora, eleita pelo governo como a engrenagem para o desenvolvimento do país, justifica-se também a partir do discurso da rigidez locacional da mineração. Destarte, em busca dos *consensos* que legitimam essa atividade o governo tem argumentado que os

⁷¹ A Kenmare Resources plc ou Kenmare é um consórcio irlandês registrado no mercado internacional, nas bolsas de valor de Londres e Dublin desde 1994. Até 1987 a empresa designava-se *Kenmare Oil Exploration* e sua atividade principal era a exploração do petróleo e do gás. Em Moçambique, a Kenmare está presente desde 1987, período em que adquiriu a licença para a exploração do depósito de areias pesadas de Congolone, localizado no litoral Sul da Província de Nampula.

A exploração dos depósitos de Namalope, Mualadi e Pilivili, nos quais se extrai o minério de titânio do qual se obtém a ilmenite, rutilo e o zircão, é realizada pela empresa Kenmare Moma Mining (Mauritius) e, o processamento à jusante é feito pela empresa Kenmare Moma *Processing* (Mauritius), todas subsidiárias da Kenmare Resources plc (KENMARE, 2012).

efeitos socioambientais negativos em regiões como Moatize, por exemplo, decorrem do fato de, os minerais (carvão mineral) estarem naquele local e eles devem ser extraídos onde eles se encontram e não onde desejam as comunidades. Essa é a síntese do art.º 18 da Lei n. 20/2014, Lei de Minas.

Freire (2010, p. 51) esclarece que, quando se fala da rigidez locacional dos empreendimentos mineiros, pretende-se explicitar que o investidor não pode escolher livremente o local onde quer exercer sua atividade produtiva. Isso porque, "os minerais devem ser lavrados onde a natureza os colocou, tal provém do fato de que determinados bens minerais se formam exclusivamente em determinados locais da crosta terrestre".

Scliar (1996, p.39) encerra dizendo que, "a rigidez locacional dos depósitos minerais é o elemento que retrata tanto a riqueza mineral de alguns países, como a carência de minérios de outros". Portanto, se considerarmos a rigidez locacional como rastro da riqueza mineral ela salienta-se como o elemento explicativo da realidade moçambicana. De acordo com o ITIE (2014), Moçambique tem uma vasta quantidade de riqueza mineral, grande parte não explorada. Dentre esses minerais destaca-se: o carvão mineral; o gás natural; as areias pesadas; o ferro; o ferro-vanádio; o titânio; a tantalite; as turmalinas; a bentonite; os pegmatitos; os mármore; a bauxita; o grafite; os diamantes; o ouro; os fosfatos; o calcário; as pedras preciosas; o urânio; o cobalto; o crômio; o níquel, os riolitos e outros minerais, cuja ocorrência foi identificada no país.

No nosso entendimento, a rigidez locacional, amparada na ideia da opulência mineral do país, é acionada em favor dos interesses do Estado, conforme é explicitado art.º 18 da Lei de Minas. Como temos vindo a frisar, esse posicionamento do governo visa legitimar e construir um edifício teórico, a partir do qual a mineração passa a ser visto como a *salvação nacional* e único caminho de todo o projeto desenvolvimentista do Estado.

Assim, com base nesse referencial e amparado nos aportes teóricos fornecidos por Marx (2008), sobre a crítica à economia política, concorda-se com a proposição de Halliday (1987, grifo da autora) que ressalta que os grandes projetos em coalizão com o Estado buscam apresentar credenciais⁷² que lhes tornam *persona grata* frente à população, porque em nossa opinião, a retórica do emprego,

⁷² Sobre as credencias que as empresas apresentam para legitimar sua presença, ver o item 3.4.

do desenvolvimento e do progresso, por exemplo, serviu/serve somente para construir *consensos sociais* perante as comunidades, a sociedade moçambicana, bem como combater ideologicamente possíveis opositores desse modelo de desenvolvimento.

Além disso, entende-se que a oratória recorrente da criação de emprego, as *credenciais*, busca somente tornar justificável a atividade mineradora, apesar dos efeitos socioambientais negativos e dos conflitos intrínsecos a essa atividade. Ou seja, a retórica do emprego surge "como salvação para uma população que teme o desemprego. Essa seria a ideia da chegada do desenvolvimento, que na verdade, aprofunda a relação de dependência da região frente a uma atividade instável e sensível aos balanços do mercado internacional" (COELHO, 2012, p.56).

E por último, o modelo de desenvolvimento econômico fundado na exportação de produtos primários, além de excludente, concentracionista e expropriador ele configura o que Gudynas (2011) denomina de neoextrativismo. Tal padrão, orientado para o crescimento econômico, baseia-se na apropriação dos bens naturais, com pouca ou quase nula diversificação da economia nacional. Nesse contexto, destaca-se o papel ativo do Estado que busca sua legitimação através da apropriação e redistribuição de parte da renda gerada pela exportação dos bens naturais, apresentando afinidades com a emergência de governos autodefinidos como progressistas, conforme explicam Gonçalves, Mendonça e Milanez (2015).

Portanto, com base nesse panorama, buscamos demonstrar a forma como se constituiu e se legitimou o discurso do desenvolvimento baseado na mineração em Moçambique, um dos setores que nos últimos quinze anos passou a influenciar o desempenho da economia nacional, bem como a dinâmica de acumulação de capital no país.

1.2 ESTADO DA ARTE DA MINERAÇÃO EM MOATIZE: de onde partimos

A produção do conhecimento não é um empreendimento isolado. É uma construção coletiva da comunidade científica, um processo contínuo de busca, no qual cada nova investigação se insere no universo do que já foi produzido, complementando, contestando contribuições anteriores ou mesmo apontando novas possibilidades para a análise do mesmo tema. Alves-Mazzotti (2002) esclarece que a construção da pesquisa exige que o pesquisador se situe nesse processo,

analisando de modo crítico as informações disponíveis sobre a sua área de interesse, de forma a identificar os pontos de consenso, as controvérsias e as lacunas que demandam novas pesquisas. Portanto, o "garimpo" das pesquisas já realizadas sobre o tema ou área de interesse apontará a direção, ou seja, o *estado da arte* sobre o tema, bem como os pontos ou as questões que ainda permanecem em aberto, ensejando por isso, novas pesquisas.

Ferreira (2002) lembra que a identificação de um caminho para orientar uma nova pesquisa não prescinde de um exaustivo levantamento do que já foi publicado nessa área. Para autora, analisar o estado da arte e estado de conhecimento das pesquisas sobre um determinado tema significa assumir o desafio de mapear e discutir a produção científica nessa área, buscando identificar que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados.

Com efeito, as pesquisas de caráter bibliográfico, também denominadas de estado da arte e estado de conhecimento são motivadas pelo fato de os pesquisadores não conhecerem a totalidade a respeito do que já foi produzido sobre o tema. Com isso, elas buscam contribuir com novas pesquisas que procuram "evidenciar e explicar incoerências e resultados incompatíveis e um primeiro e indispensável passo nesse sentido é a revisão dessas perspectivas, análises e estudos, de modo que possa ter uma visão de "estado de conhecimento"" (SOARES, 1993, p. 2, grifo da autora).

Na pesquisa anterior, Soares (1989, p.3) assinalara que a compreensão do estado de conhecimento sobre um tema, em determinado momento, "é necessária no período de evolução da ciência, afim de que se ordene periodicamente o conjunto de informações e resultados já obtidos, possibilitando a identificação das contradições, e a determinação de lacunas e vieses".

Ens e Romanowski (2006) acrescentam que o impulso para a realização de pesquisas denominadas estado da arte e estado do conhecimento é, justificado pelo aumento significativo de pesquisas no seio de uma determinada área, por exemplo, a mineração, o que suscita diversos questionamentos sobre aspectos como: quais são os temas focalizados? Como estes têm sido abordados? Quais as abordagens metodológicas empregadas? Quais as contribuições e pertinências destas publicações? Dentre outras questões levantadas que quase sempre instigam novas pesquisas.

Por isso, a realização de pesquisas denominadas estado da arte permite contribuir com a organização e análise na definição de um campo, uma área, além de indicar possíveis contribuições da pesquisa para com as rupturas sociais. Nesse sentido, as pesquisas designadas estado da arte constituem

Um mapa que nos permite continuar caminhando; um estado da arte é também uma possibilidade de perceber discursos que em primeiro exame se apresentam como descontínuos ou contraditórios. Em um estado da arte está presente a possibilidade de contribuir com a teoria e prática numa determinada área de conhecimento (MESSINA, 1998, p.1).

Já antes, Brandão (1986) afirmara que as pesquisas dessa natureza são instrumentos válidos na prática cotidiana da pesquisa, porque permitem estabelecer relações com pesquisas anteriores, apontando as temáticas e os caminhos recorrentes e acenando novas perspectivas teórico-metodológicos que possibilitem a consolidação de uma área de conhecimento. Portanto, essas pesquisas permitem enxergar, na pluralidade de enfoques e de perspectivas, os problemas de várias índoles que persistem dentro de uma área de conhecimento como, bem como esclarecer essas problemáticas.

De fato, como se compreender, as pesquisas sobre o estado da arte e estado de conhecimento ou assim denominadas, são instrumentos válidos para o direcionamento de novos estudos, visto que servem de guia para as investigações, apontando, assim por dizer, os *flancos* que ainda podem ser explorados. Elas permitem examinar a ênfase e os temas abordados nos estudos anteriores, os referenciais teóricos utilizados e o nível de comprometimento social e do envolvimento do pesquisador com o objeto e os sujeitos da pesquisa. Enfim, os estudos sobre o estado da arte e do conhecimento são imprescindíveis "para apreender a amplitude do que vem sendo produzido" (ENS e ROMANOWSKI, 2006, p. 39).

Apesar da importância teórica - metodológica desse tipo de pesquisas, é preciso lembrar que estudos dessa natureza não constituem a *praxe* de muitos pesquisadores. Brandão (1986, p.7) assegura que esse tipo de pesquisas é "usual na literatura científica americana e é, relativamente, pouco conhecido entre pesquisadores no Brasil. O termo estado da arte decorre de uma tradução literal do inglês", com objetivo de se proceder ao levantamento do que se conhece sobre determinado assunto a partir de pesquisas anteriores.

Em Moçambique, uma busca realizada no *Google* permitiu a identificação de apenas duas pesquisas que adotam a denominação "estado da arte". A primeira cujo título é *contribuição para o estado da arte das continuidades e mudanças em Moçambique* foi realizada por Eduardo Medeiros e publicada em 2008. No estudo, o autor busca mapear as principais pesquisas realizadas sobre Moçambique, tanto por pesquisadores moçambicanos, como por estrangeiros.

Para tanto, Medeiros guia o seu "garimpo" a partir de algumas categorias, tais como: o(s) mundo (s) rural; questões urbanas, gênero; questões religiosas; guerra e paz; democracia e cidadania após 1992/1994; régulos, autoridades tradicionais; saúde e doença; economia; identidades, etnias e etnicidades; justiça; história e geografia; Moçambique e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); outra bibliografia e memórias cinzentas.

Entre outras constatações⁷³, Medeiros (2008) afirma que significativa parte das pesquisas sobre Moçambique foi realizada por pesquisadores estrangeiros, muitos desses baseados na Europa. Uma questão que nos incomodou e que pode suscitar alguma admiração da parte do leitor, sobretudo moçambicano, é o fato de que, mesmo a mineração tendo se tornado num dos setores vitais para a economia nacional, o autor não apresenta nenhuma categoria sobre essa atividade.

O segundo estudo, com o título *estado da arte da mineração em Moçambique: caso carvão de Moatize, Tete*, os autores fazem uma "radiografia" sobre o carvão mineral de Moatize. Nesse estudo, José e Sampaio (2012) apresentam questões importantes sobre as recentes descobertas dos recursos minerais em Moçambique, dando ênfase ao carvão mineral de Moatize. Nesse sentido, eles acenam, por exemplo, para a necessidade de monitoramento e de aplicação rigorosa da legislação no país, ao mesmo tempo que, instigam debates profundos sobre o ônus ambiental decorrente da exploração do carvão mineral.

Portanto, a partir desse referencial, encetamos pesquisas com vista a identificar ou mapear os principais estudos sobre Moatize, o que designamos estado de arte da mineração em Moatize. Com base nesse "garimpo" buscamos mostrar o caminho, a tendência, ou seja, explicitar para "onde vão os estudos" sobre a mineração em Moatize, recorte espacial da pesquisa. Esse exercício foi de vital

⁷³ MEDEIROS, Eduardo. **Contribuição para o estado da arte das continuidades em Moçambique:** vinte e cinco anos de estudos moçambicanos, 1980/81 - 2006. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2008.

importância, pois permitiu a definição do ponto de partida, isto é, o recorte das nossas reflexões e, a partir daí formularmos a tese que se procura demonstrar ao desse trabalho.

Todavia, antes de avançar na apresentação é pertinente lembrar que a bacia carbonífera de Moatize na qual se "alojam" os projetos de extração do carvão mineral da Vale Moçambique, da *Beacon Hill Resources Company*- Minas de Moatize, da ICVL Minas de Benga e de outros projetos de menor dimensão, é objeto de estudo e aproveitamento desde o início do século XIX. Matos (2016) explica que os estudos sobre o carvão mineral em Moçambique, sobretudo nessa bacia remonta de 1895, período no qual a Companhia da Zambézia concedeu direitos à Companhia Hulheira do Zambeze para a pesquisa, lavra e registro das minas de hulha. Desde então, seguiram-se outros trabalhos de pesquisa e exploração do carvão realizado, por exemplo, pela *Zambeze Mining Company*, pela *Société Minière et Géologique Du Zambezi* (1925-1948) e pela Companhia Carbonífera de Moçambique, cuja concessão se estendeu até 1978, período em que ela foi nacionalizada.

Vasconcelos (1995) situa o início da atividade mineral em Moatize ao começo do século XX, período em que a *Société Minière et Géologique du Zambezi* financiou trabalhos de levantamento e de reconhecimento geral da bacia carbonífera de Moatize e de outras duas adjacentes, dos quais resultou a carta geológica à escala de 1:500.000. Nessa fase, as pesquisas concentram-se nos carvões das camadas André, Bananeiras e Chipanga, sendo a última camada, a mais rica e explorada efetivamente.

Sobre este último aspecto (a opulência da camada Chipanga), Muchangos, Siquela e Vasconcelos (2009) afirmam que na bacia carbonífera de Moatize o carvão apresenta-se numa sequência estratigráfica constituída por seis camadas de baixo para cima (Sousa Pinto, Chipanga, Bananeiras, Intermediária, Grande Falésia e André), das quais a mais espessa e a única que foi explorada é a camada Chipanga. É importante assinalar que foi essa camada que deu nome ao bairro de Chipanga arredores da Vila de Moatize, local onde a Vale Moçambique desapropriou 1.108 famílias e reassentou-as no bairro 25 de Setembro, em Cateme e alhures na Vila de Moatize⁷⁴.

⁷⁴ Entrevista com os supervisores da área social na Vale Moçambique; outubro de 2015.

Em vários aspectos esse reassentamento foi bastante polêmico e engendrou, não só a perda dos meios de sobrevivência da população, a morte de pessoas, sobretudo idosos, mas também provocou a desarticulação social, isto é, a ruptura com os modos/formas de vida anterior, conforme será detalhado na parte 4.

São escassas as informações sobre quando e por quem foi descoberto o carvão mineral de Moatize que hoje se tornou objeto de pesquisa e matéria de muitos jornais em quase todo o mundo. Vasconcelos (1995) relaciona a descoberta do carvão com o período da penetração dos portugueses pelo interior de Moçambique através do Rio Zambeze no século XVI e a fundação do entreposto comercial de Tete e Sena, centros de abastecimento dos comerciantes portugueses que adentravam para a região do vale do Zambeze em busca das minas de ouro da rainha de Sabah, conforme assinalamos anteriormente.

Portanto, esses pressupostos não só pautaram o levantamento realizado, mas também nos permitem afirmar que as pesquisas (de toda natureza) sobre Moatize são antigas, assim como é a descoberta do potencial geológico dessa região. Após o levantamento dos principais estudos sobre a mineração em Moatize ou que abordam a mineração no país em geral, mas em dado momento também se concentram na análise dessa atividade em Moatize, agrupamos as pesquisas em quatro categorias ou enfoques nomeadamente: (i) geológico; (ii) económico; (iii) socioambiental e (iv) outros.

Essa categorização foi possível a partir da leitura do título e do objetivo geral de cada pesquisa e, só depois, conseguimos fazer a diferenciação. A divisão resulta de um levantamento mais ou menos apurado, realizado em vários sítios da *internet* como, por exemplo, o banco de teses e dissertações da Universidade de São Paulo (USP), da Coordenação para o Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES); o *Google* acadêmico; da consulta em livros, artigos, monografias ou trabalhos de conclusão do curso, *work paper*, *conference paper*, e outros materiais.

Com isso, não queremos de modo algum dizer que o levantamento feito abarcou a totalidade da produção científica sobre a mineração em Moatize, tampouco aquela que mesmo não tendo como foco Moatize, porém, abordam-no de alguma forma. Contudo, queremos ressaltar que o nosso esforço foi direcionado, no sentido de coletar o maior número possível de publicações sobre a temática mineração em Moatize de modo a possibilitar nossas reflexões, encaminhamentos teóricos- metodológicos e práticos durante a pesquisa de campo em Moatize.

Por esse motivo, acreditamos que essa é uma proposição inicial que terá desdobramentos futuros. Cabe sublinhar que o levantamento feito reflete, em muitos aspectos, o que foi possível abarcar e, sobretudo as limitações em realizar pesquisas em temáticas nas quais a grande parte da produção científica remonta do tempo colonial ou foi realizada por consórcios transnacionais, estrangeiros ou pelos órgãos governamentais, como a Direção Nacional de Geologia (DNG). Portanto, parcela significativa da informação produzida por esses órgãos é de pouca acessibilidade ou quase não é do domínio público.

No geral, as pesquisas sobre a mineração em Moatize concentram-se em dois grandes enfoques: geológico (41,1%) e econômico (30,1%) num universo de setenta e três estudos analisados. Desse universo, 20,5% das pesquisas adota o enfoque socioambiental, ou seja, aglutina tanto aspectos socioeconômicos quanto ambientais. O restante adota enfoques que não se enquadram em nenhuma das três categorias previamente enunciadas; são pesquisas que seguem, por exemplo, a perspectiva etnográfica.

A partir desse levantamento, foi possível notar o nascimento de um *corpo* de pesquisadores moçambicanos das mais diversas escolas de formação, com ênfase para a escola brasileira, que busca a partir de categorias, como território, espaço e lugar questionar o *status* e a validade do padrão de desenvolvimento baseado na mineração, a partir dos seus efeitos socioambientais negativos e seu potencial para gerar conflitos. No âmago dessas análises, salientam-se processos como a Territorialização (Des) territorialização e a (Re) territorialização (TDR)⁷⁵ dos sujeitos impactados pela mineração, fruto da ação combinada entre o Estado e os consórcios transnacionais e como esse pacto interfere no cotidiano e nos meios de subsistência dessas comunidades.

Portanto, parte dessas pesquisas aponta, por um lado, a necessidade de superação da visão dominante sobre o desenvolvimento, enviesada, pois ela oculta as incongruências do modo de produção capitalista. Por outro, ressalta-se que o neoextrativismo, como modelo de desenvolvimento econômico baseado na apropriação dos bens naturais cumpre as objetivações do capital, enquanto modo específico de controle sociometabólico (MÉSZÁROS, 2011).

⁷⁵ HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 4. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

Tais investigações chamam atenção para o fato de que o empobrecimento da população, em função da destruição dos meios de subsistência e, conseqüentemente, a precarização das condições de reprodução social nos "confinamentos sociais" ou reassentamentos, tem enorme potencial para gerar convulsões sociais. Ou seja, a manifestação da chamada doença holandesa ou *maldição dos recursos*, que acordo com Sousa-Santos (2012, s/p., grifo nosso) é

O risco que correm os países pobres onde se descobrem "recursos" naturais objeto de cobiça internacional. De tal modo que, a promessa de abundância e do imenso valor comercial é tão convincente que passa a condicionar o padrão de desenvolvimento econômico, social, político e cultural.

Nesse *corpo* de pesquisas, os autores enunciam a crítica radical ao capital e todas as suas manifestações como o caminho que deve pautar novas reflexões sobre a mineração em Moçambique, o que permite situar a perspectiva científica de Karl Marx, como atual e suas formulações como referências para a nossa reflexão. Por isso, concorda-se com Thomaz Junior (2013), ao asseverar que a atuação recente e renovada do capital, no início desse século, impõe a necessidade de retomar a análise marxista e guiar nossas reflexões nos princípios fundante que orientam sua crítica à economia política.

Já assinalamos que significativa parte das pesquisas sobre a mineração em Moatize é de enfoque geológico e econômico. Nessa última categoria, os pesquisadores se detêm na avaliação da forma como os grandes projetos de mineração, também designados megaprojetos⁷⁶ poderão contribuir para a economia do país e a redução da pobreza em nível das comunidades. Essa preocupação que, em nossa opinião, é de grande importância, quanto às outras, oculta, no entanto, as mazelas o ônus socioambiental dessas atividades.

Tendo em conta isso, acreditamos que os pesquisadores que adotam o enfoque econômico não têm refletido sobre questões como: a destruição das condições de vida da população deslocada compulsoriamente e as rupturas sociais subjacente a todo esse processo e, quando o fazem é de forma superficial ou marginal. Portanto, há uma percepção de que nesses estudos, o desmantelamento social e o empobrecimento da população nas regiões de mineração é o preço a pagar pelo desenvolvimento. Desenvolvimento esse que sequer lhes dá a

⁷⁶ De acordo com Castel-Branco (2008, p.1), megaprojetos são atividades de investimento e produção com características especiais. Primeiro, devido a sua dimensão, definida pelos montantes de investimento e o impacto na produção e comércio, é enorme.

oportunidade de participar ativamente nesse processo, tampouco a liberdade para decidir, se desejam ou não ser removidos das suas antigas comunidades.

Por outro lado, apesar de algumas empresas, se autodefinirem amigos do ambiente (o *Green speech*); comprometidos com a integração das comunidades locais, dentre outras *credenciais*, a prática revela que tais discursos são esforços no sentido de amealhar *consensos sociais* ou a *licença social* que lhes permite operar nessas regiões. Portanto, a exclusão e a marginalização da população principalmente nos reassentamentos nos levam a questionar e duvidar desse projeto de desenvolvimento, pois, conforme nos ensina Sen (2010), o desenvolvimento não deve ser avaliado somente a partir do crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB); o aumento de rendas pessoais, a industrialização, avanço tecnológico ou modernização social.

Embora esse seja o caminho, o meio para expandir as liberdades desfrutadas pelos membros,

As liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicos (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas. Por isso, ver o desenvolvimento como expansão de liberdades substantivas dirige a atenção para os fins que tornam importante, em vez de restringi-la a alguns dos meios que, *inter alia*, desempenham um papel relevante no processo (SEM, *op. cit.*, p.16).

E no caso de Moatize, a população não tem a liberdade de participar ativamente nesses processos, de modo a decidir não só sobre o formato de desenvolvimento que se adéqua as suas condições sociais de vida, mas também que garanta a sua permanência como grupos sociais. Por isso, a ausência dessa liberdade; a natureza truncada e excludente das consultas públicas, aliado aos baixos níveis de escolaridade da população das regiões "receptoras" dos grandes empreendimentos dificulta a plena participação dessas comunidades, bem como a formação da consciência política que busca reivindicar e romper com a lógica instituída pelo grande capital em coalizão com o Estado moçambicano.

Por essa razão, partimos do pressuposto de que em Moatize e, provavelmente em outras regiões do país, nas quais se extraem recursos minerais, não existem condições institucionais para que de fato a mineração, incluindo toda a sua cadeia, induza ao desenvolvimento. Entretanto, há evidências, de que os megaprojetos de mineração ao se fixarem nessas regiões geram enclaves

econômicos e sociais, isto é, criam e recriam pequenos e restritos focos de riqueza, totalmente desarticulados do resto da Província e do país.

É, a partir desse entendimento que defendemos que as pesquisas devem pautar por uma leitura totalitária, quer dizer, que privilegia a síntese das determinações fenomênicas, de modo, a descobrir nas sutilezas de cada processo suas próprias contradições que não são mais do que contradições do próprio modo capitalista de produção em sua ação contínua e renovada de acumulação.

Nesse sentido, preencher esse hiato e avançar para a apreensão dessa totalidade em movimento significa situar no tempo e no espaço os processos e as determinações que ditaram a inserção de Moçambique no circuito internacional de acumulação capitalista, a partir do movimento da reestruturação produtiva do capital que representou não só a introdução de um novo modelo produtivo, mas também de uma nova matriz espacial. Isso implica entender, conforme diz Luxemburg (1976) que a continuidade do processo de acumulação do capital depende da destruição e da adição de sociedades não- capitalistas ou pré - capitalistas. Ou como disse Bauman (2009, p. 9, grifo do autor) que o capitalismo é um sistema *parasitário* e,

Como todos os parasitas, pode prosperar durante certo período, desde que encontre um organismo ainda não explorado que lhe forneça alimento. Mas não pode fazer isso sem prejudicar o hospedeiro, destruindo assim, cedo ou tarde, as condições de sua prosperidade ou mesmo sobrevivência.

Dessa forma, reler criticamente o processo que conduziu a inserção de Moçambique na roda de acumulação capitalista permite perceber que há uma geopolítica mundial instituída no âmbito da nova DIT que regula e define as regras de inserção dos países na economia global. E no caso de Moçambique, seu ingresso se deu inicialmente pela locação de $\frac{2}{3}$ do território nacional para as Companhias majestáticas e arrendatários; pela mobilidade da força de trabalho para as minas da Rodésia e da África do Sul e, mais recentemente, a partir das reformas neoliberais iniciadas na década de 1980 e, que perduram nos dias atuais. Portanto, é nessa última fase que se consolida a posição/especialização de Moçambique como exportador de produtos primários de origem mineral e vegetal (de baixo valor agregado), sobretudo o carvão mineral, o gás natural e a madeira não processada.

É por esse caminho e amparados pelo entendimento dos questionamentos necessários ao processo de acumulação capitalista, com todas as suas contradições sobre a estrutura espacial que apresentamos a seguinte tese:

A inserção de Moçambique no circuito mundial de produção de *commodities* minerais resulta de uma nova estratégia geopolítica que busca deslocar a produção, até então, concentrada na Europa para novos territórios, ricos em bens naturais, com incentivos fiscais e com fraca legislação ambiental, trabalhista e sobre os direitos humanos. Esse processo, que se fortalece com a reestruturação produtiva do capital, é caracterizado, sobretudo, pela atuação das grandes corporações transnacionais.

Dentro do território nacional, essa ação é legitimada pelo Estado através do discurso do progresso, do desenvolvimento e a partir de instrumentos próprios como, por exemplo, a legislação de terras, a legislação sobre o investimento e a legislação de minas, criados e recriados para adequar-se e aos interesses produtivos do capital. Em nível local, isto é, em Moatize, tal processo se materializa por meio dos representantes do Estado e dos consórcios transnacionais que buscam através do discurso de vida melhor (promessas de emprego) e de programas de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) construir os *consensos sociais* sobre a vitalidade da mineração. Esses artifícios ideológicos servem de *ligadura* que garante a mobilização e a persuasão das lideranças tradicionais e das comunidades afetadas, sobre os benefícios futuros da exploração do carvão mineral.

E desse entrelaçado processo, que envolve atores distintos, tanto do ponto de vista de poder econômico e financeiro, quanto de poder político, resulta a expropriação das comunidades locais e seu reassentamento em regiões longínquas (Cateme e Mwaladzi) com terras áridas ou impróprias para a atividade agrícola (base de sustento)⁷⁷, com o fornecimento inseguro da água potável, fraco ou ausente sistema de transporte⁷⁸, a destruição da relação entre as comunidades e a natureza colocando em risco os meios de vida e de reprodução social dessas comunidades.

No âmbito social, por exemplo, o deslocamento compulsório das comunidades rompeu com a estrutura sócio-cultural da população local, já que esse ato introduziu novas formas de uso do espaço; novos hábitos de consumo; novas formas de se relacionar com os outros, a monetarização das relações sociais, bem

⁷⁷ Dados do INE (2016) apontam que dos 26,4 milhões de habitantes, população total de Moçambique, 17,9 milhões reside no meio rural e vive da agricultura de autoconsumo.

⁷⁸ A ligação Mwaladzi e Cateme é irregular, sobretudo na época chuvosa. Nesse trecho de aproximadamente 4 km, o transporte é feito por moto taxistas e cada viagem custa entre 25 e 30 meticais, portanto, o mesmo valor pago no trecho Cateme - Vila de Moatize.

como estimulou a perda de valores culturais ou a desculturização, no dizer de Santos (1997).

Portanto, as contradições desse processo comandado pelas grandes corporações transnacionais e avalizado pelo Estado moçambicano nos impelem a pautar nossas reflexões na crítica radical do capital, enquanto proposta para a transição para uma sociedade para além do capital, conforme diz Mészáros (2011). Na senda disso, somos convidados a examinar as tramas e os dramas decorrentes da inserção dos megaprojetos de mineração, a partir de uma análise integrada que considera tanto as condições físico-geológicas de Moatize (a riqueza mineral), como os arranjos (de toda a natureza), feitos pelo Estado, com vista a atrair e resguardar os interesses dos investidores estrangeiros ou do capital.

Diante disso, entendemos que para, avançar na demonstração da tese que anunciamos, é preciso, em primeiro lugar, refletir sobre a formação territorial de Moatize, isto é, *lócus* desses investimentos, de modo a compreender, como a sua riqueza mineral aliado às políticas do Estado, em todos os níveis, possibilitaram a implantação dos grandes projetos de mineração, manifestação viva e destrutiva do capital.

1.3 ENTRE ESCAFADEIRAS E EMPILHADEIRAS: Moatize na forja do capital

1.3.1 A Formação Territorial de Moatize: a guisa de um processo

Definir os limites espaciais da pesquisa implica explicitar ou justificar o que essa demarcação conforma no objeto de estudo. Sugere, assim por dizer, estabelecer a "fronteira", a partir da qual foi ou será analisado o objeto de estudo, o que não significa afirmar que a análise do objeto considerou e/ou considerará somente a dimensão local. O recorte do espaço de conceituação invoca a necessidade de olhar e pensar o espaço como algo dinâmico e mutável, reflexo e condição da ação dos seres humanos, por isso, sua leitura deve pautar por uma visão interescalar, isto é, que integra múltiplas e distintas escalas (SERPA, 2006, LACOSTE, 2006).

De fato, indicar os limites espaciais da pesquisa é, conforme assinala Lacoste (*op.cit.*), saber pensar o espaço e colocar os problemas no quadro local, mas articulando-os, eficazmente, aos fenômenos que se desenvolvem sobre extensões muito amplas. É compreender, tal como explica Santos (1997), que a realidade que

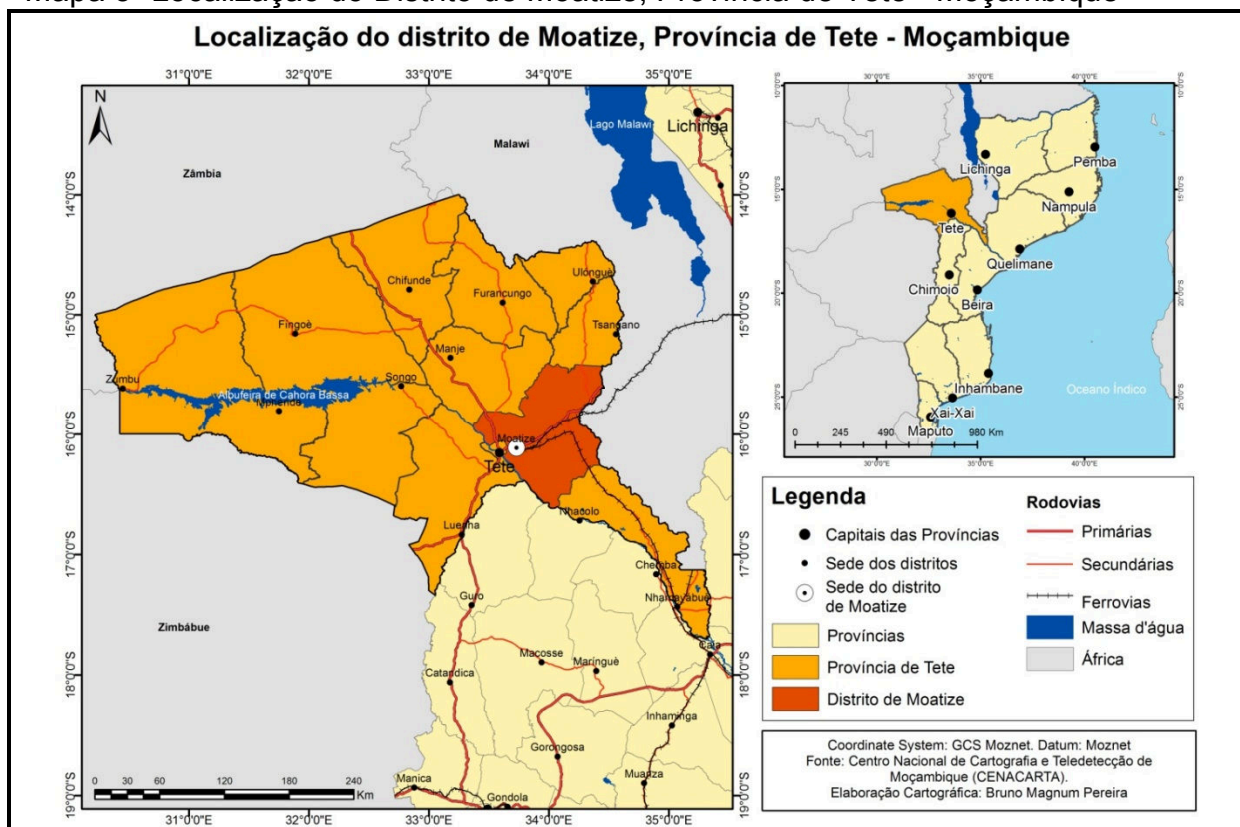
se deseja visualizar através da pesquisa, sua causa primária é a própria sociedade que lhe dá vida, uma vez que determinadas práticas e ações são planejadas em nível global, porém, executadas em escala local.

Sendo assim, estabelecer o recorte espacial da pesquisa implica identificar os limites e as especificidades do espaço que vai ser estudado, portanto, o reconhecimento do local das expressões fenomênicas do objeto que se pretende estudar. Enfim, definir o recorte espacial da pesquisa pressupõe elucidar os limites físico-espaciais a serem considerados durante a investigação. Esse recorte não é de modo algum aleatório, mas expressa o movimento dos fenômenos e as múltiplas relações que se rebatem no espaço (CORRÊA, 2003).

Com base nesses pressupostos, constitui recorte espacial dessa pesquisa o Distrito de Moatize, localizado quase no centro da Província de Tete, região Noroeste de Moçambique, conforme se pode observar no mapa 3, na próxima página. O Distrito de Moatize cuja Sede é a Vila homônima, situa-se a NE da cidade de Tete. É limitada ao Norte pelos Distritos de Chiúta e Tsángano, ao Sul pelo Distrito de Tambara, Guro, Changara e o Município de Tete, a Leste pela República do Malawi, a Oeste pelos Distritos de Chiúta e Changara (MAE, 2005).

Assim, Moatize foi escolhido (na verdade foi Moatize quem nos escolheu) por se tratar do *lôcus* da implantação de grandes projetos de extração e processamento do carvão mineral para a exportação. Após o processamento desse carvão, obtêm-se duas variedades: o carvão de coque ou metalúrgico e o carvão térmico. Dentre os grandes projetos que operam em Moatize, destacam-se pela magnitude dos seus efeitos, os consórcios Vale Moçambique, a ICVL Minas de Benga (ex- Rio Tinto), a *Beacon Hill Resources Company* - Minas de Moatize, a Ncondezi Coal Company, todas operando dentro dos limites territoriais do Distrito de Moatize.

Mapa 3- Localização do Distrito de Moatize, Província de Tete - Moçambique



A formação e o desenvolvimento histórico de Moatize estão diretamente ligados à mineração, isso porque de acordo com o Conselho Municipal da Vila de Moatize (CMVM, 1998, p.3), "Moatize surge inicialmente como principal acampamento dos *Mangonis* que saindo de Angónia para as minas da África do Sul e no seu regresso para Angónia concentravam-se em Moatize". Tal como discutimos na parte 1, a mineração e a formação do território nacional são processos totalmente imbricados, de tal forma que a leitura da totalidade do país não pode prescindir da análise da mineração, tendo em conta o seu papel na formação territorial e social de Moçambique, desde a época pré-colonial.

Desse modo, a antiga circunscrição de Marávia torna-se Sede da Vila pelo Decreto de Lei de 9 de novembro de 1912 publicado no Boletim Oficial (BO) 50/912. Essa circunscrição ascendeu à categoria de Vila pela portaria n.11930 do BO 13/1957 que a instituiu como Sede do Posto Administrativo de Matundo (PAM). Em fevereiro de 1961, por meio da portaria n.14766 a Vila passa a designar-se Caldas Xavier e, pela lei n.7/78 tornou-se Conselho Executivo, denominação que perdurou até 1997, quando por meio da Lei n. 2/97 Lei das autarquias locais, Moatize foi elevado à categoria de Município (CMVM, 1998).

Assim, a história e a geografia (o fato de quase a totalidade do Distrito de Moatize se localizar dentro da bacia carbonífera homônima) de Moatize sugerem que o seu crescimento está, intrinsecamente, ligado ao desenvolvimento do modal de transporte ferroviário (Tete - Sena) e da indústria do carvão. Esses aspectos foram importantes na formação e no desenvolvimento territorial e social de Moatize. De fato, desde o início da exploração industrial⁷⁹ do carvão mineral pelo consórcio *Société Minière et Géologique du Zambezi* em 1923, até ao período da paralisação das atividades devido à intensificação da guerra civil, bem como a tentativa de retomada na década de 1990, o crescimento de Moatize dependeu, em grande medida da mineração, dependência essa que atualmente se agravou.

Gallo (2016) é enfática dessa narrativa formacional de Moatize e sua intrincada relação com o carvão mineral. *(Des) encontros do Brasil com Moçambique: o caso da Vale em Moatize*, é o título de uma fascinante e mais ou menos profunda reflexão sobre esse minério que nasce dos *intestinos* da terra e sua relação com a aproximação e (des) aproximação não só de dois povos, mas também do mundo e da África. Gallo questiona como esse estranho minério retirado das entranhas da terra que, embora possua a mesma estrutura química do diamante, no entanto, não é um minério

Capaz de delinear experiências históricas diversas, como a atuação das Companhias concessionárias, a proteção às minas durante a guerra colonial, o entrave político da produção no pós- independência, a paralisação na guerra dos 16 anos, a tentativa de retomar a indústria nos anos 1990 e, por fim, os contratos assinados com diferentes países, inclusive o Brasil (GALLO, *op.cit.*, p. 235).

Certamente, os momentos de avanço e de pausa na narrativa da extração do carvão mineral de Moatize refletem também o "progresso" e/ou a estagnação desse Distrito. Disso, decorre a lógica da dependência primária, na qual a vitalidade de uma região depende primariamente da extração e exportação de matéria-prima num jogo com regras cada vez mais modificadas, tal como assinalam Coelho e Monteiro (2010). É exatamente isso que acontece em Moatize, porque depois de um período de quase "inexistência" de Moatize, o Distrito reapareceu no cenário econômico nacional e internacional após a transnacional brasileira Companhia Vale do Rio

⁷⁹ Dissemos exploração industrial, pois entendemos que a população de Moatize, também extrai o carvão mineral ainda que de forma artesanal. Esse carvão é usado, tanto nos fogões caseiros, como nos fornos de produção de tijolos, uma das fontes de rendimento da população, sobretudo em Chipanga e Benga, antigos bairros da população reassentada em Cateme e 25 de Setembro e Mwaladzi.

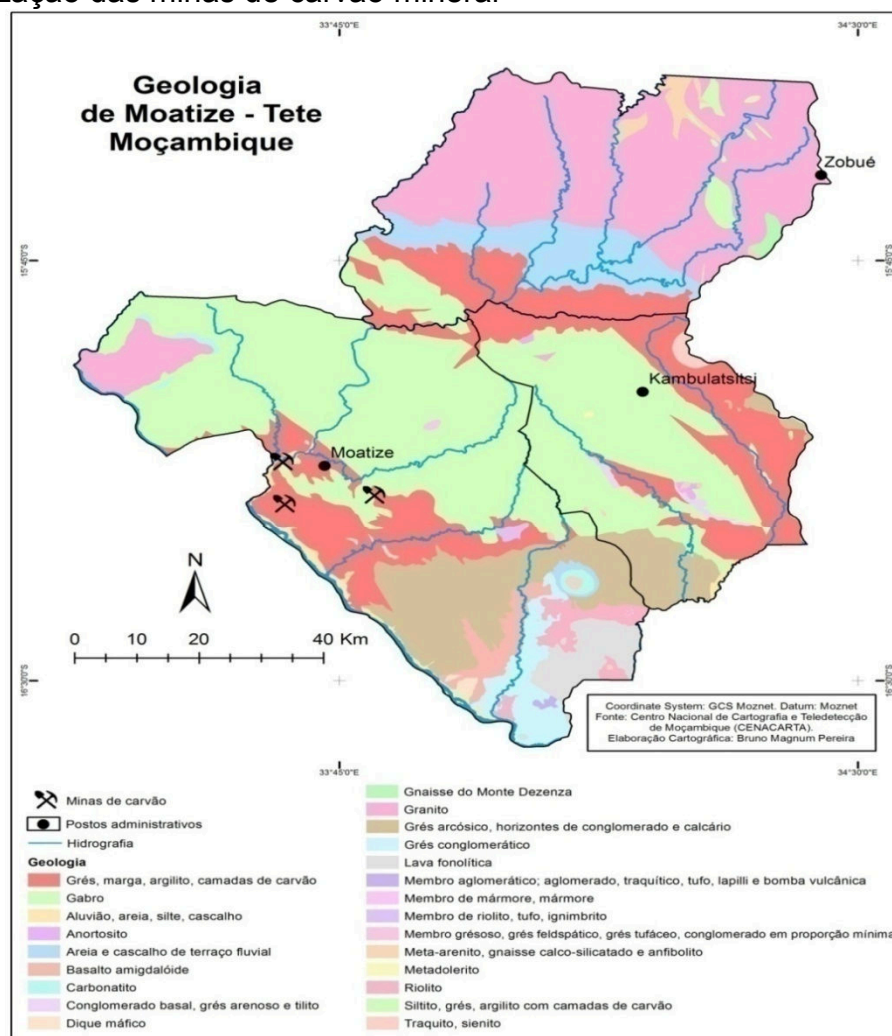
Doce (CRVD), hoje Vale S.A. "ganhar" o concurso internacional para a exploração do carvão mineral em Moatize.

Do ponto de vista geomorfológico, o Distrito é caracterizado por um vasto complexo gnaisse- granítico do chamado cinturão de Moçambique (*Mozambique Belt*), do qual sobressaem, em forma de *inselbergs*, as rochas do pós karoo. De acordo com Real (1966), esses depósitos do sistema Karoo são constituídos por uma série tilítica e uma série produtiva, paralelos aos andares *Dwyka* e a de *Ecca*, pertencentes ao karoo inferior. E, as formações sedimentares localizadas nas partes Oeste da bacia do Karoo de Chicó e Zumbo, conhecidas por Grés do Cadzi e Grés do Caramacafuè, compõe o Karoo superior.

Vasconcelos (2005) e Manharage (2014) notam que, a partir do povoado de Zumbo extremo Oeste da Província de Tete (ver mapa 4), os sedimentos contatam-se por uma estrutura de falha com as formações cristalinas e cristalofílicas do pré-câmbrico, formando assim, uma faixa estreita ao Norte do Rio Zambeze.

Assim sendo, a geologia do Distrito de Moatize pertence às formações do supergrupo do Karoo que no vale do Zambeze, estão localizados em bacias tectônicas (*grabens*) dispostos ao longo de todo o Rio. Essas ocorrências estão relacionadas às bacias sedimentares afins e a superestrutura do Gondwana, que constitui um dos registros geológicos de grande importância para o país (GTK CONSORTIUM, 2006). No mapa 4, observa-se que as formações do grés, silitito, marga e argilito estão geralmente associados à ocorrência de camadas de carvão e ocupam a parte Sul do Posto Administrativo de Zobué (PAZ), a parte central do Posto Administrativo de Moatize (PAM) e toda a faixa Leste do Posto Administrativo de Kambulatsitsi (PAK).

Mapa 4- Geologia do Distrito de Moatize, destacando os Postos administrativos e a localização das minas de carvão mineral



Macie (2015) explica que o relevo da bacia carbonífera de Moatize situa-se num gráben cuja largura varia entre 2,5 e 8 km, prolongando-se por uma extensão de aproximadamente 20 km e numa superfície plana e moderadamente ondulada entre os 140 e 220 metros acima do nível do mar. Em Moatize, esses eventos e formações geológicas, na grande maioria do período pérmico inferior, deram lugar à constituição de diversas camadas de carvão, estratigraficamente dispostas em Sousa Pinto, Chipanga, Bananeiras, Intermédia, Grande Falésia e André, que compõe a série produtiva da bacia de Moatize e objeto de exploração pelos consórcios transnacionais.

Deles, dependeu a formação da grande parte dos recursos minerais cuja ocorrência é conhecida nesse Distrito e em toda a Província de Tete. No caso do carvão mineral, por exemplo, dados da Direção Provincial dos Recursos Minerais e Energia (DIPREME, 2014), indicam que ele ocorre em quase todos os Distritos de

Tete, com destaque para Zumbo, Mutarara, Changara, Cahora Bassa (no qual se localiza a hidrelétrica de Cahora Bassa)⁸⁰, Mágoe, Distrito de Tete e Moatize, onde há maior concentração do carvão, portanto, a bacia carbonífera de Moatize- Minjova.

Nesse sentido, a bacia de Moatize é a maior e a mais importante jazida de carvão mineral do país, cujas reservas são estimadas em aproximadamente 2,5 bilhões de toneladas; dessas, 850 milhões estão localizadas dentro da concessão mineira da Vale Moçambique, o que lhe torna o maior projeto estruturante frente a todos os projetos de mineração que operam na Província de Tete.

Assim, as reservas de carvão mineral, identificadas nessa bacia, colocam o país numa posição privilegiada, em nível dos países detentores deste recurso energético no mundo, conforme assinalam Afonso (1993); MAE (2005), José e Sampaio (2012). Além do carvão, cuja ocorrência é, relativamente, bem conhecida, em Moatize ocorrem também jazidas de ouro; anortosito; urânio; ágatas; calcite, chumbo e ferro (magnetita, hematita e apatita); jazidas de coríndon; fluorite; titanomagnetitas vanadíferas e filões de quartzo carbonatados (sílica).

Portanto, a opulência mineral de Moatize e da Província de Tete justifica, em parte, o fato de no período entre 2010 e 2014, por exemplo, a Província ter recebido investimentos estimados em US\$ 2.739, 225 mil, dos quais US\$ 1.500.000 milhões foram investidos no setor do carvão, de acordo com o Centro de Promoção de

⁸⁰ Segundo Tembe (2008) a expressão Cahora Bassa ou Cabora Bassa é mais um dos equívocos lusos, a partir da palavra nativa Kahoura- Bassa, que significa o trabalho terminou. Essa barragem erguida sobre o vale do Rio Zambeze na Província de Tete, sua área alagada forma um lago com uma extensão de 2.700 km² e com profundidade média de 26 metros.

A hidrelétrica tem a capacidade para produzir cerca de 2.000 Megawatts, dos quais 250 são adquiridos pela empresa pública moçambicana Eletricidade de Moçambique (EDM), 1.100 megawatts são vendidos para África do Sul, e 400 megawatts para o Zimbábue. É interessante notar que, essa hidrelétrica embora se localize dentro do território nacional, todavia, ela não foi pensada para satisfazer os interesses nacionais, mas para atender as necessidades do capital britânico na África do Sul. Portanto, mais uma razão para dizer que Moçambique foi desde cedo pensado de dentro para fora, no sentido de, suas infraestruturas terem sido organizadas para servir os interesses capitalistas regionais, conforme assinalamos na parte 1.

Deve se notar também que, essa hidrelétrica construída entre 1964 e 1974, isto é, nos dez anos da guerra de libertação dirigida pela FRELIMO, após a Independência nacional ela continuou sendo controlada majoritariamente pelo Estado português com 82% das ações e Moçambique com 18%. O Processo de reversão dessa barragem para Moçambique iniciou em 2005 com a assinatura do memorando de entendimento e terminou em 2007. À luz desse acordo, o governo português vendeu 65% das ações para o Estado moçambicano, uma operação que custou US\$ 1. 074 milhões. E por via dessa compra, o país detém atualmente 85% do total das ações da hidrelétrica.

Cf. TEMBE, Ademar Arlindo G. **Barragem de Cahora Bassa- Relação Portugal/Moçambique:** implicações ambientais e jurídicas. 2008. 172f. Mestre em Ciência Jurídica (Dissertação de Mestrado). Universidade do Vale do Itajaí, Santa Catarina. 2008.

Investimentos (CPI, 2015)⁸¹. Contudo, esse volume de investimentos tem vindo a reduzir nos últimos anos, sobretudo a partir de 2014, portanto, com a contínua queda do preço do carvão e/ou fim do superciclo de *commodities*.

De fato, essa tendência ficou bem patente, durante as duas fases do trabalho de campo. Enquanto em 2015, ainda era notável certa efervescência e dinâmica não só desse setor, mas também dos serviços complementares (hoteleiros, sobretudo), em 2016, presenciamos um cenário diferente, isto é, marcado pela retração do setor e dos serviços, implicando, por exemplo, no cancelamento ou interrupção de alguns contratos (a Jindal suspendeu o contrato com a transportadora Lalgy, encarregada de transportar o carvão de Chirodzi para Moatize), em função da contínua queda do preço, principalmente do carvão metalúrgico.

Do ponto de vista climático, Moatize apresenta dois tipos de clima nomeadamente: seco de estepe, com inverno seco (BSW na classificação climática de Koppen), tropical e chuvoso de savana (AW). A precipitação média anual é de 644 mm, sendo que a maior quantidade de precipitação líquida ocorre entre dezembro e fevereiro. Desse modo, os baixos e concentrados índices de pluviosidade que se registram em Moatize corroboram o regime periódico de alguns rios que correm nesse Distrito (MAE, 2005).

De fato, a rede hidrográfica de Moatize é constituída basicamente pela bacia hidrográfica do Rio Zambeze (o maior e o principal rio que corre no território nacional), cuja extensão no solo moçambicano atinge cerca de 3.000 km² no caminho do Oceano Índico local onde ele deságua (MUCHANGOS, 1999). Muchangos, Siquela e Vasconcelos (2009) explicam que o tecido fluvial da bacia carbonífera de Moatize é formado pelos Rios Revúboè que atravessa o Distrito no sentido NE - SW rumo ao Rio Zambeze e, por seus afluentes nomeadamente Rio Moatize e Murongódzi, com a orientação Norte - Sul (Mapa 5).

⁸¹ O CPI é uma instituição criada à luz da Lei n. 3/93 legislação sobre o Investimento em Moçambique. Ele é tutelado pelo Ministério da Economia e Finanças, e tem a missão de coordenar os processos de promoção de investimento em nível nacional.

paisagem física e social de Moatize, bem como das áreas adjacentes como, por exemplo, a cidade de Tete. O encontro do "mundo" em Moatize e na cidade de Tete como resultado do movimento migratório, sobretudo a migração para o trabalho, não só acelerou a expansão da mancha urbana com todos os efeitos e defeitos para as duas cidades, mas também agravou o já deficitário acesso ou provimento dos serviços básicos, como hospital, escola, mercados, entre outros. Por outro lado, estimulou o aparecimento de infraestruturas e serviços que, embora não sendo de fácil acesso, por parte da população mais carenciado, contudo, conseguem minimizar o déficit na oferta desses serviços.

Foto 3 - Ponte sobre o Rio Moatize na época seca, outubro de 2016



Foto: Eduardo J. Bata (2016); Fonte: Trabalho de campo, outubro 2016.

grandes dimensões laterais. Nele o capeamento ou solo superficial não é transportado para um bota-fora ou pilhas de estéril, mas depositado diretamente nas áreas adjacentes já lavradas.

E no caso de Moatize, a camada Chipanga, principal área de concentração das atividades da Vale Moçambique e as camadas Bananeira, Chipanga e Sousa Pinto 1, consessionados à ICVL Minas de Benga, apresentam-se verticalmente o que também poderia ser possível a mineração por bancadas.

Cf. FERREIRA, Leonardo A. **Escavação e exploração de minas a céu aberto**. 2013. 134f. TCC (Engenheiro civil), Universidade Federal de Juiz de Fora. 2013.

Cf. DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (DNPM). Importância econômica da mineração no Brasil. Brasília. 2011.

Foto 4 - Jovens no leito seco do Rio Moatize; extraem areia para vender, outubro de 2016



Foto: Eduardo J. Bata (2016); Fonte: Trabalho de campo, outubro 2016.

1.3.1.1 Traços sócio-demográficos de Moatize: uma estrutura em processo de (des)estruturação?

Conforme discutimos na parte 1, que, devido à intensificação do sistema repressivo colonial, grande parte da população das regiões sob administração das Companhias ou a administração direta de Portugal, viu-se obrigado a fugir das antigas aldeias, ou para os territórios vizinhos (Zimbabwe, Malawi, Zâmbia e África do Sul) ou para outras regiões, nas quais a cobrança do imposto e a caça ao negro para os trabalhos forçados eram pouco violentas e/ou ausente. Desse processo, resultou, em parte, a atual configuração territorial do país e, sobretudo, o tipo de povoamento predominante no meio rural moçambicano.

Realmente, as zonas rurais guardam, no seu ventre, rastros de um país fortemente espoliado que durante séculos esteve ao serviço de um punhado de brancos e afro-portuguesados que, usando do poder da pólvora, da *sedução* e do direito outorgado pela igreja católica romana⁸³, subjugou e despojou os

⁸³ A igreja católica Romana serviu e de fato ainda serve os interesses imperialistas ocidentais. Na colonização da África, por exemplo, ela foi o carro-chefe desse processo, porque, de um lado, pregava a fé, o amor e a concórdia, estratégia para converter e tornar o negro *dócil* e *servil*, mas por outro, a mesma igreja autorizava a caça, a captura dos negros por quaisquer que fossem os métodos para serem vendidos como escravos no Brasil, na Europa e nos Estados Unidos da América.

moçambicanos das suas terras, forçando-lhes a seguir viagens das terras do além, para os mares do sem fim. Essas viagens, assombrosas, letíferas, dolorosas e espantosas do capitalismo em sua gênese, conforme assinala Marx (1977), engendraram povoamentos dispersos ou isolados e uma estrutura social flutuante.

Com efeito, o meio rural moçambicano distingue-se também pelos baixos índices de acesso a rede sanitária e educacional (a taxa de analfabetismo em todo o país é de 50,4%); uma estrutura familiar nuclear, isto é, composto por pai, mãe e filhos, dirigido por homens, cuja atividade econômica e de reprodução social é a agricultura; os Agregados Familiares (AFs) são majoritariamente compostos por até 7 pessoas e uma percentagem considerável (27,3%) da população não professa nenhuma religião. Esse panorama, embora se refira ao ambiente rural do país como um todo, reflete, peculiarmente, a estrutura e as formas de reprodução social das famílias no meio rural de Moatize, conforme veremos a seguir. A tabela 1 apresenta alguns dados referentes à composição sócio demográfica da Província de Tete e do Distrito de Moatize.

Nela, é evidente que no Distrito de Moatize 31,7% dos AFs são chefiados por mulheres. O tipo de AFs predominante é a família nuclear (43,3%) e a família alargada representando esse último, 34,5% do total dos AFs. Esses dados não só alertam que, em Moatize, a população ainda preserva a estrutura familiar de origem linhageira, ou seja, a família ainda contempla o pai, a mãe e os filhos, os avôs e outros parentes diretos. Essa composição difere-se substancialmente da estrutura familiar que se verifica no Brasil, por exemplo, em que expressivo número de famílias, sobretudo urbanas, é constituído apenas pelo núcleo central, isto é, pai, mãe e filhos.

Portanto, tendo em conta essa composição podemos dizer que a separação das famílias no âmbito do reassentamento realizado pela Vale Moçambique e Rio Tinto, com certeza não só dividiu antigos vizinhos com laços fecundos de interação e sociabilidade, mas também decompôs AFs inteiros, portanto, famílias alargadas, que

A carta do papa Romanus Pontifex (1455) é bastante elucidativa dessa atuação mortífera da Igreja, pois ela concede "A plena e livre faculdade, entre outras de invadir, conquistar, subjugar quaisquer sarracenos e pagãos, inimigos de cristo, suas terras e bens, a todos reduzir à servidão e tudo aplicar em utilidade própria e dos seus descendentes". Assim, a igreja participou ativamente na (des) construção de toda estrutura societal africana cujos efeitos negativos espelham em parte atual dependência cíclica, bem como algumas disputas dentro do continente.

Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=3GUukK4SMI8> > Acesso em: 1. jun. 2017.

antes do deslocamento viviam e conviviam juntos, mesmo não habitando a mesma moradia.

Tabela 1 - Perfil sócio demográfico da Província de Tete e do Distrito de Moatize, destacando o tipo de AFs segundo o Censo, 2007

Indicadores sócio-demográficos	Tete	Moatize
Tamanho médio dos AFs	4.5	4.5
AFs dirigidos por mulher (%)	29.2	31.7
Tipo de AFs (%)		
Unipessoal (*)	7.5	8.0
Monoparental (**)	17.2	14.0
Nuclear (***)	56.6	43.3
Alargado (****)	18.6	34.5
Outro (*****)	0.2	0.3

Fonte: III Recenseamento Geral da População e Habitação, 2007. Resultados Definitivos, Província de Tete, 2010. Org.: Eduardo Bata (2017).

Notas:

* Constituída apenas por uma pessoa;

** Constituído pelo pai e um filho ou mais filhos;

*** Constituído por um casal (homem e mulher) e um ou mais filhos;

**** Constituído por uma família nuclear ou monoparental com ou sem filhos e um ou mais parentes;

***** Agregados familiares com qualquer composição sem que sejam as anteriores.

Dados do INE (2007) apontam que o Distrito de Moatize tem 217.609 habitantes, dos quais 106.008 são homens e 111.600 mulheres. Segundo as projeções⁸⁴ do INE (2017), Moatize previa em 2017 uma população estimada em 385.585 habitantes. Essa população continuará sendo predominantemente rural, isto é, 330.333 habitantes continuarão residindo no campo e o resto na cidade, sobretudo na Vila e arredores de Moatize. A estrutura etária de Moatize revela que a população é majoritariamente jovem, em vista que 48,7% dela possuem idade entre 15 e 64 anos, o que corrobora não só a estrutura etária do país, visto que 45% da população são jovens, mas também da Província de Tete, com 48% da população com idade igual ou inferior a 15 anos⁸⁵.

⁸⁴ Usamos a projeção de 2017, pois entendemos que os dados de 2007 já não condizem com a realidade atual da população em Moatize. Em Moçambique o Recenseamento Geral da população ocorre a cada 10 anos. Nesse contexto, o primeiro recenseamento geral da população foi realizado em 1980 e o último em 2017, cujos resultados definitivos serão publicados em junho de 2018.

⁸⁵ Essas informações são referentes à síntese dos dados apresentados pelo INE (2013), que assinala entre outras coisas, o rápido crescimento da população moçambicana. Em menos de 60 anos cresceu cerca de 6.5 milhões e a perspectiva é que ela atinja os 46 milhões em 2040.

A análise desses dados mostra que houve um expressivo crescimento populacional em Moatize, sobretudo nos últimos anos, considerando os resultados do Censo 2007. Exemplo disso é que, enquanto em 2008 a população prevista para Moatize era de 231.113 habitantes, em 2012, portanto, no auge da "febre do carvão", a população do Distrito era estimada em 292.341 habitantes. Considerando esse crescimento populacional em Moatize, podemos dizer que entre 2008 e 2017, houve um aumento populacional a uma média de 10.000 habitantes (ou um pouco mais que isso) por ano. Contudo, esse rápido aumento populacional começou a perder ímpeto a partir de 2012.

Para esse súbito movimento populacional, um caleidoscópio de fatores conformou essa tendência. Desde elementos de ordem política e social como, por exemplo, o fim da guerra civil em 1992 e início do processo de reconstrução nacional no ano seguinte que favoreceu o retorno de moçambicanos até então refugiados em territórios vizinhos, até aspectos de natureza econômica - ideológico, visto que a chegada dos megaprojetos ligados à indústria extrativa do carvão ou de suas subsidiárias gerou expectativas de trabalho sem fim.

Ou seja, um *caldo* de oportunidades a moda brasileira, russa, chinesa, sul-africana, indiana (encerrando o cerco das ambições internacionais das BRICS), inglesa e outros, portanto, circunstâncias reais e potenciais cujo ingrediente forte era a esperança de fazer parte do *Staff* (trabalhador) da recém constituída Vale Moçambique, da Riversdale, Rio Tinto, da *China Henan International Cooperation Group* (CHICO), entre outras empresas que diariamente aportam em Moatize e na cidade de Tete em busca de oportunidades de negócios, em função da demanda gerada pela mineração e do hiato em termos de provisão de diversos serviços em nível da Província de Tete.

De matriz etno linguístico predominantemente Nyungwe, *Sena e Cheua*, 39% da população de Moatize não professa nenhuma religião; 17% praticam a religião zione/Sião⁸⁶ e 16,7% são católicos. É pertinente lembrar que, embora o percentual

⁸⁶ Segundo Agadjanian (1999), a igreja zione, também denominada (*ma*) *zione* (zionista) pertence ao grupo das igrejas pentecostal. De origem Norte - americana, na cidade de *Zion City, Illinois* através do *Christian Apostolic Catholic Church* fundado por J. Dowie em 1896, a igreja zione penetra no tecido social moçambicano por meio dos mineiros e outros trabalhadores moçambicanos que até então, trabalhavam na África do Sul. Sua propagação no período pós- colonial se deu em parte, devido a certa impunidade de que gozavam as igrejas consideradas menos tradicionais como a zione, ao contrário da católica visto como símbolo e vestígio da dominação colonial.

A propagação da *zione church* em Moçambique é a reação à profunda transformação do tecido social no país, sobretudo nas zonas urbanas. Seus crentes e/ou aderentes (*vakhongeli, vapfumeli*)

da população que declarou não professar nenhum credo religioso seja maior, isto é, 39%, isso não equivale dizer que seu mundo não esteja *encapsulado* de crenças e cosmovisão que pautam a sua vida cotidiana. Pois, grande parte dessa população crê e pratica o culto aos antepassados, elementos simbólicos que foram dilacerados e condenados à ruptura pelos afamados projetos de desenvolvimento, idealizados de fora para dentro, num processo que configura a "nova partilha de África e de Moçambique", mesclando velhos e novos atores do capitalismo mundial (SARAIVA, 2008).

No geral, a população de Moatize encontra-se irregularmente distribuída pelos três Postos Administrativos do Distrito (mapa 4), nomeadamente: Moatize - Sede com 78.634 habitantes distribuídos pelos bairros 25 de setembro, Bagamoyo, 1º de maio, liberdade e bairro urbano central; Posto Administrativo de Kambulatsitsi com 29.298 habitantes e Posto Administrativo de Zobué com 107.160 habitantes. Conforme já assinalamos, estes números são referentes aos resultados do Censo de 2007, a sua apresentação visa elucidar a base, a partir da qual faremos nossas reflexões ao longo desse trabalho. Isso porque os dados referentes à população do PAK, por exemplo, não abrangem a população reassentada pela Rio Tinto no âmbito do Projeto de carvão de Benga. E o mesmo acontece, com a população de Cateme e do bairro 25 de Setembro, ambos no PAM, reassentados pela Vale no contexto do Projeto de carvão de Moatize.

Seja como for, não restam dúvidas de que o vetor principal para o afluxo populacional em Moatize e na cidade de Tete tem sido o aumento das esperanças no imaginário da população, sobretudo os mais jovens que olham para Moatize e cidade de Tete⁸⁷ como uma espécie de um novo *El dorado*. Desse fato resulta que parte das esperanças e dos sonhos idealizados sobre o trabalho e o "fausto" em Moatize se desmancha no ar e tornam-se frustrações, pois, conforme dissemos, a produção industrial do carvão mineral é intensiva, tanto em capitais investidos, como

geralmente composto por gente humilde, de baixa renda e residente nas periferias das cidades como Maputo, por exemplo, busca nessa igreja, a cura através da fé e de milagres e a aceitação social que lhes é negada devido à sua condição financeira e social.

Cf. AGADJANIAN, Victor. As igrejas ziones no espaço sociocultural de Moçambique urbano (anos 1980 e 1990). *Lusotopie*, 1999. p. 415- 423.

⁸⁷ Embora o foco dessa pesquisa seja o Distrito de Moatize, dialogamos permanentemente com a cidade de Tete por entender que, ela é a capital política e administrativa de Tete. É nela que também ocorrem as grandes transformações e arranjos de toda a natureza para satisfazer a demanda produtiva megaprojetos de mineração.

em tecnologias utilizadas o que reduz abissalmente a necessidade da força de trabalho, principalmente na fase de produção.

Marx (1982) chama atenção sobre o processo de migração do trabalho. Para ele, o encontro e o (des) encontro de pessoas candidatos ao trabalho na cidade de Tete e em Moatize devem ser analisados, a partir da dinâmica contraditória da realização do capital, porque essa migração se dá sob as ordens do capital que exerce todo o controle sobre o tecido social, por isso, essa migração não é mais que migração para o capital.

Não obstante, o aumento da população em Moatize não é novo, embora a fase atual seja em todos os aspectos diferente das anteriores. Muchangos, Siquela e Vasconcelos (2009) afirmam que a acessibilidade que caracteriza a capital distrital de Moatize (principal eixo ferro e rodoviário que liga países, como Malawi, Zâmbia, Zimbabwe), atraiu para essa cidade, principalmente durante a guerra civil, contingentes enormes das áreas rurais, o que em parte gerou maior pressão sobre a vegetação e a infraestrutura local.

De fato, o rápido aumento da população em Moatize e na cidade de Tete pegou de surpresa as autoridades administrativas locais. Conforme explica o vereador para a área de urbanização no município de Tete, "na cidade de Tete não se previa esse desenvolvimento nem a vinda desses megaprojetos, o que acontece é que há muita procura de espaço isso da parte dos municípios. Se formos ver houve um crescimento muito elevado da população em nível da cidade⁸⁸". Essa demanda pressionou também a estrutura social da população nativa, gerando muitas vezes um desconforto social e ambiental.

E é a isso que se refere Freire (2010), ao analisar os efeitos negativos da chamada rigidez locacional da atividade minerária. Esse tipo de atividades, *grosso modo*, localizadas em cidades pequenas e afastadas, por vezes sem condições apropriadas para suportar os empreendimentos desse porte, tornam-se

Prejudicial em âmbito social por estar situada em determinada região, por vezes pequena e pouco desenvolvida, representando uma situação incômoda não só para os investidores, mas também e principalmente para os moradores locais. Nesse caso, os impactos sociais gerados serão tão preocupantes quanto os ambientais, já que a atividade mineira é obrigada a ocorrer não no local onde é melhor para comunidade, mas sim onde se encontram os bens minerais (FREIRE, *op. cit.*, p.51).

⁸⁸ Entrevista com o vereador para área da urbanização no município de Tete; outubro 2015.

As vias de comunicação (estradas e pontes) entre as duas cidades também se ressentem do aumento do fluxo contínuo de caminhões de grande porte, de máquinas pesadas (empilhadeiras, escavadeiras, moto-niveladoras), de camionetas do tipo 4x4 e de ônibus que transporta trabalhadores nos dois sentidos (Moatize-cidade de Tete), numa operação aparentemente⁸⁹ interminável que começa quiçá às 5 horas da manhã e prolonga-se até as 5 horas do dia seguinte. De fato, o regime de trabalho contínuo nas minas revela o valor do tempo na sociedade capitalista, conforme observou Thompson (1989). Nos marcos da produção capitalista, o controle do tempo no processo de trabalho fabril, sinaliza que o desenvolvimento das forças produtivas induz, entre outras coisas, a transformações no modo de vida de um povo (SANTOS, 2013).

Essa pressão suscitou a construção da segunda ponte sobre o Rio Zambeze, portanto, a ponte *Kassuende*⁹⁰ (5 km à montante da ponte Samora Machel) que permite a ligação entre a Localidade de Benga, Distrito de Moatize e o Bairro M'padue no Município de Tete (Foto 5). Com efeito, a construção da nova ponte decorre da necessidade de redução da sobrecarga de tráfego rodoviário na Ponte Samora Machel, sobretudo de veículos pesados, situação que tem vindo a intensificar-se com a vinda de diversos projetos de desenvolvimento, principalmente a atividade mineira em curso na Província de Tete (BETA, 2011).

⁸⁹ Dissemos aparentemente, porque o trabalho nas firmas mineradoras não pára e, nem deve parar, conforme os ditames de rentabilidade e da caça incessante pelo lucro, fim último de todo processo produtivo capitalista. Isso quer dizer que, há um movimento contínuo de trabalhadores a todo o momento, ou seja, tanto de dia, como durante a noite. Um operador de máquina com quem prosamos afirmou que na Vale o trabalho, sobretudo nas minas é feito em regime de turnos contínuos.

⁹⁰ Nome de um antigo local histórico localizado no Distrito de Marávia, Província de Tete. No decurso da luta de libertação nacional foi transformado na base logística e estratégica militar para atender a frente de Manica e Sofala, abertas em 1972.

Foto 5 - Vista lateral da Ponte Kassuende que estabelece a ligação entre o Distrito de Moatize e o Município de Tete



Fonte: Diallosb.blogspot.com.br.

Nas entranhas dessa demanda cujo vetor foi a "febre do carvão" configuram-se novas contradições, em função da introdução de meios técnicos em áreas remotas, estrutural e socialmente pouco preparadas para lidar com esses eventos. De fato, além da expropriação/desterritorialização empreendida pelos grandes projetos de mineração em coalizão com o Estado, o *surto* do carvão mineral de Moatize trouxe também novos *sabores* e *odores*, dos quais, a especulação fundiária e imobiliária, os problemas de saúde, problemas ambientais, entre outros efeitos dessa atividade, cuja discussão detalhada é feita na parte 4.

Portanto, diante do intenso metabolismo que caracteriza o Distrito de Moatize e a cidade de Tete, pautamos nosso olhar para a busca de novas sínteses explicativas do objeto de estudo. Em função dessas transformações, os instrumentos de pesquisa, as estratégias de trabalho no caminho das "pedras da pesquisa", repetidas vezes foram alteradas, reformulados e refinados para atender à realidade dos fenômenos em ebulição em Moatize. Traçar esses caminhos e estabelecer diálogos de fora para dentro e vice-versa, constituiu a estratégia dominante durante a pesquisa.

1.4 OS CAMINHOS PERCORRIDOS NA INVESTIGAÇÃO: o ensejo de uma escolha

As ideias transformam-se em força material quando conquistam as massas. (GAZETA DO RENO, 1843).

Já assinalamos, no preâmbulo, que o debate travado no seio da filosofia da ciência, em relação às categorias: pensar e ser, material e imaterial e, sobretudo a prioridade entre as duas últimas, alimentou disputas entre diversos teóricos do pensamento científico. Dissemos também que na sequência desses embates, surgiram distintas correntes do pensamento, cada uma delas com seu próprio arcabouço teórico e explicativo, buscando fornecer esclarecimentos sobre questões relevantes da época. Portanto, mencionar essas correntes e seus postulados escapa aos objetivos dessa pesquisa, contudo, informações mais detalhadas são apresentadas por Alves (1981); Alves-Mazzotti (2002), Triviños (2009), entre outros.

Das considerações, até aqui feitas, interessa-nos assinalar a forma como a filosofia e a vida; a teoria e a prática social caminham sincronicamente. Por isso, consideramos válido o posicionamento de Minayo (2001) que distingue a filosofia como um poderoso instrumento na explicação dos significados da existência individual e coletiva.

Relacionando esse debate com a pesquisa, a filosofia reflete, assim por dizer, ao conjunto de problemáticas, de anseios, teorias, de crenças, as formas de ver o real, o entendimento que se tem do mundo e da vida. Quer dizer, um sistema filosófico ao trabalho da ciência que orienta nossas interpretações ao longo da pesquisa, portanto, que se adota não como uma camisa de força, conforme adverte Costa e Moraes (1987) e Alves-Mazzotti (2002), mas como uma espécie de *bússola* que pauta nosso pensamento.

Por isso, repor ou delinear os caminhos percorridos na pesquisa, esclarecendo para tanto, o/s método/s, a metodologia, a/s categoria/s privilegiadas, ou seja, explicitar o método de interpretação adotado na pesquisa significa não só "demarcar" o enfoque da pesquisa, mas também "a garantia da coerência no percurso, pois revela o controle lógico e a consciência que o pesquisador tem dos instrumentos de seu trabalho" (COSTA e MORAES, 1987, p.29). Por outro lado, demonstra a capacidade de organização ou de estruturação do pensamento, o que

no entender de Eco (2012) é importante para a vida futura e a prática política e profissional.

A partir desse referencial teórico, acreditamos que decidir sobre o método e a metodologia da pesquisa não é um ato apriorístico, no sentido de que independe da prática e da experiência do pesquisador, muito menos ação deliberada deste, mas uma complexa tarefa que exige múltiplas interações no processo de construção da pesquisa, mesclando a teoria, a problemática da pesquisa e as aspirações do pesquisador.

É por essa razão que a definição do quadro metodológico da pesquisa é fruto de um intrincado processo de construção e autoconstrução contínua, que se processa entre o pesquisador e o fenômeno pesquisado ou por pesquisar. Esse ato resulta, não obstante, do contato que se estabelece entre o pesquisador, o meio social da pesquisa, o meio externo, isto é, com outros pesquisadores, com o mundo e, sobretudo do objetivo e do papel que o pesquisador atribui à ciência.

Portanto, do contato com o meio externo, decorre a possibilidade de formular um conhecimento reconhecidamente válido, não absoluto, mas útil para a sociedade, uma vez que em sociedades *líquidas*, tal como essa na qual vivemos as certezas de hoje, são as incertezas do amanhã e, o ciclo da mineração é prova incontestável dessa fluidez e incerteza (leia-se crise) endêmica que caracteriza o modo capitalista de produção (HARVEY, 2005; BAUMAN, 2007). Por outras palavras, a natureza fluída do fenômeno pesquisado impõe-nos a cada instante a necessidade de atualizar nossos debates, diálogos, pensar e repensar a disposição/arranjo espacial dos fenômenos, sua matriz, que assim como a própria ordem, muda também a sua disposição espacial.

Nesse sentido e, sobretudo na atual fase designada por Almeida (2004) de período de bifurcação, somos convidados a escolher entre a permanência e a bifurcação. Da primeira possibilidade, decorre a repetição sem propostas concretas para apontar novos caminhos para ciência, uma das finalidades da pesquisa. Na segunda, há abertura a novos conhecimentos, tanto teóricos quanto práticos fortalecendo saberes fundamentais para a construção de uma sociedade melhor, orientada para a transposição do tipo de sociedade vigente, dominada, principalmente por uma ordenação de natureza classista.

É no emaranhado desse processo que envolve a leitura e articulação inter e intraescalar que, consideramos residir à construção social e política necessária para

o pesquisador. Essa construção permite, assim por dizer, o amadurecimento teórico-conceitual indispensável para "travarmos debates a respeito das ideias que defendemos que escrevemos [...], que sejam capazes de explicar/evidenciar nossos posicionamentos de classe", conforme assinala Thomaz Junior (2010, p. 45). Esse amadurecimento é vital para que o pesquisador possa decidir, em função dos seus objetivos, temas, anseios e da complexidade do *real*, as opções metodológicas e políticas a adotar, bem como sua eficiência e adequação metodológica, conforme diz Saquet (2013, grifo do autor).

Dito isso, compreendemos que existe um encadeamento entre o método, a posição política do pesquisador, a importância e o papel que ele atribui à ciência no processo de transformação societal. Esse entendimento nos permite distanciarmos da ideia da neutralidade da ciência hasteada como "bandeira" em algumas pesquisas de enfoque positivista. A neutralidade da ciência sintetizada na ideia de que o papel da ciência e do cientista é exprimir a realidade e não julgá-la, conforme assinala Trivinõs (2009), há muito que revelou ser um modelo esgotado e inadequado, sobretudo em se tratando de fenômenos sociais⁹¹ cuja sua forma atual, representa simplesmente um instante no processo de sua transformação contínua.

É precisamente sobre o papel do pesquisador frente à sociedade que Bourdieu (2001, p. 38) faz seus questionamentos. O autor indaga se

Os intelectuais e, mais precisamente ainda, os especialistas em ciências sociais podem e devem intervir no mundo e sob que condições podem fazê-lo eficientemente? Que papel podem desempenhar no movimento social, em escala nacional e, sobretudo internacional, isto é, no nível mesmo em que atualmente se joga o destino dos indivíduos e das sociedades?

As interrogações feitas por Bourdieu nos instigam a refletir profundamente sobre o nosso papel político e profissional, sobretudo na atual conjuntura político-econômica e social. A partir desses questionamentos nos ocorre a ideia de que, tanto o pesquisador quanto outro profissional qualquer, no âmbito da divisão social do trabalho tem o compromisso ou dever com a sua sociedade. Isto é, deve se engajar com os problemas sociais e político da sociedade atual, que conforme

⁹¹ Lofland (1971) oferece uma síntese do que ele considera fenômeno social frente ao ser caráter geral, impreciso e vago. Desse modo, o fenômeno social deve ser considerado, a partir de seis categorias que se interconectam mutuamente: atos, atividades, significados, participação, relação e situações. A partir dessas dimensões, o fenômeno social deixa de ser vago e o pesquisador pode usar cada uma delas para questionar e dirimir os conflitos que surgem ao longo da pesquisa. Cf. LOFLAND, John. **Analysing social settings aguide to qualitative observation and analysis**. Belmont, C.A: Wodsworth publishing, 1971.

explica Moreira (1982), está cada vez mais complexa, entrelaçada e urdida nas relações sociais de classes.

Enfim, podemos afirmar que cada pesquisador é chamado a assumir uma responsabilidade para com os homens e as mulheres, principalmente nos países periféricos, como Moçambique, no qual o tipo de propriedade, as relações de produção e o modelo de desenvolvimento vigente criam o arcabouço necessário para que, a população seja expropriada, empurrada e, no limite confinada a espaços "inertes"; impróprios para a sua realização social, conduzindo dessa forma, ao empobrecimento das comunidades, tal como acontece nos reassentamentos em Moatize.

De fato, as objetivações desse processo em curso na Província de Tete respaldado no discurso de desenvolvimento do Estado, denunciam estarmos perante um movimento que conta com novos vetores e atores do capitalismo. Ambos e atuando em coalizão impactam direta e decisivamente as formas de realização social das comunidades atingidas pelos grandes empreendimentos de mineração. Essa realidade, até certo ponto movediça, no sentido de que, a fronteira da mineração é definida ou redefinida, em função da (ir) racionalidade que cada ciclo de acumulação impõe, clama por novas leituras inspiradas em novos olhares. Tais leituras devem pautar pela crítica à economia e ao modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado e, não pura e simplesmente uma aceitação deliberada e religiosamente glorificada, como o caminho para o fim da pobreza absoluta, principal *mercadoria* com a qual os países pobres participam no mercado estratégico da expansão e da realização do capital, cuja estratégia básica é a destruição e adição de novos territórios à roda de acumulação (LUXEMBURG, 1976).

Portanto, frente à atual configuração do capitalismo enquanto modo específico de controle sociometabólico, no dizer de Mészáros (2011) e, com todas suas objetivações espaciais somos convidados a adotar uma postura crítica e radical diante do padrão e da propaganda do Estado e, sobretudo perante uma espécie de estranhamento que caracteriza alguns pesquisadores. Nesse sentido, Guerra (2013, p.236) demonstra preocupação com a construção da subjetividade e diz

A atual crise do capital, seus antigos e reatualizados modelos de produção/reprodução e de acumulação incidem na construção das subjetividades, constituindo um sujeito que adere, acriticamente, ao fetiche oriundo do processo de financeirização do capital, não apenas respondendo, mas incorporando sua racionalidade como de ser, pensar e agir.

Por isso,

É preciso entender a dialética objetiva da *contingência* e da necessidade, assim como do histórico e do *trans- histórico* no contexto do modo de funcionamento do sistema do capital. Esses são os parâmetros categorizadores que ajudam a identificar os limites relativos e absolutos dentro dos quais o poder sempre historicamente ajustado do capital se afirma *trans- historicamente*, através de muitos séculos. Sujeito a essas determinações categóricas e estruturais, o capital- na qualidade de modo de controle sociometabólico- pode afirmar, acima de todos os seres humanos, as leis funcionais que emanam de sua natureza, sem levar em conta a boa ou má disposição que pudessem ter em relação ao impacto dessas leis sob determinadas circunstâncias históricas (MÉSZÁROS, 2011, p.184-185, grifos do autor).

Os processos em curso em Moatize e em outros Distritos do país, nos quais se extraem bens naturais e/ou outras formas de inserção do capital que, no entanto, envolve deslocamentos compulsórios e expropriação de terra, levam-nos a retomar os princípios fundantes da crítica marxista à economia política. Tais apontamentos são o axioma fundamental para compreender eficazmente as tramas constituídas no âmbito do capitalismo globalizado e imperialista.

Por isso, ao adotarmos o materialismo histórico como postura filosófica⁹² ou método de interpretação e a dialética marxista como método de pesquisa, acreditamos ser esse o caminho e a possibilidade de capturar a totalidade dos fenômenos em Moatize, a partir do exame do par dialético de cada elemento, isto é, os intervenientes e os interesses que conformam essa totalidade. Pois, como lembra Frigoto (2000, p.73, grifo do autor), o materialismo histórico e dialético é postura e "método que permite apreensão radical (que vai à raiz) da realidade e, enquanto *práxis*, isto é, unidade de teoria e prática na busca da transformação e de novas sínteses no plano do conhecimento e no plano da realidade histórica".

Entretanto, essa escolha não deve ser vista como dogma, no sentido de que não possa ser questionada ou que ela se fecha a si mesma, nem como moda e/ou oposta à crítica, o que comprometeria o espírito científico e a construção da autonomia, mas como o esforço inicial em busca de uma teoria e prática social capazes de dar respostas aos problemas da sociedade moçambicana, que no nosso entender, não são intrínsecos a essa sociedade, mas fruto de várias determinações

⁹² Frigoto (2000) entende que o materialismo histórico enquanto postura ou concepção do mundo, parte da admissibilidade da existência da realidade objetiva, ou seja, uma realidade cuja existência independe das ideias e do movimento do pensamento. A dialética como método interpretativo situa-se no plano da realidade, na perspectiva histórica, sob a forma de trama de relações contraditórias, conflitantes, leis de construção, desenvolvimento e de transformação dos fatos.

e imposições ao longo do histórico processo de construção do país, conforme descrito na parte 1.

Nesse sentido, a construção dessa pesquisa representa em nossa opinião, um esforço no caminho do desvelamento das incongruências do padrão de desenvolvimento adotado pelo Estado e materializado pela ação dos grandes projetos de mineração no país. Portanto, representa um aporte no sentido de demonstrar que, às avessas do discurso de progresso induzido pela mineração, cresce geometricamente o número de moçambicanos excluídos desse processo. A parcela excluída, reiteradas vezes tem sido despojada não só da terra, com a qual mantém relações míticas com os antepassados, que lhes deixaram como herança, conforme Mário (2013), mas também têm arrancado de si as poucas conquistas e a autonomia social arquitetada ao longo de décadas de trabalho.

Conforme assinalamos, o materialismo histórico e dialético, como método de pesquisa e postura ideológica representa na nossa visão, a possibilidade que temos para intervir e lutar por uma sociedade "mais justa", a partir da pesquisa pautada na crítica da ordem estabelecida pelo império do capital e nisso, a Geografia é um poderoso instrumento de luta pelas liberdades políticas e sociais.

Portanto, ao enxergar a pesquisa geográfica crítica, como o caminho para o edifício de uma sociedade relativamente justa, enxergamos a sociedade alternativa como o fim último, dessa luta necessária. Arroyo (1987, p.17) descreve a luta como o caminho a ser trilhado já que

O movimento de construção de uma sociedade alternativa implica a construção de um novo saber, de uma nova cultura, de uma nova concepção do mundo e dos sujeitos empenhados nessa construção. As diferentes lutas sociais colocam a classe trabalhadora, num processo de aquisição de uma identidade coletiva. Para mim este é o núcleo do educativo: é aí e não apenas na escola que o educativo acontece prioritariamente. Concorro com a Leda quando ressalta a importância de partir não da escola, nem da construção de uma saber universal, mas da luta permanente entre a sociedade burguesa e a sociedade alternativa, socialista, em construção.

A proposição de uma sociedade alternativa que, no entender de Mészáros (2011), implica romper com a atual ordem sociometabólica do capital destaca também a luta, como a única alternativa frente a um Estado notoriamente classista e, sobretudo *cartelizado*, no sentido de que, é formado, comandado ou influenciado por pequenos grupos de poder político internamente constituídos. Em suma, a luta por uma sociedade alternativa passa pela construção da identidade coletiva, conforme Arroyo (1987) e do intelectual coletivo, nas palavras de Bourdieu (2011).

Nesse sentido, entendemos que a escolha feita reflete, a nossa concepção de mundo e, principalmente o tipo de sociedade que ensinamos por isso, essa seleção é também uma ação política, no sentido de que

A escolha teórico-metodológica é eivada de significados, de trajetórias, de posicionamentos políticos. A prioridade a determinadas categorias, as formas de construir o texto e a maneira de ver o papel da ciência [...] são maneiras de dizer como se pensa as "coisas no espaço" e a possibilidade de alterá-las está diretamente relacionada à escolha metodológica (MENDONÇA, 2004, p. 54, grifo do autor).

A partir desse ponto de vista, concordamos com Mendonça (2004) e Turra Neto (2011), quando lembram que, o que define a opção por este ou por aquele método não é pura vontade do pesquisador, mas antes a problemática da pesquisa, assim como a trajetória política e social do pesquisador. Portanto, são os objetivos da pesquisa e a postura filosófica do pesquisador que ditam a seleção dos métodos para responder aos questionamentos que deram origem à pesquisa, por isso, concorda-se com Minayo e Sanchez (1993), que asseguram que não existe metodologia perfeita, mas sim aquela que melhor se adéqua aos objetivos da pesquisa ou que promova a possibilidade de explicar seu objeto de estudo de forma melhor. Sendo assim, não optar por nenhuma, "significa deixar vagos os pressupostos fundamentais e as posturas basilares da proposta a ser construída", conforme explica Costa e Moraes (1987, p. 30).

Assim, com respaldo na pesquisa de enfoque qualitativo crítico⁹³, este estudo assumiu o caráter descritivo. Turra Neto (2011, grifo nosso), entende que a descrição é uma estratégia que possibilita a captura de "todos" os pormenores do objeto de estudo e dos sujeitos sociais da pesquisa. Ou seja, ela não deixa escapar nenhum detalhe, pois algo que pode parecer insignificante em uma etapa, se torna relevante, quando somado a outras informações produzidas em outros momentos.

Gertz (2004, p. 45), por sua vez, explica que o esforço do pesquisador deve ser dirigido para "fazer uma descrição densa que procura atingir teorizações a partir da interpretação do infinitamente pequeno. Por isso, a teorização não afasta muito do caso. Trata-se do esforço de interpretar uma especificidade complexa". Para

⁹³ Na teoria crítica, a palavra crítica assume pelo menos dois sentidos distintos: primeiro se refere à crítica interna, isto é, à análise rigorosa da argumentação e do método. Focaliza-se aí o raciocínio teórico e os procedimentos de seleção, coleta e avaliação dos dados. O segundo e mais importante sentido da palavra crítica diz respeito à ênfase na análise das condições de regulação social, desigualdade e poder. Desse modo, os teóricos críticos enfatizam o papel da ciência na transformação da sociedade (ALVES-MAZZOTTI, 2002, p.139). Esse último sentido da crítica é o que pauta a nossa pesquisa.

Saquet (2003), descrever é dialeticamente pensar, isto é, roer os nexos internos do fenômeno estudado. Ou seja, descrever é começar a capturar as contradições que se operam no objeto que não são alheias ao espaço no qual se insere esse objeto.

Desse modo, buscamos a partir da descrição, examinar as tramas que se estabelecem entre os megaprojetos de mineração e o espaço produzido em Moatize e na cidade de Tete. Nesse esforço, pautamos nosso olhar para a análise dos novos arranjos espaciais, decorrentes da inserção desses empreendimentos, manifestação viva e destrutiva do capital. Portanto, as nossas interrogações foram no sentido de compreender como esses empreendimentos produziram novas formas de organização espacial, tanto em Moatize quanto na cidade de Tete e, como isso tem impactado a vida das comunidades diretamente afetadas pelos megaprojetos de mineração.

Como dito, as transformações em curso no Distrito de Moatize e na cidade de Tete, decorrente de novos arranjos espaciais para viabilizar a instalação dos megaprojetos de mineração têm razões explicativas, a partir da reestruturação produtiva do capital, como imperativo da crise estrutural do capital na década de 1970. Na sua atualidade, marcada, sobretudo, pela introdução da agenda neoliberal na década de 1980, o capitalismo adensou; diversificou ou reatualizou as formas e os padrões de atuação no decurso do processo de internacionalização, enquanto uma das etapas de sua mundialização, conforme diz Chesnais (1996). Diante dessa complexidade, compreender os processos, as tramas e a ordenação de tudo isso implica, no dizer de Minayo e Sanchez (1993), realizar uma pesquisa com profundidade, permitindo, assim por dizer, maior imersão no universo dos sujeitos, isto é, uma aproximação e intimidade com o sujeito.

Para tal, a pesquisa qualitativa crítica evidenciou-se como a estratégia útil e hábil nesse processo. Porque permitiu, dentre outras coisas, a captura das percepções individuais dos sujeitos diretamente impactados, dos processos de interação humana, com todos os seus humores, temores, enfim, com toda a intromissão da subjetividade de sujeitos em interação, conforme explica Turra Neto (2011). No nosso entendimento, a inserção dos megaprojetos de mineração em Moatize não resultou de uma exaustiva explicação dos prós e dos contra dessa ação, mas de um discurso de universalização dos benefícios, que buscou maquiar ou ocultar os objetivos, sobretudo os efeitos adversos desses projetos, a partir de

substanciais ganhos, como: casa nova e algum valor monetário, fruto da chamada (in) justa indenização.

Nesse esforço, o governo procurou vender o progresso, contando para tanto, com estratégias como a intimidação ou silenciamento; a cooptação ou compra de lealdade das lideranças tradicionais, visando possibilitar o avanço desses projetos, conforme será discutido na parte 4. Por esse caminho, acreditamos que a pesquisa qualitativa crítica é o caminho adequado, pois como explica Alves-Mazzotti (2002, p. 139) a sua preocupação é,

Compreender o que ocorre nos grupos e instituições relacionando as ações humanas com a cultura e as estruturas sociais e políticas, tentando compreender como as redes de poder são produzidas, mediadas e transformadas. Parte do pressuposto de que nenhum processo social pode ser compreendido de forma isolada, como uma instância neutra acima dos conflitos ideológicos da sociedade.

Com efeito, é necessário lembrar que o enfoque qualitativo adotado nessa pesquisa não decorre do simples fato de ser uma metodologia que atualmente tem ganhado fascínio entre os geógrafos e, sim da necessidade de valorizar as percepções pessoais, compreender os sujeitos envolvidos, bem como examinar o contexto em que eles vivem mediados pelos valores, crenças, atitudes, significações e opiniões, tal como assinala Chiapetti (2010). Trata-se de compreender, conforme observa Russo (2012, p.1), que a pesquisa qualitativa permite

Perceber as concepções dos sujeitos (como pensam sua problemática, quais significados atribuem às suas experiências ou como vivem suas vidas) e implica o contato direto com os sujeitos da pesquisa. Busca os significados, as interpretações, os sujeitos e suas histórias.

Com raízes na antropologia e nos estudos sociológicos sobre a vida das comunidades, a pesquisa qualitativa chega às ciências sociais e humanas, como alternativa e reivindicação frente ao que Demo (1998, p. 89) denomina de "ditadura do método, que assumia como real apenas o que cabia no método, em vez de privilegiar a relação contrária. Portanto, as ciências sociais teriam como desafio intrínseco absorver as mesmas regras das ciências exatas e naturais".

A pesquisa qualitativa apresenta-se, assim, no dizer de Pessoa e Ramires (2013, p.25), tendo como

Identidade o reconhecimento da existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, de uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto e de uma postura interpretativa, constituindo-se como um campo de atividade que possui conflitos e tensões internas.

Realmente, os arranjos político- econômicos e espaciais, dos quais decorrem as transformações em curso em Moatize e na cidade de Tete, procedem de uma ordem global e, resguardado nas políticas do Estado em nível nacional, de modo que, tal ação possa ser materializada em nível local. Assim, as tramas urdidas no contexto dessa coalizão são férteis de conflitos e de tensões internas, próprias desse modo de produção dominante que é *mister* conflitar com os modos de produção anterior adequando- os e readequando-se a si próprio. Por isso, a relação intrincada formada nesse pacto, exige uma leitura integrada e interescalar que trafega entre as três escalas consideradas dialeticamente e, isso só, a abordagem qualitativa crítica pode permitir.

Portanto, considerando as características fundamentais e os efeitos espaciais que permeiam esse processo, a partir de seu caráter histórico, a pesquisa qualitativa demonstrou ser a estratégia para apreender suas objetivações. Para Minayo (1994, p. 22), a pesquisa qualitativa

Responde a questões muito particulares. Ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, crenças, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos.

De fato, as relações e as crenças, por exemplo, não podem ser captados por meio de modelos matemáticos apresentados como o único axioma para a ciência.

A partir dessa compreensão, buscamos, ao longo da pesquisa, principalmente durante o trabalho de campo, observar, registrar, interpretar, isto é, dar significado às percepções e às aspirações dos sujeitos sociais, sobretudo aqueles que foram diretamente atingidos⁹⁴ pelos megaprojetos. Ou seja, procurou-se examinar como a apropriação de cada um dos seguintes elementos simbólicos: o rio; a *machamba*; o lugar; o mercado; o cemitério; a casa; local de sacralização das relações espirituais; a igreja e a terra (morada, sustento e vida) pelos megaprojetos afetou as relações sociais, o modo de vida, isto é, a prática social.

⁹⁴ O termo atingido utilizado na pesquisa é teoricamente baseado na concepção de Vainer (2008, p. 40). Para ele "a noção de atingido diz respeito, de fato, ao reconhecimento, leia-se, legitimação de direitos e de seus detentores. Ou seja, estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi atingido por certo empreendimento significa reconhecer como legítimo- e em alguns casos como legal- seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização reabilitação ou reparação não pecuniária".

Na prática adotamos o conceito apresentado pelo MAB (2008) que considera como atingidos "todos aqueles que sofrem modificações nas condições de vida, como consequência da implantação das usinas hidrelétricas, independentemente de ser atingidos diretos ou indiretos".

Cf. MAB. A luta dos Atingidos pro Barragens contra as transnacionais pelos direitos e pela soberania energética. Coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). São Paulo: Cartilha Pedagógica. 2008.

Embora o enfoque qualitativo constitua o eixo central da pesquisa, utilizamos também técnicas e instrumentos oriundos de outros paradigmas científicos⁹⁵, ao mesmo tempo que estabeleceu-se um profundo e contínuo diálogo com outras disciplinas com as quais a geografia dialoga. Com efeito, a técnica de quantificação oriunda das pesquisas de enfoque quantitativo permitiu a sistematização das informações produzidas no trabalho de campo ou em outras etapas da pesquisa. É pertinente salientar que, essa atitude que *a priori* aparenta certo ecletismo de nossa parte, é, todavia, fruto do entendimento de que os diversos paradigmas postos ao serviço da ciência, suas fronteiras não são barreiras, no sentido de que, elas são excludentes mutuamente ou que não possam se complementar.

É possível sim, sua utilização simultânea ou partes de cada, o que não exime o pesquisador de fazer uma análise exaustiva, com vista a verificar se entre elas não há oposição. Porque, conforme explica Costa e Moraes (1987, p. 29), as técnicas de análise "são um patrimônio comum da ciência e estão em aprimoramento". Além disso, o uso de uma determinada técnica não define em si as diretrizes interpretativas de uma pesquisa, tampouco o perfil ideológico do pesquisador.

Por isso, a oposição qualitativa e quantitativa pregada por alguns pesquisadores não tem razão de ser no entendimento de Demo (1998). Ou seja, não faz sentido apostar na dicotomia entre a qualidade e a quantidade, pela razão simples de que a qualidade não é real. Portanto,

Pode-se, no máximo, produzir uma ou outra, por qualquer motivo, mas nunca para insinuar que uma se faria às expensas da outra, ou contra a outra. Todo o fenômeno qualitativo, pelo fato de ser histórico, existe em contexto também material, temporal, espacial. E todo fenômeno histórico quantitativo, se envolver o ser humano, também contém a dimensão qualitativa. Assim, o reino da pura quantidade ou da pura qualidade é ficção conceitual. A própria "qualidade total" está enredada nesta trama complicada (DEMO, *op.cit.*, p.92, grifo do autor).

Na verdade,

Nenhum método pode se arrogar a pretensão de responder sozinho às questões que a realidade social coloca. Por isso, exercitando-se um esforço de integração metodológica, pode-se iluminar a realidade a partir de vários ângulos, o que permite confluências, discordâncias, perguntas, dúvidas, falseamentos, numa discussão interativa e intersubjetiva na construção e análise de dados (MINAYO e MINAYO-GÓMEZ, 2003, p.136).

Amparado nesses argumentos, durante a construção da pesquisa, privilegiou-se o diálogo constante e reflexivo com outras áreas do conhecimento. Tal diálogo

⁹⁵ De acordo com Trivinhos (2009) designa-se paradigma ao sistema de crenças, princípios e postulados que informam ou dão sentido e rumos às práticas em pesquisa.

que nos marcos da metodologia científica pode ser designado de pesquisa documental compreendeu o levantamento de informações e de dados secundários fundamentais a construção da pesquisa. Essa etapa consistiu na coleta de dados estatísticos disponibilizados na plataforma do Instituto Nacional de Estatística (INE), do Banco de Moçambique (BM), do Banco Mundial (BM), da Organização Mundial do Comércio (OMC), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), na análise de Decretos de lei, Resoluções, levantamento de dados epidemiológicos no Centro de saúde da Vila de Moatize, análise dos contratos de concessão mineira, dentre outras.

E com recurso à pesquisa bibliográfica e a pesquisa na internet (principalmente no sítio da CAPES, dos Programas de Pós-graduação da UERJ, UFRJ, UFG, UnB, UFRGS, USP, UNESP- Presidente Prudente, IG- UFU, entre outros) procedemos ao levantamento, leitura, fichamento de livros, teses, dissertações, artigos de revista, comunicações, notas de aula, anais de congressos, análise de vídeos documentários, dentre outros materiais que se debruçam sobre as escolhas metodológicas e, principalmente sobre as formas de inserção do capital e os seus efeitos espaciais. Nesse esforço, analisamos também algumas publicações realizadas por instituições de pesquisa nacionais tais como o Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (IESE); o Centro de Integridade Pública (CIP); a União Nacional dos Camponeses (UNAC); o Observatório do Meio Rural (OMR); a ADECRU, a Justiça Ambiental (JA), entre outros. No plano internacional consideramos, por exemplo, as publicações do Observatório dos movimentos sociais, a rede Justiça nos Trilhos (JnT).

É pertinente lembrar que, paralelamente à discussão da proposta de pesquisa com a orientadora, a participação nas atividades do PPGeo (seminário interno, aulas inaugurais, colóquios, mesas redondas, sessão de defesas de dissertações e teses) e em alguns grupos de pesquisa como, por exemplo, o Nurbe, *Dona Alzira*, dentre outras demandas, permitiram a interação, a aprendizagem e o estabelecimento de diálogos construtivos com outros pesquisadores que discutem a temática mineração, na sua vertente empresarial dominada, sobretudo por consórcios transnacionais. Tais diálogos instigaram novas reflexões e novas sínteses sobre o objeto de estudo, as formas e as possibilidades de estudá-lo, os recortes, o nível de teorização, ou seja, os caminhos pelos quais poderia ser estudado. Disso, resultou, por exemplo, o refinamento ou a redefinição do campo de pesquisa.

Portanto, os arranjos e rearranjos no caminho da pesquisa abriram espaço para uma perspectiva de pesquisa que privilegiou, tanto o diálogo com outros pesquisadores quanto à leitura e análise do material bibliográfico. Assim, ao elegermos o espaço⁹⁶ como categoria central da pesquisa, o que de forma alguma banuiu o diálogo com outras categorias, como, território, paisagem e lugar, fomos iluminados pelo entendimento de que, o espaço geográfico ou social é o "chão", isto é, uma "forma durável que não se desfaz paralelamente à mudança dos processos, ao contrário alguns processos se adaptam às formas preexistentes, enquanto outros criam novas formas para se inserir dentro delas" (SANTOS, 2002, p.173).

Visto por esse ângulo, o espaço constitui então, um testemunho, o suporte (não no sentido de desprovido de ação própria, pois ele existe como estrutura social que age e reage sobre as demais estruturas societais, inclusive a econômica), a partir do qual se erguem todos os projetos, portanto, um campo fértil de tensões e onde convergem interesses conflitantes. Por essa razão, a análise do espaço é fundamental para o entendimento dos arranjos espaciais, dos quais emanam as transformações em curso em Moatize e na cidade de Tete. Portanto, compreender como se dão essas determinações; os atores, bem como as estruturas envolvidas é fundamental para saber pensar o espaço, para saber nele se organizar, para saber ali combater (LACOSTE, 1988).

Por esse caminho, entender os arranjos espaciais realizados para acomodar os interesses produtivos capitalistas ou a adaptação realizada por essa última estrutura, representada pelos megaprojetos de mineração, implica adentrar na seara do processo produção/reprodução social do espaço cuja, leitura é mediada pelo conceito de Formações Sócio Espacial (FSE) proposto por Milton Santos. Viabilizar esse conceito tão fundamental à análise do espaço geográfico/espaço social significa elucidar o movimento permanente e histórico - espacial da sociedade no

⁹⁶ Em *Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica*, Milton Santos apresenta uma profunda reflexão que perpassa, questões como a interdisciplinaridade, a Geografia chamada teórica, entre outras questões, para depois deter-se na análise do objeto da Geografia. Para Santos (2002) a Geografia é viúva do espaço por causa do atraso na definição do seu objeto de estudo, o que a tornou pobre teórica- metodologicamente.

Santos (2002, p.153) considera que o espaço "deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual".

processo de construção social que é simultaneamente uma construção espacial. Por isso, a partir dele

Reconhece-se o espaço geográfico como a expressão material da forma como os homens se organizam socialmente para produzir e reproduzir suas vidas no e com o espaço. E assim, desvendar a partir dos arranjos, as mediações capazes de explicar tais composições materiais, como por exemplo, a verticalização e os vazios urbanos, os bairros ricos e os bairros pobres, as favelas e os condomínios [...], o volante e/ou o bóia-fria, o comércio formal e o comércio informal, constitui tarefa fundamental do geógrafo (SANTOS, 2002, p.163).

A partir desses pressupostos, entendemos que as categorias território, paisagem e lugar com os quais dialogamos nessa pesquisa, em verdade podem ser considerados formas de encarar o espaço, sendo este o mais amplo de todos. O espaço, juntamente com o trabalho, por exemplo, comandam a prática social. Vale apenas lembrar, que quando falamos em espaço nessa pesquisa referimo-nos ao espaço humano ou social (no universo de tantos espaços), que no dizer de Santos (2002) constitui a morada do homem, seu lugar de vida e de trabalho e, por isso, não efêmero, mas em permanente transformação. Com isso, o espaço geográfico muda ao longo de cada processo histórico, entendido aqui como a mudança nas formas e nos meios de produção, apesar dessa mudança não significar em todos os aspectos a ruptura total com as formas anteriores, isto é, as permanências ou rugosidades, portanto, testemunho dos modos de produção precedentes.

À luz desse entendimento, o espaço enquanto categoria central nessa pesquisa, foi analisada, a partir da concepção de Santos (1997), que entende o espaço como um sistema de sistemas. A visão sistêmica do espaço na concepção de Milton Santos pressupõe que no seu estudo é preciso

Considerar que a estrutura espacial, por si só, não é suficiente como objeto de estudo, esta é a razão por que devemos levar em conta as estruturas espaços- temporais. Não se pode atingir esse objetivo sem compreender o comportamento de cada variável significativa através dos períodos históricos que afetam a história do espaço que está estudando, sem dúvida, este espaço já tinha uma história antes do impacto das forças externas (SANTOS, 1997, p.33).

De fato, analisar a estrutura espacial ou espaço organizado pelo homem, mas não para satisfazer aos interesses do homem coletivo, significa compreender que sua expressão atual é síntese de processos, de formas acumuladas ao longo do tempo, numa constante interação e conflito, o que é justo não considerar o espaço "apenas reflexo do modo de produção atual, porque é a memória dos modos de produção do passado", conforme explica Santos (2002, p.181). Estudar a estrutura

espacial implica considerar as quatro categorias de análise espacial apresentadas por Santos (1997). Essas categorias mutuamente não excludentes são: a forma, a função, a estrutura e o processo.

Em referência a isso, Santos (1997) entende que a análise espacial não prescinde da necessidade de se considerar simultaneamente as quatro categorias do espaço, anteriormente enunciadas. Na verdade, a leitura espacial baseada em uma, duas ou três delas, não possibilita a captura do movimento que se opera no espaço, tampouco a totalidade dos fenômenos. De igual modo, o exame pautado nas quatro categorias, porém, consideradas individualmente, também não permite a compreensão dessa totalidade, se não de realidades parciais.

De fato, somente a leitura que privilegia o conjunto e, sobretudo a relação entre elas oferece os aportes teórico-metodológicos necessários a essa compreensão. Ou seja,

Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos, mas associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo o dia. Tomados individualmente representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo. Considerados em conjunto, porém relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em sua totalidade (SANTOS, 1997, p. 52).

A forma representa o aspecto visível de um

Conjunto de objetos que formam um padrão espacial, por exemplo, uma cidade ou espaço rural. Já a função, constitui a tarefa ou a ação desempenhada pela forma. Por sua vez, a estrutura compõe-se dos aspectos sociais e econômicos de uma sociedade e refletem a natureza histórica do espaço onde as formas e as estruturas são criadas e justificadas. O processo é uma ação que produz algum resultado de mudanças nessas categorias (idem).

Em outras palavras, a análise do espaço atual impregnada de muitas artificialidades decorrentes das investidas do capital, somente se torna completa se forem consideradas as quatro categorias em conjunto e relacionadas. Feito dessa forma abre-se o caminho para fecundos debates sobre fenômenos espaciais que também são sociais. Por esse motivo, a análise (processo que se inicia com a separação - a análise propriamente dita e a reconstrução através da síntese) dos arranjos espaciais dos quais derivam as transformações em curso em Moatize, a forma, a função, o processo e a estrutura, enquanto conceitos fundamentais para análise espacial foram considerados em simultâneo, e dialeticamente, de modo a possibilitar a compreensão, tanto da nova função atribuída ao espaço em Moatize quanto da estrutura (todas as estruturas que compõem a sociedade que interagem e

se conflitam mutuamente) que ordena e os processos que geram novas dinâmicas nesse espaço. A leitura privilegiou também o entendimento dos conflitos que se erguem em função do embate entre as funções anteriores e a atual.

1.4.1 A Pesquisa Qualitativa na Geografia: caminho para interpretar as transformações em curso no Distrito de Moatize?

No livro *Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*, mais precisamente no capítulo 10, cujo título é *Uma tentativa de definição do espaço*, Milton Santos retoma um velho, proeminente e acalorado debate sobre o objeto da Geografia. O autor argumenta que a problemática da definição imprecisa e equívoca do espaço, enquanto objeto da Geografia foi responsável pelo empobrecimento e seu esvaziamento. Para elucidar o perigo e o risco decorrente dessa imprecisão, Santos (2002, p.143) lembra a crítica que Durkheim fez aos sociólogos do seu tempo e diz

Quando se está mais preocupado com a geografia em si mesma como ciência formalizada e pouco ou nada com aquilo que é, na realidade, seu objeto de estudo, ou seja, o espaço, corre-se o grande risco de cair no erro condenado por Durkheim (1898, 1962), em relação aos sociólogos do seu tempo, o erro de trabalhar mais ou menos exclusivamente com conceitos do que com coisas.

Na sequência, Santos demonstra que no caso da Geografia, delimitar o seu objeto de estudo no universo do saber, isto é, o recorte dos aspectos que lhe interessam no contexto da sociedade é um ofício que apresenta múltiplos riscos. Contudo, mais grave ainda é confundir, nesse exercício teórico- metodológico, a ciência ela mesma e o seu objeto. Santos (2002) aponta essas dificuldades, como o cerne do atraso verificado na Geografia. Portanto,

Se uma ciência se define por seu objeto, nem sempre a definição da disciplina leva em conta esse objeto. Este é, particularmente, o caso da geografia, cuja preocupação com o seu objeto explícito- o espaço social- foi sempre deixada em segundo plano. Insistimos e, que essa falha é uma das causas do seu atraso no campo teórico- metodológico e tem responsabilidade pelo seu isolamento. Insistimos em que não pode haver progresso científico sem meditação a propósito da forma como os diferentes aspectos da realidade são estudados (SANTOS, *op.cit.*, p.145).

No livro *Geografia crítica: a valorização do espaço*, António Carlos R. Moraes e Wanderley Messias da Costa apontam a definição da Geografia e do seu objeto de estudo, como pressuposto para avançar na construção de um arcabouço teórico- metodológico capaz de dar conta do vasto campo temático abarcado por essa

ciência. Ao propor a renovação crítica da Geografia, Costa e Moraes assinalam a importância de se entender que a "empresa" conhecimento científico é um produto histórico, fruto do desenvolvimento, da relação entre as sociedades e a realidade na qual estão inseridas e, por isso, sujeito às determinações de cada época e da sociedade que o produziu.

E quando transpõem esse debate gnosiológico para o campo específico da Geografia, os autores não escondem a compreensão que têm em relação às dificuldades nas propostas sobre a definição dessa ciência, assim como do seu objeto de estudo. De fato,

As diferentes propostas de definição do objeto da Geografia, formuladas ao longo de sua história, são tentativas de dar conta- com os recursos teóricos disponíveis- do universo temático aludido. Deve-se dizer que tal empresa não logrou, em nenhuma das tentativas, um êxito integral. A abrangência do horizonte de pesquisa e sua sobreposição com outros campos de conhecimento científico foram, sem dúvida, os principais elementos responsáveis pelas dificuldades encontradas. A definição da Geografia, quando abarcava todo o espectro de temas almejados, restava vaga e imprecisa. A formulação de definições mais rigorosas, sempre implicou empobrecimento dos objetivos iniciais. É em função do exposto que essa ciência convive com o fantasma da indefinição do objeto (COSTA e MORAES, 1987, p. 23).

No mesmo período, outro geógrafo brasileiro de reputado reconhecimento, em virtude da sua produção científica e intelectual, propôs o debate em outros termos, isto é, sob o ângulo da importância prática da Geografia, fato que nosso entender compõe também o quadro epistemológico dessa ciência. Inspirado no livro de Yves Lacoste (1976), *A Geografia isso serve, em primeiro lugar, para fazer a Guerra*, Ruy Moreira faz uma profunda análise sobre o papel da Geografia, sobretudo na contemporaneidade. Moreira lamenta, por exemplo, o fato de a Geografia ter se autodefinido ou definido por outros como a ciência da organização do espaço,

A Geografia até agora negligenciou seu próprio fundamento de cientificidade. Desprestigiado por todos quantos se preocupam com as questões da teoria e da prática de transformação social, os geógrafos não alcançaram o quanto o desprestígio reflete uma incômoda realidade (MOREIRA, 1982, p. 2).

A partir dessa reflexão, o autor conclui que

A Geografia, através da análise dialética do arranjo do espaço, serve para desvendar máscaras sociais, vale dizer, para desvendar as relações de classes que produzem esse arranjo. É nossa opinião que por detrás de todo arranjo espacial estão relações sociais, que nas condições históricas do presente são relações de classes (idem).

Portanto, os pressupostos até aqui apresentados são enunciadores do metabolismo que caracterizou a ciência geográfica e outros campos do saber científico, durante sua evolução, sobretudo no contexto do "terremoto" suscitado pela revolução paradigmática assente no positivismo.

De fato, desde que a Geografia ganhou o estatuto de ciência a partir da sua sistematização nas Universidades europeias no início do século XIX, sua afirmação e *sobrevivência* foram marcados, tanto por períodos de avanço, como de recuo ou estagnação. Em realidade, no processo evolutivo da Geografia, ao longo de séculos, viu-se sistematicamente questionada sobre o seu objeto, seus métodos, ou seja, seu próprio caráter científico frente ao universo das outras áreas do conhecimento científico, que com frequência querelam o mesmo objeto de estudo. É testemunho dessa disputa, a visão de Pierre George (1982) e de Corrêa (2003) quando afirmam que o chamado objeto tradicional da Geografia é cada vez mais tratado por especialistas diversos.

Dessas disputas resultou a busca por um conjunto de métodos e técnicas ao serviço da Geografia com vista a alcançar a cientificidade e factibilidade exigidas. No universo dessas técnicas, destacam-se: os modelos matemáticos e os métodos estatísticos até então disponíveis, o que em parte possibilitou avanços consideráveis, sobretudo dentro da Geografia física. Portanto, esse corpo teórico-metodológico sustentado pelo conhecimento das ciências exatas e influenciado pelo positivismo, foi denominado de *New Geography* ou Nova Geografia, cujo veio principal foi denominada Geografia Quantitativa.

No Brasil, por exemplo, a Nova Geografia teve como principal instrumento de difusão, o Boletim de Geografia Teórica em 1971. E na linha de frente desse movimento, destacam-se os trabalhos da professora Lívia de Oliveira, do professor Antônio Christofolletti e a UNESP do Rio Claro, como um dos mais destacados centros difusores.

Santos (2002, p. 99, grifo do autor) caracteriza a nova era da Geografia, cuja

Corrente principal da *New Geography* batizada como Geografia Quantitativa e apelidada também "revolução quantitativa" é fruto dessa nova era. Essa tendência representa nem mais nem menos que a exaltação da tendência positivista que sempre influenciou a Geografia, desde que esta foi criada como uma disciplina moderna.

Assim, o denominado movimento de renovação da Geografia deflagrou-se inicialmente na Inglaterra, nos Estados Unidos e mais tarde em países como a

Finlândia, a Suécia e a Alemanha. A partir de modelos matemáticos e outro instrumental analítico foram realizados levantamentos e a compilação da grande parte da informação obtida em trabalhos de campo. É nessa etapa que o inquérito ascende à categoria de principal técnica para a coleta de dados que posteriormente serão sistematizados em gráficos, tabelas e diagramas.

Referindo-se a esse movimento, Corrêa (2003) destaca que o processo de renovação que iniciou na década de 1950, foi responsável pelas profundas modificações na Geografia. Dessas mutações nasceu uma nova corrente do pensamento geográfico ancorado ao positivismo lógico, que criticava a geografia tradicional de base positivista clássica e historicista. Com isso,

Adotou-se a visão da unidade epistemológica da ciência, unidade calcada nas ciências da natureza, mormente a física. O raciocínio hipotético-dedutivo foi em tese, consagrado como aquele mais pertinente e a teoria foi erigida em culminância intelectual. Modelos, entre eles os matemáticos com sua correspondente quantificação, foram elaborados e, em muitos casos, análogos aos das ciências naturais (CORRÊA, *op.cit.*, p. 20).

Com base nas novas técnicas a seu dispor, os geógrafos convenceram-se em ter finalmente alcançado a plenitude que se exigia para uma ciência. O geógrafo passa a trabalhar lado a lado com o Estado e encarregado de realizar com o mínimo de detalhe possível a cartografia das principais regiões de interesse estatal e da expansão capitalista. É como diz Moreira (2007) que a teoria da região ganha a sua maior expressão e ao participar nos órgãos do Estado como planejador, o geógrafo ganha o estatuto de maioria profissional. Ou seja, junto com o Estado o geógrafo participa na construção de instrumentos de controle do espaço e de gestão territorial, novo instrumento de poder político e econômico ao serviço do capitalismo.

Com essa nova ferramenta, isto é, o planejamento, o século XX consagra a geografia como ciência do espaço e o geógrafo como especialista de sua organização. Nesse período, amplia-se o debate e o diálogo com outras áreas do conhecimento científico como, por exemplo, a antropologia, a economia, a história, buscando nessa interação uma unidade que lhe possibilitasse compreender a relação da sociedade com o espaço, pressuposto para melhor interpretar e organizar o domínio dos territórios (MOREIRA, *op.cit.*).

Em Moçambique, o movimento de renovação que assolou a Geografia desde a década de 1950 teve repercussões substanciais no país, apesar do momento histórico. Ainda sob domínio colonial, nesse período, a pesquisa e o ensino de

Geografia eram mínimos e voltados notadamente para responder aos objetivos imperialistas da metrópole. Sobre essa fase Rivera (2012, p. 30), assinala que

O impulso dos propósitos hegemônicos e imperialistas da Europa encontrou na opção geográfica explicativa o apoio para intervir nos territórios em busca de identificar seus "recursos" naturais. Esta atividade geográfica com cunho científico se desenvolveu nas universidades européias e nas sociedades geográficas. O motivo de atenção foi à natureza e, nela, a geologia, o clima, a botânica, para citar exemplos.
A tarefa foi analisar as situações geográficas e decifrar nelas os processos naturais, em busca de obter as potencialidades econômicas.

Buque (2013) corrobora a ideia expressa por Rivera (2012) e destaca que o saber geográfico da época colonial em Moçambique tinha por objetivo responder aos interesses da Europa. O conhecimento, mais ou menos detalhado dos bens naturais existentes na colônia, era fundamental e a formação potenciava essa dimensão de conhecimentos. Por isso, priorizou-se a descrição detalhada, o trabalho de campo, a localização e o mapeamento das áreas estudadas. Portanto, na chamada época da revolução quantitativa, a pesquisa e a produção do conhecimento geográfico em Moçambique refletiam o desejo de um conhecimento mais detalhado da colônia com vista a viabilizar os interesses extrativistas da metrópole.

Buque (2013), explica que a corrente inicial da Geografia em Moçambique foi a Geografia regional. Porém, com o processo de renovação em curso, na Europa, a partir da década de 1970, a pesquisa nessa ciência e, por conseguinte, o seu ensino aproximou-se mais à Geografia quantitativa. Essa aproximação se deu pela introdução gradual de métodos e teorias condizentes com essa corrente do pensamento geográfico.

Conforme foi dito, a denominada Geografia quantitativa foi encarregada de produzir instrumentos de gestão territorial para otimizar o uso do espaço em função das novas exigências de estruturação da economia capitalista em expansão. Santos (2002) aponta como maior fraqueza da Nova Geografia, o fato dela ter estreitado seus horizontes, empobrecendo sua interdisciplinaridade, justamente no momento em que havia várias ciências que poderiam ajudar na elaboração teórica da Geografia. Por isso,

A New Geography representa uma involução. Baseada na economia neoclássica terminou por suprimir o homem, despersonalizando o *homo sapiens*, substituindo-o pelo *homo economicus*, que é nada mais que uma média: e o homem médio não existe. A chamada "nova geografia" também excluiu o movimento social e dessa forma eliminou de suas preocupações o espaço das sociedades em movimento permanente. A geografia tornou-se viúva do espaço. Sobretudo, a New Geography matou o futuro. A análise de sistemas não enxerga as tendências, pois não pode ver além do repetitivo;

a modelística, mesmo que seja estrutural, é desprovida da noção de movimento, porque imobilista (SANTOS, *op.cit.*, p.108, grifos do autor).

De fato, a Nova Geografia ao centrar suas atenções no espaço considerando-o como absoluto, vazio, perdeu a essência do espaço, enquanto um *corpo* em movimento e, por isso, em constante processo renovação. Assim, na sequência da crise que abalou o sistema capitalista desde o início da década de 1970; as reformas do Estado na década seguinte, bem como os problemas sociais intrínsecos a esses processos, porém ignorados pelos geógrafos quantitativistas, abriu espaço para novos questionamentos e críticas sobre o papel e a importância política da Geografia.

No bojo desses questionamentos, os geógrafos pleiteavam por uma mudança de postura frente à realidade, buscando teorias capazes de explicar problemas como a rápida urbanização; o crescimento das favelas; a degradação das condições de trabalho; o aumento da poluição; a escassez de água; a violência no campo, a fome, o aumento da miséria, dentre outros problemas sociais, que os "simples" modelos matemáticos não davam conta decifrar. Por isso, era necessário acionar novo instrumental analítico capaz de compreender dialeticamente os processos em curso e, sobretudo, entender que tais ações são responsáveis pelos arranjos espaciais dos quais decorrem as diferenciações espaciais e a intensificação das contradições sociais. Ou seja, era preciso propor "novas interpretações do espaço geográfico como "território", isto é, como objeto de disputa e dominação das relações sociais de produção" (DAMATTEIS, 2005, p.15, grifo do autor).

A propósito do esgotamento do modelo adotado pela Nova Geografia, Moreira (2007, p.18) deplora o fato de os geógrafos partidários desse movimento, terem se abstraído das transformações ocorridas na sociedade. E diz,

O geógrafo não se deu conta das transformações que se punham a mover com o concurso de sua própria participação. É assim que será surpreendido pelos acontecimentos que se dão no mundo a partir dos anos 1970, dos quais só tomará conhecimento e só irá assimilar o significado quando estes já são história passada. Só então constata que mais que localizações, os espaços são estruturas fluídas. Mas ainda levaria algum tempo para ver-se a fluidez, que, entretanto só se evidencia nos anos 1980, e não permanente.

Foi assim que, em meados da década de 1970, uma nova forma de olhar e pensar o espaço surge entre alguns geógrafos que passam, desde então, a adotar uma postura mais crítica e radical frente à geografia tradicional e pragmática. A partir desse momento, os fenômenos passam a ser considerados, como estruturas em

movimento, privilegiando sempre as suas contradições internas. Portanto, esse *corpo* teórico e metodológico ficou conhecido como geografia crítica.

Para Moraes (2003, p.43), a chamada geografia crítica diz respeito, principalmente a uma postura diante da realidade, frente à ordem constituída e o seu objetivo explícito é a transformação da realidade social. De fato, seus defensores se posicionam por uma transformação da realidade social, pensando o seu saber como uma arma desse processo. "São, assim, os que assumem o conteúdo político de conhecimento científico, propondo uma Geografia militante, que lute por uma sociedade mais justa. São os que pensam a análise geográfica como instrumento de libertação do homem".

Para tal, a Geografia crítica *encarna* o materialismo histórico e a dialética marxista como sua base de sustentação teórica. Assim, a visão e o trabalho do geógrafo devem ter, por fim último, a transformação da realidade social.

Portanto, é como disse Yves Lacoste no livro *A geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra* que, "não basta explicar o mundo, é preciso transformá-lo"⁹⁷. É preciso, pois, compreender que, mais importante do que explicações parciais dos fenômenos ou interrogar-se sobre as características da geografia, o que não é suficiente; é "importante se preocupar hoje com o papel que podem ter os geógrafos, nesse fim do século XX, em que o rápido agravamento de enormes problemas exige ações de grande envergadura e que sejam conduzidas com mais eficiência" (LACOSTE, 1988, p.100).

Pontuschka (2002); Saquet e Silva (2008) concordam que a Geografia crítica recebeu distintas designações, sem perder a sua essência transformadora da realidade social, isto é, o seu protagonismo político. De modo particular, Saquet e Silva (2008, p. 3) advertem que a variedade de nomes atribuídos a essa Geografia deve ser entendido no âmbito de um grande movimento de renovação "das bases epistemológicas desta ciência, de conceitos e de posições políticas, substantivando um período importante de pesquisas, debates e denúncias".

No processo de construção e refinamento teórico- metodológico da Geografia crítica foram cruciais os aportes teóricos de, Pierre George, Yves Lacoste, Bernard Kayser, Guglielmo, Jean Tricart, Jean Dresch, dentre outros, que enxergavam no materialismo histórico e na dialética marxista o caminho fecundo para lançar novos

⁹⁷ Apesar da polêmica que esse livro suscitou após sua publicação em 1976, a edição de 1985, busca fundamentalmente dissipar alguns dos equívocos presentes na edição de 1976.

olhares e inspirar novas leituras sobre o mundo em ebulição (PONTUSCHKA, 2002). Lacoste (1988) destaca também a produção científica de Pierre Deffontaines e de Elisée Reclus, como tendo sido fundamental na edificação da Geografia crítica.

Em Moçambique, a pesquisa em Geografia ainda reflete, em muitos aspectos, os interesses dos grupos de poder dentro do Estado ou então, as maculas do período colonial português que forjou a etapa inicial da inserção do país na DIT. Apesar de várias revisões curriculares, com destaque para a introdução do Sistema Nacional de Educação (SNE) em 1983, alterado e adequado pela Lei n. 6/92 que introduz reformas significativas no setor da educação, no país, a pesquisa em Geografia não obteve avanços expressivos, no sentido de se tornar uma ferramenta útil à transformação social.

Conforme atesta Buque (2013), o ensino da geografia se situa numa perspectiva de enfoque enciclopédico, na qual o professor assume-se como especialista de um número considerável de ramos de conhecimento acadêmico e o aluno deve conhecer à risca, as capitais, os tipos de relevos, as organizações político-econômicas e todo um conjunto de conhecimentos que substancia a formação de um aluno puramente reprodutivo; acrítico; que não problematiza; não questiona, isto é, um aluno *alheio* a si mesmo, o que se reflete na prática profissional dos professores de Geografia. Contudo, é notório nos últimos anos, o aparecimento de um grupo de pesquisadores dispostos a questionar o *status* atual da pesquisa em Geografia, apontando a Geografia crítica e militante, como o caminho para a transformação social e a nossa pesquisa é certamente um dos exemplos.

Com base nesses pressupostos, fica evidente que a pesquisa qualitativa aporta na Geografia, a partir do movimento de crítica à Geografia tradicional e pragmática, buscando demonstrar que a pesquisa na Geografia deve caminhar no sentido de desvelar a essência dos fenômenos oculta nas relações sociais historicamente produzidas. Nesse sentido, a Geografia passa a estabelecer constantes diálogos com outras disciplinas e, de modo particular, busca nas disciplinas como a antropologia, a sociologia e, sobretudo nos estudos etnográficos os métodos e as estratégias para a explicação das realidades sociais.

Dentre os desafios da pesquisa geográfica, Turra Neto (2011) salienta a ausência de métodos próprios da Geografia como um dos principais desafios no desenvolvimento desta. Disso resulta uma quase que obrigatória busca que os geógrafos realizam em outros campos disciplinares. Portanto, a ausência de

metodologias próprias da Geografia gera vários questionamentos durante o delineamento da pesquisa, como por exemplo, (i) quais métodos mais apropriados ou que garantam a imersão do pesquisador no movimento dos fenômenos que estão sendo investigados; (ii) que ajustes podem ser realizados entre um e outro método, (iii) quando é que um método pode ser complemento do outro, entre outros questionamentos que surgem no espaço entre o planejamento e o desenvolvimento da pesquisa, sobretudo na fase do trabalho de campo (TURRA NETO, *op.cit.*).

Para Gobi e Pessôa (2009, p. 486, grifos dos autores) a pesquisa de campo

Não pode concentrar-se somente na coleta de dados que sejam expressos por meio de percentuais, tabelas e gráficos. É preciso ir além, é necessário extrair dos envolvidos, num determinado processo ocorrente, elementos relacionados às suas visões do mundo, seus hábitos, tabus, vivências e temores. Neste momento, a perspectiva denominada "pesquisa qualitativa" apresenta-se como grande potencial analítico.

Por isso, acreditamos que a pesquisa de enfoque qualitativo crítico adotada nessa investigação, foi/é à estratégia metodológica adequada para compreender e interpretar os arranjos espaciais realizados no Distrito de Moatize e na cidade de Tete que, conforme discutimos são responsáveis pelas transformações em curso nas duas cidades. Portanto, a pesquisa qualitativa que tem no trabalho de campo a sua principal fonte de produção da informação, possibilitou o maior contato ou aproximação com a realidade vivida pelas comunidades diretamente afetada pelos megaprojetos de mineração.

1.4.2 Trabalho de Campo: o pesquisador, o objeto e os sujeitos sociais em interação

Para compreendermos a importância do trabalho de campo, sobretudo em pesquisas de enfoque qualitativo, convém lembrar, primeiramente, conforme diz Santos e Pessôa (2009, p.124) que o

Pesquisador não se difere dos indivíduos a serem pesquisados, porém tem suas responsabilidades multiplicadas, pois, em princípio, é ele que detém o conhecimento científico, mas necessita conhecer o fenômeno, por meio da pesquisa de campo, o que se obtém no contato com o meio social que se pretende investigar.

De fato, longe de constituir mera formalidade tendo em conta as etapas da construção da pesquisa, o trabalho de campo é um momento "íntimo" no desenvolvimento desta e, por isso, instigante, frustrante e desafiador, mas também prazeroso e compensatório. É tudo isso porque se trata da ocasião em que o pesquisador estabelece o contato com o meio físico e social da pesquisa, ou seja,

nessa etapa o investigador imerge no mundo do objeto e dos sujeitos da pesquisa. Portanto, trata-se, conforme explica Brandão (2007, p.12) de uma etapa de "vivência mais do que um puro ato científico, pois permite o estabelecimento de uma relação produtora de conhecimento que diferentes categorias de pessoas fazem".

Para Chiapetti (2010), o trabalho de campo é uma busca realizada pelo pesquisador, cujo olhar dirige-se para locais já conhecidos por muitos, mas, sempre com uma maneira diferenciada de enxergar e de pensar determinada realidade, a partir da experiência e da apropriação do conhecimento. Com isso, o trabalho de campo é um instrumento de análise geográfica e não só que permite o reconhecimento do objeto e, que, fazendo parte de um método de investigação, possibilita a imersão do pesquisador no movimento da sociedade como um todo (SUERTEGARAY, 2002).

A partir dessas considerações, compreende-se que o trabalho de campo ou pesquisa de campo é mais do que uma mera fase de produção das informações imprescindíveis à construção da pesquisa. É isso e mais alguma coisa, é, com efeito, a etapa na qual o pesquisador mergulha no contexto onde se insere o objeto de pesquisa, entra em contato com a realidade material e com o universo subjetivo do fenômeno e, principalmente, dos sujeitos sociais que dão vida ao fato estudo.

Enfim, a pesquisa de campo é o momento em que o investigador (que não é simples pesquisador, mas elemento que incorpora a realidade estudada e possível de mudança), imerge no objeto, a partir da interação, sente o cheiro, a cor e o pulsar, ou seja, o movimento que anima a sociedade na qual estão inseridos esses elementos (SUERTEGARAY, *op.cit.*).

Por isso, o trabalho de campo ultrapassa a simples contemplação da paisagem, porque é por meio dele que o pesquisador mergulha na dinâmica do espaço geográfico, num processo mediado pelos conceitos geográficos. Assim, a pesquisa de campo, que se limita à observação da paisagem, não permite a compreensão da espacialidade do modo de produção capitalista. Em vista disso, concorda-se com Thomaz Junior (2005, p. 35), ao advertir que o trabalho de campo deve "ir além das evidências paisagísticas; significa entender que na sociedade de classes [...] a relação homem-meio [...] é mediada pela propriedade privada das condições de existência, portanto, uma relação ecológica (histórica) de poder".

Para tal, Baitz (2006, p. 36) propõe a implicação como a estratégia que deve guiar o pesquisador durante o trabalho de campo. Assim,

Implicar-se reenvia a uma forma de comportamento do pesquisador que tenta romper a distância instituída entre ele e o seu objeto [...] remetendo a múltiplos pertencimentos institucionais de uma pessoa. Tais posicionamentos determinam o lá e acolá, ainda que inconscientemente.

Ou seja, a implicação pressupõe o entendimento de que a ciência e o conhecimento não são neutros. A não neutralidade da ciência permite que pesquisador "rompa seu mandato social e faça uma pesquisa às avessas, vez que seus estudos serão aplicados de uma forma ou outra. Ela desvenda que o pesquisador comum é mais um espelho social, que seu estudo tem um uso: reproduzir essa mesma sociedade" (BAITZ, *op.cit.*, p. 37).

Portanto, no entender de Baitz, a pesquisa de campo não deve ser apenas um receituário nas franjas do processo de construção da pesquisa, mas uma etapa na qual o pesquisador demonstra o seu comprometimento e reafirma seu compromisso de realizar uma pesquisa que sirva à comunidade e aos sujeitos sociais estudados. Por essas razões, Lacoste (2006, p.77) considera que o trabalho deve "colocar problemas políticos e, primeiramente, a responsabilidade do pesquisador face aos homens e mulheres que ele estuda e cujo território analisa".

Alentejano e Rocha-Leão (2006, p. 58), por sua vez, afirmam que o trabalho de campo é importante na medida em que, permite a articulação entre a teoria e a prática, visto que, na falta dessa ligação o processo de produção do conhecimento "pode tornar-se vazio de conteúdo, incapaz de contribuir para revelar a essência dos fenômenos geográficos". Assim, o trabalho de campo deve ser considerado sempre a partir de uma perspectiva interescalar, portanto, que integra múltiplas e distintas escalas, pois é por meio "da articulação das escalas que podemos efetivamente construir uma interpretação geográfica da realidade, indo do particular ao geral, e retornando a este, assim como da prática à teoria e vice-versa".

Dito isso, concorda-se com a proposição de Kaiser (2006, p. 97) que define o trabalho de campo, não como um meio em si, mas

Indispensável à análise da situação social. Trata-se de situação social e não situação espacial. O espaço não pode ser estudado pelos geógrafos como categoria independente de vez que ele, nada mais é do que um dos elementos do sistema social. Na ótica marxista a situação social é antes de tudo, o produto da história. Como também é produto da luta de classes, tal como ela traduz no terreno, localmente: uma luta que está forçosamente presa aos aspectos clássicos comumente descritos das confrontações diretas entre as camadas sociais. Porque esta luta é um processo no qual intervêm os mais diversos atores: grupos sociais, evidentemente, mas também o aparelho do Estado, instituições, mídias e ideologias.

Portanto, a partir dessas considerações, fica claro que a pesquisa de campo deve articular tanto a teoria, quanto a prática social baseada na postura filosófica do pesquisador. Por isso, as técnicas e os instrumentos utilizados na pesquisa só, são úteis quando articulados à teoria, por forma a compreender os processos que determinam as diferenciações espaciais. Enfim, é necessário compreender, antes de tudo, que pesquisar é de acordo com Suertegaray (2002), procurar respostas para questões instigantes, num processo em que o sujeito e objeto interagem, o sujeito construindo o objeto e o objeto reconstruindo o sujeito, por isso o método deve dialogar com os instrumentos que são simples meios de trabalho.

Com base nesses pressupostos, foi planejado o trabalho de campo com qual buscamos produzir as informações necessárias à pesquisa. Todavia, antes de avançar na descrição das atividades realizadas, é pertinente assinalar alguns aspectos que suscitaram arranjos/redefinição, sobretudo no recorte espacial. Tal como dissemos no início, desde os finais de 2013 e, mais precisamente em 2014, observou-se um movimento inverso na demanda por carvão mineral e, por outras matérias-primas, denunciando, assim por dizer, o fim do superciclo de *commodities* ou uma expressiva retração na demanda. A discussão detalhada é feita na parte 3.

Assim, o decréscimo verificado na demanda mundial por carvão mineral, a partir de 2014, trouxe incertezas para os investidores ou mesmo para os projetos já em funcionamento. Em Tete, por exemplo, a queda do preço do carvão mineral no mercado internacional⁹⁸, forçou a *Jindal África* a paralisar suas atividades na mina de Chirodzi, localizada no Distrito de Marara, antigo Distrito de Changara, região Sul da Província. Na sequência disso, a firma interrompeu, também, a construção de 493 casas destinadas ao reassentamento da população dos povoados de Cassoca e Chissica, ambos no Posto Administrativo de Chirodzi⁹⁹.

Portanto, a paralisação das atividades produtivas da *Jindal África* implicou o redimensionamento do recorte espacial da pesquisa, visto que não seria possível aplicar questionários ou qualquer outro tipo de instrumento de pesquisa para as duas comunidades que ainda aguardam o reassentamento. Na senda dessa interrupção, não possível também entrevistar os trabalhadores da Lalgy transportes,

⁹⁸ Em 2015, por exemplo, a tonelada do carvão metalúrgico estava entre os US\$ 70 a 90 contra os US\$ 200 a 250 a tonelada em 2013 (IEO, 2016).

⁹⁹ Entrevista com o gestor da área social na *Jindal África*; outubro de 2015.

visto que houve a suspensão temporária do contrato de prestação de serviços, conforme já nos referimos.

Além disso, não foram realizadas as entrevistas com: pesquisadores do CIP, do IESE, com quase todos os trabalhadores da Vale, exceto três supervisores para a área social e um operador de máquina; com responsável da ICVL Minas de Benga e com a administradora do Distrito de Moatize. O pedido de autorização para a realização da pesquisa feita ao CIP e ao IESE não foi respondido, tanto em 2015, como em 2016.

A Vale, por sua vez, depois de ter aceitado a realização da entrevista com os três supervisores em outubro de 2015, em 2016, no entanto, recusou-se a autorizar a visita à mina e outros setores vitais do Projeto Carvão de Moatize, alegando que deveria pedir autorização junto à Embaixada do Brasil em Moçambique, mas com o conhecimento da Embaixada de Moçambique no Brasil.

Já ICVL Minas de Benga, embora tenha aceitado o pedido, nenhum dos trabalhadores da mineradora concedeu entrevista, nem mesmo qualquer informação. E por fim, a administradora do Distrito, mesmo tendo aceitado e agendado a audiência, não foi possível entrevistá-la, pois na mesma data da entrevista ela deveria presidir a sessão do governo distrital. Em função disso, agendou a entrevista para a semana seguinte, na mesma data em que estava marcada a viagem de regresso à cidade de Nampula, local de residência.

Portanto, feitas todas as ressalvas necessárias à compreensão dos recortes, dos ajustes e, sobretudo dos aspectos que determinaram esse recorte espacial, seguiu-se para o trabalho de campo, subdividido em duas etapas: a primeira realizada entre outubro e dezembro de 2015 e a segunda, entre setembro e dezembro de 2016. Dada a natureza qualitativa da pesquisa, optamos pela não definição prévia da amostra, da mesma forma que, não nos preocupamos com o grau de representatividade da amostra da população que participou na pesquisa. De fato, não é objetivo de essa pesquisa generalizar os resultados alcançados, mas sim, apresentar algumas constatações que certamente instigarão novas pesquisas ou novos olhares sobre o fenômeno estudado.

Na pesquisa qualitativa, a definição prévia dos sujeitos a serem estudados é inadequada, por isso, Pessoa e Ramires (2013, p.124) entendem que deve se optar pela "a amostragem proposital, pois permite que os sujeitos sejam investigados,

porque as questões de pesquisa emergem, num primeiro momento, da realidade pesquisada".

Alves-Mazzotti (2002, p.174), assinala que a pesquisa qualitativa não se preocupa ou não trabalha com amostras representativas, por isso dá "preferência a formatos etnográficos ou estudo de caso, nos quais os sujeitos são escolhidos de forma proposital, em função de suas características, ou dos conhecimentos que detêm sobre questões de interesse da pesquisa".

Embora não se tenha feita a definição prévia da amostra da população que seria pesquisada, nem à observância de critérios rigorosamente estatísticos, como: a determinação do grau de representatividade, do desvio padrão e outros, visando conferir caráter ético e científico à pesquisa, foram observados os seguintes aspectos:

- (i) a seleção da população foi realizada nas três comunidades reassentadas;
- (ii) a participação na pesquisa deveria ser de livre vontade do morador reservando-lhe o direito de retirar a sua participação, ao longo da pesquisa, sem ônus e também a assinatura no final da pesquisa do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE);
- (iii) o entendimento de que o sujeito, apesar de manifestar a vontade de participar na pesquisa, deve ser obrigatoriamente: homem ou mulher, maior de idade e chefe do Agregado Familiar (AF), ou então, sujeitos que reúnam as condições anteriormente elencadas, ainda que não sejam chefes dos AFs, desde que tenham vivenciado o processo de instalação dos megaprojetos na comunidade onde residia.

Por isso, Schiffman e Kunuk (2000) e Silva (2005) consideram essa forma de seleção da amostra, de amostragem por julgamento, intencional ou proposital, no qual a amostra é constituída com base em julgamento do pesquisador que busca selecionar um subconjunto de unidades da população que são "boas" fontes de informação. Para Turato (2003), essa forma de construção da amostra é também designada amostragem por variedade de tipos, sobretudo no diz respeito aos critérios de inclusão dos sujeitos na amostra.

Portanto, amparados nesses referenciais, a amostra da pesquisa foi constituída por 86 moradores provenientes de três comunidades reassentadas, sendo: 29 moradores de Mwaladzi, 28 residentes de Cateme e 29 moradores do bairro 25 de setembro, esse último localizado na Vila de Moatize (ver parte 4). Além desses, participaram também 8 moradores do bairro da liberdade na Vila de

Moatize; 1 morador do bairro de Bagamoyo; 1 gestor da área social da *Jindal África*, 1 membro do fórum comunitário de Mwaladzi; 1 chefe de departamento dos recursos minerais na direção provincial dos Recursos Minerais e Energias de Tete; 3 supervisores da área social na Vale; 1 líder comunitário de Mwaladzi; 1 secretário do bairro 25 de setembro; 1 vereador da área de urbanização no município de Tete; 1 vereador para área de urbanização no município da Vila de Moatize; 1 colaborador do Centro de Promoção de Investimentos (CPI) delegação de Tete; uma (1) professora da Escola Primária Completa (EPC) das Oitavadas; 1 operador de máquinas na Vale e, por fim a diretora do centro de saúde da Vila de Moatize, totalizando 106 participantes.

Para os 86 moradores das três comunidades reassentadas, foi aplicado questionário semi-estruturado misto (grande parte das questões abertas). Para o resto dos participantes, a coleta de dados foi realizada mediante a aplicação de entrevistas semi-estruturadas, sendo um roteiro para cada entrevistado, com a exceção dos 8 moradores do bairro da liberdade, para os quais foi usado o mesmo roteiro de entrevista. De fato, o objetivo da entrevista era colher suas percepções sobre a poluição gerada pela estocagem do carvão mineral no Terminal de carvão de Moatize.

Portanto, mesmo reconhecendo o potencial desse instrumental (questionário e entrevista), ocorre que aspectos mais subjetivos tais como o comportamento dos moradores, os cenários, a ilusão que se ergue e a esperança que se arruína em diversas escalas, a dinâmica que anima o dia e a noite em Moatize, na cidade de Tete, em Cateme e em Mwaladzi, entre outras exterioridades, não podem ser capturados, nem pelos questionários, tampouco pela entrevista. Por exemplo, enquanto em Mwaladzi a vida termina literalmente às 18 horas, em vista que é nessa hora que encerram as atividades dos moto-taxistas responsáveis pela ligação entre Cateme e Mwaladzi (4 km de distância); em Cateme a vida prolonga-se até as 10 horas da noite período em que o ônibus da Vale vai deixar os trabalhadores.

Já em Moatize, a dinâmica da vida noturna, sobretudo a partir da sexta-feira, supera em alguns aspectos o movimento que se verifica durante o dia. Ao longo da noite, a diversão é repartida ao *sabor* do poder aquisitivo dos clientes, porque, por um lado, estão as barracas (botecos) do mercado da Vila de Moatize que constituem

o lugar de interação¹⁰⁰, em busca da unidade e sociabilidade, nas quais as diferenças sociais parecem não existir, pois todos se misturam com intuito de satisfazer algum desejo. E por outro, erguem-se os restaurantes e as boates de luxo como, por exemplo, a Abdul's Restaurante & Discoteca latino's (ao longo da rodovia EN. 103) que demarcam espaços de segregação e de realização dos que podem pagar, por exemplo, 600 meticais para o ingresso nesses locais.

Portanto, esses e outros aspectos só foram compreendidos mediante a técnica da observação. Entre outras vantagens, Alves-Mazzotti (2002) reconhece a importância da observação na pesquisa qualitativa, porque permite o registro do comportamento em contexto temporal-espacial, bem como identificar comportamentos não - identificados ou inconscientes.

Chiapetti (2010) lembra que a observação, como técnica do trabalho de campo, não é observação passiva ou simples olhar voltado para quem queremos observar, mas um olhar ativo, guiado pelo problema e pelos objetivos da pesquisa. Desse modo, a centralidade da pesquisa guiará o olho do pesquisador e o levará a ater-se a tal aspecto ou aquele elemento da realidade objetiva. Ou seja, é a partir da

Observação que logramos chegar mais perto da "perspectiva dos sujeitos". Na medida em que o observador acompanha *in loco* a vivência, as experiências diárias dos sujeitos, pode tentar apreender a sua visão de mundo, isto é, o significado que eles atribuem à realidade que os cerca e às suas próprias ações (CHIAPETTI, *op.cit.*, p. 149, grifos da autora).

De fato, imbuídos desse entendimento, buscamos, ao longo das duas etapas de trabalho de campo, observar, registrar e procurar compreender o significado de cada elemento no cotidiano da pesquisa de campo. Locais como a paragem de "xapas" (ponto de ônibus), tanto em Moatize como na cidade de Tete foi dos mais privilegiados, pois é neles que convergem e interagem diversas pessoas que dão cor, luz e vida as duas cidades. Esse fluxo revela o caráter "apressado da vida" que decerto não é intrínseco a essas cidades, mas veio a reboque dos grandes consórcios transnacionais que operam em Moatize ou em outros Distritos da

¹⁰⁰ Em sociabilidade - um exemplo de sociologia pura ou formal, Georg Simmel (1983), explica que por diversas razões, os homens são movidos a interagir uns com os outros, essa "interação sempre surge com base em certos impulsos ou em função de certos propósitos. Os institutos eróticos, interesses objetivos, os impulsos religiosos e propósitos de defesa ou ataque, de ganho ou jogo, de auxílio ou instrução, e incontáveis outros, fazem com que o homem viva com os outros, aja por eles, com eles, contra eles, organizando desse modo, reciprocamente, as suas condições- em resumo, para influenciar os outros e para ser influenciado por eles. A importância dessas interações está no fato de obrigar os indivíduos, que possuem aqueles instintos, interesses, a formarem uma unidade-presentemente" (SIMMEL, *op.cit.*, p.165- 166).

Cf. SIMMEL, Georg. Sociabilidade- um exemplo da sociologia pura ou formal. In: MORAES, Evaristo Filho (Org.). **Georg Simmel: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p.164- 181.

Província. Em campo, o uso de técnicas como a entrevista, a observação (semi-estruturada e livre), a máquina fotográfica, o gravador de voz, o diário de campo, dentre outros recursos, possibilitou o registro de informações importantes para a pesquisa.

Com efeito, as visitas realizadas nas três comunidades, ora mencionadas, e a permanência durante um dia em Cateme e em Mwaladzi permitiu maior interação e participação no cotidiano dessas comunidades. As conversas, a aliança firmada com a chefe da unidade no bairro 25 de Setembro que posteriormente se tornou nossa intérprete e interlocutora por excelência, constituiu o elemento chave que possibilitou nossa inserção no universo dos reassentados, tanto em Mwaladzi e Cateme quanto no bairro 25 de Setembro. Foram proveitosas as manhãs na *machamba* dos seus tios e as tardes de conversa acompanhadas de *massanica*¹⁰¹ no mercado e no estaleiro de Cateme, no Fórum comunitário em Mwaladzi e na sua residência no bairro 25 de Setembro.

Portanto, esse diálogo e interação transformaram o que poderia ser considerado de "invasão" do mundo dos sujeitos, no dizer de Brandão (2007, grifo do autor) em momentos de convívio e de contato direto com os reassentados em seus locais de trabalho e onde vivem. Por outro lado, o *ir* e *vir* da cidade de Tete para Moatize e vice-versa, colocou-nos na rota da dinâmica instituída pelos megaprojetos de mineração em Moatize ou por suas concessionárias que, representam em todos os sentidos os mecanismos de reprodução do capital através da extração do carvão mineral e, sobretudo, da exploração intensiva da força de trabalho assalariado.

1.5 ENTRE EFEITOS E CONSEQUÊNCIAS: diferenças conceituais ou opção do pesquisador?

Já dissemos, parafraseando Costa e Moraes (1987), que a exposição clara do caminho e dos posicionamentos assumidos na construção da pesquisa é a garantia de coerência no percurso, já que revela a consciência que o pesquisador tem dos instrumentos, das categorias, dos conceitos utilizados e, sobretudo do significado atribuído. Assinalamos também que apresentar os conceitos, o objeto, as categorias e as dimensões a ser estudadas e, principalmente o ângulo interpretativo que

¹⁰¹ Fruto silvestre que a população colhe para alimentação. A *massanica* pode ser consumida fresco ou seca.

pautará tal análise, significa de acordo com Eco (2012) expor as condições sobre as quais podemos falar, a partir de certas regras estabelecidas ou que estabelecemos.

Por isso, definir os conceitos fundamentais utilizados na construção da pesquisa é expor para o leitor o significado semântico e filosófico atribuído a esses conceitos. Desse fato, decorre a necessidade de "dissecar", isto é, explicitar o conceito, apresentando para tanto, o sentido ou o significado atribuído no contexto da pesquisa, visto que um mesmo conceito pode ter várias definições (léxicas, estipulativa e de precisão)¹⁰², bem como muitos significados e, o conceito efeitos é um exemplo dessa pluralidade semiológica.

O conceito afirma Abbagnano (2007) é todo processo que torna possível a descrição, a classificação e a previsão dos objetos cognoscíveis, o que o torna um termo com significado vastíssimo que inclui qualquer espécie de sinal ou procedimento semântico.

Portanto, o conceito pode se referir tanto a um objeto concreto, próximo, individual, como a um elemento abstrato, distante e universal. Além disso, e mais importante, o conceito embora seja geralmente "indicado por um nome, não é o nome, já que diferentes nomes podem exprimir o mesmo conceito ou diferentes conceitos podem ser indicados, por equívoco, pelo mesmo nome" (ABBAGNANO, *op.cit.*, p. 320).

Assim, a complexidade presente na distinção semiológica dos principais conceitos utilizados na pesquisa, em função de sua etimologia faz com que grande parte dos pesquisadores se exima dessa tarefa, o que em parte é compreensível, pois, partir para essa empreitada é como *navegar por um leito turvo*, isto é, por um ambiente no qual não temos um significativo domínio. Contudo, não tentar um esclarecimento é deixar que o leitor atribua seu próprio significado aos conceitos que usamos o que frequentemente gera equívocos interpretativos.

Por exemplo, o conceito efeito por meio do qual analisamos as cinco dimensões presentes na tese (econômica, política, social, cultural e ambiental) que compõem o que denominamos efeitos espaciais da mineração, ele pode significar, tanto resultado produzido por uma causa, uma consequência de uma proposição

¹⁰² ABBAGNANO (2007) faz uma análise detalhada e apresenta as diferenças entre as três definições.

Cf. ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução Alfredo Bossi e Ivone Castilho Benedetti. Edição revista e ampliada. São Paulo: Martins Fontes, 2007, 1026p.

física, um assunto de grande importância, objeto, destino, finalidade, como também pode expressar a manifestação de um dano, resultado ruim (HOUAISS, 2009).

Por outro lado, tal conceito pode ser sinônimo de força, eficácia, energia, de acordo com Cunha (1986). Efeito ou *effectum* do latim pode expressar também a impressão, fim, aplicação, destino, prejuízo, poder, êxito, execução. Ou simplesmente termo ou resultado de qualquer tipo ou espécie de causalidade (CUNHA, 1986; ABBAGNANO, 2007; HOUAISS, 2009). Dessa última acepção resulta a vinculação do termo efeito à dinâmica dos corpos, sobretudo ao princípio da ação e reação enunciado na terceira lei de Newton. Cabe ressaltar que esse e outros atrelamentos dados a esse conceito tornam-no difícil de operar se, para tanto, não forem estabelecidos os parâmetros de sua utilização, isto é, as condições sobre as quais podemos falar no dizer de Eco (2012).

Nas ciências sociais, sobretudo na Geografia, o uso do termo efeito é recorrente e tem sido feito na tentativa de descrever ou interpretar diversos fenômenos. Nos estudos sobre os projetos de grande dimensão e/ou de alto peso socioambiental, por exemplo, o conceito efeito é utilizado para expor as consequências negativas da inserção desses projetos nas comunidades locais, grande parte dessas localizadas em regiões estruturalmente pouco preparadas para receber esse tipo de empreendimentos. Em alternância e/ou em concomitância a esse conceito é utilizado também o termo impacto; alguns autores preferem usar o termo implicação, com o qual buscam a partir de argumentos próprios, demonstrarem que ele (a implicação) é o mais adequado para compreender as nuances, as tramas e, sobretudo antever cenários futuros nas comunidades "alvo" das investidas do capital.

Numa pesquisa recente, Frei (2017, p.136, grifo do autor), esforçou-se para explicar que o conceito de implicação é o mais apropriado para entender a inserção capitalista nas comunidades locais em Moçambique, cujos símbolos são os grandes projetos de mineração e afirma que

O nosso objetivo não é simplesmente analisar os impactos, os efeitos, ou melhor, o resultado, as consequências da ação dos megaprojetos de mineração sobre as comunidades locais em Moçambique, mas entender, para além dos impactos e dos efeitos, as relações sociais e por extensão políticas (já que toda relação é simultaneamente social e política), que envolvem o processo de territorialização do capital no país; consideramos que o termo *implicação* é o que mais se identifica com a nossa proposta de análise.

Prosseguindo, o autor afirma que o termo efeito dá uma conotação da existência de uma relação de causa e efeito, ou seja, "a ideia de existência de uma causa que acarreta um resultado determinado" (Frei, *op.cit.*, p.134). Portanto, sem o intuito de desvalorizar as suas análises, mas antes de tudo, contribuir com o debate, entende-se que o próprio conceito de implicação que o autor trás tem elementos que, se não forem considerados num determinado contexto, podem gerar equívocos.

Por exemplo, a falta de delimitação da natureza de essa (implicação estrita; implicação existencial; implicação lógica; implicação material; implicação convencional; implicação conversacional)¹⁰³ implicação leva a outras interpretações que escapam ao contexto no qual o autor usou o termo implicação. Além disso, do ponto de vista da lógica filosófica o conceito de implicação também invoca a ideia de consequência, pois deriva de uma relação entre duas ou mais proposições, nas quais se as duas primeiras são falsas a equivalente, isto é, a consequência também será falsa (BRANQUINHO, GOMES e MURCHO, 2005).

Portanto, somos de opinião que os conceitos só e somente são válidos em determinados contextos e, sobretudo em função do significado político que se atribuem. Nesta pesquisa, o utilizamos o conceito de efeitos considerando, tanto o seu sentido real quanto a sua acepção nominal, ou seja, entende-se que a componente real do efeito refere-se à consequência negativa e/ou positiva da inserção dos megaprojetos de mineração em Moatize e, a componente nominal, por sua vez, indica a forma como o real atua nominalmente, isto é, a forma como se manifesta essa consequência na dimensão social, política, econômica, ambiental e cultural, ou melhor, nas cinco extensões que configuram o que chamamos efeitos espaciais da mineração.

¹⁰³ Cf. BRANQUINHO, João; GOMES, Nelson e MURCHO, Desidério. **Enciclopédia de termos lógico-filosóficos**. 2005, 743p.

1.6 MULTINACIONAIS E TRANSNACIONAIS: aspectos conceituais, decifrar para avançar...

O Rio? É doce.
 A Vale? Amarga.
 Ai, antes fosse
 Mais leve a carga.
 Entre estatais
 E multinacionais, quantos ais!
 A dívida interna
 A dívida externa
 A dívida eterna
 Quantas toneladas exportamos
 De ferro?
 Quantas lágrimas disfarçamos
 Sem berro?

(Lira Itabirana, Carlos D. de Andrade, 1984)

Entre estatais e transnacionais, quantos ais, título desta pesquisa foi adaptado do poema de Carlos Drummond de Andrade, publicado em 1984, no jornal cometa itaberano. De leitura fácil e com rimas envolventes, o poema de Drummond trás no seu cerne a crítica desvelada aos projetos de mineração e, sobretudo ao padrão de desenvolvimento adotado no Brasil. Tal posicionamento fica mais evidente em outro poema do autor denominado *Os bens e o sangue*, publicado em 1951. Sem meias palavras, Drummond aponta os projetos de mineração como os responsáveis pela desestruturação social, pelas mortes, degradação ambiental, ou melhor, catalisadores de problemas para as comunidades ditas "hospedeiras", mais do que indutores do desenvolvimento; *vaiano*, assim por dizer, a retórica empresarial e estatal.

Portanto, reconhecendo algumas peculiaridades entre essas empresas estabelecidos em quase todo o mundo considera-se fundamental esclarecer para o leitor suas diferenças conceituais, em vista que decifrar ou desempacotar esses termos é o primeiro passo para a compreensão do significado político e a trajetória histórica de cada uma delas.

De fato, a trajetória dessas empresas tem sido objeto de pesquisa nos mais diversos campos do conhecimento como, por exemplo, na História, na Geografia, na Sociologia, nas relações internacionais, na administração de empresas, no direito internacional, dentre outras. Esses estudos têm gerado debates e controvérsias a respeito da denominação ou diferenciação entre as Empresas Multinacionais (EM) e

Empresas Transnacionais (ETN), atores-chave do processo de internacionalização do capital. Para Martins (1975), independentemente da razão e a ordem da qual derivam tais controvérsias, nas pesquisas concorda-se que as distintas designações servem primariamente para assinalar uma fase específica na história da expansão capitalista intensificada após a II Guerra Mundial, cuja característica principal é a atuação massiva e agressiva da grande empresa.

No livro *Empresas multinacionais: a internacionalização do capital*, Hymer (1978) apresenta a trajetória histórica evolutiva que do é atualmente denominado Empresa Multinacional (EM). De início, o autor ressalva que as organizações de grandes dimensões não são algo novo no comércio internacional. As grandes organizações marcaram profundamente o período mercantil, quando o comércio a longa distância entre a tríade América, África e Ásia, era organizada por grandes Companhias por ações, como a *Hudson's Bay Co*, a *Royal African Co*, a *East Índia Co*, somente alguns exemplos desse período.

De acordo com esse autor, o surgimento da grande empresa, que nos finais do século XX assumiu a dianteira no comércio internacional, está diretamente atrelada à necessidade de administrar operações geograficamente dispersas, o que levou as Companhias ferroviárias a criar uma estrutura administrativa que distinguia os escritórios locais dos escritórios centrais. Assim, os escritórios locais administravam as operações de sua área e escritório central supervisionava os escritórios locais.

Portanto, o primeiro passo

Para maior integração vertical do trabalho dentro da função gerencial foi copiado rapidamente pelas empresas nacionais de formação recente, que se defrontavam com os mesmos problemas de coordenação de unidades dispersas. A empresa desenvolveu um sistema orgânico de administração e se deu o nascimento da moderna corporação. As funções de administração empresarial se subdividem em departamentos (órgãos), esta divisão horizontal do trabalho criou novas possibilidades de racionalização da produção, criou-se um sistema de "cérebro e nervos", isto é, um sistema vertical de controle, para interligar e coordenar os departamentos. Este foi o maior progresso da capacidade de tomada de decisões. A organização se tornou consciente de si mesma enquanto organização e adquiriu certo grau de controle sobre sua própria evolução e desenvolvimento (HYMER, 1978, p. 43- 44, grifo autor).

A configuração e o tipo de organização da produção dessas empresas foram descritos por Martins (1975, p. 4, grifo do autor), como sendo os responsáveis pelas formas complexas de relacionamento entre a ordem política e econômica, tanto em nível nacional como no plano internacional. É nela que deve ser situado

A problemática resultante da própria expansão do sistema: da sua organização política. Duas componentes importantes dessa problemática são: a competição inter-capitalista entre nações "centrais" e o papel que os países "periféricos" podem desempenhar nessa competição.

Diante do exposto, compreende-se que a empresa multinacional moderna tem sua gênese ancorada ao processo da internacionalização do capital e da produção, cujo ápice desse processo é a mundialização, no dizer de Chesnais (1996). Martins (1975) sublinha que a empresa dita multinacional não deve ser considerada somente a partir da sua capacidade de operar simultaneamente em diferentes países, mas pelo volume de recursos sob seu controle e, sobretudo pelo fato de ser um instrumento

Mais eficaz dos processos de concentração e internacionalização da produção que deu origem à estrutura oligopólica internacional. Desligado desse contexto, o estudo da empresa multinacional, considerada como um fenômeno isolado ou apresenta como uma espécie de "aberração" capitalista e perde qualquer sentido do ponto de vista da análise política (MARTINS, *op.cit.*, p. 5, grifo do autor).

É no interior desse ambiente, bem como das dificuldades para estabelecer um conceito único para esse tipo de empresa que Halliday (1987) considera que o termo multinacional é confuso e amaldiçoado. Isso porque existem numerosas definições para essa palavra, além disso, o próprio nome multinacional carrega consigo conotações negativas, oriundas dos males reais ou percebidos, que lhe são imputados. Por outro lado, a palavra multinacional é vaga e não apresenta critério único para sua definição. Das vezes que é *mister* defini - lá, considera-se o tamanho ou a centralização das políticas empresariais.

De fato, a dimensão refere-se ao volume de negócios ou ao âmbito geográfico de suas instalações e operações pelo mundo. Já a concentração diz respeito à visão de mercado que a empresa tem, ou seja, a mentalidade multinacional que permite a coordenação das operações com as suas subsidiárias espalhadas pelo mundo. Por essa via, a empresa multinacional pode ser tanto,

A Ford, a General Motors (GM), a Fiat, como a Igreja católica romana, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), a Cruz Vermelha Internacional (CVI) ou a *United State of America Aid for Development* (USAID), entre outras, pois essas organizações encontram-se espalhadas pelo mundo, possuem uma sede que dita a política global, um *mutirão* de recursos financeiros e humanos, filiais mais ou menos descentralizados e adaptações de doutrina a mercados específicos (HALLIDAY, 1987. p.16).

Por isso, multinacional "são todas as empresas que controlam recursos, instalações, jazidas, escritório de venda e similares, em dois ou mais países" (ONU, 1979, p.15).

Bresser-Pereira (1978) sublinha que o termo multinacional foi primeiramente proposto por David E. Lilienthal numa conferência do *Carnegie Institute of Technology* (CIT). Com o passar do tempo, o conceito foi sendo lapidado ou refinado com vista a amenizar os impactos gerados pela conotação negativa que o termo adquiriu.

De acordo com a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTDA, 2002)¹⁰⁴, o objetivo inicial das empresas multinacionais era o de explorar mercados externos maquiando a sua origem e, desse modo, acionar artifícios para burlar leis dos países onde instalam suas subsidiárias ou filiais.

Faria e Roland (2013, p. 8) classificam a empresa multinacional como um sujeito do direito internacional, em vista que pode celebrar acordos internacionais, protocolos, assim como pode fazer reclamações até mesmo denunciar no Tribunal Internacional de Arbitragem (TIA) ou ao Centro Internacional para Atendimento de Disputas sobre o Investimento (CIADI), os Estados que eventualmente quebrarem as normas relativas aos investimentos. Por isso,

A grande maioria das empresas multinacionais e transnacionais do mundo tem sua matriz, ou centro financeiro de controle em países desenvolvidos, e têm como principais destinos os países em desenvolvimento, onde buscam mão de obra barata, incentivos estatais, legislação flexível e favorável às suas atividades, e possibilidade de influência política e econômica.

Os apontamentos, até aqui apresentados, permitem assinalar que a empresa multinacional e precursora da atual corporação transnacional, possui poderes político e econômico para influenciar o sistema internacional, o que se repercute no seu poder de barganha e de influência política nos países onde se instalam, por exemplo, em Moçambique.

O levantamento realizado por White (2012) é elucidativo do poder que essas corporações possuem. Em 2011, por exemplo, das 500 maiores empresas do

¹⁰⁴ Sigla em inglês; ela foi criada em 1964 em Genebra no âmbito das discussões sobre a liberalização do comércio e no contexto da criação do GATT. É o órgão das ONU que busca promover a integração dos países pobres na economia mundial. Para tanto, a UNCTDA atua como fórum para deliberações intergovernamentais, apoiado por debates com especialistas e intercâmbio de experiências. A organização também desenvolve pesquisas, análises de políticas e coleta de dados para debates de representantes do governo e especialistas.

Disponível em: <<http://ois.sebrae.com.br/comunidades/unctda-conferencia-das-nacoes-unidas>>
Acesso em: 15 maio 2017.

mundo elencadas na Revista *Fortune*, 111 destas eram firmas que apresentavam grande poder econômico e, conseqüentemente um significativo peso político diante de alguns Estados soberanos, mas economicamente dependentes. A partir dos resultados dessa pesquisa, faz coro a essa realidade, os apontamentos de Ribeiro (2008). Para ele, em função da dependência econômica que caracteriza a grande maioria dos Estados, sobretudo os da África, atualmente, seus

Governos disputam esse investimento acirradamente, através de concessões de isenções fiscais, garantias trabalhistas e outros benefícios. E em vista disso, esses Estados cedem aos interesses dos consórcios multinacionais e/ou transnacionais pelo seu enorme poder econômico e controle de setores fundamentais da economia estatal, tendo diluída sua soberania e dificultando o exercício pleno da governação (RIBEIRO, *op.cit.*, p. 865).

De fato, um dos trunfos utilizados pelo governo de Moçambique para atrair o Investimento Direto Estrangeiro é a oferta de incentivos fiscais e facilidades para expatriar os lucros, bem como as garantias de que, em casos de litígios as empresas transnacionais, têm o direito de recorrer ao CIADI, conforme estabelece a Lei n. 3/93, legislação que regula o investimento em Moçambique.

Para assinalar o poder e os direitos que os consórcios multinacionais possuem frente aos Estados e a população dos países que os "acolhe", Halliday (1987) faz a analogia entre o que está estipulado na declaração de independência dos EUA (*todo o cidadão tem direito a vida, à liberdade e à busca da felicidade*), com a liberdade que as multinacionais têm para se expandirem pelo mundo afora. Assim,

A imagem e a semelhança desse direito outorgado por essa declaração, as multinacionais americanas ou não, se apropriam e se sentem no direito à *vida* em escala mundial, à ampla *liberdade* de operação e à busca contínua de lucros (algo análogo à felicidade em termos capitalista). Tal postura no seio da pessoa jurídica, não deixa de contrastar e conflitar com interesses nacionais e preocupações humanísticas universais (HALLIDAY, *op.cit.*, p.17, grifos da autora).

Para isso, as multinacionais se valem de alguns artifícios para garantir a aceitação e a legitimidade necessária, o que a autora denomina retórica das multinacionais. Compõem essa oratória acionada em favor das multinacionais, o vocabulário e a imagem, a ideologia multinacional e a interação com o ambiente, sendo o último aspecto, o mais controverso das relações entre as multinacionais e as comunidades "hospedeiras".

Entre outras acusações que pesam sobre as multinacionais, Halliday (1987, grifo nosso) enumera dez, das quais cabe destacar em concordância com os

objetivos dessa pesquisa as seguintes: primeiro, as multinacionais produzem danos ecológicos, esgotando os "recursos" naturais e poluindo o meio e, segundo, elas são imorais em seus comportamentos econômicos; em suas consequências sociais e em sua conduta política, não se importando com a justiça social nem direitos humanos empregando, por isso, quaisquer meios para atingir seu objetivo máximo, crescimento e lucros.

Portanto, em síntese, pode-se afirmar que as multinacionais são empresas ou instituições que operam em, pelo menos mais de dois países independentemente da área de atividade (econômica, social e/ou de caridade), cuja expansão se deu, principalmente, após a Segunda Guerra Mundial e, fortalecido com a reestruturação produtiva do capital, e com as mudanças na década de 1980, que impuseram o ideário neoliberal abrindo assim, as *veias* para a expansão e proliferação dessas instituições. Dado o seu poder econômico e de influência em nível internacional, as multinacionais constituem grandes atores políticos e econômicos, apesar de seu foco de atuação.

Em volta do objetivo primário (produção) e, orientado pra o lucro, as multinacionais utilizam estratégias legitimadoras, aquilo que Halliday (1987), denomina de *credenciais*; algo como *consensos sociais*, no dizer de Mendonça (2004) que lhes garante segurança na sua verdade ou que lhes torna aceitáveis. Dessas estratégias, a autora destaca: (a) apresentação de credenciais; (b) alegações cativantes e (c) apelos¹⁰⁵.

Esses artefatos postos ao serviço das multinacionais, ou seja, do capital edificam o arcabouço ideológico e identitário necessário para que elas operem em determinado lugar. As multinacionais recorrem às ditas ações de Responsabilidade Social Corporativa (RSC), uma espécie de *licença social* para operar, como diriam Kemp, Boele e Brereton (2006), que visa transmitir a ideia de que elas se interessam pelo bem-estar social das comunidades "hospedeiras".

As Empresas Transnacionais (TNC do inglês), por sua vez, resultam não só da evolução ou lapidação conceitual das multinacionais, mas também da liberdade e

¹⁰⁵ Halliday (1987) elenca um conjunto de ações ou realizações em cada uma das estratégias legitimadoras. A primeira, por exemplo, integra a identidade, o *status*, realizações, capacidade, opiniões, sentimentos e objetivos. Já no segundo, apresentam alegações como: somos excelentes, podemos ajudar você, temos altos ideais, somos como você. No terceiro grupo, as multinacionais apelam para as vantagens; a segurança; invocam ideias e exortam para o orgulho nacional. É pertinente lembrar que essas estratégias são usadas também pelas corporações transnacionais que, conforme assinalamos são a evolução conceitual e lapidação das empresas ditas multinacionais.

do poder decisório, ou seja, o fato de terem mais do que um centro de poder e estar registradas em mais de uma Bolsa de Valores (BV). Para Carvalho Filho (2011) um dos aspectos que distingue a empresa transnacional é o fato de esta ditar na atualidade o rumo econômico e político de todo o planeta terra.

De origem antiga, quanto às multinacionais, a empresa transnacional tem suas origens nas antigas Companhias de comércio dos séculos XVI e XVII, representadas pelas Companhias de que nos referimos anteriormente. É claro que as ETNs atuais se diferem das antigas Companhias do período mercantil, porém alguns elementos em comum podem ser identificados, como: sua atuação extra-fronteiras, principal distintivo da firma transnacional moderna.

Carvalho (2007, p. 9) concorda que as formas iniciais das modernas transnacionais podem ser observadas já entre os anos 1600 e 1700 da Era Cristã, em vista que as Companhias que atuavam nesse período tinham características muito peculiares, tais como

Promulgar normas jurídicas sobre os territórios que dominavam, mantinham exércitos e portos próprios e toda a estrutura que hoje só um Estado possui em função de sua soberania. Apesar de essas Companhias serem sociedades de direito privado, elas possuíam prerrogativas que lhes permitiam atuar em diferentes territórios com poderes muito amplos.

Para Neto (2004) a primeira empresa com características transnacionais na história foi a *Singer Sewing Machines Corporation*, isso porque esta foi à pioneira na comercialização de produtos em massa, quase idênticos e ostentando o mesmo nome comercial em quase todo o mundo. Carvalho (2007) identifica quatro fatores decisivos no processo evolutivo das empresas transnacionais, das quais: o desenvolvimento tecnológico, a melhoria dos meios de comunicação, a necessidade de expansão e o protecionismo tarifário imposto pelos países.

Na verdade, os dois primeiros fatores foram fundamentais na medida em que o primeiro possibilitou a confecção de instrumentos/ máquinas moderno capazes de tornarem a produção mais ágil e em quantidades maiores, isto é, em massa. Por sua vez, o desenvolvimento dos meios de comunicação, por exemplo, o telégrafo, o comboio, navios, entre outros inventos, permitiu o fluxo ou trânsito mais rápido de mercadorias e de matérias primas, das regiões produtoras para as fábricas e destas para os mercados consumidores, assim como a difusão das novas tecnologias pelo mundo (CARVALHO, *op.cit.*).

No contexto dessa expansão, Neto (2004) destaca como de grande importância o período entre 1918 e 1945, pois nessa época observa-se maior participação destas empresas nos setores da economia como, por exemplo, no petróleo, veículos automóveis, metais preciosos e produtos químicos. Ou seja,

No período entre Guerras Mundiais, as empresas consolidaram sua presença no exterior, destacando-se as automobilísticas, as petrolíferas, as de máquinas e as de produtos químicos, mas reduziram os investimentos em função das crises econômicas - hiperinflação alemã e austríaca em 1923, *crash* na Bolsa de Nova Iorque em 1929 e a depressão econômica que se seguiu - e o temor de uma nova guerra. Barreiras legais e tarifárias erigidas por diversos governos europeus e pelo governo americano dificultavam a operação das empresas estrangeiras. A erosão da confiança nas moedas representava outro fator de instabilidade econômica, pois não mais vigorava o padrão-ouro de antes de 1914, que permitia a livre circulação de valores entre Estados (NETO, *op.cit.*, p. 15, grifo do autor).

Na contemporaneidade, as empresas transnacionais adquiriram grande influência no mercado mundial. Sua estratégia de atuação em rede, facilitada pelo moderno sistema de comunicação, confere-lhes maior poder de barganha e de negociação, bem como uma presença global, no sentido, de que estão inseridas na economia nacional dos países, mas também promovem uma integração comercial que supera as fronteiras, podendo ser considerada mundial.

Concorre para esse fato, o *status* atual das empresas transnacionais que já não se apresentam como meras sociedades inseridas num único Estado, mas como uma complexa e intrincada rede de empresas, ordenadas a partir de seus próprios instrumentos e interesses, com subsidiárias, filiais, representações comerciais, que lhe conferem uma posição de relevo na comunidade internacional (CARVALHO, 2007). Portanto, a presença em mais de um Estado constitui a característica fundamental dessas empresas, o que equivale dizer que ela possui uma matriz em e um *mutirão* de filiais, agências, escritórios representativos, subsidiárias em outros Estados/países, cujo objetivo não é produzir para o mercado daquele Estado, exclusivamente, mas o mercado mundial.

Apesar do seu domínio do mercado internacional, as empresas ditas transnacionais não possuem uma definição considerada consenso entre as instituições de comércio mundial ou entre diversos pesquisadores. A razão desse dissenso é o fato de que cada transnacional apresenta suas próprias peculiaridades que derivam, tanto do local de sua origem, do ramo de atuação, quanto do mercado no qual deseja investir. Contudo, a UNCTDA (2010, p. 55), define a TNCs

Uma empresa que compreende as entidades em mais de um país que operam sob um sistema de tomada de decisão que permite políticas

coerentes e de uma estratégia comum. As entidades são tão ligadas, por posse ou não, que uma ou mais delas podem ser capazes de exercer uma influência significativa sobre outros e, em particular, partilhar conhecimentos, recursos e responsabilidades com os outros.

Chacon (2002, p.17), por exemplo, critica as instituições e/ou pesquisadores que insistem na utilização do termo multinacional para descrever as relações internacionais comandadas por essas empresas, neste século XXI; e afirma que não existe, até agora, nenhuma empresa

Multinacional no sentido de pertencente a acionistas e cidadãos de Estados diversos em proporções aproximadas; é notória a identificação da IBM com os Estados Unidos, da Volkswagen com a Alemanha, da Mitsubishi com o Japão, da Fiat com a Itália, etc., são suas bases, de onde se espalham pelo mundo. As sedes permanecem nessas cidades, por mais que os investimentos venham a se tornar maiores no estrangeiro que nas origens; suas filiais, no máximo deslocavam para algum paraíso fiscal.

No esforço para criar um ordenamento jurídico para regular o funcionamento das empresas transnacionais, a ONU elaborou o Código de Conduta, ou *Code of Conduct on Transnational Corporations*. Mas é preciso lembrar que a presença desse Código não encerra as controvérsias em volta do conceito da empresa transnacional, nem sobre formas de atuação danosa nas comunidades; porém, serve de elemento norteador em busca de uma definição. Assim, de acordo com esse Código, as Empresas Transnacionais, são

Uma sociedade de capital público, privado ou misto, compreendendo entidades em dois ou mais países, independente da estrutura legal e dos campos de atividades, a qual opera sob um sistema de tomada de decisões em que as entidades estão tão ligadas, por propriedade acionária ou não, que uma ou mais delas exercem uma influência significativa sobre as atividades das outras, em particular, dividindo conhecimento, recursos e responsabilidades (ONU, 1984, s/p).

Para Baptista (1987, p.17), a empresa transnacional se define pelo fato de

Ser composta por um número de subsidiárias e tem uma ou mais sedes, constituídas em diversos países, de acordo com a legislação local que lhes dá personalidade jurídica e, sob certo aspecto, a nacionalidade. Sob o prisma estritamente jurídico-positivo, pois, não existe a empresa transnacional, razão pela qual a descrição que dela fazem os economistas é útil para sua conceituação, um complexo de empresas nacionais interligadas entre si, subordinadas a um controle central unificado e obedecendo a uma estratégia global.

Gonçalves (1992, p.35) enumera algumas características que, no seu entender, sinalizam o perfil de uma empresa transnacional nomeadamente: "a difusão geográfica, o controle, a centralização da tomada de decisão, a estratégia comum e orientação global, a difusão da propriedade ao nível do país, componente externo da produção e vendas do grupo e tamanho".

Retomando o conceito de transnacional proposto por Baptista (1987), salta aos olhos a seguinte afirmação: *as transnacionais são compostas por várias subsidiárias constituídas em diversos países de acordo com a legislação local que lhes dá personalidade jurídica e, sob certos aspectos, a nacionalidade*. De fato, a busca pela nacionalidade é a estratégia dominante das transnacionais, portanto, algo como identidade, ou familiaridade, nas palavras de Halliday (1987, p. 22), por isso, "a força simbólica do seu nome a distingue como entidade única, este nome é, às vezes, representado por sigla, associado ao ramo de atividade da empresa, ou aos laços com o lugar ou a forma de funcionamento". Nesse aspecto, a Vale SA. é um exemplo da relação entre a empresa e o lugar e, no caso o vale do Rio doce.

Gonçalves (1992, p. 34) garante que a denominação de ETN é resultado da evolução observada nas pesquisas sobre essa temática que suscitou a redefinição dessas firmas de alcance global e presente em diversos setores econômicos decorrente de

Um processo histórico de concentração e centralização de capital intrínseco na expansão capitalista. Portanto, as ETN surgem não só com o objetivo de atenderem outros mercados, a partir de oportunidades oferecidas pelos governantes dos diversos territórios, mas também de garantirem a sua existência no mercado competitivo.

Diante disso, concorda-se, tanto com a afirmação de Chacon (2002) que assinala a inexistência uma empresa verdadeiramente multinacional, no sentido de pertencer a acionistas e cidadão de vários países em proporções aproximadas, quanto com a colocação de Mészáros (2011, p. 229, grifos do autor) que ressalva que as poderosas Companhias capitalistas que seguem se fixando pelo mundo afora são "multinacionais apenas no nome. Na realidade, são corporações *transnacionais* que não se sustentariam por si mesmas". Ou seja,

A expressão "multinacional" é freqüentemente usada de modo completamente equivocado, ocultando a verdadeira questão de domínio das empresas capitalistas de uma nação mais poderosa sobre as economias locais - em perfeita sintonia com as determinações e os antagonismos mais profundos do sistema do capital global (idem).

Portanto, em função das características, do tipo de carteira de investimentos e sua presença no mercado, fica evidente que as empresas que extraem o carvão mineral de Moatize têm o perfil transnacional. Para permitir sua atuação e em conformidade com a legislação nacional, tais empresas criam subsidiárias que ostentam a "nacionalidade" moçambicana, isto é, a relação com o lugar, tornando-as "filhas legítimas da pátria; assim, como formam coalizões com grupos de poder

político dentro do governo e do Estado, o que lhes permite exercer influência, mas quase sempre em seu próprio benefício.

Esse são os casos da denominada Vale Moçambique subsidiária da Vale S.A., da *Jindal África*, filial da *Jindal Steel and Power* (JSPL), da *International Coal Ventures Limited* (ICVL) Minas de Benga, uma *joint ventures* composta por cinco empresas estatais do ramo da siderurgia indiana e encabeçada pela *Steel Authority of India* e a *National Mineral Development Corporation*. Apesar da sua nacionalidade, essas empresas não produzem para o mercado moçambicano e, sim para o mercado estrangeiro, asiático, sobretudo. Suas ações estão registradas nas bolsas de valores dos países nos quais se localizam suas matrizes e não na recém criada Bolsa de Valores de Moçambique (BVM).

PARTE 3 ALIANÇA ENTRE O ESTADO E O CAPITAL

1 REFORMAS POLÍTICAS E ORGANIZACIONAIS EM MOÇAMBIQUE: os arranjos institucionais e a construção de um *Estado máximo* para o capital

O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impõe à sociedade de fora para dentro; tampouco é a realidade da ideia moral, nem a imagem e a realidade da razão. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e mantê-lo dentro dos limites da "ordem". Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando, cada vez mais, é o Estado (ENGELS, 1964, p. 135-6, grifo do autor).

Já assinalamos, na primeira e na segunda parte desse trabalho, que a integração de Moçambique no circuito internacional de acumulação do capital se deu de forma faseada e cada uma dessas etapas apresentou características próprias. Pontuamos igualmente que, tanto numa quanto em outra, foi decisivo o papel do Estado, qual seja colonial, pós - colonial ou Estado moçambicano na mobilização e na construção de um quadro institucional, sustentáculo desse processo.

A mais recente e decisiva etapa da atuação do capital em Moçambique foi forjada num contexto conturbado, isto é, dominado pela guerra civil, calamidades naturais, crise econômica e política que forçaram o Estado a introduzir mudanças significativas, principalmente na sua linha de orientação política - ideológica. Como vimos, após a independência em 1975, Moçambique buscou construir um "novo" Estado fundado no poder popular, na justiça social, inclusive que não reproduzisse a visão de desenvolvimento até então vigente, portanto, um Estado política e filosoficamente assentado no marxismo-leninismo.

Todavia, a partir de 1983, verificam-se algumas mudanças na orientação política. Essa alteração preparou as condições materiais e ideológicas para a integração definitiva ou o retorno do país na dita economia do mercado, distanciando-se, gradualmente, da economia centralmente planejada. Kurz (1996) vê essa guinada como a manifestação clara do que ele designa de *conflito de sistemas*; pois, inesperadamente, os países que, até então, estavam atrelados à extinta União Soviética demonstraram uma capitulação social e econômica, teórica e prática,

seguindo o mesmo caminho da própria União Soviética e de algumas das suas sociedades periféricas, zonas de dependência e porta-estandartes.

Com efeito, a "nova" incursão do capital em Moçambique se deu a partir de sua admissão, em 1984, para o estatuto de membro do FMI. Tal aceitação que, em tese, representa o início da capitulação, foi precedida por um conjunto de pré e de reformas do Estado que deveriam continuar, de forma mais incisiva, após a aprovação do primeiro pacote de resgate financeiro em 1985. Na vasta lista dessas reformas, o Estado deveria privatizar tudo, ou seja, deixar de ser ator econômico principal para se posicionar como observador - uma espécie de árbitro em casos de conflitos.

Na prática, a ideologia de que a empresa estatal é ineficiente (há vezes em que ela é) foi à estratégia encontrada para absorver e resolver, ainda que de forma temporária, o problema de excesso de liquidez que inundou o mercado nas vésperas da crise da década de 1970. A tentativa de adiar a crise teceu as condições necessárias para eclosão da chamada crise da dívida na década de 1980 que, junto com ela, veio à erosão do Estado. De fato, a crise do Estado de bem-estar nesse período preparou o terreno para as reformas do Estado, ou seja, uma "lavagem" do Estado que no final ficou "apenas com as necessidades básicas: seu poder de repressão e como mero segurança para as mega-empresas", conforme assinala Bauman (1999, p.62). Ainda que não corroborem a ideia da total fragilização do Estado, em função de seu "afastamento" das questões econômicas, concordamos, no entanto, que essas imposições abriram caminho para o livre movimento do capital.

Feitas essas considerações, a ideia central é evidenciar de que forma as reformas impostas ao Estado pelas IFIs e, mais tarde pelos parceiros bilaterais foram decisivas para a inserção do Investimento estrangeiro, com ênfase para os megaprojetos de mineração. Nesse contexto buscamos demonstrar que as mudanças (que incidiram sobre a legislação de terras), após a independência garantiram o espaço de manobra necessário para que o Estado se posicionasse como o verdadeiro detentor dela e, por isso, o único que define as regras de uso e de aproveitamento da terra.

Junto com a legislação de terras, a criação da lei sobre o investimento, revista e ampliada (sempre em função das demandas e da vontade do mercado), a legislação sobre minas, demais decretos de leis e arranjos institucionais, foram de

suma importância no processo de integração de Moçambique na roda de acumulação capitalista. Estas reformas entronizaram o Estado como parceiro indispensável no processo de realização do capital.

1.1 A LEGISLAÇÃO SOBRE A terra: mudar a norma para garantir o controle

1.1.1 Lei n. 6/79

Em Moçambique, os arranjos institucionais, administrativos e legislativos tão cedo se evidenciaram como instrumentos fundamentais, tanto na época da acumulação *original* - período colonial quanto na etapa da construção do novo Estado; também na atual fase de acumulação por espoliação realizada pelas grandes transnacionais e tendo o Estado como parceiro. Para Bauman (1999, p. 64), os atuais arranjos do capital têm por objetivo erigir Estados fracos, mas que seguem sendo Estados, pois é precisamente desses que "a Nova Ordem Mundial, com muita frequência, encarada com suspeita como uma nova *desordem* mundial, precisa para sustentar-se e reproduzir-se".

Começemos, então, por examinar a importância desses arranjos, dando ênfase às mudanças da legislação no período que vai desde a independência até 1984. Logo de início, vale ressaltar que dado o tipo de sociedade predominante na grande maioria do continente africano, no período pré-colonial, a terra e seus "recursos" posicionaram-se como elementos fundantes na reprodução social. Em grande parte delas (talvez com poucas exceções), a transmissão dos direitos de "posse" da terra era feita de geração em geração, considerando as relações de parentesco, gênero, residência ou mesmo a combinação destas.

Tais relações, embora fortemente ameaçadas ou forçadas a redefinirem-se desde o advento do colonialismo até a época atual, era da empresa transnacional; em muitos países africanos, elas sobreviveram ao projeto colonial, ou seja, em muitos casos, a dominação colonial não conseguiu destruir as relações precedentes, a despeito de possíveis variações, conforme indica Federici (2001).

Para Alfredo (2009, p. 26) a terra na sociedade africana

Constituíam um bem divino, uma dádiva de Deus e, por isso, devia ser usada em prol do povo, da comunidade do grupo, da tribo. Na sua utilização, o que importava era o cumprimento da regra estabelecida. Cabia ao chefe da comunidade proceder à gestão da terra e esta é propriedade do grupo e não pode ser propriedade privada e muito menos alienada.

Myers (1992, p. 36) rastreou as formas de uso e transmissão dos direitos de "posse" da terra em algumas sociedades africanas e concluiu que

O sistema de posse da terra é muito complicado e dinâmico em muitas comunidades em África. Por exemplo, nalgumas partes da África Ocidental não é invulgar que uma parcela de terra pertencente a uma família, seja alugada e cultivada por uma segunda família na época das chuvas, alugada e utilizada como pasto por uma terceira família na estação seca. Se houver árvores com valor económico na terra, estas podem pertencer a uma família diferente da que possui a terra. No geral, os sistemas de posse africanos permitem que os diversos direitos de indivíduos coexistam.

Com uma visão mais conclusiva, Stavenhagen enxerga a terra, o território, enquanto elementos constitutivos da autonomia e da autodeterminação dos povos indígenas ou assim designados. Nessa linha de pensamento, o autor argumenta que, enquanto os outros tratam a terra como recurso produtivo, "os povos indígenas tendem a ver a terra como parte de algo mais amplo, denominado território" (STAVENHAGEN, 2006, p.208).

A leitura atenta das três citações, mais precisamente a última, permite a captura do significado que a terra tem nas sociedades africanas e ditas tradicionais (as quais devem ser modernizadas, ainda que seja pela via autoritária), bem como o papel fundamental desta na reprodução social desses grupos. Mais, do que a visão obliterada da terra como recurso produtivo, nessas sociedades ela representa simultaneamente lugar de trabalho, de vida e de toda a prática social.

Retomando a discussão desenvolvida por Myers (1992) ele assegura que o chamado sistema de posse consuetudinário é eficiente e produtivo, na medida em que é seguro e permite que as pessoas invistam sem medo de perder suas terras e seus investimentos. Assim, os recursos são explorados pelos utilizadores mais eficientes e, desse modo, a terra e as árvores não ficam paradas, uma vez que esse sistema permite a existência de numerosas relações económicas diferentes e competitivas.

A conclusão de Myers carece de algumas ressalvas. Isto porque somente o tipo de política económica do Estado pode desvelar a eficiência ou não desse tipo de direito. Dito de outra forma, embora seja inegável o benefício social e económico proveniente da posse da terra pela comunidade, podendo usá-la conforme as suas capacidades, arrendar ou hipotecá-la, quando necessário. Contudo, essa não deve ser a melhor forma de gestão de terra para a sociedade africana, com ênfase para a moçambicana.

Visto do ângulo estritamente econômico e considerando as peculiaridades dos Estados neoliberais, a flexibilidade na transmissão dos direitos de uso ou de posse da terra no atual contexto de pobreza (muitos países africanos são extremamente pobres) e de maior demanda por terras agrícolas abriria espaço à especulação fundiária e à expropriação em níveis colossais, mais do que já acontece, hoje, pelo menos em Moçambique.

Portanto, se considerarmos a atual "corrida" ou demanda por terras agrícolas comandada pela China e pelos EUA, cujo adensamento se deu entre 2008 - 2009, conforme aponta o Oakland Institute (2011) a posse da terra, a partir do sistema consuetudinário, abre as "veias" por meio das quais ocorreria todo o processo de espoliação, tendo por atores as grandes corporações transnacionais e investidores individuais. Compelido pela fome e pela pobreza e frente à *sedução* dos mais poderosos, acreditamos que grande parte das comunidades venderia as suas terras ou arrendá-las-ia aos pequenos e aos grandes capitalistas e ela acabaria confinada em terras marginais ou nas cidades, produzindo, em tese, uma *legião* de força de trabalho, *sem - terra e sem- trabalho* (GONÇALVES, 2016).

Para compreendermos a importância da terra em Moçambique, basta olhar para a composição social do país. Por outras palavras, a importância da terra revela-se, fundamentalmente, pelo fato de este ser um país basicamente agrário no qual 80% da população ativa trabalham na agricultura de autoconsumo. Contudo, a vitalidade da terra não se coíbe apenas ao fato dela ser fonte de reprodução material, mas também por ser o *lócus* adequado para a sacralização das relações espirituais; alicerce da cultura e da reprodução das formas próprias de estruturação e ocupação do espaço, conforme expõem Matos e Medeiros (2014).

No período anterior ao colonialismo, a terra era usada pela comunidade e a ela pertencia, não podendo, por isso, ser vendida ou alienada. Alfredo (2009) explica que, antes da chegada dos portugueses em Moçambique, a ocupação da terra obedecia a um regime tradicional, fundado nos usos e costumes comunitários. Ela era distribuída pelo chefe tradicional e, as áreas próximas dos rios, lagos ou outras fontes de água, as zonas férteis eram as mais privilegiadas para a prática da agricultura.

Entretanto, com a chegada desses e, sobretudo com o advento da ocupação efetiva do país, a constituição dos prazos e das companhias majestáticas, as melhores terras foram arrancadas e locadas para as companhias ou usadas pela

administração colonial portuguesa que rapidamente se apossou delas, impondo regras para sua utilização, estratégia de exercício do poder. Portanto, a presença colonial fez cessar imediatamente os direitos de "posse" costumeiros e impôs normas para uso da terra. Entre essas leis, cabe destacar o Regulamento de Ocupação e Comércio de Terrenos (ROCT) que distinguia três classes¹⁰⁶ de terras, nomeadamente: a primeira, a segunda e a terceira.

A propósito dos direitos costumeiros da terra no período colonial, Myers (1992, p.37) afirma que "a administração colonial portuguesa não reconhecia a autoridade legal consuetudinária, especialmente, no respeitante à lei de terra. A administração colonial não atribuía à mesma autoridade à lei consuetudinária que à sua própria legislação". Por sua vez, David (1989, p. 27) entende que "o conceito colonial de propriedade comum subverteu a natureza individual da ocupação e utilização da terra sob o sistema consuetudinário da terra. A lei colonial reduziu este sistema de posse da terra ao regime dos baldios do povo da lei portuguesa".

Portanto, a administração colonial ao negar os direitos consuetudinários e arrancar a terra à população moçambicana procedeu ao que nós denominamos expropriação *original* a qual empurrou os camponeses para terras marginais, baldios e poucos produtivas. Negrão (1995) interpreta a atuação colonial num contexto mais amplo de exercício do poder que instituiu a dependência das famílias camponesas ao mercado de trabalho, indispensável à sobrevivência e a sua reprodução, bem como a formação nas contigüidades das unidades agro-industriais de um exército de mão de obra, fruto da escassez de terras no campo.

Castel-Branco (1994) entende que atuação colonial durante esse período, visava impedir a formação de uma burguesia agrária africana desenvolvida. Contudo, esse fato não impediu uma crescente diferenciação do campesinato como resultado da sua subordinação às relações de produção capitalista.

¹⁰⁶ A primeira classe era composta pelas terras mais férteis que só poderiam ser concedidas aos colonos portugueses ou aos seus representantes- as companhias; a segunda categoria correspondia às terras de fertilidade intermédia, que poderia também ser concedidas aos portugueses e aos negros moçambicanos (o que eles chamavam de indígena), mas estes em menores proporções. Já as terras da terceira classe eram as menos férteis e áridas, aquelas que a administração colonial entendia que poderiam ser atribuídos aos negros moçambicanos. Enquanto os ditos civilizados podiam registrar a terra como propriedade privada, os negros moçambicanos (ditos não civilizados) não tinham esse direito, salvo os casos em que estes renunciassem à cultura moçambicana, por meio da chamada assimilação da cultura portuguesa, comportando-se, por conseguinte, como *civilizado*. O art.º 41 do ROCT "são terras de segunda classe, os terrenos demarcados para atribuição conjunta a populações a fim de serem por eles ocupados e utilizados de harmonia com os seus usos e costumes" (ALFREDO, 2009, p. 34).

Seja como for, o certo é que essa forma de atuação e, por conseguinte, as relações de produção e de troca no campo prevaleceram inalteradas até a independência. Com a conquista da independência, renasceram as esperanças da parte da população em voltar a ocupar as suas terras, até então, usurpadas pelo poder colonial. Tal fato não aconteceu, porque por meio dos Decretos Leis¹⁰⁷ n.16/75 e n. 5/76 o Estado nacionalizou ou adquiriu os direitos individuais ou particulares sobre a terra, ou seja, a terra foi tomada a favor do Estado.

Essa atitude do Estado gerou frustração e descontentamento no seio da população que olhava para independência como a oportunidade para reaver suas antigas terras. Bruce (1992, p. 8) entende que a atitude do Estado moçambicano condizia com a lógica dominante em muitos países africanos após a década de 1960, porque esses se engajaram em

Fazer alterações básicas aos seus sistemas de terra [supondo que] os sistemas de posse consuetudinários da terra eram demasiado tradicionais para poderem fornecer uma base adequada para o desenvolvimento agrícola. [assim] as novas elites governamentais não estavam inclinadas para estas formas, porque constituíam uma importante base de poder das autoridades tradicionais, que elas procuravam substituir. [Além disso] havia também o desejo de ter um único sistema de posse da terra.

Para o Estado e a FRELIMO, a reconquista da terra e sua "devolução" para as mãos do povo organizado e por eles dirigido, era a condição fundamental sem a qual a independência política não teria um sentido real para o povo, ou seja, se a terra continuasse nas mãos de um punhado de latifundiários estrangeiros ou nacionais, não se poderia falar em independência real. Negrão (1998) observa que, com a independência e a nacionalização da terra, não houve a redistribuição desta para as populações, mas a transformação das propriedades privadas antes detidas pelos brancos em *machambas* estatais, de forma que as famílias continuavam trabalhando nas terras onde se encontravam.

Abrahamsson e Nilsson (1994), por sua vez, entendem que os camponeses tinham feito a sua própria "reforma agrária" antes mesmo de o Estado voltar a arrancar as suas terras, porque, tão logo que os portugueses abandonaram a terra, eles voltaram a tomar as suas antigas terras. Por isso, o discurso oficial do Estado que afirma ter feito uma restituição coletiva das terras que outrora estiveram sob o

¹⁰⁷ O primeiro decreto visava à nacionalização/intervencionar das grandes explorações agrícolas e esquemas agrícolas coloniais e o segundo aplicava-se a intervenção da terra utilizada para fins habitacionais privados e de arrendamento que mais tarde, isto é, em 1977 culminou com a nacionalização do parque imobiliário e a fundação da empresa estatal Administração do Parque e Imobiliário do Estado (APIE).

domínio colonial e seu engajamento com a política de socialização do campo cuja célula *mater* era aldeificação e abertura das *machambas* estatais, visava apenas mascarar e justificar sua ação espoliadora sobre a população.

Portanto, é dentro desse ambiente de quase "disputa" entre os camponeses e o Estado que a primeira legislação de terra vai ser construída. Assim, no período entre 1975 a 1984 o Estado moçambicano, sob a direção da Frelimo¹⁰⁸, *entronizou* a terra como elemento chave no processo de construção da nova sociedade. De fato, a terra foi formalmente definida como meio universal de criação de riqueza e do bem-estar social e o caminho para a independência efetiva. Seguindo essa linha de cunho revolucionário, a nova Lei de terra aprovada em 1979 vai transbordar ou refletir de "cara" os interesses do Estado no controle da terra tida como meio para a construção do socialismo.

Por esse motivo, a lei de terras foi revestida de um caráter revolucionário, exaltando o necessário engajamento do povo moçambicano na construção da nova sociedade e do *novo homem* socialista. Essas questões já tinham sido enfaticamente apresentadas na Constituição de 1975. As ressalvas feitas no preâmbulo dessa lei são elucidativas desse caráter e anuncia

A Frente de Libertação de Moçambique definiu a luta armada de libertação nacional, desde o seu desencadeamento, como combate que tinha por objetivo libertar a terra e os homens. Depois da usurpação e espoliação das melhores terras, feita ao longo de quinhentos anos pelo colonialismo, português, arrancar a terra à sujeição e exploração estrangeiras devolvendo ao povo moçambicano, era uma exigência do processo histórico, condição de uma independência real e efetiva. Era também uma das principais condições para a edificação do socialismo (MOÇAMBIQUE, 1979, p. 223).

Como dito na parte 1, o ódio pelo colonialismo e por todas as suas formas e manifestações serviu durante muito tempo, como a *ligadura* ideológica que unia os interesses do Estado e o engajamento mais ou menos voluntarioso da população na construção do novo Estado. Em torno desse envolvimento, a figura de Samora Machel desempenhava um papel importante, tanto pelo seu carisma quanto pelo seu caráter incisivo na tomada de decisões.

De fato, a eloquência com que anunciava expressões como: o *fim da exploração do homem pelo homem*; a *eliminação do imperialismo*; o *Estado é formado por operários e camponeses*, entre outras que alimentavam a retórica

¹⁰⁸ O art.º 1º da Constituição publicada em 1975, diz que a República Popular de Moçambique é fruto da resistência secular e da luta heróica e vitoriosa do povo moçambicano, sob direção da FRELIMO, contra a dominação colonial portuguesa e o imperialismo.

samoriana tinha um peso ideológico, incomensurável, sobretudo no contexto de uma sociedade fortemente pulverizada pela ação colonial e, agora, em processo de reconstrução. De alguma forma, a sociedade moçambicana olhava para a Frelimo e seus dirigentes com certa admiração, mesclando medo e sentimento de gratidão pela libertação.

Portanto, a Lei n. 6/79, Lei de terras que entrou em vigor no dia 25 de setembro de 1979 revogou, imediatamente, o Regulamento de Ocupação de Terrenos nas Províncias Ultramarinas (ROTPU) instituído pelo Decreto Lei n. 43894 de 6 de setembro de 1961 que até então, vigorava. A nova lei cria a base legal, isto é, institui as condições do uso e aproveitamento da terra no país. Ou seja, "a Lei de terras visa disciplinar e organizar o uso e aproveitamento da terra, criando instituições cujo funcionamento torna possível à planificação socialista das atividades a ela ligadas" (MOÇAMBIQUE, 1979, p. 223).

A nova legislação que surge praticamente sob as cinzas do III Congresso da FRELIMO visava essencialmente resolver não só questões prementes como, por exemplo, a posse da terra e o seu uso como instrumento de privilégio, mas também criar condições institucionais e legais para a introdução da política de socialização do campo. Junto com a agricultura, a indústria foi definida como base e fator dinamizador da economia, conforme expõem o art.º 6º da Constituição de 1975.

A Lei n. 6/79, na verdade só foi aplicada efetivamente, a partir de 1987, pois antes desse período "salvo muito raras exceções, o principal instrumento de implementação da legislação sobre a terra foi o plano centralizado" (CARRILHO, 1992, p. 32). Essa legislação retoma o art.º 8º da Constituição de 1975 e no art.º 1º

Nos termos da Constituição a terra na República Popular de Moçambique é propriedade do Estado que determina as condições do seu uso e aproveitamento. Na República Popular de Moçambique a terra não pode ser vendida ou por qualquer outra forma alienada, nem arrendada, hipotecada ou penhorada. O trabalho da terra como meio universal de criação da riqueza e bem-estar social é direito de todo o povo moçambicano. E o direito de uso e aproveitamento da terra é regido pela presente lei e seus regulamentos, tendo em vista a constante melhoria das condições de vida (MOÇAMBIQUE, 1979, p. 224).

Desse modo, um dos destaques dessa lei é o fato de a terra ter sido declarada propriedade do Estado, não podendo ser vendida, alienada, tampouco hipotecada ou penhorada. Na referida lei, instituiu-se, também, que a terra é reservada a todo o povo moçambicano o direito de nela trabalhar. Ao Estado, cabe, então, determinar as condições de seu uso e aproveitamento.

Com efeito, a centralização da propriedade da terra nas mãos do Estado revela a permanência das estruturas e das relações de produção do período colonial, porém, sob novo rosto. Castel-Branco (1994) é enfático nesse aspecto e assinala que o Estado não levantou, não enfrentou, tampouco resolveu o problema da transformação da estrutura das relações de produção e de troca no campo. Quando muito transferiu o centro de acumulação do setor capitalista colonial e multinacional para o setor estatal, conservando as mesmas estruturas e as relações sociais herdadas.

Nesse contexto, a nova lei de terras vai defender, fundamentalmente, interesses de dois entes umbilicalmente ligados: o Estado e o partido Frelimo. Para apreender essa realidade, basta observar o art.º 9º que dispõe sobre as condições de utilização gratuita ou onerosa da terra e diz: o uso e aproveitamento da terra são gratuitos quando se destina: "(a) ao partido FRELIMO; (b) ao Estado, instituições ou empresas estatais e cooperativas; (c) organizações democráticas de massas e a organismos ou associações com fins culturais, desportivos ou sociais" (MOÇAMBIQUE, 1979). A lei conferia, também, o direito de uso e aproveitamento gratuitos da terra à população, desde que fosse para exploração familiar e outros fins agrários ou mesmo para a construção da habitação própria.

No esforço para a construção do socialismo, a nova lei de terras vai recorrer ao art.º 12 da Constituição de 1975, que reconhece a existência da propriedade privada. No entanto, define que, no território nacional, é vedado o seu exercício fora do que está firmado no art.º 13 dessa Constituição. Em contrapartida, o Estado vai estimular no art.º 16 a integração em cooperativas a produção de caráter familiar. Desse modo, "o Estado estimula e apóia a integração das explorações familiares isoladas em cooperativas agrárias, particularmente nas zonas de desenvolvimento agrícola planificado" (MOÇAMBIQUE, 1979, p. 225).

Nessa perspectiva, o art.º 8º da lei determina que o uso e aproveitamento da terra para fins de economia familiar não carece da obtenção de licença, ao contrário dos outros fins para os quais possa ser solicitada a utilização da licença, que dependem estritamente da aquisição desta. Com efeito, a lei estabelece dois tipos de utilização da terra: para fins econômicos e para fins familiares. No primeiro caso, o uso e aproveitamento da terra são condicionados à observância do plano das respectivas zonas, já no segundo, a utilização da terra pode ser feita independente

do plano, desde que a parcela objeto de exploração não esteja dentro das chamadas zonas de desenvolvimento agrário planejado.

Amparado na Constituição de 1975 e buscando reforçar o papel da participação popular na edificação da nova sociedade, a lei n. 6/79 demonstra sua preocupação em relação aos cuidados no manejo da terra. E adverte no art.º 6º que

As empresas e entidades que utilizam, para fins não agrários, terras de agricultura e florestas, são obrigadas a recuperar por sua conta, a aptidão das respectivas terras para serem aproveitadas na agricultura e silvicultura. [E mais] as empresas e entidades industriais são obrigadas a empreender medidas que impedem a contaminação e poluição das terras ou águas (MOÇAMBIQUE, 1979, p. 224).

Na verdade, essa lei foi aprovada num período em que as questões ambientais acabavam de entrar em voga, ou seja, sete anos após a realização da Conferência de Estocolmo em 1972. A lei de terras reconhece, também, o Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) adquirido à luz do art.º 3º desta que classifica e caracteriza os sujeitos titulares do DUAT. Assim, o direito pode ser adquirido, tanto para fins agrários (agrícola, pecuária e silvicultura) quanto para fins não agrários (habitação, indústria, comércio, mercados, feiras, parques e jardins e outros fins sociais), conforme dispõe o art.º 19.

Na sua qualidade de regulador e proprietário da terra, o Estado não só reconhece os direitos adquiridos em conformidade com a legislação de terras em vigor na República Popular de Moçambique (RPM), mas também estabelece que

Pode ser titular do DUAT toda a pessoa singular ou coletiva com capacidade jurídica [que ao abrigo do inciso 1º do art.º 5º dessa lei] fica autorizado a retirar da terra as utilidades determinadas no plano de exploração, implantar as infraestruturas e equipamentos necessários à prossecução do fim visado, bem como utilizar a terra para fins complementares ou secundários. [Adicionalmente, o Estado] garante aos titulares a defesa contra a violação dos direitos que lhes são definidos pela presente lei (MOÇAMBIQUE, 1979, p. 225).

Conforme frisamos no início, o Estado se impôs como o principal regulador e garantia dos direitos sobre a terra e demais recursos presentes no território nacional que são também sua propriedade. O poder do Estado nas franjas das reformas neoliberais, cujos sinais evocam as deliberações do IV Congresso da Frelimo será fundamental para a atração e inserção do IDE que passa a ser regulamentado pela lei do investimento, aprovado em 1984.

Em síntese, a análise da lei n. 6/79 nos permite afirmar que: ela foi construída num contexto de acirrada pressão sobre a terra, a indústria e outros setores no contexto da evasão maciça dos quadros do Estado colonial ou a vandalização

perpetrado por eles. Esse clima possibilitou, em grande medida, a construção de uma lei voltada primariamente para atender e quiçá proteger os interesses do Estado e do partido Frelimo e de forma tangencial os interesses do povo. No bojo dessa lei é notório o esforço do Estado para garantir que a população tenha fácil acesso a terra, porém, com poucos poderes sobre ela.

E por fim, é evidente, também, que a legislação foi erigida considerando apenas duas formas de usos da terra as quais citamos anteriormente. Por isso, no total dos 43 artigos com seus respectivos incisos, estruturados em dez capítulos, a lei não apresenta sequer um artigo sobre o investimento estrangeiro, embora isso esteja presente no art.º 14 da Constituição de 1975, o qual confere ao Estado o direito de autorizar ou não a entrada desse tipo de investimento no quadro da política econômica do Estado.

1.1.2 Da Lei n. 6/79 À Lei n.19/97: avanços e permanências

Já dissemos na parte dois que, ao final da década de 1970 e na aurora da década de 1980, o quadro político- econômico mundial alterou-se profundamente. Da concentração industrial transitou-se para a descentralização e ampla mobilidade do capital; o bloco Leste comandado pela ex-União Soviética (o único bloqueio ao avanço capitalista no mundo) acenava para novos rumos e rupturas estruturais; o Leste asiático emergia como importante pólo econômico. Esses e outros acontecimentos transformaram essa década num período de mudanças estruturais rumo ao mercado.

Em Moçambique, o caráter transformador dessa década emitiu seus primeiros sinais bem no início dela. A rejeição da candidatura do país ao estatuto de membro efetivo do COMECON do qual já participava como convidado; as calamidades naturais (secas e cheias); a intensificação da guerra; o bloqueio econômico aliado aos ataques militares do governo do *Apartheid* teceram as malhas daquilo que viria a ser uma das mais duras crises econômicas e social que, aos poucos, solapava as bases do projeto de socialização do campo, augurando mudanças vultu.

No artigo *The first shall be last: entrepreneurship and communist cadres in the transition from socialism*, Róna-Tas (1994) distingue duas etapas no processo de transição entre regimes. Na primeira, denominada erosão da economia socialista, a ação do Estado alarga o seu escopo de controle; combate energicamente o declínio

das atividades sob sua alçada e abre um limitado espaço para a iniciativa privada. Com o decorrer do tempo, o pragmatismo inicial vai gradualmente abrindo flancos, ou seja, o Estado procede ao levantamento de algumas restrições até então, impostas de modo vigoroso, mas conserva a vigilância perpétua sobre a legislação financeira, laboral e agrária hostil ao setor privado.

Já na segunda etapa, designada a transição para o capitalismo, o Estado procede à construção de instituições apropriadas ao setor privado, aprova legislação e cria políticas que favorecem a economia do mercado. Nesse período, o Estado que, antes era avesso ao estabelecimento privado, passa a agir mais apropriadamente em favor deste, impõe regras, cria instituições e todas as condições necessárias.

Portanto, se aplicarmos esse quadro à experiência moçambicana, fica evidente que o período de transição para o capitalismo evoca inicialmente as deliberações do IV Congresso e as pré-reformas realizadas pelo Estado. Em função das pressões do grupo Banco Mundial, o governo realizou reformas significativas que culminou com a publicação da primeira Lei do Investimento Direto Estrangeiro (IDE)¹⁰⁹ em 1984 e a criação do Gabinete de Promoção do Investimento Estrangeiro (GPIE), percussora do Centro de Promoção de Investimentos (CPI). Na seqüência desses arranjos, o Estado aprovou a Lei n. 5/87 que instituiu o quadro legal que regulamenta e isenta os investidores nacionais do pagamento de taxas e impostos alfandegários referentes à importação de equipamentos.

Com o avolumar das pressões internacionais para a realização de reformas mais profundas, o Estado respondeu com a aprovação em 1987 do Regulamento da lei de terras de 15 de julho do mesmo ano, fruto de uma ligeira revisão da lei n. 6/79. Sem mudanças de vulto, o decreto de lei n.16/87 vai manter quase todas as disposições presentes na lei anterior, alterando somente o prazo de validade do DUAT. Dessa forma, dos anteriores 5 a 15 anos de validade, podendo ser renovado pelo mesmo período, mas nunca superior, conforme o art.º 10º da lei n. 6/79, no novo regulamento, o DUAT para fins particulares passa a ser válido por 50 anos, com a possibilidade de renovação pelo mesmo intervalo de tempo.

¹⁰⁹ O art.º 1º da Lei n. 3/93, considera-se Investimento Direto Estrangeiro qualquer das formas de contribuição de capital estrangeiro suscetível de avaliação pecuniária, que constitua capital ou recursos próprios ou sob conta e risco do investidor estrangeiro, provenientes do exterior e destinados à sua incorporação no investimento para a realização de um projeto de atividade econômica, através de uma empresa registrada em Moçambique e a operar a partir do território moçambicano (MOÇAMBIQUE, 1993, p. 4).

Para justificar essa mudança, o Estado argumenta que

A experiência da aplicação da Lei de terras, acumulada no decurso da primeira década da independência nacional, tem revelado que os planos de investimento, as explorações agrárias e industriais que têm sido empreendidos, bem como a necessidade de alteração do investimento estrangeiro, não se coadunam com os prazos tão curtos fixados pelo n. 3 do artigo 10 da referida Lei n. 6/79 (MOÇAMBIQUE, 1987).

Como visto, as pré-reformas e as reformas subseqüentes realizadas pelo Estado abriram espaço para as primeiras liberalizações, concessões ou formação de parcerias entre o setor público e privado, as *joint-ventures*. Em função dessa ligeira abertura, o Regulamento de terras aprovado em 1987 vai ampliar o número de sujeitos titulares do DUAT. Ou seja, a lei vai determinar que os titulares desse documento possam ser moçambicanos mesmo que não tenham residência em Moçambique ou pessoas coletivas ou singulares estrangeiras.

No contexto dessas reformas, o Regulamento da lei de terras vai alterar também o art.º 15 da Lei n. 6/79. De acordo com esse artigo, "considera-se exploração familiar o uso e aproveitamento agrário que visando à satisfação das necessidades do agregado familiar, não empregue trabalho assalariado" (MOÇAMBIQUE, 1979, p. 225). No mesmo regulamento, o Estado vai pela primeira vez reconhecer a importância do trabalho assalariado no uso agrário da terra pelas famílias, principalmente aquelas que não dispõem de condições físicas e mentais indispensáveis para produzir o suficiente para a família.

Para tanto, o Estado reformulou o conceito de exploração familiar integrando a possibilidade de que nesse tipo de produção voltado para o sustento familiar possa ser utilizado, quando necessário, o trabalho assalariado. Nesses termos, a lei afirma

A exploração familiar é a atividade de exploração da terra ou outra, visando responder às necessidades do agregado familiar, utilizando predominantemente a capacidade de trabalho do agregado familiar, mas também mão de obra assalariada quando for indispensável, em consequência da ausência de membros do agregado, velhice, doença ou outros como for de uso na região (MOÇAMBIQUE, 1987, p. 23).

Da análise do regulamento da lei terras, constata-se certa resistência da parte do Estado para dismantlar todo o arcabouço construído para atender o projeto socialista do Estado. Tal oposição é notável, por exemplo, no art.º 48 desse regulamento que estabelece a quantidade de terra a ser atribuída aos agregados familiares. Nessa distribuição, o Estado privilegia as famílias integradas nos planos de desenvolvimento ou que estejam residindo nas aldeias comunais em detrimento daquelas que estão fora delas.

No artigo de que fizemos referência, o Estado vai determinar que cada família tem o direito a 0,25 hectares de terra em áreas de regadio e 1 hectare de terra em área de sequeiro. Os artigos subsequentes, isto é, de 50 a 54 dispõem sobre as condições e os direitos das famílias que eventualmente forem afetadas por atividades econômicas que exijam o seu deslocamento. Com efeito, o regulamento retoma e amplia o previsto no art.º 13 da lei n. 6/79 que dispõe que "os planos de desenvolvimento agrário estabelecerão o processo das compensações e indenizações a atribuir, quando da sua implementação resultem prejuízos para os agregados familiares e outros utentes estabelecidos na área" (MOÇAMBIQUE, 1979, p. 225).

Por essa razão, "a transferência do agregado familiar da área de ocupação para outra só pode ser decidida por expressa declaração da conveniência do Estado ou interesse público" (MOÇAMBIQUE, 1987, p. 47). Portanto, se a área em causa estiver dentro do espaço contemplado pelos planos de desenvolvimento agrário, o Estado fica isento do pagamento da indenização, cabendo a ele fazer o ressarcimento em material de construção, instrumentos de trabalho e tudo o que estiver contemplado no plano.

Para aqueles agregados familiares que optarem pela exploração privada, ou seja, que não desejam integrar-se nos programas de desenvolvimento estatal, o art.º 59 estabelece as condições e as respectivas ressalvas

Aos agregados familiares quando ocupam áreas que excedam o limite estabelecido no artigo 48 deste Regulamento ou não estejam a cumprir os condicionalismos estabelecidos no n.1 do artigo 54 devem requerer uma exploração de economia privada ou a sua integração em qualquer exploração coletiva, cumprindo os formalismos necessários (MOÇAMBIQUE, 1987, p. 49).

Das alterações, até aqui feitas, é notável a intenção do Estado em responder aos apelos internacionais sobre a necessidade de realizar reformas profundas, tanto no que tange as formas e as condições de acesso a terra, quanto na própria administração do Estado. Todavia, a ação estatal não desaparece por completo, ou seja, o Estado continua defendendo e incentivando a integração dos agregados familiares nas cooperativas, demonstrando desse modo, a sua vontade em manter o projeto de socialização do campo.

Nesse longo caminho, marcado essencialmente por mudanças e por ligeiras reservas do Estado, portanto, aquilo que Pitcher (2003) denomina preservação transformativa, as deliberações do V Congresso da Frelimo vão ser de suma

importância para a reorientação política do Estado e a formação das bases da chamada burguesia nacional. Na esteira dessas resoluções,

O V congresso da FRELIMO eliminou as restrições impostas aos membros partidários da FRELIMO relativamente à acumulação de capital e anulou os limites ao número de trabalhadores que os membros partidários podiam empregar nas suas *machambas* ou empresas. Logo que o congresso autorizou a participação no setor privado dos membros partidários da FRELIMO, deu ao Estado o poder de recompensar os seus apoiantes ao disponibilizar-lhes as empresas estatais. Esta atenção à posição dos investidores nacionais resultou, provavelmente, da pressão de grupos internos que temiam que a mudança para a economia de mercado pudesse excluí-los e que viam na privatização uma oportunidade de adquirirem riqueza (PITCHER, *op.cit.*, p. 807).

É conveniente lembrar que essas e outras reformas tiveram dual papel no processo de transição do Estado, porque, embora os arranjos realizados tivessem já criado as condições para o ressurgimento do setor privado, elas erodiram também os pilares ideológicos e sociais do Estado. De fato, a ruptura com o Estado socialista foi confirmada na nova Constituição da República publicada em 1990. Nela, além da transformação da República Popular de Moçambique em República de Moçambique (RM), introduz-se, pela primeira vez na história do país, a noção do Estado de Direito Democrático¹¹⁰; art.º 3º dessa Constituição (MOÇAMBIQUE, 1990).

Entre tantas mudanças, a Constituição de 1990 retoma e amplia o disposto no art.º 8º da Constituição de 1975 e no art.º 98 determina-se, que "os *recursos* naturais situados no solo e no subsolo, nas águas interiores, no mar territorial, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva são propriedade do Estado" (MOÇAMBIQUE, 1990, p. 28, grifo nosso). No art.º 97 o Estado reconhece a importância dos agentes econômicos, do mercado e da coexistência entre o setor público, privado e cooperativo, para tanto, a Constituição estabelece que

A organização econômica e social da República de Moçambique visam a satisfação das necessidades essenciais da população e a promoção do bem-estar social e assenta nos seguintes princípios fundamentais: a) na valorização do trabalho; b) nas forças do mercado; c) na iniciativa dos agentes econômicos d) na ação do Estado como regulador e promotor do crescimento e desenvolvimento social (*ibidem*).

Além de instituir que é dever de todo cidadão moçambicano defender os interesses do Estado e servir a comunidade, a nova Constituição vai introduzir no art.º 45 alíneas (f) o dever de todo cidadão defender e conservar o ambiente, bem

¹¹⁰ De acordo com Chagas (2012, p.53), o Estado Democrático de Direito ou Estado de Direito Democrático é "uma sociedade política comandada por representantes eleitos pelos cidadãos dessa sociedade que tem por função zelar pela separação dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, garantia dos direitos fundamentais dos indivíduos e a obediência aos ditames legais".

como o direito dele em viver num ambiente equilibrado, conforme dispõe o art.º 90. Portanto, na nova Constituição o legislador buscou responder de forma mais ou menos eficaz, aos condicionalismos para a obtenção de ajuda e abertura de mais linhas de crédito.

Para Furtado (1964, p. 63) é exatamente nisso que reside o papel do Estado na incorporação das novas técnicas ou formas de produção, o que implica sempre modificações de tipo estrutural e

A forma como se efetivam essas modificações depende, em boa medida, do grau de flexibilidade do marco institucional dentro do qual opera a economia. E tal não é alheio a maior ou menor aptidão das classes dirigentes para superar as limitações naturais de seu horizonte ideológico.

A despeito das mudanças manifestas, por exemplo, pelo reconhecimento e garantia do direito de propriedade, a Constituição determina no art.º 82, inciso 2 que "a expropriação só pode ter lugar por causa de necessidade, utilidade ou interesse públicos, definidos nos termos da lei e dá lugar a justa indemnização" (MOÇAMBIQUE, 1990, p. 24). Esse artigo reformulado e presente no art.º 18 da Lei de terras n.19/97; na Lei de minas n. 14/2002 e nas demais legislações e, conjugado com os artigos 98 e 109 da Constituição de 1990 e de 2004 respectivamente, constituem a base legal usado pelo Estado para a expropriação das comunidades.

Portanto, é no bojo dessas ressalvas e avanços no âmbito da economia neoliberal que o Estado vai a aprovar a Lei de terras n.19/97 que revoga imediatamente, a legislação anterior. E para justificar essa mudança ressalta-se que

O desafio que o país enfrenta para o seu desenvolvimento, bem como a experiência na aplicação da Lei n. 6/79, de 3 de julho, Lei de terras, mostram a necessidade de sua revisão, de forma a adequá-la à nova conjuntura política, econômica e social e garantir o acesso e a segurança de posse de terra, tanto dos camponeses moçambicanos, como dos investidores nacionais e estrangeiros. Pretende-se, assim, incentivar o uso e o aproveitamento da terra, de modo a que esse recurso, mais importante de que o país dispõe, seja valorizado e contribua para o desenvolvimento da economia nacional (MOÇAMBIQUE, 1997, p.15).

De modo geral, essa lei mostra-se mais preocupada com a proteção dos direitos de uso e aproveitamento da terra pelas comunidades locais¹¹¹. Com uma elaboração mais refinada em relação às anteriores legislações, a nova lei amplia ou

¹¹¹ Para efeitos dessa lei consideram-se comunidades locais, "o agrupamento de famílias e indivíduos vivendo numa circunscrição territorial de nível de localidade ou inferior, que visa a salvaguarda de interesses comuns através da proteção de áreas habitacionais, áreas agrícolas, sejam cultivadas ou em pousio, florestas, sítios de importância cultural, pastagens, fontes de água e áreas de expansão" (MOÇAMBIQUE, 1997, p. 15). No trabalho o termo comunidade local será utilizado considerando essa definição.

reelabora o art.º 4º da Lei n. 6/79 referente ao perfil dos titulares do DUAT. Dessa forma, os artigos 10 e 11 estabelecem que

Podem ser sujeitos do direito de uso e aproveitamento da terra as pessoas nacionais, coletivas e singulares, homens e mulheres, bem como as comunidades locais. As pessoas singulares e coletivas nacionais podem obter o DUAT, individualmente ou em conjunto com outras pessoas singulares ou coletivas, sob forma de co-titularidade. As pessoas singulares e coletivas estrangeiras podem ser sujeitos de DUAT, desde que tenham projeto de investimento devidamente aprovado e observem as seguintes condições: a) sendo pessoas singulares, desde que residam há pelo menos cinco anos na República de Moçambique; b) sendo pessoas coletivas, desde que estejam constituídas ou registradas na República de Moçambique (MOÇAMBIQUE, *op.cit.*, p.16).

No que diz respeito às condições para a obtenção do DUAT, o art.º 12 estabelece que ele pode ser adquirido por

a) ocupação por pessoas singulares e pelas comunidades locais, segundo as normas e práticas costumeiras no que não contrariem a Constituição; b) ocupação por pessoas singulares nacionais que, de boa fé, estejam a utilizar a terra há pelo menos dez anos e pela c) autorização de pedido apresentado por pessoas singulares ou coletivas na forma estabelecida na presente lei (MOÇAMBIQUE, 1997, p. 17).

No inciso 2 do art.º 13, ressalva-se que, para as comunidades locais, a ausência do título não implica interrupção do DUAT adquirido por ocupação nos termos do disposto nas alíneas a) e b) do art.º 12. A nova legislação de terras reintroduz a noção do direito consuetudinário da terra, extinto na primeira fase da construção do Estado moçambicano, cujos sujeitos titulares são exclusivamente as comunidades locais.

Sem alterar o prazo de validade e as condições de renovação do DUAT, a lei determina, no art.º 17, que o direito de uso e aproveitamento da terra adquirido pelas comunidades por ocupação; destinada à habitação a outros fins familiares por pessoas singulares nacionais tem prazo indeterminado, salvo se a referida área for solicitada pelo Estado para execução de projetos de interesse público. Contudo, a expropriação deve ser precedida pelo pagamento de justa indenização ou compensação.

Na esteira desses arranjos, a legislação propõe a descentralização na tomada de decisões e nas competências para atribuição do DUAT e estabelece a necessidade do envolvimento das comunidades locais na gestão da terra e de outros bens naturais, sobretudo nas áreas rurais. Atuação estatal visa responder, no entender de Taimo (2010), às pressões dos parceiros internacionais, ou seja, a força da lógica do capital, sobre a necessidade de uma administração pública mais

eficiente com base privatizante e que responda aos imperativos das comunidades tendo como base a cidadania.

Frente a essa obrigação, o art.º 22 da nova lei determina que em áreas não abrangidas pelos planos de urbanização a aprovação do DUAT compete

a) aos governadores provinciais a autorizar pedidos de DUAT de áreas até ao limite máximo de 1000 hectares. [E cabe ao Ministério da Agricultura e pescas] autorizar os pedidos de DUAT de áreas entre 1000 e 10 000 hectares. [E finalmente] compete ao Conselho de Ministros, autorizar pedidos de DUAT de áreas que ultrapassam a competência do ministro da agricultura e pescas, desde que inseridos num plano de uso da terra ou cujo enquadramento seja possível num mapa de uso da terra (MOÇAMBIQUE, 1997, p.18).

Sem dúvidas que o quadro em questão objetiva desburocratizar e acelerar o processo de obtenção do DUAT, bem como tornar seus procedimentos mais participativos e inclusivos provavelmente. Contudo, uma das questões que nos preocupa é que o fato da lei não estabelecer o limite máximo da área, que pode ser objeto do DUAT, deixa transparecer que, em Moçambique, o investidor pode requerer a quantidade de terra que deseja. Essa imprecisão, aliado ao prazo de validade do DUAT, definem, em boa parte, o atual cenário de expropriação das comunidades locais.

É fato que os arranjos feitos em alguns artigos criam condições para uma participação relativamente maior das comunidades locais nos processos de aquisição do DUAT, sobretudo quando elas são objeto de expropriação. Por força do Diploma Ministerial n.158/2011 e do previsto no art.º 32 da Lei n. 20/2014, estabelece-se que o processo das consultas comunitárias deve ser realizado, no mínimo, em duas fases, observando o intervalo de 30 dias entre a primeira e a segunda sessão de consulta à comunidade local. E quanto aos mecanismos de acompanhamento, bem como os participantes nessas fases, o art.º 2º do referido Diploma determina que

Nas reuniões referidas no artigo anterior participam: a) o Administrador do Distrito ou seu representante; b) o representante dos serviços de cadastro; c) os membros dos Conselhos Consultivos de Povoação e Localidade; d) os membros da comunidade local e os titulares ou ocupantes dos terrenos; e) o requerente ou seu representante (MOÇAMBIQUE, 2011, p. 282).

Com efeito, o aumento do número de sessões de consulta às comunidades locais nos indica que há um esforço no sentido de democratizar o processo de obtenção do DUAT, tanto pelos investidores nacionais quanto pelos estrangeiros ou seus representantes. Tal procedimento, aparentemente bom para a comunidade

local, apresenta armadilhas no seu bojo, isso porque, apesar de ele ser aberto a toda comunidade, as informações obtidas durante o campo revelam que somente as lideranças tradicionais têm participado dessas sessões. Além disso, as negociações feitas entre os líderes tradicionais (com baixíssimas qualificações); alguns membros das comunidades afetadas, mandatários das empresas na presença dos administradores, quase sempre são vantajosos para o investidor em detrimento da comunidade local.

O investidor, detentor do poder econômico e com alta capacidade para *seduzir* ou influenciar as lideranças tradicionais, promete melhores condições de vida e emprego (símbolos da racionalidade do objeto) para toda a comunidade caso seja-lhes autorizado a operar naquela área. E, quando necessário, o setor privado forma coalizões político-econômicas com funcionários do Estado em todos os níveis e, com recurso à compra da lealdade ou à intimidação obrigam os líderes tradicionais a convencer suas comunidades para ceder seus direitos de uso da terra para as grandes transnacionais em troca de compensação pelos deslocamentos compulsórios e de promessas de benefícios futuros - o que quase sempre não acontece.

Portanto, esse processo é descrito por Silva (2016) como a principal estratégia da territorialização do capital, já que a terra constitui o principal recurso a ser apropriado pela cadeia produtiva dominante. E para o caso da mineração, a terra é a célula *mater* de toda ação produtiva. Para Stedile (2013, p. 23), a recente crise do capital financeiro tem efeitos sobre os bens da natureza, no sentido de que "grandes grupos econômicos do Norte, diante da crise, das baixas taxas de juros, correram para a periferia buscando proteger seus capitais voláteis por meio da aplicação em ativos como terra, minérios, matérias-primas agrícolas, água e territórios".

Diante disso, Stedile ressalva que, para entender o atual cenário de controle das empresas transnacionais e do capital financeiro sobre os bens da natureza, inclusive a terra, é preciso compreender que "construiu-se uma aliança maquiavélica nos países do Sul entre os interesses dos grandes proprietários da terra, latifundiários e fazendeiros capitalistas e as empresas transnacionais. Essa aliança está destruindo e inviabilizando a agricultura camponesa" (STEDILE, *op.cit.*, p. 26).

Embora no contexto moçambicano não se possa falar legalmente em grandes proprietários de terras, latifundiários e fazendeiros capitalistas, em virtude de a terra

ser propriedade do Estado, contudo, compreendemos que o mais recente processo de territorialização do capital, com consequente expropriação das comunidades pelas grandes transnacionais do carvão mineral e do agronegócio (Prosavana) é uma implicação direta do modelo desenvolvimentista do Estado que, responde aos mecanismos de mobilidade e de controle do capital, portanto, a aliança maquiavélica no dizer de Stedile (2013, p. 23), ou então, a outra face da nova,

Divisão internacional da produção e do trabalho que condena a maior parte dos países do hemisfério Sul a ser meros exportadores de matérias-primas agrícolas e minerais, [cuos] governos embora eleitos em processos eleitorais tidos como democráticos, são na verdade conduzidos pela força da lógica do capital e por todo tipo de manipulação mediática, resultando em governos servis a esses interesse.

Mas é preciso lembrar que os governos não servem exclusivamente aos interesses do capital, embalados em imposições, desregulamentação e outro tipo de "torturas psicológicas" realizadas pelas IFIs, mas também aos negócios próprios, das elites políticas e dos partidos no poder que formam coalizão com o setor privado, a garantia da manutenção do poder político.

Conforme temos vindo a destacar, as reformas realizadas pelo Estado, desde o IV Congresso da Frelimo, cujo marco oficial da virada da política estatal foi à entrada em vigor da Constituição de 1990; os arranjos políticos, institucionais e legais em diversas frentes criaram as condições necessárias para a atração do investimento direto estrangeiro. Prova disso é que, a partir de 1996, o investimento estrangeiro em Moçambique mostrou os primeiros sinais de crescimento. Nesse ano a África do Sul e as Maurícias foram os países que mais investiram no país (TAIMO, 2010). Portanto, junto ao aumento do IDE, o retorno de moçambicanos que até então estavam refugiados em outros países aumentou a demanda e a pressão para a obtenção do DUAT.

Foi em resposta a esse novo cenário que o Estado aprovou o Regulamento da Lei de terras por meio do Decreto n. 66/98 de 8 de dezembro de 1998. Com o novo instrumento legal, a ação estatal visa, em boa medida, clarificar algumas questões em relação ao uso e aproveitamento da terra. E a nota introdutória é enfática nesse sentido e diz,

A experiência resultante da aplicação do Regulamento demonstrou a necessidade de alterar várias das suas disposições, de modo a simplificar os procedimentos administrativos e facilitar, deste modo, o acesso a terra por parte dos investidores nacionais e estrangeiros. A revisão da lei de terras, efetuada pela lei n.19/97, de 1 de outubro, introduziu várias inovações que importa regulamentar, nomeadamente o reconhecimento dos direitos adquiridos por ocupação pelas comunidades locais e pelas pessoas

singulares nacionais que, de boa fé, ocupam a terra há pelo menos dez anos (MOÇAMBIQUE, 1998, p.33).

Além de reconhecer os direitos de uso e aproveitamento da terra adquiridos pela ocupação de boa-fé, o novo Regulamento trás novos conceitos no âmbito das estratégias de uso, valorização e conservação da terra, como por exemplo, o conceito de benfeitoria¹¹². Essa lei regulamenta as zonas de proteção parcial criadas pela legislação anterior, bem como estabelece os limites a serem observados em cada zona de proteção parcial. E já no art.º 7º determina que "nas zonas de proteção parcial não pode ser adquirido o direito de uso e aproveitamento da terra" (MOÇAMBIQUE, *op.cit.*, p. 34).

Em respeito às condições de aquisição do DUAT, o art.º 9º mantém quase que todas as disposições e as condições previstas no art.º 12 da lei n.19/97. A única alteração feita é a inclusão no novo regulamento do inciso 3, que abre a possibilidade de se incluir no Cadastro Nacional de Terras (CNT) "quando necessário ou a pedido das comunidades locais, as áreas onde recaia o DUAT adquirido por ocupação segundo as práticas costumeiras, de acordo com os requisitos a serem definidos num anexo técnico" (MOÇAMBIQUE, 1998, p. 35).

A nova lei institui também a obtenção do DUAT por pessoas singulares por ocupação de boa-fé. O art.º 10º refere que "as pessoas singulares nacionais que, de boa-fé, estejam a utilizar a terra há pelo menos dez anos, adquirem o direito de uso e aproveitamento da terra" (*idem*). O regulamento, também, apresenta algumas inovações como, por exemplo, a admissibilidade da co-titularidade do DUAT, tanto pelas pessoas singulares nacionais ou coletivas quanto pelas comunidades locais, desde que isso obedeça ao que está estabelecido no art.º 1403 e demais artigos do Código civil.

Assim como na anterior legislação, nessa o Estado reafirma a sua posição de detentor da propriedade da terra e de todos os recursos presentes em território nacional, inclusive no leito marinho. Para endossar esse poder, o legislador estabelece os direitos e, sobretudo os deveres dos titulares do DUAT. Entre eles, o art.º 14 determina

¹¹² Segundo esse regulamento benfeitoria é "toda a despesa feita para conservar ou melhorar a terra. As benfeitorias classificam-se em necessárias, úteis ou voluptuárias. São benfeitorias necessárias as que têm por fim evitar a perda, destruição ou deterioração da terra; úteis as que, sendo indispensáveis para sua conservação, lhe aumentam, todavia, o valor; voluptuárias as que, sendo indispensáveis para a conservação nem lhe aumentando o valor, servem apenas para recreio do benfeitorizante" (MOÇAMBIQUE, 1998, p.33).

a) utilizar a terra respeitando os princípios definidos na Constituição e demais legislação em vigor, e, no caso do exercício de atividades econômicas, em conformidade com o plano de exploração e de acordo com o definido na legislação relativa ao exercício da respectiva atividade; d) permitir a execução de operações ou à instalação de acessórios e equipamentos conduzidas ao abrigo de licença de prospecção e pesquisa mineira, concessão mineira ou certificado mineiro, mediante justa indemnização (MOÇAMBIQUE, 1998, p. 35).

Ademais, o número 3 do art.º 19 do referido regulamento dispõe sobre as formas ou condições do término do DUAT e afirma que "o processo de extinção do direito de uso e aproveitamento da terra, por motivo de interesse público, será paralelo ao processo de expropriação e é precedido do pagamento de justa indemnização e/ou compensação" (MOÇAMBIQUE, *op.cit.*, p. 36).

Portanto, à semelhança da legislação de 1997, no regulamento de 1998 persistem algumas imprecisões que em nossa opinião pode ter sido uma ação deliberada do legislador. Porque, ao não explicitar o que considera justa indemnização, os requisitos básicos para tal, tampouco que tipo de investimento deve ser considerado de *interesse público*, deixa margens para outras interpretações que, certamente, prejudicam as comunidades locais.

Todavia, em função do que temos vivenciado em Moçambique o Estado considera como de *interesse público*, os médios e grandes projetos em diversas áreas econômicas, sobretudo a mineração, o agronegócio e infraestruturas. Com a exceção desse último setor, o resto dos projetos não representa os interesses nacionais, muito menos das comunidades expropriadas, mas os negócios e as parcerias público-privados comandados pelo Estado que revelam a inserção subordinada de Moçambique na economia internacional. No país, esse processo é assegurado pelo influxo do IDE corporificado nas grandes transnacionais, expressão mais avançada do capitalismo e do movimento internacional de capitais.

1.2 A LEGISLAÇÃO SOBRE O INVESTIMENTO ECONÔMICO: as garantias do Estado ao Investimento Direto Estrangeiro

1.2.1 Da Lei n. 4/84 À Lei n.18/93

No artigo, *O imperialismo, passado e presente*, o economista egípcio Samir Amin retoma um "velho" debate sobre a caracterização do capitalismo. Nele, rebate, por exemplo, a ideia cristalizada, *Imperialismo, a fase superior do capitalismo*, defendida por Lênin em 1916. Para Amin, "o imperialismo, então, não é um estágio-

nem mesmo o estágio supremo- do capitalismo. Ele é, desde a origem, imanente à sua expansão" (AMIN, 2005, p. 84).

Em relação às etapas de seu desenvolvimento, isto é, a própria expansão capitalista, o autor aponta três fases distintas: a primeira que remota à conquista e devastação das Américas; a segunda que evoca a submissão colonial e o despojamento da África e da Ásia em busca de homens e de bens naturais e, por fim, a época que se inicia com a queda do socialismo soviético e dos regimes do nacionalismo populistas terceiro mundistas. Apesar dessas metamorfoses, os objetivos do capital dominante permanecem intatos, portanto, "o controle da expansão dos mercados, a pilhagem dos "recursos" naturais do planeta, a superexploração das reservas de mão de obra da periferia- ainda que, operando em novas condições e, em certos aspectos, muito diferentes daquelas que caracterizaram a fase precedente do imperialismo" (AMIN, *op.cit.*, p. 85, grifo nosso).

Sem dúvidas, a compreensão do processo de integração de Moçambique no sistema capitalista mundial não dispensa a análise integrada e dialética das duas últimas etapas. Mesmo reconhecendo esse fato, concentraremos nossa atenção na última fase, porque acreditamos que ela fornece pistas para entendermos como e por quais forças o Estado moçambicano foi "coagido" a realizar as reformas em curso que, literalmente, deixaram o país pronto para a nova inserção internacional, ao gosto do grande capital, tal como afirma Bellucci (2006).

Já assinalamos que a ação estatal foi orientada por princípios elaborados em escala internacional, na sua grande maioria, sumarizados posteriormente, no chamado Consenso de Washington (CW). Portanto, entender de Oliveira (2013, grifo do autor) esses arranjos visam erigir a "pátria" única do capital.

Com o objetivo de dar respostas a essas orientações, o Estado aprovou, em 1984, por força da Lei n. 4/84 de 18 de agosto desse ano, a Lei de investimentos e o seu respectivo Regulamento pelo Decreto n. 8/87 de 30 de janeiro de 1987. Adicionalmente, promulgou-se a Lei n. 5/87 e regulamentada pelo Decreto n.10/87 de 30 de janeiro. As duas últimas leis criam o quadro jurídico e as condições para o usufruto dos benefícios fiscais e aduaneiros.

Todavia, com o aumento das pressões internacionais, as mudanças na linha de orientação político-ideológica do Estado e as transformações de toda a natureza daí decorrentes, uma vez mais, a ação estatal foi chamada a operar reformas no pacote legislativo. E para atender a essa solicitação, realizou-se a revisão da Lei n.

4/84 e do respectivo Regulamento sobre o investimento nacional e estrangeiro. Para isso, o Estado argumenta

Consciente da necessidade de adoção de um quadro legal orientador do processo de realização, em território nacional moçambicano de empreendimentos que envolvam investimentos privados nacionais e estrangeiros, susceptíveis de contribuir para o progresso e bem estar social no país, [e, em função das] profundas transformações que têm vindo a operar no mundo em geral e no país em particular especialmente decorrentes do processo de implementação do PRE e da nova Constituição da República associadas a pertinente exigência em se adotar uma política econômica mais aberta objetiva e que privilegie maior participação, complementaridade e igualdade de tratamento dos investimentos nacionais e estrangeiros determinam a necessidade de revisão da legislação existente sobre esta matéria (MOÇAMBIQUE, 1993, p.7).

Esse processo que, a primeira vista, pode parecer vontade e obediência da parte do Estado moçambicano deve, contudo, ser entendido num contexto mais amplo de busca pelo reconhecimento. Somente a aliança entre o Estado e o capital estrangeiro, representada pelas grandes transnacionais, permite sua legitimidade, enquanto formação política e social local, conforme explica Petrella (1991). Além disso, tal obediência é muitas vezes recompensada, tanto pelo reconhecimento feito na mídia e em altas reuniões das IFIs que, com frequência elogiam a postura do país, quanto por outros artifícios e esquemas dúbios¹¹³ que asseguram o conforto e a recompensa da elite política nacional.

A nova lei sobre o investimento em Moçambique, além de apresentar o objeto de sua aplicação (aplica-se a investimentos de natureza econômica realizadas no país), introduz, também, conceitos fundamentais como, por exemplo, o de capital investido exportável, lucros exportáveis, capital estrangeiro, investimento direto estrangeiro, Zona Econômica Especial (ZEE)¹¹⁴, esta última regulamentada pela lei nº 18/93. Logo no art.º 3º, esclarecem-se as condições e os objetivos de sua

¹¹³ O caso mais recente e midiático desses esquemas dúbios que recompensam a elite política nacional, e com a cumplicidade do Ocidente, é o recente escândalo das chamadas dívidas oculta e/ou escondidas contraídas pelo governo, provavelmente, entre 2012 e 2014, sem a autorização da Assembleia da República (AR), porém, com garantias soberanas do Estado. Essas dívidas que geram dúvidas sobre o futuro político e econômico do país e, por conseguinte, de muitos de nós, são estimadas em US\$ 2,0 bilhões.

Disponível em: < <http://www.imf.org/en/News> > Acesso em: 12 maio 2017.

¹¹⁴ Segundo alínea (z) do art.º 1º da referida lei, designa-se Zona Econômica Especial a "área de atividade econômica em geral, geograficamente delimitada e regida por um regime aduaneiro especial com base no qual todas as mercadorias que aí entrem, se encontrem, circulem, se transformem industrialmente ou saiam para fora do território nacional estão totalmente isentas de quaisquer imposições aduaneiras, fiscais e para- fiscais correlacionadas, gozando, adicionalmente, de um regime cambial livre e de operações *off-shore* e de regimes fiscal, laboral e de migração especificamente instituídos e adequados à entrada rápida e eficiente funcionamento de empreendimentos e investidores que aí pretendem ou se encontram já a operar ou a residir" (MOÇAMBIQUE, 1993, p.6).

aplicação. Com efeito, "a presente lei aplica-se a investimentos de natureza econômica que se realizam em território moçambicano e pretendam beneficiar das garantias e incentivos nela consagrados, bem como aos investimentos levados a cabo nas zonas francas industriais e zonas econômicas especiais" (MOÇAMBIQUE, 1993, p.7).

De início, dois aspectos merecem ressalvas nesse artigo: primeiro, os benefícios fiscais e de outra natureza referidos no artigo em análise não são partes integrantes dessa lei, mas objeto de uma legislação à parte, isto é, o Decreto n.16/2002 e a Lei n. 4/2009 que dispõem sobre os benefícios fiscais atribuídos ao investimento realizado no âmbito da Lei n. 3/93; segundo, tanto as garantias quanto os incentivos preconizados pelo Estado vêm, desde a lei anterior, portanto, a legislação de 1984. Desse modo, aspectos como a possibilidade de transferência de lucros, a amortização e juros de empréstimos, capital exportável, segurança e proteção, reelaborados e endossados na legislação de 1993, são rastros da crescente preocupação do Estado em proteger o investimento estrangeiro, bem como sua abertura para o investimento externo.

A outra exceção presente no mesmo artigo que, a nosso ver, merece destaque, é o fato de essa lei não se aplicar aos investimentos realizados ou a ser realizados nos setores seguintes: a) na prospecção, pesquisa e produção de petróleo, gás natural e indústria extrativa de recursos minerais e, b) os investimentos públicos financiados por fundos do Orçamento Geral do Estado (OGE).

Feitas essas ressalvas, o Estado define, então no art.º 6º a premissa básica e orientadora de todos os investimentos feitos à luz dessa lei. Assim, "os investimentos abrangidos por esta lei, independentemente da forma de que se revistam, deverão contribuir para o desenvolvimento econômico e social sustentável do país e subordinar-se aos princípios e objetivos da política econômica nacional [...]" (MOÇAMBIQUE, 1993, p. 9). Já no artigo seguinte, o Estado especifica os objetivos para os quais devem ser realizados os investimentos amparados por essa lei.

Para tanto, a realização de investimentos, no âmbito dessa legislação, visa, entre outros, a criação de postos de emprego para trabalhadores nacionais e a elevação da qualificação profissional da mão de obra moçambicana; a redução e substituição de importações e a contribuição para a melhoria do abastecimento do

mercado interno e da satisfação das necessidades prioritárias e indispensáveis das populações.

Portanto, conforme temos vindo a defender, a premissa da criação de postos de emprego para trabalhadores nacionais é usada, replicada, reelaborada e readaptada para construir os *consensos sociais* e a *racionalidade* necessária à aceitação dos grandes projetos de investimentos, com ênfase para os do carvão mineral de Moatize. Em nível dos Distritos, o trabalhador nacional encarna-se no trabalhador local, sobretudo aquele proveniente das comunidades "hospedeiras" e, por fim, a expectativa da comunidade em ver seus filhos ou membros qualificados profissionalmente ou integrados no mercado de trabalho nacional, derruba as barreiras e deleita corações, encerrando assim, as estratégias e os *lobbies* do Estado e das grandes transnacionais.

Do ponto de vista legal, a aliança formada entre o Estado e o grande capital encontra o amparo necessário nessa legislação. Entre garantias e incentivos fiscais, o poder estatal vai solidificando a presença e atuação cada vez mais forte do capital estrangeiro em Moçambique. E para tanto, são de fundamental importância as disposições e as cauções presentes, desde o art.º 13 até 16. Vamos por partes.

(i) Proteção dos direitos de propriedade;

O Estado

Garante a segurança e proteção jurídica da propriedade sobre os bens e direitos, incluindo os direitos de propriedade industrial, compreendidos no âmbito dos investimentos autorizados e realizados de conformidade com esta lei e respectiva regulamentação. Com fundamento em ponderosas razões e interesses nacional, saúde e ordens públicas, a nacionalização ou expropriação de bens e direitos que constituam investimento autorizado e realizado nos termos desta lei será objeto de indemnização justa e equitativa (MOÇAMBIQUE, 1993, p.10).

(ii) Transferência de fundos para o exterior;

O Estado assegura, de acordo com as condições fixadas na respectiva autorização e outros instrumentos jurídicos necessários ao investimento, a transferência para o exterior de

Lucros exportáveis resultantes de investimentos elegíveis à exportação de lucros nos termos da regulamentação desta lei; *royalties* ou outros rendimentos de remuneração de investimentos indiretos associados à transferência de tecnologia; amortizações e juros de empréstimos contraídos no mercado financeiro internacional e aplicados em projetos de investimentos realizados no país; capital estrangeiro investido e reexportável, independentemente da elegibilidade ou não do respectivo projeto de investimento nos termos da regulamentação da presente lei (idem).

(iii) Incentivos

No que diz respeito aos incentivos ou atrativos para o investimento estrangeiro e nacional, o Estado garante que

Em complemento das garantias de propriedade de fundos para o exterior consagrados nos artigos 13 e 15, o Estado garante a concessão dos incentivos fiscais e aduaneiros a ser definido no código dos benefícios fiscais para investimentos em Moçambique. O direito ao gozo dos incentivos concedidos nos termos do número anterior é irrevogável durante a vigência do respectivo prazo que for previsto no código dos benefícios fiscais para o investimento desde que não se alterem os condicionalismos que tiveram fundamentado a sua concessão (MOÇAMBIQUE, *op.cit.*, p.11).

Porém, as cauções do Estado ao investimento estrangeiro vão além do que já anunciamos. Pois, a legislação sobre essa matéria confere aos investidores e, sobretudo as suas empresas, enquanto sujeitos de direito internacional, conforme Roland e Faria (2013), o direito de recorrer às instituições de arbitragem e aos protocolos internacionais os quais Moçambique é signatário. Nesse sentido, o art.º 25 da presente lei estabelece que

Os eventuais diferendos relativos à interpretação e aplicação da presente lei e sua regulamentação, que não possam ser solucionados por via amigável ou negocial, serão submetidos, para resolução, às entidades judiciais competentes, em conformidade com a legislação moçambicana. Os diferendos entre o Estado e investidores estrangeiros concernentes a investimentos autorizados e realizados no país, que não puderem ser solucionados nos termos previstos no número anterior, serão, salvo acordo em contrário, resolvidos por arbitragem, com possível recurso mediante a prévia concordância expressa de ambas as partes, as regras da Convenção de Washington, de 15 de março de 1965, sobre a Resolução de Diferendos Relativos a Investimentos entre Estados e Nacionais e de outros Estados, bem como do respectivo Centro Internacional de Resolução de Diferendos Relativos a Investimentos entre Estados e Nacionais de outros Estados; regras fixadas no Regulamento do Mecanismo Suplementar e, regras de arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (MOÇAMBIQUE, 1993, p.12).

As garantias previstas nessa lei sugerem não só o compromisso e a filosofia do Estado para atrair o investimento estrangeiro, sobretudo em se tratando de um país que tentava se erguer dos estragos da guerra civil, mas também expõem o caráter periférico do país, onde a acumulação de capital é definida, principalmente pelas coações externas, segundo descreve Amin (2005). Mais do que isso, o quadro e a fisionomia da nova legislação sobre o investimento *transborda* as orientações ou imposições das IFIs que, embora se autodenominem medidas de cunho econômico, tem subjacente a componente política, conforme esclarece Paiva (2000).

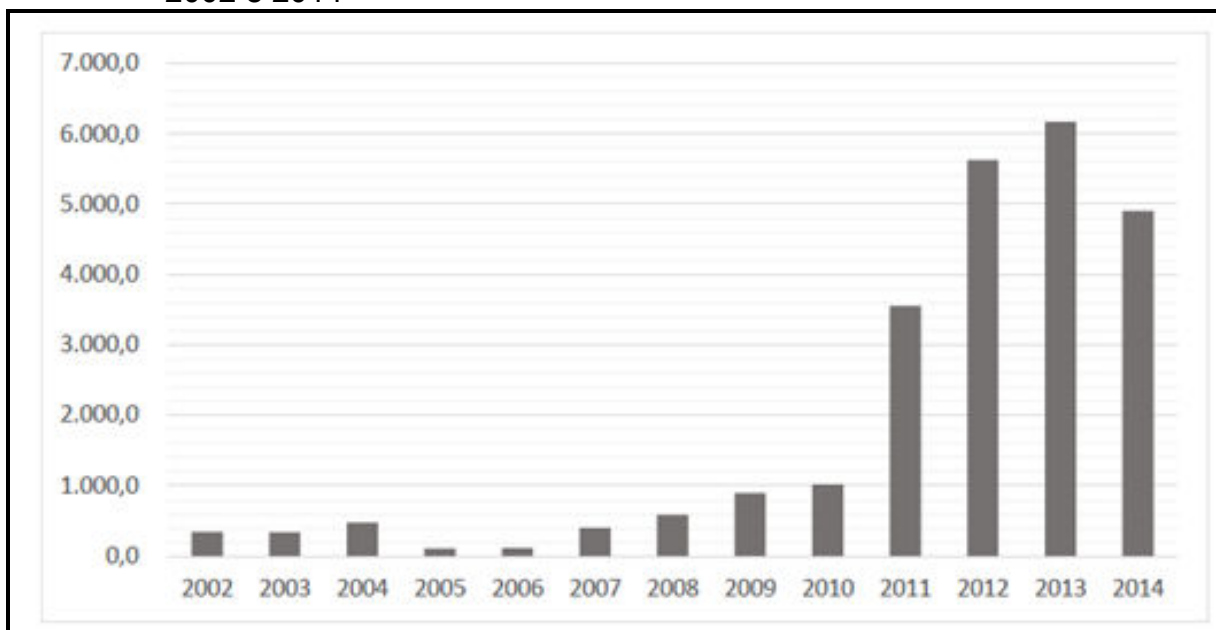
Como visto, desde a proclamação do Estado neoliberal, fruto do abandono definitivo da política socialista (pelo menos nos documentos oficiais) a ação estatal

foi/é orientada a atuar de modo mais fundo, no sentido de favorecer, promover e proteger o investimento estrangeiro, possibilitando a transição decisiva para a economia amplamente dominada pelo capital transnacional (IANNI, 1981).

Fruto disso, o investimento estrangeiro em Moçambique cresceu significativamente, na sua maioria, concentrado no setor extrativo. O gráfico 1, por exemplo, mostra o comportamento do IDE no país, a partir de 2002. Nele é possível observar que dos anteriores meio milhões de dólares americanos de investimentos registrados nesse ano, o montante saltou para US\$ 1 milhão em 2009. Em 2012 o IDE alcançou a cifra dos US\$ 5.6 bilhões e, em 2013 atingiu o seu recorde histórico quando o fluxo do investimento direto estrangeiro atingiu US\$ 6.2 bilhões. Desse ano em diante, o influxo do IDE reduziu bastante influenciado, principalmente pela queda contínua dos preços dos produtos primários iniciado em 2012 e do preço do petróleo e do carvão mineral desde meados de 2014.

Portanto, a contração do IDE acompanha a tendência da economia mundial que, após dezessete anos de aparente estabilidade e de crescimento ancorado, sobretudo aos altos índices dos preços do petróleo e dos produtos primários, exhibe os primeiros sintomas de crise em 2007 e, a partir de 2008 explode a bolha de uma crise da qual o mundo ainda não conseguiu se livrar por completo, apesar de alguns sinais de recuperação. Dessa forma, a queda no influxo do IDE encerra o chamado superciclo de *commodities* cujo início se deu na década de 1990, mas somente nos anos 2000 é que viria a ganhar força e robustez necessária para ditar o rumo e o comportamento do fluxo do IDE (WORLD INVESTMENT REPORT, 2016).

Gráfico 1- Fluxo do IDE para Moçambique (milhões de US\$) no período entre 2002 e 2014



Fonte: Banco de Moçambique. Org.: Mucanze (2016).

Mucanze (2016) associa o crescimento do IDE no país a alguns fatores como, por exemplo, o início do projeto de carvão mineral da Vale em Moatize, cuja primeira exportação ocorreu em setembro de 2011. No tange à origem desse investimento, o autor aponta que, em nível regional destacam-se as Ilhas Maurícias, acionistas majoritários da *Kenmare Moma Mining*, bem como a tradicional África do Sul com o projeto de gás de Temane extraído pela *Sasol petroleum*. Na corrida para o investimento em Moçambique, fruto não só da abundância de recursos minerais, mas também dos incentivos fiscais, Mucanze (*op.cit.*) alerta para o ingresso de novos atores na remessa do IDE para Moçambique, dos quais o Brasil.

De fato, a entrada desse país por meio da transnacional Vale S.A, que no país atua por meio da sua subsidiária Vale Moçambique, alterou expressivamente a configuração e as relações entre Moçambique e os tradicionais investidores, tais como o Reino Unido, a França, Portugal e outros. Por dois anos (2004 e 2010) o Brasil liderou o *ranking* dos maiores investidores em Moçambique, sobretudo após pagar US\$ 122,8 milhões para a compra da mina de carvão de Moatize, o maior e mais pujante projeto de carvão mineral em operação no país.

No que diz respeito à distribuição do IDE por setores de atividades, dados do Banco de Moçambique (2005) apontam que houve uma alteração significativa na concentração do IDE. Enquanto em 2002 quase 100% dos fluxos do IDE no país

estiveram centrados no setor secundário, com ênfase na indústria transformadora, essa tendência começou a mudar drasticamente a partir de 2003. Prova disso é que, em 2004, por exemplo, a indústria extrativa (carvão mineral, gás natural, metais preciosos e gemas) atraiu 71% do investimento estrangeiro, seguido pelo ramo das telecomunicações com 12%; construção com 4% e outros setores com percentuais quase marginais.

Na verdade, a indústria extrativa de recursos minerais, incluindo o gás e petróleo tem sido o principal destino do investimento em Moçambique. A título de exemplo, só em 2007, o setor ameculhou para si US\$ 202, 2 milhões e em 2013 o esse setor recebeu aproximadamente 90% do total do IDE, dos quais 53% para o setor dos hidrocarbonetos e 36% para a exploração do carvão mineral. Esses dados corroboram a assertiva de que, nos últimos 15 anos a indústria extrativa tornou-se o principal centro de acumulação capitalista em Moçambique, comandado e moldado pelo capital internacional, orientado para o mercado estrangeiro. Portanto, essa forma de atuação do capital no país, corresponde ao que Chesnais (1996, p. 49, grifo do autor) denominou de terceira fase do imperialismo, na qual "a exportação de capitais, em contraposição às exportações de mercadorias, e que têm como efeito desencadear, à escala das relações *entre países*, certo número de mecanismos de centralização internacional do valor e da riqueza, em benefício dos países exportadores de capital".

Na ordem do contínuo crescimento do IDE, bem como a entrada em funcionamento de outros megaprojetos no país, o Estado procedeu à revisão do anterior código que culminou com a aprovação da Lei n. 4/2009, novo Código dos benefícios fiscais. Conforme se clarifica no preâmbulo dessa lei, a entrada em vigor da nova legislação sobre a matéria fiscal visa "racionalizar os benefícios fiscais"¹¹⁵ para investimentos e torná-los cada vez mais eficientes e eficazes como instrumento de política econômica" (MOÇAMBIQUE, 2009, p.116).

De fato, a eficiência dos instrumentos legais, que se invoca na introdução dessa lei, tem que ver com o maior favorecimento do investimento estrangeiro, algo como um pacote fiscal generoso, tal como tem se referido o economista Castel-

¹¹⁵ Para efeitos da lei n. 4/2009, "consideram-se benefícios fiscais, as medidas que impliquem a isenção ou redução do montante a pagar dos impostos em vigor, com o fim de favorecer as atividades de reconhecido interesse público, bem como incentivar o desenvolvimento econômico do país. Os benefícios fiscais incluem: a) as deduções à matéria coletável; b) as deduções à coleta; c) as amortizações e reintegrações aceleradas; d) o crédito fiscal por investimento; e) a isenção e f) a redução da taxa de impostos e o diferimento do pagamento destes" (MOÇAMBIQUE, 2009, p.116).

Branco. Tal generosidade é compatível com a política do Estado no que diz respeito ao investimento estrangeiro e apadrinhado pelas IFIs que, conforme salientamos e também o faz Paiva (2000, grifo do autor) consideram essas vantagens como uma "bênção".

Com efeito, após observar todos os requisitos necessários ao registro do Investimento (Lei n. 3/93), as empresas beneficiam-se de dois grandes grupos de incentivos nomeadamente: a) benefícios genéricos e, b) benefícios específicos. No primeiro caso, as vantagens incluem: a isenção no pagamento de direitos aduaneiros e do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) em relação aos bens e equipamentos classificados na classe K da pauta aduaneira.

Consta, ainda desse grupo (art.º 15), os chamados benefícios fiscais por investimento que incluem: o crédito por investimento, amortizações e reintegrações aceleradas; modernização e introdução de novas tecnologias; formação profissional, entre outras. Não cabe nesse trabalho, especificar as vantagens ofertadas pelo Estado ao investimento estrangeiro em cada uma dessas subcategorias, por isso, apresentou-se, somente alguns exemplos.

No que diz respeito ao crédito por investimento, por exemplo, o art.º 15 determina que "os investimentos levados a cabo na cidade de Maputo beneficiam, durante cinco exercícios fiscais, de dedução de 5% do total de investimento efetivamente realizado na coleta do Imposto de Rendimento de Pessoas Coletivas (IRPC). No caso dos projetos de investimentos realizados nas restantes províncias, a percentagem estabelecida no n.1 é de 10%" (MOÇAMBIQUE, 2009, p. 118).

No aspecto da modernização, art.º 17 estipula que

O valor investido em equipamento especializado utilizando novas tecnologias para o desenvolvimento das atividades dos projetos de investimento beneficiam durante os primeiros cinco anos a contar da data do início de atividade de dedução à matéria coletável, para efeitos do cálculo do IRPC, até ao limite máximo de 10% da mesma (idem).

Em relação à formação profissional, uma das principais *armas* usadas para conferir racionalidade aos grandes projetos, sobretudo os da indústria extrativa dos recursos minerais, o art.º 18 estabelece que

O montante dos custos de investimentos realizados com a formação profissional de trabalhadores moçambicanos é deduzido à matéria coletável, para efeitos de cálculo do IRPC, durante os primeiros cinco anos a contar da data do início da atividade, até ao limite máximo de 5% da matéria coletável. Quando se trate de formação profissional para utilização de equipamento considerado de novas tecnologias, referido no artigo anterior, a dedução à matéria coletável, para efeitos do cálculo do IRPC é até o limite máximo de 10% da matéria coletável (MOÇAMBIQUE, *op.cit.*, p.119).

No segundo grupo, isto é, os denominados benefícios específicos, a lei determina, no art.º 22 que os investimentos que tenham exclusivamente por objeto a criação de infraestruturas básicas de utilidade pública, referidos no artigo 19 do presente código, beneficiam dos seguintes incentivos em sede do IRPC: (a) redução em 80% da taxa nos primeiros cinco exercícios fiscais; (b) redução em 60% da taxa, do 6º ao 10º exercício fiscal; e (c) redução em 25% das taxas, do 11º ao 15º exercício fiscal (MOÇAMBIQUE, 2009).

Portanto, além desses incentivos, uma quantidade quase infinita de outras vantagens é atribuída, tanto para os investimentos no setor da agricultura e pescas, como para a hotelaria e turismo; comércio e indústria nas zonas rurais. E como o objetivo principal do Estado é atrair grandes investimentos denominados projetos "estruturantes no processo de desenvolvimento do país", a lei reserva uma seção (vii) inteira para tratar desse tipo de investimentos.

Nesse sentido, logo no art.º 36 ela estabelece os parâmetros do que se considera projeto de grande dimensão. E afirma

Os investimentos autorizados cujo investimento exceda o equivalente a doze milhões e quinhentos mil meticais¹¹⁶, bem como os investimentos em infraestruturas de domínio público levados a cabo sob regime de concessão gozam dos benefícios fiscais, constantes desta seção (MOÇAMBIQUE, 2009, p.121).

Esses incentivos incluem: a isenção de direitos aduaneiros e do IVA na importação de materiais de construção, máquinas, equipamentos, acessórios, peças sobressalentes acompanhantes e outros bens destinados à realização da atividade. E para encerrar esse quadro legal altamente favorável ao investimento estrangeiro, tal como o pacote de incentivos fiscais sugere, o Estado institui por força dessa lei, as Zonas de Rápido Desenvolvimento (ZRD) que com as ZEE e Zonas Francas Industriais (ZFI)¹¹⁷, formam o *cinturão* dos chamados paraísos fiscais, conforme

¹¹⁶ Segundo o Banco de Moçambique (2009), esse valor corresponde a US\$ 462 962 mil ao câmbio médio anual de US\$ 1 para 27 meticais.

¹¹⁷ Segundo a alínea (z) do art.º 1º da lei n. 3/93 designa-se zona franca industrial "a área ou unidade ou série de unidades de atividade industrial, geograficamente delimitada e regulada por um regime aduaneiro específico na base do qual as mercadorias que aí se encontram ou circulam, destinadas exclusivamente à produção de artigos de exportação, bem como os próprios artigos de exportação daí resultantes, estão isentos de todas as imposições aduaneiras, fiscais e para- fiscais correlacionadas, beneficiando, complementarmente, de regimes cambial, fiscais e laborais especialmente instituídos e apropriados à natureza e eficiente funcionamento dos empreendimentos que aí operam, particularmente no seu funcionamento e cumprimento das suas obrigações comerciais e financeiras para com o exterior, assegurando-se, em contrapartida, o fomento do desenvolvimento regional e a geração de benefícios econômicos em geral e, em especial, de incremento da capacidade produtiva, comercial, tributária e de geração de postos de trabalho e de moeda externa para o país" (MOÇAMBIQUE, 1993, p. 6).

sustenta Castel-Branco (2010). Para efeitos desse código, as ZRD¹¹⁸ são "áreas geográficas do território nacional, caracterizadas por grandes potencialidades em *recursos* naturais, carecendo, porém, de infraestruturas e com fraco nível de atividade econômica" (MOÇAMBIQUE, 2009, p.122, grifo nosso).

Nos denominados paraísos fiscais, parafraseando Castel-Branco (2008) um *mutirão* de benefícios são instituídos que incluem: cinco anos de um crédito fiscal por investimento de 20% do total investido a ser deduzido IRPC, bem como todos os restantes incentivos previstos nos art.º 18 e 19 do código dos benefícios fiscais. De posse dessas informações, podemos afirmar que os arranjos feitos em Moçambique, a partir de 1984 e com mais intensidade após 1990, criaram as condições decisivas para a captação do IDE. É a esse tipo de reestruturação estatal que Sanfelice (2000) considera ser a construção de *Estado máximo* para o capital.

Por outro lado, a prioridade dada ao IDE pelo Estado moçambicano, com poucos benefícios reais para as comunidades locais, impelem-nos a retomar o questionamento feito por Chomsky (2002), portanto, o que interessa ao Estado: o lucro ou as pessoas? Em vista que há uma sensação de que para o Estado somente importa o lucro dos grandes empreendimentos (e os discursos oficiais indicam isso) e os benefícios marginais à economia nacional, em detrimento das comunidades locais fortemente ameaçadas por esses gigantes.

1.3 A LEGISLAÇÃO DE MINAS: entre benefícios e (des) envolvimento das comunidades locais

1.3.1 Do Decreto n. 20/1906 À Lei n. 2/86

Com as reformas até aqui feitas, o Estado abriu as *veias*, a partir das quais fluiria o capital no seu renovado processo de acumulação em Moçambique. Tal círculo, até então incompleto, fechar-se-ia com a reforma da legislação de minas. Ou seja, se a nova legislação de terras forneceu as garantias sobre o uso da terra; a legislação sobre o investimento criou um quadro favorável para a maximização dos lucros, então, a lei de minas e demais decretos sobre a matéria vai solidificar as

¹¹⁸ Segundo o artigo 40 da lei n. 4/2009, são considerados ZRD as seguintes regiões do país: zona do vale do Zambeze que inclui a toda a província de Tete; os Distritos de Morrumbala, Mopeia, Chinde, Milange, Mocuba, Maganja da Costa, Nicoadala, Inhassunge, Namacurra e Quelimane- na província da Zambézia; os Distritos de Gorongosa, Maringué, Chemba, Marromeu, Cheringoma e Muanza- em Sofala. Os distritos de Barué, Guro, Tambara e Macossa, em Manica, bem como a totalidade da província de Niassa; distrito de Nacala; Ilha de Moçambique, Ibo (MOÇAMBIQUE, 2009, p.122).

garantias ofertadas pelo Estado ao IDE, reforçando também a importância que o governo atribui ao setor da mineração em Moçambique. De fato, é notório logo na introdução da Lei n. 2/86, o entendimento de que o setor de minas contribuirá para a economia nacional, via receitas de exportação.

Com efeito, a aprovação e entrada em vigor da referida lei revogou o Decreto de 20 de setembro de 1906, que regulava as condições para a pesquisa e lavra de minas, bem como o Decreto de 3 de novembro referente à lavra de pedreiras, ambos promulgados no período colonial. Na nova legislação, isto é, a primeira após a independência nacional, o Estado define quatro formas de títulos mineiros, nomeadamente: a licença de prospecção e pesquisa, a concessão mineira (reservada a projetos mais complexos); o alvará destinado à exploração do material de construção e, por fim, o certificado mineiro, destinado às operações de pequena escala, na sua maioria ligada ao setor familiar.

Assim, a Lei n. 2/86, aprovada praticamente no período da virada para o Ocidente, isto é, nas vésperas do PRE, demonstra, ainda, certa relutância do Estado em abandonar a função de principal centro de acumulação do capital. Nesse sentido, o art.º 7º, por exemplo, determina que

Quando o aproveitamento de determinados recursos minerais for considerado de especial interesse para a economia nacional ou para o desenvolvimento da região em que se situem, o Conselho de Ministro poderá determinar que a atribuição de licença ou concessão para esses recursos minerais ou para os mesmos recursos em certas áreas, fique reservada exclusivamente para entidades estatais ou entidades a estas associadas (MOÇAMBIQUE, 1986, p. 5).

Na verdade, da lei n. 2/86 para o Regulamento de lei de minas de 1987 não houve mudanças substanciais, ou seja, o Estado manteve as quatro formas de licença mineira; incentivou a participação do setor familiar e cooperativo na exploração dos recursos minerais em detrimento do singular e/ou coletivo estrangeiro. Um aspecto saliente nesse Regulamento é que se retoma a premissa da compensação para as comunidades que, em decorrência da implantação de algum projeto à luz da licença mineira, o titular proceda à compensação dos afetados por sua atividade. No art.º 67 é evidente essa preocupação, bem como as fórmulas para o cálculo dessa indenização. E estabelece-se que

Indenização será calculada nos termos previstos no Regulamento da Lei de Terras para prejuízos da mesma natureza e em caso de transferência esta só será iniciada após o pagamento de indenização. Se os interessados não chegarem a acordo quanto à obrigação de indenizar poderão recorrer ao órgão de conciliação previsto, o qual integra obrigatoriamente um

representante do Ministério dos Recursos Minerais e um representante de cada uma das partes interessadas (MOÇAMBIQUE, 1987e, p.14).

Do que foi dito até aqui, dois aspectos merecem atenção designadamente: a relação intrínseca entre a extração dos recursos minerais e o desenvolvimento do país, bem como o envolvimento do Fundo estatal da Terra e do Ministério dos Recursos Minerais na resolução de possíveis impasses entre a comunidade e o titular da licença mineira. Por razões já mencionadas, o primeiro aspecto tem sido de vital importância na construção da racionalidade dos grandes projetos de mineração.

Com a virada do século XX, com a qual veio a *perestroika* moçambicana, a legislação de minas mostrava-se, em certa medida, desajustada à realidade. Em vista que a política do Estado sobre a qual foi erigida havia mudado, concomitante ao início do projeto neoliberal que esfacelou o sonho do socialismo no país. Adicionalmente, a aprovação ou início de alguns projetos de grande dimensão, como a Mozal e a concessão do gás de Temane, exigia um quadro legal que fosse capaz de acompanhar o crescimento do setor da mineração.

Bihale (2016, p.14) assume que foi o crescimento da indústria extrativa que pressionou o governo a rever, aprimorar e elaborar instrumentos reguladores, quais sejam, leis, resoluções, decretos, diplomas ministeriais, políticas e estratégias, principalmente para o setor extrativo, portanto,

Estes instrumentos têm por objetivo acompanhar os desenvolvimentos da indústria extrativa, de modo a atrair mais investimentos para o setor, assegurar a competitividade, a transparência e proteção dos titulares de concessões mineiras e de áreas para exploração de hidrocarbonetos, sobretudo salvaguardar o interesse nacional e benefícios das comunidades.

De fato, a visão de Bihale dialoga com o que é apresentado no preâmbulo da nova lei. Com linguagem mais elaborada e menos favorável ao Estado como ator e centro de acumulação¹¹⁹ e, sim como regulador e com competências para autorizar ou não a concessão mineira, a nova lei de minas reitera o papel estratégico da mineração para a economia e para o desenvolvimento social do país.

¹¹⁹ Para Castel-Branco (2010), o padrão de acumulação de capital em Moçambique é majoritariamente extrativo, assim como é a sua economia. Tal característica revela o papel historicamente construído em Moçambique, ou seja, o desenvolvimento da economia moçambicana em função dos interesses específicos do capital internacional e regional, que contribuiu ao longo do tempo para gerar e consolidar uma aliança próxima entre o capital nacional e o capital internacional. Sobre a forma como se foi construindo essa aliança e/ou dependência ver a parte I desse trabalho.

1.3.2 Da Lei n.14/2002 À Lei n. 20/2014: a crítica em pauta

De início, a entrada em vigor da nova lei revoga a lei n. 2/86, o seu respectivo regulamento, bem como o Decreto de lei n. 5/94, instrumentos que, até então, orientavam o setor da mineração no país. Nos dois artigos iniciais da lei n.14/2002, além de indicar os objetivos e o âmbito de sua aplicação, adverte-se, também, de que, no exercício dos direitos de uso e aproveitamento dos recursos minerais, haja respeito pelo ambiente e que tal aproveitamento seja em benefício da economia nacional.

Portanto, a importância e a prioridade que este setor tem em relação às outras formas de uso da terra é sintetizado no art.º 43 que não contrariando o que está disposto na legislação de terras de 1997, nem no seu regulamento que estabelece as condições do uso e ocupação da terra, a presente lei afirma no inciso 2 que "o uso da terra para operações mineiras tem prioridade sobre outros usos da terra quando o benefício econômico e social relativo das operações mineiras seja superior" (MOÇAMBIQUE, 2002, p. 9).

Em relação à propriedade dos recursos minerais, o legislador reafirma no art.º 4º dessa lei e com respaldo no art.º 35 da Constituição de 1990 que

Os recursos minerais que se encontram no solo e no subsolo, nas águas interiores, no leito do mar territorial, na zona econômica exclusiva e na plataforma continental da República de Moçambique, são propriedade do Estado, nos termos da Constituição. Incluem-se no disposto no número anterior os recursos minerais situados no leito marinho e no subsolo do leito marinho do mar territorial (MOÇAMBIQUE, *op.cit.*, p.1).

Além da introdução de novos conceitos, como o caso de regime fiscal; *Royalty*, senha mineira, utente da terra¹²⁰ que, até então, não existiam, a nova lei amplia, também, o número de títulos mineiros. Nesse contexto, fora a licença de prospecção e pesquisa, a concessão mineira e o certificado mineiro previstos na anterior, introduz-se a licença de reconhecimento e a senha mineira. Em relação a essa última, o legislador deixa claro no art.º 40 que a extração de produtos minerais, isto é, de material para a construção dispensa a obtenção de título mineiro, em áreas não sujeitas a título mineiro ou outro tipo de autorização, quando for feita por

Qualquer cidadão, na medida e pela forma permitida pelos costumes locais e na terra onde é usual realizar essa extração, quando esses materiais são para ser usados para a construção de habitações e outras instalações dessa pessoa ou para a produção artesanal de cerâmica, incluindo a

¹²⁰ É considerado utente da terra à luz desta lei, o indivíduo ou a entidade que em conformidade com a lei de terras e demais legislação aplicável use a terra.

construção de habitações, armazéns e instalações nessa terra [...]; [por] pessoas em projetos de construção, reabilitação ou manutenção de estradas, linhas férreas, barragens e outros trabalhos de engenharia ou infraestruturas de interesse público em terra sujeita a título de uso e aproveitamento ou com isenção concedida para esse projeto, mediante aprovação da autoridade competente (MOÇAMBIQUE, 2002, p. 8).

É notório, nesse artigo, que o Estado retoma as ressalvas feitas na legislação de terras ao determinar que a exploração do material mineral para as obras do Estado e de interesse público, bem como para fins habitacionais não carecem de obtenção de qualquer tipo de licença. Outro aspecto que visa estimular a participação das comunidades na exploração dos recursos minerais, embora em moldes artesanais, é o fato de o art.º 6º estabelecer a senha mineira como título mineiro exclusivo para pessoas singulares de nacionalidade moçambicana que deve ser utilizada em áreas designadas para senha mineira, ou seja, em locais previamente definidos.

Portanto, um dos avanços apresentados nessa lei é relativo aos deveres que os titulares das licenças mineiras têm em: exercer a atividade de acordo com as boas práticas mineiras e restaurar a terra em caso de qualquer dano (plano de encerramento da mina); compensar os utentes da terra por danos causados a esta ou às propriedades resultantes das atividades em todas as fases; obedecer aos parâmetros estabelecidos no regulamento da lei n.16/91, política nacional de águas, bem como o dever de permitir estudos científicos de instituições educacionais e instituições governamentais ao abrigo do art.º 39 da lei de minas.

Adicionalmente, o art.º 15 impõe aos titulares das licenças mineiras a obrigação de cumprir com a legislação ambiental em vigor na República de Moçambique, assim como a observância dos protocolos internacionais sobre a matéria dos quais o país é signatário. Além disso, os sujeitos titulares devem, também, permitir a construção e utilização na área mineira, de valas, canais, condutas, gasodutos, esgotos, drenagem, fios, linhas de transporte de energia e obras de interesse público.

No que diz respeito aos contratos, regime fiscal e comercialização dos produtos minerais, a lei determina o seguinte: caberá ao Conselho de Ministros firmarem o contrato mineiro com o algum titular da licença de prospecção e pesquisa em função da dimensão do projeto.

No que tange ao regime fiscal, a legislação estabelece que o titular da licença mineira, exceto os detentores da senha mineira e do certificado mineiro, deverá

pagar o imposto de produção e o imposto sobre a superfície. No primeiro caso, a taxa incide sobre o valor do produto mineiro resultante da atividade mineira exercida no território nacional e essa tributação varia de 10% a 12% do valor para os diamantes e entre 3% a 8% para os restantes produtos minerais, inclusive o carvão.

Já o imposto sobre a superfície, o art.º 30 determina que a taxa pelo uso da terra deva ser cobrada anualmente aos titulares da licença de reconhecimento, licença de prospecção e pesquisa e concessão mineira. No capítulo iv da presente lei, sobretudo nos artigos 32 e 34, o legislador reafirma o compromisso do Estado em proteger o investimento estrangeiro, em conformidade com a lei n. 3/93.

Além de fixar o valor mínimo de US\$ 50 mil para que tal investimento possa gozar dos benefícios fiscais e aduaneiros, a lei assegura no art.º 33 que o Estado garante entre outras: a proteção jurídica da propriedade; a transferência para o exterior de lucros exportáveis decorrentes de investimentos elegíveis à exportação de lucros; a remessa de *royalties* ou outros rendimentos de remuneração de investimentos indiretos associados à cedência ou transferência de tecnologias; amortizações e juros de empréstimos contraídos no mercado financeiro internacional e aplicados em projetos de investimentos no país; montantes correspondentes a pagamento de obrigações para com outras entidades não residentes.

E, por fim, o legislador condiciona a tramitação do pedido de licença mineira ou qualquer outro título mineiro, exceto a senha mineira, com a obtenção da licença ambiental. Para tanto, alista no art.º 36 dessa lei os instrumentos de gestão ambiental. E diz, são instrumentos fundamentais de gestão ambiental¹²¹ no contexto da aplicação da lei de minas: a) a avaliação do impacto ambiental; b) o programa de gestão ambiental; c) o plano de gestão ambiental; d) o programa de monitoria ambiental; e) o programa de encerramento da mina; f) a auditoria ambiental, e g) o programa de controle de situação de risco e emergência.

Portanto, recorrendo à tipologia das atividades objeto do Estudo do Impacto Ambiental (EIA) ou da Avaliação do Impacto Ambiental (AIA), a lei de Minas define três níveis¹²² para as atividades mineiras de acordo com a envergadura das operações a realizar, bem como a complexidade do equipamento a ser utilizado.

¹²¹ As especificidades de cada um dos instrumentos podem ser visto na Lei n. 20/97, lei do ambiente e nos demais dispositivos legais, como por exemplo, os Decretos n. 45/2004 e n. 42/2008, Regulamento sobre o processo de Avaliação do Impacto Ambiental.

¹²² São atividades do nível 1, as operações de pequena escala levados a cabo por indivíduos ou cooperativas, bem como as atividades de reconhecimento, prospecção e pesquisa que não envolvam

A partir desses ajustes, o Estado moldou o quadro legal nacional ao gosto e ao serviço do capital, que por meio das grandes corporações transnacionais, passou a dominar setores estratégicos da economia nacional. O centro de acumulação de capital que, até então, encontrava-se nas mãos do Estado é agora transferido para essas companhias que atualmente respondem por pelo menos 65% das exportações nacionais, conforme Hanlon e Smart (2008). Fruto desse quadro legal favorável, a partir de 2003 cresceu a procura de licenças para a mineração em Moçambique.

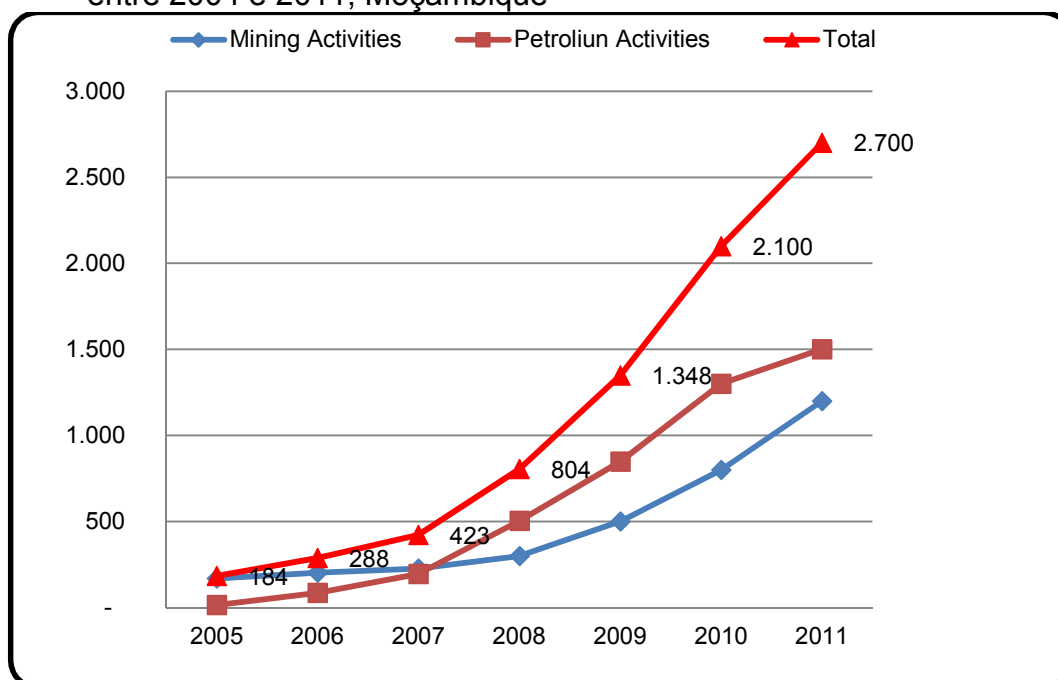
Chilenge (2013) faz uma radiografia dos principais avanços do setor dos recursos minerais, no que se refere à atribuição de concessões e de licenças. De acordo com o autor, nos últimos dez anos no setor do carvão mineral, por exemplo, foram atribuídas mais de 86 licenças de prospecção e pesquisa; 4 concessões mineiras designadamente: Moatize, Benga, Changara e Chipanga XI, além de duas concessões (Revubué e Zambeze) que estão em discussão e, três na fase de estudo de viabilidade. O gráfico 2 retrata o crescimento registrado na indústria extrativa, incluindo o gás e petróleo, a partir de 2005.

No gráfico, nota-se que, em cinco anos, o investimento total no setor da mineração saltou dos anteriores US\$ 250 milhões para US\$ 2, 7 bilhões. De modo particular, o investimento no setor de hidrocarbonetos, sobretudo em atividades de prospecção e pesquisa de gás e petróleo realizados nas bacias de Moçambique (depósitos de Pande, Temane; Temane *East*; Inhassoro e Njika) e do Rovuma, demonstrou um rápido crescimento em relação a outros minerais.

Para Ledesma (2013), o crescimento desse setor no país, resulta de uma arregimentação de fatores internos e externos, dos quais o retorno da paz e da "estabilidade política" em Moçambique, a partir de 1992, bem como a recuperação dos preços do petróleo e do gás após um longo período de baixos preços.

métodos mecanizados; [as do nível 2, referem-se] as operações mineiras em pedreiras ou atividades de extração e exploração de outros minerais para a construção, as atividades de prospecção e as atividades mineiras que envolvam equipamento mecanizado e projetos piloto. Já as do nível 3, são as atividades mineiras não incluídas nos números anteriores que envolvam métodos mecanizados (MOÇAMBIQUE, 2002, p. 8).

Gráfico 2- Total de investimentos no setor da mineração (em milhões de US\$) entre 2004 e 2011, Moçambique



Fonte: Chilenge (2013).

Porém, o rápido crescimento do setor da mineração desvenda a grande contradição do processo de inserção primária e subordinada do país na economia mundial, isso porque, os generosos benefícios fiscais atribuídos aos megaprojetos (com o argumento de atraí-los), aliada à natureza intensiva (capitais e tecnologia), fazem com que esses projetos tenham pouca contribuição para a economia nacional. Portanto, é exatamente por esses motivos que Bellucci (2006, p.136) acredita a inserção do país "no processo de globalização significa praticamente o aluguel interno que o grande capital internacional faz ao governo, de um espaço onde produz para o benefício do próprio capital de fora e de uma pequena elite local."

Motivado pela crescente demanda pelos bens minerais e pelos avanços registrados nesse setor, o Estado publicou, em 2006, o Decreto n. 62/2006, Regulamento da Lei n.14/2002, revogando, por conseguinte, o anterior decreto que até então, normatizava as atividades mineiras em Moçambique. O Regulamento de 2006 apresenta alguns avanços e introduz novos conceitos, como: atlas cadastral; cadastro mineiro; minerais associados, operador mineiro, inexistentes na legislação anterior.

Na verdade, a nova legislação não mexeu com o quadro fiscal, ou seja, manteve todos os incentivos e benefícios atribuídos aos grandes projetos, a despeito das críticas em curso. A mesma legislação não demonstra nenhuma preocupação da parte do governo em relação à transparência na gestão dos recursos financeiros fruto da tributação do setor mineiro, incluindo o gás e petróleo. A ausência de avanços nesse âmbito, isto é, a não revisão do pacote fiscal, em face da baixa contribuição do setor para as receitas do Estado via impostos, bem como a falta de transparência nos negócios que o Estado faz com os megaprojetos tem instigado calorosos debates entre acadêmicos e a sociedade civil moçambicana. Todavia, as críticas não provêm somente dos moçambicanos, mas também das IFIs, as mesmas que antes exigiam profundas reformas na administração do Estado e impostos brandos para o IDE.

De fato, as censuras e as contradições dessas instituições são descritas por Hanlon e Smart (2008, p. 43) nos seguintes termos:

O FMI de início pedia mais isenções fiscais e taxas para atrair estes megaprojetos, mas agora diz que a sua contribuição para o orçamento do Estado tem sido marginal e que as taxas perdidas equivalem a 3,6% do PIB, cerca de um quarto das atuais taxas que são de 200 milhões de US\$ por ano. Muito do investimento é emprestado e só uma pequena parte dos lucros em divisas fica em Moçambique, diz o Fundo. Os mega-projetos contribuem para o PIB em 7% e em 65% das exportações.

Em relação a pouca contribuição dos megaprojetos para a economia nacional, Castel-Branco tem sido um dos pesquisadores que, com recurso às estatísticas, demonstra que o atual regime fiscal é super generoso e, o país mais perde, do que ganha nos contratos firmados com estas companhias. E argumenta,

O governo moçambicano atribuiu incentivos fiscais muito generosos aos megaprojetos já aprovados, apesar de recentemente ter revisto a legislação fiscal para novos megaprojetos. De tal modo são generosos esses incentivos que enquanto os megaprojetos contribuem com 12% do PIB e três quartos das exportações de bens, o seu contributo fiscal é inferior a 1% do PIB. Os megaprojetos estão todos no grupo das 10 maiores empresas de Moçambique, mas nenhum deles se situa entre os 10 maiores contribuintes para o fisco. Portanto, uma política fiscal racional e responsável perante os megaprojetos pode criar condições para gerar várias outras ligações potenciais: aumentar a disponibilidade de poupança e capacidade de financiar investimento e custos correntes, diversificar a base produtiva, aumentar as possibilidades de promover ligações produtivas e tecnológicas à montante e jusante, gerar mais emprego indireto em condições dignas e decentes (CASTEL-BRANCO, 2008, p. 7).

Ao contrário do que o Estado veicula, portanto, a suposta contribuição dos megaprojetos para a melhoria das condições sociais das comunidades locais, a realidade observada em Moatize, nos permite concordar com a assertiva de que os

programas de Responsabilidade Social Corporativa "em muitos casos este esforço local é mais de compensação (por exemplo, pela deslocação de comunidades para dar lugar ao megaprojeto) do que de desenvolvimento e é mais útil para reforçar a imagem e a influência da empresa do que para resolver questões mais estruturais" (CASTEL-BRANCO, *op.cit.*, p. 8).

Portanto, conforme temos dito, a construção de escolas, centros de saúde e outras infraestruturas sociais, trunfo das transnacionais não passa de medidas compensatórias que têm por finalidade imprimir a ideia de preocupação dos megaprojetos com a melhoria das condições sociais das comunidades locais, dissimulando a sua verdadeira face e o objetivo, ou seja, o lucro. Além disso, o investimento feito por essas empresas é compensado, pois o art.º 19 da Lei n. 4/2009 prevê a dedução desses gastos no IRPC.

Apesar das divergências entre o percentual apresentado por Castel-Branco (12%) e pelo FMI (7%) que acreditamos que resulta, provavelmente, da diferença dos instrumentos e formas de contabilização, os dois trechos expõem com preocupação, a mínima contribuição destes empreendimentos, amplamente anunciados como os *messias* da pobreza moçambicana. De posse desses dados, fica claro que o *mutirão* de benefícios fiscais, por períodos que variam entre 5 a 15 anos, os DUAT com prazo de 50 anos renováveis, dentre outras regalias favorecem a espoliação das comunidades e conduzem ao progressivo empobrecimento não só dessas comunidades, mas também do meio rural, bem como a depredação de *recursos* naturais (MOSCA e SELEMANE, 2011, grifo nosso).

Diante das pressões e dos apelos provenientes de algumas Instituições e organizações tais como o IESE, CIP, a Justiça Ambiental (JA) ou de pesquisadores individuais, mas também do FMI que apontava para a necessidade de tornar robusta a política fiscal do país; reduzir os benefícios fiscais atribuídos aos megaprojetos e melhorar a transparência na gestão dos recursos financeiros, o governo iniciou a revisão da Lei de Minas de 2002, concomitante à revisão da Lei de petróleo.

Assim sendo, no preâmbulo da nova lei, o governo demonstra a preocupação em cumprir com as "sugestões" do FMI, um dos principais e mais importante parceiro econômico. Assim, a aprovação e a entrada em vigor da Lei n. 20/2014 é justificada nos seguintes termos

Havendo a necessidade de adequar o quadro jurídico - legal da atividade mineira à atual ordem econômica do país e aos desenvolvimentos registrados no setor de modo a assegurar maior competitividade e

transparência; garantir a proteção dos direitos e definir as obrigações dos titulares dos direitos mineiros, bem como salvaguardar os interesses nacionais e a partilha de benefícios pelas comunidades (MOÇAMBIQUE, 2014a, p. 16).

De fato, tanto do ponto de vista técnico quanto na feição jurídica, a nova lei evidencia certa robustez em relação às anteriores legislações. Com linguagem mais refinada e concentrada, basicamente, em dois aspectos: comunidades locais e transparência no setor da mineração. A lei n. 20/2014 apresenta além, do objeto e dos conceitos, novas formas de obtenção do título mineiro nomeadamente: licença de tratamento mineiro, licença de processamento mineiro e licença de comercialização de produtos mineiros, inexistentes na legislação precedente.

Logo no art.º 8º, a lei deixa claro que é da competência do governo firmar contratos mineiros com os titulares da licença de prospecção e pesquisa ou concessão mineira mediante o concurso público e, após o pagamento da oferta financeira pelo titular da licença. A grande novidade nesse artigo é o disposto nos incisos 4 e 5 que diz

Os contratos mineiros são publicados no Boletim da República, antecédidos do visto do Tribunal Administrativo, no prazo de 30 dias. E sem prejuízo da sua publicação em jornais ou sítios da internet, os contratos mineiros, uma vez aprovados, bem como a sua alteração, devem ser remetidos para conhecimento da Assembleia da República (MOÇAMBIQUE, 2014a, p. 4).

Já nos artigos 12 e 13, denominados uso e aproveitamento da terra e competências do governo, respectivamente, o legislador reafirma o engajamento do Estado na proteção das comunidades locais. No primeiro caso, portanto, o art.º 12 determina que "os direitos pré-existentes de uso e aproveitamento da terra são considerados extintos após o pagamento de uma indenização justa aos utentes da terra e revogação dos mesmos, nos termos da legislação aplicável".

Nesse sentido, considera-se justa indenização aos utentes abrangidos pela atividade mineira, segundo o art.º 31 aquele que inter alia:

a) reassentamento em habitações condignas pelo titular da concessão, em melhores condições que as anteriores; b) pagamento do valor das benfeitorias nos termos da lei da terra e outra legislação aplicável; c) apoio no desenvolvimento das atividades de que depende a vida e a segurança alimentar e nutricional dos abrangidos; d) preservação do património histórico, cultural e simbólico das famílias e das comunidades em modalidades a serem acordadas pelas partes (MOÇAMBIQUE, *op.cit.*, p. 6).

Os dois artigos que acabamos de citar representam, a nosso ver, uma evolução no quadro legal, até então, existente. Isso porque, pela primeira vez,

questões ligadas ao reassentamento decorrente das atividades mineiras são tratadas, mais ou menos, com certa profundidade, embora prevaleçam algumas penumbras. Essa preocupação já tinha sido demonstrada dois anos antes da entrada em vigor da nova lei de minas, portanto, quando foi promulgado o Decreto n.31/2012, referente ao processo de reassentamento resultante de atividades econômicas.

Mais do que definir as obrigações dos titulares para com as comunidades locais, a nova lei é enfática em relação ao papel do governo nesse processo. A ele, compete, segundo o art.º 13 "proteger e administrar o patrimônio nacional de recursos minerais; inventariar as receitas resultantes da atividade mineira e publicá-las periodicamente, bem como proteger as comunidades onde as atividades de exploração mineira estão autorizadas, com vista a promover o desenvolvimento sócio-econômico em prol do bem-estar das mesmas" (MOÇAMBIQUE, 2014a, p.14).

No que se refere ao pacote fiscal, principal foco das críticas, a nova legislação apresenta algumas melhorias, em vista que enquanto nas anteriores leis os titulares de direitos mineiros, quais sejam contratos mineiros; licença de prospecção e pesquisa e concessão mineira estavam isentos do pagamento de muitas taxas, inclusive do IVA, na presente lei passam a pagar. Com efeito, à luz do art.º 16, os detentores dos títulos mineiros estão sujeitos ao pagamento das seguintes taxas: imposto sobre o rendimento; imposto sobre o valor acrescentado; imposto sobre a produção; imposto sobre a superfície; imposto autárquico (quando aplicável), bem como outras taxas fixadas por lei específica.

Portanto, até aqui se observa uma atitude mais pragmática do Estado que busca dotar o setor da mineração de um quadro jurídico que permita captar mais recursos financeiros para a economia nacional, respondendo, assim, aos apelos feitos, tanto em nível nacional quanto em nível internacional. Por outro lado, nota-se a preocupação do Estado com o envolvimento, mais ou menos, ativo das comunidades, assim como o reconhecimento e o respeito aos aspectos culturais e simbólicos das comunidades, enquanto elementos que garantem a reprodução social delas, portanto, questões já regulamentadas no Decreto n.10/88, lei de proteção cultural. A preocupação com o desenvolvimento das comunidades é reforçada pelo art.º 20 no qual a lei determina que

Uma percentagem das receitas geradas para o Estado pela extração mineira é canalizada para o desenvolvimento das comunidades das áreas onde se localizam os respectivos empreendimentos mineiros. A percentagem referida anteriormente é fixada na lei do Orçamento do Estado, em função das receitas previstas e relativas à atividade mineira e a receita é canalizada através do orçamento anual (MOÇAMBIQUE, 2014a, p.5).

E visando garantir a participação das comunidades locais nos projetos, no art.º 32 o legislador reitera o disposto no Diploma Ministerial n.158/2011 sobre a consulta pública às comunidades locais e determina que

É obrigatória a informação prévia às comunidades sobre o início de atividades de prospecção e pesquisa, bem como da necessidade do seu reassentamento temporário para tal fim; é obrigatória a consulta prévia das comunidades antes da obtenção da autorização do início da exploração mineira; o Governo deve criar mecanismos de envolvimento das comunidades nos empreendimentos mineiros implantados nas suas áreas e cabe ao Governo assegurar a organização das comunidades abrangidas para o seu envolvimento nos empreendimentos de atividade mineira nos termos do número anterior (MOÇAMBIQUE, *op.cit.*, p. 7).

Para tanto, por força do art.º 33 da presente lei

As empresas mineiras devem observar escrupulosamente o estatuído nas leis; as empresas mineiras devem garantir o emprego e a formação de moçambicanos nas áreas de atividades de acordo com a legislação moçambicana; as empresas mineiras devem tomar as providências necessárias para garantir a segurança e higiene dos trabalhadores, nos termos da legislação moçambicana e das normas internacionais aplicáveis; o recrutamento do pessoal para as empresas mineiras é publicado nos jornais de maior circulação no país, ou através da rádio, televisão e internet; indicando o local mais próximo da entrega das candidaturas e o Governo deve regular o regime do trabalho mineiro (*idem*).

Portanto, antes de avançar na análise dos demais artigos, cabe pontuar alguns aspectos em relação aos três artigos apresentados anteriormente. Primeiro, quando no art.º 20 dessa lei estabelece-se que uma percentagem das receitas provenientes da atividade mineira será canalizada às comunidades via orçamento, mas sem quantificar esse percentual, abre espaço para que se questione a efetiva aplicação do que foi estabelecido neste artigo. Durante o trabalho de campo, apuramos que, de fato, existe uma percentagem estimada em

[...] 0,75% das receitas para a comunidade onde a atividade decorre. Então só que como é que é tramitado/canalizado esse valor depois para que a comunidade sinta na íntegra, tenha o seu sabor, não posso precisar, mas esse processo cabe a Autoridade Tributária (TA) para fazer a redistribuição porque mesmo nós como Direção Provincial há uma parte que tem, mas os colegas da contabilidade quando você pergunta a eles dizem que é um processo muito complicado para reaver aquele valor, mas na verdade em papel está tudo claro e se os valores fossem encaminhados as comunidades naturalmente que iria se notar na própria comunidade alguma coisa a mudar, mas isso não acontece, existe isso, está planificado e têm sido descontadas as empresas pagam, mas agora como chegar ao destino

e por que é que não chega esse é o problema (Entrevista com CDRM; outubro de 2015).

A fala do CDRM demonstra algum ceticismo em relação à canalização desse valor para as comunidades beneficiárias. Assim, se os próprios dirigentes, pelo menos alguns chefes de departamento, não entendem como é feito o repasse do valor para as comunidades locais, embora se diga via orçamento; como poderíamos, então, crer que esse valor, de fato, é repassado? Por outro lado, a burocracia apontada pelo nosso interlocutor denuncia o quanto é dúbio o processo de repasse, ao mesmo tempo que dificulta o controle e monitoria pelas instituições da sociedade civil, enquanto *guardiões* dos interesses das comunidades locais.

No concernente aos artigos 32 e 33, apesar de fundamentais dado que tornam obrigatória a participação das comunidades em todas as fases, até porque essa é a condição para a obtenção do título mineiro, contudo, a porosidade desses artigos fica evidente quando se analisa o Decreto n. 31/2012, conforme será detalhado na parte 4.

De qualquer forma, a legislação mostra avanços significativos, principalmente em relação às questões ligadas a fuga ao fisco e a saída ilegal de produtos minerais, sobretudo gemas¹²³. Nesse sentido, enquanto os art.º 68 e 74 dispõem respectivamente sobre aspectos ambientais e o uso de explosivos na atividade mineira, o art.º 80 introduz pela primeira vez, o conceito de tráfico de produtos minerais.

No que tange à gestão ambiental, a lei reitera que a obtenção do título mineiro está condicionada à licença ambiental, sem com isso, contradizer as demais legislações. Assim, determina-se que as atividades mineiras devam ser realizadas em conformidade com as leis e regulamentos em vigor sobre a proteção e preservação do ambiente (lei n. 20/97 e demais legislação), inclusive dos aspectos sociais, econômicos e culturais (Lei n.10/88). Tais práticas devem assegurar a preservação da biodiversidade (Lei n.16/2014), minimizar os desperdícios e a depredação dos bens naturais, sem prescindir das normas sobre a segurança técnica. No quesito da preservação ambiental, a presente lei obriga as empresas a

¹²³ Para se ter ideia dos esquemas e circuitos da comercialização ilegal das pedras preciosas, sobretudo o rubi e a turmalina em Moçambique, sugerimos o artigo A vulnerabilidade socioambiental no contexto da exploração das pedras preciosas e semipreciosas em Namanhumbir, Distrito de Montepuez (Moçambique), entre 2004 e 2011, Revista do Departamento de Geografia- USP, volume 29 (2015), p. 34 a 58.

observar os padrões e práticas internacionais em relação à mineração e proteção ambiental.

Em relação ao porte e comercialização de produtos minerais, a legislação determina que tal é aceito ao abrigo do art.º 5º da presente legislação, portanto, que institui a licença de comercialização de produtos minerais, por isso, o art.º 80 considera tráfico de produto mineral "a compra, a venda, a dação em cumprimento ou qualquer forma de transação, a saída do território nacional sem a devida autorização dos produtos minerais e é punível com a pena de prisão maior de 8 a 12 anos. Se das operações previstas no número anterior resultar perigo a pena é agravada" (MOÇAMBIQUE, 2014a, p.14).

Todavia, a nossa experiência de pesquisa sobre a temática mineração em Moçambique, permite-nos dizer que a aplicação do art.º 80 não tem sido efetiva, por várias razões: uma delas é a fraca fiscalização em decorrência da falta de meios adequados para tal. A outra e a mais perniciosa é o *surto* da corrupção instalada em muitos setores da administração pública no país, inclusive em setores chave, como educação e saúde. E no caso, das direções provinciais dos recursos minerais, portanto, órgãos responsáveis pela fiscalização é fato que, alguns inspetores em nível dessas direções optam pela prática da corrupção em benefício próprio, mas prejudicando a maioria da sociedade moçambicana, ou seja, o Estado.

Na nova legislação, além dos aspectos destacados, o art.º 25 institui a Alta Autoridade da Indústria Extrativa (AAIE), bem como o Instituto Nacional de Minas (INM), sendo o último, sucessora do extinto Fundo de Fomento Mineiro (FFM). À luz do disposto no art.º 26 da presente lei competem ao INM, dentre outras tarefas, propor políticas de desenvolvimento do setor mineiro; acompanhar a sua execução; analisar e aprovar projetos e estudos técnicos e econômicos para abertura de novas minas, bem como a reabilitação ou o encerramento; receber, preparar, organizar e analisar os processos de atribuição de licenças de prospecção e pesquisa, concessões mineiras e outras.

Portanto, junto com a lei de minas, o governo publicou a lei de petróleos n. 21/2014; a Lei n. 25/2014 referente aos projetos de liquefação do gás natural da bacia do Rovuma; Lei n. 27/2014, regime específico de tributação e benefícios fiscais das operações petrolíferas; lei n. 28/2014 que institui o regime específico de tributação e benefícios fiscais da atividade mineira, entre outros. Fruto das pressões em curso sobre a transparência na gestão dos recursos financeiros provenientes da

mineração, o governo submeteu a candidatura de Moçambique a membro da ITIE e desde 2014, parte dos contratos mineiros assinados e das concessões feitas na indústria extrativa dos recursos minerais, passaram a ser publicados, quer no portal do Ministério dos Recursos Minerais e Energias (MIREM), quer na *internet* e são de acesso livre.

Por meio dos Decretos n. 26/2015 e n. 27/2015, criou-se a Unidade de Gestão do processo de Kimberley e o Conselho Nacional do processo de Kimberley. Com o Decreto n. 25/2015, por sua vez, aprovou-se o Regulamento de comercialização de diamantes, metais preciosos e gemas. Em função destes dados, fica sinalizada a preocupação do Estado em construir um quadro jurídico- legal mais ou menos, compatível com os desafios de captação de mais recursos financeiros para a economia nacional. Contudo, muitos "nós", principalmente os que se referem ao desenvolvimento das comunidades locais, permanecem atado e sem solução à vista, pelo menos em médio prazo, isso, porque a legislação de 2014, apesar de apresentar uma nova roupagem ela continua favorável ao Estado e aos consórcios transnacionais em detrimento das comunidades afetadas.

Por outro lado, as reformas feitas na legislação fiscal e mineira não vão trazer benefícios sociais e econômicos tão já, em vista que quase todos os contratos foram assinados, antes da aprovação dessa legislação, exceto alguns contratos referentes ao projeto de Liquefação do Gás Natural (LGN) da bacia do Rovuma.

1.4 CARVÃO MINERAL, MEGAPROJETOS E GEOPOLÍTICA ENERGÉTICA

1.4.1 O Carvão Mineral

Desde a aurora do século passado, ficou evidente para a grande parte das potências mundiais que a posse ou o controle de recursos, de infraestruturas e de tecnologias energéticas modernas seria essencial para garantir, no futuro a capacidade de defesa e de lidar com possíveis agressões externas. O suprimento das necessidades energéticas de um país, isto é, a segurança energética, entendida por Oliveira (2015, grifo do autor) como o nível *ideal* de disponibilidade de energia para manter taxas razoáveis de crescimento econômico, está na origem das disputas, expansão e tensões mundiais.

De fato, não é difícil enumerar as perturbações de origem energética que, no entanto, afetaram profunda e decisivamente a política e o sistema internacional.

Nesse sentido, eventos como (i) a Doutrina Nixon (1969) caracterizada pela desvinculação do dólar ao padrão ouro em 1971 e o primeiro choque petrolífero em 1973; (ii) a revolução iraniana e o segundo choque do petróleo entre 1979/1980, bem como o aprofundamento da globalização financeira, as privatizações e a desregulamentação, o colapso do bloco Soviético, fim da guerra fria e o "triunfo" do capitalismo, acontecimentos que afetaram a política externa e a segurança internacionais, estão diretamente associados à crise do petróleo (OLIVEIRA, 2015).

Portanto, esses aspectos trouxeram à tona a importância dos bens naturais, sobretudo os energéticos como elementos que garantem a manutenção das taxas de crescimento econômico, a segurança política militar e a soberania do Estado. Na verdade, a importância da segurança energética é tal que é impossível, atualmente, um país assegurar padrões de vida moderna, ou reduzir os níveis de pobreza, sem o acesso à energia, uma vez que, da produção à logística, adentrando para os serviços mais complexos como, por exemplo, a manutenção do funcionamento das capacidades de um Estado moderno, o consumo de energia tornou-se a base desse denso e extraordinário processo de modernização (WORLD COAL ASSOCIATION, 2012; OLIVEIRA, 2015).

Em função disso, aumentam, em diversas partes do mundo, os conflitos decorrentes da necessidade de controlar (*hard Power*) ou exercer influência (*soft Power*) sobre os países que têm comprovadas ou potenciais, reservas de distintos recursos, inclusive fontes energéticas dos quais o petróleo, o gás natural, o carvão mineral e outros. E a presença, cada vez maior, de consórcios americanos e chineses na África é exemplo evidente da corrida energética em curso.

Desse ponto de vista, a ação e a coerção ao gosto das corporações transnacionais ocidentais ou dos recém ingressados na corrida capitalista (China, Índia e Brasil¹²⁴, além da tradicional a África do Sul) definirão o padrão, a densidade, bem como a brutalidade desses conflitos e, portanto, as configurações da chamada geopolítica da energia. Segundo Oliveira (2015, p. 6) a geopolítica da energia é

A análise do conjunto dos elementos geopolíticos e estratégicos que influenciam o controle de reservas de recursos energéticos, das tecnologias de exploração, da infraestrutura energética, do transporte e uso final da

¹²⁴ Estes países que junto com a Rússia e África do Sul compõem os BRICS continuarão sendo os principais focos de consumo de energia e de outras matérias-primas fruto do seu crescimento econômico e demográfico. Dados da ONU (2017) elencam a Índia, a China e o Brasil, além dos EUA, na lista dos países cuja população deverá crescer rapidamente. Enquanto a China perderá a sua posição em favor da Índia, os EUA cederão lugar para a Nigéria; o Brasil deve assumir o 7º lugar no *ranking* dos 10 países mais populosos do mundo, em 2050.

energia ou dos recursos energéticos, levando em consideração a distribuição geográfica das principais reservas de recursos energéticos e dos grandes centros consumidores, ou ainda, dos países exportadores e importadores de certos tipos de recursos energéticos.

Assim, a análise da geopolítica energética considera outras questões tais como: a existência de recursos em quantidades e qualidades; a logística (malha rodoviária, ferroviária, portuária e gasodutos), a tecnologia, as instalações de processamento e, sobretudo os preços, pois esses influem nas quantidades da oferta, bem como na busca por alternativas para suprir os deficit em tempos de crises.

Conant e Gold (1981) indicam três fatores que determinam as configurações da geopolítica energética: primeiro, a provisão de energia deve ser suficiente para não comprometer a segurança nacional; segundo, o suprimento deve ser contínuo, pois as restrições e os cortes no fornecimento podem afetar a política e a economia nacional, em terceiro e último lugar, a energia deve ser obtida a preços "razoáveis". É exatamente neste último fator que reside o x da questão, visto que, nem sempre, é possível conseguir acordos entre os produtores e consumidores com benefícios mútuos, o que a todo o momento, exige a necessidade de investimento em novas tecnologias ou em alternativas energéticas mais acessíveis para reduzir a vulnerabilidade aos choques externos.

Portanto, foi devido à volatilidade dos preços do petróleo aliado a sua fungibilidade que o carvão mineral é convocado a reingressar na matriz energética mundial, como alternativa energética para amortecer o efeito do *crash* do petróleo, que desde os tempos do embargo árabe tem definido o rumo e as configurações da economia, da política e da geopolítica mundial. Utilizado primariamente para mover máquinas a vapor durante o século XVIII, e posteriormente para a geração de energia, o uso do carvão mineral, sobretudo nos países ricos, passou por fortes restrições sob pretexto de ser bastante agressivo para o ambiente.

Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL, 2005), o decréscimo nos níveis de utilização do carvão mineral, principalmente nos países centrais, está relacionado não só com a sua carga poluidora e as restrições ambientais impostas, mas também com o desenvolvimento tecnológico que favoreceu a descoberta de novas e importantes fontes energéticas, como o petróleo, o gás natural e, mais recentemente possibilitou o aproveitamento da energia eólica e solar. Dessa forma, o reingresso do carvão mineral na pauta energética mundial, a

partir da crise do petróleo na década de 1970 permitiu um lento, mas contínuo crescimento da demanda por esse combustível ao longo de 34 anos consecutivos, conforme veremos mais adiante.

O carvão mineral ou carvão fóssil como tem sido designado é uma rocha combustível que concentra entre 50% a 70% de seu peso e volume constituído por carbono e resulta do processo de compactação e sedimentação de material orgânico ao longo de milhares de anos (SCHOPF, 1956). De acordo com Paralba (1990, p.3), o carvão "é uma rocha sedimentar combustível formada a partir de detritos vegetais, encontrando-se em diferentes estados de conservação e tendo sofrido soterramento e compactação em bacias originalmente pouco profundas".

Para Stach (1975), a formação e a qualidade do carvão dependem, fundamentalmente, de fatores como: a pressão, a temperatura, a tectônica e o tempo de duração, pois são eles que determinam a carbonificação, ou seja, o processo de transformação da turfa em diferentes tipos de carvão. Assim, o grau de maturação ou *Rank* é a ação que permite a diferenciação entre os carvões, tal distinção depende da maior ou menor concentração do carbono e dos níveis de umidade o que se refletirá no seu valor energético.

Nesse sentido, da turfa cujo teor de carbono é de aproximadamente 45%, passando pelo carvão betuminoso, com concentração do carbono variando entre 75% a 85%, até chegar ao carvão antracito com 90% de carbono, portanto, o chamado super carvão, cada uma dessas variedades indicam a qualidade e o grau de amadurecimento do carvão que está diretamente ligada ao seu preço no mercado internacional (PARALBA, *op.cit.*). No caso da bacia carbonífera de Moatize, objeto de exploração pelos consórcios transnacionais, o tipo de carvão predominante é betuminoso, que, após o processamento, obtém-se o carvão de coque ou metalúrgico, usado na produção do ferro e do aço, bem como o carvão térmico ou de queima destinado à produção de energia e/ou liquefação para produzir combustíveis e fertilizantes.

Como dito, o carvão mineral experimentou um período de baixa demanda ou de quase banimento pelo menos nos países ricos, sobretudo com o nascimento dos movimentos ambientais, a partir da década de 1960. Assim, depois de um período de relativo arrefecimento na demanda pelo carvão, a procura voltou a crescer motivado pelo encarecimento do barril do petróleo, concomitante, à emergência de alguns países com rápido crescimento econômico, dos quais a China e a Índia.

Esses dois países, além de maiores consumidores do carvão mineral, são também maiores produtores e detentores de reservas comprovadas desse minério.

De acordo com o *World Coal Association* (WCA, 2012), atualmente, o carvão mineral é a segunda fonte de produção de energia e, responde por 30% da demanda primária de energia e 41% da geração de eletricidade em nível mundial. Esse percentual poderá aumentar até 2030, período no qual o consumo mundial do carvão mineral deverá ultrapassar sete bilhões de toneladas por ano. Nessa etapa, estima-se que 50% da eletricidade mundial serão produzidos a partir carvão mineral e, os países pobres serão responsáveis por 97% desse crescimento.

Corroborando o WCA, dados da *International Energy Agency* (IEA, 2016) indicam que o carvão continua sendo a fonte primária para a geração de eletricidade. Em 2014, por exemplo, 65,5% do carvão comercializado em nível global foram usados para a geração de energia. Na verdade, apesar dos efeitos ambientais negativos (contaminação do solo, da água, do ar) do carvão a sua existência em quantidades e em qualidade em quase todo o mundo (o carvão mineral existe em pelo menos 70 países), bem como o baixo custo de produção em comparação com a extração do petróleo e do gás determina, em parte, a crescente utilização desse minério para a produção de energia.

Com reservas estimadas em 860 bilhões de toneladas de carvão de todos os tipos em nível mundial, o equivalente a 118 anos de consumo nos níveis atuais¹²⁵, o carvão mineral é de longe uma das maiores "promessas" do futuro energético global em comparação com o gás e petróleo, cujas reservas comprovadas indicam para 46 e 57 anos de exploração, mesmo considerando todo o aparato tecnológico que tem sido aplicado nesse setor (WCA, 2012). No que tange à distribuição das reservas por países, os EUA lideram a lista com 27% das reservas mundiais comprovadas; Rússia com 17% e a China com 13%. Juntos os três países respondem por 57% das reservas globais. Enquanto isso, a Índia, a Austrália, a África do Sul, a Ucrânia, o Cazaquistão e a Iugoslávia detêm 33% dessas reservas, totalizando 90%, sendo que aos outros países do mundo, incluindo Moçambique albergam os restantes 10% (PLANO NACIONAL DE ENERGIA, 2007).

Na África Subsaariana, a África do Sul é o líder absoluto e detém em seu território aproximadamente 70% das reservas totais comprovadas de carvão mineral

¹²⁵ Referente ao ano de 2012.

nesta região. Esse país destaca-se, também, como o único, em nível da região, que tem investido intensamente em tecnologias limpas, as denominadas *Coal clean Technologies* (CCT) que possibilitam maior aproveitamento desse recurso. Vale lembrar que, desde 1995, a África do Sul produz combustíveis líquidos, a partir da liquefação do carvão mineral usado, tanto em carros e em outros veículos motorizados quanto em jatos comerciais.

A seguir a África do Sul, o Zimbabwe com 5.02 bilhões de toneladas possui a segunda maior reserva de carvão mineral na região (Tabela 2). Moçambique com 2.5 bilhões; Tanzânia com 200 milhões e Nigéria com 190 milhões encerram a lista das cinco maiores reservas de carvão mineral em nível da África subsaariana. Essa riqueza mineral que não é, nem de longe, a metade das reservas minerais dessa região, atira a cobiça dos consórcios internacionais na grande maior apadrinhados pelas IFIs, ou proveniente do outro eixo de poder mundial, isto é, a Ásia.

Na tabela 2, chama atenção a posição relativamente confortável ocupada por Moçambique em termos de reservas comprovadas de carvão mineral. É importante destacar que a quantidade de reservas apresentadas na tabela difere do que nos foi dito pelo CDRM (2015). De acordo com ele, "só a bacia carbonífera de Moatize tem reservas estimadas em 120 mil milhões, isto é, 1.2 bilhões de toneladas, das quais 850 milhões estão dentro da área concessionada à Vale" (Entrevista com o CDRM; outubro 2015).

Portanto, detentora duma das maiores reservas de carvão mineral na África e uma das maiores barragens de produção de energia (2.075 megawatts atualmente), Moçambique apresenta uma crônica dependência pela importação de combustíveis líquidos e baixos índices de eletrificação, sobretudo em níveis dos postos administrativos e dos povoados. Dados da empresa Eletricidade de Moçambique (EDM, 2014) apontam que em 2011, 107 sedes distritais, de um total de 151 tinham acesso a energia elétrica da rede nacional. Apesar disso, Moçambique exporta energia para os seguintes países: Malawi, Zimbabwe, África do Sul e Botsuana, a partir de 2018.

Tabela 2 - Reservas comprovadas de carvão mineral na África Subsaariana até 2008 (milhões de toneladas)

Países	Reservas Totais
África do Sul	3.500,6
Zimbabwe	5.02
Moçambique	2.5
Tanzânia	2.00
Nigéria	1.90
Suazilândia	1.44
República Democrática do Congo	88
Níger	70
Botsuana	40
Zâmbia	10
República Centro Africana	3
Malawi	2
Total das reservas	351, 617.0

Fonte: World Coal Association (2012), Org.: Eduardo Bata (2017)

Portanto, estamos convencidos de que Moçambique tem potencialidades para reduzir pelo menos pela metade o deficit e a dependência econômica e energética que o caracteriza atualmente. Por outro lado, consideramos que a prevalência de baixos índices de acesso à eletricidade, sobretudo no meio rural é dos aspectos que corrobora os elevados níveis de pobreza que se registram no país, cujas taxas variam entre 41 a 45% em nível nacional, com maior incidência no campo (50,1%) e relativamente baixa na cidade (37,4%) (MOÇAMBIQUE, 2016).

Conforme já mencionado, o carvão mineral é usado na geração de eletricidade, produção de ferro, de fertilizantes, de cimento e de combustíveis líquidos sintéticos, a partir da adição do carvão de baixa qualidade (linhito) e de pequenas quantidades de gás natural, num processo denominado liquefação do carvão. Apesar dessa diversidade de aplicações do carvão mineral, são, todavia, a produção de energia termoelétrica e a fundição do ferro, os setores responsáveis pela maior ou menor demanda por carvão mineral no contexto mundial.

Oliveira (2015) rastreou as tendências do crescimento no consumo global do carvão mineral considerando os dois eixos do poder mundial, a Ásia e os EUA e concluiu que, durante 35 anos consecutivos, os EUA foi o maior consumidor do carvão em todo o mundo e somente, a partir de 2000¹²⁶ houve mudanças

¹²⁶ No livro *Charm offensive: how China's Soft Power is transforming the world*, Joshua Kurlantzick, demonstra que desde o início dos anos 2000, as lideranças de Beijing iniciaram uma ofensiva estratégica e diplomática pelo mundo afora, a qual visa transmitir a ideia de que a China quer paz e

substanciais. Daí em diante, a China tornou-se o maior consumidor mundial do carvão e de outros recursos energéticos, portanto, o chamado efeito China que gerou o *boom* na demanda por *commodities*, sobretudo de origem mineral.

Na Ásia, além da China, é notável, também, o protagonismo econômico da Índia, que se tornou um dos maiores consumidores do carvão mineral nos últimos anos. A Índia, apesar de albergar em seu território reservas consideráveis de carvão¹²⁷, seu recente crescimento econômico, bem como o aumento demográfico (a Índia deverá ser o país mais populoso do mundo em 2050) tem colocado dificuldades em termos de provisão do carvão e de outros recursos energéticos necessários para responder à crescente demanda interna. Diante desse quadro, o governo indiano por meio de empresas estatais como a *Coal India*, *Steel Authority of India* e *National Thermal Power Corporation* (NTPC, acionista majoritária da ICVL Minas de Benga) têm se desdobrado na compra de ativos e de minas de carvão fora da Índia, sobretudo na África Subsaariana.

Dados apresentados pelo *International Energy Outlook* (IEO, 2016) permitem-nos traçar um gráfico com tendência ascendente do consumo do carvão mineral desde 1980 até 2014, período no qual começou a primeira recessão, após várias décadas de estabilidade na demanda. No gráfico 3, na próxima página, nota-se que o consumo mundial do carvão mineral cresceu rapidamente desde 1980, pois dos anteriores 69,90 quadrilhões de Btu a demanda por carvão aumentou, expressivamente, tendo alcançado a cifra de aproximadamente 90 quadrilhões de Btu em 1990. Foi decisiva para esse crescimento na demanda a crise do petróleo durante a década de 1970, que encareceu o gás natural, coagindo, assim, muitas empresas e países a investirem na geração termelétrica, como estratégia para reduzir a dependência em relação ao petróleo.

estabilidade com todos os países, sobretudo com aqueles com que partilha as fronteiras, tal política ficou conhecida por *Peaceful Rise*, ou seja, ascensão pacífica (KURLANTZICK, 2007).

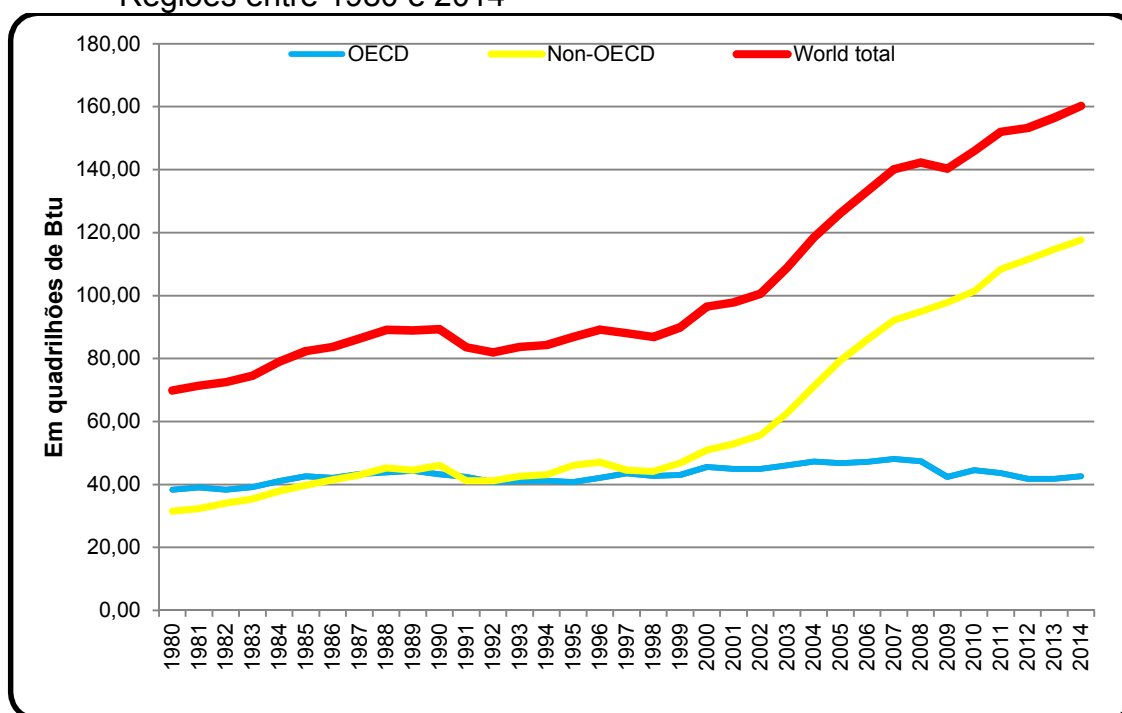
Foi exatamente nesse período que a China iniciou a sua ofensiva e expandiu-se para muitos países, principalmente africanos visando satisfazer seus interesses estratégicos, especialmente o acesso a bens naturais, em ênfase para o gás e petróleo; garantir o mercado para as exportações chinesas de baixo custo; legitimidade política em fóruns internacionais baseado no princípio da não ingerência nas questões políticas de seus parceiros africanos, a prosperidade, segurança e estabilidade no continente para o bem-estar dos africanos e, sobretudo para a segurança dos investimentos chineses e continuidade de seus negócios (HANAUER e MORRIS, 2014).

¹²⁷ A Índia é o terceiro maior produtor mundial de carvão mineral. Entre 2013 e 2014, por exemplo, o país produziu aproximadamente 600 milhões de toneladas métricas ficando atrás apenas dos EUA com 900 e da China com 4.000 milhões de toneladas métricas no período em análise (MINISTRY OF COAL, PROVISIONAL COAL STATISTIC, 2013- 2014). Disponível em: <http://www.coal.nic.in/sites/upload_files/coal/files/coalupload/provisional1314_0.pdf>. Acesso em: 12. jul. 2017.

Por sua vez, as pressões e os acordos internacionais sobre o ambiente, com destaque para o protocolo de Kyoto, a redução no consumo do carvão, sobretudo nos países membros da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico (OCDE) e a pouca volatilidade do preço¹²⁸ do petróleo nessa década, são razões explicativas para o decréscimo na demanda verificada entre os anos 1990 a 2000.

Portanto, em resposta ao rápido aumento do preço do petróleo, a partir do segundo semestre de 2001, a demanda por carvão mineral voltou a crescer a ritmo inexoravelmente rápido, visto que dos anteriores 97,80 quadrilhões de Btu vendidas naquele ano, o volume do consumo alcançou os 160.26 quadrilhões de Btu em 2014, conforme se pode observar no gráfico 3. Para Heck (2008), o crescimento verificado no consumo do carvão está relacionado ao crescimento do consumo de carvão nos países asiáticos, o que determinou mudanças significativas na estrutura da demanda.

Gráfico 3- Consumo mundial do carvão mineral (em quadrilhões de Btu) por Regiões entre 1980 e 2014



Fonte: IEO (2016), Org.: Eduardo Bata (2017)

¹²⁸ Após atingir US\$ 42 em 1990, com a invasão do Kuwait pelo Iraque, nos anos seguintes o preço do barril do petróleo teve uma tendência decrescente até atingir menos de US\$ 30 em maio de 2001. Crude oil price history 1970- 2014. Disponível em: < <https://ktwop.com/tag/oil-price/> > Acesso em: 12 jul. 2017.

Dentre as principais razões da desaceleração verificada desde 2014 está o início de uma nova fase no desenvolvimento econômico chinês. A redução na ordem de 2,9% foi à primeira desde 1999. Apesar disso, a China continua sendo o maior consumidor de carvão mineral, respondendo por quase 50% da demanda mundial. A contar para esse arrefecimento do mercado mundial do carvão esteve, também o abatimento de 835 milhões de toneladas, isto é, 13% da procura por carvão mineral nos EUA. De fato, depois de atingir o pico de 1,0 bilhões de toneladas de carvão em 2007, o mercado de carvão estadunidense (que inclui exportações para Ásia) decresceu significativamente em função, da concorrência imposta pelo baixo preço do gás natural, bem como da aplicação rigorosa da legislação ambiental em alguns estados da Federação (WORLD ENERGY COUNCIL, 2016).

Não obstante, a desaceleração no ritmo da demanda resultou também do *crash* verificado no mercado da União européia, com a retração de aproximadamente 6% da demanda total. Além, da queda nos níveis (em pelo menos 4%) de consumo do carvão mineral na Federação Russa, por um lado, devido à revolução econômica caracterizada por um longo período de baixa no preço do petróleo e, por outro lado, fruto das sanções impostas à Rússia, em função da crise na Ucrânia.

Na verdade, o pouco desempenho da Rússia, no que concerne à demanda por carvão mineral, vem se esboçando desde a dissolução da União Soviética nos finais da década de 1980. Em 2011, por exemplo, a Rússia foi o quarto maior consumidor de carvão mineral, atrás de países como os EUA, a China e a Índia. Portanto, de acordo com o WEC (2016), a demanda por carvão térmico cresceu 20% desde 2013 e a previsão é que essa tendência se mantenha até pelo menos 2040. No geral, o consumo do carvão mineral deverá permanecer moderado, pelo menos nos próximos 10 anos, uma vez que a China tem vindo a substituir as importações do carvão pela produção nacional.

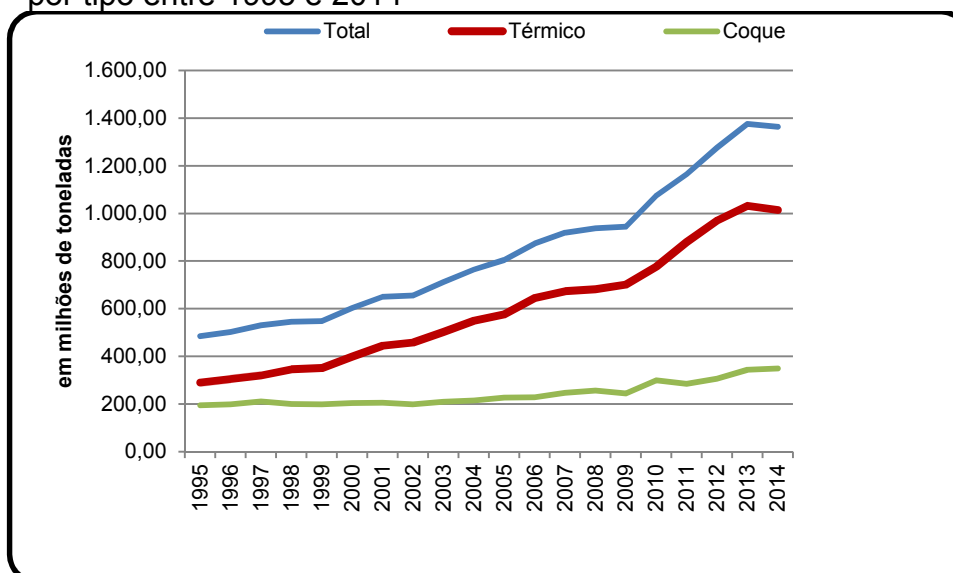
Seja como for, a Ásia continuará sendo o maior mercado mundial de carvão mineral, visto que, atualmente, é responsável por 66% do consumo global do carvão. Países como o Japão, a Coreia do Sul e outros que não dispõem de reservas suficientes para suprir a demanda interna, continuarão pleiteando e dinamizando o mercado internacional do carvão, bem como exercendo influência sobre os países detentores. Em função desse quadro, é mais provável que a Ásia avance e se consolide como o *centro de gravidade* que vai determinar as configurações da

economia e da política mundial ao longo desse século, ao mesmo tempo que, comandará as disputas capitalistas, tanto pelos *recursos* naturais, como pelo acesso privilegiado aos mercados dos países do Sul Global (LECHINI, 2013, grifo nosso).

Se procedermos à análise da demanda fracionada, isto é, por cada tipo de carvão mineral (metalúrgico e térmico) os dados coletados entre 1995 e 2014 demonstram que a procura no mercado internacional incidiu mais sobre o carvão térmico do que o carvão metalúrgico. No gráfico 4, observa-se que a tendência ascendente da procura por carvão de queima começa a configurar-se logo em 1995 e continua nos anos subseqüentes. No mesmo gráfico, nota-se a variação agregada no comércio entre os dois tipos de carvão que se torna mais saliente, a partir de 2001, ano em que a diferença entre a quantidade de carvão térmico e metalúrgico comercializado foi de 238. 66 toneladas, isto é, 100% em favor do carvão térmico.

Com efeito, o protagonismo do carvão térmico em relação ao carvão metalúrgico, prevaleceu inalterável nos anos seguintes e, em 2007 alcançou a cifra dos 150%. Essa tendência sofreu alteração, a partir de 2013 quando o mercado do carvão mineral e de outros produtos primários começou a ressentir-se do desinvestimento, portanto, anunciando o fim do superciclo de *commodities*.

Gráfico 4- Comércio mundial do carvão mineral (em milhões de toneladas) por tipo entre 1995 e 2014



Fonte: IEO (2016), Org.: Eduardo Bata (2017).

De acordo com a *School of International and Public Affairs* (SIPA, 2013) e o IEO (2016), há várias razões que corroboram o crescimento verificado na demanda por carvão térmico em detrimento do carvão de coque. Dentre elas, a volatilidade

dos preços do carvão metalúrgico, frente aos preços estáveis do carvão de queima, exerceu um peso significativo nos níveis da demanda pelo coque. A outra razão tem a ver com a baixa capacidade de oferta mundial do carvão metalúrgico, fato que resultou na super valorização do preço do carvão de coque. De fato, dos anteriores US\$ 155 a tonelada em 2009, a mesma quantidade passou a ser transacionada por US\$ 190 em 2010 e, no ano seguinte atingiu o pico de US\$ 300 a tonelada.

Portanto, dada a volatilidade do preço do carvão mineral, assim como a sua relação com a crise energética e do sistema internacional acreditamos ser difícil augurar o peso e a composição do mercado desse minério. No entanto, sabe-se que o ritmo da demanda por carvão está condicionado a um ou mais fatores como, por exemplo, os acordos entre os países produtores de petróleo e do gás (primeira e segunda maiores fontes de geração de energia no mundo), pois a maior disponibilidade desses combustíveis influenciará seu preço, assim como determinará a opção pelo gás em detrimento do carvão mineral, já que ele é potencialmente menos poluente. Adicionalmente, a linha da procura dependerá, também, das estratégias energéticas desenhadas mundialmente, sobretudo na Índia e na China que, conforme fizemos referência nos últimos anos, tornaram-se intensivos do ponto de vista do consumo de energia.

Dito de outra forma, o nível do consumo do carvão estará sujeito, em boa medida, à forma como se processarão a procura e a oferta do mercado interno dos grandes consumidores do carvão da Ásia e do mundo, bem como a tendência dos preços do petróleo. Há evidências de que, desde outono de 2014, o preço do petróleo vem caindo, além disso, tanto a China quanto a Índia têm investindo bastante na construção de infraestruturas logísticas e na abertura de novas minas de carvão em seus territórios o que potencialmente conduzirá ao aumento da produção doméstica e a redução da dependência externa (IEO, 2016).

Por exemplo, entre 2014 e 2015 o governo chinês introduziu uma série de medidas protecionistas que visam estimular a indústria carbonífera nacional. Esses mecanismos incluem o estabelecimento de um limiar sobre as quantidades de enxofre e de cinzas aceitos para o carvão importado, bem como a fixação de impostos sobre as importações que variam de 3% do valor total para o carvão antracito e de coque e 6% para o carvão térmico (IEO, 2016). Portanto, em função de tudo isso, concorda-se com Oliveira (2015) ao explicar que o futuro do mercado mundial do carvão mineral dependerá desses ou de mais fatores nomeadamente,

(i) a auto-suficiência energética, isto é, a capacidade dos principais consumidores mundiais, incluindo o Japão (em função das dificuldades de reerguer-se do efeito Fukushima) garantirem o suprimento de suas necessidades energéticas, quer pela diversificação da sua matriz energética, quer pela descentralização da infraestrutura de produção e distribuição ou então, pelo investimento em fontes alternativas;

(ii) assegurar o fornecimento externo de energia que, tanto pode se efetivar pela diversificação dos fornecedores externos quanto por meio de acordos comerciais mais vantajosos; pela militarização do controle de recursos energéticos no exterior, ou a tentativa de controlar diretamente as fontes de recursos energéticos, portanto, a securitização e militarização e

(iii) a integração energética regional, que pressupõe a integração da infraestrutura e da cadeia produtiva de energia em uma ou mais regiões no continente.

Na verdade, considerando a atual corrida para os energéticos alternativos, em função da tendência de declínio das fontes convencionais de energia e, mais precisamente da relação entre a disponibilidade energética, a expansão e o crescimento econômico, conforme argumenta Keefer (2008) é mais provável que o futuro do mercado mundial do carvão e, eventualmente, de outros recursos energéticos estratégicos seja definido pela combinação das três formas enunciadas, com ênfase para as duas últimas. A *praxe* dominante, desde o fim da II Guerra Mundial (e a constituição da OMC em 1994), demonstra que, concomitante à caça por acordos comerciais favoráveis às grandes Companhias transnacionais, sintetizado na fábula da integração, há, igualmente, a formação de exércitos ou o financiamento de milícias internas para promover a instabilidade, com vista a garantir o controle de regiões abastadas em bens naturais e a República Democrática do Congo, o Sudão são alguns exemplos do processo de militarização dos bens minerais africanos.

No mesmo contexto, enquadra-se, também, o rearmamento da China (os gastos chineses superaram a Europa no ano 2000), o crescimento do PIB bélico estadunidense (os gastos em militares nos EUA aumentaram de US\$ 400 milhões em 2001 para 900 milhões em 2011), portanto, os dois eixos do poder mundial são rastros que nos indicam a tendência das relações e das configurações da geopolítica mundial, inclusive a energética nesse século XXI, conforme explica Dantas (2013). O

avanço verificado na engenharia militar norte- americano que inclui a espionagem, a vigilância, reconhecimentos e as novas habilidades desenvolvidas para atuar no chamado *ciber- espaço*, corrobora o entendimento de Mészáros (1989) que relaciona a expansão do capitalismo à inovação do complexo militar- industrial, sem o qual o imperialismo não poderia sobreviver.

Portanto, sejam quais forem às estratégias acionadas (*sedução*, coerção ou as duas em concomitância e/ou em alternância), esse processo continuará sendo liderada por grandes corporações transnacionais, os *urubus*, no dizer de Carlos D. de Andrade, na grande maioria avalizadas pelo Estado nacional. Sob comando delas, a África, uma vez mais será, o palco das disputas imperialista, já que, sozinho, esse continente responde por 75% do grupo de metais platinados (cobalto, cromo e outros); 50% do ouro; entre 45 e 50% do diamante; 25 e 30% da bauxita; 10% do níquel e do cobre; 12% do urânio; 7% do manganês e entre 5 e 8% do tântalo, recursos minerais que atizam a gula das companhias transnacionais, na sua maioria financiadas por fundos públicos (BASSEY, 2015).

Por fim, há que salientar que a ação voraz do capitalismo que, conforme seus próprios imperativos, vai tecendo o seu mapa, quer seja aniquilando comunidades inteiras e adicionando mais e mais espaços de controle, quer seja suprimindo terras degradadas ou pouco rentáveis, não é de tudo um processo sem fundamento ou "irracional". Na corrida energética, a barbárie da atuação capitalista justifica-se pelo fato de que, assim como no passado, no presente os "recursos" energéticos, sobretudo os de origem fóssil, continuam sendo o *motor de explosão* que aciona a roda de acumulação. Na ausência, nem o processo de produção e acumulação capitalista, muito menos os modernos mercados financeiros poderiam existir.

De fato, é evidente que o crescimento do capitalismo, desde cedo, dependeu da descoberta e da adição de mais energia. Portanto, a consolidação do capitalismo pendeu, incontestavelmente, da constituição de um aparato de maquinários- o trabalho morto, cujo funcionamento requer a adição de mais e mais quantidades de energia. Não há dúvidas de que os modernos sistemas de transporte, a densa rede de computadores que forma a malha de poder invisível, todavia assombrosa e presente em cada fração do espaço social depende, incondicionalmente, do fluxo contínuo de energia, em quantidade e qualidade.

1.4.2 Megaprojetos ou Grandes Projetos de Investimentos? Apontamentos necessários

No artigo *Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina*, Aníbal Quijano analisa o processo de sua constituição, bem como a importância histórica da América Latina no desenho do novo padrão de poder que teve a Europa Ocidental como centro mundial desse poder. Quijano (2005) entende que a América Latina foi tanto o espaço original quanto o tempo inaugural do período histórico e do mundo que habitamos. É no bojo desse debate sobre a constituição do sistema-mundo que Porto-Gonçalves (2006, 153) afirma que

O encontro com o continente que viria a se chamar América muda o destino do mundo. Esse encontro é, de fato, o fenômeno capital da constituição do mundo moderno que assim, desde o início, é colonial. A partir dali, e só a partir dali, a Europa passará a se tornar o centro do mundo e, para essa centralidade, a América foi decisiva.

De fato, a narrativa da colonização e do expansionismo europeu nos indica que a América Latina foi o ventre do qual se gestou o poder europeu e só, a partir dali, é que foram idealizadas as subseqüentes conquistas imperialistas. Contudo, há que destacar, também, que esse processo, obra inaugural da etapa de acumulação primitiva, só ficou completo com a incorporação da África e da Ásia que junto a América Latina, teceram o fio de prumo que erigiu o sistema mundo-moderno contando, para tanto, com a participação ativa dos EUA, filhos dos europeus, no dizer de Amin (2005).

Logo de início, o objetivo inconfessável da ação capitalista foi o de abrir os mercados e apossar-se das reservas naturais do mundo todo. Ou seja, a expansão do capital monopolista tinha por finalidade transformar essas regiões em retaguarda especial do imperialismo, isto é, fonte de matérias-primas, de mercados, esferas de aplicação do capital; fonte de rendimentos monetários, espaços militares estratégicos e reserva da força de trabalho (COSTA, 2013).

Com o triunfo das revoluções (russa, chinesa e independentista), abre-se um hiato no projeto expansionista capitalista imperialista, infligindo, desse modo, a necessidade de um arranjo nas estratégias de atuação. Na visão de Amin (2005), as insurreições impuseram meio século de intervalo após a segunda guerra mundial que deu a ilusão de que, finalmente, o capitalismo, obrigado a se ajustar a essas condições, tinha conseguido se civilizar ou, pelo menos, estaria nesse processo.

Desafiado a sobreviver o capital passa então a atuar por meio de corporações transnacionais ou suas filiais espalhadas pelo mundo afora, tecendo e redefinindo a todo instante a malha do poder, tanto retrocedendo e quando necessário, abandonando regiões pouco produtivas ou com legislação robusta, assim como, rompendo barreiras que impeçam o desenvolvimento das forças produtivas, a expansão das necessidades, a diversificação do desenvolvimento da produção e a exploração e o intercâmbio das forças naturais e espirituais (MÉSZÁROS, 1989).

Portanto, esse processo que solidificou a integração da periferia no sistema capitalista, torna-se mais intenso e audacioso nas franjas da crise do keynesianismo, e teve a Inglaterra e posteriormente os EUA como os principais centros difusores da agenda neoliberal. Desse modo, da concentração à diversificação e da centralização à transnacionalização, o capitalismo busca desesperadamente novas formas que o permitam, não só a conquista de novos mercados e a contínua destruição/integração das formas de produção não capitalista, mas também maior rentabilidade, já que a expansão da produção está atrelada ao imperativo da realização do capital, conforme assinala Mézáros (1989).

Chesnais (1996) entende que, até meados da década de 1970, poder-se-ia identificar, pelo menos, três estratégias que estimulavam a expansão e a implantação de filiais em nível mundial, nomeadamente: estratégias de produção racionalizada; estratégias de mercado e a estratégia de aprovisionamento. Pertence a essa última forma de expansão, a atuação das corporações multinacionais do setor primário, especializadas na integração vertical, a partir de recursos minerais, energéticos ou agrícolas situados nos antigos países coloniais ou semicoloniais.

No caso de Moçambique, sua integração no sistema capitalista visa, invariavelmente, à remessa ou ao aprovisionamento em matérias-primas de origem mineral e agrícola, com baixo nível de processamento, por isso, de pouca competitividade. Sorj (2008) entende que é própria do processo de acumulação do capital a formação de um setor periférico exportador, uma espécie de apêndice do sistema capitalista mundial, responsável pelo suprimento das necessidades de matérias-primas e alimentos para os países imperialistas.

Como visto, a esmagadora maioria das empresas que atuam no país estão concentrados na indústria extrativa de recursos minerais e com presença marginal em outros setores da economia nacional. De qualquer forma, a realidade moçambicana confirma que estes consórcios, provenientes do mundo todo, inclusive

da África do Sul produzem não para o mercado nacional, mas para a exportação. É isso que acontece tanto com o carvão mineral de Moatize quanto com o gás natural e o alumínio, produzidos em Temane e Bebeluane respectivamente. Portanto, enquanto o carvão mineral arrancado do "ventre" de Moatize segue longas viagens, sobretudo para a Ásia, o gás natural extraído em Pande e Temane, atravessa comunidades inteiras desde o Norte de Inhambane até a região de Secunda na África do Sul, de onde é refinado e vendido para Moçambique.

Na verdade, a expansão capitalista, condição para a manutenção da roda de acumulação, visa à conquista de espaços estratégicos que possibilitem a exploração da terra em todas as direções ou a descoberta de novas coisas úteis, isto é, novas qualidades úteis das coisas antigas. Por outro lado, esse movimento permite deslocar muitas das contradições internas do capital que, independentemente do tempo de duração, sempre conduz à mudança estrutural no ciclo de reprodução do capital, ou seja, aquilo que Mészáros (1989, p.59), denominou de "transformação radical da produção genuinamente orientada para o consumo em destruição".

Num artigo recente, Gilson Dantas rastreou as tendências de formação de crises no seio do sistema capitalista, bem como as estratégias acionadas para adiá-la. Nessa pesquisa, Dantas (2013) demonstra que, desde cedo, o capitalismo sobreviveu adiando as crises gestadas em seu próprio ventre e ele dá exemplos. No final da década de 1970, por exemplo, o sistema conseguiu adiar a implosão da crise reprimindo os movimentos sociais e sindicais, arrancando audaciosamente às conquistas laborais até então amealhadas (a batalha travada entre o governo de Thatcher e os sindicatos das empresas mineradoras), esmagando a revolução polonesa em 1981 e, impondo a agenda neoliberal.

Todavia, nem mesmo essa engenharia tem conseguido impedir a formação de hiatos, após períodos relativamente longos de estabilidade do sistema capitalista. As duas crises, após Segunda Guerra Mundial, são exemplos dessas rupturas que, com frequência, exigem mudanças estruturais. Junto a essas bolhas, cresce, também, um movimento proletário cada vez mais organizado e disciplinado (a transformação e a disciplina da China), portanto, um elemento adicional que ameaça a continuidade do ritmo e da rentabilidade do processo produtivo capitalista.

Seja como for, os *crashes*, ou *Katrina financeiro*, para usar a expressão de Harvey (2011), suscitam, quase sempre novas fórmulas na aplicação ou absorção do excedente do capital produzido em outras alhures, invertendo desse modo, a

tendência básica da crise de superacumulação. Para Chesnais (1996), é exatamente na lógica de acumulação capitalista que atua num mundo parcelizado em Estados-nações que emergem os grupos multinacionais oligopolistas que buscam, em outros paralelos, a valorização do capital produzido em outras regiões.

Assim, sob o comando da empresa de estabelecimentos múltiplos (regente da orquestra) cujas operações se dão, conforme Chesnais (1996, p.70) "no interior de um cacho ou rede de relações transnacionais, tanto internas como externas às companhias", a chamada corporação transnacional forjou a nova divisão internacional do trabalho, também denominada divisão transnacional do trabalho e da produção (IANNI, 2007).

Desse processo, nasce a especialização ou a consolidação de alguns países, sobretudo do Sul Global como verdadeiros fornecedores de matéria-prima, corroborando, por conseguinte, a ideia defendida por Eduardo Galeano. Para Galeano (1978, p.5), há

Dois lados na divisão internacional do trabalho: um em que alguns países se especializam em ganhar, e outro em que se especializam em perder. Passaram os séculos, e a América Latina aperfeiçoou suas funções. Este já não é o reino das maravilhas, onde a realidade derrotava a fábula e a imaginação era humilhada pelos troféus das conquistas, as jazidas de ouro e as montanhas de prata, mas a região continua trabalhando como um servil.

Assim como a América Latina (com as devidas ressalvas), a África (talvez com pouquíssimas exceções) também aprimorou e consolidou a sua posição histórica no aprovisionamento de matérias-primas e de mercados para os produtos dos países centrais e, mais, recentemente, para as chamadas economias emergentes ou de rápido crescimento. Com inúmeras evidências, a integração de muitos países africanos, inclusive Moçambique, consolida as estratégias de inserção periférica capitalista, portanto, uma estrutura de comércio mundial no qual o fluxo se dá, sobretudo, com os países centrais e, o setor exportador primário assume-se como o motor de todo o processo de acumulação (SORJ, 2008).

De qualquer forma, a África foi, e ainda continua sendo uma espécie de *bilhete de loteria*¹²⁹ premiado que trouxe prêmios fantásticos para os imperialistas. Daí que a fábula da África selvagem, rústico e atrasado ou mais recentemente, a ideia enviesada dum continente que não consegue se desatar dos conflitos internos e romper com o subdesenvolvimento, oculta a ação imperialista que, em inúmeros

¹²⁹ Cf., PAKENHAM, Thomas. **The scramble for Africa**. London: Abacus, 1991.

casos é, embora não de tudo culpada, a causa desse marasmo. Além disso, mascara a ganância e os audaciosos planos capitalistas (controle de espaços e de recursos estratégicos) não só do Norte Global, mas também de alguns países do Sul, no âmbito da cooperação Sul - Sul.

Portanto, em seu novo formato, o sistema capitalista procedeu, sob o trono da empresa transnacional, à integração simultânea que mescla mercadorias, trabalho e tecnologia; porém, exclui o trabalho, já que esse é o manancial para a extração da mais- valia, conforme explica Chesnais (1996). É, no entanto, a sua ação violenta que anuncia que, para o império do capital, tudo vale, inclusive a repressão, sobretudo, em coalizão com o Estado.

Para tanto, atravessam-se comunidades inteiras, aniquilam-se as formas de produção ditas primitivas ou tradicionais e, com frequência, tachadas de atrasadas e barreira ao processo de modernização capitalista; destroem-se as condições materiais de vida, sejam o solo, subsolo, minerais, ar e outros, privatiza-se tudo, inclusive a água, tudo em nome do progresso, a trama da inserção e da expropriação contínua do Sul Global. Com filiais espalhadas pelo mundo todo, porém conservando as suas bases nacionais, as corporações transnacionais muitas vezes apoiadas por seus Estados, mobilizam a terra e todos os recursos em seu redor para a realização de Grandes Projetos de Investimentos (GPI), numa região ou em várias simultaneamente.

De natureza diversa e objetivos inversos aos que são formalmente anunciados, os grandes investimentos diferem, tanto em forma e tamanho, quanto no tempo de duração entre a idealização e a concretização. Os GPI diferem, também, pela magnitude dos efeitos causados na economia, na paisagem social e política da região e de seu entorno. Visto sob esse ângulo, os Grandes Projetos de Investimento, tanto podem ser hidrelétricas, pontes, rodovias, planos de colonização, plantas de mineração e sua respectiva estrutura logística, quanto grandes projetos de agronegócio, como por exemplo, o controverso projeto Prosavana no corredor de Nacala. Eles podem ser, igualmente grandes obras de infraestruturas que suscitem deslumbramento a grande maioria da população, o canal de Panamá, a *Sydney Opera House*, são alguns exemplos de infraestruturas de grande porte que atraem a atenção de centenas de milhares de pessoas.

Para Vainer e Araújo (1992, p.34, grifo nosso), os grandes projetos de investimentos são empreendimentos que consolidam "o processo de apropriação de

recursos naturais e humanos em determinados pontos do território, sob a lógica estritamente econômica, respondendo a decisões e definições configuradas em espaço relacionais exógenos aos das populações das proximidades dos empreendimentos". No mesmo raciocínio, Vainer (2007, grifo nosso) afirma que o termo GPI é utilizado para nomear projetos de grande dimensão que mobilizam elementos como: capital, força de trabalho, *recursos* naturais e energéticos, território e tendem, fundamentalmente a formar verdadeiros enclaves territoriais, econômicos, sociais, políticos, culturais, ecológicos e, sobretudo a fragmentação territorial.

Nesse sentido, mas dando ênfase aos efeitos ambientais e sociais, Martins (1993, p. 62), entende que GPI

São obras de grande impacto social e ambiental, mas que não tem por destinatários as populações locais. Seu pressuposto é o da remoção dessas populações. Em algumas vezes, o pressuposto inconfessado e inconfessável é o próprio aniquilamento das populações que possam representar algum estorvo para a implementação dos grandes projetos.

Portanto, sob a lógica da livre mobilidade de capitais, pressuposto para a reprodução ampliada do capital, Luxemburg (1976) apresenta exemplos das formas como o capital atua visando eliminar as barreiras. Ou seja, como a economia natural, fundada no equilíbrio e no respeito pela natureza, oferece rígidas barreiras em todos os sentidos aos imperativos da realização do capital, é preciso empreender uma luta até a morte, contra essas formas de produção visando à apropriação direta de importantes fontes das forças produtivas, como a terra, os minerais, as pedras preciosas e outras.

No processo de aniquilamento da economia natural barreira para a expansão capitalista, multiplica-se, também, as formas de dispossessão das comunidades, assim como as configurações dos conflitos intrínsecos a essas ações. De qualquer forma, compreende-se que o termo Grandes Projetos de Investimentos abarca horizontes variados e projetos diversos, alguns dos quais com aparente racionalidade embutida ao ponto de causar impressão às pessoas, mas todos respondendo a um só imperativo, a expansão e a massificação da produção capitalista, no dizer de Polanyi (2000).

Longe de constituir consensos, a literatura sobre os GPIs sugere que o debate sobre os grandes projetos de investimento é antigo. Todavia, somente nas primeiras décadas do século XXI o interesse pela pesquisa e sua compreensão cresceu configurando-se como um tema que fascina tanto sociólogos, economistas,

geógrafos, planejadores urbanos e engenheiros, sendo os últimos os "regentes da orquestra", no sentido de que são responsáveis pela concepção desses projetos.

Apresentados como indutores do desenvolvimento econômico e, por isso, objeto de disputas entre países, a ilusão sobre o possível desenvolvimento induzido pelos Grandes Projetos de Investimentos é tanta que se ignoram por completo os altos custos socioambientais e as mudanças na paisagem e na dinâmica do território. Trata-se da manifestação daquilo que Flyvbjerg et al (2003) denominam paradoxo do megaprojeto, portanto, a ação deliberada que busca promover uma boa imagem dos GPI, mesmo reconhecendo o seu baixo desempenho e os efeitos negativos sobre a estrutura territorial.

Fruto das diferentes configurações, finalidades e racionalidade a eles imputadas, os Grandes Projetos de Investimento não só apresentam escopos diferentes, mas também distintas designações, sem perder suas principais peculiaridades: a intensidade em capital e em tecnologia e a rápida transformação da paisagem. No Brasil, por exemplo, são denominados de Grandes Projetos de Investimento (VAINER e ARAÚJO, 1992, VAINER, 2007, VAINER, 2011); projetos econômicos de envergadura ou grandes empreendimentos (MARTINS, 1993), grandes projetos (LEAL, 1996; SEVÁ FILHO, 1990; MESQUITA e SEVÁ FILHO s/a; SILVA, 2004; 2007; GONÇALVES, 2016); megaprojetos (TIMO, 2013; SILVA, 2015) entre outros.

Seguindo a designação megaprojetos, *praxe* dos países de expressão inglesa, Flyvbjerg et al (2003, grifo dos autores) asseveram que os megaprojetos não constituem só obras de engenharia incomensurável, mas também fenômenos que se acham espalhados pelo mundo afora. Por outras palavras, em qualquer lugar que for, somos confrontados com este "novo animal político e físico", o qual todos os países parecem estar comprometidos ou em atraí-lo ou em promovê-lo no campo das decisões políticas.

A propósito do conceito de megaprojeto, Lynch e Gellert (2003) argumentam que a tentativa de conceituação dos megaprojetos apresenta quase sempre inúmeras divergências, isso porque, grande parte delas é inexata e estão atreladas a projetos específicos. Para Flyvbjerg (2013)¹³⁰, a designação de megaprojeto deve

¹³⁰ Bent Flyvbjerg é administrador do programa de gestão na Universidade de Oxford. É considerado um dos grandes pesquisadores na área dos megaprojetos. Entrevista publicada na **Revista Insight**, The global infrastructure magazine. n. 4, 2013, 76p.

considerar os seguintes aspectos: o empreendimento deve ter um custo não inferior a US\$ 1,0 bilhão; deve levar mais de cinco anos para transitar do desenho para a materialização, tem de afetar mais de um milhão de pessoas e com impacto transformacional na área onde ela se localiza.

Tendo em conta a diferença entre o local onde cada investimento é realizado, o autor propõe que haja flexibilidade nos aspectos ou critérios que elencamos anteriormente, pois no seu entender, "um projeto de US\$ 100 milhões certamente não será considerado mega no contexto de Nova York ou de Cingapura, porém se US\$ 100 milhões fossem investidos em único projeto, digamos no Congo, ou em Myanmar, seria absolutamente candidato ao *status* de megaprojeto" (FLYVBJERG, 2013, p. 15).

No tange à complexidade, Flyvbjerg (*op.cit.*) explica que não é o tamanho em si que revela ou que torna um determinado megaprojeto complexo, mas o fator tempo, porque, como se sabe, muitos megaprojetos levam mais de 15 anos para se tornarem plenamente operacionais e isso, envolve todos os tipos de mudanças inesperadas que muitas vezes alteram a estrutura ou seu desenho inicial. Com feito, a complexidade de um megaprojeto depende também da mudança tecnológica e, principalmente dos ciclos políticos, financeiros e da preferência dos consumidores que podem num instante eliminar ou adicionar nova complexidade ao megaprojeto.

É nesse último aspecto (ciclos políticos, financeiros) que consideramos residir à essência de um megaprojeto, uma vez que tais ciclos são, concomitantemente, ciclos de produção e reprodução capitalista. De fato, conforme a demanda um dos determinantes do ciclo e da expansão da capitalista, alguns megaprojetos podem sofrer alterações estruturais ou mesmo serem definitivamente abandonados, aguardando assim, o próximo *surto* de acumulação. É exatamente nisso que reside o cerne do processo de acumulação, o investimento em áreas ou em atividades de alta lucratividade e o abandono, ainda que, parcial daquelas com lucros marginais.

Com uma visão de Megaprojeto, como fenômeno cultural, Marrewijk e Smits (2016) argumentam que o caráter complexo dos megaprojetos distingue-se de outros projetos pela sua interação e interdependência entre os elementos do projeto, bem como o alto grau de incerteza, decorrente do baixo nível de clareza e de acordos em relação aos objetivos e as formas de alcançá-los. Para os autores, mais importante ainda do ponto de vista da cultura é, o fato de os megaprojetos serem

potencialmente indutores de conflitos, pois envolvem interesses diferentes e geograficamente dispersos.

Diante das controvérsias e dos dissensos sobre o conceito de megaprojeto, Frick (2005, p.12), oferece uma contribuição teórica para o seu entendimento. Reconhecendo problemas como limitações da literatura sobre os megaprojetos em responder algumas questões relativas, aos custos, aos financiamentos, os interessados e as incertezas que permeiam esse tipo de investimentos, a autora sintetiza as peculiaridades dos megaprojetos naquilo que ela denomina de "Six C's", isto é, seis C, portanto, "*colossal, costly, captivating, controversial, complex e control*". Essas características interagem mútuas e conflitously durante o desenvolvimento de um megaprojeto. Embora reconheçamos a vitalidade de cada uma dessas peculiaridades para o entendimento dos megaprojetos, foge do escopo dessa pesquisa, explicitar as particularidades de cada uma delas. Far-se-ia, não obstante, breve comentário sobre algumas.

Em relação à primeira característica, por exemplo, Frick elenca, aqui, obras de grandes dimensões, tais como novos túneis, pontes, aeroportos, e sistemas ferroviários, obras com alto impacto visual e quase sempre incrustado ao discurso desenvolvimentista. Já na segunda, intrinsecamente, ligada à primeira, a autora explica que os megaprojetos geralmente têm um custo que varia entre um mínimo de US\$ 250 milhões a US\$ 1,0 bilhão, cifras que quase sempre são subestimados.

No que tange à natureza controvérsia dos megaprojetos, Frick (2005) aponta aspectos, tanto de natureza financeira, como por exemplo, a negociação dos fundos de financiamento, dos planos de mitigação, quanto aspectos de ordem estética e da própria engenharia. Mais do que isso, a autora destaca, também que as controvérsias nascem do potencial destes empreendimentos para produzir deslocamentos compulsórios, impactos negativos para o ambiente social e físico do e no em torno, em áreas adjacentes ao empreendimento.

Portanto, a nosso ver, é exatamente nesse último aspecto que reside à maior contradição dos megaprojetos. Porque além de forçar o deslocamento compulsório da população gerando, conforme Turton (2013) *refugiados do desenvolvimento*, a experiência moçambicana revela que a implantação dos megaprojetos, quase sempre é conduzida em processos pouco transparentes, com pouca informação e por vezes, a desinformação. Silva (2004, p. 59) ao analisar o acesso à informação nos processos de implementação de grandes projetos adverte que

No empenho de realizar a obra, o setor toma a atitude de usar o discurso para criar expectativas de progresso nas pessoas e manter a desinformação para que os moradores fiquem alheios aos reais objetivos. As informações, quando são repassadas, são desprovidas de conteúdo, deixando mais dúvidas do que esclarecimentos. Assim, geram um mal-estar entre os moradores por não conseguirem projetar as conseqüências do empreendimento.

Para facilitar a análise dos megaprojetos, em função das divergências na sua definição, Lynch e Gellert (2003, p.15) propõem, para tanto, quatro categorias que são: infraestruturas, extração, produção e consumo. Essas categorias que também podem representar quatro variantes de megaprojetos de acordo com sua área de atuação podem ocorrer em simultâneo ou em associação. São exemplos disso, os gigantescos complexos de mineração de bauxita-alumínio da Vale S.A. na Serra dos Carajás e, de forma parcial o Projeto de Carvão de Moatize que, inclui a mina (I e II) de carvão, uma ferrovia (com 912 km de extensão) e um terminal portuário de carvão construído em Nacala a velha (Foto 4).

Foto 6 - Vista parcial do terminal marítimo do carvão mineral em Nacala a velha, Província de Nampula, Moçambique



Foto: Wordpress.com

Nas quatro categorias elencadas por Lynch e Gellert (2003) salientam-se no contexto moçambicano, as três primeiras, ou seja, infraestrutura, extração e produção. Em Moçambique o deficit que se registra na área de infraestruturas diminui, por um lado, a competitividade do país em relação a outros da região, como

por exemplo, a África do Sul. E, por outro lado, esse deficit representa também um campo de oportunidades para que o capital possa aplicar os excedentes de capitais produzidos em outras regiões, conforme lembra Harvey (2005).

Em Moçambique, os empreendimentos de grandes dimensões e alto custo socioambiental recebem a designação de megaprojetos. No país, a denominação megaprojeto considera, em grande medida, a quantidade de capital investido para a realização desses empreendimentos. Esse tipo de análise que consideramos de cunho economicista tem como principais referências os professores Carlos Nuno Castel-Branco e João Mosca. Portanto, dada a natureza recente da transformação e da dinâmica socioeconômica do país, o uso do termo megaprojetos, pelo menos em pesquisas é atual e está diretamente relacionado a cada vez mais ativa participação do Investimento Direto Estrangeiro na dinâmica de acumulação capitalista em Moçambique.

De fato, o *boom* do IDE verificado no período entre 2002 e 2014 que no pico atingiu US\$ 4,7 bilhões, gerou certa efervescência na economia nacional, a revolução no PIB entremeado da ilusão de desenvolvimento. Concomitantemente, produziu rápidas transformações na paisagem rural e urbana das cidades de Nampula (centro da malha ferroviária da região Norte de Moçambique), Tete (centro político e administrativo) somente alguns exemplos.

De natureza intensiva e com efeito atomizador, no sentido de que, os megaprojetos se moldam como um núcleo mais ou menos denso que atrai para o seu entorno uma variedade de médios e pequenos empreendimentos, os grandes projetos alimentaram debates e pesquisas diversas, assim como a retórica e a farsa do fim do desemprego e da pobreza em Moçambique. Mais do que isso, os megaprojetos *hipnotizaram* as lideranças políticas nacionais e mascararam as dificuldades históricas do processo de acumulação do capital no país; carburaram discursos políticos pretensamente otimistas em relação ao desenvolvimento, como também geraram a destruição ambiental, o enriquecimento de uma parcela de moçambicanos, conflitos sociais e político, o recrudescimento do crime, mas também o advento de um "novo" tipo de crime, os raptos e a caça às pessoas portadoras de albinismo. Alguns desses aspectos serão detalhados na parte 5.

Assim, buscando descrever a fisionomia desses novos elementos que de súbito passaram a dominar o discurso político, acadêmico e da sociedade moçambicana, Castel-Branco (2008, p.1) define os megaprojetos como "atividades

de investimento e produção com características especiais. Primeiro, devido a sua dimensão, definida pelos montantes de investimento (< US\$ 500 milhões) e o impacto na produção e comércio, é enorme". Em torno desse conceito, o autor menciona quatro características que no seu entender permitem distinguir os megaprojetos dos restantes projetos de investimentos.

Com efeito, os megaprojetos caracterizam-se pela

- i) intensidade em capital, sem, no entanto gerar emprego direto proporcional ao peso no investimento, produção e comércio;
- ii) concentram-se em atividades mineiras e energéticas, sobretudo, o gás e carvão;
- iii) são estruturantes das dinâmicas de acumulação e reprodução económica e
- iv) são áreas exclusivas de intervenção de grandes empresas multinacionais devido aos elevadíssimos custos e as qualificações requeridas (CASTEL-BRANCO, *op.cit.*, p. 2).

Para Xiong (2014) um dos aspectos comuns aos projetos que operam em Moçambique é o fato de, serem projetos de grandes dimensões financiadas por investimento estrangeiro; concentram-se na apropriação dos bens naturais, inclusive os recursos hídricos; são intensivos em capital, porém não geram emprego proporcional; a produção é destinada à exportação e, por vezes investem em infraestruturas destinadas a fins específicos que não servem ao público em geral.

Com uma leitura mais focada no quadro legislativo sob o qual operam os megaprojetos em Moçambique, Mosca e Selemene (2011, p.15) afirmam que megaprojetos são "os empreendimentos do setor minero-energético que no geral têm recebido investimentos iniciais não inferiores a USD 500.000 (quinhentos mil dólares americanos), que se beneficiam de incentivos fiscais, de excepcionalidades legais e de facilidades de operação de que nenhuma outras entidades económicas gozam".

Nos três conceitos apresentados, é bastante clara a importância atribuída ao capital inicial investido, até porque esse é das características que permite a distinção entre várias categoriais de investimento. Tanto no conceito de Castel-Branco e Xiong, quanto no de Mosca e Selemene é possível observar, a presença de pelo menos dois, dos seis C's enunciados por Frick (2005). Em Castel-Branco e, sobretudo em Xiong nota-se a preocupação com questões como os destinatários desses investimentos, algo como o *controversial* na caracterização de Frick.

De todo modo, os conceitos apresentados contêm elementos fundamentais para análise que nos propusemos fazer nesse estudo. Todavia, isso não impede de

forma alguma que, se apresentem novas perspectivas para o estudo dos megaprojetos em Moçambique. Com efeito, mesmo tendo sido esse o ponto de partida que embasou nossas reflexões, entendemos que a leitura dos megaprojetos deve considerar também as transformações introduzidas no espaço e na dinâmica social da região.

Portanto, ler os megaprojetos, a partir de uma visão integrada e combinada que junta aspectos econômicos, espaciais e socioambientais, permite-nos refutar ou afirmar os reais impactos desses empreendimentos, principalmente em regiões estruturalmente pouco preparadas como Moatize, porém condenados pelas *riquezas* de seu subsolo.

Por isso tudo, concordamos com Vainer (2011, p. 35) ao propor que, a análise do que se considera grande empreendimento, deve seguir uma perspectiva relacional, isto é, deve ter em conta a relação entre a comunidade e o empreendimento, a partir dos seguintes aspectos: a) alteração na vida da população local; b) intervenção externa ao espaço social onde será implantado; c) concentração do capital e do poder de decisão e os impactos socioambientais concentrados e significativos.

Retomando a análise dos três conceitos sobre os megaprojetos atraí a nossa atenção os seguintes aspectos: empreendimentos cujas atividades estão voltadas para o setor mineral e energético e projetos com volumes de capital inicial. Conforme destacamos, o papel de Moçambique e de outros países, principalmente subsaarianos é reduzido a meros exportadores de *commodities*, grande parte deles de origem mineral e ou agrícola, não ou pré- processados, bem como a importação de produtos manufaturados, inclusive produtos alimentares, pelo menos no caso de Moçambique.

Tal especialização perversa da economia nacional tem respaldo nas políticas desenvolvimentistas do governo, o qual olha para o setor extrativo como o caminho para a redenção da pobreza em Moçambique, fato que inúmeros artigos e publicações, por exemplo, o Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH)¹³¹ tem

¹³¹ Moçambique continua com um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do mundo. De acordo com RDH (2015), o IDH é de 0,416, aproximadamente 0,42 numa escala que varia de 0 a 1. Esse índice coloca o país na 180ª posição num conjunto de 188 países avaliados, ficando a frente somente de países como Níger, República Centro Africana, Eritreia, Chade, Serra Leoa, entre outros na sua grande maioria, em situação de guerra e/ou de instabilidade política. Preocupa-nos saber, contudo, que Moçambique está na lista dos países com IDH baixo e está em baixo de países como Sudão do Sul (mais novo país da África, desintegrado do Sudão em 2011),

revelado o contrário. Seja como for, essa característica revela também a tendência extrativista da economia moçambicana, ou seja, há indícios de que a economia nacional tende a transformar-se numa economia extrativa¹³², segundo Castel-Branco (2010).

Portanto, considerando algumas características dos megaprojetos: a natureza extrativa, o volume de capital investido, o potencial para gerar deslocamentos compulsórios, a controvérsia e a (ir) racionalidade construída em volta desses empreendimentos, fica evidente que não há diferenças, pelo menos no que se refere a aspectos básicos, do que é designado megaprojeto, grandes projetos, grandes empreendimentos e grandes projetos de investimentos. No nosso entender as possíveis diferenças situam-se mais no plano léxico e não propriamente semântico, uma vez que a expressão megaprojetos é de uso corrente na literatura inglesa, sobre os grandes projetos de investimentos.

Em Moçambique, no qual a grande maioria das pesquisas e debates nesse campo adota a denominação megaprojetos, as reformas realizadas pelo Estado, tanto em nível da orientação política - ideológica, como na legislação atraíram para o país diversos projetos. Esses empreendimentos considerados *motores* do desenvolvimento econômico nacional concentram-se, sobretudo no setor extrativo de recursos minerais. Não obstante, nota-se também a presença de massivos investimentos no setor do agronegócio. O mapa 6 apresenta alguns desses grandes projetos, com ênfase para aqueles destinados à extração e/ou processamento de recursos minerais, incluindo o gás natural.

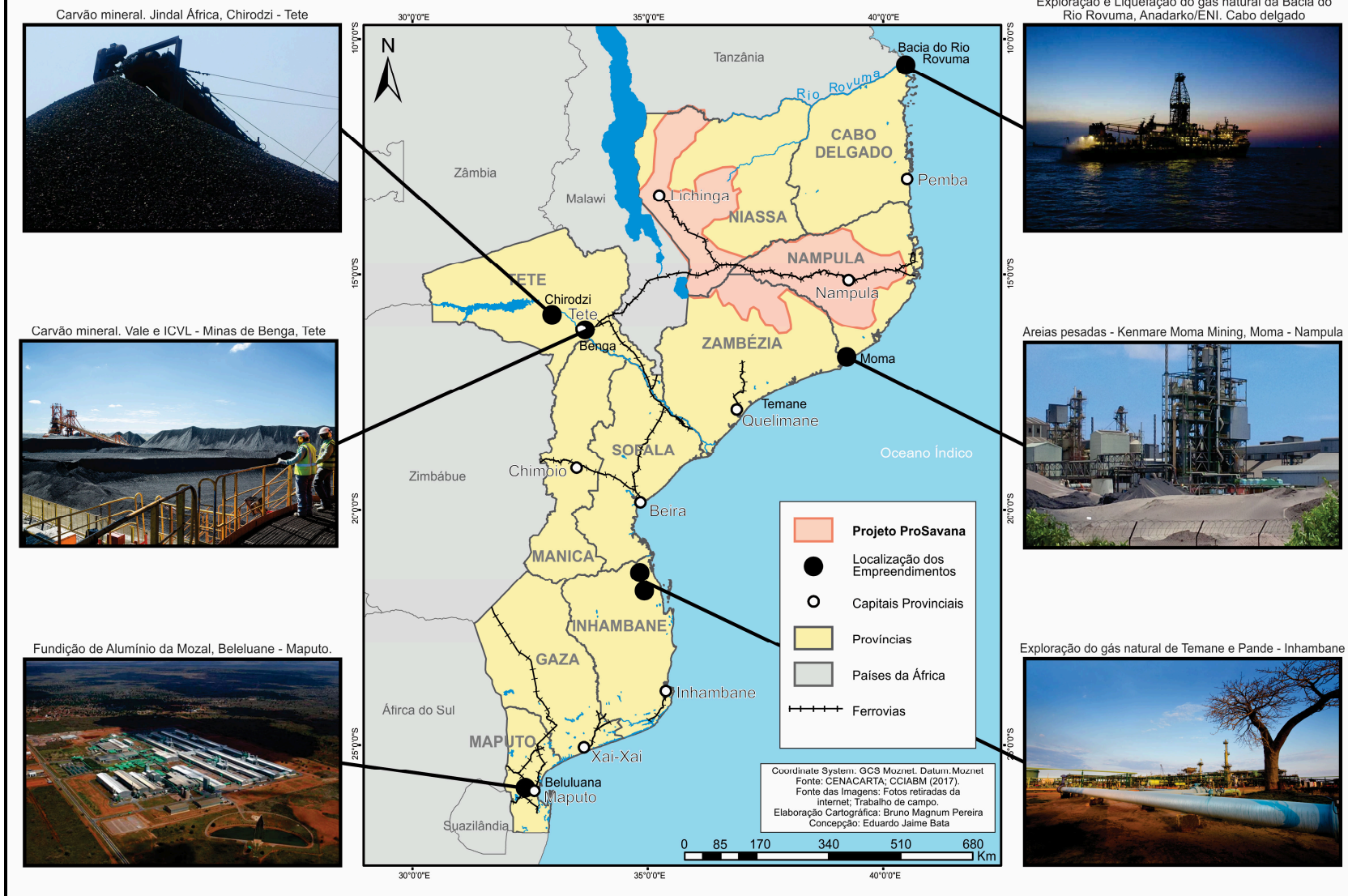
Mapa 6- Grandes empreendimentos minerais em Moçambique

Uganda, Ruanda, mesmo reconhecendo que Moçambique avançou significativamente, pois em 1980 o IDH moçambicano era de 0,24. O RDH de 2015 demonstra o fraco desempenho nas componentes-chave do desenvolvimento (educação, saúde, emprego, segurança). Na educação, por exemplo, a média dos anos de escolaridade é de 3,2, contra 8,9 do Botsuana, 6,0 da RDC.

Mais detalhes, ver PNUD. **Relatório do desenvolvimento humano 2015**: o trabalho como motor do desenvolvimento. New York, USA, 2015. 310p.

¹³² Castel-Branco (2010, p.12, grifo nosso) considera as seguintes: (a) especialização na produção e comercialização de produtos primários com limitado processamento (valor agregado); (b) desarticulação das atividades produtivas, com limitadas ligações a montante, jusante e transversais entre atividades, firmas e subsetores, de tal modo que a malha econômica é larga e porosa; (c) dependência da capacidade de expansão e financiamento da economia do desempenho das exportações de produtos primários; (d) profunda desigualdade entre regiões e grupos sociais no acesso a oportunidades, opções e riqueza; (e) insustentabilidade inter- temporal e intergeracional deste modelo de expansão da base produtiva; e (f) dependência das classes capitalistas nacionais em ascensão em relação ao acesso a rendas de *recursos* naturais e, por consequência, a sua submissão às dinâmicas mais globais de acumulação capitalista.

Grandes Empreendimentos Minerais em Moçambique



Portanto, no mapa 6 apesar da maior concentração dos megaprojetos nas regiões Centro (Vale Moçambique, *Jindal África*, ICVL Minas de Benga e outros) e Norte (*Kenmare Moma Mining*, Eni, Anadarko, Prosavana e outros) é preciso notar, entretanto, que as duas regiões são no conjunto de todo o país, as que apresentam elevados índices de pobreza respectivamente 48% e 59,6%, em comparação com o Sul cuja taxa é de 36, 2% (MOÇAMBIQUE, 2016).

No mesmo mapa merece destaque a concentração e, sobretudo a disposição da malha ferroviária ao longo do território nacional. Presente em quase todo o país, exceto na Província de Cabo Delgado e, com menor densidade nas Províncias de Inhambane e Zambézia, a orientação da rede ferroviária denuncia a posição estratégica e subordinada de Moçambique em nível regional. Como visto, a antiga colônia de Moçambique (hoje país soberano, pelo menos do ponto de vista formal) foi estruturada para servir de corredor, portanto, uma espécie de *espinha dorsal* do capitalismo britânico até então, presente na Federação rodesiana e na colônia do Cabo.

Por essa razão, a rede ferroviária nacional parte precisamente das regiões do interior de Moçambique, portanto, produtoras de matéria- prima e da força de trabalho para o litoral no qual se localizam os portos nacionais, com ramais que ligam os chamados países do *hinterland*, isto é, aqueles territórios do interior que não têm acesso direto ao mar.

1.5 COOPERAÇÃO SUL - SUL: uma nova política externa para África?

Discutir questões referentes à geopolítica mundial em construção desde a crise da acumulação capitalista da década de 1970, consolidado com a crise da dívida externa da década de 1980 é bastante arriscado. Isso porque, por um lado, exige a atualização dos conceitos que até então utilizados para designar esse movimento e seus intervenientes e, por outro, porque o debate sobre essa temática é significativamente vasto, que não se esgotaria em apenas um subtítulo como esse.

Por esse motivo, cabe de início ressaltar que a discussão que se pretende fazer constitui um esforço inicial de pesquisa sobre a temática daí que buscaremos demonstrar como foi sendo construída a agenda brasileira para África. Dado o foco da pesquisa considerar-se-ão algumas questões salientes na "recente" inserção das empresas brasileiras em Moçambique, sobretudo aquelas que foram a reboque da

Vale S.A. Portanto, sem a pretensão de aprofundarmos no debate, pretende-se apresentar alguns pressupostos que ditaram e/ou influenciaram os rumos da política externa brasileira, particularmente em relação à África.

Nessa tentativa, evidencia-se como de grande valor explicativo a Teoria Marxista da Dependência (TMD) que tem como um dos expoentes o cientista social Ruy Mauro Marini. A TMD permite iluminar algumas questões que retórica política de cooperação Sul - Sul em nome da integração e fortalecimento do Sul Global mantém veladas. Tal cooperação representa nos marcos da expansão capitalista a construção de uma agenda política ou atualização da política externa das subpotências "emergentes" (Brasil, África do Sul, Índia e China), em função de seus interesses econômicos e políticos.

Num artigo recente Virginia Fontes buscou examinar as características dos países que conformam o grupo dos BRICS. De início a autora reconhece o caráter heterogêneo (países díspares, histórica, cultural, geográfica e economicamente) desses países e, principalmente a sua condição de subalternidade frente aos interesses do capitalismo primário ou central.

Com recurso à categoria capital - imperialista Fontes (2014) desata o "nó" que oculta as intenções que pautam a formação e a atuação desse grupo no cenário mundial e, não hesita em afirmar que, a aparição dos BRICS é fruto da redução de espaço de manobras em seus próprios países, o que quase sempre implica a expansão e a réplica nos países mais frágeis "das modalidades de conversão (convencimento acompanhado de financiamento econômico para a valorização de seus capitais locais) e violência, inclusive pelo truncamento as opções via agências e instituições internacionais, reabrindo tensões no cenário internacional" (FONTES, 2014, p. 87).

Portanto, o mérito dessa categoria é de demonstrar como o metabolismo do capital foi gerando novas contradições e, de que forma essas incongruências foram sendo deslocadas para os países secundários, que mesmo tendo evidenciado nos últimos anos, uma tendência de desenvolvimento e atuação autônoma, continuam sendo subalternos e ancorados aos grandes centros capitalistas da Europa e, mais precisamente aos Estados Unidos. Todavia, o processo de movimentação de capitais não é por si só algo novo, pois é próprio do capitalismo contemporâneo, conforme nos diz Marini (1977). Há evidências desse movimento já desde os

meados do século passado, sobretudo em forma de investimentos de carteira liderados pela Inglaterra e, mais tarde pelos Estados Unidos por meio do investimento direto, quase sempre voltado para atividades agrícolas e extrativas. Seja como for, a grande e a mais importante novidade desse processo secular é, o raio e a amplitude, isto é, as dimensões geográficas alcançadas por esse movimento nos últimos sessenta anos.

Na verdade, se colocarmos o Brasil no seio desse processo fica claro que, tanto a industrialização, como a expansão ou o *transbordamento* das empresas brasileiras para o mercado regional e na sequência para o mercado internacional, reflete as mudanças ou os reveses do capital decorrentes do decréscimo das taxas de lucros nos países centrais, o que conduziu à exportação de capitais para novas latitudes, com altas taxas de lucratividade, conforme aponta Marini (1973). Portanto, é no rastro desse complexo processo, que se acha incrustada a investida ou o "assalto final" ao mercado externo protagonizado pelas empresas brasileiras, contando indispensavelmente com o apoio do governo brasileiro e do Itamaraty como o pivô central dessa investida.

As pesquisas têm demonstrado que a recente inserção do Brasil no mundo político; econômico e no universo social dos países africanos, sobretudo os da África subsaariana já foi objeto de inúmeros estudos. Entre historiadores, sociólogos, cientistas políticos e, geógrafos também, o Brasil na África, ou melhor, a África no Brasil (LECHINI, 2008); Política exterior do governo Lula (SARAIVA, 2002); a história da caça ou do caçador (GARCIA e KATO, 2014); cooperação ou dominação (HELENO e MARTINS, 2014); Moçambique, o Brasil é aqui (ROSSI, 2015) dentre outros títulos, não deixam dúvidas que essa temática ganhou notoriedade entre os pesquisadores.

Sob diversos ângulos de análise, estudiosos dessa temática assinalam que a recente preocupação com a África, ou melhor, a redefinição de uma política africana brasileira se situa nos marcos das transformações ocorridas no período após a II Guerra Mundial esboçando, para tanto, uma nova Divisão Internacional do Trabalho, bem como novas formas de relacionamento entre o capitalismo central e o periférico.

Nesse sentido, a corrida para os mercados e os recursos africanos em nome da cooperação bilateral é planejada pelos governos nacionais, empresários e conta efervescentemente com o grande aporte dos acadêmicos e, no plano local opera

com o aval da burguesia nacional africana e do Estado pós- colonial. Essa tendência leva-nos acreditar que há um audacioso plano para África, um novo mapa elaborado ou reelaborado, quer pelos países do capitalismo central e, mais precisamente por aqueles do capitalismo periférico, que tem como centro de projeção de forças e de disputas o continente africano.

Portanto, a releitura das condições e, sobretudo do papel do continente africano na constituição do moderno sistema-mundo que teve de pronto, a Europa como o *centro de gravidade* e a América Latina a condição *sine qua non* dessa formação, nos revela que a África nasceu para servir aos interesses alheios e não propriamente aos seus. Enquanto a América Latina "se desenvolveu em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional", conforme explica Marini (1973, p.8) a África foi importante, tanto na construção e consolidação do capitalismo, tendo em conta a sua contribuição com a força de trabalho, como na formação social de alguns países latino- americanos de considerável peso na atual geopolítica mundial e, o Brasil é um bom exemplo disso.

Não obstante, a mais recente investida sobre os mercados africanos e, principalmente os bens naturais africanos faz coro ao título do livro *A pilhagem da África: a economia de exploração* do pesquisador sul- africano Patrick Bond. Nele, Bond faz uma radiografia do passado do continente e os fatos não oferecem margens de dúvidas sobre esse processo; a gênese da desestruturação societal e do marasmo africano. Ou seja,

O legado histórico de um continente pilhado: comércio forçado datando de séculos atrás; escravidão que desarraigou e desapossou cerca de 12 milhões de africanos; tomada de terras à força; regimes de tributação perversos, exigindo sacrifícios; os metais preciosos feitos desaparecer; a apropriação de antiguidades; a emergência de ideologias racistas no século dezenove para justificar o colonialismo; o retalhamento da África em territórios disfuncionais feito em 1884/5, numa sala de negociação em Berlim; a construção de sistemas de povoamento colonial e de extrativismo colonial; a retirada de trabalhadores negros emigrantes das áreas rurais (deixando, conseqüentemente, mulheres com responsabilidades imensamente elevadas), entre outras (BOND, 2007, p. 1-2).

Engano nosso, se acreditarmos que o papel estratégico da África mudou com a conquista das independências políticas ocorridas majoritariamente na década de 1960. Sob novos rótulos e negociatas mais ou menos abertas, o continente assumiu no passado, por exemplo, um papel fundamental para que a China recuperasse o assento nas Nações Unidas, o seu reconhecimento como República Popular da China (RPC) e a manutenção de Taiwan como território não independente

(MENEZES, 2013). Na atualidade, a *cooperação antagônica*, no dizer de August Talheimer, entre a África e a China tem sido fundamental para o enfrentamento das freqüentes acusações imputadas à China, pelos países ocidentais em relação às alegadas violações dos direitos humanos, conforme diz Rysdyk (2010).

Assim, se transferirmos o centro dessa análise para o arco do atlântico Sul, na costa Oeste do continente africano, nota-se que a história se repete, porém com novos atores. A África, uma vez mais entra em cena e aparece como o último reduto, tanto dos capitalistas centrais, quanto de seus discípulos, isto é, os países do capitalismo periférico, mas atrelado aos primeiros. E a recente investida diplomática brasileira naquele continente pode ser um bom exemplo.

Nessa perspectiva, o interesse brasileiro pelo mercado exterior nasce como estratégia para solucionar as contradições internas do próprio processo de reprodução do capitalismo brasileiro. Com efeito, as convulsões sociais que varreram o país no início da década de 1960 e que precipitaram o golpe militar e a instauração da ditadura militar em abril de 1964, vão criar o arcabouço necessário para a expansão das empresas brasileiras para novos mercados, em busca de soluções para os problemas e os obstáculos à sua reprodução.

Portanto, após décadas de quase inexistência ou desinteresse da política externa brasileira pela África, o Brasil vai, a partir da segunda metade do século XX, dar alguns passos em direção à África. Lessa e Pena Filho (2007, p. 63) asseveram que, a partir de 1957, o Brasil começa a manifestar o interesse pela questão africana. Na verdade, nesse mesmo ano, "surge pela primeira vez, no âmbito da Divisão Política do Itamaraty, um memorando que inicia a discussão sobre a questão africana e asiática e suas implicações para o Brasil".

No mesmo entendimento de Lessa e Pena Filho, Campos (2015, p.1) assinalam que

Na segunda metade do século XX, a política externa brasileira reestrutura suas ligações históricas e diplomáticas com o continente africano, em um movimento que se inicia em meados dos anos 1950. Com a criação da PEI - Política Externa Independente¹³³ em 1960 durante o governo de Jânio Quadros, o Brasil volta à África ancorada em um discurso de solidariedade.

¹³³ De entre outros aspectos a PEI defendia "apoio decidido ao anticolonialismo; reconhecimento e atribuição da devida importância aos interesses e aspirações comuns ao Brasil e às nações da África e da Ásia e o estabelecimento e estreitamento de relações com os Estados africanos" (CAMPOS, 2015, p.14).

É interessante assinalar que a estratégia de aproximação brasileira à África funda-se no discurso histórico e gravita em torno da "solidariedade" entre o Brasil e os povos africanos durante o domínio colonial e, uma eventual dívida histórica que o país tem com os povos africanos. A mensagem de Jânio Quadros ao Congresso Nacional é elucidativa disso,

O nosso esforço em África, por mais intenso que venha a ser, não poderá senão constituir uma modesta retribuição, um pequeno pagamento da imensa dívida que o Brasil tem para com o povo africano. Essa razão, de ordem moral, justificaria por si só a importância que este Governo empresta à sua política de aproximação com a África. *Uma África próspera, estável, é condição essencial para a segurança e desenvolvimento do Brasil* (MUNIZ, 2009, grifos nossos).

Sem tocar diretamente nas questões que mais interessavam aos diplomatas e a diplomacia brasileira, a retórica da solidariedade, de apoio à autodeterminação e as independências africanas não demorou a esgotar-se. A partir de então, refina-se e reelabora-se o discurso da *dívida secular que o Brasil tem com o continente*, essa oratória foi um dos principais testamentos da forte ofensiva diplomática brasileira levada a cabo pelo ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

A despeito dos esforços empreendidos pelo governo de Jânio Quadros e os outros governantes subsequentes, as boas relações que o Brasil cultivava com Portugal, limitavam, por um lado, a sua atuação, expansão e a tomada de uma posição mais truculenta em relação aos mercados africanos. E por outro, essa aproximação catalisava o sentimento de desconfiança da parte das lideranças africanas e dos Estados recém criados. Na verdade, por força do Tratado de Amizade e Consulta firmada entre os dois países, a relação entre os países africanos e o Brasil não conheceu avanços expressivos enquanto durou esse memorando.

Lessa e Pena Filho (2007, p. 65) são enfáticos nisso

Um dos aspectos mais importantes do Tratado de Amizade e Consulta para as relações entre o Brasil e a África foi o bloqueio do acesso brasileiro às províncias ultramarinas, notadamente as africanas, ao mesmo tempo que Portugal obtinha do Brasil a garantia de que as relações especiais entre ambos permaneceriam. Assim, acabou servindo como importante instrumento em mãos do governo português para obter apoio brasileiro em questões internacionais, sobretudo no que dizia respeito ao colonialismo, o principal assunto a envolver o Estado luso nas relações internacionais do pós- guerra e pano de fundo de suas relações com o Brasil.

De forma tímida, em vista desse tratado o Brasil passou acompanhar mais ou menos de perto a evolução política dos países africanos, buscando identificar os

flancos para futuros acordos comerciais. Sua política externa foi sempre pautada pelas questões econômicas, tal como explica Lechini (2008, p. 58) que

Nas questões Sul - Sul, o Brasil se considerava parte do Terceiro Mundo sem ser terceiro- mundista. Portanto, o país nunca integrou plenamente- participou apenas como observador- o Movimento de Não - Alinhados. A política exterior brasileira se organiza em torno da hipótese dos 3D: desarmamento, desenvolvimento econômico e descolonização.

Para Lessa e Pena Filho (*op.cit.*, p. 66) a atitude brasileira em acompanhar a evolução dos países africanos é fruto do receio do governo brasileiro em relação a uma possível associação entre os novos Estados africanos e as antigas metrópoles europeias no âmbito do Tratado de Roma, uma vez que "caso se confirmasse que os países africanos teriam tarifas preferenciais junto ao Mercado Comum Europeu, poderia haver grandes prejuízos no comércio exterior do Brasil, cujos produtos e mercados eram similares aos africanos, num quadro em que a Europa era uma parceira de destaque".

Com efeito, embora nos marcos da nova Divisão Internacional do Trabalho, tivesse se iniciado o processo de transferência das etapas inferiores da produção industrial para as periferias de capitalismo, o Brasil, continuava dependente da exportação de produtos primários para equilibrar a sua balança de pagamentos e angariar recursos financeiros para a amortização das dívidas contraídas com a compra de equipamentos e maquinários que impulsionou o processo de industrialização brasileira (MARINI, 2013).

Foi no campo dessas "disputas" que em 1959 o governo brasileiro enviou Jorge Paes de Carvalho, como observador do governo do Brasil, à 1ª Sessão da Comissão Econômica para a África (CEA) realizada na Etiópia. O relatório dessa observação trouxe à tona o que muitos já suspeitavam, portanto, a constituição de *uma personalidade africana*. E para Paes de Carvalho

Diante de tal realidade, o Brasil não poderia ficar alheio aos acontecimentos no continente. Seria inevitavelmente um fruto relacionamento entre o Brasil e os países da África, incluindo aí temas de política internacional que já estavam em evidência no âmbito das Nações Unidas e que tenderiam a ganhar mais relevo com o aprofundamento das independências africanas e a articulação entre os novos países, tanto no interior do continente africano quanto entre estes e os países do continente asiático, ainda mais ativo (LESSA e PENA FILHO, *op.cit.*, p.67, grifo dos autores).

Visando colocar em marcha uma nova política africana brasileira, o Brasil ensaiou diversas estratégias no contexto da Política Externa Independente com vista a reduzir o apoio dado ao projeto colonial português e avançar com um projeto de

inserção mais efetiva no continente. Contudo, essas tentativas encontraram resistências no seio do próprio governo brasileiro. Ainda assim, em 1960 o Brasil instalou uma delegação no Gana - um dos principais centros estratégicos da África Ocidental. E na sequência, foram estabelecidas as embaixadas em Dakar (um dos principais centros acadêmicos da região) no Senegal e Lagos na Nigéria (referência na produção do petróleo) todos em 1961.

À altura da chegada ao poder dos governos militares no Brasil, a economia brasileira passava por uma fase pouco animadora e turbulenta. Por exemplo, uma das metas estabelecidas pelo governo do marechal Castelo Branco era reativar o ritmo descendente do crescimento do PIB, "fixando - o em 6% para os anos de 1965 e 1966, e conter o aumento geral dos preços que passou do nível de 92,4%, em 1964, para 25% em 1965 e 10% em 1966. O equilíbrio da balança de pagamentos, a redistribuição da renda e, na prática, a democratização do capital" (MARINI, 2013, p.122).

Para isso, o caráter repressivo do regime ditatorial serviu de impulso e de *cortina de ferro* que garantiu pela via da força o controle das massas em processo de ebulição. Ou seja, como a ditadura militar aparece como consequência

Inevitável do desenvolvimento capitalista brasileiro e como uma tentativa desesperada de abrir-lhe novas perspectivas, seu aspecto mais evidente foi à contenção, pela força, do movimento reivindicativo das massas, intervindo sobre os sindicatos e demais órgãos de classes de imprensa, aprisionando e assassinando líderes operários e camponeses, fixando limites para os reajustes salariais e regulamentando rigidamente as negociações coletivas, estabelecendo uma ligação entre a burguesia e a oligarquia latifundiária-mercantil, vigiando o comportamento dos preços agrícolas, mantendo- os coercitivamente em um nível tolerável para a indústria; criando estímulos para o investimento estrangeiro, sobretudo estadunidense (MARINI, 2013, p.153).

O processo de democratização do capital estimulou o investimento estrangeiro, sobretudo dos Estados Unidos um dos principais centros de articulação do capitalismo brasileiro. Na ordem desse processo, abriu-se o espaço para que os produtos e as empresas brasileiras até então confinadas no país, passassem a pleitear por novos mercados *grosso modo*, em países de economias mais fracas. Essa atitude que visava garantir maior presença e inserção internacional do Brasil, foi também visível no campo das relações externas que o país procura construir a partir daquele período. Portanto, essas realizações correspondem à primeira fase da inserção brasileira no cenário internacional.

Em relação à política africana brasileira desse período, cabe destacar que as investidas brasileiras no continente passaram por uma fase de reconfiguração, sem, no entanto, sofrer alterações significativas. A par do discurso de apoio à descolonização africana promovido pelo governo militar, ora instalado no Brasil, questões econômicas e a necessidade do avanço brasileiro para os territórios africanos, estiveram sempre na pauta do regime ditatorial.

Por isso, o Brasil enviou duas missões comerciais para a África cujo objetivo era sondar possíveis mercados para a colocação dos produtos manufaturados brasileiros, conforme descrevem Lessa e Pena Filho (2007, p. 69) que o

Itamaraty também passou a dar mais ênfase nos aspectos econômicos e comerciais da ligação do Brasil com a África, enviando, num curto espaço de tempo, duas missões comerciais ao continente, em 1964 e 1965. O resultado das sondagens dessas missões reforçava ainda mais as teses dos novos governantes: chegou-se à conclusão de que as áreas que ofereciam maiores facilidades para a colocação de produtos brasileiros no continente africano eram os territórios portugueses, a África do Sul e a Rodésia.

No campo dessas investidas, foi criada em 1961, a Divisão de África, fruto da reforma administrativa no Itamaraty. Concomitante a isso, publicou-se a Carta da África, na qual o Brasil manifesta o seu interesse político e a presença da comunidade brasileira naquele continente. Entre outras ações de engajamento, foi criado o grupo de trabalho para a África, cuja missão era de enviar uma expedição comercial brasileira para os principais países da África subsaariana.

Portanto, entre avanços; ambiguidades e a *hipoteca portuguesa*, no dizer de Lessa e Pena Filho (2007), a política externa brasileira, em relação aos territórios africanos durante muito tempo, mais representava a vontade de Portugal e menos os interesses do governo e da burguesia brasileira. O ano de 1975 marca uma ruptura na aliança formada entre Portugal e o Brasil, selado no Tratado de Amizade e Consulta que até então vigorava. Desde então, o Brasil passa a agir por conta própria e prosseguiu com a sua política expansionista no continente africano.

Para o governo brasileiro, era necessário concentrar as investidas nos países africanos que tivessem condições internas para exportar produtos de que o Brasil ansiava e, ao mesmo tempo, uma burguesia nacional capaz de consumir os produtos brasileiros colocados nos mercados domésticos, por essa razão,

O interesse brasileiro, apesar de levar em consideração o continente como um todo, tinha centros de atração de maior importância, que foram identificados como sendo os países produtores de petróleo, os quais possuíam, ao mesmo tempo, potencial para exportar petróleo para o Brasil

e capacidade de compra de produtos industrializados, brasileiros (CAMPOS, 2015, p.17).

Apesar dessa ruptura e do despertar da diplomacia brasileira, a década de 1970 não oferecia boas perspectivas para economia mundial. Sob as agruras da crise em diferentes contextos: econômicas (o fim dos acordos de Bretton Woods, o término do padrão ouro e os dois *crashes* petrolíferos); social (o fim do Estado de Bem- Estar) e militar (a humilhante derrota dos EUA no Vietnã), o esforço brasileiro foi no sentido de avançar para países como Angola, Nigéria e outros que poderiam suprir as demandas energéticas, resultantes do projeto de industrialização brasileira. De fato, esses atos "simbólicos" escapam ao controle da estratégia de controle e da retórica da dívida histórica que o Brasil tem com a África e, expondo, por conseguinte, o interesse inconfessável que o país tinha/tem para com a África.

A encerrar o quadro acima descrito, a década de 1980 nasce no bojo e no aprofundamento da crise da década antecedente. Na década nascente, muitos países da América Latina foram arrasados pela crise econômica, cuja face visível foi o endividamento externo. O exacerbamento da crise da dívida que colocou o México à beira do colapso, não poupou o Brasil de forma alguma.

Com efeito, no livro, *Brasil: do FMI ao Caos*, Amaury Fassy, descreve o panorama brasileiro dessa época. O economista não poupa palavras para retratar o cenário que se seguiu ao período áureo da economia brasileira, portanto, a fase posterior ao chamado milagre brasileiro, de 1967 a 1973. Após essa fase

A dívida bruta subiu de 3,3 bilhões de dólares para 12,5 bilhões. A dívida, como uma bola de neve, não parou de crescer (perto de 100 bilhões atualmente), realimentada por uma desmesurada e excorchantes elevação das taxas de juros no mercado internacional, imposta, unilateralmente, pelos bancos privados, principalmente a partir de 1979. O Brasil não desenvolveu uma tecnologia apropriada para suportar mudanças nas taxas de juros no mercado internacional ou criar excedentes exportáveis para pagar o acréscimo dos preços das *commodities* e em especial o petróleo. Achar que o Brasil poderia, um dia pagar a dívida externa é uma grande ilusão dos banqueiros internacionais. Seja através de moratória unilateral ou negociada, a economia brasileira jamais suportaria pagar dívida de cem bilhões de dólares, que corresponde a 35% dos bens produzidos anualmente. Na verdade, as *commodities* que o Brasil exporta, estão atreladas ao mecanismo de monopólio das transnacionais que operam no comércio destes produtos, quando os preços reais em longo prazo tendem sempre a uma deterioração. E o caso típico do café, do açúcar, do cacau e do minério de ferro (FASSY, 1984, p.15- 24).

O quadro descrito por Fassy dispensa explicações sofisticadas para o seu entendimento. Como seria de se esperar, o Brasil ensaiou novas fórmulas para se libertar desse fardo, empurrando inclusive essa bolha para outros países, ou seja,

priorizando, por exemplo, a realização de investimentos externos e a diversificação de seus parceiros comerciais.

Para Fontes (2010), na década de 1980, houve uma inflexão na orientação da economia brasileira, quando o volume de exportação de capitais voltados à extração de mais valor no exterior cresceu (investimentos diretos brasileiros no exterior) ao lado das exportações de *commodities*, dando lugar a uma mudança qualitativa tri direcional. Sendo a primeira

A de assenhorear-se de *fontes de matérias-primas* nos demais países do continente. Na segunda e que me parece mais indicativa, socialmente, da modificação em curso, trata-se da exploração da força de trabalho em outros países: não se trata mais de mera exportação de produtos, mas da submissão de trabalhadores de outras nacionalidades à truculência característica da expansão burguesa brasileira, com o uso de milícias, informações privilegiadas, aplicando no exterior as práticas que conhecemos, tanto da parte de empresas brasileiras quanto de multinacionais aqui implantadas. Finalmente, essa expansão capital-imperialista favorece as *políticas de alívio por gotejamento* a determinadas pressões sociais internas, assim como se constitui em novo fator ufanista e obscurecedor das relações de exploração reais, internas e externas (FONTES, *op.cit.*, p.339, grifo da autora).

Nessa década, dominada pela crise da dívida; pelo abandono do socialismo e pelo recrudescimento dos conflitos armados ou guerras civis em muitos países africanos, inclusive em Moçambique, a política africana brasileira não registrou avanços significativos em comparação com a década anterior. Saraiva (2002, p.10) recorre à redução e ao remanejamento de diplomatas, antes colocados no continente africano para outras regiões do mundo, para explicar a desaceleração da investida diplomática brasileira na África. Em suas palavras,

Basta ver a evolução do quadro de diplomatas brasileiros no exterior para verificar a diminuição gradativa da importância estratégica do Brasil para a África. Ao contrário da tendência de ampliação de diplomatas acreditados juntos aos demais Estados amigos, a África esteve na contramão desta tendência. As três dezenas de diplomatas profissionais que atuavam naquele continente, nas diferentes missões diplomáticas no início da década de 1980, foram reduzidas em cerca da metade.

Num contexto mais amplo, o desinteresse pela África por parte dos governos brasileiros entre as duas décadas (1980 e 1990) espelha, dentre outros aspectos: as dificuldades internas e o esgotamento do próprio modelo de desenvolvimento abraçado pelo Brasil; os constrangimentos pelos quais passava a economia dos EUA e da Europa, mas também a ideia enviesada de que para a inserção internacional do Brasil, a África era menos relevante; fato que a própria evolução da

geopolítica internacional veio a desmentir, logo no final da década de 1980, com a dissolução da antiga URSS.

Assim sendo, após um período de baixa capacidade operacional, as questões sobre a política externa brasileira entra novamente em voga, mais decidido, audacioso e contando com um grande número de participantes nos debates de sua formulação. Saraiva (2002) garante que a política externa do Brasil, nesse período, passa de uma questão meramente do Estado, para ser uma matéria da nação. De fato,

O espaço público vem ganhando força, ainda que de forma reativa, no âmbito das discussões das relações internacionais no Brasil. O debate vem se qualificando de forma célere, para a surpresa dos que imaginavam deter monopólio. Participando cada vez mais dos debates em torno do seu destino como nação, a sociedade brasileira vem, de forma madura, decidindo suas opções externas, a incluir essa dimensão no processo de escolhas dos seus governantes (SARAIVA, *op.cit.*, p. 6).

Como se pode notar, o retorno à África cancelado com a chegada ao poder do ex- Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi antecedido por um efervescente debate em nível da sociedade brasileira. Tal fato que mescla aspectos políticos, econômicos e aspirações sociais, decorre do entendimento de que se o Brasil quisesse avançar e ocupar um lugar de destaque na cena da geopolítica internacional teria de reduzir a sua vulnerabilidade externa e, para tal, era indispensável rever a sua política externa.

Nos debates da política externa brasileira, participaram não só políticos e empresários, mas também a sociedade civil com forte impulso de acadêmicos. Esse último grupo, além de buscar mapear e apresentar as potencialidades que o Brasil poderia explorar na África, insurge-se em função da ausência de uma atitude, mais ativa do empresariado brasileiro. Por exemplo, no artigo *A África no ordenamento internacional do século XXI: uma interpretação brasileira*, José Flávio Sombra Saraiva manifesta seu desagrado em relação à imagem enviesada que se conserva sobre o continente africano, isto é, uma ideia que ainda vincula a África aos conflitos internos.

Nesse sentido, buscando romper com o que ele considera um raciocínio que amarra a reconstrução do passado a um presente fértil, plasmado por afropessimismo Saraiva (2008), recorre a números virtualmente animadores, para negar a tese de uma África dormiente; cambaleante e que ainda procura remoer o passado colonial. E, é com base nesses números e estatísticas, na sua maioria apresentadas

por organismos internacionais (BM, FMI e *Freedom House*), que o professor expõe, de maneira inequívoca, o recente *turning point* do continente africano, rebatendo, por conseguinte, a ideia da marginalidade da África ou de sua pouca importância no desenho das relações internacionais no presente.

Nas suas palavras rebate

Ledo engano. A África jamais foi marginal, nem no passado nem no presente. O conceito da marginalidade africana é insustentável, teórica e empiricamente. Não são apenas os africanos que se insurgem contra essa escatologia, mas a massa de literatura atualizada acerca dos desafios africanos no xadrez da política internacional (SARAIVA, *op.cit.*, p.85).

Mas, a grande angústia (impulso) em relação a uma espécie de *letargia* diplomática e a ausência duma forte ofensiva brasileira para os mercados africanos, não reside no seguinte,

O mundo está, portanto, acompanhando com a máxima atenção a inserção africana na política internacional. Empresários e empresas nacionais, mesmo acumulando ganhos comerciais no momento, ainda duvidam das possibilidades do *agir em terreno africano de forma mais duradoura*, a impulsionar a logística que África requer e que *o Brasil pode bem aproveitar*. O insuficiente acompanhamento dos debates africanos contemporâneos no Brasil conjuga-se à ausência de significativos *centros estratégicos voltados para o acompanhamento da nova corrida para a África*. Daí a preocupação legítima de setores responsáveis no governo e na sociedade: *há ainda um reumatismo crônico como força impeditiva do avançar o país na velocidade dos demais corredores na direção do continente africano*. Sem conhecimento estratégico, não há tática que permita avançar de forma duradoura e consistente um programa de ação do Brasil na África nas próximas décadas (SARAIVA, *op.cit.*, p. 79- 86, grifos nossos).

Portanto, embora não conclusivas, as palavras não escondem o impulso que o governo brasileiro e o respectivo empresariado têm recebido dos acadêmicos. Mais do que isso, a afirmação desse professor exorta ao governo brasileiro e aos empresários homônimos a seguirem o passo que os outros estão dando. Mas afinal, quem são esses outros? Não seria equívoco nenhum, apontar a China; a própria África do Sul; a Índia e não menos a Rússia, sem, no entanto subtrair os tradicionais *corredores* na direção do continente. Aliás, a investida brasileira no continente africano visa responder ao avanço da China na África.

O impulso ao governo e ao empresariado brasileiro vem também de outras posições da sociedade brasileira, portanto, a chamada comunidade de política externa. Ou seja, o incentivo à economia brasileira, conta com a participação de grandes bancos estatais, dos quais o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o pivô central e o Banco do Brasil, seu coadjuvante. Como dito no início, há elementos suficientes que nos permitem dizer que na aurora

do século XXI, a África e seus povos foram tomados de "assalto", não só pelos "outros", no dizer de Mia Couto¹³⁴, mas por esses e mais outros (avalizados pelos "donos da casa") sob a moldura da cooperação Sul - Sul.

Colocando em marcha o plano da *diplomacia ao serviço da economia*, conforme diz Menezes (2013), o Brasil inaugura com o primeiro governo do ex-Presidente Lula da Silva uma nova fase da sua política africana. A nova etapa mescla "solidariedade" reelabora a premissa da histórica dívida dos três séculos de escravidão, já ensaiada nos governos anteriores, e passa em revista as relações econômicas e políticas entre os dois povos. Portanto, a ofensiva diplomática do governo Lula é descrita por Marshall (2014, p.174) da seguinte forma,

O ex-presidente do Brasil, Lula, fez da trajetória Sul- Sul para África uma característica normal da sua vida política durante e após seus dois mandatos. Em toda África, ele é tido em alta estima como líder de libertação nacional, no panteão de Nelson Mandela da África do Sul ou de Samora Machel de Moçambique.

Sobre essa investida diplomática, Visentini (2010, p.71) explica que a

A política externa brasileira é justificada, de um lado, pelo entendimento do governo sobre a importância de se voltar para o continente africano como forma para ampliar o seu poder político e equilíbrio de forças e, como estratégia de inserção internacional cumprindo, assim as aspirações do Brasil como potência de tamanho médio. Por outro lado, pelo renascimento africano, desde que a África tem ganhado relevância no cenário internacional conduzindo, em grande parte, pela valorização das *commodities* exportadas pelos países africanos. Mas também pelo crescimento dos investimentos chineses na região, que visa responder a sua demanda por matérias primas, acoplada à expansão econômica chinesa nos últimos anos.

Num artigo anterior, a socióloga e cientista política Gladys Lechini (2008) já tinha observado o engajamento e a confluência entre aspectos políticos e econômicos na configuração da política externa brasileira em relação ao continente africano. E afirma

A aproximação político-diplomática vinculou-se às estratégias de inserção do país, e é nesse contexto que os novos Estados africanos foram ganhando espaço. O principal agente foi o Itamaraty, conjuntamente com a Presidência, mas também participaram os militares e/ou contribuíram empresários, parlamentares e acadêmicos (aquilo que Amaury de Souza chama de *comunidade de política externa*). Naquele momento, as elites brasileiras aspiravam uma participação na emergente multipolaridade, com a ideia subjacente do Brasil como uma potência emergente. Aproximar-se dos países africanos foi uma questão de princípios e de interesses: o objetivo era promover a solidariedade entre os países do Sul e, ao mesmo tempo, aumentar a capacidade de influência do Brasil nos assuntos globais, a partir de uma diversificação de suas relações externas, tanto políticas como econômicas (LECHINI, *op.cit.*, p. 57, grifos da autora).

¹³⁴ Entrevistado por Rossi (2015).

Todavia, foi depois dos dois governos de Lula da Silva, que o ex- Presidente viria a clarear o incentivo que o seu governo deu à burguesia brasileira e as suas respectivas empresas para se dirigirem à África. Além de "namorar" o apoio africano para as pretensões do Brasil, no que diz respeito à obtenção de uma vaga no Conselho de Segurança das Nações Unidas (juntos os países africanos representam mais de 30% dos votos em organizações internacionais, das quais a ONU), ampliando, por conseguinte, o seu poder de barganha, assim

A presença econômica do Brasil na África [era motivo de] orgulho, quando empresas brasileiras se transformam em multinacionais. E o lobby do seu governo para a instalação da Vale em Moçambique era pela *necessidade de o Brasil ter acesso ao carvão*? Deixa eu te contar por que eu falo muito dos empresários. É por que nós, os dirigentes, políticos, fazemos o discurso, o Itamaraty prepara o memorando, mas para as coisas acontecerem tem que ter agentes que vão fazer as coisas acontecerem. Você percebe? (Lula da Silva entrevistado por ROSSI, 2015, p.52, grifo nosso).

Portanto, diante de tanta divisão de trabalho não há como não perceber o papel desempenhado por cada um dos atores nessa investida que, conforme temos vindo a frisar, conta com a participação ativa dos chefes de Estado dos países africanos. Além disso, entende-se o porquê da tanta preocupação e da utilização de todos os meios para a obtenção do carvão mineral de Moatize; afinal, ele servia e/ou serve para dinamizar a produção do ferro, uma das principais exportações brasileiras para a China, durante a vigência do superciclo das *commodities*.

Assim, o engajamento da *comunidade de política externa* justifica-se em função dos planos da inserção internacional do Brasil. Porque, somente um maior peso na cena política internacional poderia dar ao Brasil o fôlego e o prestígio necessário para avançar no seu processo de desenvolvimento e de consolidação como potência mundial. Aliás, foi assim que o ex-presidente Lula da Silva justificou o crucial apoio que o seu governo deu para a instalação da Vale em Moçambique,

Por interesse estratégico. Primeiro, porque a Vale é uma empresa brasileira. Era muito mais interessante que ela estivesse na mina de Moatize do que os chineses. [Esta é a] primeira coisa. A segunda é que o minério é uma coisa estratégica para qualquer país do mundo. E, sobretudo quando se trata de carvão, que o Brasil não tem. Então, para nós, era exatamente importante a gente ter não só para exportar, mas para suprir a necessidade do mercado interno (ROSSI, *op.cit.*, p. 95).

Por isso, a inserção brasileira no mundo africano teve como a face mais visível as questões econômicas e poucas ações filantrópicas. De acordo com Rossi (*op.cit.*, p.52) em uma década, isto é,

Entre 2003 e 2013, o comércio exterior entre as duas regiões subiu de 6,1 para 28,5 bilhões de dólares, crescimento acima do registrado pela balança comercial brasileira em geral. Ainda assim, a África continua a representar apenas uma pequena parcela da balança total, 6%. É pouco, mas suficiente para fazer do continente nosso quinto maior comprador, atrás da China, Estados Unidos, Argentina e Países Baixos- além de ser nosso maior fornecedor de petróleo. Na mesma década, pelo menos quinhentas empresas brasileiras se instalaram em países africanos- em 1995, havia apenas treze, segundo cálculos do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC). A maior é a Vale, que planeja investimentos de 8, 2 bilhões de dólares em Moçambique.

Embora pouco significativa, a ação filantrópica brasileira para os setores sociais no continente africano registrou alguns avanços. Por exemplo, estima-se que na primeira década da nova fase de cooperação, o Brasil gastou cerca de US\$ 90 milhões em alimentos e remédios doados ao continente. Além disso, segundo a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), outros US\$ 49 milhões foram gastos em projetos de transferência de tecnologias, sobretudo nas áreas de saúde e educação. Mas, a mais expressiva e *sedutora* ação filantrópica do Brasil foi o perdão da dívida com os países africanos, num total de US\$ 1,0 bilhão, desses 315 milhões correspondem ao perdão da dívida de Moçambique, provavelmente, um dos fatores decisivos para escolha da Vale como vencedor da licitação da mina de Moatize (ABC s/ano).

Mais do que números é justo e coerente assinalar que, embora o montante da ajuda não represente o potencial que o Brasil tem/tinha para fazer diferença no continente, cabe destacar a incomensurável contribuição brasileira na capacitação e na formação de cidadãos africanos, tecnológico e politicamente ativos. Esse esforço, aparentemente invisível em curto prazo, pois em muitos países africanos as transições entre os movimentos-partidos que lideraram as revoluções independentistas é um processo recente e muito lento; no entanto, constitui uma ferramenta útil para emancipação e a formação da consciência política dos estudantes africanos. Tomando como exemplo Moçambique, a recente aproximação entre pesquisadores e movimentos sociais brasileiros e seus homônimos moçambicanos tem evidenciado avanços encorajadores e, a prova disso, são as dificuldades e/ou as resistências que têm sido impostas ao projeto Prosavana, um audacioso plano de cooperação (usurpação de terra) trilateral entre Brasil, Japão e Moçambique.

Retomando a análise da política externa brasileira, cabe assinalar que, ainda que tenham ganhado maior visibilidade atualmente, as relações entre os povos de

Moçambique e do Brasil datam do período pré-colonial. Os contatos iniciais entre os dois povos evocam o período em que o atual território de Moçambique serviu de entrepostos entre Goa e o Brasil. Todavia, foi somente em 1892, por meio de um decreto de 7 de maio, que foi criado o primeiro consulado brasileiro na Província ultramarina de Moçambique (SILVA, 2003, VIERA, 2005). Portanto, depois de um longo período de quase inexistência ou "dormência" das relações entre os dois países, observam-se os sinais de reatamento, a partir da década de 1950, período correspondente ao segundo governo de Getúlio Vargas (CAMPOS, 2015).

Como dito na parte 1, a partir de 1930 houve o reforço da presença e das formas de submissão do povo moçambicano pelo hostil governo colonial. Essa reconfiguração da política colonial fez se sentir, também, nas relações diplomáticas entre Moçambique colônia e o Brasil. Com efeito, em 1953, foi criado o consulado honorário do Brasil em Lourenço Marques, atual Maputo. Nos anos subsequentes as relações diplomáticas entre os dois países, conheceram reveses, ou seja, houve a abertura e o encerramento de várias representações diplomáticas no país, por exemplo, o encerramento do consulado geral do Brasil em Lourenço Marques e a abertura na Beira; em Quelimane, bem como o encerramento dessas duas representações políticas brasileiras.

Dentre os argumentos que alimentavam a presença diplomática brasileira em Moçambique, até então colônia, estava o entendimento de que a aproximação e colaboração com Moçambique "beneficiaria em primeiro lugar a maioria da população e marcaria a presença brasileira, mas também facilitaria uma ação cada vez com maior influência e seria comercialmente vantajosa para o Brasil" (CAMPOS, *op.cit.*, p.57). Apesar disso, o pacto entre o Brasil e Portugal manifestado pelo apoio brasileiro ao projeto fascista colonial português, tinha criado um hiato e um sentimento de desconfiança no seio das lideranças da FRELIMO.

Com a independência de Moçambique, o esforço da diplomacia brasileira foi no sentido de resgatar a confiança e acabar com as suspeitas subjacentes nos dirigentes do novo Estado. Dentre outras estratégias, o governo do Brasil colocava como uma das possíveis formas de aproximação o convite dos membros do novo governo para visitarem o Brasil, bem como a oferta de "colaboração para a formulação de política comum de certos produtos de base (castanha de caju, algodão, chá) e para a respectiva comercialização" (CAMPOS, 2015, p. 58).

Para endossar essa estratégia e frente à vulnerabilidade do novo Estado, o Brasil abriu uma linha de crédito e de financiamentos que possibilitariam esse país participar em *joint ventures* para a exploração de

Entre outras iniciativas, dos recursos minerais que devem existir na província e cuja pesquisa deveria ser a meta prioritária de qualquer futura administração, pois as empresas brasileiras teriam melhores condições de participar de concorrências públicas para obras de infraestruturas e de colaboração na implantação e no desenvolvimento de indústrias transformadoras de matérias-primas locais (idem).

No trecho anterior, chama atenção o prognóstico sobre as possíveis vantagens que as empresas brasileiras teriam em diversas áreas, com ênfase para o setor de infraestruturas e pesquisa mineral. De fato, isso não tardou a acontecer, pois em maio de 1982 a Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM) do Brasil e o Gabinete do Secretário de Estado do Carvão e Hidrocarbonetos (GSECHI) firmaram um contrato, cuja finalidade era realizar atividades de pesquisa geológica e fotointerpretação da seção 4.2 *Mucanha-vuzi*, um depósito de carvão mineral localizado na Província de Tete, acerca de 240 km de Moatize. Além dos consultores do CPRM, participaram também consultores da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT), bem como aqueles da Companhia Brasileira de Projetos Industriais (COBRAPI).

Desse estudo, conclui-se que

A lista de potenciais consumidores do carvão moçambicano, particularmente o carvão metalúrgico, dá garantias que toda a produção planificada pelo Programa de desenvolvimento do carvão de Moatize encontrará mercado nos países estrangeiros. Em países europeus, principalmente aqueles considerados tradicionais na produção de carvão, têm a sua produção minada gradualmente pelas profundidades a que se encontra o minério. Devido a isso, o custo da produção aumentará. As centrais movidas a carvão mineral continuarão a ser a principal fonte de energia nesses países e necessitarão de abastecer com o carvão de queima, o que provocará o interesse na importação de largas quantidades de carvão de queima até por volta de 2000 (MOÇAMBIQUE, 1983, p. 26).

E assim nascia a agenda, brasileira dos recursos minerais, sobretudo o carvão mineral de Moatize. Tal agenda que oscilaria em função das condições políticas do país, principalmente na década de 1980, foi retomada a partir de 2003.

Para o governo brasileiro, o estabelecimento de uma representação diplomática brasileira em Moçambique, serviria como ponto de partida para abordar quase todos os países da região Austral da África, exceto a África do Sul com o qual o Brasil já mantinha relações comerciais. Desse modo, o Brasil tinha possibilidades

para estabelecer vínculos com o Estado moçambicano, desde que considerasse como campos prioritários de sua atuação

A educação e cultura, a assistência técnica, as quais seriam implementadas pelo governo no decorrer da década de 1980. O cônsul Berenguer Cesar acreditava que existiam as melhores condições, desde que as forças políticas moçambicanas estivessem de fato de acordo, para que se pudessem estabelecer um sistema exemplar de cooperação internacional, no plano bilateral, uma vez que as duas partes tinham a mesma origem histórica, experiência e problemas comuns, da qual ambos poderiam tirar os maiores benefícios (CAMPUS, 2015, p. 60).

Em síntese, percebe-se que, durante muito tempo, a estratégia de atuação e aproximação brasileira a Moçambique oscilou entre a solidariedade, a oferta de crédito e cooperação, bem como o recurso ao passado histórico, evocando as origens, os constrangimentos do período colonial - o mesmo pote cultural, mas sem se referir da importância que os bens naturais e o mercado moçambicano (embora pouco significativo comparando com outros países) representavam para o Brasil. Com ascensão de Lula da Silva, as estratégias e as pretensões do Brasil para com África e, sobretudo para Moçambique ganharam forma e cara.

Portanto, na transição para a nova fase das relações diplomáticas entre Moçambique e o Brasil, as ambições brasileiras ficaram mais expostas. O governo do ex-presidente Lula da Silva e os respectivos empresários, dos quais o ex-presidente da Vale S.A Rogério Agnelli encabeçaram os *lobbies* para a instalação da Vale em Moçambique, portanto, um dos maiores investimentos brasileiros no país e, provavelmente em todo o continente. Contudo, a instalação da Vale foi apenas o começo de um longo processo, marcado por *lobbies* que visam ao favorecimento dessa e de outras firmas brasileiras.

Com efeito, além das negociações sobre os benefícios e o regime de tributação, já que esses incentivos estão resguardados na legislação sobre o investimento estrangeiro em Moçambique, a Vale, ao bancar parte dos recursos financeiros para a construção da fábrica de antirretrovirais em Maputo, ampliou desse modo, o seu espaço de influência dentro do governo moçambicano. Junto com a Vale aportaram em Moçambique as maiores empreiteiras do Brasil e da América Latina, a Odebrecht; a Camargo Corrêa, a Andrade Gutiérrez, assim como empresas de outros ramos, tais como a Petrobrás Bicomcombustíveis; a Pentagna Guimarães, a Eletrobrás, entre outras firmas brasileiras que atuam no país.

Nesse processo de internacionalização das empresas brasileiras, foi decisivo o apoio recebido do governo, bem como de alguns bancos estatais. No âmbito desse apoio, em meados de 2002 a

Diretoria do BNDES aprovou as diretrizes para o financiamento aos investimentos de empresas brasileiras no exterior. Essas diretrizes tinham por objetivo orientar a criação de uma linha capaz de estimular a inserção e o fortalecimento de empresas brasileiras no mercado internacional, pelo apoio à implantação de investimentos ou projetos a serem realizados no exterior, promovendo o incremento das exportações brasileiras (ALEM e CAVALCANTI, 2005, p. 69).

Na verdade, a expansão e/ou transnacionalização das empresas brasileiras é um processo anterior a essa diretriz. Entretanto, com o aporte financeiro do BNDES, essas empresas ganharam fôlego e robustez para conquistar novos mercados ou instalar-se em mercados já consolidados, por exemplo, na China, na Europa e nos Estados Unidos.

A esse propósito, Fontes (2010, p. 346) assegura que

Se atuação capital-imperialista brasileira que se intensificou nos últimos anos, ela tem origens mais remotas, tanto na expansão das empresas, quanto na configuração de uma política de Estado em seu apoio. Um ponto de virada fundamental foi à conversão do BNDES em alavanca para a transnacionalização das empresas brasileiras.

Portanto, o apoio financeiro do Estado brasileiro à transnacionalização de suas empresas *transborda* o entendimento deste sobre questões econômicas e o mapa político internacional em construção. Atualmente, parte dessas empresas se constitui em verdadeiros "enclaves políticos e econômicos", principalmente porque em países como Moçambique, pequenos grupos de poder e de influência, com interesses individuais formam coalizões com essas empresas, o que as torna atores importantes na política nacional e influenciando assim, a tomada de decisões em seu benefício.

Todavia, o aporte financeiro dos bancos estatais às empresas brasileiras impõe cláusulas e condições. Além da obrigação de as empresas estimularem a exportação de produtos domésticos, pressuposto para a integração *agressiva* e competitiva das companhias brasileiras no processo da internacionalização produtiva, a obtenção do apoio fica condicionado também à geração "de retorno igual ou superior ao valor financiado e esses recursos deverão ser remetidos ao Brasil em um prazo a ser definido" (ALEM e CAVALCANTI, 2005, p.71).

Com a exportação ou o repatriamento dos lucros, as empresas brasileiras permitem não só a injeção de mais dinheiro para que seja transformado em novos pacotes de financiamentos, mas também possibilitam uma ação mais robusta do mercado financeiro brasileiro e a abertura de novas linhas de crédito, tal como sucedeu em 2005. Por essa via

O movimento de concentração e centralização de capitais, sobretudo após a crise de 2008, é vertiginoso, assim como a criação de novos megaconglomerados brasileiros, aptos a enveredar por rápido processo de transnacionalização, com suporte público. Pequeno com relação aos investimentos transnacionais mundiais, pois entre 2002 e 2006, o país foi responsável por 171 projetos de investimentos no exterior, apenas 0,4% do total mundial, trata-se de processo em andamento e cujas transformações internas e no conjunto do subcontinente já envolvem o conjunto da vida social (FONTES, *op.cit.*, p. 347).

Diante desses fatos, fica claro que as formas de atuação; o *lobby* feito pelo governo brasileiro em favor da inserção das firmas brasileiras no mercado internacional cumpre o audacioso plano de integração internacional do Brasil, bem como os acordos firmados entre essas empresas e o BNDES. A partir desse entendimento, queremos negar, parcialmente a ideia de que a Vale contratou empresas brasileiras¹³⁵, pois Moçambique e a região não dispõem de empresas capacitadas e organizadas para atender as demandas produtivas da Vale, pois, tal como mandam os contratos de financiamentos ou apoio às firmas brasileiras, a contratação de empresas e o uso de produtos brasileiros, é parte das cláusulas de financiamento do BNDES.

Em Moçambique, dentre outros investimentos de pequeno porte, a presença do Brasil no país é marcada pela mineradora Vale. Um projeto de grandes dimensões que conta não só com a mina de Moatize, mas também com uma estrutura logística que demandou a duplicação da ferrovia e a construção de um

¹³⁵ Além das empreiteiras que participaram na construção de várias infraestruturas, como por exemplo, o aeroporto internacional de Nacala, na província de Nampula construído pela Odebrecht, a Vale contratou igualmente a Diagonal, empresa responsável pelo estudo de mercado para a compra de habitação para as 106 famílias de Moatize que se recusaram integrar os dois grupos de reassentados criado pela Vale no âmbito do reassentamento de Moatize (Entrevista com supervisores da área social da Vale; outubro 2015).

A Diagonal- transformação de territórios é uma empresa de consultoria que integra várias dimensões: social, econômica, jurídica, urbanística, ambiental e de engenharia, organizada em quatro áreas principais de atuação. Tem sede a sua sede em São Paulo e possui escritórios em Recife e em Maputo Moçambique. Foi esta empresa encarregada pelo levantamento de número de pessoas e pagamento das compensações das pessoas atingidas pelo traçado da nova linha de trem construída pela Vale para escoar o carvão mineral de Moatize para o porto de Nacala a velha.

ramal que estabelece a ligação entre a anterior linha, o terminal portuário do carvão em Nacala a velha, litoral da província de Nampula.

Portanto, mais do que benefícios tal como é apresentada, a presença desses projetos tem efeitos diversos na estrutura social das comunidades direta ou indiretamente impactadas. Porque, além de produzir novas relações sociais de trabalho; dada a natureza desses projetos, sua atuação em Moçambique cria, nas cercanias desses empreendimentos, um exército de força de trabalho, apto para ser explorada, condição para a sua reprodução social (LUXEMBURG, 1976).

Por outro lado, a inserção desses empreendimentos intensivos em capital e de alto custo socioambiental, não só "amplia o espaço no qual se realiza o circuito mais geral, sem que também se amplie, efetivamente, o de sua reprodução" (FIGHERA, 2002, p.111).

No campo estrutural, o capitalismo brasileiro transnacionalizado, ainda que atue com relativa autonomia, ele permanece ancorado aos grandes centros capitalistas mundiais o que pressupõe a permanência de relações de subordinação. Portanto, junto com a composição orgânica média na escala produtiva mundial, a dependência do capitalismo brasileiro, frente aos grandes centros, sugere a ideia de capitalismo dependente, denominado subimperialismo por Marini (1977).

Valendo-se dessa categoria, Marini buscou explicitar o metabolismo do capital nas décadas de 1960 e 1970, as questões a ele relacionadas e, mais precisamente, o nascimento de subcentros econômicos e políticos. Por isso, o subimperialismo pode ser caracterizado, a partir

a) da reestruturação do sistema capitalista mundial que se deriva da nova divisão internacional do trabalho e b) em função das leis próprias da economia dependente, essencialmente: a superexploração do trabalho; o divórcio entre as fases do ciclo do capital, a monopolização extrema em favor da indústria suntuária, a integração do capital nacional ao capital estrangeiro ou, o que é o mesmo, a integração dos sistemas de produção (MARINI, 1977, p.15).

Para Mathias Luce, um dos estudiosos de Marini, a partir desse conceito, Ruy Mauro Marini buscou estudar

Um fenômeno que possuía diversas dimensões- sendo o esquema de realização de mercadorias apenas uma delas- e energia como uma nova realidade que ainda não fora estudada entre autores marxistas. Daí a proposição de uma nova categoria para emprestar-lhe significado. Além disso, com o vocábulo subimperialismo Marini buscava definir um fenômeno para além do caso do Brasil, passível de ocorrer em outros contextos econômicos- sociais e geográficos do capitalismo dependente (LUCE, 2011, p. 3).

Portanto, frente às transformações produzidas pela movimentação de capitais houve uma remodelação das formas de relacionamento entre os países do capitalismo central e os da periferia, dando lugar a uma ordem multipolar, condição para a emergência do subimperialismo. Para Marini (2013, p.157), o subimperialismo "é a forma que assume a economia dependente, ao chegar à etapa dos monopólios, sem com isso, ter conquistado a transformação global da economia nacional e uma situação de dependência crescente frente ao imperialismo internacional".

Em síntese,

O subimperialismo implica dois componentes básicos: por um lado, uma composição orgânica média na escala mundial dos aparatos produtivos nacionais e, por outro lado, o exercício de uma política expansionista relativamente autônoma, que apenas é acompanhada de uma maior integração ao sistema produtivo imperialista, senão que se mantém no marco da hegemonia exercida pelo imperialismo à escala internacional (MARINI, 1977, p. 31).

Por essa razão, tanto o capitalismo brasileiro, como de outros países dos BRICS, por exemplo, a África do Sul apresenta um perfil subimperialista do que propriamente imperialista. Firms desses países, ainda que tenham vivenciado uma forte expansão e transnacionalização, continuam dependentes dos países do capitalismo central que constituem os principais centros ancoragem desse processo. Portanto, é como assinala Rodrigues (2015, p.143) que a atuação do Brasil e de outros países é repleta de

De uma miríade de condições ambíguas e até paradoxais; uma impressão de globalização que permitem que países como o Brasil ocupe ao mesmo tempo posição de dominador e de dominado neste campo do poder; consiste em uma dominação fluída e sutil, mas ao mesmo tempo bastante objetiva e concreta.

Às "bordas" do discurso da cooperação Sul - Sul, como alternativa à "ditadura" do Norte Global, salientam-se as sincronias perversas entre a retórica política e as ações positivas de transformação social, sobretudo nos países africanos. Nesse sentido, as linhas de crédito, a taxas de juros relativamente baixas, praticadas, por exemplo, pelo *Export-Import Bank of China*, sem condicionalismos prévios; o perdão da dívida externa; a não ingerência em questões políticas internas, o investimento em infraestruturas, entre outras ações, conformam as estratégias de atuação chinesa, também designada *soft Power*.

Assim como o BNDES, o banco chinês impõe condições de financiamento. Em Moçambique, por exemplo, a concessão de uma expressiva parte dos US\$ 725 milhões para a construção da ponte sobre a baía de Maputo, a chamada Ponte

Maputo Katembe ficou condicionada à contratação da empreiteira *China Bridge and Road Corporation* (CBRC). Apesar das frequentes queixas em relação à qualidade das obras do Estádio Nacional do Zimpeto (custo total US\$ 57 milhões) foi adjudicada à mesma empreiteira a construção da auto-estrada circular de Maputo (US\$ 315 milhões) co-financiada pelo mesmo banco e pelo governo chinês¹³⁶.

No caso do Brasil, da África do Sul e com menor intensidade a Índia, embora os dois primeiros tenham atingido o *status* de potências de médio porte e com condições de se posicionarem na vanguarda em suas regiões; porém, suas estruturas socioeconômicas ainda apresentam grande parte dos crônicos problemas que assolam os países subdesenvolvidos, tal é o caso de Moçambique.

Portanto, há evidências de que a atuação das grandes transnacionais em quase todo o mundo segue o mesmo padrão. Intensivos em capital; extração de bens naturais apadrinhado pelo Estado; apropriação dos benefícios e pouca transformação social positiva. De posse desses elementos, acreditamos que esses consórcios são "duas faces da mesma moeda", uma vez que todos buscam nesse truncado processo, conquistar novos mercados para seus produtos e serviços, bem como garantir o acesso contínuo às fontes de suprimento de suas necessidades de crescimento, ou seja, a mesma estratégia usada pelos países do capitalismo central, desde o começo da década de 1950.

¹³⁶ Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=751394>>

Há uma reportagem feita pela Soíco Televisão, ou Stv. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HOQSWDA2Cmk>> Acesso em: 5 ago. 2017.

PARTE 4 MEIOS E FORMAS DE VIDA QUEBRADAS

1 TANTAS COMPANHIAS, UM SÓ MINÉRIO: no veio o carvão mineral; nas *veias*, a listra do conflito em Moatize

[...]
Os urubus no telhado:

E virá a companhia inglesa e por sua vez
comprará tudo
E por sua vez perderá tudo e tudo volverá a nada
e secado o ouro escorrerá ferro,
E secos morros de ferro taparão o vale sinistro
onde não mais haverá privilégios,
E se irão os últimos escravos, e virão os primeiros
camaradas;
E a besta Belisa renderá os arrogantes corcéis da
monarquia,
E a vaca Belisa dará leite no curral vazio para o
menino doentio,
E o menino crescerá sombrio, e os antepassados
no cemitério
[Rir-se-ão se] porque os mortos não choram [...]

(*Os bens e o sangue*, Carlos Drummond de Andrade, 1951).

1.1 NEM TUDO QUE BRILHA É OURO: as origens da Vale S.A.

Embora a expressão "nem tudo que brilha é ouro" seja de uso comum, nessa pesquisa, no entanto, ela sintetiza a narrativa do surgimento daquela que, 75 anos depois, tornar-se-ia a segunda maior mineradora do mundo. A antiga Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) denominada Vale, desde novembro de 2007, é sucessora da *Brazilian Hematite Syndicate* (BHS) e da *Itabira Iron Ore Company*.

Itabira, ou simplesmente, pedra que bilha em *tupi* (uma das línguas faladas pelos povos tupis que habitavam grande parte do litoral brasileiro pré-colonial) era um pequeno vilarejo que, em finais do século XIX, testemunhava o declínio da mineração do ouro em Minas Gerais e a fuga de garimpeiros para outras regiões em busca de trabalho. O pico do Cauê, que até então, constituía o centro de Itabira, alimentava boatos e mitos que ataçavam grupos de aventureiros em busca de ouro, uma vez que "nas noites de luar, o monte brilhava como se estivesse iluminado por refletores pendurados no céu. Mas, como se sabe, nem tudo que reluz é ouro" (VALE, 2012, p.17).

De fato, o estranho brilho no pico do Cauê não era o tão procurado ouro, mas

Enorme quantidade de ferro. Tratava-se de um ferro avermelhado, que espalhava sua cor pelo relevo, pelas picadas de barro e pelos rios das redondezas. Entrava pela casa das famílias e ficava por lá entranhado. Na

virada do século XIX para o XX, o pico do Cauê foi mapeado como a maior jazida de ferro do mundo. A notícia ganhou o planeta. Se os garimpeiros de ouro desapareciam de Itabira, começara, a aparecer às mineradoras estrangeiras (idem).

Desde então, Itabira passou a ser alvo de disputas entre as Companhias estrangeiras e políticos com discursos nacionalistas que apontavam a necessidade de horizontalização da cadeia produtiva do ferro destacando, principalmente, o imperativo da construção de usinas de fundição de ferro e produção do aço no Brasil, em vez de exportar o minério de ferro. Dentre os protagonistas das campanhas nacionalistas, salienta-se Arthur Bernardes, antigo governador de Minas Gerais e, que, posteriormente, tornou-se presidente do Brasil.

Na verdade, foi à riqueza mineral dessa região, aliado ao crescimento da demanda pelo minério de ferro, em decorrência do início do processo de industrialização brasileira; do aumento da produção agrícola e da procura gerada pela primeira Guerra Mundial que impulsionou a organização da atividade mineradora no Brasil, sobretudo a construção da legislação que pautasse a atividade.

Portanto, o desenvolvimento da mineração, no Brasil, relaciona-se aos seguintes eventos: (i) avanços na área de pesquisa e reconhecimento geológico; (ii) a fundação da Escola de Minas de Ouro Preto, responsável pela formação dos primeiros geólogos e projetistas da indústria siderúrgica brasileira; (iii) a pesquisa de carvão na bacia carbonífera de Santa Catarina; (iv) a criação pelo Decreto n. 6.323, de janeiro de 1907 do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (SGMB) que 27 depois deu lugar ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); (v) o mapeamento das reservas do minério de ferro em Conselheiro Lafaiete, Mariana, Itabira e Sabará, bem como a distribuição das jazidas de ferro e de manganês no chamado quadrilátero ferrífero colocando, desse modo, a cidade de Itabira no mapa econômico do Brasil (VALE, 2012).

Apesar desses avanços, foi, entretanto, após a realização do XI Congresso Internacional de Geologia, em 1910, que o potencial mineral do Brasil passou a chamar a atenção dos consórcios estrangeiros. Decorre disso, o fato de, durante a reunião, o governo brasileiro ter colocado à *disposição* do capital internacional as potencialidades nacionais, bem como as facilidades para sua exploração.

Assim, no relatório do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, destacou-se, entre outros aspectos, a existência de extensas reservas de ferro de classe mundial estimadas em

10 bilhões de toneladas, na Bahia, em Goiás, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, no Rio Grande do Sul e no Mato Grosso. A partir do XI Congresso, então, grandes empresas da Inglaterra, dos Estados Unidos, da Alemanha, da Bélgica e da França, principalmente, tomaram conhecimento oficial das reservas do Brasil. Aproveitando-se das brechas existentes na primeira constituição republicana, esses poderosos *syndicates* adquiriram todas as jazidas identificadas, aguardando o momento que julgassem mais conveniente para aproveitá-las. Os proprietários das terras, desconhecendo o valor do seu subsolo, vendiam-nas a preço irrisório. Uma dessas empresas foi a *Itabira Iron Ore Company* (VALE, 2012, p. 27, grifo nosso).

Portanto, o período após o Congresso marca o início da disputa pelo solo e subsolo brasileiro pelos consórcios estrangeiros que, se valendo de informações fornecidas pela Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas (CEFVM) e, augurando mudanças e tensões na geopolítica internacional, apressaram-se para adquirir licenças e direitos de exploração mineira no Brasil, sobretudo no chamado quadrilátero ferrífero. Para esse impulso, foi fundamental a descoberta de novos processos da transformação do ferro em aço, uma liga de ferro e carbono mais maleável que o ferro fundido, essencial na produção de máquinas para novas fábricas e vigas para a construção civil. Consequentemente, as jazidas de ferro, até então, abandonadas por serem antieconômicas começaram a ser exploradas na Europa e nos Estados Unidos e a produção de aço registrou aumentos extraordinários (VALE, *op.cit.*).

No rastro desse crescimento e, mais precisamente do aço, cresceu, também, a produção do carvão mineral, principal matéria-prima para a obtenção do coque utilizado na redução do minério de ferro em altos-fornos. Destarte, foi na sequência disso que, em 1910, a *Brazilian Hematite Syndicate* (BHS) comprou as principais jazidas de Itabira, até então, estimadas em mais de 1 bilhão de toneladas de minério de ferro e cuja extensão abrangia cerca de 80 milhões de metros quadrados.

Com 73,3% da participação no capital da CEFVM, a BHS fundou, em 1911, a *Itabira Iron Ore Company* que recebeu a autorização do governo brasileiro para funcionar no país pelo Decreto n. 8.787, de 16 de junho do mesmo ano. Com sede em Londres, mas com representante legal no Brasil, a recém criada Companhia tinha dentre outros objetivos,

Adquirir, explorar, desenvolver, trabalhar e aproveitar certas propriedades de minérios conhecidas por Conceição, Santa Ana e Cauê, situadas no município de Itabira, no Estado de Minas Gerais. Uma das metas prioritárias da *Itabira Iron Ore Co.* era exportar 3 milhões de toneladas de minério de ferro por ano (VALE, 2012, p. 29).

E assim, nasceu a predecessora da Companhia Vale do Rio Doce. A Companhia Vale do Rio Doce que, a partir de 1950 inserir-se-ia no mercado internacional e, na década seguinte, tornar-se-ia uma empresa exportadora de padrão internacional, surge num contexto político e econômico interno e internacional conturbado. Porque, enquanto no plano internacional o Brasil equacionava a viabilidade de sua participação na segunda Guerra Mundial diante das pressões dos seus parceiros econômicos, internamente, a crise econômica e a instabilidade gerada pela criação da nova moeda (o cruzeiro) demandavam medidas concretas e, o tempo de agir era aquele. Portanto,

O país precisava de dinheiro, precisava nacionalizar seu minério e, diziam os parceiros comerciais americanos, precisava entrar na guerra. A Companhia Vale do Rio Doce, empresa capaz de alavancar o fornecimento de ferro para a indústria bélica americana, era fundamental (VALE, 2012, p.41).

Em resposta a essas questões, Getúlio Vargas, então presidente da República, assinou em, 1º de junho de 1942, o Decreto- Lei n. 4.352 que cria a Companhia Vale do Rio Doce juntando-se, assim, à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) fundada no ano anterior. Mais do que a criação de uma das primeiras empresas estatais, a constituição da CVRD e da CSN assinala, também, a etapa inaugural da ancoragem e da dependência histórica do Brasil, em relação aos mercados e capitais europeus e dos EUA.

Conforme foi definido no memorando de entendimento entre os EUA, a Inglaterra e o Brasil, a formação da CVRD, fruto da fusão entre a Companhia brasileira de mineração e Siderurgia S.A. e da Companhia de Itabira de Mineração S.A., fortaleceria a parceria iniciada com a criação da CSN. Na esteira desse convênio, os Estados Unidos, por meio do Eximbank (especializado em importações/exportações), concederia um crédito no valor de US\$ 20 milhões à CNS para a compra de maquinaria. Além disso, o mesmo banco desembolsaria "US\$ 14 milhões para a compra nos Estados Unidos de equipamentos, máquinas e serviços necessários ao prolongamento e restauração da CEFVM e ao aparelhamento das minas de Itabira e do Porto de Vitória" (VALE, 2012, p. 42).

O governo britânico, por sua vez, "se obrigava a adquirir e transferir ao governo brasileiro, livres de quaisquer ônus, as jazidas de minério de ferro pertencentes à *Itabira Iron Ore Co.* A essa altura, as propriedades da *Itabira Iron Ore Co.* todas localizadas no município de Itabira totalizavam mais de 74 milhões de metros quadrados (*idem*)".

Já o Brasil deveria garantir a produção, o transporte e a

Exportação de 1,5 milhão de toneladas anuais, a serem compradas, em partes iguais, pelos Estados Unidos e pela Inglaterra, por prazo de três anos. O contrato trienal poderia ser renovado até o fim da guerra. Terminado o conflito e cumprido o último contrato trienal, Estados Unidos e a Inglaterra manteriam o direito de aquisição do minério, já então a preços do mercado livre. O governo brasileiro finalmente encamparia a Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) e promoveria o reaparelhamento do complexo produtivo, por meio da criação de uma companhia encarregada da extração, do transporte e do embarque do minério de Itabira. A empresa seria administrada por diretores brasileiros e norte- americano, até que, pagas todas as promissórias referentes ao empréstimo e liquidadas as obrigações, a exploração das minas reverteria integralmente para o governo brasileiro (VALE, *op.cit.*, p. 50).

Como se pode notar, o governo brasileiro apostou "tudo ou nada", no dizer de Bellucci (2006), para obter recursos financeiros que possibilitassem a exploração de seus recursos minerais, sobretudo o minério de ferro. Mesmo reconhecendo perdas iniciais em função desses acordos, o Brasil encarou a mineração como um dos setores que poderia sustentar seu desenvolvimento econômico o que, em parte, aconteceu.

Nesse âmbito, a CVRD foi constituída como uma Sociedade Anônima (SA) de economia mista, com capital inicial de 200 mil contos réis. E sua diretoria composta por cinco membros designadamente: um presidente e dois diretores brasileiros e mais dois diretores de nacionalidade norte- americana. A Companhia seria estruturada em dois departamentos básicos: o de Estrada de ferro Vitória Minas, administrado por diretores brasileiros e o departamento de minas de Itabira, dirigido conjuntamente por brasileiros e norte- americano (VALE, 2012).

E para finalizar o processo de fundação da CVRD, em 1943, foi realizada a assembleia constitutiva da Companhia Vale do Rio Doce e

Aprovado os estatutos e a transferência ao seu patrimônio minas de Itabira, tal como a União as recebeu, além da EFVM e de todos os bens que haviam pertencido à Companhia brasileira de Mineração e Siderurgia S.A. e à Itabira de Mineração S.A. O valor do negócio chegava a 80 milhões de cruzeiros. Ficou determinado que a sede administrativa da CVRD ficaria localizada na cidade de Itabira e que o domicílio para todos os efeitos jurídicos seria no município do Rio de Janeiro (VALE, *op.cit.*, p. 56).

Junto com a composição administrativa, as cláusulas produtivas da recém criada CVRD expõem, de início, que essa Companhia, além de ter beneficiado de fundos externos para sua constituição, ela nasceu, praticamente, para atender a demanda do mercado externo e internacional. Para Coelho (2015, p. 27) isso revela não só a agenda armamentista da Inglaterra e dos Estados Unidos, fonte de acumulação de capital em tempos de guerra, mas também confirma que "a Vale do Rio Doce nasceu já, umbilicalmente, ligada ao mercado externo com o propósito de abastecê-lo com minério de ferro", o que provavelmente facilitou a sua rápida inserção nos mercados mundiais, no período posterior à segunda Guerra Mundial.

Portanto, com direitos para extrair e processar o minério de ferro, bem como operar a Estrada de ferro para o transporte do minério, a CVRD encerrou, dessa forma, a sua densa estrutura produtiva que integra o complexo, mina- ferrovia- porto. Já em meados da década de 1940, as operações da CVRD apresentavam sinais de crescimento, ao mesmo tempo que a presença da empresa atraiu para a região do Vale diversas firmas, como a Companhia de Ferro e Aço de Vitória, a Companhia de Ferro e Aço de Itabira, somente alguns exemplos. De acordo com a Vale (2012), no período entre 1942 e 1944, a quantidade de minério de ferro exportada aumentou de 35.406 toneladas em 1942 para 62.928 toneladas em 1943.

Todavia, o fim do conflito mundial em 1945 assinala o início do declínio nas exportações de minério de ferro e das incertezas dentro da empresa. Note-se a esse respeito que, entre 1944 e 1946, a exportação do minério de ferro da CVRD caiu, drasticamente, pois das anteriores 127.194 toneladas em 1944, em 1946, o volume total exportado foi de 40.962 toneladas (COELHO, 2015).

Ligado à crise gerada pelo fim da guerra, o ingresso de outros países na produção e exportação do ferro acirrou, ainda mais, a concorrência no mercado mundial. Em resposta a esse cenário, a Companhia iniciou o processo de diversificação do mercado, investindo na logística de transporte para reduzir os custos de transporte, bem como na atividade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico que possibilitou o aproveitamento de ultrafinos, até então considerados rejeitos, assim como o carregamento de vagões a porta da mina. Com efeito, a pelotização além de reduzir os desperdícios, permitiu, também, o aproveitamento do minério de baixo teor de ferro, isto é, o chamado minério itabirito (VALE, 2012).

Entre avanços (modernização do complexo mina-ferrovia-Porto, mudança na política de preços e a reformulação da política comercial) e recuos, a evolução da CVRD acompanhou a dinâmica da política interna e internacional. No plano interno, por exemplo, a década de 1960 nasce como impulso para a Companhia, visto que no âmbito do Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek, a meta 26 era referente à exportação de minério de ferro, "a menina dos olhos" da CVRD. Na "órbita" dessa meta reuniram-se dois grupos e uma comissão de estudos que integrava "o diretor do DNPM, o presidente da Companhia Vale do Rio Doce, o diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e o secretário do Conselho do Desenvolvimento e presidente do BNDES" (VALE, 2012, p. 89).

Fruto da análise detalhada da meta 26, foi elaborado um exaustivo relatório, no qual se apresenta o cenário mundial atinente ao mercado de ferro e as reservas exportáveis do Brasil. Do inventário feito e reunido no que ficou conhecido como Documento 18, salientavam-se as oportunidades que o Brasil poderia aproveitar ampliando a sua participação no mercado internacional, limitada até finais de 1950 a 1% do consumo total. Cálculos da ONU para esse período indicavam que o Brasil detinha 15% das reservas mundiais de ferro, o equivalente a 85 bilhões de toneladas, das quais 37% localizadas em Mina Gerais (VALE, *op.cit.*).

Assim sendo, ao término da década de 1970 e inícios dos anos 80, a CVRD era uma Companhia com significativo peso no mercado internacional e nas receitas do Brasil. Enquanto, em 1970, por exemplo, a Companhia exportou 21.8 milhões de toneladas de minério gerando US\$ 160 milhões em divisas para o país, nos finais dessa década, a produção atingiu 324 milhões de toneladas de minério não processado e pelotas, destinados aos consumidores de diversos países, com destaque para o Japão (VALE, *op.cit.*).

Portanto, impulsionado pela inauguração do terminal marítimo de Tubarão¹³⁷ (construído com o apoio de empresários japoneses) a CVRD inicia a década de 1980, confiante e pujante. Com o início da produção no Complexo Grande Carajás, cujas obras só ficariam prontas em 1983 e incluíam a construção da Usina Hidroelétrica de Tucuruí (UHT), a Mineração Rio Norte (MRN), a Albras e a Alunorte,

¹³⁷ O terminal marítimo de Tubarão foi construído com a intenção de ampliar a capacidade de exportação de minério e reduzir o tempo de espera no porto. O nome Tubarão servia também para indicar agressividade dos planos audaciosos, porém, destrutivos da Companhia. Este terminal poderia receber navios com capacidade de transportar até 150 mil toneladas de minério, mesmo que a maioria da frota mundial da época não passasse de 60 mil toneladas (VALE, 2012).

e projetos totalizando quase US\$ 230 bilhões, a Companhia estava definitivamente preparada para realizar grandes vôos (VALE, 2012, COELHO, 2015).

Em meio às flutuações do mercado cambial que resultaram da desvalorização do dólar norte- americano entre, 1985 e 1987, bem assim o crescimento da dívida acumulada da Companhia (US\$ 3 bilhões em 1987), a CVRD aproveitou a oportunidade não só para lançar *debêntures*, mas também para introduzir um audacioso projeto de reestruturação produtiva que entre 1988 e 1998 eliminou cerca de 170 mil postos de trabalho. Inaugurava-se, assim, uma nova era na história da Companhia, a época da terceirização, dos conflitos socioambientais, laborais, isto é, a fase da inserção agressiva da CVRD no mercado global.

Com estrutura produtiva automatizada, o Projeto Grande Carajás nasceu com o imperativo de reduzir ao indispensável, a participação do trabalho vivo nas atividades produtivas da firma - condição para manter o controle do trabalho e fortalecê-lo como elemento hegemônico da contradição capital x trabalho, conforme expõe Thomaz Júnior (2002). Para Coelho (2015, p. 35) o argumento principal que a CVRD utilizava para sustentar seu projeto era de que "a reestruturação produtiva incrementaria os lucros e aumentaria a competitividade internacional da empresa".

Mendonça (2004, p.426) fornece uma síntese explicativa sobre a reestruturação produtiva, e diz

O processo de flexibilização produtiva do capital e as crises decorrentes no trabalho possuem como gênese a necessidade de ampliar as fórmulas de acumulação do capital, alterando a estrutura produtiva e, sem dúvida, as relações sociais de produção, intensificando a polisssemia do trabalho, com ênfase na sua precarização.

Com efeito, o caráter polissêmico do trabalho é fruto da crise do modelo fordista de produção e sua substituição pela produção flexível, cuja marca fundamental é a terceirização. Esse processo tem como agenda principal: a fragmentação; fragilização das organizações sindicais e redução dos direitos laborais e sociais; forte pressão para o aumento da produtividade, o arrocho salarial, bem como a diminuição da oferta do emprego. Por isso que a flexibilização do trabalho e da produção tem como propriedades

A *externalização* da produção/*terceirização* de trabalho, as quais representam a desverticalização da empresa pela transferência de tarefas estratégicas e auxiliares (segurança, transporte, limpeza) dos departamentos internos à empresa para uma empresa subcontratada. Os objetivos da terceirização são a redução de custos com mão de obra, a desburocratização da organização, a elevação da qualidade do

produto/serviço e a desagregação do movimento sindical (RUDUIT e SILVA, 2003, p. 111, grifos dos autores).

Para Marx (2006), a reestruturação produtiva introduzida na CVRD e em outras firmas capitalistas tinha como foco a redução da participação do trabalho humano nos rendimentos da empresa, uma das premissas para a valorização do capital e a extração da mais-valia. Assim sendo, sob agruras da crise que assolou o mundo, inclusive o Brasil, a Vale iniciou na década de 1990, o Programa de Demissão Voluntária (PDV) que oferecia incentivos para que os trabalhadores se desligassem da Companhia. Uma vez mais, a mão do governo brasileiro foi fundamental nesse processo, em vista que, após ondas de desvinculação de trabalhadores cuja finalidade era

Diminuir os custos de produção, contratando funcionários terceirizados por um salário menor e a formação de um grupo de trabalhadores mais receptivos às mudanças que a empresa pretendia fazer, entre março de 1990 e setembro de 1992, vários funcionários da Vale foram demitidos ilegalmente, por iniciativa do governo Collor, sendo anistiados pela lei n.8.878, de 1994 (COELHO, 2015, p. 37).

De fato, se até aqui a empresa tinha conseguido conquistar o seu lugar no mercado internacional, sobretudo com a abertura das primeiras subsidiárias no exterior, designadamente a *Itabira Eisenerz GmbH* na Alemanha Ocidental (representante da firma no mercado europeu) e a *Itabira International Corporation* (ITACO) pivô da CVRD nas negociações de compra e venda no mercado norte-americano e canadense, a Companhia entrou para a década de 1990, com fortes ambições de se tornar líder no mercado mundial de *commodities* (VALE, 2012). Às avessas dessa determinação, a década de 1990 não fornecia boas perspectivas de negócios, sobretudo com o mercado asiático que, até então, dinamizava o negócio da CVRD.

A crise asiática que fez estremecer muitos mercados consolidados, inclusive a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) retraiu e ocasionou a fuga de investidores no Brasil. Em função da crise asiática, os mercados internacionais reduziram as suas compras e os preços das principais *commodities* despencaram em todo o mundo. O petróleo, o gás e minérios, que já tinham menos compradores e cotações mais baixas, por exemplo, com "o choque na demanda, os preços do minério de ferro registraram queda de 11% no período entre 1998 e 1999, com o decréscimo de 12% para as pelotas e de 11% e 13% para os finos e granulados", respectivamente (VALE, 2012, p. 249).

Desse modo, com o pretexto de aliviar os encargos e reduzir a dívida pública, o governo Federal, presidido nessa altura por Fernando Henrique Cardoso (FHC), anunciou, em 1995, a intenção de vender algumas empresas estatais, inclusive a CVRD. Realmente, no âmbito do Plano Nacional de Desestatização (PND) entre 1995 e 1996, o governo privatizou 19 empresas estatais e arrecadou pelo menos US\$ 5,1 bilhões. Foi na sequência disso, que a CVRD foi privatizada em maio de 1997, num processo de licitação amplamente questionado.

Vinte e um anos depois, o *dossiê* sobre a privatização da Companhia continua uma questão bastante polêmica, tanto entre políticos e pesquisadores quanto no seio da sociedade civil e da justiça brasileira. De acordo com o Relatório de Insustentabilidade (2015), há, atualmente, pelo menos 100 processos que tramitam na justiça, os quais questionam a legalidade do processo da privatização da Vale. Portanto, na senda dessas contestações houve em 2007 um plebiscito popular que pedia a anulação do processo que culminou com a venda da CVRD.

Para Costa (2009, p.19)

A venda da Vale foi uma das mais polêmicas, por ser uma grande e lucrativa firma. Após a privatização, várias pessoas e entidades de diversos estados entraram com ações populares, questionando alguns aspectos do processo. O principal motivo do questionamento judicial foi o baixo valor pelo qual a Vale foi vendida. A empresa Merrill Lynch, encarregada de preparar o processo de privatização, ao invés de avaliar o patrimônio e ativos da Vale, baseou-se no valor das ações, que na época estavam em R\$ 26,00. Multiplicando pelo total das ações, o valor foi calculado em US\$ 10 bilhões e a transação, envolvendo 41% das ações, foi efetuada por cerca de US\$ 3,4 bilhões.

Coelho (2015, p. 39, grifo do autor) corrobora esse entendimento e acredita que no processo de licitação da CVRD houve a subavaliação, isto é, a falta de

Contabilização dos ativos no setor siderúrgico, transporte ferroviário e marítimo, portos, produção de alumínio e ouro, ferrovias e florestas replantadas. Além disso, é possível que existam reservas de urânio no complexo de Carajás que, de acordo com a Constituição, só poderiam ser exploradas por empresa estatal. A CVRD, em 1995, informou à *Securities and Exchange Commission* que suas reservas de minério de ferro em Minas Gerais eram de 7, 918 bilhões de toneladas. Dois anos depois, durante o leilão, havia apenas 1, 4 bilhão de toneladas de minério. O mesmo aconteceu com as reservas de minério de ferro do Pará, com 4, 97 bilhões de toneladas em 1995, e 1,8 bilhão de toneladas em 1997.

Para alguns políticos, a privatização da CVRD representa a venda das riquezas do país, visto que a Companhia não era só uma empresa que explora e comercializa minério, mas também um patrimônio nacional. Portanto, repartidos entre os que apoiavam a privatização e aqueles que defendiam a manutenção da

CVRD como empresa pública, as ações até então, controladas pelo governo Federal foram adquiridos pelo Consórcio Brasil, liderado pela Companhia Siderúrgica Nacional, cujo lance final foi de R\$ 3, 338 bilhões.

No contexto dessa operação, o Consórcio Brasil que posteriormente fundou a Valepar¹³⁸ passou a controlar 41,73% das ações. Tal processo que só terminaria em 2000, contou com o apoio financeiro do BNDES em forma de subsídios. Assim, até finais de julho de 2017 a Vale S.A. tinha capital total avaliado em US\$ 51.303,13 milhões e a seguinte composição acionária: Valepar com 53,88% das ações Ordinárias Nominativas¹³⁹; seguido pelos investidores estrangeiros com 32,75%; investidores brasileiros (6,89%) e o governo Federal por meio do BNDESpar (6,48%) (VALE, 2017, VALE, 2012).

Portanto, enquanto decorria o processo de privatização, a CVRD iniciou o plano de reorganização ou reestruturação dos recursos humanos eliminou, para tanto, as antigas funções e colocou na órbita do capital uma *legião* desempregados. Entre 1996 e 1997, por exemplo, perto de 5.000 postos de trabalho foram eliminados, ação essa que continuou nos anos subsequentes. Concomitante a isso, a Companhia não só criou unidades de negócios (celulose e papel, minério de ferro e alumínio, um centro corporativo) consideradas estratégicas para a inserção no mercado global, mas também passou a investir intensamente no setor de pesquisas e desenvolvimento tecnológico (P&D) mediante acordos de parceria e cooperação com Universidades e instituições de pesquisas.

Thomaz Júnior (2002, p.136) ao analisar o processo de incorporação da tecnologia na produção capitalista, fruto da pesquisa científica garante que a

Tecnologia em si não está contra o trabalho, ou contra o trabalhador, mas sim, ela está a favor do capital, isto é, o trabalho de pesquisa técnico-científica se dá dentro dos moldes e prioridades da produção/reprodução do capital, onde a descoberta (máquinas e outros) é a síntese da própria acumulação do capital.

¹³⁸ É um consórcio composto pela Litel participações S.A. controlado pela PREVI (caixa de previdência dos funcionários do Banco do Brasil) Elétron S.A., Bradespar S.A., Mitsui e BNDSpar *holding* do BNDES e um grupo acionário minoritário ligado ao Banco Opportunity (VALE, 2012, RODRIGUES, 2016).

¹³⁹ Ações Ordinárias Nominativas (ON) são aquelas que dão aos investidores, acionistas ou seus detentores o direito de voto nas assembleias da empresa, ao contrário, das Ações Preferenciais (PN), que não dão esse direito. De todo modo, as ON não oferecem muitos benefícios, sobretudo em se tratando de pequeno investidor frente aos investidores de grande porte.

Disponível em: <<https://daxinvestimentos.com/acoes-ordinarias-on-e-preferenciais-pn-diferencas/>>
Acesso em: 6 set. 2017.

Movido pelo espírito da tecnologização a CVRD entra para a década de 2000, decidida a transformar suas atividades numa marca de reconhecimento mundial. Com efeito, passa apostar na venda da produção do minério de ferro no mercado futuro¹⁴⁰ (BM & F; Bovespa), bem como a comercialização de suas ações na Bolsa de Valores de Nova York (NYMEX). Desse modo, a financeirização das *commodities* foi decisiva para a expansão e a robustez produtiva e financeira que caracterizou a CVRD durante a primeira década do novo milênio.

Desde então, a Vale torna-se presente no mercado chinês, de tal modo que, entre 1998 e 2002 suas exportações para a China registraram um crescimento na ordem de 33,3% anual. Na esteira disso, a Companhia consolida a sua política de terceirização¹⁴¹, como estratégia para a redução dos gastos e encargos sociais com trabalhadores.

Apesar desses avanços, a CVRD só iniciaria o seu *turning point* rumo à segunda posição no *ranking* das maiores empresas do mundo, após a aquisição da INCO (Companhia canadense de mineração, líder no mercado mundial de níquel). Ou seja, a compra da INCO em outubro de 2006, por US\$ 18 bilhões (uma das maiores transações até então feitas), colocou a Companhia na lista das quatro maiores mineradoras do mundo, atrás, apenas, de gigantes como a BHP Billiton, mas à frente de transnacionais como a Apple e a Coca-Cola (COSTA, 2009).

De fato, para a Vale a aquisição da INCO foi a sua porta de entrada para o mercado internacional de níquel, posicionando-se como a segunda maior produtora mundial desse minério. Pela primeira vez, os dados de 2007

Englobavam o desempenho anual da Vale Inco - e disparavam: a receita proveniente das atividades com o níquel alcançou US\$ 11, 78 bilhões no ano. Esse valor quatro vezes maior que o registrado anteriormente - com os números da Vale Inco entrando apenas no último trimestre, a receita em 2006 foi de US\$ 2,8 bilhões. Em 2007, 60,3% das vendas totais de níquel foram entregues a clientes na Ásia, 26,5% na América do Norte, 11,6% na Europa e 1,6% em outros destinos.

Ao longo de 2007, as ações da Vale foram as mais negociadas entre todas as empresas estrangeiras no pregão da Bolsa de Nova York, batendo até as

¹⁴⁰ Mercado Futuro é o ambiente onde os ganhos pela alta ou baixa de um determinado ativo, qual seja uma *commodity* (milho, café, minério de ferro, carvão, boi gordo), uma moeda (como o dólar), um Índice (Bovespa, Índice S&P 500) ou mesmo uma taxa de juros. A principal característica desse tipo de mercados é a negociação de contratos futuros, estabelecendo preços para a compra e venda de certo produto, em determinado período. Na prática, o valor do contrato varia em função da oferta e demanda.

Disponível em: <<https://www.tororadar.com.br/mercado-futuro>> Acesso em: 7. set. 2017.

¹⁴¹ Há diversos modelos de terceirização designadamente: virtuoso, tortuoso e misto. Entre eles, o padrão *tortuoso* do trabalho parece ser aquele que mais se adéqua à tática utilizada pela Vale S.A. Aliás, é também o padrão predominante no Brasil (RUDUIT e SILVA, 2003, grifo dos autores).

da BHP Billiton, líder mundial no setor de mineração. O giro médio anual - que representa o total de dinheiro movimentado diariamente - ficou em torno dos US\$ 725, 5 milhões (VALE, 2012, p. 337).

Portanto, diante dos desafios do aumento da demanda chinesa, isto é, o *efeito China*, aliado ao imperativo de pôr em marcha a estratégia de inserção mais ousada no mercado global, a CVRD respondeu com a ampliação da sua carteira de negócios e anunciou investimento em novos setores. Nesse contexto, além da redução do investimento no segmento do papel, celulose e da madeira, a Vale iniciou novos projetos no setor do carvão mineral, matéria-prima indispensável para a redução do ferro.

1.2 RUMO À ÁFRICA: o carvão mineral de Moatize na *órbita* da Vale S.A.

No livro, *Neocolonialismo, último estágio do imperialismo*, mais precisamente, no capítulo 6, Kwame N'krumah¹⁴² faz uma radiografia sobre o potencial mineral do continente africano. Denominado *recursos primários e interesses estrangeiros*, o ponto central desse capítulo é demonstrar que a África é de fato rica e "as matérias primas industriais possuídas por ela poderiam, se fossem usadas para o seu desenvolvimento, colocá-la entre os continentes mais modernizados do mundo" (N'KRUMAH, 1967, p.104). Ou seja,

A África não conseguiu progredir muito no caminho do desenvolvimento industrial porque os seus *recursos* naturais não foram empregados com esse objetivo, mas foram utilizados para o maior desenvolvimento do mundo Ocidental. Isso tem sido um processo continuado que ganhou tremendo impulso nos últimos anos, acompanhando a invenção e a introdução de novos processos e técnicas que aceleram a produção tanto das indústrias de metal ferroso como de não ferro (N'KRUMAH, *op.cit.*, p. 99, grifo nosso).

Cinquenta e um anos depois da publicação desse livro, as palavras de N'krumah permanecem atuais e, por isso, capazes de delinear pistas para o entendimento do contexto atual. Não há dúvidas de que, ao longo desse meio século, algumas peças do xadrez internacional se deslocaram, quer dizer, umas cederam lugar para outras ou, então, passaram a conviver, mas quase sempre sob espectro do conflito. Seja como for, nem esse movimento, tampouco o advento das

¹⁴² Kwame N'Krumah (1909-1972) foi um dos mais destacados estudiosos e militantes do movimento pan africanista. Depois de cursar parte de seus estudos em Direito nos EUA, em 1945, N'Krumah vai para o Reino Unido, onde juntamente com outros pan- africanistas, dos quais Du Bois, Jomo Kenyatta, participou ativamente no V Congresso pan africanista nesse ano. N' Krumah, foi o primeiro presidente do Gana independente liderando o *Convention Popular Party*. Além de presidente, N'krumah era socialista e nacionalista africano.

independências e o surgimento de nações ditas soberanas alterou significativamente esse quadro. E nos casos em que foi, pelo menos, a essência das relações permaneceu quase inalterada. É o que designamos de *mudanças na continuidade*.

Portanto, além de apresentar as potencialidades geológicas do continente, N'krumah ressalta, também, o papel dos Estados africanos que, no seu entender, são quase sempre policiais ou seguranças dos consórcios bancários industriais dedicados a manter velhos esquemas imperialistas nas relações entre o Ocidente e a África. Ou seja, a "América do Sul e a África, além de oferecerem recursos primários, fornecem mão de obra barata e assistência governamental local através da isenção de taxas para a maquinaria e equipamento importados, além de perdão de impostos" (N'KRUMAH, 1967, p.100).

De fato, conforme explica Ianni (1981, p.75), nos marcos da produção capitalista a ação estatal possibilita a dinamização da reprodução do capital monopolista, daí que

As políticas salariais e sindicais, da mesma maneira que o planejamento estatal, as políticas de incentivos, favores e isenções creditícias, fiscais e aduaneiras, para a indústria, a agricultura, as minas, a pecuária, a agroindústria, comércio exterior e outras atividades, todo esse conjunto de atuações do poder estatal dinamizou a reprodução do capital monopolista.

Assim, motivados pelas facilidades (isenções) e fragilidades (capacidade de impor seus interesses) do Estado moçambicano, um crescente número de consórcios transnacionais, inclusive a Vale, buscou, junto ao governo de Moçambique, a autorização para a exploração daquilo que até então era considerada a maior reserva mundial do carvão mineral inexplorada.

Com 23 Gt (Giga toneladas) de reservas de carvão mineral identificadas e cerca de 850 Mt (Mega toneladas) de reservas recuperáveis, das quais entre 25 e 30% de carvão térmico e 75% de carvão metalúrgico, as seis bacias carboníferas de Moçambique têm, de acordo com Besharati (2012); Buraya e Kessels (2013) o potencial para produzir até 2025, 25% da demanda mundial do carvão metalúrgico. Não obstante essas potencialidades, somente as sub bacias de Moatize Minjova e Mucanha Vuzi estão sendo efetivamente exploradas.

A produção efetiva do carvão mineral de Moatize é uma atividade que remonta ao período auge da presença colonial em Moçambique. Com a independência nacional, foi criada, pelo Decreto n.11/78 do Conselho de Ministros, a Empresa Nacional de Carvões de Moçambique (CARBOMOC E.E). Assim, sob a

gestão da CARBOMOC, a extração do carvão mineral passou por enormes dificuldades e nesse período muitas minas (subterrâneas) tiveram de fechar devido a constantes acidentes. Para Manharage (2014), além da precariedade da infraestrutura, a presença do grisú (metano), um gás que ocorre naturalmente nas minas de carvão e em ambientes fechados e forma uma mistura explosiva, contribuiu bastante para a queda da produção, entre 1976 e 1977, bem como para o alto índice de acidentes.

De fato, os acidentes ocorridos na mina subterrânea de Chipanga III (a mais produtiva nesse período) que ocasionou a morte de 64 mineiros, antecedido pelo acidente na mina Chipanga VI, o qual matou 96 mineiros, foram decisivos para a crise que se instalou entre os administradores da mina e os familiares dos mineiros mortos na explosão do Chipanga III. Como consequência disso, nove engenheiros, dos quais dois belgas e sete portugueses, foram assassinados acusados de sabotagem (CASTANHEIRA e FERREIRA, 2011).

Do que dissemos até aqui, cabe sublinhar que a mineração do carvão na bacia carbonífera de Moatize (minas Chipanga: III até VIII) foi condicionada, sobretudo pelo baixo nível de modernização, visto que nem a Companhia Carbonífera de Moçambique, tampouco a CARBOMOC E.E., suas atividades eram totalmente mecanizadas. Aliás, a fala de um dos acompanhantes da equipe de geólogos italianos que visitou a mina de Moatize em 1977, denuncia o caráter precário da infraestrutura, bem como a exposição dos trabalhadores:

O mergulho nas profundezas da mina é inesquecível, por muitas razões: por ter sido único na minha vida, e pelo calor, cheiro e humidade. E pelo muito medo, que atinge o clímax quando assistem ao rebentamento de um explosivo na frente de trabalho, para facilitar a recolha do carvão. A mina tremeu toda e ficou cheia de fumo e pó de carvão. Experimentados nestas andanças, os italianos nem querem acreditar no que vêem lá no fundo: um eletricista de canivete em punho a descarnar um fio elétrico. A simples fricção do metal, ao gerar uma quase inevitável faísca, seria suscetível, se acaso houvesse uma concentração de grisú. Isso não é para fazer cá em baixo, essas operações fazem-se lá fora, protestam exaltados os geólogos (CASTANHEIRA e FERREIRA, *op.cit.*, p. 42).

Por sua vez, a foto 7 retrata parcialmente as condições de trabalho, sobretudo no concernente ao equipamento que os mineiros usavam durante o trabalho. Nela, observa-se que os mineiros trabalhavam sem botas, alguns sem camisa e, com apenas uma lanterna presa ao capacete. Portanto, o caráter precário do trabalho

dos mineiros de Moatize neste período lembra as condições dos trabalhadores das minas de carvão na Inglaterra no início do século XIX¹⁴³.

Foto 7 - Alguns trabalhadores das minas em Moatize no período da CARBOMOC



Foto: Castanheira e Ferreira (2011).

Condições de trabalho similares foram descritas por Zola (2000, p. 35-39) explica que na França

No interior das minas, a escuridão era vencida apenas pelas lâmpadas Davy que os trabalhadores carregavam consigo. Naquela obscuridade, os novatos como Etienne sentiam uma grande desorientação ao caminhar pelo estreito labirinto que levava os operários até aos veios de extração. Além das saliências da rocha a lhes machucarem seguidamente os membros, havia também a impressão de estar adentrando num mundo completamente distinto daquele conhecido. Pior do que as trevas e a umidade excessiva eram, sobretudo, as bruscas mudanças de temperatura. E à medida que o dia avançava, o ar ficava cada vez mais envenenado, aquecia-se com a fumaça das lâmpadas, com a pestilência dos hálitos.

¹⁴³ Em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, Friedrich Engels descreve as condições de trabalho da classe operária inglesa no começo do século XIX. Nas minas de carvão localizadas em Cornulha (rica em hulha), homens e crianças trabalhavam horas a fio (até 12 horas/dia) no interior das minas. Em função das condições precárias de trabalho, grande parte deles apresentava doenças relacionadas ao aparelho digestivo, cardíacas, como resultado de longos períodos de exposição aos fumos, poeiras e baixos níveis de oxigênio no interior das minas (ENGELS, 1975). O quadro sanitário descrito por Engels se assemelha aos que observamos em Moatize durante o trabalho de campo.

A narrativa de Emile Zola, no romance *Germinal*, retrata a vida e as condições de trabalho as quais estavam submetidos os trabalhadores das minas de carvão na França. Ainda que sejam fatos ocorridos em épocas distintas, o caráter precário do trabalho nas minas da Europa daquele período assemelha-se em muitos aspectos, com o que se viveu nas minas de carvão de Moatize ao término da década de 1970.

No que concerne à agenda brasileira dos bens minerais, com ênfase para o carvão mineral de Moatize, ela teve início na década de 1980. Nesse período, o Gabinete do Secretário de Estado do Carvão e Hidrocarbonetos e a Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais assinaram um contrato para a realização de atividades de pesquisa geológica e fotointerpretação da sub bacia carbonífera de Mucanha Vuzi. Contudo, somente em 1987 é que começaram os primeiros contatos entre o governo moçambicano e a Companhia Vale do Rio Doce.

Na senda desses contatos, em junho de 1989, foi assinado o primeiro acordo para a elaboração de um projeto de pesquisa e estudo de viabilidade econômica das reservas de carvão mineral de Moatize. Tal projeto contemplava, além da mina, um sistema logístico integrado composto por uma ferrovia e um Porto. Entretanto, devido ao alastramento da guerra civil, houve a interrupção da circulação ferroviária na linha de Sena e, por conseguinte, a paralisação total da atividade mineira em Moatize.

Assim, após décadas de interrupção, a atividade mineira no país ressurgiu, praticamente, sob as cinzas do conflito armado, isto é, pouco depois da assinatura dos acordos de paz em 1992. O garimpo do ouro na Província de Manica parece ter sido um dos primeiros focos da mineração na época pós guerra civil. Em todo o caso, é somente no início dos anos 2000 que se observam as primeiras e mais intensas movimentações no setor mineiro nacional.

Nesse sentido, o governo de Moçambique lançou em 2003 o concurso público para a seleção de um consórcio para o desenvolvimento do Projeto de Carvão de Moatize (PCM), fato que culminou com a seleção da Itabira Rio Doce *Company* (ITACO), empresa controlada pela CVRD. E para possibilitar seu funcionamento em Moçambique, a ITACO constituiu o consórcio Rio Doce Moçambique (sociedade por quotas e registrado no país) que, a partir de 2007, passou a denominar-se Vale Moçambique, na senda da transformação da própria CVRD.

Entre excluídos (BHP Billiton- Mitsubishi Consortium)¹⁴⁴ e desistentes (Rio Tinto e *Anglo American*), a etapa da avaliação, embora tenha sido assessorada por consultores do *International Finance Corporation* (IFC)¹⁴⁵ e de outros consultores externos especializados nessa matéria, há indícios de que houve certo favoritismo e tratamento diferenciado entre as duas firmas concorrentes.

Na verdade, uma questão crucial que alimenta essa suspeita é que, enquanto decorria a fase da avaliação das propostas das duas Companhias, o governo autorizou à luz do art.º 3¹⁴⁶ do Decreto n. 28/2003,

A Companhia Vale do Rio Doce a proceder a recolha de dados geológicos de campo, por um período de 14 meses, na área determinada, até a data da seleção do vencedor do concurso público para o efeito lançado, altura em que deverá libertar a área, em conformidade com a legislação mineira aplicável (MOÇAMBIQUE, 2007, s/p, anexo).

Embora se apresentem algumas ressalvas como, por exemplo, (i) a recolha de dados geológicos de campo de que o presente despacho trata não se destina a exploração ou comercialização de carvão, e que (ii) o uso de informação resultante da pesquisa, para fins distintos dos estabelecidos no presente Despacho, constitui fundamento para o cancelamento da presente autorização, esse procedimento da parte do governo abre espaço para que se questione a qualidade e, sobretudo a imparcialidade do processo, visto que há indícios de que a autorização concedida à CVRD não foi extensiva a todos os participantes. Portanto, o tratamento diferenciado entre as empresas concorrentes fortalece a ideia de que para a CVRD vencer a licitação foi fundamental a intervenção do governo brasileiro (MOÇAMBIQUE, 2007).

Seja como for, à luz do contrato assinado entre o governo e a Rio Doce Moçambique (RDMZ), esse consórcio adquiriu o título mineiro referente à concessão mineira n. 867C, correspondente a 23.780 hectares de terra, para o desenvolvimento e exploração da mina de carvão de Moatize. A RDMZ é controlada majoritariamente

¹⁴⁴ De acordo com o Relatório de Avaliação das Propostas de Concurso (anexo do contrato), a proposta o consórcio BHP Billiton- Mitsubishi Consortium foi excluída porque "não satisfaz o requisito obrigatório de prestação de garantia de responsabilidade ilimitada relativa às obrigações previstas no Acordo de Princípios, na medida em que a empresa fixou a sua responsabilidade até ao teto de cem milhões de dólares americanos. Esta limitação constitui um incumprimento substancial de um requisito básico do *Request for Proposals*. (MOÇAMBIQUE, 2007, p.73).

¹⁴⁵ Instituição que faz parte do Grupo Banco Mundial. O IFC é responsável pela definição dos padrões de desempenho em diversas áreas de investimentos, sobretudo, quando tal investimento implica o deslocamento e a realocação da população.

¹⁴⁶ De acordo com art.º 3 do Regulamento da Lei de minas n. 14/2002, "competete ao Ministro decidir sobre a atribuição da licença de reconhecimento, licença de prospecção e pesquisa e concessão mineira bem como realizar atos conexos estabelecidos no presente Regulamento" (MOÇAMBIQUE, 2003, p. 283).

pela Vale. S.A., pela Mitsui, que comprou 15% das ações do Projeto Carvão de Moatize, e pelo governo de Moçambique, que detém 5% das ações, segundo o art.º 9º do contrato de concessão mineira (MOÇAMBIQUE, 2007).

Ao abrigo desse contrato, a RDMZ adquiriu vários direitos e prerrogativas cedidas pelo governo, entre as quais:

- a) direito exclusivo de realizar atividades mineiras na área de mineração a céu aberto ou através da lavra subterrânea, relativamente a carvão e minérios associados.
- b) direito de minerar, processar, transportar, armazenar e comercializar o minério de carvão, sem prejuízo da legislação mineira em vigor ou do projeto apresentado (MOÇAMBIQUE, 2007, p.11).

Com uma licença válida por vinte e cinco anos, a RDMZ tem o direito de solicitar a renovação, pelo mesmo intervalo de tempo, ao término dos primeiros vinte e cinco anos de concessão. Assim, a análise detalhada do contrato permite identificar entre outras disparidades, a diferença entre o tempo de validade da licença enunciado no art.º 2.2 e o que efetivamente é apresentado na concessão mineira. Isso porque, segundo tal documento, que é parte integrante do contrato, o período de concessão é de vinte e sete anos, isto é, de 01/03/2005 a 01/03/2032 e não de vinte e cinco anos, conforme é apresentado naquele artigo.

De todo modo, o contrato em análise oferece à RDMZ o

- a) o direito de vender carvão a preços e condições prevalecentes no mercado internacional entre vendedores e compradores independentes e de acordo com as boas práticas competitivas do negócio;
- b) O direito exclusivo de usar e ocupar a área de mineração para fins da realização de atividades mineiras, durante o prazo da concessão mineira e de quaisquer das suas eventuais prorrogações;
- c) direito de penetrar, utilizar e ocupar áreas exteriores à área de mineração, conforme for necessário e apropriado, incluindo, mas não se limitando aos objetivos da construção e manutenção de quaisquer estradas e outra infra-estrutura necessária para as operações mineiras,
- d) o direito de adquirir, usar e operar, de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis, instalações de rádio e comunicações, helicópteros e outro tipo de aeronave, portos, estradas, aeroportos e outras instalações de transporte, juntamente com equipamento auxiliar e instalações, que sejam necessários para as operações (MOÇAMBIQUE, 2007, p. 17- 23).

Mais do que direitos, a concessão mineira atribuí também benefícios fiscais e garantias de proteção ao investimento. Em relação a esse último aspecto, retomam-se as cauções estabelecidas nos art.º 13, 14 e 15 da Lei n. 3/93, conforme detalhado na parte 3. No que se refere aos benefícios fiscais, o art.º 8º desse contrato estabelece que a concessionária tem o direito a

- a) isenção de direitos aduaneiros, imposto sobre o valor acrescentado e do imposto sobre consumos específicos na importação de bens e

equipamentos necessários a instalação e operação da mina, cuja duração é de 25 anos;

b) redução em 25% da taxa do imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas, que incide sobre os lucros da empresa, válido por cinco anos;

c) isenção de direitos de importação de bens classificados na classe K¹⁴⁷ da pauta aduaneira;

d) redução em 25% da taxa de IRPC, devido na distribuição de dividendos aos acionistas da empresa implementadora do projeto, provenientes dos lucros anuais gerados pelo projeto;

e) isenção no pagamento do IVA na prestação de serviços para a expedição de produtos do projeto destinados a exportação (inclusive, mas não se limitando a extração, limpeza e beneficiamento de carvão, energia elétrica), válido por 30 anos (MOÇAMBIQUE, 2007, p. 24- 27).

Como se pode notar, o contrato demonstra ser mais benévolo para a Vale Moçambique do que propriamente para o Estado moçambicano. Além do mais, as ações sociais da empresa, por exemplo, são definidas como prerrogativas e não obrigação da Vale, desobedecendo desse modo, o *United Nations Code Of Conduct on Transnational*¹⁴⁸. Mas a questão que mais suscita preocupação e que está ligada a pesquisa é o fato de que, mesmo sabendo que a implementação do Projeto de Carvão de Moatize suscitaria a deslocação das comunidades (Chipanga, Bagamoyo, Mithethe e Malabwe), até então residentes na área de concessão, o contrato não apresenta sequer um artigo para discutir as modalidades, as condições, bem como as estratégias para a restauração dos meios de vida da população a ser deslocada, em função desse projeto.

De fato, a vaga menção que se faz sobre essa questão é no art.º 7.1.3, que determina que a "concessionária é sujeito ao pagamento de indenização ou compensação, de acordo com a legislação mineira e de terras, a aquisição e extinção de direitos de terceiros relativamente à área de mineração" (MOÇAMBIQUE, 2007, p. 20). Portanto, a prioridade dada ao pagamento da indenização, como condição para aquisição dos direitos de uso da terra deixa entender que a compensação por si só permitirá a reconstituição das formas e dos meios de vida perdidos, devido ao deslocamento compulsório.

Por outro lado, as lacunas ou omissões presentes no contrato contribuíram significativamente para que o processo de reassentamento das comunidades afetadas pelo projeto da Vale fosse menos transparente, excludente e precário,

¹⁴⁷ Sobre os bens que constam da classe K da pauta aduaneira nacional, ver parte 3.

¹⁴⁸ De acordo com o art.º 23 desse Código, as Corporações Transnacionais devem cooperar com os governos e com os nacionais dos países nos quais operam, na implementação dos objetivos nacionais, que garantam a equidade na participação efetiva e o desenvolvimento local (ONU, 1983).

principal causa do conflito entre a Vale Moçambique e as famílias reassentadas no bairro municipal 25 de setembro e em Cateme.

Junto à concessão mineira e estudos de viabilidade iniciados em 2005, a Vale adquiriu também o direito de participação na estrutura acionária da Sociedade de Desenvolvimento do Corredor do Norte (SDCN). Rodrigues (2015, p. 53) entende que o Projeto Corredor de Nacala está, umbilicalmente, ligado "ao carvão na medida em que constitui o corredor logístico para o escoamento da produção das minas de Moatize e o mesmo começou a ser cogitado já no seio dos estudos de viabilidade realizados para o PCM". Nesse sentido, a empresa comprou em 2010, 51% da participação na sociedade que controla dois sistemas ferroviários na costa leste africana.

Assim, a compra de ações da SDCN tinha como finalidade "permitir a expansão de Moatize e a criação de uma infraestrutura de logística, como apoio às operações na África Central e do Leste. Após a construção dos novos trechos, os dois sistemas se interligarão em um ponto próximo à província mineral de Moatize" (VALE, 2012, p.341). E para possibilitar essas operações e maior rentabilidade do Projeto de Carvão de Moatize, em dezembro de 2011 a Vale *Logistics* (VLL), braço da Vale S.A., assinou com o governo do Malawi um contrato para

Construir e operar um novo trecho de ferrovia no Malawi. A linha tem aproximadamente 136 km, a partir da fronteira Oeste do país com Moçambique, no Distrito de Chikwawa, até o Distrito de Balaka, em Nkaya Junction, onde encontra a ferrovia da CEAR. Este trecho será inicialmente utilizado para o transporte de carvão (VALE, 2015, p. 9).

Na sequência disso, em 2012 o Corredor Logístico do Norte (CLN) controlado pela Vale (80%) e pelos Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM), firmou dois contratos de concessão com o governo moçambicano. O primeiro visava à

Construção e à operação de um novo trecho de ferrovia entre Moatize e a fronteira com o Malawi, com aproximadamente 62 km. [O segundo] refere-se à construção de aproximadamente 31 km ligando a seção existente da CDN próximo a Monapo, até Nacala a Velha, e a construção de um Terminal Portuário de carvão naquele local. Estas duas concessões têm como objetivo primordial, garantir a logística necessária ao carvão que vem de Moatize (idem).

Portanto, com 912 km de ferrovia ligando Moatize ao Terminal portuário¹⁴⁹ de carvão localizado na ponta de Namuaxi, Distrito de Nacala a velha, o Corredor

¹⁴⁹ O complexo logístico que inclui a ferrovia, o terminal de carvão e o Porto, é um projeto estruturante objetivamente pensado para viabilizar o Projeto Moatize. Com uma capacidade instalada para receber composição com até 120 vagões, cerca de 1.650 metros de comprimento e transportando

Logístico de Nacala tem por objetivo possibilitar a expansão da produção e do escoamento do carvão mineral de Moatize, dos atuais 11 milhões de toneladas de para 22 Mtpa¹⁵⁰ de carvão, isto é, o total da capacidade do PCM. De fato, a entrada em funcionamento desta linha (a fase experimental iniciou em 2015) vai ampliar a capacidade de transporte e de estocagem do carvão mineral produzido nas duas minas (Moatize I e II)¹⁵¹ da Vale Moçambique.

Conforme é descrito no Plano de Mobilidade

O projeto é composto por dois principais componentes: ferroviário e portuário e, prevê-se que 18 Mtpa de carvão serão transportadas por esta ferrovia. Considera-se a capacidade da ferrovia para 7.2 pares de trens de carvão por dia. Cada trem de carvão será composto por 120 vagões e 4 locomotivas. [Por sua vez] o terminal dedicado a carvão terá a capacidade para estocagem de 1 milhão de toneladas, e receberá navios Capesize¹⁵² e Panamax (VALE, 2015, p.10).

Por outro lado, a inauguração deste complexo reduzirá os constrangimentos logísticos que a Vale enfrentava para o escoamento do carvão, assim como a pressão sobre a linha de Sena e o Porto da Beira. Com efeito, o transporte exclusivo da produção pela linha de Sena e sua exportação pelo Porto da Beira acarretavam custos adicionais e frequentes atrasos, em função da sua pouca capacidade, bem como a baixa profundidade do cais do Porto. Aliás, esse fato impedia também a ancoragem de navios de grande calado, resultando em constantes operações de transbordo.

7.560 toneladas de carvão processado (térmico e metalúrgico), o Corredor Logístico de Nacala veio revolucionar as operações da Vale, apesar dos perigos que isso representa para a população, visto que essa ferrovia, atravessa muitos povoados e vilas no seu caminho para Nacala- a - Velha. O Porto é dos mais profundos da costa oriental africana e permite ancoragem de navios de todo porte. Recentemente a Vale fez o maior carregamento de carvão num navio com capacidade para 187 mil toneladas. No Porto, o carregamento é feito por meio de um tapete rolante com 13 km de extensão.

¹⁵⁰ Milhões de toneladas por ano.

¹⁵¹ De acordo com Rodrigues (2015) o chamado projeto Moatize II é referente à expansão da mina. Ao contrário do Moatize I, o II, tem o caráter mais localizado e, não suscitará a deslocação das pessoas.

Durante o trabalho de campo observamos que a mina Moatize II localiza-se, praticamente, na *garganta* da unidade 4, do bairro residencial de Bagamoyo. Na ocasião uma das coisas que chamou atenção é que, a mina da Vale Moçambique está a menos de 500 metros da Escola Primária Completa das Oitavadas, portanto, local de concentração de pessoas, sobretudo crianças em pelo menos três, dos quatro períodos letivos. Diante disso, não compreendemos o porquê a Vale não fará o reassentamento da população da unidade 4.

Essa atitude viola o Decreto n. 31/2012 que regulamenta o processo de reassentamento resultante de atividades econômicas. O mais curioso nisso tudo é que, as atividades da Vale decorrem aos olhos do governo distrital e, ainda assim, nada se diz e nem se faz para por término a essa prática nociva não só para o ambiente, mas também para os residentes do bairro.

¹⁵² Tanto o Capesize quanto Panamax fazem parte da subdivisão dos navios de carga.

Panamax compreende, geralmente, navios com capacidade de carga entre 60 e 80 mil toneladas, a sua denominação refere-se ao calado máximo a trafegar pelo Canal do Panamá.

Portanto, com a nova ferrovia, o carregamento do carvão mineral passa a ser realizado, tanto pela linha de Sena, cuja extensão é de aproximadamente 600 km desde Moatize até ao Porto da Beira quanto pelo corredor de Nacala até ao Terminal portuário de carvão de Nacala a Velha, conforme é apresentado na figura 4. Na figura, o traçado ferroviário representado pela cor verde indica o novo trecho de aproximadamente 200 km, correspondente a duas seções, sendo uma no Malawi e outra em Moçambique. Assim, o novo traçado e a ferrovia preexistente (amarelo) se interligam no Distrito de Balaka, em Nkaya Junction (Malawi), à jusante da estação ferroviária de Cuamba e do Projeto de Carvão de Moatize.

Figura 4 - Logística ferroviária para o escoamento do carvão mineral de Moatize



Fonte: Vale (2015).

Para colocar em marcha esse ambicioso projeto base para a futura acumulação de capital, no dizer de Harvey (2006), a CLN apossou-se da terra, bem como destruiu as relações de equilíbrio entre a natureza e a população ao longo do traçado da nova linha e não só. Além do encerramento dos anteriores atalhos que a população usava para ter acesso às suas *machambas* e outros locais de seu interesse, as comunidades que residem ao longo da ferrovia viram sua rotina de vida transformada, uma vez que

Com o aumento do tráfego a ferrovia que em 2013 transportou aproximadamente 300 mil toneladas, em 2018 deverá transportar 18 milhões de toneladas. [Portanto] se hoje, a comunidade convive com alguns poucos pares de trem por dia, em um futuro breve irá conviver com a passagem de cerca de 20 comboios diariamente, uma composição a cada 1, 2 horas aproximadamente (VALE, 2015, p.12).

Diante deste cenário de cerceamento da vida, Harvey (2006) delinea pistas para a compreensão do *modus operandi* do capital no processo de acumulação. Para Luxemburg (1976), sob a lógica do processo de acumulação, as relações de equilíbrio entre a natureza e o homem, a conexão entre a terra e os trabalhadores é destruída, visto que constitui barreira à expansão capitalista.

É por isso que Braudel (1987, p.77) considera o modo de produção capitalista hegemônico, como sendo "uma criação da desigualdade do mundo [que]; para desenvolver-se, necessita das conivências da economia internacional. É filho da organização autoritária de um espaço evidentemente desmedido". Mas também podemos acrescentar que o capitalismo só conseguiu se expandir e tornar-se presente em cada fração do espaço mundial porque a sua atuação conta, atualmente, com o apoio do Estado nacional, qual seja autoritário ou democrático, portanto, é a aliança entre o Estado e o Capital, conforme descrito na parte 3.

Há que ressaltar, também que, além das mudanças na vida econômica e nas formas de produção, as comunidades que residem nas *margens* dessa ferrovia estão expostas ao perigo de morte por atropelamentos pelos comboios que trafegam na linha. De fato, tanto em Moçambique quanto no Malawi, as comunidades afetadas apresentam traços sócio-culturais e econômicos ímpares, mas que lhes tornam expostas aos perigos. Nelas, por exemplo, o meio de deslocamento mais comum é a bicicleta ou a pé e precisam cruzar diariamente a linha da *morte*, quer para as *machambas*, buscar água, lenha e outros meios de subsistência.

Marcelo Mendonça, ao analisar o processo de incorporação de extensas áreas do Cerrado brasileiro para a produção de mercadorias, assinala que a modernização da agricultura é, no mesmo instante, a modernização do território. Sendo assim, as transformações ocorridas na atividade agropecuária, não seriam possíveis sem a construção de infraestrutura para possibilitar a circulação de pessoas, de mercadorias e informações, portanto, a modernização da agricultura é indissociável ao processo de modernização do território (MENDONÇA, 2004).

A partir dessa leitura, compreende-se que o encerramento dos atalhos, devido à construção da ferrovia, representa a modernização do território requerida pelo capital para sua reprodução e, em muitos casos, implica o cercamento ou perda de acesso aos bens comuns. Na verdade, essas e outras práticas indicam-nos que está em curso o processo de "mercantilização, privatização da terra e a expulsão forçada das populações camponesas; a transformação da força de trabalho em mercadoria e a supressão de formas de produção e consumo alternativos, incluindo os *recursos* naturais, marcas fundamentais da etapa de acumulação por espoliação" (HARVEY, 2006, p.109, grifo nosso).

Em Moatize, a produção efetiva do carvão pela Vale Moçambique iniciou em maio de 2011 e a primeira exportação teve lugar em setembro do mesmo ano. De acordo com Vale (2012, p. 341), "o primeiro produto da mina de Moatize deixou Moçambique em 14 de setembro de 2011, a bordo do navio Orion Express em direção ao Líbano. Foram 35 mil toneladas de carvão térmico".

Conforme assinalamos anteriormente, a extração do carvão mineral de Moatize nasceu com limitações de natureza logística. Ou seja, a baixa capacidade de escoamento na linha de Sena condicionou os primeiros anos do funcionamento do Projeto Moatize. No relatório de produção de 2013, por exemplo, ainda que a Companhia tenha atingido novo recorde anual (8,8 Mt), fruto da boa *performance* operacional da mina de Carborough Downs (CD) em Queensland¹⁵³, a Vale indica como um dos constrangimentos, o baixo desempenho de Moatize, fator que reviu em rebaixa a meta estabelecida pela empresa para aquele ano (VALE, 2013).

Atento aos dados sobre a produção do carvão no período entre 2012 e 2013, isto é, nos primeiros anos de *vida* do Projeto Moatize, observa-se que, no geral, houve o aumento da produção na ordem de 23,7%, ou seja, das anteriores 7.082 toneladas em 2012, a produção atingiu 8.763 toneladas em 2013. Cabe ressaltar que essa quantidade reflete a produção total das duas minas, isto é, Moatize e CD. Em termos parciais, a mina de Carvão de Moatize produziu em 2012, 2.501 toneladas de carvão metalúrgico e 1.267 toneladas de carvão de térmico.

¹⁵³ A Austrália é um dos maiores produtores de carvão mineral no mundo. A Vale S.A., opera a mina de Carborough Downs (mina subterrânea) desde 2007, período em que no seguimento de sua política de expansão e de inserção agressiva no mercado global, a Companhia adquiriu a AMCI holdings. Nessa mina, a Vale's Carborough Downs produz, essencialmente, carvão metalúrgico. Disponível em: <<http://www.vale.com/australia/en/business/mining/coal/carborough-down.aspx>> Acesso em: 15. set. 2017.

Dois anos após o início das atividades do Moatize I, a produção do carvão registrou uma queda substancial em comparação com 2012. Em 2013, a mina produziu 2.373 toneladas de carvão de coque, o que corresponde a uma variação negativa (-5,1%), em comparação com os níveis de 2012. Entretanto, o carvão térmico registrou o movimento contrário ao do carvão metalúrgico, isto é, das 1.267 toneladas de carvão em 2012, no ano seguinte a produção cresceu em 14%, atingindo 1.444 toneladas de carvão de queima (VALE, 2013). Portanto, junto às limitações de ordem logística, a Companhia destaca, também, as restrições no fornecimento de explosivos, como as principais dificuldades operacionais.

Seja como for, embora a produção anual de carvão tenha registrado um ligeiro decréscimo (1, 4%) em 2014, quer dizer, das anteriores 8.763 toneladas em 2013, para 8.645 toneladas no ano seguinte, para a Vale (2014, p.14) a mina de Moatize teve um desempenho positivo, visto que

Atingiu um recorde de 4.908 Mt em 2014, sendo 3.124 Mt de carvão metalúrgico e 1.784 Mt de carvão térmico. No quarto trimestre de 2014 (4T14), Moatize atingiu um novo recorde trimestral de 1.433 Mt, 10,6% acima do 3T14. A produção foi 111, 4% maior do que no 4T13, quando a falta de explosivos impactou negativamente os volumes de produção.

Para tal, contribuiu não só o início do *ramp up* (ampliação da produção e da capacidade da mina) da primeira fase do Projeto Moatize, mas também o transporte experimental da carga no Corredor Logístico de Nacala, *coluna vertebral* do Projeto Moatize. Apesar de sucessivos recordes, é preciso lembrar que tal sucesso acontece numa altura em que o mercado mundial de *commodities*, incluindo o carvão mineral, passava por uma das piores fases após décadas de contínuo crescimento.

De fato, conforme dito na parte 3, o preço do carvão metalúrgico atingiu seu pico em 2011, quando a tonelada atingiu os US\$ 300. Daí em diante, a cotação do carvão no mercado internacional caiu bastante, até alcançar os US\$ 70, em 2015. Na senda dessa retração e valendo-se do discurso da crise, a Vale solicitou ao governo moçambicano o relaxamento dos impostos e de outros encargos, como forma de garantir a continuidade das suas atividades. Tal pedido surge num contexto de acirradas críticas sobre a pouca contribuição dos megaprojetos para as receitas do Estado.

Mimbire (2016, p. 4) explica que a Vale tem

estado a pressionar o Governo para conceder uma série de facilidades legais e um alívio fiscal de modo a manter as suas operações. E sobre a mesa, a empresa colocou a necessidade de um regime especial, à semelhança do que o Governo está a negociar com a petrolífera americana Anadarko. As questões fiscais para a importação de explosivos e diesel, que representam um peso significativo na carteira de custos da empresa, são outros aspectos que estão sendo negociadas. A Vale argumenta que os seus indicadores de produtividade em Moçambique estão comprometidos. Os custos de diesel por tonelada de carvão utilizada, comparados aos da Austrália, outro pólo onde a mineradora teve operações significativas, são 267% mais altos, os custos com os explosivos 210% mais altos, com a eletricidade 60% mais caros e a logística é de 224% mais cara.

Já mencionamos na parte três que a baixa ou quase nula contribuição dos megaprojetos para as receitas do Estado é uma questão bastante discutida em Moçambique. Desde 2008, Castel-Branco tem vindo a demonstrar que a retórica de que os megaprojetos têm um grande impacto na economia nacional por si só, não desata o "nó" da dependência externa e da porosidade do processo de acumulação de capital no país. Para Castel-Branco (2008), em nada vale a premissa de que os megaprojetos contribuem com $\frac{3}{4}$ das exportações de bens, isso porque, dos seis megaprojetos existentes, até 2008 sua contribuição não excedia 12% do PIB. E, pior ainda, é que a sua contribuição fiscal era inferior a 1% do PIB.

Sete anos depois, isto é, em 2015; Castel-Branco voltou à carga para rebater a ideia enviesada de que os megaprojetos contribuem para o alívio à pobreza e promovem o desenvolvimento. Às avessas do discurso de desenvolvimento induzido pelos megaprojetos, Castel-Branco (2015, p.161) desvela algumas externalidades negativas que afetam a economia e a soberania do país que, em sua opinião, são reflexo das expectativas geradas em relação ao setor mineral. De fato,

Cerca de três quartos da taxa de crescimento do PIB e das exportações são determinadas por uma dezena de grandes empresas intensivas em capital, focadas no complexo mineral energético, e cujo capital é atraído pelas expectativas de acesso a recursos energéticos e minerais estratégicos. [E mais] as expectativas de fluxos de rendimentos futuros provenientes dos recursos energéticos e minerais estratégicos funcionam como garantia para o meteórico endividamento público.

Ainda em 2015, a jornalista brasileira Amanda Rossi apresentou os resultados da pesquisa feita em Moçambique. Entre outras questões, Rossi (2015) fez o levantamento do montante pago pela Vale em forma de impostos, durante os primeiros quatro anos de atuação no país. Ao contabilizar todos os tributos, a Vale pagou os valores seguintes: 6 milhões de meticais em 2008, 157 milhões em 2009, 272 milhões em 2010, 544 milhões em 2011 e 1.162 milhões em 2012. Portanto,

essas quantias totalizam o equivalente a US\$ 64 milhões. É preciso lembrar que o valor em causa refere-se também ao IVA e o IRPC que incidem, respectivamente, sobre a pessoa física e coletiva de acordo com o regime fiscal moçambicano.

No bojo da crise no mercado mundial de *commodities* e com o preço do carvão mineral despencando, a Vale Moçambique ensaiou um dos artifícios ao serviço do capital. Além do despedimento de trabalhadores, a Vale cogitou também a possibilidade de abandonar o Projeto do carvão de Moatize, em função de supostos prejuízos acumulados. Portanto, não é nossa intenção negar possíveis perdas, devido às dificuldades logísticas e a contínua queda do preço de carvão. Todavia, queremos lembrar que nos marcos da produção capitalista, a chantagem ou a manobra não é nova, tampouco é exclusiva da Vale.

Já no final da década de 1980, Braudel observara que a mudança de estratégia, que resulta na ampliação do campo de manobra, é *praxe* do capitalismo ao longo dos séculos de sua existência histórica. Ou seja, que

Todos os meios, procedimentos e estratagemas do dinheiro não nasceram em 1900 ou em 1914, precisaria dizê-lo? O capitalismo conhece-os todos e, ontem como hoje, a sua característica e a sua força são de poder passar de um estratagema para outro, de uma forma de ação para outra, de mudar dez vezes suas baterias segundo as circunstâncias da conjuntura e, assim fazendo, permanecer bastante fiel bastante semelhante a si mesmo (BRAUDEL, 1987, p. 92).

Mais recentemente, Harvey (2005, p. 47) demonstrou que as crises periódicas enunciadas e que se interpõem entre um ciclo de acumulação e outro, são próprias do modo de produção capitalista e têm a finalidade de criar as condições apropriadas para a renovação da acumulação. Nesse sentido, "as crises devem ter o efeito de expandir a capacidade produtiva e de renovar as condições de acumulação adicional. [Portanto] podemos conceber cada crise como uma mudança do processo de acumulação para um nível novo e superior".

Zhourri e Laschefski (2010, s/p), por sua vez, explicam que a chantagem, ou melhor, "a ameaça do rompimento dos seus contratos e compromissos sociais (como empregadores, assim como contribuintes para o orçamento público, com todos os setores produtivos e serviços ligados a elas), tornou-se uma arma poderosa para que os Estados cedam às demandas territoriais das corporações". E esse foi o caso da Vale.

Dessa forma e valendo-se dos artifícios inerentes ao modo de produção capitalista, a Vale propôs em 2014

Uma análise sobre a carga tributária incidente sobre toda a sua base de custos. De 2008 a 2012, a mineradora pagou apenas 64 milhões de dólares de impostos. Além dos benefícios na cobrança de *royalties* e no pagamento de imposto de renda empresarial, a Vale começou a discutir os impostos pagos para importar produtos usados nas operações, como explosivos e óleo diesel. Também tentou negociar as tarifas para usar a ferrovia de Sena. [Ou seja, a Vale] **espremia** Moçambique para tirar o máximo de sumo possível (ROSSI, 2015, p. 121, grifo nosso).

Com efeito, ainda que a Vale não tenha conseguido a redução imediata dos impostos, em parte devido ao avolumar das críticas (internas e externas) sobre a contribuição marginal dos megaprojetos para a economia nacional, a empresa conseguiu algumas vantagens. É que na esteira dessa chantagem, a Companhia não só demitiu um significativo número de trabalhadores, sobretudo estrangeiros, mas também fez um pacto com o governo da Província de Tete, para reduzir salários, cortando alguns subsídios dos trabalhadores.

Para o governo e a Vale a

medida visa evitar o despedimento em massa dos trabalhadores, em face da queda do preço do carvão metalúrgico no mercado internacional. Nós negociamos com a empresa Vale Moçambique para passar dos 18 salários para 13, e já está a fazer arranjos para diminuir o desemprego e os despedimentos (JORNAL ELETRÔNICO DEUSTCHE WELLE, edição da quinta- feira, 23 de julho de 2015).

Convém lembrar que os salários ora cortados, os contratos e as negociações foram feitos, na sua maioria, em 2013, entre a mineradora e os trabalhadores, cujo término do referido acordo estava previsto para 2017. Rebatido pelos trabalhadores e pelo sindicato da classe, o pacto alcançado entre o governo de Tete e a Vale, carburou a greve que ocorreu em fevereiro de 2016, envolvendo cerca de 1500 trabalhadores.

De qualquer forma, essa negociata segue firme e já se faz sentir no cotidiano dos trabalhadores. As palavras do operador de máquina na Vale testemunham isso:

[...] nós tínhamos benefícios só que com essa crise a empresa pensou em tirar esses benefícios. Nós recebíamos o *permanence*¹⁵⁴, mas a Vale tirou, por causa da crise, eles disseram que além de diminuir trabalhadores é preferível tirar esse direito e mantermos os trabalhadores, a Vale tirou nos os benefícios para manter os trabalhadores (Entrevista com o operador de máquina na Vale Moçambique, outubro de 2016).

Como é *praxe* no capitalismo, com o discurso da crise e a *tecnologização* dos processos produtivos, o capital, mais do que eliminar o trabalho vivo, busca

¹⁵⁴ De acordo com o operador de máquina, *permanence* corresponde ao valor pago ao trabalhador anualmente, na data em que ele completa mais um ano de trabalho. Contudo, o pagamento dessa gratificação está condicionado inexistência (na ficha do trabalhador) de um histórico de acidentes e/ou outras irregularidades durante o período de um ano.

"aumentar a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do *sobretabalho* em tempo cada vez mais reduzido" (ANTUNES, 2006, p.161). Garantindo dessa forma que, "o número dos disponíveis a preços baixos continue a crescer em ritmo rápido para atender aos caprichos do capital em suas formas funcionais minimamente mecanizadas" (BRAVERMAN, 1980, p. 325).

E no contexto moçambicano, as pressões feitas pela Vale e por outras firmas, encontram terreno fértil para prosperar, devido ao baixo nível de formação da consciência da classe trabalhadora; da repressão do Estado¹⁵⁵ e também das formas dúbias de atuação dos sindicatos¹⁵⁶ em diversos ramos de atividade. Mais do que a ação combinada entre o Estado e o capital, tais práticas se reproduzem, também, em razão da condição de pobreza na qual vive a grande parcela dos moçambicanos, ou seja, quase a metade (49, 2%) da população do país.

Os altos índices de pobreza resultam em parte da escassez de trabalho, sobretudo nas províncias, onde o operariado sente-se forçado a submeter-se às condições de trabalho degradante e a consentir a repressão salarial praticada em diversos setores de atividade, inclusive na função pública¹⁵⁷. E, como consequência disso, a classe trabalhadora é encarada pelo capitalista, antes de tudo como matéria-prima que deve ser explorada, até a exaustão, pois

Esta classe vive uma existência social e política por si mesma, fora do alcance direto do capital. Protesta e submete-se, rebela-se ou integrada na sociedade burguesa, percebe-se como classe ou perde de vista sua própria existência, de acordo com as forças que agem sobre ela e os sentimentos, conjunturas e conflitos da vida social e política. Mas a partir de então, em

¹⁵⁵ As empresas têm como forte parceiro o Estado que repetidas vezes usa o seu braço armado, a polícia para conter e reprimir manifestantes que reivindicam o simples direito de ser considerados trabalhadores ou as populações que se mobilizam para contestar as práticas nocivas das corporações transnacionais. Foi assim que aconteceu em Thophuito quando os trabalhadores paralisaram as suas atividades, como estratégia para frear as demissões em série, realizadas pela Kenmare; em Moatize, com a greve dos trabalhadores da Vale; da população de Cateme, em janeiro de 2012. É nisto que reside o papel do Estado no empreendimento capitalista, isto é, assegurar a estabilidade social para melhor operação e circulação do capital, conforme explica Wood (2014).

¹⁵⁶ Já dissemos que em Moçambique as diversas organizações que se aglutinam na chamada OTM-Central Sindical, não constitui um movimento sindical propriamente dito, no sentido de ser o braço forte que carrega as aspirações da classe trabalhadora. Porque desde o nascimento dessa agremiação, no início da década de 1980, sempre esteve sob a mira e rígido controle do Estado e do partido Frelimo, principalmente no período da experiência socialista. Com as reformas políticas, tal situação não mudou, radicalmente, mas prevalece sob novas roupagens.

A repressão salarial e a consequente degradação das condições sociais e da vida do trabalhador (mas também do não assalariado) acontecem sob os olhos e aplausos da OTM- Central Sindical.

¹⁵⁷ É interessante notar que o salário mínimo nacional em vigor na Função Pública, varia entre 3.642 MT para o setor da agricultura e atividades afins, e 10.400 MT para o setor das atividades de serviços financeiros. Considerando a taxa de câmbio de hoje (18/09/2017), o salário mínimo mais baixo, corresponde a aproximadamente US\$ 60 mensal (BANCO DE MOÇAMBIQUE, 2017). E a questão é: que tipo de vida levará uma família que, tem como rendimento mensal US\$ 60?

sua existência permanente, é a parte viva do capital, da estrutura ocupacional, modos de trabalho e distribuição pelas atividades da sociedade que são determinados pelo processo em curso de acumulação do capital. É captada, liberada, arremessada pelas diversas partes da maquinaria social e expelida por outras, não de acordo com a sua própria vontade ou atividade própria, mas de acordo com os movimentos do capital. (BRAVERMAN, 1980, p.320).

Portanto, valendo-se dos atropelos aos direitos trabalhistas e com garantias do Estado, a Vale vem acumulando recordes de produção e lucros estratosféricos, mesmo sob espectro da crise em curso. No final do primeiro trimestre de 2017 (1T17), por exemplo, a Companhia obteve

O maior lucro desde 2013. O lucro da Companhia foi de R\$ 7,9 bilhões, crescimento de 25% na relação anual. A Vale fechou 2016 muito bem e começou 2017 em grande estilo. Ficamos muito orgulhosos com essa recuperação da Companhia após vários anos, disse o diretor executivo das finanças (JORNAL ELETRÔNICO ISTOÉ, edição de quinta - feira, 27 de abril de 2017).

Na prática, esse resultado reflete o bom desempenho alcançado em quase todos os segmentos de negócios da Companhia, principalmente na produção do minério de ferro, pelotas, minério de manganês e carvão. Na tabela 3, observa-se que a produção do carvão mineral no Projeto Moatize cresceu substancialmente, sobretudo entre os dois primeiros trimestres de 2017. Nesse período, a variação da produção foi negativa em quase todos os segmentos de negócios, com a exceção do minério de ferro e do carvão mineral.

No que tange ao carvão de Moatize, a variação positiva (142.8%) da produção verificada entre o 2T17 e 2T16, deveu-se: aos sucessivos recordes mensais das duas plantas de processamento (*Coal Handling and Preparation Plant* - CHPP1 e CHPP2. A CHPP2 manteve o *ramp up* consistente, aumentando sua produção em 18%, em comparação com o 1T17, alcançando assim, novo recorde de produção mensal de 511kt em junho e, elevando a produção total para 1,1 Mt. O aumento da produção ocorreu nos dois tipos de carvão (VALE, 2017).

Tabela 3 - Resumo da produção da Vale no 1T17 e 2T17 comparando a variação (%) da produção entre 2T17 e 2T16

Mil toneladas métricas (Mt)	2T17*	1T17	2T16	% variação	
				2T17/1T17	2T17/2T16
Minério de Ferro	91.849	86.198	86.823	6,6	5,8
Pelotas	12.215	12.422	10.049	-1,7	21,5
Minério de Manganês	507	544	553	-6,8	-8,2
Carvão (Moçambique)	3.037	2.434	1.251	24,8	142,8
Níquel	65,9	71,4	78,5	-7,8	-16,1
Cobre¹	102,7	109	107,4	-5,8	-4,4
Cobalto	1.413	1.259	1.312	12,2	7,7
Ouro (milhares de onças)	105	137	118	-23,4	-11

Fonte: Vale S.A (2017), Org.: Eduardo Bata (2017).

Notas: 1- As quantidades incluem a produção da mina de Lubambe, na Zâmbia.

* 2T17- segundo trimestre de 2017; * 2T16- segundo trimestre de 2016;

* 1T17- primeiro trimestre de 2017.

Para o bom desempenho desse segmento de negócios, foi decisiva a recuperação do preço do carvão mineral nos principais mercados. A tonelada do carvão metalúrgico (principal produto da mina de Moatize), por exemplo, passou dos anteriores US\$ 90, para US\$ 310 ao término de 4T16; a mesma quantidade foi transacionada a US\$ 186,8 no 1T17. E, por fim, os custos de produção por tonelada colocada no Porto de Nacala reduziram em 14%, isto é, dos anteriores US\$ 97,8 a tonelada no 4T16, para US\$ 83,9 a tonelada no 1T17 (VALE, 2017).

Porém, o curioso em tudo isso é que, apesar dessa ligeira e contínua recuperação do preço do carvão de coque, a Vale ainda fala em prejuízos, argumento que segundo a Companhia justifica a política de desinvestimento; a venda da participação acionária no Projeto Moatize e na CLN, bem como a manutenção dos cortes salariais estabelecidos no período da crise.

Portanto, a não socialização dos ganhos, mesmo em tempos de expansão é prática comum de muitas empresas capitalistas, conforme explica Furtado (1969) que, na periferia do capitalismo os prejuízos decorrentes das crises cíclicas são socializados com os trabalhadores. E, nas fases de expansão, os ganhos não são socializados e sim privados, sendo que os trabalhadores não recuperam sequer as perdas que tiveram durante a crise. Essa é a síntese de toda exploração da classe trabalhadora, sobretudo nos países periféricos do capitalismo, onde o uso e o abuso da força de trabalho só esbarram nas questões físicas e morais (MARX, 1996).

1.3 LUCRO À CUSTA DE VIOLAÇÕES: somos uma Vale de todos?

Se movem como donos do mundo [...] Como recibo e o que mais precisarem para demonstrarem que são senhores de todos os níveis, acima e abaixo do solo, de um lado a outro da vida Conjugam verbos como dividir, lucrar, possuir, mandar [...] (Didi Travesso, central Sindical Popular Coluntas).

Em quase todos os locais onde a Vale está presente é possível encontrar, quer seja em calendários, nos escritórios, agendas e outros materiais da empresa, *credenciais* como: somos uma empresa sustentável; somos uma Vale de todos; respeitamos as tradições locais, entre outros títulos que buscam conferir uma boa imagem à Companhia. Entretanto, essa metáfora nem sempre corresponde à realidade, conforme demonstraremos.

O mais significativo dessa narrativa é que, tanto os trabalhadores no ativo quanto os antigos empregados da Vale, são treinados para reproduzir, fielmente, esses conceitos, por outras palavras, trabalhar ou ter sido trabalhador da Vale, pressupõe uma devoção total à empresa. É claro que isso é válido, também, para outras firmas, sobretudo do setor mineral e petrolífero. De fato, essa fidelidade torna-se bastante evidente no discurso de um dos supervisores da área de desenvolvimento social da Vale Moçambique que diz " [...] eu tenho até orgulho de afirmar que nós estivemos num processo que foi implementado de forma mais transparente possível, no sentido de criar oportunidades até para as pessoas" (Entrevista com os supervisores da área social da Vale, outubro 2015).

Portanto, é no mínimo estranho que esse trabalhador, assim como os outros dois que entrevistamos, qualifique, de ótimo, o reassentamento realizado pela Vale em Cateme e no bairro 25 de Setembro em Moatize, porque, tanto para os reassentados quanto para a sociedade civil moçambicana, esse processo foi um ato de manipulação, de falsidade e de imposição. Retomar-se-á esse debate mais adiante.

Valendo-se dos discursos pretensamente bons (*o gigante bonzinho*), fruto do trabalho devoto do Departamento de Comunicação e Imagem da Vale, a Companhia busca incansavelmente transmitir uma imagem que a vincula a boas práticas, ao

comprometimento com o desenvolvimento e equilíbrio socioambiental. Trata-se, pois das alegações cativantes, no dizer de Halliday (1987). Nos trechos que se seguem é notável o esforço dos supervisores da Vale Moçambique, para rebater as críticas sobre o reassentamento e, dizem:

[...] pode crer que nós não tivemos muitos pesquisadores e, nem temos que estudaram o reassentamento no sentido de sentar, falar com as pessoas. São jornalistas muitos que passaram por aqui e que foram a Cateme e nós desde o início sempre estivemos abertos para ouvir pessoas, no sentido de uma pesquisa em que há recolha de dados há cruzamento de informação e **o que está a citar aqui a gente reconheceu e o meu colega participou em algumas, foram poucas e nós fomos**. Mas estudar o reassentamento até porque esse é um processo recente [...] (Entrevista com os supervisores da área social da Vale, outubro 2015, grifo nosso).

E a outra colega encerra:

[...] uma das coisas que eu vejo como um aspecto bastante negativo desse processo, porque você ser apontado dedo é muito simples, **mas aqui tentou-se fazer o melhor possível dentro das condições que foi colocadas para que fossem feitas as coisas**. Nas audiências públicas que houve e você pode verificar as listas de presença até porque é obrigatório e aberto, podemos contar aos dedos, quais foram as organizações que participaram do processo das audiências públicas para vir dar o seu contributo, **em nenhum momento essas organizações que hoje defendem essas teses estiveram lá dando a sua contribuição, então hoje é mais fácil você dizer poderia ter ido por este caminho ou por aquele, mas poderiam ter indicado lá no momento das audiências públicas até porque eles eram parte do processo, a responsabilidade não está só na empresa e nem só no Governo [...]** (idem, grifo nosso).

Nos dois trechos de entrevista, é evidente que a estratégia dominante é rebater a crítica pela crítica, tentando, ao máximo, repartir a culpa pelo fracasso do processo de reassentamento. Entretanto, uma questão que foge do controle dos rebatedores é que, em dado momento, são eles mesmos que admitem falhas, num processo que anteriormente o descreveram como perfeito.

Além disso, não corresponde à verdade a afirmação de que no contrato assinado entre o governo e a Rio Doce Moçambique recomenda-se que o reassentamento deva obedecer aos parâmetros do Banco Mundial ou da IFC. Essa recomendação somente aparece no contrato assinado entre a Riversdale Moçambique e o governo, conforme veremos mais a frente. De qualquer forma, as contradições no discurso dos entrevistados sinalizam que, no contexto do conflito instalado entre a Vale e a comunidade reassentada, a justificação é necessária para responder a crítica.

Por outro lado, o discurso pretensamente colaboracionista da Vale (no sentido de cooperar com os pesquisadores) se esvanece se tomarmos em consideração as

dificuldades que muitos investigadores têm e que inclusive nós tivemos, para conversar com a Vale e visitar a mina, conforme dissemos na parte dois. Uma síntese sobre as dificuldades e o modo de atuação das empresas, é apresentada por Cambrão (2016, p. 224), que relata o seguinte:

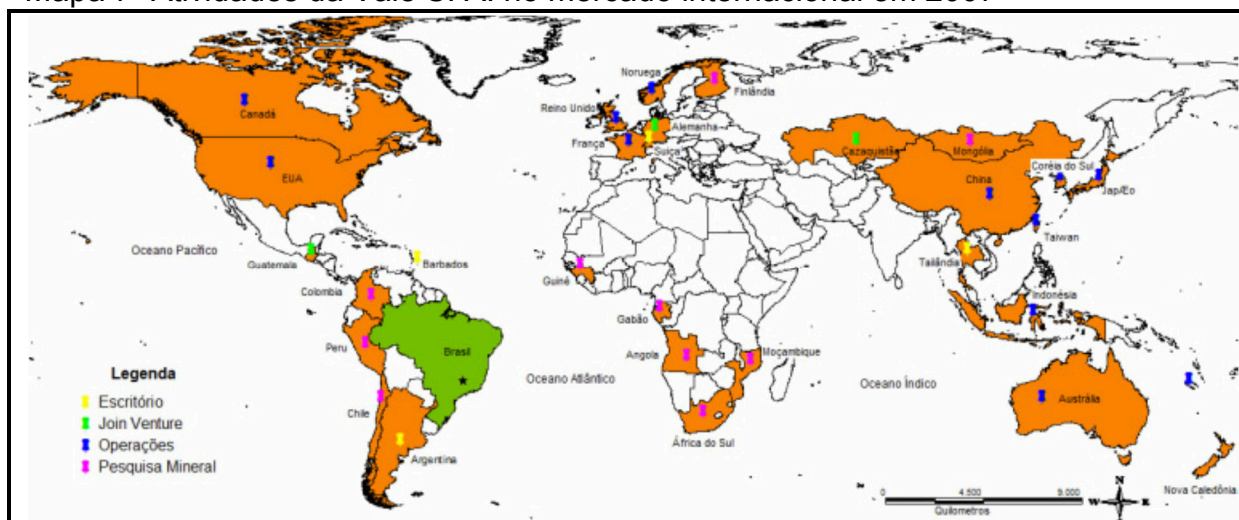
As empresas mineiras manifestaram uma clara prepotência na recusa de prestação de informação a equipas de estudo e da sociedade civil. Alguns pedidos de entrevistas foram protelados e acabaram não acontecendo. Nas visitas aos locais de exploração quando irrecusáveis pela origem da solicitação, muitas respostas às perguntas formuladas não aconteceram [não foram respondidas?], sob alegação de ser matéria da competência de outros departamentos no quadro da forte hierarquização e departamentalização de funções das empresas de grande dimensão. Chegava-se à arrogância e o desprezo perante a nossa presença e, muito mais grave, em relação aos cidadãos reassentados, ao afirmar-se serem os melhores reassentamentos do mundo.

Mas a arrogância dos trabalhadores da Vale Moçambique, por exemplo, já tinha sido denunciada por Cabanelas et al. (2011), num relatório intitulado *Os senhores da terra: análise preliminar do fenómeno de usurpação da terra em Moçambique*, uma publicação conjunta entre a Justiça Ambiental e a União Nacional dos Camponeses. Retomemos, então, a análise das contradições ocultas nos recordes de produção e de lucro alcançados pela Vale Moçambique.

Portanto, se os números não informam; o discurso não revela os meandros de atuação daquela que foi considerada, em 2012, a pior empresa do mundo. Na verdade, a estrada pela qual caminha o sucesso da Vale é enredada por um histórico de sucessivas agressões ao ambiente, violação dos direitos humanos e trabalhistas, perseguição dos sindicatos e dos movimentos sociais, ações de espionagem aos trabalhadores da própria empresa. Esse quadro sugere, assim por dizer, a necessidade de se "olhar sempre para o fundo do poço, até a massa profunda da água, da *vida material* que os preços do mercado tocam, mas não penetram e nem sempre agitam", conforme expõe Braudel (1987, p. 39), porque de contrário, corre-se o risco de ocultar a essência das coisas.

Nesse sentido, a lista dos atropelos aos direitos humanos perpetrados pela Vale e/ou suas subsidiárias espalhadas pelos cinco continentes (Mapa 7) é extensa de, tal modo que, não caberia apresentá-la na sua totalidade. De todo modo, um ponto de partida sobre os conflitos socioambientais perpetrados por essa transnacional de matriz brasileira pode ser encontrado em Marshall (2012; 2014); Coelho (2015; 2016), Bata e Barreira (2015); Relatório de insustentabilidade (2015), somente alguns exemplos.

Mapa 7- Atividades da Vale S. A. no mercado internacional em 2007



Fonte: Costa (2009).

No mapa 7, nota-se que a Vale está presente em quase todo o mundo seja, por meio de *joint ventures*, escritórios, pesquisa mineral ou então, através de licença de pesquisa mineral. No artigo *A gigante mineradora brasileira Vale*, Judith Marshall denuncia a dissonância prevalente entre a imagem empresarial projetada pela Vale e a realidade de fato em todas suas operações mundiais. Ou seja, o discurso de progresso, de respeito pela cultura, tradições locais, sustentabilidade e de consideração pelos direitos humanos propalado pela Vale, cai por terra quando confrontado com a realidade em muitas frentes de mineração da Vale.

No Canadá, por exemplo, onde a Companhia opera uma das maiores minas de níquel do mundo, além do histórico de greves que duraram respectivamente onze e dezoito meses,

A relação entre trabalhadores e administração foi banalizada com a insistência da Vale em grandes concessões do sindicato como condição para ir à mesa de negociações. Neste âmbito, a posição da Vale desrespeitou todas as práticas aceitas nas tradições canadenses em negociação coletiva e equivaleu a um ataque frontal a cultura de trabalho em vigor (MARSHALL, 2014, p. 176).

Além disso, foi também no Canadá que, com recurso à *mão de ferro* sobre os trabalhadores canadenses, a Vale conseguiu impor seus padrões de relacionamento entre os empregados e a empresa. Isto é,

O que teve importância para a Vale nesta negociação foi o realinhamento dos empregados no Canadá no mesmo tipo de relacionamento laboral que a empresa tem com os seus empregados no resto do mundo. Este relacionamento envolveu três assuntos cruciais: plano de pensão, bônus e a cadeira de comando entre o empregador e empregado sem intervenção direta do sindicato (idem).

No concernente aos cuidados sobre a saúde e a segurança do trabalhador, dados da própria empresa revelam que pouco tem sido feito nessa esfera. Em 2016, por exemplo, a Vale investiu somente US\$ 3 milhões para todas as operações de carvão dispersas pelo mundo afora, cujo maior investimento nesse segmento está concentrado no Projeto Moatize (VALE, 2017). Segundo Marshall (2014, p.177), a Vale tem um histórico abismal de saúde e segurança desde que assumiu o controle das operações canadenses,

Com cinco mortes desde 2011, uma em Thompson e quatro em *Sudbury*. Quer no subsolo ou na fundição e refinaria, a Vale tornou-se mais perigosa do que antes. Remoção de acidente, incidente e formulário das preocupações 079 [formulário que incentiva qualquer trabalhador a fazer um relatório, mesmo que seja apenas para registrar uma preocupação], evisceração de programa de treinamento e encomenda de peças baratas da China são três exemplos.

Na verdade, o quadro de precarização do trabalho que coloca em risco a segurança dos trabalhadores em frentes de trabalho, foi também apresentado pelo operador de máquina na Vale Moçambique. Nas suas palavras,

[...] lá a gente não toma nada, só a empresa costuma nos dar máscara para proteger, mas a máscara só não é suficiente, só que se eu estou lá é porque não há emprego mesmo. Muitos colegas estão doentes, problema de coluna, tuberculose, a empresa não dá leite a não ser você comprar com o seu próprio salário. E nós já reclamamos sobre essa exposição, mas empresa não diz nada, simplesmente, diz vão trabalhar (Entrevista com o operador de máquina na Vale Moçambique, outubro de 2016).

Atento ao discurso do operador de máquina, dois aspectos demandam atenção especial: primeiro é que há, no seio deste, e quiçá de outros trabalhadores, a consciência do risco ao qual estão expostos durante as suas atividades na mina, em função da insuficiência dos Equipamentos de Proteção Individual, os designados EPI. O segundo e, mais preocupante é que, ainda que os trabalhadores reclamem sobre prováveis riscos à sua saúde, a Vale Moçambique pura e simplesmente orienta-os para trabalhar, transmitindo desse modo, a ideia de que para a Companhia interessa somente a produção e não a saúde do trabalhador, enquanto esse conseguir trabalhar, pois quando não mais puder, ele será descartado.

Karl Marx, ao analisar a jornada de trabalho, bem assim os limites dela, parte da seguinte premissa: a força de trabalho é comprada ou vendida, em função de seu valor. Sendo seu valor uma mercadoria em meio a tantas outras, ele é determinado pelo tempo de trabalho necessário à sua produção. Portanto, se aplicarmos essa leitura marxiana ao contexto de Moatize fica exposto que, o apelo ao trabalho

ignorando os riscos potenciais à saúde física e psicológica dos trabalhadores, visa o cumprimento do tempo necessário para a produção e, por consequência, as metas estabelecidas e, não à manutenção da saúde do trabalhador.

Visto sob ângulo do processo de trabalho em si, a recomendação para que os trabalhadores continuem trabalhando, apesar dos perigos mencionados, objetiva o aproveitamento máximo do tempo em que a Companhia "comprou" a força de trabalho, pois como se sabe, essa relação cotidiana é mediada pela duração da jornada de trabalho que é, portanto, síntese da luta de classes. É considerando tais sutilezas que Marx (1996, p. 347) descreve o capitalista, comprador da força de trabalho, como

Capital personificado. Sua alma é alma do capital. O capital tem um único impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais- valia, de absorver com sua parte constante, os meios de produção, a maior massa possível de mais- trabalho. O capital é trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo chupa. O tempo durante o qual o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou. Se o trabalhador consome seu tempo disponível para si, então rouba ao capitalista.

A essas condições de atuação da Vale, somam-se aspectos pouco íntegros, como por exemplo, o racismo que desmentem a ideia vendida pela Companhia. Na pesquisa intitulada, *A Vale em Moçambique: uma etnografia das relações entre brasileiros e moçambicanos no cotidiano dos megaprojetos*, Yssysay D. Rodrigues (ex-funcionária do PCM e do CLN), traz pra o debate, questões candentes que marcam a *vida* do Projeto de Carvão de Moatize. Além do racismo velado perpetrado por alguns brasileiros contra moçambicanos, também empregados da Vale, Rodrigues (2015) revela outros flagrantes como, o aumento da pressão no trabalho e, sobretudo a vigilância perpétua aos trabalhadores, mesmo fora do local e do horário de trabalho.

Conforme destacou,

Joana e André, funcionários do PCM, a pressão pelo ritmo de trabalho atualmente, na operação é muito maior, assim como a vigilância do Projeto sobre a vida de seus funcionários mesmo fora do horário de trabalho. Se um superior ou alguém da área da saúde e segurança ver um funcionário bebendo à noite nos bares da cidade, irá caçá-lo no dia seguinte para fazer exame de bafômetro. Há uma caça às bruxas, relacionada à necessidade de diminuição de pessoal frente ao desacelaramento do mercado do carvão (RODRIGUES, 2015, p.72).

Contudo, a atitude sagaz da Vale Moçambique não é de tudo surpreendente e, nem novidade no campo do poder capitalista. Já antes, Karl Marx enunciara que,

na senda da produção capitalista, que é simultaneamente a produção do espaço e a transformação da própria natureza, o operário "trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence seu trabalho" (MARX, 1996, p.303). Mais recentemente, o filósofo francês Michel Foucault (atento ao curso da sociedade de seu/nosso tempo), esboçou no livro *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, um esquema interpretativo que possa iluminar-nos para o entendimento do caráter, não só da Vale, mas também outras e de todas as empresas capitalistas.

Por exemplo, o controle da atividade, cujo ponto primacial é o horário tem em vista o cumprimento de três grandes processos: estabelecer as cesuras, obrigar a ocupações determinada e regulamentar os ciclos de repetição. Nesse ordenamento, esses e outros dispositivos de poder buscam garantir

A qualidade do tempo empregado: controle ininterrupto, pressão dos fiscais, anulação de tudo o que possa perturbar e distrair. Trata-se de construir um tempo integralmente útil. O tempo medido e pago deve ser também um tempo sem impureza nem defeito, um tempo de boa qualidade, e durante o seu transcurso o corpo deve ficar aplicado a seu exercício. A exatidão e aplicação são, com a regularidade, as virtudes fundamentais de tempo disciplinar. [portanto] define-se uma espécie de esquema anátomo-cronológico do comportamento (FOUCAULT, 1999, p. 129).

Sob as agruras da crise, a vigilância cumpre outro papel não enunciado por Foucault, mas denunciado pelos trabalhadores, portanto, a caça às bruxas. Uma campanha meticulosamente planejada que tem por finalidade reunir fatos conducentes à demissão de trabalhadores por justa causa - um atalho para encolher ainda mais os gastos da empresa, mas sem perder a competitividade e o lucro.

Por sua vez, o discurso de adaptação dos megaprojetos e, no caso específico da Vale, ao território e aos costumes locais não corresponde a verdade, pois, conforme explica Rodrigues (2015, p.175) que na "vivência em campo pude presenciar acusações de ociosidade inerentes aos moçambicanos e conflitos com trabalhadores em função, por exemplo, de faltas relacionadas às cerimônias de falecimento", cuja duração varia de uma etnia para outra.

Assim, a intensidade do ritmo de trabalho e a suposta ociosidade dos trabalhadores moçambicanos no Projeto de Carvão de Moatize foram também mencionadas pelo operador de máquina na Vale e, lamenta

[...] as dificuldades não faltam, para mim lá, por exemplo, eu mexo com máquinas e máquinas, lá é uma mina a céu aberto durante esse percurso de remover aquele material eu fico cansado, bem cansado e quando falo com o meu chefe, chefe estou a pedir para descansar ele não aceita, e diz se veio aqui para trabalhar é para trabalhar mesmo, não há moleza, vocês africanos são muito preguiçosos e ociosos, não querem trabalhar, mas

querem receber, por isso são pobres mesmo (Entrevista com o operador de máquina na Vale Moçambique, outubro de 2016).

Com uma posição confortável no *ranking* das piores empresas do mundo, a Vale é no horizonte a mineradora com maior número de conflitos socioambientais pelo mundo afora. Coelho (2015) rastreou os principais conflitos envolvendo a Vale ou suas subsidiárias e identificou entre outras violações as que a seguir apresentamos:

(i) a divulgação em 2012, de uma eleição organizada pelas ONGs *Greenpeace* e Declaração de Berna que intitula a Vale pior empresa do mundo;

(ii) a realização em 24 de outubro de 2013, de uma audiência pública no Senado federal (do Brasil) com o intuito de discutir as acusações de um ex-funcionário da Vale de que a empresa espiona movimentos sociais, ativistas, militantes, políticos e os próprios funcionários;

(iii) o embargo da Companhia de Siderurgia (TKCSA) em 2010, pelo Ministério de Trabalho e a multa imposta pelos órgãos ambientais várias vezes, no Rio de Janeiro;

(iv) As mortes constantes causadas por atropelamentos na Estrada de Ferro dos Carajás (EFC), que dilacera comunidades inteiras, dificultando a sociabilidade. Só em 2012, foram 175 mortes registradas;

(v) a retirada compulsória das famílias em Moatize para dar lugar ao Projeto de Carvão de Moatize;

(vi) a aplicação de uma multa no valor de US\$ 1 milhão pelo Ministério de Trabalho de Ontario, no Canadá pela morte de dois trabalhadores na mina de *Stobie* em *Sudbury*, cidade na qual se concentra a grande parte das operações para a extração de níquel, cobre e outros metais.

Certamente, poder-se-ia acrescentar a essa interminável lista, a tragédia de Mariana, da mineradora Samarco, controlada pela Vale e pela BHP Billiton, bem como o rompimento da bacia de decantação da Vale Moçambique em Moatize, em 2011. Diante desse quadro que não espelha, nem de longe, o universo das agressões perpetradas pela Vale ou suas subsidiárias, convém destacar em jeito de síntese que: há no nosso entendimento, uma Vale que se apresenta nos panfletos; nas agendas, nos uniformes, na mídia, quer dizer, a Vale do Departamento de Comunicação e Imagem, ou então, a Vale das credenciais, das alegações cativantes e dos apelos, conforme Halliday (1987).

Em outro extremo, existe a Vale que se apresenta diante das comunidades nas quais opera; de atuação mais áspera e, sem o mínimo de respeito pelas comunidades atingidas por suas operações, isto é, uma Vale que, em nada se identifica com a Vale supostamente benévola a essas comunidades. Portanto, o discurso legitimador utilizado pela Companhia, quando analisado profundamente revela a dissonância, a contradição presente entre a metáfora empresarial projetada e a realidade, no dizer de Marshall (2014). Trata-se de uma retórica que busca veicular boa imagem, o que Halliday (*op.cit.*, grifo da autora), denomina estatuto de *persona grata*, ou então, a legitimação das organizações pela palavra, como estratégia para rebater as críticas e as conotações negativas atribuídas às Companhias. Aliás, é pela *porta* da contradição que vieram as críticas de Valério Vieira, presidente do Sindicato Metabase Inconfidente.

No seu discurso numa das reuniões entre administração da Vale e os sindicatos, Vieira diz,

Eu disse a ele [Murilo Ferreira] e aos presentes que cada vez que temos uma reunião com administração da empresa nos é dito que as coisas estão melhorando, mas há uma contradição. O que se diz no Rio é ao contrário do que acontece no terreno em Minas [e em todo lugar onde a Vale está presente]. Os acidentes de trabalho continuam e estão sendo cobertos. O assédio por parte dos gestores nunca foi tão intenso [como agora]. As punições injustas e demissões são de proporções tais que será difícil convencer o sindicato Metabase Inconfidentes em nossos membros e que as coisas vão mudar. Sr. Presidente, você terá que convencer-nos, porque até agora, nada mudou (VIEIRA, 2011, citado por MARSHALL, 2012, p. 8).

Portanto, nota-se que a retórica da Vale corresponde, por assim dizer, a um ato de desespero diante do crescimento dos movimentos de repúdio e desaprovação. Trata-se, assim, de um intenso trabalho que,

Ao longo dos últimos anos a Vale vem se empenhando em construir. Uma imagem pública de empresa social e ambientalmente responsável. Essa ação faz parte da estratégia de utilização do termo "sustentabilidade", que passa a ser considerado um dos requisitos para tornar a empresa mais competitiva e valorizada no mercado. A venda de uma imagem "verde" e amiga do planeta tem maiores chances de ganhar a simpatia dos consumidores e investidores- principalmente na Europa e nos Estados Unidos (RELATÓRIO DE INSUSTENTABILIDADE, 2015, p. 13).

E, por fim e, mais importante, a porosidade do discurso da Vale fortalece, a tese de que o sucesso dela e de outros consórcios capitalistas, em vários segmentos de negócios, é obtido por meio de chantagens feitas ao Estado; à custa de violações; da repressão salarial; arrogância; a privatização/cercamento de bens comuns; água e ar, por exemplo, do cerceamento da vida dos grupos com posições

sociais desiguais; terceirização; da intensificação do trabalho, entre outros aspectos que marcam o contínuo e renovado processo de acumulação de capital, comandado presentemente pelas corporações transnacionais.

1.4 NO RASTRO DA VALE: tantas Companhias na rota do carvão mineral de Moatize

Na parte dois assinalamos que o governo, no esforço de conferir legitimidade à atividade mineira, eleita como a engrenagem para o desenvolvimento econômico do país, aproveitou-se também do axioma da rigidez locacional da mineração. Um discurso meticulosamente elaborado e fundamentado na premissa de que o minério e, no caso, o carvão mineral, deve ser lavrado onde a natureza o colocou e não onde a comunidade deseja (FREIRE 2010). Na prática, porém, sabe-se que a retórica do governo visa amparar o modelo minero exportador, consubstanciando, dessa forma, o caráter extrativo da economia nacional.

No livro, *Vão do Paranã: a estruturação de uma região*, Celene Barreira delinea os caminhos que ditaram a integração de Goiás na dinâmica nacional e o efeito desse processo na reorganização do território goiano no século passado. No seu entender, a incorporação e a modernização de Goiás, deveu-se, tanto "a fatores de natureza histórica, mas, sobretudo geográficas: a proximidade do eixo econômico do sudeste e as condições naturais" (BARREIRA, 2002, p.157).

Se aplicarmos essa análise ao contexto de Moatize, fica evidente que a integração desse Distrito no circuito mundial de produção de *commodities* minerais, resultou de uma concatenação de tempos e de fatores, quer de natureza histórico-geológico, quer de ordem econômica, principalmente. Ao focalizarmos a atenção na questão histórica e geológica, compreende-se nitidamente que Moatize nasceu e, sobretudo, se consolidou como Distrito devido, em grande medida, ao seu potencial geológico que, já desde o período colonial, atraiu várias empresas mineiras. Lado a lado com os aspectos geológicos, aspectos de natureza econômica, foram decisivos para a autorização da atuação dos consórcios internacionais, em distintas etapas da vida política e econômica do país, mas quase sempre sob o mesmo signo: estimular o crescimento econômico e gerar mais emprego. Com as devidas ressalvas.

Em primeiro lugar, porque a mineração embora seja um catalisador do crescimento econômico, da ampliação do *capital humano* e da institucionalização do

ambiente, ela por si só não é a solução dos problemas estruturais, da expansão do emprego e, sobretudo da desconcentração da renda. Em segundo lugar e, mais decisivo, a materialização dessas e de outras questões centrais para o desenvolvimento do país, carece de políticas públicas adicionais e orientadas, o que efetivamente não existe e/ou não é visível em Moçambique (ENRÍQUEZ, 2008).

Na nova investida sobre o carvão de Moatize, são também questões de cunho econômico que insuflam o discurso e pautam as estratégias de desenvolvimento adotadas pelo governo de Moçambique por meio da Resolução n. 24/2000, a qual elegeu como prioridade nacional, a revitalização das minas de carvão de Moatize e o setor extrativo como a via para o tal desenvolvimento nacional. As salvaguardas legais para esse projeto estão em vários documentos de entre eles, a anterior legislação de minas (Lei n.14/2002), precisamente no art.º 43, que determinava que "o uso da terra para operações mineiras tem prioridade sobre outros usos da terra" (MOÇAMBIQUE, 2002, p. 219).

Portanto, a prioridade atribuída ao setor da mineração, ou melhor, a *modernização mineira*, no dizer de Zhouiri e Laschefski (2010), combinada com a modernização ecológica, tem alimentado o Discurso Minerador de Desenvolvimento e constitui a base do padrão, minero-exportador, denominado por Lisboa e Barros (2009) de modelo predatório de desenvolvimento. Na verdade, o entendimento do governo não é de tudo vago. Analisemos a participação desse setor na composição do PIB nacional.

Dados do *African Development Bank* (2013) indicam que a indústria extrativa nacional cresceu 22%, em 2013, impulsionado, principalmente pelo início da produção do carvão, que aumentou das anteriores 4.8 milhões de toneladas em 2012, para 7.5 milhões de toneladas. Essa variação positiva adicionou perto de US\$ 6 bilhões do Investimento Direto Estrangeiro.

Por sua vez, dados do DANWATCH (2015)¹⁵⁸ mostram que a indústria extrativa nacional, no geral, contribuiu com 2% do PIB em 2012, percentual que vem crescendo ao longo dos anos. Em termos de receitas/impostos, as empresas do setor de hidrocarbonetos (gás) contribuíram com 60%, e as firmas do setor mineiro

¹⁵⁸ É uma instituição de pesquisa independente e de jornalismo investigativo dinamarquês. Seu foco de investigação são os Estados, bem como os impactos das Companhias nos seguintes esferas: ambiente e direitos humanos.

com 20% das receitas líquidas arrecadadas pelo Estado, o que em grande medida corroborou a taxa de crescimento econômico (7,4%) anual alcançada em 2012.

Recentemente, dados da *Economic Commission for Africa* (ECA) retrataram a dependência instituída entre esse setor e a economia do país como um todo, de tal modo que a retração do setor extrativo significa, automaticamente, a queda das receitas em formas de impostos coletados pelo Estado, e foi isso que aconteceu em 2015. Após três anos de contínuo crescimento, em 2015 a taxa de crescimento do PIB nacional foi de 6,6%, comparado a 7,2% registrado em 2014. Essa contração reflete o desacelaramento da economia em nível internacional que, internamente, se traduziu na queda da demanda e dos preços dos produtos primários e, por conseguinte, o baixo desempenho da indústria extrativa nacional (ECA, 2017). Por isso, é correto afirmar que a indústria extrativa tem sido, nos últimos anos, a locomotiva que puxa a economia nacional, ainda que tal não se traduza em ganhos reais para a população moçambicana, sobretudo aquela diretamente afetada por esses empreendimentos, ainda que a população seja a mais prejudicada.

De todo modo, o cenário ilustrado pela ECA, mais do que expor a dependência da economia do país em relação ao ciclo de *commodities* que, por certo, é instável, revela objetivamente que está em curso a construção de uma economia de especialização reversa, ou então, a reprimarização da economia, no dizer de Bittencourt, Bossi e Santos (2012) fato que, para Moçambique, representa em grande medida a transição de uma economia de serviços para uma economia extrativa, conforme afirma Castel-Branco (2010).

No país, o movimento de transição pode ser facilmente detectado, por exemplo, se forem analisados os dados referentes ao aumento do número de pedidos de licenças mineiras. Tal análise dispensa qualquer destreza, visto que se percebe com relativa facilidade o adensamento e o espraiamento dos pedidos de concessão mineira em quase todo o território nacional. Nesse âmbito, entre prorrogação pendente; licença em vigor; aprovação pendente; atribuição pendente; área para concessão, entre outras denominações, o *Mozambique Mining Portal*¹⁵⁹ mostra um país abarrotado e totalmente loteado, cujo cerne das "disputas" é a região Centro e Norte de Moçambique, conforme ilustra a Figura 5.

¹⁵⁹ Disponível em: <<http://portals.flexicadastre.com/mozambique/pt/>> Acesso em: 7 set. 2017.

De acordo com o Portal, até ao momento foram emitidos para todo o país cerca de 451 licenças de toda a natureza (prospecção e pesquisa, reconhecimento) e 5 contratos mineiros estão em vigor. Vale lembrar que o número de contratos anunciado no Portal não confere com a quantidade de empresas que estão atualmente na fase de desenvolvimento. Ou seja, há contratos recentes como, por exemplo, o do consórcio *GK Ancuabe Graphite Mine*¹⁶⁰, localizado em Cabo delgado, cuja etapa de produção iniciou em junho de 2017, que não constam no Portal.

Seja como for, o volume de licenças e de outro tipo de autorização indica o aumento do interesse pelos recursos minerais nacionais por parte das grandes corporações transnacionais, atraídas não só pela riqueza mineral do país, mas também pelas facilidades e incentivos fiscais oferecidos pelo governo. É a denominada a assistência governamental, nas palavras de N'krumah (1967).

Figura 5 - Cadastro mineiro de Moçambique por tipo de concessão mineira, destacando a Província de Tete e Maputo



Fonte: DANWATCH (2015).

¹⁶⁰ GK Ancuabe graphite mine é uma firma de capitais alemãs que opera na extração e processamento de grafite no Distrito de Ancuabe. A produção do grafite no país que esteve paralisada durante 18 anos. A empresa investiu cerca de 18 milhões de euros para a reabilitação e ampliação da planta de processamento, aumentando desse modo, a capacidade de produção das anteriores 6 mil toneladas para 9 mil toneladas por ano. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OG3g94-zL2I&t=1358s>>. Acesso em: 29. jun. 2017.

Na verdade, o aumento da demanda por licenças, o que configura uma nova "partilha do país", é apenas a ponta do *iceberg*, considerando outros problemas que vieram a reboque desse processo. Além da remoção da população das suas antigas comunidades, a corrida para os recursos minerais desenvolveu também o negócio de títulos mineiros. Matos (2016) assinala que, embora a legislação de minas dê prioridade pra a atribuição da concessão às Companhias que previamente obtiveram a licença de prospecção e pesquisa, a prática tem demonstrado que algumas empresas são meros atravessadores, que após a obtenção da licença, transferem seus direitos para outras empresas. Foi isso que ocorreu entre

2003 a 2006, muitas empresas solicitaram a licença de prospecção e pesquisa e, ao término do prazo da licença, as áreas solicitadas passaram a ser concessão mineira de outras empresas. São os exemplos da Nkondezi Coal Project e Minas de Revubué que não tinham a licença de prospecção e pesquisa, mas são detentoras de concessão (MATOS, *op.cit.*, 190).

No entender do autor, a especialização de algumas firmas no negócio de licenças é resultado do próprio jogo do mercado e da lógica dos ciclos de mineração. Isso porque, ainda que o início da exploração de determinado recurso mineral esteja condicionada à garantia de um mercado capaz de absorver pelo menos 50% do total da produção, a natureza "instável desse mercado acaba favorecendo a especulação, isto é, faz parte do jogo das empresas, pois podem querer assegurar as reservas, mas esperar que o preço melhore para garantir altos lucros" (MATOS, 2016, p.191).

Visando acautelar essa questão, a legislação de minas, mais especificamente algumas cláusulas em cada contrato, impõem ao concessionário a obrigação de iniciar suas atividades, até no máximo três anos, após a aprovação ou assinatura deste. Esse prazo varia, ligeiramente, em função do mineral objeto do acordo. No caso do gás, por exemplo, a lei dá, até no máximo sete anos, para o início da atividade e, findo esse prazo, o contrato é considerado extinto e a área/bloco revertido a favor do Estado.

De qualquer forma, nem mesmo isso consegue inibir a especulação, visto que as cláusulas contratuais são, habilmente, contornadas, a partir de duas estratégias: a primeira consiste em explorar até no mínimo 20% da área de concessão e, a segunda, que também foge do controle do governo, é "declarar quantidades menores de exploração para que os 20% seja uma exploração diminuta, enquanto se aguarda a melhora do preço no mercado internacional" (MATOS, *op.cit.*, p.192). É

provável que seja esse o truque dominante entre as firmas que operam no país, frente às "limitações" dos órgãos do Estado para fiscalizar esses consórcios.

Portanto, essa prática lesiva ao Estado moçambicano vem sendo denunciada por outros pesquisadores, inclusive por instituições da Sociedade Civil. Em 2013, Joseph Hanlon e Thomas Selemane, por exemplo, alertaram que a compra e venda de licenças ou direitos mineiros, quase sempre ocorre no exterior e, frequentemente, sem o acompanhamento dos órgãos competentes. De fato, em 2009,

A imprensa noticiou o encaixe de cerca de US\$ 12 milhões pela canadiana Artumas¹⁶¹ ao vender as suas participações no Rovuma à Maurel & Prom e à Cove Energy. A Cove Energy entrou e saiu do Bloco 1, de gás do Rovuma sem ter explorado/exportado gás, pois uma vez valorizada a sua participação desfez-se dela, assim como, a Riversdale entrou e saiu do projeto carvão de Benga sem nunca ter explorado carvão (HALON e SELEMANE, 2013, p. 8).

Diante desse quadro e tentando frear o crescimento do negócio de licenças, o Estado anunciou, em 2013, a cobrança de uma taxa (32%) de ganhos de capital para as transações de ativos que envolvam empresas estrangeiras em Moçambique, independentemente se tal operação ocorreu no país ou no exterior. Essa medida, aparentemente, "fora da hora", surge como resposta às críticas sobre possíveis perdas financeiras, ou seja, a falta de tributação dessas operações por parte do Estado era um dos empecilhos para a coleta de receitas, em se tratando de um país como Moçambique, no qual parcela significativa do orçamento do Estado depende da ajuda externa.

De fato, o tom das críticas se tornou mais alto depois que a Riversdale vendeu, em 2011, sua participação (65%) na mina de Benga e outras concessões à Rio Tinto¹⁶² por US\$ 3, 8 bilhões, transação na qual o Estado poderia ter *amealhado*

¹⁶¹ Artumas Moçambique Petróleos é uma sociedade constituída nos termos da legislação moçambicana, com Sede no Canadá e representação em Moçambique. Juntos à ENH assinaram o contrato com o governo para realizar pesquisas, desenvolvimento e produção de gás natural na área designada Mocimboa n.1, Província de Cabo delgado (MOÇAMBIQUE, 2007).

¹⁶² A Rio Tinto plc, inicialmente designada Rio Tinto *Red River*, é um conglomerado do setor mineral com presença mundial. Suas atividades nesse segmento são reportadas desde 1877, quando a Companhia Rio Tinto construiu uma das suas primeiras minas de cobre na Espanha. Com mais de 150 anos de atividade, atualmente a Rio Tinto está presente em pelo menos 35 países, nos quais opera por meio de suas subsidiárias em diversos ramos de negócios, designadamente: minério de ferro (Austrália); alumínio e seus subprodutos (Canadá, Austrália e Europa); cobre e diamante, ouro e prata (Austrália, Chile, Mongólia, EUA e Indonésia); Carvão, sal, dióxido de titânio e urânio (EUA, Austrália e África). A Companhia emprega atualmente 51 mil trabalhadores nos 35 países. Em Moçambique, a Rio Tinto esteve envolvida até início de 2014, na extração do carvão mineral de Moatize, Projeto de Carvão de Benga. A Rio Tinto Benga Limitada - subsidiária da Rio Tinto Benga Mauritius Ltd, detentora da Rio Tinto Coal Mozambique (RIO TINTO, 2016).

em forma de taxas US\$ 450 milhões, o equivalente a um ano de ajuda externa, conforme cálculos do economista Castel-Branco (HALON e SELEMANE, 2013).

Em consequência disso e, sobretudo das reformas no quadro legal e fiscal nacional, em dezembro de 2014, o governo publicou a Lei n. 28/2014 que atualiza o Regime Específico de Tributação e de Benefícios Fiscais da Atividade Mineira (RETBFAM), assim como estabelece normas que devem pautar esse negócio. Nesse sentido, o art.º 39 determina que

Os ganhos obtidos por não residentes em território moçambicano, com ou sem estabelecimento estável, resultantes da alienação onerosa ou gratuita direta ou indireta de direitos mineiros em território moçambicano, são tributáveis como mais-valias, à taxa de 32%. Consideram-se obtidos em território moçambicano os ganhos resultantes da transmissão onerosa ou gratuita, direta ou indireta, entre entidades não residentes, de partes representativas do capital social de entidades detentoras de um título mineiro, ou de outros valores mobiliários emitidos por tais entidades, respeitantes a esse título, envolvendo ativos mineiros e imobiliários situados em território moçambicano, independentemente do local onde a alienação ocorra (MOÇAMBIQUE, 2014e, p. 94).

Não obstante o início da tributação dessas transações, o negócio de licenças nunca cessou, aliás, esta é uma das práticas mais comuns na indústria extrativa e, de acordo com Halon e Selemene (2013), ocorre sempre que: a empresa detentora da licença de pesquisa/prospecção vê-se incapaz de avançar com atividade, sobretudo quando envolve grandes investimentos em dinheiro e demanda alto grau de modernização tecnológica, ou então, quando a firma detentora da licença compõe uma vasta lista de empresas pretensamente mineiras e petrolíferas que, no entanto, dedicam-se somente a obter licenças, valorizá-las e a posterior vendê-las.

Três anos após a compra de ativos da mina de Benga, a Rio Tinto anunciou, também, a venda de sua participação que, incluía a mina de Benga e um conjunto de 22 licenças para pesquisa e exploração de diversos minérios. Uma questão bastante debatida nessa época, que inclusive chamou a atenção do governo de Moçambique, foi o fato de a Rio Tinto ter vendido a sua participação a um preço quase 80 vezes inferior ao preço de compra. Ou seja, enquanto em 2011 a empresa pagou aproximadamente US\$ 4 bilhões, em 2014 vendeu a mesma fração de ativos para a *International Coal Venture Private Limited*, por apenas US\$ 53 milhões.

Ao contrário das anteriores transações, nessa operação, o Estado recebeu algum valor referente à cobrança da taxa de 32% de ganhos de capital, tributada como mais-valia de acordo com o art.º 39 da Lei n. 28/2014. O curioso de tudo isso é que o montante arrecadado pelo Estado nessa operação não foi divulgado e, nem

mesmo algumas pessoas que participaram diretamente do processo, não sabem especificar a quantia recebida. Apesar disso, são enfáticos em afirmar que houve o pagamento, conforme destaca o CDRM que

[...] o negócio começou fora de Moçambique, mas quero lhe garantir que ele terminou aqui e o governo acompanhou todo o processo, inclusive eu fiz parte da equipa e vieram também colegas da Direção Nacional de Minas, Direção Nacional de Planificação e Desenvolvimento e Direção Nacional de Economia, foi uma equipa muito forte. E nós fizemos o acompanhamento de todo o processo o que significa que naquela venda o governo não perdeu não..., posso-lhe garantir o governo não perdeu não. Na fase final houve uma equipa que sentou: o Ministério das Finanças **e já sabe essa parte nós outros não podemos estar**. O que lhe posso garantir é que o Estado não perdeu nada e tenho a certeza de que algum dinheiro entrou para os cofres do Estado (Entrevista com CDRM, outubro, 2015, grifos nossos).

Portanto, no discurso do CDRM, membro do governo provincial de Tete percebe-se que persistem desafios ligados à transparência, no sentido, de prestação de contas e divulgação sistemática dos ganhos que o Estado obtém das grandes transnacionais, aspectos esses, que no nosso entender, são pressupostos básicos para a boa governança. Sem dúvidas, com a admissão do país à Iniciativa de Transparência para a Indústria Extrativa em 2012, houve assinaláveis avanços, dos quais podemos apontar, como exemplo, a divulgação dos contratos mineiros.

Da falta de transparência e prestação de contas por parte do Estado, resulta, também, toda a maquinação que alimenta esquemas de corrupção, prática arraigada em Moçambique, envolvendo, inclusive dirigentes do governo moçambicano. De resto, essa atitude do governo é responsável pela forma e postura que adotam as Companhias que atuam no território nacional.

1.4.1 International Coal Venture Limited (ICVL)

Herdeira das reservas de carvão e de outras licenças adquiridas em 2003 pela australiana Riversdale¹⁶³ e, posteriormente, vendidas à Rio Tinto em 2011, a compra em 2014, de 65% da participação na mina de Benga; do Projeto Rio Tinto Zambeze e de inúmeras licenças de exploração pela ICVL, representa um grande passo na materialização dos objetivos do governo indiano para o setor siderúrgico. Em outras palavras, a ICVL, nasceu como resposta do governo da Índia para a

¹⁶³ É uma firma do setor mineiro registrada na Bolsa de Valores da Austrália. A Riversdale opera principalmente na extração e processamento do carvão metalúrgico e possui operações no Norte dos Estados Unidos, no Canadá e na África do Sul onde opera a mina de Antracite da Zululândia, num projeto denominado Riversdale Anthracite Colliery (RIO TINTO, 2011).

crescente demanda energética e visa assegurar o suprimento energético do país por meio da aquisição de reservas de carvão em outros territórios, sobretudo fora da Ásia (ICVL, 2017).

A ICVL é uma *joint venture*, constituída em 2009 e congrega cinco empresas públicas indianas do ramo da siderurgia, designadamente, a *Steel Authority of India Limited* (SAIL), *Coal India Limited* (CIL), *Rashtriya Ispat Nigam Limited* (RINL), a *National Mineral Development Corporation Limited* (NMDC) e *National Thermal Power Corporation Limited*, essa última, com participação majoritária. Em Moçambique, contrariamente aos outros consórcios do setor de carvão mineral que operam em Moatize, a ICVL iniciou suas atividades após terem sido criadas quase todas as condições, no concernente à mobilização de equipamentos; contratos, reassentamento da população (embora não concluído) afetada pelo empreendimento, entre outras questões legais.

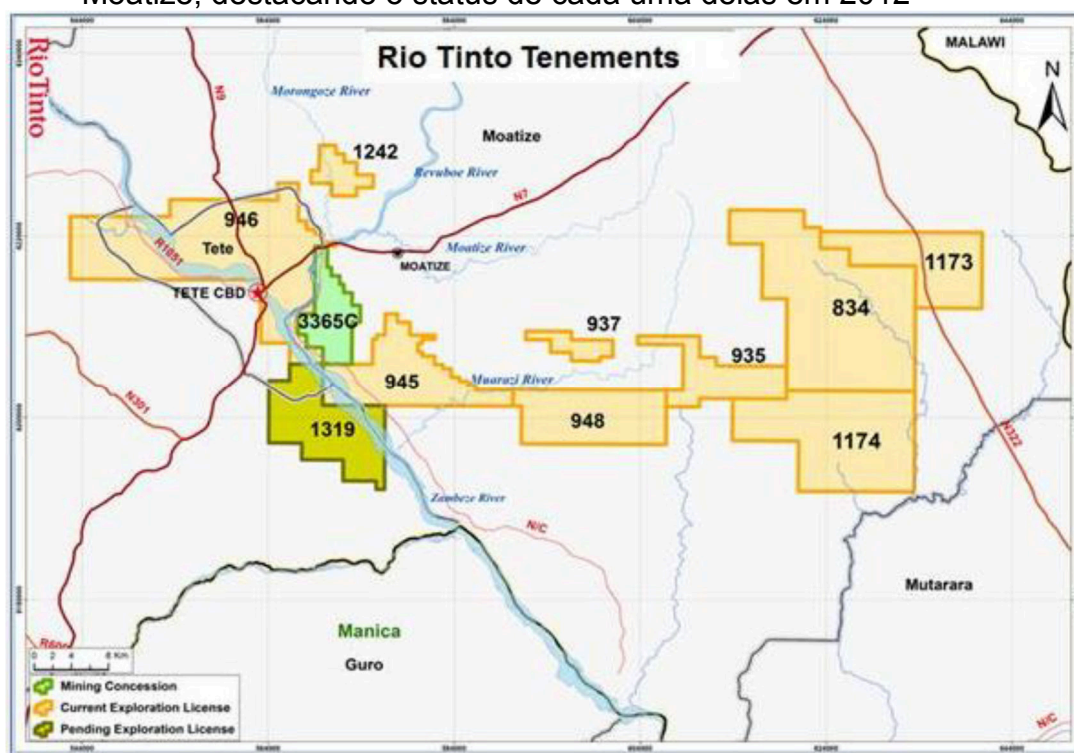
Mas, também, num período marcado pela redução da demanda por carvão no mercado internacional, fato que, aparentemente, não afetou suas atividades, porque até janeiro de 2015, a ICVL já tinha enviado três carregamentos de carvão para a SAIL e para a RINL e, ainda no mesmo ano, estavam previstos mais cinco carregamentos para a Índia, seu principal mercado (ICVL, 2017). Sobre a remoção e o reassentamento da população, far-se-á o debate mais adiante.

Assim, o chamado Projeto de Carvão de Benga, atualmente designado Projeto ICVL Minas de Benga é uma operação de exploração e processamento de carvão mineral concentrado principalmente na localidade de Benga, Posto Administrativo de Moatize, porém que se prolonga até ao bairro de Chingozdi, no município de Tete. Na figura 6, esboço da concessão (feito após a reavaliação e a compra dos ativos do projeto pela Rio Tinto) é possível observar que, além da área já concessionada e, identificada pelo número 3365C (a letra C, significa carvão), o mesmo consórcio possuía mais 9 licenças de exploração aprovadas e uma pendente, destinadas a pesquisa e extração do carvão e de outros minerais (MOZAMBIQUE MINING PORTAL, 2017).

De fato, a licença registrada como pendente e identificada pelo número 1319 foi aprovada em janeiro de 2017, e vigora como Concessão mineira 7521C ICVL Zambeze, cuja validade é de 25 anos. Junto a ela, outras duas nomeadamente, 7644C e 7626C, com respectivamente, 9.501 e 5.789 hectares de terra, também

válidas por 25 anos cada, foram emitidas em favor da ICVL, atual concessionária. Nessa figura, nota-se que a área concessionada (3365C), estende-se praticamente até as bordas do Rio Zambeze, inclusive algumas licenças são atravessadas por este rio.

Figura 6 - Esboço da localização das concessões mineiras da Rio Tinto em Moatize, destacando o status de cada uma delas em 2012



Fonte: Rio Tinto (2011).

Estudos iniciais feitos pela Riversdale e posteriormente pela Rio Tinto, após aquisição dos ativos de Benga, determinaram a existência de 119 milhões de toneladas de carvão mineral. Esse valor representa um assinalável decréscimo (em 18 milhões), já que em 2011 a avaliação feita indicava a existência de 137 milhões de toneladas de carvão metalúrgico e térmico. Na vasta lista dos ativos controlados ou participadas pela Rio Tinto, a maior concentração está localizada na Austrália, onde o grupo *Rio Tinto Coal Australia* (RTCA) controla um conjunto de 5 minas.

O carvão de Benga é considerado de boa qualidade, com teor de sulfatos de 0,89% por grama e valor calorífico de 26,4 MJ/Kg¹⁶⁴, quase aos níveis dos carvões extraídos em Hail Creek; Kestrel; Warkworth, com respectivamente, 32,2; 31,6 e 29,8% de valor calorífico, todos localizados na Austrália (RIO TINTO, 2012). No

¹⁶⁴ Megajoules (MJ) é a unidade usada tanto para medir a energia mecânica, isto é, o trabalho, quanto para medir a energia térmica (calor).

Relatório anual de 2011, meses após a compra de sua participação no Projeto de Benga, a Rio Tinto, embora reconheça as limitações existentes em termos de infraestruturas para o transporte da produção, a Companhia assinala que a bacia carbonífera de Moatize é uma das últimas reservas de carvão (metalúrgico) não explorada em nível mundial, com baixos custos e podendo ser extraído por quase 50 anos de vida útil. De acordo esse relatório, a mina de Benga e os projetos Zambeze e Tete Oriental têm/tinham a capacidade para produzir 29 milhões de toneladas de carvão metalúrgico e térmico (RIO TINTO, 2011).

Idealizado, primariamente, para ser um complexo constituído por uma mina a céu aberto, cuja atividade de extração poderia alcançar os 400 metros de profundidade (o que já de início admite a possibilidade de minas subterrâneas), o Projeto de Carvão de Benga incluía também a construção e operação de uma central termoelétrica alimentada por carvão produzido na mina. Tal infraestrutura resultaria da parceria entre a Riversdale Moçambique Limitada e a Elgas SARL, com a finalidade de gerar energia elétrica para alimentar o complexo de Benga, abastecer o mercado nacional e exportar para África do Sul. Entretanto, a central, cuja conclusão era prevista para 2015, ainda não foi construída (GOLDER ASSOCIATES e IMPACTO, 2009; RIO TINTO, 2012).

Conforme assinalamos no início desse subtítulo, o Projeto de Carvão de Benga e todas as outras licenças mineiras vêm passando de "mão em mão", visto que inicialmente pertenceu à *Riversdale Mining*, em parceria com a empresa indiana do setor siderúrgico, a *Tata Steel Limited*, que detém 35% de ações; depois passou para a Rio Tinto e, atualmente é controlado pela ICVL. Para viabilizar suas operações em Moçambique, a *Riversdale Mining* constituiu, em 2009, a Riversdale Moçambique Limitada, uma sociedade comercial por quotas registrada na cidade de Maputo e com a qual o governo assinou o primeiro contrato de concessão mineira.

Assim, visando explorar, ao máximo, o potencial mineral de todas as suas concessões, perante as dificuldades de ordem logística, a Riversdale Moçambique Limitada (RML) solicitou um estudo de avaliação do impacto ambiental, como parte da sua pretensão em transportar o carvão em barcaças através do Rio Zambeze. Na justificativa desse Plano a RML argumenta que a ferrovia de Sena que dá acesso ao Porto da Beira, em longo prazo, apresenta significativas limitações. Por um lado, devido à capacidade limitada da linha, já que é compartilhada com outras

Companhias. E por outro lado, porque o Porto da Beira exige constantes operações de dragagem do canal de acesso. Além disso, muitas áreas atravessadas por essa linha são vulneráveis a enchentes no tempo chuvoso (RIO TINTO, 2012).

Por todos estes condicionamentos, a RML cogitava a possibilidade de transportar o carvão para o mercado, a partir das

Três rotas, designadamente: a linha de Sena, o Corredor Logístico de Nacala e a via fluvial, são passíveis de serem usadas pela RML para garantir que estas são capazes de otimizar o potencial de exportação de suas operações. Assim, as três rotas são complementares e não alternativas. Mas, o fator principal por trás do interesse da RML de transportar carvão em barcaças no Rio Zambeze, é que a capacidade ferroviária é insuficiente, sendo pouco provável que o sistema ferroviário tenha disponibilidade, no futuro próximo, para atender às necessidades dos atuais e futuros produtores de carvão na bacia carbonífera de Moatize (GOLDER ASSOCIATES e IMPACTO, 2011, p. 91).

No entanto, essa proposta não foi aceita pelo governo. Segundo o ex-Ministro dos Transportes e Comunicações, a rejeição do Plano deve-se ao fato de

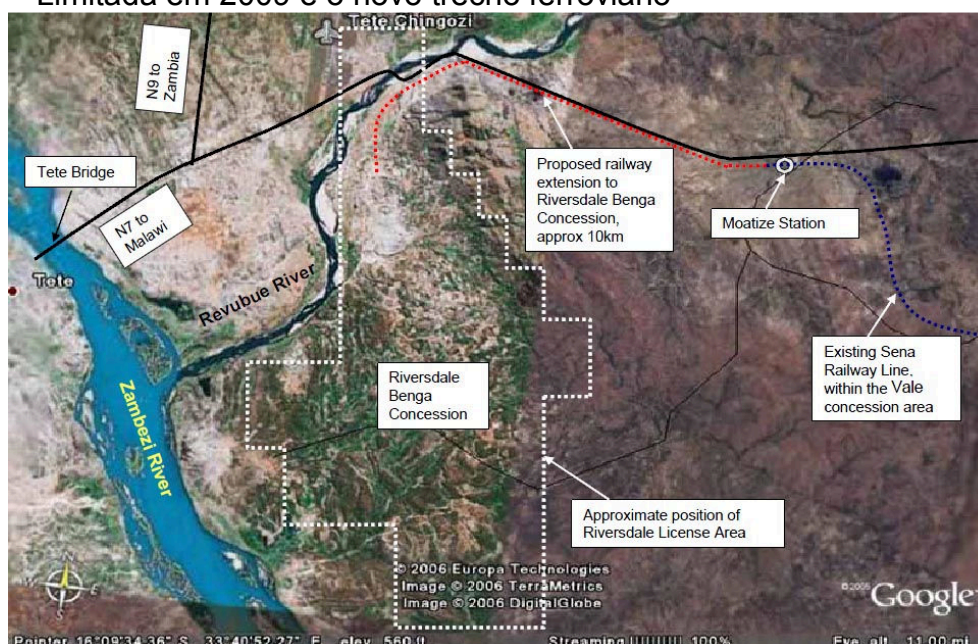
O impacto ser visto como negativo, e que não há planos de mitigação. Tal como proposto, não é factível. No Rio Zambeze, a cada quatro anos temos problemas com enchentes que matam pessoas. Então, se você for dragar o rio, expandir os bancos, estaremos em apuros [...] As barcaças poderão afetar a população de peixes (RESENFELD, 2012, p.14).

Conforme é detalhado no Relatório de Estudo de Impacto Ambiental, as operações de transporte de carvão por barcaças usando o Rio Zambeze impactariam negativamente 119 aldeias de pescadores que vivem ao longo da Área de Influência Direta (AID). No total, o projeto alteraria a rotina e o modo de vida de 4 milhões de habitantes em 10 Distritos e 18 Postos Administrativos, das Províncias de Manica, Zambézia, Sofala, além de Tete, a matriz do projeto. Mais significativo ainda é que a materialização deste projeto comprometeria a recarga dos aquíferos associados aos depósitos aluviais do sistema do Rio Zambeze, dificultando assim, a provisão de água à população, sobretudo a que vive ao longo do Zambeze ou de seus afluentes (GOLDER ASSOCIATES e IMPACTO, 2009).

Paralelamente ao Plano de transportar o carvão de Benga através do Rio Zambeze, a RML tinha planos de construir de um ramal ferroviário (tracejado em linha vermelha) que sairia da mina de Benga e ligaria a já existente linha de Sena (tracejado em linha azul), também utilizada pela Vale Moçambique (Figura 7). A RML cogitava, igualmente, a aquisição de 11 locomotivas e 200 vagões para o transporte do carvão da mina de Benga para o Porto da Beira.

No que diz respeito ao mercado de colocação da produção, 40% do carvão seria vendido para o setor indiano de siderurgia, como parte do acordo estabelecido com a *Tata Steel Limited*. No total, a RML previa, então, produzir cerca de 5 milhões de toneladas métricas de carvão metalúrgico, desses, 10% vender-se-ia para *Wuhan Iron and Steel Corporation*, uma firma do setor siderúrgico chinês. Na figura 7, observa-se que a área de concessão atribuída à RML estende-se praticamente até ao aeroporto de Chingodzi no município de Tete. Por esse motivo, entre 2011 e 2013, a RML ponderava a possibilidade de transferir o aeroporto, fato que não ocorreu provavelmente, porque a RML vendeu seus ativos para a Rio Tinto ou talvez, em função da queda do preço do carvão mineral, verificado desde o 1T14.

Figura 7 - Traçado da área de concessão da Riversdale Moçambique Limitada em 2009 e o novo trecho ferroviário



Fonte: Rio Tinto Coal Moçambique (2013).

Com a Rio Tinto Coal Moçambique (RTCM) no comando, as expectativas sobre o Projeto de carvão de Benga eram enormes. O consórcio Rio Tinto, que até 2011 produzia 9 milhões de toneladas de carvão metalúrgico em Queensland, pretendia transformar Moçambique, até então com produção marginal, num ator de significativo peso no mercado internacional de carvão mineral. Para tanto, projetava-se que só o projeto de Benga produziria cerca de 16 milhões de toneladas, a partir de 2020, período em que possivelmente estariam ultrapassadas todas as limitações de ordem logística (RIO TINTO, 2011). Porém, as projeções feita pela Rio Tinto não foram e, nem serão materializadas, pelo menos em curto prazo. Ou seja, antes

2022, ano que se prevê a conclusão das obras da construção da terceira ferrovia, com a extensão de 600 km, saindo de Moatize até ao Porto de Macuse, na Província da Zambézia.

Portanto, um dos grandes constrangimentos da mineração do carvão em Moçambique é a falta de infraestruturas suficientes para responder à demanda do escoamento. A ferrovia de Sena, por exemplo, mesmo tendo sido reabilitada e melhorada, sua capacidade de escoamento não poderá ultrapassar, pelo menos até 2018, os 12 Mtpa, entre 55 a 60% da capacidade produtiva da Vale Moçambique (HALON e SELEMANE, 2013). Junto ao Corredor Logístico de Nacala, a capacidade de escoamento das duas linhas é no máximo de 34 Mtpa, quantidade que representa o total da produção do Projeto Moatize e, aproximadamente, a metade do carvão produzido no Projeto de carvão de Benga, atualmente controlada pela ICVL.

Dessa forma, considerando estas limitações; a reprovação pelo governo da proposta de usar o Rio Zambeze, associado ao contínuo decréscimo do preço de carvão, a Rio Tinto Coal Moçambique reviu em baixa os ativos da mina de carvão de Benga. Se em janeiro de 2013, Sam Walsh, diretor executivo da Rio Tinto garantiu a continuidade do Projeto de Benga, em junho do mesmo ano a Companhia já cogitava a possibilidade de vender parte ou a totalidade de sua participação, ao mesmo tempo que tentava negociar com parceiros indianos e chineses a co-participação no projeto, fato que culminou com a venda dos ativos em 2014, conforme é descrito no Relatório de (2016).

Entre ativos, licenças de prospecção e pesquisa e concessão mineira, a ICVL herdou o patrimônio até então pertencente à Rio Tinto Coal Moçambique, inclusive os problemas relacionados ao processo de reassentamento. De todo modo, é importante sublinhar que, apesar das novas concessões mineiras atribuídas à ICVL, suas operações majoritárias concentram-se ainda na mina de Benga, cujo contrato da concessão mineira foi assinado pela Riversdale Moçambique em 2009. À luz desse contrato, ao concessionário é outorgado o direito de explorar e processar o carvão e minerais associados, como continuidade das atividades realizadas ao abrigo da licença de prospecção e pesquisa 881L (MOÇAMBIQUE, 2009a).

No geral e comparando com o contrato da Vale assinado dois anos antes, o da Riversdale Moçambique mostra avanços significativos, ainda que se reconheçam lacunas e fragilidades. Além de aspectos concernentes à forma que, no nosso

entender não têm menor importância para a pesquisa, o contrato estabelece a obrigatoriedade de o concessionário mineiro pautar por boas práticas. O que tem de mais interessante é que, pela primeira vez se introduziu a cláusula anticorrupção, com a qual o governo e o concessionário se comprometem a combater esse mal.

Cláusula anticorrupção (art.º 31) determina que

O governo e a Concessionária, acordam em cooperar na prevenção da corrupção. As partes comprometem-se a adotar ações disciplinares e medidas legais céleres no tocante as suas respectivas responsabilidades para impedir, investigar e formular queixa contra qualquer pessoa suspeita de corrupção ou qualquer outra conduta abusiva intencional, de acordo com a legislação nacional. Nenhuma oferta, prenda, pagamento ou benefício de qualquer espécie, que seriam ou poderia ser interpretados como constituindo uma prática ilegal ou corrupta, deve ser aceite, direta ou indiretamente, como estímulo ou recompensa pela celebração deste contrato ou para fazer ou desistir de fazer qualquer ação ou tomar qualquer decisão em relação a este contrato (MOÇAMBIQUE, 2009a, p. 90).

Entre outras definições, o contrato apresenta e delimita a área de influência direta do projeto. Para o efeito, Benga é considerada à luz da cláusula 2, como a comunidade de acolhimento, isto é, as populações e comunidades individualmente ou organizadas como uma pessoa coletiva, em residência ou localizadas na integridade ou substancialmente na Zona de Desenvolvimento do Projeto de Benga, mais uma área adicional até 5 km do perímetro da área do Projeto de Benga.

Com uma licença válida por 25 anos e, podendo ser prorrogada quantas vezes forem necessárias, desde que verificadas todas as condições legais (a quantidade de minério e sua viabilidade econômica; cumprimento das obrigações contratuais e da legislação em vigor no país) a concessão mineira atribuída à Riversdale Moçambique abarca uma área de 4.560 hectares de terra, destinadas a exploração e processamento do carvão mineral e minerais associados.

Por isso, a RML tem ao abrigo da cláusula 4.8

O direito de uso e aproveitamento exclusivo da terra e beneficiar de toda ou qualquer porção de terra dentro de uma área de concessão mineira, sujeito à aquisição do título de uso e aproveitamento da terra e à aquisição e extinção de direitos de terceiros mediante pagamento de compensação e/ou realocação de acordo com a lei de Minas (MOÇAMBIQUE, *op.cit.*, p. 24).

Além disso, a RML tem de acordo com o previsto na cláusula 11a)

O direito de ingressar e ocupar a(s) área(s) de prospecção e pesquisa e concessões concedidas à concessionário mineiro dentro da área do contrato; (b) o direito de ingressar e ocupar a(s) área(s) de concessão concedidas à concessionário mineiro dentro da área do contrato, após a extinção ou compensação de direitos de uso e ocupação de terceiros; (c) direito de uso, colocar ou constituir, sobre ou sob a terra ou água, as estradas, caminhos de ferro, tubos, condutos, esgotos, drenos, arames, linhas ou outras infra-estruturas que sejam necessárias ou apropriadas (MOÇAMBIQUE, 2009a, p. 37).

Do que assinalamos até aqui, salienta-se, uma vez mais, a importância atribuída à mineração que, conforme temos vindo a sublinhar tem respaldo na anterior Lei de Minas, até porque, esse contrato foi elaborado tendo como base legal, a legislação de minas de 2002. Mais do que a vitalidade imputada a este setor, as cláusulas 4.8 e 11, deixam explícito que para o governo importa apenas o avanço das operações mineiras, desde que isso seja precedido da compensação dos anteriores utentes da terra e, no caso, a comunidade de Benga. Cabe indagar, em meio a essa supervalorização, se a compensação por si só garante o desenvolvimento e evita o empobrecimento dos reassentados?

Portanto, os aspectos presentes na legislação e, mais precisamente no contrato, fortalecem a ideia de que as comunidades, querendo ou não, elas devem ceder o seu direito de uso da terra para os consórcios transnacionais. Tal situação traz à tona o que Ellen Wood observara em relação aos camponeses ingleses e posteriormente a população de outros lugares do mundo, nos quais a expropriação forçada destas foi sempre justificada pela necessidade de usar a terra para gerar frutos *suficientes* (WOOD, 2014, grifo da autora).

E, no caso de Benga, a cláusula 11.8 é evidência disso e, determina

O concessionário mineiro compensará e assistirá no reassentamento dos utentes da terra. Se o concessionário mineiro considerar que a contínua presença de utentes da terra dentro da área da concessão mineira é incompatível com as operações de mineração ou operações de processamento, deverá compensar e assistir no reassentamento de tais utentes da terra. O concessionário mineiro pagará a compensação justa pelo reassentamento e perdas do direito de uso e aproveitamento da terra, edifícios, culturas, árvores econômicas, outras benfeitorias, perdas de lucros derivados do uso da terra devido à ocupação ou danificados pelo concessionário mineiro na condução de atividades no âmbito do presente contrato. A referida compensação deverá ser equivalente a um valor monetário para colocar tais utentes da terra em condições substancialmente similares às que tinham antes de serem transferidos e deve igualmente incluir um justo valor de mercado de qualquer cultura destruída bem como custos de transferência e outros resultantes do reassentamento. Os arranjos devem ser feitos e a compensação paga antes de qualquer vedação da área ou transferência. Se o concessionário mineiro e tais utentes e ocupantes da terra não chegarem a acordo quanto ao valor da compensação/reassentamento, eles podem solicitar ao MIREM para fazer a mediação, e o MIREM envidará os seus melhores esforços para apoiar nestes casos. **Se os utentes da terra se recusarem a serem transferidos ou reassentados ou não concordem no valor da compensação, então, o concessionário mineiro pode, a qualquer momento, submeter o caso ao tribunal competente** (MOÇAMBIQUE, 2009a, p. 40, grifo nosso).

No trecho anterior, três aspectos merecem ser analisados com profundidade, pois traçam pistas para a compreensão das razões do fracasso dos processos de

reassentamento que, quase sempre, terminam em conflitos socioambientais envolvendo a população e as mineradoras não só em Tete, mas também em outras regiões do país. Se analisarmos o caráter opcional e/ou marginal atribuído à questão da deslocação dos utentes da terra que eventualmente se encontrem na área de concessão mineira, compreende-se perfeitamente que tal atitude ignora por completo os perigos que a mina representa para a população do entorno.

Na verdade, além da poluição sonora resultante das operações de desmonte de minério em frentes de trabalho, Ribeiro e Ferreira (2007) alertam que a permanência da população nessas áreas revela falhas no processo de planejamento das atividades e coloca em risco a comunidade, daí que não se compreendem as razões pelas quais o governo estabelece a deslocação como uma ação opcional. Talvez tenha sido por isso que a RML iniciou suas atividades antes mesmo de concluir o processo de reassentamento, expondo, uma vez mais, a população a diversos perigos.

O segundo aspecto, é o fato de o governo determinar que o concessionário mineiro pagará a compensação justa pelo reassentamento e perdas daí decorrentes. Ao se referir à questão do pagamento pecuniário, o governo erra ao não estabelecer a base sobre a qual será computada tal compensação, visto que, tanto as tabelas¹⁶⁵ que definem o montante a ser pago por cada tipo de cultura ou benfeitorias destruídas é recente, assim como é atual o Decreto n.31/2012 que regulamenta todo o processo de reassentamento.

Desse modo, na ausência dessas ferramentas a obrigação de que a compensação deverá ser equivalente a um valor monetário para colocar os utentes da terra em condições substancialmente similares às que tinham antes de ser transferidos, incluindo um justo valor de mercado de qualquer cultura destruída,

¹⁶⁵ Em relação às tabelas de compensação por culturas perdidas, cabe esclarecer que, elas foram produzidas, *grosso modo*, quatro anos após o primeiro reassentamento realizado pela firma irlandesa Kenmare. De todo modo, o valor da compensação pelas culturas e outras benfeitorias danificadas varia de uma Província para outra. Em Tete, nós não tivemos acesso a essas tabelas, o que não equivale dizer que, não existam. Porém, para que se faça uma ideia, tomemos a título de exemplo, os valores pagos por cada cultura destruída na Província de Nampula.

Assim, entre 2011 - 2013, por exemplo, a compensação paga por cada pé de arroz ou de oleaginosas como o gergelim, variava entre 15, 00 a 20, 00 Mt, o equivalente a US\$ 0,33 cêntimos. De 2014 em diante, o preço para as mesmas culturas passou a ser respectivamente de 20, 00 e 35, 00 Mt, isto é, US\$ 0,58 cêntimos.

No caso das fruteiras (cajueiros, mangueiras, bananeiras), entre 2011 - 2013, a compensação variou entre, 350, 00 a 500, 00 Mt, ou seja, entre US\$ 5, 8 a 8,3. A partir de 2014, o pagamento em vigor pelas mesmas benfeitorias varia entre 1.000,00 a 1.100, 00 Mt, portanto, entre US\$ 16, 6 e 18, 3 (BANCO DE MOÇAMBIQUE, 2017).

perde o seu valor material e, conseqüentemente, dá margem de manobra para as corporações agirem em benefício próprio, como ocorreu em Moatize e em Moma.

A prática demonstra que as Companhias tomam as fragilidades ou fissuras existentes nos contratos e na própria legislação como resguardo para as suas ações evidentemente paliativas. Na esteira disso e valendo-se de um dos objetivos estabelecido no Padrão de Desempenho 5 do IFC (2010), tanto a Vale Moçambique quanto a Riversdale Moçambique, argumentam que fizeram o melhor, porquanto deram aos reassentados habitações adequadas, no sentido de elas serem construídas de material convencional. Mas a questão é: o que é uma casa sem comida? (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013).

E finalmente, embora o IFC recomende que o reassentamento da população deva ser realizado somente quando todos os planos alternativos demonstrarem tal necessidade, no caso de Benga e Chipanga o reassentamento foi a primeira e não a última alternativa, em parte devido à convicção do governo de que o pagamento de uma justa indenização seria o *alfa* e o *ômega* de tudo. E não faltam evidências que sustentem essa afirmação, pois basta olhar para o próprio contrato, sobretudo a cláusula 11.8. Dito de outra forma, o deslocamento da população deve acontecer a todo o custo, mesmo que a comunidade não concorde com tal ato, desde que haja a compensação e a extinção dos direitos de uso da terra dos anteriores utentes.

Portanto, admitindo que esse artigo por si só não encerra o debate, contudo, ele não esconde que a negociação ou informação (denominada consulta pública) com as comunidades atingidas serve como mera formalidade e artifício para minimizar as críticas. As consultas públicas não visam construir e nem constituir-se num espaço de diálogo, de participação e, por isso, uma oportunidade para as comunidades decidirem sobre o seu destino, assim como o formato do desenvolvimento que se adéqua à sua permanência como grupo social. Assim, como pensar o desenvolvimento sem participação ativa da população?

Visando responder às críticas em torno do caótico processo de reassentamento, as mineradoras aguçam os seus discursos e rebatem a crítica pela crítica. Armam suas exposições e garantem que o Plano de Ação para o Reassentamento (PAR ou RAP- do inglês) foi pensado a partir e/ou obedecendo aos parâmetros estabelecidos pelo IFC e aos *guidelines* do Banco Mundial. A realidade do campo, porém, abre espaço para muitos questionamentos, em função dos

problemas apresentados pelos moradores e observados nos reassentamentos. A partir das observações do campo podemos dizer que o governo e as empresas valeram-se do paradigma integracionista para conduzir todo o processo de reassentamento, padrão esse que o próprio Banco Mundial demonstrou ser ineficaz para determinado tipo de intervenções, conforme assinala Salviani (2002).

Adicionalmente, é preciso notar que a importância dada à compensação dos utentes da terra há muito que sua funcionalidade e validade social vêm sendo discutidas, no sentido de averiguar se ela permite a restauração dos meios de vida da população deslocada. Entre outros pesquisadores, Michael Cernea¹⁶⁶ é dos mais prestigiados estudiosos do reassentamento forçado ou compulsório, ainda que as pesquisas iniciais sobre essa temática pertençam à socióloga russa Eugene M. Kulischer (1881-1965), que cunhou a categoria *displaced persons* ou pessoas deslocadas.

De qualquer forma, o mérito de Cernea está no fato de questionar, com rigor necessário, a validade da compensação na reposição dos meios de vida dos realocados/deslocados. Na vasta lista de suas publicações, Cernea elabora argumentos suficientemente úteis e que expõem as limitações da compensação, enquanto política para o reassentamento. No artigo, *compensation and benefit sharing: why resettlement policies and practices must be reformed*, por exemplo, o autor questiona: *Can compensation prevent impoverishment?* E responde: a compensação por si só, não previne o empobrecimento dos reassentados, não restaura, tampouco melhora os meios de vida dessa população, isso porque,

Em muitos países a compensação é usada pelo Estado como a única ferramenta financeira para lidar com a expropriação, deslocamento e reassentamento. Nos vocabulários oficiais, a compensação é investida de virtudes quase míticas, como se fosse capaz de curar todos os males decorrentes do desarraigamento, da desapropriação, da dor emocional, da expropriação e do empobrecimento econômico e da degradação social infligido pelo deslocamento forçado. (CERNEA, 2008, p. 90).

Esse entendimento é também ressaltado por Chiara Mariotti (2014), no livro intitulado *Lose to gain: is involuntary resettlement a development opportunity?* Nele, Mariotti questiona: *why compensation is not enough to make resettlement a*

¹⁶⁶ Michael M. Cernea (1931) é um renomado cientista social, que até 1997 trabalhou como consultor sênior e de políticas sociais no Banco Mundial. Atualmente é pesquisador no Departamento de Antropologia da Universidade de George Washington, nos EUA. Entre outros méritos, Michael Cernea se destacou por ter sido ele a introduzir nas políticas do Banco Mundial as dimensões sociológicas e antropológicas. Portanto, sua contribuição foi fundamental para a mudança de paradigma verificada no Banco. Ele possui vários livros, artigos e *working papers* publicados sobre o reassentamento.

development opportunity? Face aos questionamentos, mas principalmente aos problemas identificados no campo, é coerente afirmar que em países como Moçambique, onde em termos oficiais não existe a propriedade privada da terra, não há dúvidas de que esse é o entendimento que orienta a ação do Estado, representado pelo governo em todos os níveis. Ou seja, prevalece, a nosso ver, a ideia enviesada que atribui à compensação o poder mítico, no dizer de Cernea (2008), de curar todos os males decorrentes do deslocamento compulsório da população. Retomemos a análise do contrato.

Idealizado para ser um projeto realizado em fases, a cláusula 6 do contrato estabelece que a área objeto do acordo pode ter múltiplas fases ao mesmo tempo, ou seja, "o concessionário mineiro pode realizar prospecção e pesquisa, estudos de viabilidade, desenvolvimento, operações e encerramento simultaneamente em várias áreas dentro da concessão desde que os respectivos títulos mineiros previamente obtidos, sejam válidos" (MOÇAMBIQUE, 2009a, p.28).

Já a cláusula 7, discorre sobre a fase de prospecção e pesquisa e, de modo específico, o número 7.5 aborda o conteúdo do estudo de viabilidade; condição prévia para o avanço das atividades. Nele chamam atenção os seguintes subitens

(viii), que exige a definição prévia da natureza da mina (subterrânea ou a céu aberto); (xv) que determina a apresentação pelo concessionário mineiro da proposta preliminar para medidas antipoluição, proteção ambiental, medidas de restauração e reabilitação dos solos, incluindo vegetação, bem como propostas visando à minimização dos efeitos de mineração nas águas superficiais e subterrâneas localizadas na área de mineração, e em áreas adjacentes; (xvi) a identificação dos riscos de segurança e saúde para as pessoas envolvidas na mineração ou prospecção e para o público em geral, e as propostas de controlo ou eliminação desses riscos (MOÇAMBIQUE, 2009a, p. 31).

É importante destacar que a recomendação do governo para que nas operações mineiras os concessionários mineiros adotem práticas que aglutinam a mineração e o respeito pelo ambiente, faz parte da própria política ambiental do país, materializada na Lei n. 20/97, legislação sobre o ambiente e nos demais decretos que consubstanciam essa lei. Aliás, Moçambique é signatário de vários acordos internacionais sobre a temática, dos quais: a Convenção africana sobre a conservação da natureza e dos *recursos* naturais (ratificada pela Resolução n. 18/81); a Convenção das Nações Unidas sobre mudança do clima (Resolução n. 1/94); a Convenção sobre a diversidade biológica (Resolução n. 2/94), para citar somente alguns exemplos.

Assim, tal solicitação demonstra que há, no seio do governo (apesar de persistir dificuldades para pôr em prática) alguma preocupação com questões ambientais, aspecto que consideramos salutar. A prática, porém revela certa dissonância entre o discurso oficial e a realidade observada durante o trabalho de campo, visto que foi o governo quem autorizou a Jindal África a armazenar o carvão proveniente da mina de Chirodzi no Terminal de carvão de Moatize, sem prévia consulta/informação aos residentes do bairro da liberdade, medida que coloca em risco a saúde deles.

Do que apresentamos até aqui, o que há de mais significativo neste contrato em comparação com o da Vale é o fato de nele o governo apresentar pela primeira vez a proposta do Plano de Ação para o Reassentamento, detalhando o número inicial dos Agregados Familiares afetados, 1.200 famílias, quase 6.000 pessoas (MOÇAMBIQUE, 2009a).

Como dito, as imposições ou os arranjos presentes nesse contrato indicam avanços e melhorias do governo na matéria de contratos e dos processos de licitação, fruto das pressões internas e externas¹⁶⁷. Tais avanços que somente esbarram na falta de fiscalização e penalização, quando necessário, revelam que é possível, reduzir ao mínimo, os efeitos negativos dos reassentamentos, nos casos em que ele se demonstre ser a única alternativa.

No mesmo pacote de obrigações, o governo impõe que o início da fase de desenvolvimento está condicionado ao apoio prestado pelo concessionário à comunidade de acolhimento, com vista a promover o bem-estar geral e melhorar a qualidade de vida de seus habitantes. Desse modo, os compromissos do concessionário mineiro para a comunidade de acolhimento incluem, mas não necessariamente se limitam a:

- (i) compromissos relativamente a contribuições sócio-econômicas que o projeto fará para a sustentabilidade da comunidade; (ii) assistência na criação de atividades de auto-sustento e geradoras de rendimentos, tais como produção de bens e serviços necessários para a mina e para a comunidade; (iii) que todos os direitos sobre o uso e aproveitamento da terra que pertençam a terceiros na área sujeita às operações mineiras, tenham sido extintos, compensados, as pessoas reassentadas ou devidamente dirimidos (MOÇAMBIQUE, 2009a, p. 33; 65).

¹⁶⁷ Em 2012, a Assembleia da República (AR) majoritariamente composta por deputados da bancada parlamentar da Frelimo, viu-se forçada a aprovar às pressas o pacote legislativo anticorrupção, que inclui a Lei n.16/2012, Lei da Probidade Pública, como condição *sine qua non* para que os parceiros de apoio programático continuassem a apoiar o país (CIP, 2012).

Portanto, se as condições colocadas pelo governo fossem observadas na sua totalidade e acompanhadas de ações de fiscalização, poderiam ter sido evitados parte dos problemas que afligem a população reassentada em Mwaladzi, Cateme e no bairro 25 de setembro. Na verdade, essas recomendações serviram e, de fato, ainda valem somente para o *inglês ver*, pois na prática a situação é bem oposta ao que é relatado. Vejamos só alguns exemplos.

À luz do contrato, o início das atividades só pode ocorrer depois que toda a população for reassentada. Ignorando essa cláusula, a Rio Tinto Coal Moçambique, iniciou a produção antes mesmo de finalizar o processo de reassentamento da população. Com exceção dos reassentados no bairro municipal 25 de setembro, o reassentamento de Cateme e de Mwaladzi localizam-se em áreas pouco povoadas; com fraca rede de comercialização (o único mercado regular é o de Cateme) e vias de acesso precário (Mwaladzi, principalmente). Portanto, além da fraca rede de comercialização, a produção de bens e serviços para fornecer as mineradoras, conforme é determinado no contrato, esbarra na qualidade e pontualidade exigida pelas mineradoras, conforme explicou o representante do Centro de Promoção de Investimentos em Tete que

[...] em nível nacional e local ainda estamos a caminhar para o empreendedorismo, visto que parece que os estrangeiros acordaram mais rápido que nós aqui, porque olha com a implantação, por exemplo, da Vale nesta cidade quase faltava tudo. A parte, por exemplo, de Catering, a Vale chegou a ter quatro mil trabalhadores e como alimentar esse número de pessoas? Não é fácil, então se procurou aqui a nível local fornecedores de alimentos e ficou difícil de tal maneira que tiveram que recorrer a vizinha África do Sul, eles traziam tomate da África do Sul, trazia frango e quase tudo de lá para alimentar a cozinha e aqui começou a surgir um e outro produtor, só que como inserir-se no mercado? Porque elas são grandes empresas elas têm um standard de qualidade invejável, então esses nossos aqui podia trazer o produto talvez mal conservado, mal produzido e, pronto [...] (Entrevista com o Sr. A. representante do CPI, outubro 2016).

Diante disso, como cumprir a premissa da assistência para a produção de bens e serviços necessários para a mina e para a comunidade, tendo em conta o quadro que apresentamos, bem como a qualidade exigida pelas mineradoras? Seja como for, as propostas feitas pelo governo no contrato, sinalizam avanços na organização para efetivamente se obter benefícios tangíveis. Nos termos desse contrato, a cláusula 11.5, determina que o concessionário mineiro deva permitir determinados usos por terceiros durante a mineração, tais como: a permissão para:

- (i) pesquisas científicas por instituições educacionais e agências governamentais;
- (ii) acesso através e por via da área do contrato para áreas adjacentes desde que não interfira com as operações mineiras;

- (iii) a construção e usos de vias de água, canais, condutos, oleodutos, gasodutos, esgotos, drenos, cabos, linhas de transmissão, estradas desde que não interfiram com as operações de mineração
- (iv) outros direitos de terceiros reconhecidos ou concedidos pelo Estado como a pastagem, pesca, água, corte de madeira, direitos inerentes à atividade agrícola, e o direito à passagem, o gozo contínua do qual não é incompatível com as operações minerais (MOÇAMBIQUE, 2009a, p. 39).

E para contornar essa cláusula, frente à incipiente fiscalização em todos os níveis, as empresas tomam à dianteira, vedam as áreas concessionadas, independentemente se elas estão em uso ou não. Após a vedação, a área é, permanentemente vigiada e o acesso ou a permanência de pessoas comuns dentro da área é interdito. Foi essa a experiência que tivemos em outubro de 2016, quando pretendíamos chegar a Chipanga- Sede e fomos barrados pela força do grupo *Arkhe Security*, empresa de segurança contratada pela Vale Moçambique.

Para o vereador do Conselho municipal (prefeitura) de Moatize, as empresas procedem assim, porque

[...] como os grandes projetos já tem as áreas concessionadas e eles já tem delimitação e a própria população já está avisada e já conhece os limites, no início houve pessoas que foram retiradas do espaço concessionado e indenizado, então onde há dinheiro a população torna-se rebelde, vão invadindo o espaço dos megaprojetos, no sentido de que, quando eles quiserem nos tirar terão de indenizar. A Vale teve que recuar do espaço concessionado em 500 metros e logo que recuou a Vale teve que vedar para limitar mesmo. Esse foi um dos casos mais visíveis [...] (Entrevista com o vereador para área da urbanização, outubro 2016).

Em alguns trechos do discurso do vereador é possível notar que há uma tendência de atribuir a culpa à população, quer dizer, é como se tivesse sido a comunidade a invadir o espaço vital da Vale Moçambique. Sabe-se, no entanto, que a presença da Vale é recente e posterior ao povoamento daquela área. Tal posicionamento decorre em parte da ideia verticalizada da compensação, sustentada na premissa de que o uso da terra para a atividade mineira tem prioridade sobre todas as outras formas de utilização da terra.

Não obstante e, inconformados com as restrições no acesso aos recursos vitais, por exemplo, a lenha, a população insurge-se contra as mineradoras, rompe com a lógica instituída pela história espacial do capitalismo, isto é,

A busca de novos horizontes, fronteiras e localizações para acumulação de riqueza, avalizada pelo Estado, que se destaca na criação dos mecanismos de validação e sustentação do movimento de reprodução e expansão do espaço de acumulação de riqueza culminando, com o cercamento de bens comuns e a expropriação das comunidades (ACSELRAD, 2015, p. 8).

Foi isso que ocorreu no dia 13 de julho de 2017, em Moatize, onde a população de Nhantchere destruiu parte da vedação e da infraestrutura de umas das áreas concessionadas à Vale Moçambique. Desse conflito resultou a morte um jovem manifestante¹⁶⁸ baleado pela polícia. É preciso lembrar que esse não é o primeiro caso em que há o enfrentamento entre a população e a Vale Moçambique, que em todas as ocasiões conta com a intervenção da polícia - o braço do Estado que detém o poder de repressão e funciona como *segurança* para as mega-empresas, conforme diz Bauman (1999).

Entender as razões desse e de outros conflitos envolvendo as mineradoras e a comunidade em Tete, exige a releitura do significado do avanço da fronteira e a integração de novas e mais áreas no processo de acumulação da riqueza. Nesse sentido, o quadro analítico e teórico delineado por José de Souza Martins fornece pistas para a compreensão desse fenômeno.

De fato, no artigo, *Frentes pioneiras, camponeses e indígenas na fronteira*, o autor acena que episódios como esses, de confrontação entre a população, fazendeiros e/ou grandes grupos econômicos, decorrem do fechamento da fronteira, diante do avanço das frentes pioneiras sobre a frente de expansão, o que, quase sempre, termina em conflitos sociais. Martins (1996, p.32) garante que

Quem conhece a fronteira sabe perfeitamente bem que nela, de fato, essas faixas [referentes aos distintos ritmos e sentidos dos avanços e deslocamentos daqueles diferentes agentes] se mesclam, se interpenetram, pondo em contato conflitivo populações cujos antagonismos incluem o desencontro dos tempos em que vivem. [E] quando não há perspectivas de encontrar terras nem há perspectiva ou disposição de entrar na economia da miséria no interior da fronteira econômica, geralmente começa a luta pela terra.

Atento ao discurso dos manifestantes e do líder comunitário de Nhantchere, compreende-se que para a comunidade a área que a Vale Moçambique pretende enclausurar não só tem importância econômica, no sentido de que é ali onde a população recorre para tirar o sustento, mas também, está impregnada, da dimensão simbólica, isto é, o valor da área transcende a esfera econômica ou de

¹⁶⁸ A área em disputa vinha sendo usada pela população para a prática da agricultura; a extração da pedra para construção, bem como a coleta de frutos silvestres que fazem parte da dieta alimentar da comunidade. Segundo Julião Maceque, líder comunitário de Nhantchere, no período da concessão, a Vale, a comunidade e o governo distrital chegaram a um consenso sobre a referida área. Nessa época, a empresa comprometeu-se a não vedar umas partes, de modo a possibilitar acesso ao interior dessa área pela população.

Apesar da morte do referido jovem (pela polícia) a população garante que vai continuar a manifestar-se para impedir que a Vale Moçambique encerre o acesso.

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bD9ga0Kjqv4>>. Acesso em: 19. jul. 2017.

produção e contamina toda a vida social daquela comunidade, conforme assinala Siguad (1992).

Portanto, é sob esse pano de fundo que se configura o conflito que, de acordo com Acselrad (2004, p. 26) envolve

Grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis - transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos - decorrentes do exercício das práticas de outros grupos.

No rastro de Acselrad (2004), Zhouiri e Laschefski (2010, s/p) expõem que, os desentendimentos entre a Vale Moçambique e a comunidade, corporificam o conflito ambiental que se delinea quando,

Grupos sociais afetados por diferentes projetos econômicos contestam o estado de privação e/ou risco a que estão submetidos, enfrentando o seu problema a partir da mobilização com vistas à denúncia. [Portanto] podemos dizer que os conflitos ambientais surgem das distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material e que a base cognitiva para os discursos e ações dos sujeitos neles envolvidos configura-se de acordo com suas visões sobre a utilização do espaço.

Retomando a análise do contrato cabe assinalar que nele, além de questões ligadas às compensações, o governo estabelece, também, que o concessionário mineiro deva oferecer ao Estado moçambicano o direito de subscrever ao preço justo de mercado uma série especial de ações, bem como quaisquer contribuições adicionais que corresponderá a um máximo de 5% do capital social da Riversdale Moçambique Limitada (MOÇAMBIQUE, 2009a).

Entre as garantias ao investimento, conforme orienta a Lei n. 3/93, legislação sobre o investimento em Moçambique, o governo assegura nas cláusulas 15.1.1 até 15.1.4, a estabilidade fiscal durante a vigência do contrato. Quer dizer, ao longo dos primeiros vinte e cinco anos não haverá alteração dos termos contratuais, a não ser para o benefício do concessionário mineiro. Isento de quase todas as taxas, sobretudo na importação de maquinaria; acessórios acompanhantes e outros alistados na classe K da pauta aduaneira nacional, a Riversdale Moçambique Limitada tem as obrigações fiscais seguintes

i) o pagamento do IRPC fixada em 32%, podendo ser menor desde que aprovada ocasionalmente pela autoridade competente durante a validade da concessão mineira, mediante solicitação pelo concessionário minério, da aplicação dessa taxa menos nos termos da lei. Contudo, a RML gozará do direito a suspensão da obrigação do pagamento do IRPC incidente sobre os dividendos a ele atribuídos, apenas se o preço do produto mineral comercial médio de exportação dos diferentes tipos de carvão não elevar em mais de 4% em relação ao preço médio considerado modelo financeiro do projeto.

Nesse contexto qualquer elevação do preço do produto mineral comercial médio superior aos 4%, implicará a cessação do gozo do benefício da suspensão;

ii) O concessionário minério deverá pagar o imposto sobre a produção dos produtos minerais comerciais de carvão à taxa de 3% do preço do produto mineral comercial. E no caso de exportação de produtos minerais comerciais, o imposto sobre a produção será pago na exportação, e no caso de vendas internas, numa base mensal (MOÇAMBIQUE, 2009a, p. 49).

Como dito ao longo do trabalho, o governo atribui incentivos fiscais aos megaprojetos, como estratégia para atrair o investimento estrangeiro. Não que isso não seja necessário, principalmente em se tratando de um país como Moçambique que, de fato, carece desse e sobretudo de outros tipos de investimentos. É nosso entendimento e, da grande parcela de pesquisadores da temática megaprojetos, que o governo deveria reduzir não só a quantidade desses benefícios, mas também o período de concessão dos mesmos, tendo em vista a instabilidade do mercado e do próprio ciclo das *commodities* minerais, bem como a necessidade de aumentar a arrecadação de receitas para financiar projetos de desenvolvimento social. A realidade atual mostra que, no país, algumas empresas do setor mineiro encerram ou abandonam suas atividades sem sequer ter pagado a metade do valor com o qual poderiam contribuir para o Estado e, a Riversdale é o exemplo disso.

Portanto, o início da exploração do carvão pela Rio Tinto Coal Moçambique, em 2012, marca o arranque das atividades do Projeto de Benga cujo planejamento foi feito pela Riversdale Moçambique, antiga detentora da concessão mineira. De acordo com o *Rio Tinto Report* (2013), no 1T2013, o projeto de Benga produziu 220 mil toneladas, das quais 111 mil de carvão de coque e 109 mil do carvão térmico. Essa quantidade representa praticamente a metade da produção anual de Benga no ano anterior que, foi de 460 mil toneladas, sendo 272 mil de carvão térmico e 188 mil de carvão metalúrgico. Sem dúvidas que esse volume não representa sequer a metade da quantidade produzida no mesmo período nas cinco maiores minas de carvão controladas pela Rio Tinto Coal Austrália (RTCA), contudo, esta quantidade simboliza o início do *ramp up* de uns dos projetos mais prospectivos, tal como destaca o referido relatório.

Conforme temos vindo a comentar, em Moçambique o setor extrativo vem ano após ano, conquistando espaço e destaque na economia nacional, em virtude da sua crescente participação no PIB. Ou seja, além de sua contribuição marginal na geração de postos de trabalho, *grosso modo*, temporários, a mobilização do

investimento direto estrangeiro para a realização de grandes projetos nesse setor, insuflou o PIB nacional durante os últimos dezessete anos.

É por isso que Castel-Branco (2015) considera que, em muitos aspectos, o setor extrativo comanda a dinâmica e o ciclo/s de acumulação de capital no país, tendência essa que, já foi vivenciada em outros países, como por exemplo, a Argentina, no qual Svampa e Antonelli (2009) apontam mudanças no modelo de acumulação, em função da intensificação e expansão de projetos voltados para a extração e exportação de bens naturais em grande escala.

Portanto, no eixo central do processo de acumulação, setores como a agricultura e serviços destacam-se como principais dinamizadores da economia nacional. Não menos importante é também o setor extrativo, sobretudo o carvão mineral. Note-se, a esse respeito que desde 2012, sua contribuição na composição do PIB nacional tem crescido significativamente. Se, entre 2010 e 2012, por exemplo, a participação cresceu de 0% para 0,4%, em 2013, isto é, dois anos após o início da extração e processamento do carvão de Moatize a taxa foi de 0,7%.

Nessa mesma tendência, entre 2013 e 2014, o aporte da produção do carvão mineral no PIB nacional aumentou moderadamente de, 0,7% para 0,75%. Daí em diante, registrou-se um rápido e contínuo crescimento, mesmo sob o espectro da crise do mercado mundial de *commodities* (FMI, 2015). Já destacamos, no início desse subtítulo, que a valorização dos produtos primários no mercado internacional, o chamado *efeito China*, inaugurou um novo ciclo caracterizado pelo aumento da demanda, principalmente do minério de ferro, do níquel, cobre e outros. E para responder a essa procura, Companhias mineradoras do mundo inteiro se desdobraram em busca de novas jazidas ou novos espaços para a valorização do capital e acumulação de riqueza.

Em Moçambique, esse processo manifestou-se, principalmente pelo aumento na procura de licenças para pesquisa, prospecção ou exploração de vários produtos minerais, com destaque para o carvão. De fato, devemos notar, tal como o fez Marx (1980) que a existência de mercado para absorver as quantidades crescentes de mercadorias produzidas é um dos pilares de que depende a sustentação e a continuidade do processo de acumulação, pois na sua ausência desaparecem, por conseguinte, as condições para a acumulação capitalista.

Nesse sentido, a demanda chinesa que iniciou nos finais da década de 1990 e, dominou toda a primeira década do novo milênio, propiciou o aumento do número de firmas que aportaram em Tete, sobretudo em Moatize em busca de licenças para mineração. Conforme explica o CDRM, até 2015, a Direção Provincial dos Recursos Minerais de Tete, "havia atribuído mais de 350 licenças para a prospecção e pesquisa de diversos minerais em toda a Província, incluindo o carvão mineral" (Entrevista com CDRM, outubro, 2015).

Portanto, concentrado principalmente na exploração do carvão mineral em Moatize, há no rastro dessa demanda, licenças emitidas para a prospecção e pesquisa do minério de ferro, nos Distritos de Chiúta e Moatize. Presentemente existem nesse último Distrito, quatro Companhias na fase de produção, nomeadamente: a Vale Moçambique, a ICVL Minas de Benga; Beacon Hill Resources Company e a Ncondezi Coal Project, cujos principais mercados para a colocação da produção são: Índia, China e Japão. Juntos, as quatro empresas têm uma produção anual calculada em 180 milhões de toneladas de carvão mineral de todos os tipos.

Entre os projetos que, até outubro de 2016, estavam próximos de operar destacam-se: os projetos Rio Tinto Zambeze, minas de Revubué, Eta Star, Coal Indian African e Capitol Resources, quase todos voltados para à produção de carvão mineral no Distrito de Moatize, com a exceção do último, cuja área concessionada abrange, tanto Moatize quanto o Distrito de Chiúta e, destina-se à extração e processamento do minério de ferro do depósito de Monte Tengue (DIGBY WELLS, ENVIRONMENTAL, 2014).

No quadro 5, nota-se que, fora de Moatize, o único destaque é o projeto de exploração e processamento do carvão da Jindal África, subsidiária da firma indiana *Jindal Steel and Power Limited* (JSPL), empresa pública do setor siderúrgico e produção de energia. A JSPL minerais Mozambique Limitada, denominação com a qual foi registrada em Moçambique é subsidiária da Jindal África e da Jindal Group.

Com valor de mercado estimado em US\$ 18 bilhões, a Jindal Group é, segundo a Jindal África (2014), um conglomerado indiano que, nas últimas três décadas emergiu como um dos maiores e mais dinâmicos grupos de negócio da Ásia.

Quadro 5 - Principais empresas mineiras na Província de Tete, com destaque para Moatize, outubro 2016

Empresa	Minério	Localização	Área (ha)	Acionistas	Início da Produção	Tipo de Carvão (Mtpa)*		Mercado
Na fase de produção em Moatize						Metalúrgico	Térmico	
Vale Moçambique	Carvão	Moatize	23780	brasileiros e outros				China, Índia e Japão China, Índia e Japão Índia e China Malawi, Zâmbia, Zimbábue
Moatize I	Carvão	Moatize			2011	8.58	2.6	
Moatize II	Carvão	Moatize			2015	8.58	2.6	
ICVL* Minas de Benga	Carvão	Moatize	4560	Indianos Sul - africano e ingleses	2012	6	4	
BHRC* Minas de Moatize	Carvão	Moatize	260		2011	0.72	1.64	
Ncondezi Coal Project	Carvão	Moatize	24900	ingleses	2014	0	10.5	---
Fora do Distrito de Moatize								
Jindal Africa	Carvão	Changara e C. Bassa	1, 955	Indiano	2013	3	2	Índia
Próximo de operar								
Rio Tinto Zambeze	Carvão	Moatize	9715,28	australianos	2014***	13.5	9	---
Minas de Revubué	Carvão	Moatize	3964,46	japoneses	2015***	5.1	3.4	Japão
Eta Star	Carvão	Moatize- Calambo	4000	Dubai- emirandese	---			Índia
Coal Indian African	Carvão	Carvão	10880	indianos australianos e ingleses	---			Índia
Capitol Resourecs	Ferro	Moatize e Chiúta	5640		2016***			---

Fonte: Trabalho de Campo, 2015 e 2016; Resenfeld (2012), Org.: Eduardo Bata (2017).

Notas: *Milhões de toneladas por ano; * International Coal Venture Limited; **Beacon Hill Resources Company; --- Informação não disponibilizada; *** Previsão de início.

De acordo com o Chefe de Departamento Social (CDS) da JSPL minerais Mozambique, além de Moçambique e África do Sul, a Jindal África tem projetos nos seguintes países: "Zimbabwe, Zâmbia, Malawi, Namíbia, Tanzânia e Madagáscar. Contudo, até outubro de 2015, somente o projeto de carvão de Chirodzi estava na fase de desenvolvimento, sendo que os outros eram projetos em carteira" (Entrevista com o CDS, outubro, 2015).

Em Chirodzi, Província de Tete, a Jindal África opera por meio de sua subsidiária JSPL minerais Mozambique limitada, a qual adquiriu em janeiro de 2008, a primeira licença para a prospecção e pesquisa de carvão e de minerais associados. Ao transitar para a fase de desenvolvimento, foi emitida a concessão mineira correspondente ao Bloco 3605C que abrange uma área de 2.000 hectares de terra, entre os Distritos de Changara e Cahora Bassa.

De acordo com a Impacto (2012), a área concessionada à JSPL minerais Mozambique possui reservas avaliadas em 724 milhões de toneladas de carvão bruto, das quais 132 milhões serão extraídos na fase inicial do projeto. Nessa etapa, a taxa anual de produção será de 1 milhão de toneladas de carvão que progressivamente aumentará, até alcançar a capacidade máxima de 10 milhões de toneladas anuais. Yager (2015) afirma que a Jindal previa aumento da sua capacidade de produção de 1 milhão de toneladas em 2013 para 3.0 milhões entre 2014 e 2015, contudo, tal incremento dependeria da capacidade da empresa para transportar o carvão até Moatize, de onde é enviado para o Porto da Beira.

Com aproximadamente 50% da produção total do projeto destinada à exportação para o mercado indiano, 2.0 milhões de toneladas de carvão térmico (com alto teor de cinzas, até 26%) serão usadas anualmente para alimentar a central termoelétrica que deverá produzir 2.640 MW de energia, dos quais parte significativa será utilizada no próprio projeto e o resto vendido para o mercado doméstico.

Assim, o aumento do número de empresas que exploram ou pretendem extrair o carvão mineral para a exportação e produção de energia a partir de centrais termoelétricas tem vindo a comprometer a disponibilidade de terra para os camponeses produzirem para o seu auto-sustento. Dados do DANWATCH (2015) demonstram que, além dos 14 milhões de hectares propostos para serem apropriados pelo projeto Prosavana (ver mapa 6), outros 7 milhões serão alocados para a produção de agrocombustíveis e mais 5 milhões de hectares que serão

ocupados por projetos de exploração dos recursos minerais, sobretudo o carvão mineral em Tete e na Província de Niassa.

Um denominador comum nesses projetos é que todos eles são intensivos em capitais e ocupam grandes quantidades de terras com consequente expropriação das comunidades camponesas. De acordo com o mesmo Instituto, mais de 70% dos projetos analisados em Moçambique não cumpriram com as recomendações legais, por exemplo, a consulta comunitária, consentimento da comunidade e outros. Portanto, por detrás das expectativas e da visão otimista do governo em relação à promoção do setor da mineração como a engrenagem do processo de desenvolvimento do país, há riscos que o próprio executivo ignora que, porém, deveriam se considerados.

Além de riscos como, por exemplo, o aumento meteórico da dívida pública; o afunilamento da base produtiva e das oportunidades de emprego; o enfraquecimento das ligações econômicas; a mercantilização ou o sucateamento das áreas sociais (educação, saúde, segurança pública) e outros já identificados por Castel-Branco (2015); a falta de proteção das camadas socialmente mais sensíveis ou expostas e, sobretudo o empobrecimento e a corrosão dos meios de vida da população reassentada, são no nosso entender, aspectos que deveriam ser tratados com prioridade pelo governo e não como o preço a pagar pelo "desenvolvimento".

Por isso, corroboramos a tese defendida por Rahnema (1991), ao afirmar que os ditos programas de desenvolvimento não prosperam porque todos eles oferecem soluções para o combate à pobreza, porém, nenhum desses inclui os beneficiários de tais projetos. Logo, o empobrecimento da população reassentada é resultado do próprio modelo de desenvolvimento adotado pelo governo, que quebrou os laços da comunidade e privou milhares de pessoas de ter acesso a terra, à água e outros recursos fundamentais para sua reprodução social.

2 EFEITOS ESPACIAIS DA EXPLORAÇÃO DO CARVÃO MINERAL EM MOATIZE: o desenraizamento e a desestruturação social das comunidades

Nada suscitou nos homens tantas ignomínias
como ouro.
É capaz de arruinar cidades,
De expulsar os homens de seus lares;
Seduz e deturpa o espírito nobre
Dos justos, levando-os a ações abomináveis;
Ensina aos mortais os caminhos da astúcia e da
perfídia,
E os induz a cada obra amaldiçoada pelos deuses
[...]. (SÓFOCLES, citado por MARX, 1982, p. 252).

O poema de Sófocles (496 a.C - 406 a.C), um dos proeminentes dramaturgos da Grécia Antiga, coloca, em pauta, a importância histórica de alguns metais e, nesse caso, o ouro. Brilhante e precioso, esse escravo vermelho, no dizer de Shakespeare, ata e desata vínculos sagrados, assim como tem a capacidade de arrancar os homens de seus lares e arruinar cidades. O ouro, juntamente com a prata, possui, em grau superior, todas as qualidades requeridas de uma mercadoria.

De fato, na qualidade de meios de circulação, o ouro e a prata oferecem vantagem sobre as demais mercadorias, "de que a seu peso específico elevado, o qual representa um peso relativamente grande em pouco espaço, corresponde seu peso específico econômico, o que lhes permite encerrar muito tempo de trabalho, isto é, um grande valor de troca, sob um pequeno volume" (MARX, 2008, p.194). Dessa última característica, decorre, então, a condição fundamental de toda a mercadoria, isto é, o perpétuo movimento de circulação.

Mas é preciso lembrar que o ouro, a prata, o cobre, o ferro, o carvão mineral e demais matérias-primas, só o são porque adquirem um valor de uso decorrente de suas funções sociais específicas, que somente são após um trabalho anterior. Ou seja, um determinado objeto de trabalho é apenas matéria-prima depois de ter experimentado uma modificação mediada por trabalho (MARX, 1996).

Assim, o trabalho necessário para a transformação constante do objeto em matéria-prima exacerba, em função do aumento da demanda (necessidade criação da riqueza privada em oposição da riqueza pública), a fenda metabólica, ou o roubo, decorrente dos gananciosos métodos capitalistas de exploração que visam aos maiores lucros em menor tempo, como diz Ernest Mandel.

Em, *A ecologia da economia política marxista*, John Foster lembra que a preocupação de Karl Marx em pesquisar aspectos ligados à economia política, nasce de uma sistemática observação da situação na qual vivia a classe camponesa prussiana visto como "inimigos da madeira, devido ao exercício de seu costumeiro direito de recolher madeira de lenha para cozinhar e aquecer suas casas, transgredindo os direitos de posse dos possuidores de propriedades privadas" (FOSTER, 2012, p. 80).

A partir desse raciocínio, é coerente afirmar que toda a história do capitalismo é, simultaneamente, uma história de exploração da natureza e de seus elementos, incluindo o Homem, pois, do ponto de vista ontológico, ele é parte da natureza, ou melhor, a natureza é o seu corpo, e ele precisa manter com ela um diálogo continuado para não morrer. Dito de outro modo, dizer que a vida física e mental do homem está vinculada à natureza significa simplesmente dizer que a natureza está vinculada a si mesma, pois o homem é parte da natureza (MARX, 2004).

Mais justo ainda, é compreender, conforme assinala Escobar (1995), que a pobreza massiva no sentido moderno aparece, somente, quando a propagação da economia do mercado quebrou os laços comunitários e privou milhões de pessoas do acesso a terra, água e outros recursos. E isso só foi possível com a consolidação do capitalismo, com o qual a pauperização se tornou inevitável.

Portanto, assim como o ouro delineou rupturas e devorou cidades inteiras, o carvão mineral, em sua história e geografia, atraiu a atenção da burguesia nascente, sobretudo, a partir do momento em que o seu vapor passa a ser usado para a locomoção de máquinas a vapor e a produção de energia, principal impulso para o triunfo da Revolução Industrial na Europa. Arrancado brutalmente do chão, a produção do carvão mineral, como imperativo para a industrialização, não implicou somente o revirar do solo e do subsolo seguindo a direção do veio, mas também a degradação das condições de vida e de trabalho dos mineiros (homens, mulheres e crianças), bem como das comunidades no entorno das minas, conforme descreveu Engels (1975).

Em, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, Engels fez um apurado levantamento, fruto de uma sistemática observação da condição da classe trabalhadora. Além das condições de trabalho degradante, devido ao ambiente inóspito do interior das minas, junto com o trabalho infantil e feminino, Friedrich

observou a predominância de um quadro de saúde altamente nocivo aos trabalhadores.

É importante assinalar que o carvão mineral, esse minério extraído do mundo subterrâneo, com composição química que se assemelha ao diamante, de cor negra e de baixo valor estético, (a cor está diretamente vinculada ao valor estético, diz MARX, 2008), tem sido o fio de prumo de um extraordinário processo de expropriação das comunidades camponesas na Província de Tete, com ênfase para Moatize.

Esse processo, que ocorre sob o comando do Estado, o meta-regulador do mercado e administrador dos bens mineral, nas palavras de Sousa-Santos (2005), justificado, pretensamente, pela necessidade de promover o "desenvolvimento", vem se constituindo desde 2005, como o principal motor de usurpação de terras comunitárias e da instauração de conflitos socioambientais. Junto com os deslocamentos compulsórios¹⁶⁹ e/ou involuntários, a restrição do direito costumeiro de uso da terra, o acesso aos rios e a outros meios de subsistência nos alerta que está em curso em Moatize o processo de usurpação da natureza e da riqueza pública, condição primitiva para a produção capitalista (MARX, 2011).

Diante desse quadro, o que se pretende demonstrar é que às margens do discurso de desenvolvimento, que elegeu a mineração como sua engrenagem principal e exigiu a reforma da legislação nacional visando regular a propriedade e as condições de acesso e exploração dos recursos minerais, conforme diz Scotto (2011), ocorre o processo de desestruturação e destroçamento dos meios de subsistência e das formas de vida das comunidades diretamente afetadas, deslocadas e realocadas para novos lugares para possibilitar início das atividades minerárias. Esses deslocamentos conduzem ao empobrecimento da população, tendo em vista que os reassentamentos não são acompanhados de medidas ou de

¹⁶⁹ Para Almeida (1996, p. 460) os deslocamentos compulsórios resultantes dos chamados projetos de desenvolvimento não devem e/ou podem ser considerados simplesmente como migração ou êxodo. Com efeito, o deslocamento compulsório ou forçado deve ser compreendido como o "conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias, seus lugares históricos de ocupação."

A despeito das prováveis (mas, dúbias) reuniões de apresentação pública dos projetos (consulta pública), entende-se, porém que todo o processo de deslocamento da população é compulsório, em vista que, as comunidades não têm outra escolha senão a de mudarem. Junto com as promessas de vida melhor no reassentamento, o poder dos decretos de lei, encerra qualquer possibilidade de oposição às ordens do grande capital, que têm no Estado o seu aliado.

políticas públicas apropriadas que visa restaurar os meios de subsistência dos reassentados (CERNEA, 2008).

Portanto, em função da observação feita durante o trabalho de campo, do diálogo com os moradores reassentados em Cateme, Mwaladzi e bairro 25 de setembro; das entrevistas com alguns membros do governo provincial de Tete; da análise da legislação e das concessões mineiras, podemos afirmar que para o Estado importa somente o deslocamento da população para viabilizar os projetos de mineração, designados de "alto benefício econômico e social; de "utilidade pública" e de "interesse nacional", conferindo-lhes, por conseguinte, prioridade sobre todas as coisas, inclusive sobre as pessoas (MOÇAMBIQUE, 2002; SCOTTO, 2011).

Reafirmamos que a cadeia mineradora (minas e o respectivo sistema logístico) é responsável não só pela degradação ambiental, em vista das quantidades de poeiras expelidas para atmosfera em frentes de trabalho; dos rejeitos, dos solos contaminados; da escassez da terra e de água e das dificuldades de acesso aos recursos de uso comum (rio e outros), mas também pela fragmentação social; insegurança alimentar, com todos os problemas que isso acarreta para as comunidades camponesas da Província de Tete, sobretudo aquelas do Distrito de Moatize.

2.1 TUDO COMEÇOU ASSIM: contatos iniciais e o reassentamento; um processo excludente?

Colonização = coisificação

Eu, eu falo de sociedades esvaziadas de si próprias, de culturas espezinhadas, de instituições minadas, de terras confiscadas, de religiões assassinadas, de magnificências artísticas aniquiladas, de extraordinárias possibilidades suprimidas

Falo de milhões de homens arrancados aos seus deuses, à sua terra, aos hábitos, à sua vida, à vida, à dança, à sabedoria

Mas eu falo de *economias* naturais, de *economias* harmoniosas e viáveis, de *economias* adaptadas à condição do homem indígena desorganizadas, de culturas de subsistência destruídas, de subalimentação instalada, de desenvolvimento agrícola orientado unicamente para benefício das metrópoles, de rapinas de produtos, de rapinas de matérias - primas

Cada dia que passa, cada negação de justiça, cada carga policial, cada reclamação operária afogada em sangue, cada escândalo abafado, cada expedição punitiva, cada polícia e cada miliciano fazem-nos sentir o preço das nossas velhas sociedades.

Eram sociedades comunitárias, nunca de todos para alguns. (CÉSAIRE, 1978, p. 25 - 26, grifos do autor).

O trecho da poesia de Césaire, apesar de referir-se ao período colonial, contudo, descreve práticas coloniais que permanecem vivas na atualidade, cujo

fortalecimento se deu, principalmente, a partir da década de 1970, com o início do processo de Reestruturação Produtiva do Capital. Césaire, ao falar das economias naturais, harmoniosas, viáveis (adaptadas à condição de homem indígena) e das culturas de subsistência (auto-sustento), porém, destruídas em benefício das metrópoles, rapinas de matérias-primas; descreve, exatamente, as modernas formas de atuação do capital transnacional, que articulado ao Estado nacional, parceiro e segurança (BAUMAN, 1999; ACSERLALD; 2004; HARVEY, 2006) vem se organizando, com vista a oferecer melhores condições para a atuação do capital.

Para Moyo (2013), o mais recente movimento de organização do Estado nacional, em função das necessidades produtivas do capital, é fruto da crescente demanda por diversos produtos primários, como por exemplo, minerais, ou agrícolas, negociados, tanto nos mercados de ações ou bolsa de *commodities*, a preços de hoje (quer dizer, à vista), ou a preços derivativos, portanto, em contratos futuros.

Sejam quais for às condições de venda desses produtos, o certo é que a expansão do setor extrativo (mineração, prospecção de petróleo e gás e, outros) e a reprimarização de algumas economias do Sul Global, produz e/ou produziu impactos sociais e ambientais gigantescos, que vão desde o deslocamento compulsório de comunidades inteiras, a contaminação do solo, da água e de outros recursos vitais para as comunidades locais (GUDYNAS, 2016).

Embora seja um fenômeno muito antigo, o debate sobre o deslocamento compulsório alcança, na década de 1980, sua maior expressão e visibilidade. A partir desse período, acadêmicos, ativistas e movimentos sociais contra os deslocamentos, em países como Índia, voltam as suas atenções para analisar a escala deste fenômeno (THUKRAL, 2009).

Cernea (1995) sublinha que as pesquisas sobre os deslocamentos compulsórios ganham espaço e forma na década de 1980, constituindo-se como um campo de pesquisa dentro das ciências sociais e, o Banco Mundial torna-se, assim, a primeira agência de desenvolvimento a adotar políticas explícitas sobre o reassentamento involuntário. A atenção especial dedicada ao reassentamento involuntário, dentro das políticas do Banco Mundial (OP 4.12, *Involuntary Resettlement*, 2001), é fruto de uma visão integrada sobre a relação entre os deslocamentos compulsórios e o empobrecimento da população, em função: da

marginalização; da escassez de terra; do desemprego; da falta de moradia; do aumento da morbidade; da insegurança alimentar; da perda de acesso à propriedade comum e da desordem e/ou desarticulação social induzido pelos deslocamentos involuntários. Aspectos esses que também são notórios nos três reassentamentos em Moatize.

Em Moçambique, apesar de seu crescimento e ampla discussão na atualidade devido ao seu grau de conflitualidade com as comunidades locais, os deslocamentos compulsórios são, todavia, parte do processo de formação socioterritorial do país. De fato, desde a fundação dos entrepostos comerciais, passando pela ocupação efetiva do território nacional (ver parte 1), a população moçambicana, quase sempre, foi obrigada a deslocar-se, quer dentro dos mesmos limites administrativos, quer entre distintas provinciais.

No caso da Província de Tete, a população desse território vem sendo submetida desde, o período da ocupação efetiva (a migração da força de trabalho para as minas e as plantações no Zimbabwe) a sucessivos deslocamentos, quer durante a luta de libertação nacional, quer no decurso da guerra de desestabilização. Seja como for, de todos esses deslocamentos, o mais significativo e midiático iniciou-se em 2005, período no qual a Vale Moçambique começou a realizar os estudos de viabilidade que culminou com o reassentamento.

Tais estudos tinham como objetivo o levantamento das condições do meio, o recenseamento da população que seria afetada, inicialmente, pelas atividades da Vale Moçambique, bem como o mapeamento das diferentes formas de uso de terra e ocupação do território, nas aldeias de Chipanga, Bagamoyo, Mithethe e Malabwe. No decurso dessa fase, que, conforme os supervisores da área social da Vale, era a condição obrigatória para a continuidade do projeto, procedeu-se, igualmente, ao processo de auscultação das comunidades.

De fato, a legislação nacional (Lei de terras; do ambiente; de minas e Lei do Ordenamento territorial) que regulamenta essas atividades determina que para a aquisição do direito de desenvolver e operar uma mina (por exemplo, de carvão), as empresas devem, em primeiro lugar, obter a licença de exploração mineira com a qual se procede à avaliação das reservas do recurso em causa na área designada; estudar a viabilidade das operações de mineração, bem como efetuar o Estudo do Impacto Ambiental, que deve incluir a avaliação dos impactos sociais.

Por outro lado, se área concessionada abrange territórios previamente habitados, a empresa deve reassentar as comunidades afetadas pelo seu empreendimento. Para tal, precisa apresentar junto com o EIA, o Plano de Ação para o Reassentamento (RAP¹⁷⁰), que inclui entre outros aspectos, o perfil das comunidades, o número de *machambas*, de infra-estruturas a serem deslocadas, bem como o pacote de compensação para as comunidades afetadas.

Moçambique, apesar de ter acolhido um significativo número de projetos de exploração de recursos minerais, que implicou o deslocamento compulsório da população para dar lugar a esses empreendimentos (reassentamento da *Kenmare Moma Mining*, da Vale Moçambique), todavia a legislação sobre essa matéria é recente. Por isso, a publicação do Decreto n. 31/2012, que regulamenta o processo de reassentamento representa, no nosso entender, um esforço do governo no sentido de institucionalizar ou regulamentar os processos de reassentamento.

De fato, pela primeira vez na história do país, o Plano de Ação para o Reassentamento passará a ser alimentado não só pelo levantamento/auscultação feito às comunidades "hospedeiras" do projeto, mas também por diretrizes legais que aglutinam as necessidades do Estado e das comunidades locais, visando humanizar os processos de reassentamento. Convém assinalar, no entanto, que o Decreto em pauta ainda se apresente favorável ao capital transnacional e ao próprio Estado, em prejuízo da população diretamente afetada, conforme demonstraremos.

Logo de início, o Decreto dá a entender que o reassentamento é um ato obrigatório e inevitável, cabendo ao Estado regular as formas e as condições nas quais ele ocorre, pois,

A crescente demanda pelos *recursos* naturais no país, tem vindo a ditar a necessidade de mais espaços físicos para a implantação de empreendimentos econômicos, que impliquem o reassentamento da população em outras áreas, sem a observância dos aspectos socioeconômicos e culturais, tornando-se necessário a normalização do processo de reassentamento (MOÇAMBIQUE, 2012, p. 323, grifo nosso).

Portanto, a instituição do reassentamento como um ato inevitável, contraria o OP 4.12, sobretudo, o *Policy Objectives*, do Banco Mundial, que determina que "o reassentamento involuntário deve ser evitado sempre que possível, ou minimizado,

¹⁷⁰ De acordo com o Decreto n. 31/2012, o RAP é um instrumento que define com pormenor a tipologia de ocupação de qualquer área específica, estabelecendo a concepção do espaço, dispondo sobre usos do solo e condições gerais de edificações, traçado das vias de circulação, as características das redes, infra-estruturas e serviços (MOÇAMBIQUE, 2012, p. 324).

explorando todas alternativas viáveis do projeto" (BANCO MUNDIAL, 2001, s/p). De igual modo, a concepção do reassentamento como ato forçoso e a compensação como instrumento financeiro para a expropriação das comunidades, conforme explica Cernea (2008) viola também o Padrão de Desempenho 5, da *International Finance Corporation* (IFC), que dispõe sobre as condições de aquisição de terra e o reassentamento involuntário das comunidades afetadas.

Para o IFC (2010, p.1), o proponente do projeto deve:

- (i) evitar ou pelo menos reduzir o deslocamento, sempre que possível, explorando planos de projetos alternativos; (ii) atenuar os impactos socioeconômicos adversos decorrentes da aquisição de terra ou de restrições ao seu uso, por meio de indenização por perda de bens ou de acesso a bens pelo custo de reposição, certificando-se de que as atividades de reassentamento sejam levadas a cabo após uma divulgação apropriada das informações pertinentes, consultas e a participação informada das partes interessadas afetadas; (iii) melhorar ou restaurar os meios de sustento e os padrões de vida das pessoas deslocadas e (iv) melhorar as condições de vida das pessoas deslocadas mediante o fornecimento de habitação adequada, com garantia de segurança de propriedade nos locais de reassentamento.

A prática, porém, demonstra que de todos os reassentamentos, até então, realizados no país, menos da metade das recomendações do IFC foram consideradas. Isso porque, tanto a população reassentada pela Vale Moçambique, entre 2009 e 2010, quanto aquela reassentada, respectivamente, pela Riversdale e Rio Tinto, entre 2010 e 2013, viram suas condições de vida piorar. De fato, até 2016, isto é, três anos após o reassentamento de Mwaladzi, por exemplo, algumas famílias ainda aguardavam o recebimento do DUAT; as famílias classificadas de urbanas no âmbito do reassentamento da Riversdale, ainda aguardavam o reassentamento. E para fechar o ciclo de empobrecimento dessas comunidades, todas elas perderam quase a totalidade dos seus meios de produção e reprodução social. Portanto, de posse desses elementos podemos dizer que os reassentamentos no país não têm sido uma oportunidade para a melhoria das condições de vida.

Conforme destacamos, em Moçambique, o reassentamento da população não é última alternativa, mas a estratégia rápida e dúbia para persuadir as comunidades a ceder os seus direitos de uso e aproveitamento de terra a favor das empresas, em troca de promessas de melhores condições de vida (emprego); de compensação pelos danos infligidos pelo deslocamento. Dessa forma, diversos estudos comprovaram que a indenização

Não é capaz de alcançar o que se supõe alcançar, isto é, a restauração e melhoria dos meios de subsistência. Isso deixa uma lacuna financeira não preenchida por outras fontes de financiamento. [Além do mais], a compensação foi identificada em vários estudos por não ser apenas pouco concebido e implementado, mas também financeiramente insuficiente. Em suma, não é sua tarefa a restituição, mas "compensar" no sentido pleno deste termo. Por sua natureza, conforme definido em economia, a compensação não é nem um benefício para os deslocados, nem um "investimento" em seu desenvolvimento (como é muitas vezes falsamente colocado): é apenas uma restituição (incompleta) para o que é tirado daqueles deslocados (CERNEA, 2008, p. 90-91, grifos do autor).

Concebido como o "remédio" para todos os males causados pelo reassentamento, em Moçambique, a chamada indenização "justa" é definida como a condição *sine qua non* para o início de qualquer empreendimento. Da legislação sobre o uso da terra, passando pela lei do ambiente e do ordenamento do território, para desembocar na legislação de minas, "o pagamento da justa indenização" é o denominador comum. O art.º 12 da Lei n. 20/2014, lei de minas, é clara evidência disso e determina que,

Os direitos preexistentes de uso e aproveitamento da terra são considerados extintos após o pagamento de uma indenização justa aos utentes da terra e a revogação dos mesmos, nos termos da legislação aplicável. [E para completar esse quadro], o art.º 30 da mesma lei dispõem que: quando a área disponível da concessão abranja, em parte ou a totalidade espaços ocupados por famílias ou comunidades que implique o seu reassentamento, a empresa é obrigada a indenizar os abrangidos de forma justa e transparente, em moldes a regulamentar pelo governo (MOÇAMBIQUE, 2014a, p. 4 - 6).

Na verdade, a primazia dada à indenização contribui, decerto, para o esvaziamento e simplificação, tanto das sessões de escuta comunitária, quanto do processo de reassentamento como um todo. Assim, convictos de que a compensação é um instrumento financeiro válido para a restauração dos padrões de vida dos reassentados, as sessões de consulta pública e a análise de possíveis cenários entre o antes e depois do reassentamento são mera formalidade.

De fato, para Tomás Vieira Mário, existe, em Moçambique, um padrão que caracteriza a implantação de projetos econômicos envolvendo o investimento estrangeiro. Tal modelo caracteriza-se pelo

Estado, agindo mais sobre a pressão do investidor, e arrastado pela velocidade deste, oferece-se a ignorar a própria lei seguindo atalhos e criando entre as populações, o sentimento de abandono, onde elas vão encarar a promessa de desenvolvimento como mais uma experiência de agressão contra si, como foram todas as anteriores usurpações de terra de que foram vítimas: primeiro por parte dos colonos portugueses e, após a independência, por parte do próprio Estado, nas suas políticas de "socialização" do campo (MÁRIO, 2013, p. 9, grifo do autor).

Conforme se pode notar no trecho de entrevista com um dos secretários do bairro 25 de setembro, além da pouca divulgação dos reais objetivos e impactos socioambientais do projeto, a Vale Moçambique e a Diagonal Consultoria e Serviços centraram-se mais nos virtuais ganhos para a população caso o projeto fosse materializado, por isso,

[...] nesse processo falava-se muito mais da necessidade de se instalar as mineradoras e dizia-se que em troca das terras que iríamos abandonar a Vale iria nos garantir a melhoria de vida em que aspectos: o tipo de residências que iriam construir; iam nos dar emprego ou iriam absorver a maior parte dos residentes para o emprego; iriam melhorar a qualidade das infraestruturas da nossa sociedade, refiro-me as escolas, iriam construir escolas que ultrapassem as anteriores, por exemplo, se nós tínhamos uma escola do ensino básico (de 1ª à 7ª classe)¹⁷¹, iriam construir uma nova que vai até a 12ª classe; iria construir hospital, isso tudo no âmbito das infraestruturas, então havia essas promessas (Entrevista com o secretário do bairro 25 de Setembro; outubro 2016).

Matos (2016, p. 216) enfatiza que a retórica de melhores condições de vida foi o trunfo utilizado, tanto pela Vale Moçambique quanto pela Riversdale, pois

A Vale, juntamente com a empresa contratada para fazer o estudo sócio econômico das comunidades atingidas pela exploração do carvão mineral, se apresentaram às comunidades e informaram da pretensão dos seus territórios para a implantação do projeto. Nesses encontros, sem a presença das estruturas governamentais, quer ao nível do governo distrital e provincial, quer ao nível do central, os proponentes informaram que as comunidades seriam deslocadas para outro espaço, onde teriam melhores condições de vida e estariam empregados durante o tempo de vida do Projeto Carvão de Moatize.

Para Bronz (2011), o discurso economicista fundado em virtuais benefícios de um determinado projeto se soma a um processo de economicização de sua justificativa, a partir de duas estratégias: a primeira consiste em matematizar os benefícios, nos quais sobressai o emprego e a melhoria da qualidade de vida, amplamente publicitado durante as consultas públicas em Moatize. E a segunda, consiste em abstrair os sujeitos sociais de suas relações assimétricas, dando a impressão de que todos se beneficiarão de igual forma com o projeto, portanto, essa é a estratégia de universalização dos supostos benefícios.

Na realidade, isso não passa de meras estratégias para confundir a opinião dos sujeitos sociais (muitos deles pouco alfabetizados) e construir *consensos* sociais sobre um projeto cujos beneficiários não são igualmente os que irão sofrer os efeitos negativos de tal empreendimento. Com efeito, a observação feita durante o trabalho de campo nos permite dizer que, não há e não houve, até ao momento, a melhoria

¹⁷¹ O equivalente ao ensino fundamental de acordo com a estruturação do ensino brasileiro.

na condição de vida dos reassentados. Tanto em Cateme, Mwaladzi, assim como no bairro 25 de Setembro, os reassentados se sentem marginalizados; abandonados e, sobretudo, se queixam do incumprimento das promessas feitas durante as reuniões de apresentação do projeto, em vista que,

[...] a comunidade não tem trabalho, a comunidade não tem nível acadêmico, é nível baixo [...] eu como L. que estou a falar não tenho nível acadêmico, agora as empresas não estão admitir essas pessoas, mas eles nos prometeram que vão ser reassentados e todos terão trabalho e não emprego [...] essa é a coisa mais grave porque se tivesse aqui 20, 30 ou 50 pessoas a trabalharem, acho que o dinheiro iria circular, mas não está, todos estão sentados. Esse silêncio que está ouvir diz tudo meu irmão (Entrevista com dona L. membro do Fórum comunitário de Mwaladzi; outubro de 2016).

Portanto, observados todos os procedimentos estabelecidos na legislação, a Vale Moçambique iniciou o processo de recenseamento da população, que serviu igualmente, de momento de aproximação e diálogo entre a empresa e a população diretamente afetada. Segundo a Vale, o levantamento realizado durante os estudos de viabilidade determinou a existência de dois grupos de famílias: o primeiro cuja atividade principal era agricultura e com características rurais e/ou vinculados ao trabalho a terra e o segundo, cuja fonte de sobrevivência estava mais ligada ao comércio e a Vila de Moatize.

Para acomodar essa população, foram colocadas à disposição pelo governo provincial, por meio da Comissão Técnica de Acompanhamento e Supervisão do Reassentamento¹⁷²

[...] 22 áreas que o governo listou que tinham potencial para receber o reassentamento. No topo desta lista tinha como prioridade a área de Samoa que dista aproximadamente 90 km daqui da Vila de Moatize, essa área era a princípio aquela que vinha como área prioritária para receber essas populações e em outras não só em Moatize, mas também na cidade de Tete. Samoa apresentava, assim, alguns dos requisitos a ser considerados, porque segundo as informações era área que naturalmente já tinha certa vocação para agricultura, porque nós já tínhamos feito o estudo socioeconômico e nós identificamos que 90% da população objeto de reassentamento tinha como única fonte de sobrevivência a questão da agricultura de subsistência, logo o reassentamento deveria primar por uma área aonde possibilitasse que as famílias continuassem com essas atividades [...] (Entrevista com os supervisores da área social da Vale Moçambique; outubro 2015).

¹⁷² De acordo com o art.º 6º do Decreto n. 31/2012, a Comissão técnica é composta por: dois membros do setor de ordenamento do território; um membro do setor de administração local; um membro do setor de obras públicas e habitação; um membro do setor da agricultura; um membro da área afim; um membro do governo provincial e um membro do governo distrital (MOÇAMBIQUE, 2012).

Assim, após análise de várias alternativas (a avaliação de outras áreas como Inhagoma, situado a 34 km da Vila de Moatize), o reassentamento finalmente foi realizado em Cateme (uma área já habitada e, inicialmente, contestada pela população deslocada), para as famílias rurais (712), ou assim consideradas, e 290 famílias na unidade 6 do bairro 25 de setembro (arredores da Vila de Moatize) para as famílias definidas como urbanas. Todavia, houve um conjunto de 106 famílias que não aceitou ser enquadrado em nenhuma das duas categorias criadas pela Vale. Para essas famílias, a Vale procedeu "à indenização assistida que, consistiu na compra de casas de material convencional (blocos de cimento e cobertas de chapas de zinco), dentro da Vila de Moatize" (Entrevista, com os supervisores da área social na Vale Moçambique; outubro 2015).

No total a Vale movimentou 1.108 famílias, o equivalente a cerca de 5 mil pessoas reassentadas em Cateme, bairro 25 de Setembro e Vila de Moatize. Esse número difere, no entanto, com o que é apresentado na pesquisa realizada pelo Observatório dos Direitos Humanos. De acordo com esse estudo,

A mina de Moatize da Vale envolveu a deslocação de 1.365 famílias que vivem em e perto de Chipanga, Bagamoyo, Mithethe e Malabwe em dois reassentamentos ou fornecimento de outras formas de compensação. A Vale reassentou 289 agregados familiares em 25 de setembro, concebido como um bairro urbano na cidade de Moatize. A Vale reassentou 716 famílias em Cateme, um reassentamento rural projetado para os agricultores. Para aqueles que não se quiseram deslocar nem para 25 de setembro nem para Cateme, a Vale forneceu assistência para a compra de uma nova casa, para 106 agregados familiares e compensação financeira direta para 254 agregados familiares, muitas vezes no caso de pessoas que já tinham outra casa (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013, p. 46 - 47).

Portanto, as diferenças entre os dados apresentados em vários estudos revelam, em grande medida, as dificuldades que os pesquisadores enfrentam para aceder, tanto aos dados oficiais do governo quanto aos documentos das próprias empresas. Como dito, durante muito tempo a informação sobre os contratos assinados entre o governo de Moçambique e as empresas do setor extrativo constituía segredo do Estado, ou seja, esses documentos não eram do domínio público até 2013, período em que se iniciou o processo de divulgação gradual dessa informação. No nosso entender, a não publicação dessas e outras informações de interesse público não só dificulta as pesquisas, mas também o próprio processo de prestação de contas da parte do governo, em vista que, muitos moçambicanos desconhecem o conteúdo dos contratos milionários assinados entre o governo e as transnacionais do setor extrativo, incluindo o gás e petróleo.

Segundo a Vale, a separação das famílias que previamente viviam juntas, deveu-se, principalmente, à insuficiência de espaço dentro da Vila de Moatize, tendo em vista que "a Província de Tete pelo cadastro mineiro naquele momento 2005 e 2006 havia pouca disponibilidade de terras que não estavam reservadas para a concessão mineira" (Entrevista, com os supervisores da área social da Vale Moçambique; outubro 2015). Assim, embora o argumento da indisponibilidade de espaço possa ser considerado válido parcialmente, é preciso, no entanto, perceber que ele foi sendo construído como justificativa em função das crescentes críticas sobre as falhas do processo de reassentamento.

De acordo com Boltanski (2000), a operação de justificação da crítica pela crítica, enquanto elemento necessário para responder à crítica, encontra fundamento na medida em que, no período em que a Vale iniciou o estudo de viabilidade para a implantação do Projeto de Carvão de Moatize, o número de licenças ou de concessões mineiras na Província de Tete e, em Moatize, não era tão elevado quanto hoje. Além disso, durante as sessões de escuta comunitária, a população manifestou a vontade de ser transferida para o bairro da liberdade, tal como aponta um dos moradores que "nós tínhamos sugerido para ser reassentados no bairro da liberdade; área de expansão, mas o governo e a Vale não aceitou alegando que essa área já tinha sido comprada e nós não tínhamos nada mais a fazer" (Morador reassentado no bairro 25 de Setembro; outubro 2016).

Desse modo, independentemente das razões que ditaram a separação das famílias, o certo é que 73,3% dos reassentados disse não ter ficado satisfeito com o critério usado pela Vale Moçambique para proceder à divisão das famílias (Gráfico 5). Por sua vez, 26,7%, afirmou que está feliz com os critérios do reassentamento. Os moradores insatisfeitos argumentam que a separação das famílias fragilizou as relações e criou constrangimentos nas relações entre as pessoas, visto que, no reassentamento, as pessoas passaram a conviver com outras que antes nunca conviveram.

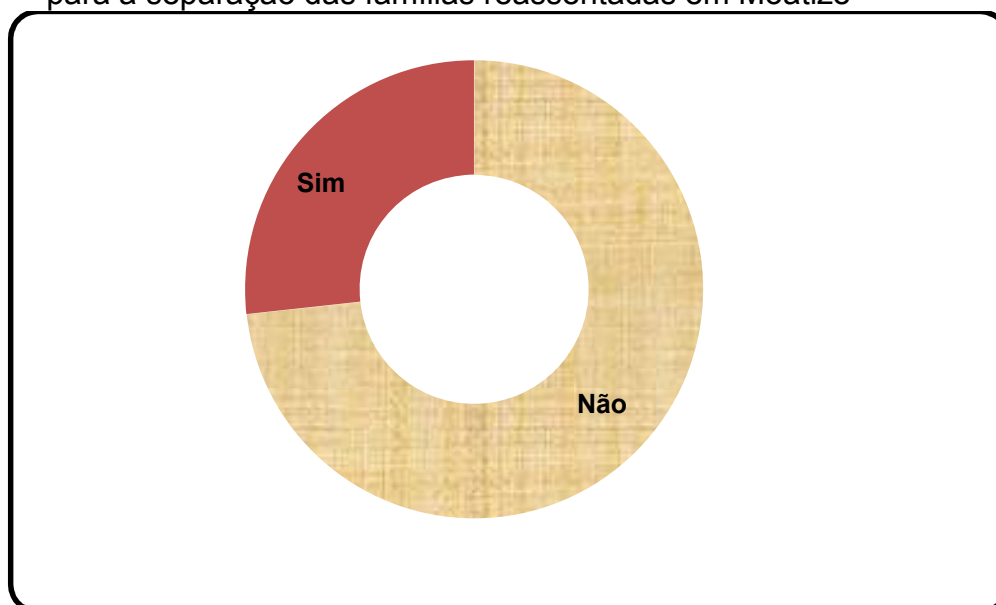
Nas palavras de alguns moradores, no reassentamento

[...] estamos a viver com pessoas que não estávamos juntos e cada um tem seu comportamento. Por exemplo, a minha galinha sair para lá é insultada e até pode matar essa galinha. Quando saímos nós de lá não era meu vizinho só encontrei aqui e o *coração dele não conheço*. (Morador, reassentado em Cateme; outubro 2016, grifos nossos).

[...] Porque não é justo tirar as pessoas, separar só porque não trabalhamos, porque aqui na cidade é fácil pedir ajuda. Isso é isolamento, pobre ficar de um lado e rico ficar de outro, eu posso pedir ajuda aos outros.

[...] Porque tínhamos que estar juntos porque somos da mesma família, não tem sido fácil conviver com os familiares que vivem em Cateme, por falta de dinheiro de transporte. Tem vez que há falecimento e nem todos conseguem vir ou ir para lá (Morador reassentado no bairro 25 de Setembro; outubro 2016).

Gráfico 5- Satisfação com os critérios usados pela Vale Moçambique para a separação das famílias reassentadas em Moatize



Fonte: Trabalho de campo, outubro 2015 e 2016; Org.: Eduardo Bata (2017).

Portanto, a preocupação manifestada por um dos reassentados em Cateme, sobre a disponibilidade de espaço para as galinhas e outros animais, instiga-nos a pensar o real significado do reassentamento que, de acordo com Silva (2004, p. 88), não se trata somente de "mudar de um espaço para outro. Para o morador, migrar é muito mais que isso. Seu lugar de residência é repleto de significados, não se podendo considerar com um reducionismo saudosista, pois é isso que dá significado à sua vida".

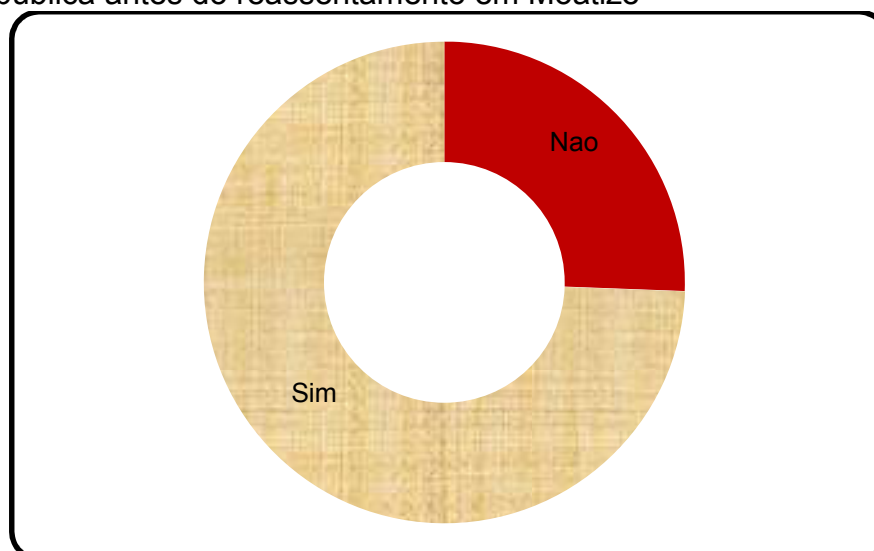
De fato, são os símbolos socialmente construídos, bem como o significado a eles atribuídos que dão sentido à vida das comunidades camponesas. A observação feita durante o trabalho de campo permite-nos afirmar que a habitação em Cateme não foi pensada tendo em conta as características anteriores das comunidades reassentadas, tampouco o sentido de casa para essas famílias.

Contestado pelos reassentados e pela sociedade civil, os reassentamentos realizados pela Vale Moçambique, Riversdale e pela Rio Tinto são cheios de irregularidades. Porque, além da insuficiente consulta pública, conforme veremos, a fraca qualidade das casas fornecidas aos reassentados (no caso da Vale), os

atrasos no fornecimento da terra para a produção agrícola, o incumprimento das promessas feitas durante as sessões de escuta comunitária, são aspectos que mancham todo o processo. Por outro lado, essas falhas exacerbam as condições de dependência dos reassentados em relação às ações filantrópicas das empresas, contribuindo dessa forma, para o seu contínuo empobrecimento.

No que diz respeito às consultas públicas, etapa fundamental em todo o processo de reassentamento, dados da pesquisa de campo demonstram que 74,4% dos moradores afirmam ter havido a consulta pública antes de sua transferência. Por sua vez, 25,6% disseram não ter havido a consulta pública (Gráfico 6). De todo modo, mesmo os que afirmaram ter sido realizada consulta pública queixam-se sobre a forma como foi conduzido esse processo.

Gráfico 6- Opinião dos moradores sobre a realização ou não da consulta pública antes do reassentamento em Moatize



Fonte: Trabalho de campo, outubro 2015 e 2016; Org.: Eduardo Bata (2017).

Enquanto para a Vale o processo de auscultação das comunidades afetadas pelo empreendimento decorreu dentro dos padrões exigidos pelo governo e obedecendo os *guidelines* do Banco Mundial e do IFC, visto que

[...] usou-se a língua local e todo o processo foi feito por moçambicanos e acompanhados dos especialistas das áreas e todas as comunidades passaram por esse processo de poder **opinar** e conhecer como é que seria o processo de implantação dessa mina aqui, o que é que iria acontecer [...]. E uma das surpresas nas reuniões de auscultação onde se demonstrava o que é que era o projeto, como é que iria acontecer, quais seriam as fases, quais seriam as comunidades que deveriam ser movimentadas em nenhum momento na fala da população e os relatórios demonstra isso, havia resistência de não querer sair do lugar e ir para outro lugar para dar lugar ao projeto (Entrevista com os supervisores da área social da Vale Moçambique; outubro 2015, grifo nosso).

Para os moradores, porém, o processo de consulta comunitária não foi de todo satisfatório. Segundo eles, as sessões de consulta pública consistiram em "reuniões. Vinham sentar conosco só que não diziam o ano, o mês, diziam muitas coisas que até hoje estamos atrás da empresa para fazer [...]" (Morador 25 de Setembro). Num desses momentos,

[...] veio o governador e disse vocês estão a defecar em cima de dinheiro, vosso lixo aí dentro vão deixar, quando vocês forem lá vão fazer nova vida. Tudo que vocês querem vão apanhar lá, cinco anos a receber comida, quando começar a sair carvão 25% vai ser vosso e a comida só foi uma vez, recebemos dois mil meticais para pagar as despesas de transporte de nossos bens¹⁷³. (Morador reassentado em Cateme; outubro 2016).

Portanto, analisando o trecho de entrevista com os supervisores da área social da Vale Moçambique, chama atenção a mobilização de argumentos como: *usou-se a língua local; todo o processo foi feito por moçambicanos; em nenhum momento a população demonstrou resistência em abandonar o lugar; todas as comunidades passaram por esse processo de poder opinar*, entre outras alegações cativantes utilizadas, para justificar possível envolvimento e consentimento da população. Com efeito, tal atitude não é surpreendente, pois tanto os apelos e as alegações que acenam vantagens, opiniões; realizações, sentimentos quanto às promessas de emprego e qualidade de vida, compõem o que Halliday (1987), denomina de estratégias legitimadoras das multinacionais.

E no caso de Moatize, a realidade do campo que, também, pode ser visualizada nas respostas dos moradores, evidencia que não houve a consulta pública propriamente dita. Ou seja, as sessões de escuta comunitária não davam espaço para a população colocar os seus posicionamentos. Portanto, a população que seria afetada, tanto pelo empreendimento da Vale quanto pela Riversdale participou dessas sessões somente para cumprir as formalidades, ou melhor, ser informada sobre as decisões do governo e das empresas e não para decidir sobre o seu destino.

E são tantas as evidências da posição subalterna dos afetados. Por exemplo,

[...] as famílias agora reassentadas em Cateme não aceitavam viver em Cateme, alegavam a distância em relação à Vila de Moatize e a cidade de Tete, principais centros urbanos, sobretudo porque estabeleciam uma

¹⁷³ Vale apenas lembrar que, a entrega e/ou o pagamento do valor de dois mil meticais para que os reassentados paguem as despesas de transporte dos seus bens da antiga comunidade para o reassentamento, viola a alínea (c) do artigo 10º do Decreto n. 31/2012, que estabelece que, "a população diretamente afetada tem o direito de ser transportado com os seus bens para o novo local de residência" (MOÇAMBIQUE, 2012, p. 235).

relação mais próxima com a Vila de Moatize. A grande parte da população que residia em Chipanga tinha medo de ficar longe da cidade. Cateme, apesar de ser uma zona já habitada, a população alegava que era mato, isolado e sem nenhuma infraestrutura. Assim, como a população recusava-se a abandonar as suas aldeias, o governador de Tete marcou uma reunião com as comunidades e impôs a mudança (Entrevista com dona L. membro do Fórum Comunitário de Mwaladzi; outubro 2016).

A insatisfação da população em relação ao local do reassentamento é, igualmente, destacada pelo chefe do departamento dos recursos minerais, ao garantir que "as pessoas não queriam sair. Sabe quando você está habituado a ficar num sítio? E ali quase não era muito longe da cidade. Se formos a fazer um levantamento há de ver que nem 5% da população tinham *machamba*, a maior parte deles vivia de negócios, vir aqui na cidade" (Entrevista com o CDRM; outubro, 2015).

Analisando o padrão dos reassentamentos e das consultas públicas até então realizados em Moçambique, Mário (2013, p. 8) identifica uma pergunta-chave ou

Ardilosa que circula onde quer que haja projetos econômicos afetando a estabilidade das populações locais: vocês concordam que o governo traga investidores estrangeiros para implantar projetos de desenvolvimento na vossa região? Projetos que vos vão trazer emprego, hospitais grandes e escolas para os vossos filhos?

Na verdade, esse procedimento se assemelha ao que foi dito por vários moradores do bairro 25 de Setembro. Para eles, no ato das consultas públicas, "o governo perguntava se eles poderiam sair de lá, desde que lhes seja dada as condições. Depois, iniciaram as publicidades de vamos fazer isso, aquilo, coisas que até hoje ainda não vimos [...]" (moradores reassentados no bairro 25 de Setembro).

Por outro lado, ainda que os reassentamentos de Moatize não tenham pautado pelas orientações do Decreto n. 31/2012, contudo, é preciso notar que o referido Decreto apresenta falhas que o tornam pouco vantajoso para as comunidades afetadas. Nele, por exemplo, além do número de sessões públicas (indica um avanço das anteriores duas para quatro) a terminologia usada na alínea (f) do artigo 10º abre espaço para a simplificação das consultas pública, desde que no final, o proponente apresente a assinatura de alguns moradores, sobretudo das lideranças locais.

De acordo com esse artigo, a população afetada tem o direito de dar *opinião* em todo o processo de reassentamento. Portanto, o processo seria mais justo e participativo se a população tivesse a autonomia para decidir e se opor aos proponentes dos projetos, sempre que não forem respeitados os seus direitos.

No artigo 8º, estabelece-se o limite máximo de 11 pessoas, (esse número não inclui a Comissão Técnica de Acompanhamento e Supervisão), que participam diretamente do processo auscultação e acompanhamento do reassentamento. Desse número, cinco pessoas devem ser representantes da população afetada; um representante da sociedade civil; três líderes comunitários e dois representantes do setor privado (MOÇAMBIQUE, 2012).

No nosso entender, essa composição foi, meticulosamente, planejada, por um lado, para limitar a participação, inclusive da população diretamente afetada pelo empreendimento, reduzindo assim, as chances de confrontação direta entre os proponentes do projeto, o Estado e a população. Por outro lado, o reduzido número de participantes, sobretudo da sociedade civil, visa simplificar e desonerar o processo de reassentamento, visto que, com menor número de participantes facilmente se pode manipular os líderes comunitários. Enfim, essa forma de atuação do Estado tem como finalidade estimular o processo de *fragmentação* e segmentação de grupos sociais que poderiam desafiar os dominantes, conforme explica Rigotto (2004, grifo da autora).

Assim, no processo de reassentamento realizado pela Vale, uma das estratégias usadas durante as consultas públicas foi

[...] o teatro para poder comunicar o que é que era o projeto, como é que ele iria acontecer, quais seriam as fases. O áudio seriado, onde você trabalha com os painéis que trazem ali os retratos e as fotografias das coisas que a gente ta falando, como é que ia acontecer, então, tudo isso foi feito e houve duas grandes auscultações durante o período pra a gente apresentar enquanto resultado e a gente tem os relatórios e esses relatórios acompanharam todos os estudos que feitos e entregues ao governo (Entrevista com supervisores da área social da Vale Moçambique; outubro 2105).

Atento ao trecho da entrevista com os colaboradores da Vale, salta à vista a estratégia de obstrução do acesso à informação. Por outras palavras, assim como os painéis e a fotografia, o teatro encenou somente a parte "positiva" do projeto atrelada ao discurso de desenvolvimento e de universalização dos supostos benefícios do projeto. Em sua essência, o teatro constituiu, também, uma das artimanhas para entreter a população mascarando, intencionalmente, os objetivos do projeto, bem como os males do subsequente do processo de reassentamento.

Outro truque utilizado durante as reuniões que, também, foi mencionado pela população, foi o uso de termos técnicos. De acordo com Montezuma et al. (2016, p. 221), a utilização de termos técnicos tem como objetivo a minimização dos impactos

negativos desses projetos. Portanto, a *expertise* científica muitas vezes é "utilizada para legitimar práticas espaciais tidas por ambientalmente danosas" (WYNNE 2014, p. 85).

Retomando a análise do discurso dos colaboradores da Vale, que enfatiza a massiva participação da população afetada e, considerando o perfil socioeconômico dessas comunidades, fica claro que a Vale e a Diagonal Consultoria e Serviços dirigiam-se para uma população sobre a qual tinham poder (econômico, político e simbólico) pelo fato de eles se apresentarem quase sempre acompanhados pelos membros do governo distrital e provincial. Nesse sentido, concorda-se com Montezuma et al. (2016, p. 222) ao notar que os espaços de diálogo pretensamente criados pelas mineradoras são caracterizados

Por uma relação assimétrica de poder dada pela concepção de que a empresa irá esclarecer a população, ou seja, de que existe uma hierarquia entre o conhecimento técnico da empresa e a experiência vivida das comunidades. Estes espaços são conduzidos por explanações unilaterais do projeto, por uma intencionalidade de gerar convencimento, pela ênfase na geração de benefícios, por uma linguagem tecnicista e profissionalizada.

E por fim, a grande parte dos encontros de auscultação pública foi realizada com os líderes comunitários e, a esses, por sua vez, foi dada a missão de convencer o seu povo sobre a necessidade de serem deslocados para outros lugares. Portanto, junto com a força da legislação (os Decretos de lei), a ausência de alternativas para resistir ao processo de expropriação (legitimada pela lei) realizado pelas mineradoras com o aval do Estado, transforma as consultas públicas em simples fases para o cumprimento do "calendário" sem, contudo, envolver a todos, uma vez que os reassentamentos "são parte integrante de um modelo de desenvolvimento centrado na extração de *recursos* naturais e minerais, visto como inevitável" (SELEMANE, 2016, p.1, grifo nosso).

2.1.1 O Bairro 25 de Setembro

Já assinalamos, ao longo da pesquisa, que as novas formas de apropriação do espaço e de ordenamento do território gestadas no processo de RPC, a partir da descentralização das operações produtivas e da centralização do capital (CHESNAIS, 1996), resultaram não só na re-localização dos investimentos e da própria atividade produtiva, mas também na polarização da riqueza e distribuição desigual dos impactos e riscos dessas atividades (ZHOURI e OLIVEIRA, 2007).

Assim como a RPC foi seletiva e excludente, principalmente para os países produtores de produtos de base, o processo de reassentamento da população afetada pelo empreendimento da Vale também foi segregacionista e excludente, ao separar pessoas que, até à data do reassentamento, viviam e conviviam na mesma comunidade, no mesmo quintal e, muitas vezes, unidos por laços de familiaridade. Como dito, a separação das pessoas baseou-se no recenseamento feito pela própria Vale durante a etapa do estudo de viabilidade.

Tal censo que determinou a existência de dois grupos distintos de moradores que, por conseguinte, deveriam ser realocadas para espaços diferenciados, tendo em conta o seu perfil socioeconômico tem sido o principal argumento da Vale para justificar o caráter separatista do reassentamento. Em função disso, para a unidade 6 do bairro municipal 25 de Setembro, foi reassentada a população que, de acordo com esse recenseamento, apresentava características urbanas e a sua fonte de sobrevivência estava diretamente ligada à Vila de Moatize.

Mesmo que insatisfeitos com o critério usado para a separação das famílias, no geral, a mudança de Capanga para o bairro 25 de Setembro não era de todo ruim, visto que a população alimentava expectativas de vida melhor, sobretudo porque estaria localizada próximo à Vila de Moatize. De fato, além da baixa qualidade das casas e do problema de saneamento, um dos secretários desse bairro disse que

[...] eu estou satisfeito pelo lugar, pela nova casa estou satisfeito, mas o que ainda me aflige é a qualidade da própria casa. Quanto ao lugar eu não tenho nada a ver, não tenho problemas quanto a isso, [...] as dimensões acredito que são normais pelo fato de aqui ser cidade, os terrenos do reassentamento 25 de Setembro são de 20/40 metros (Entrevista com o secretário do bairro 25 de Setembro; outubro 2016).

A Vale reassentou no bairro 25 de Setembro um total de 290 famílias, o equivalente a cerca de 1.450 pessoas, considerando que a composição média dos agregados familiares é de 5 membros, conforme dados da pesquisa de campo.

Assim, como parte do pacote das compensações; condição para o deslocamento, no reassentamento, a população teria: o direito a uma casa nova em uma área de 800 m² com garantias de titularidade; acesso à água potável em seus domicílios, acesso à rede elétrica por cada compartimento habitacional (Foto 8); abertura de estradas no reassentamento; reabilitação e ampliação da Escola Primária Completa (EPC) Eduardo Mondlane, localizada na Vila; construção de um

centro de saúde; colocação de iluminação pública e distribuição de kits para a construção de capoeiras, celeiros e curral (DIAGONAL, 2012, SELEMANE, 2012).

Foto 8 - Vista parcial de uma das ruas do reassentamento 25 de Setembro, destacando parte das casas fornecidas aos moradores



Foto: Eduardo Bata (2015); Fonte: Trabalho de Campo, Moatize, 2015.

De fato, a ilusão da nova casa e do novo espaço próximo à Vila, ocultava todas as falhas do processo de reassentamento, ao mesmo tempo que não deixava antever os problemas que em breve os moradores enfrentariam. Junto com as promessas de emprego na Vale Moçambique ou nas empresas subcontratadas, o reassentamento se apresentava como uma oportunidade para melhoria da qualidade de vida dos reassentados, conforme era publicitado durante as reuniões de apresentação pública do Projeto de Carvão de Moatize.

Na verdade, parte significativa dos moradores reassentados no bairro 25 de Setembro conseguiu trabalho na Vale e, sobretudo nas empresas subcontratadas, como a Odebrecht, durante a etapa da construção dos reassentamentos e outras infraestruturas de apoio à atividade mineira. No entanto, com o término dessa fase, quase todos se tornaram desempregados, aumentando, desse modo, o exército dos sem-trabalho; excluídos pelo capital e sem alternativas para garantir o sustento de suas famílias (GONÇALVES, 2016).

De qualquer forma, é preciso notar que o processo de reassentamento já nasceu com problemas, alguns dos quais foram ignorados pela Comissão de Acompanhamento do Reassentamento e pela própria Vale Moçambique. Porque, além das pendências no processo de indenização aos produtores de tijolos de barro (oleiros), que viram suas atividades produtivas interrompidas em função do empreendimento da Vale, questões como: a qualidade das casas, a falta de idoneidade de alguns membros envolvidos na referida Comissão, são aspectos que impactaram negativamente o processo de reassentamento.

De fato, conforme o chefe do departamento dos recursos minerais,

[...] os megaprojetos fizeram as promessas mediante a realidade no terreno. Mas houve barulhos porque alguns membros que estiveram em frente desse processo não fizeram chegar o que receberam desses projetos. E também teve situação de oportunismo. Houve gente que fabricava tijolos e com eles foi feito um levantamento e admiramos quando de um momento para outro, ouvimos que há gente que não foi compensado ainda, mas a Vale deu dinheiro para todo o grupo, então como é que até hoje não foram pagos? Houve falta de clareza por parte de algumas pessoas que fizeram parte do processo de reassentamento. É aquela coisa de dizer que onde come um, comem dois. Os megaprojetos cumpriram com as promessas, mas o problema foi o desencaminhamento dos processos e as pessoas não preferiram fazer chegar e geralmente eles entregavam a metade (Entrevista com o CDRM; outubro 2015).

Portanto, embora possa ter havido, eventualmente, casos de desvio das compensações, tal como destaca o CDRM, todavia, a Vale Moçambique não é, de todo, inocente nesse processo. Como se sabe, além do tom arrogante com que os trabalhadores da Vale se dirigem às populações afetadas pelos seus empreendimentos, é *praxe* dessa empresa a manipulação e o aliciamento das lideranças comunitárias e dos membros das comissões técnicas, de modo a facilitar e desonerar a tramitação de seus processos.

E, tomando como referência o conflito entre a Vale e os oleiros de Moatize, a própria empresa confirma ter pagado somente 60 mil meticais (4,5 mil reais) pela paralisação da produção de tijolos. Com efeito, numa carta dirigida à comunidade de oleiros, a Vale assegura ter indenizado a todos os produtores de tijolos e garante que esse processo já foi encerrado. Portanto, na carta de 29 de abril de 2014, a Vale afirma:

a) a Vale já indenizou em 60 mil meticais cada forno em produção, tendo alguns tijoleiros sido indenizados em 960 mil meticais face ao número de fornos que possuía, e cada tijoleiros individualmente retirou e vendeu toda a sua produção, armazenado na zona de concessão, após o acordo alcançado em 2010 entre o governo, os tijoleiros e a Vale, destinado a interditar a tijolaria na área concessionada;

b) a produção de tijolos em Moatize não foi paralisaada mesmo com início das operações da mina de carvão operada pela Vale. Ela foi somente transferida da área de concessão mineira para outras áreas na própria Vila de Moatize, onde continua a ser plenamente realizada, impulsionada até pelo grande desenvolvimento econômico resultante dos investimentos da indústria do carvão na região;

c) três anos após terem recebido e usado o valor das compensações então, acordadas, uma parte dos tijoleiros solicitou ao governo a revisão do critério utilizado argumentando considerar o valor irrisório. A Vale reafirmou que não se justifica a reabertura do processo de compensações nem a apreciação de propostas de novas compensações, posto que, esse era um assunto encerrado;

d) A Vale reafirma que o assunto das compensações das tijolarias está esgotado (VALE, 2014, s/p.).

Para os oleiros, no entanto, o valor que a Vale pagou diz respeito à compensação inicial pela paralisação e abandono da área de produção, ora concessionada à Vale Moçambique e que, posteriormente, haveria uma avaliação mais detalhada dos prejuízos que conduziria a uma indenização completa. Na verdade, a insuficiência do valor da indenização, bem como o conflito entre a Vale, o governo e os produtores de tijolos foi destacado por um grupo de moradores do bairro 25 de Setembro. De acordo com eles,

[...] nós oleiros ainda não recebemos as indenizações das nossas atividades na totalidade. Quando nos encontramos com o administrador do Distrito, ele nos informou que o pedido de indenização que havíamos solicitado era muito alto e que só a empresa poderia indenizar um valor que variava de 100 a 120 mil meticais. Nós aceitamos e depois de vários encontros o administrador nos informou que o valor já estava disponível nas nossas contas e que era 60 mil. Como precisávamos daquele dinheiro, nós não reclamamos e achamos que era apenas uma parte do valor.

O administrador enganou-nos. Nós tínhamos acordado um valor e apenas nos entregou outro. Agora que estamos a exigir a outra parte, eles alegam que já pagaram tudo. A nossa atividade era lucrativa, 60 mil não cobre nada (Residentes da unidade 6 do bairro 25 de Setembro entrevistados por MATOS, 2016, p. 235).

No discurso dos reassentados, chama atenção a percepção de que os oleiros foram enganados pelo administrador, portanto, um dos membros da Comissão Técnica de Acompanhamento e Supervisão do Reassentamento, de acordo com o art.º 6º do Decreto n. 31/2012. Tal fato denuncia possíveis desvios de verbas disponibilizadas pelas empresas, tal como disse o CDRM.

Todavia, no bairro 25 de Setembro, o conflito entre a Vale e os reassentados não se coíbe apenas aos oleiros. De modo geral, a população reassentada contesta a péssima qualidade das casas fornecidas; a falta de um campo de futebol; da escola secundária; a falta do emprego, do mercado e de outras infraestruturas que

compunham o pacote das compensações, contrapartida para o deslocamento da população. De fato,

[...] nem tudo que a Vale prometeu cumpriu, razão pela qual ainda existem reclamações. Primeiro a qualidade das casas que construíram, é uma casa sem estrutura recomendável, segundo aspecto, no âmbito do emprego, a promessa era formar pessoas para ser absorvidas no mercado de emprego, então não houve, não cumpriram na íntegra com essas formações, assim como a contratação para o emprego aos residentes, houve sim uma parte, mas não satisfaz. O que esperávamos era que aqueles que não têm nenhuma formação fossem formados e absorvidos no mercado de emprego. No reassentamento 25 de setembro não construíram salas de aulas, mas tinham prometido, tinham prometido construir mercado, mas não houve; um campo, mas também não construíram (Entrevista com secretário do bairro 25 de Setembro; outubro 2016).

Portanto, da observação feita durante o campo, constatamos que quase todas as casas apresentam rachas (Fotos 9 A e B) e o saneamento é ruim (as novas moradias não estão ligadas à rede de esgoto sanitário, mesmo se situando dentro da área urbana). Na fala dos reassentados, a qualidade das casas é das grandes preocupações, pois segundo eles, "as casas não têm qualidade, estão cheias de rachas e não têm nada de dignidade. A minha planta, por exemplo, não era esta. As casas não têm espaço nem para nada, sala apertada" (Moradores reassentados no bairro 25 de Setembro; outubro 2016).

Com efeito, "as casas, as portas não têm qualidade, têm rachas, infiltração, a construção das casas está mal feita, não tem alicerce. Por exemplo, essa calçada que vês agora é fruto da reivindicação, não tinha isso aqui" (Morador reassentado no bairro 25 de Setembro; outubro 2016). Para uma das moradoras reassentadas, além da péssima qualidade das casas, elas apresentam dimensões inferiores em relação às casas da sua anterior comunidade, mas "eles disseram que teríamos uma casa grande, mas aqui nem espaço para nossos filhos temos, uma casa nova, não é assim! As portas estão a apodrecer, tempo de chuva não fecham, as casas pingam" (Moradora reassentada no bairro 25 de Setembro; outubro 2016).

Foto 9 - Rachaduras nas paredes de uma das casas dos moradores reassentados no bairro 25 de Setembro

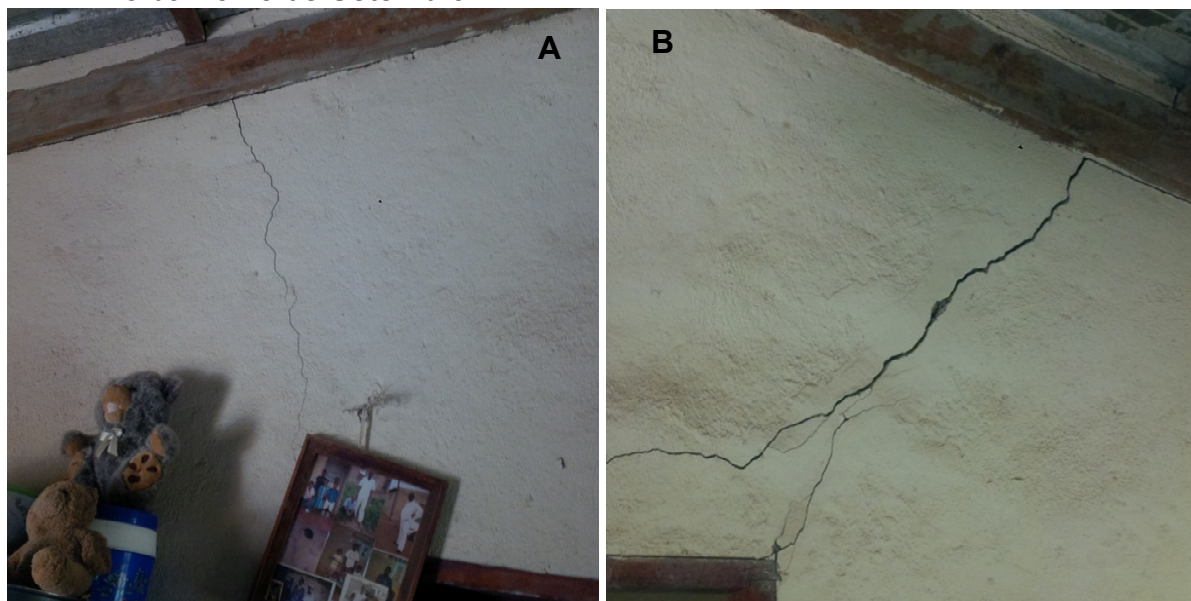


Foto: Eduardo Bata (2016); Fonte: Trabalho de Campo, Moatize, 2016.

Descritas como de boa qualidade pelos supervisores da área social na Vale Moçambique, as casas construídas nos dois reassentamentos (Cateme e 25 de Setembro), são de péssima qualidade, sem alicerce e nem vigas, aspectos esses que estão no topo das reivindicações, tanto em Cateme quanto no bairro 25 de Setembro. Fruto dessa contestação, a Vale procedeu à correção de algumas falhas constatadas nas casas fornecidas aos reassentados. Além disso, e como parte do Memorando de entendimento a Vale financiou alguns cursos de capacitação, por exemplo, projetos de corte e costura e formação em hotelaria e turismo.

Na prática, os cursos ofertados pela Vale são medidas paliativas que não têm impacto direto para a vida dos reassentados, isso porque, além de os cursos não terem ligação direta com as oportunidades de trabalho ofertados pelas mineradoras que operam em Moatize, a natureza volátil do ciclo da mineração dificulta, também, a obtenção de trabalhos estáveis, principalmente no setor de hotelaria. Portanto, sem trabalho e com o número de desempregados crescendo, aumenta, também, o sentimento de exclusão, marginalização e de fúria sobre a Vale, visto como a promotora da desgraça para as comunidades reassentadas.

De fato, os depoimentos de alguns moradores reassentados no bairro 25 de Setembro mostram que a Vale os abandonou à sua própria sorte, sem trabalho e sem terra para produzir, terra essa que garantia o auto-sustento de suas famílias. Portanto, sem poder se beneficiar das *promessas civilizatórias*, no dizer de

Mendonça (2004, grifo do autor), os moradores ensaiam diversas estratégias de luta para exigir o cumprimento das promessas feitas durante as consultas públicas.

Numa das entrevistas realizadas por Amanda Rossi, um grupo de moradores reassentados no bairro 25 de Setembro deixou claro a sua indignação em relação à atuação da Vale. O grupo questiona

[...] a mina está tirar carvão. Por que não leva esses reassentados para lá? Significa que eles não podem extrair carvão? Por quê? Isso é que é mal. Eu quero emprego. Quero emprego para toda gente que foi reassentada. Tem que ter emprego. Minha senhora, a Vale é um problema para essa coisa de trabalhadores. A vale fez cinquenta anos de contrato, está a ver, Né? Mas o pessoal nosso é um mês, dois meses de contrato. Tá ver o problema? (Moradores do bairro 25 de Setembro, citados por ROSSI, 2016, p.134).

Na essência, a exclusão dos reassentados e de outras camadas socialmente desfavorecidas, é típico do processo de *modernização* do território, que conforme Mendonça (2004) é, na sua gênese, excludente, condição para o processo de reprodução do capital e, em Moatize não poderia ser diferente.

2.1.2 Cateme

Idealizado como um reassentamento rural, visto que, no período do recenseamento 84% da população tinha como principal atividade a agricultura, a comunidade de Cateme dista a 37 km da Vila de Moatize e entre 40 e 45 km das aldeias de Mithethe, Malabwe e Bagamoyo, de onde foi retirada essa população. À altura do reassentamento da Vale, a região de Cateme já era habitada, portanto, a área até então habitada é denominada atualmente de Cateme velho, em oposição a Cateme novo, local onde foi realizado o reassentamento (ESTUDO DO IMPACTO AMBIENTAL, 2006).

Logo, à entrada para o reassentamento de Cateme, chama atenção o sinal que orienta as pessoas para tomar cuidado, pois ali há uma zona de circulação do comboio, isto, é por essa ferrovia que circulam os trens que transportam o carvão mineral, tanto para o Porto da Beira quanto para o Porto de Nacala a velha (Foto 10 A e B).

Foto 10 - Placa de cimento (A) que indica a distância entre Cateme e Moatize e, sinal vertical (B) que indica uma passagem de nível com circulação de trens em Cateme, Moatize



Foto: Eduardo Bata (2015); Fonte: Trabalho de Campo, Moatize, 2015.

Desenhado como uma Vila dentro de uma área até então pouco habitada, o reassentamento de Cateme é o maior de todos os reassentamentos feitos até agora no Distrito de Moatize, inclusive em toda a Província de Tete. De fato, foi nesse espaço onde foram reassentadas as 712 famílias, cerca de 3.560 pessoas classificadas como "rurais", segundo o recenseamento da Vale Moçambique.

Assim, na tentativa de reproduzir as anteriores formas de organização e ocupação do espaço, no reassentamento de Cateme mantiveram-se os nomes das anteriores aldeias/comunidades, bem como as respectivas lideranças. Ou seja, a população que vivia em Mithethe, por exemplo, ao passar para Cateme, também foi realocada para o bairro homônimo e assim por diante.

Na prática, esse esforço foi inútil, principalmente porque Cateme não oferece as condições de reprodução social semelhante às daquelas da anterior comunidade. A título de exemplo, em Mithethe, Malabwe e Bagamoyo a população tinha acesso direto ao rio, as *machambas*, a floresta para a produção do carvão vegetal e corte de lenha para uso doméstico e/ou venda na Vila de Moatize. Essas facilidades não existem e/ou são escassas em Cateme. Portanto, é como disse um dos reassentado que "lá em Chipanga tínhamos como sobreviver".

O outro morador garantiu que "em Chipanga nós não precisávamos de nada, vendíamos tijolos, conseguíamos comida e mandar nossos filhos para escola. Já,

aqui, temos problemas de fome, falta de comida, a vida não está fácil aqui", demonstrando explicitamente, as dificuldades que as famílias enfrentam para a sua subsistência.

E, por fim, convém destacar que as comunidades não se identificam com os nomes (Mithethe, Malabwe, Bagamoyo e outros), mas com os lugares em si e, sobretudo com os elementos simbólicos com os quais estabelecem vínculos. Portanto, é como argumenta Augé (2003, p.71) que, "o lugar é uma construção concreta e simbólica do espaço, princípio de sentido para aqueles que o habitam [...] possuidor de três características comuns: identitários, relacionais e históricos", por isso, na ausência dos símbolos, os novos lugares, tal é o caso de Cateme, permanecem estranhos para a população, mesmo sem alterar os nomes.

Considerado reassentamento completo ou assim denominado, Cateme apresenta-se, de fato, com mais infraestruturas em relação ao bairro 25 de Setembro. Com efeito, a "Vila Cateme" possui escolas (EPC e Secundária do 1º e 2º ciclos); Centro de saúde, mercado, posto policial, rádio comunitária e outras infraestruturas que a torna um pólo de atração da população em busca, por exemplo, do atendimento hospitalar e o acesso ao ensino secundário, sobretudo para as crianças que concluem o EP2 no reassentamento de Mwaladzi.

Assim, como a população reassentada no bairro 25 de Setembro, aquela que foi realocada para Cateme, exigiu algumas condições como contrapartida para o seu deslocamento. De fato, no âmbito do PAR, por exemplo, ficou combinado que cada família receberia uma nova casa construída de material convencional (Foto 11), cujo número de cômodos e as dimensões seriam iguais ao das anteriores moradias. Segundo o PAR, cada agregado familiar reassentado seria atribuído dois hectares de terra para a abertura das *machambas*, principal fonte de subsistência das famílias, além da introdução de projetos de auto-sustento, dos quais a criação de frangos.

Para o CDRM (2015), em Cateme foram criadas as condições sociais para atender a população deslocada, por que

[...] tem escolas, tem água, tem centro internato, tem luz elétrica, hospital, posto policial. Criou-se o sistema de transporte, porque eles foram reassentados lá não estão proibidos de vir à cidade, então, eles têm transporte e o valor estipulado foi para garantir que as pessoas tivessem a possibilidade de viajar. Eu penso que o mínimo de condições foi criado (Entrevista com CDRM; outubro 2015).

Foto 11 - Tipo de moradia fornecida aos reassentados em Cateme, no meio a casa principal, à esquerda a cozinha e ao fundo o banheiro



Foto: Eduardo Bata (2015); Fonte: Trabalho de Campo, Moatize, 2015.

Na verdade, embora as infraestruturas elencadas pelo CDRM estejam lá, é preciso assinalar que a Vale Moçambique não cumpriu com as promessas feitas nas reuniões de consulta pública e o governo nada fez para exigir o cumprimento de tais acordos. Pois, além da não disponibilização do segundo hectare de terra, até a data da manifestação de Cateme, a introdução do transporte regular e subsidiado (o valor cobrado é de 20 meticais, cerca de R\$ 2,0 por viagem) de Cateme para Moatize e vice-versa, bem como o pagamento de uma compensação no valor de 119 mil meticais para a compra do segundo hectare de terra, são ganhos da luta e da resistência imposta ao Projeto da Vale que culminou com o bloqueio temporário da ferrovia, reaberta somente com a intervenção do governo e da polícia.

Portanto, fruto dessa manifestação e como parte do acordo, a Vale procedeu à reforma das moradias do reassentamento que, apresentavam rachaduras nas paredes e infiltrações e a introdução de projetos de auto-sustento, cujo objetivo era apoiar a restauração dos meios de subsistência da população afetada. Conforme explicam os supervisores da área social na Vale Moçambique que,

[...] nós providenciamos mais condições para a melhoria da vida dessas pessoas [reassentados] através de projetos de geração de renda. Temos um espaço lá em Cateme que é chamado Fazenda Modelo, é um espaço de transferência de técnicas e tecnologias agropecuárias. Entramos com projetos de criação de frangos e gado bovino, como estratégia de geração de renda das famílias reassentadas. Mas para fechar a cadeia de valor desse projeto nós estamos para construir o matadouro por lá é muito longe onde foram reassentados relativamente aqui na Vila [Moatize], nós vamos instalar um matadouro de modo que, as famílias quando produzem seus frangos e vão vender localmente o seus frangos sem deslocar-se a grandes distâncias, então essa cadeia vai ser fechada por matadouro. Existe também um projeto de produção de hortícolas e tem uma unidade de processamento instalado lá, ela tem a capacidade para processar uma tonelada de produtos diversos por hora. Implementamos, também um projeto de produção de gergelim e amendoim porque as comunidades antes do reassentamento produziam essas culturas e nos fomentamos essa cultura para fazer negócio (Entrevista com os supervisores da área social na Vale Moçambique; outubro 2015).

Adornado e habilmente construído, o discurso dos colaboradores da Vale é impressionante e cativante, fornecendo desse modo, a sensação de que, de fato, a empresa está engajada na restauração dos meios de subsistência da população afetada. Todavia, tal discurso perde o seu valor material se confrontado não só com os depoimentos da população que *sente na pele* as dificuldades da vida do e no reassentamento, mas também com a realidade observada em Cateme.

Com efeito, os tão alardeados projetos de "geração de renda", muitos deles não apresentam sinais de um dia retomar suas atividades. Com exceção da chamada Fazenda Modelo, o projeto de criação de frangos, por exemplo, foi um fracasso total, pois a empresa somente

[...] disponibilizou galinhas e escolheram as pessoas que está aqui galinhas para criar, dona M. estão aqui galinhas para criar e os outros esperem. Eu nunca criei galinha, o senhor está me dar galinha, mas vou aprender a criar. Eu crio galinha chegou o tamanho de abate eu vou vender e vou guardar o dinheiro e o senhor chega até mim e recolhe o dinheiro e vai embora. O que ganho com isso? Estou a trabalhar para mim ou para si? (Moradora reassentada em Cateme; outubro 2016).

E como resultado desse sentimento de "burla" perpetrado pela Vale parte dos aviários construídos com o apoio financeiro dessa empresa estão abandonados. Além do mais, Cateme é um reassentamento isolado (dista entre 7 a 8 km da EN7, que liga à Vila de Moatize) e longe do principal mercado, tal como admitiram os próprios trabalhadores da Vale. Parcela significativa da população do reassentamento depende do trabalho a terra que, devido ao baixo grau de fertilidade do solo, quase não consegue produzir o suficiente para garantir o sustento das

famílias. São elucidativas do drama do reassentamento as palavras de um dos moradores de Cateme que explica

[...] aqui em Cateme não dá pra viver pessoas... Estamos a um mês que a água não sai, dizem que as 3 bombas [sistema de captação e distribuição abastecimento público de água] avariaram. Quanto à questão de energia, temos que ir comprar na Vila, para comprar, tenho que pagar 60 meticais de transporte para comprar energia de 50 meticais, por exemplo. Quando a Vale chegou prometeram emprego para os reassentados, mas nada aqui em Cateme somos 8 que, estamos na Vale. As machambas que recebemos não estão a ajudar em nada. Temos 43 famílias que não tem machambas (Morador reassentado em Cateme; outubro 2016).

Diante desse quadro, como se poderia pensar na viabilidade desses projetos? Como pensar em vender a produção em Cateme, sobretudo à carne e o frango para uma comunidade que tem dificuldades para conseguir dinheiro? Portanto, a ineficiência dos chamados projetos de "geração de renda" implementados, tanto pela Vale quanto por outras mineradoras revela que tais ações não são precedidas por um exaustivo estudo de viabilidade envolvendo as comunidades beneficiárias.

Na verdade, esses projetos são improvisados como medidas paliativas (e a realidade dos reassentamentos comprova exatamente isso) que visam, em grande medida, responder parcialmente às reivindicações da população afetada e, sobretudo, às críticas da sociedade civil e da comunidade internacional, em relação às falhas do reassentamento e a violação das liberdades fundamentais.

Analisando o reassentamento e sua relação com o empobrecimento da população afetada por barragens, Amarasena Gamaathige aponta o programa de restauração da renda ou dos meios de subsistência como a componente *core* do Plano de Ação de Reassentamento, pois é ele que possibilitará o conserto e talvez a melhoria das condições e dos meios de subsistência da população. De fato, para o autor, o empobrecimento e a desarticulação social das comunidades deslocadas decorre da ineficiência na implementação dos Planos de reassentamento. Geralmente, a causa desses problemas é a qualidade do próprio Plano, visto que a componente de restauração da renda e dos meios de subsistência não é dada a devida atenção (GAMAATHIGE, 2014).

Portanto, é essa a realidade que se vive em todos os reassentamentos até então realizados em Moçambique, inclusive em Mwaladzi que inicialmente era visto como o reassentamento modelo. Para o professor Christopher de Wet¹⁷⁴ da *Rhodes*

¹⁷⁴ Resettlement is na incredibly coomplex thing - to pick people up and put them down somewhere else, you are not moving objects, you are moving a society. You can have the best policies in the

University of South Africa, especialista em reassentamentos e desenvolvimento rural, as falhas dos processos de reassentamento no país têm como principal causa a fraca capacidade política e estrutural do governo de Moçambique. E isso pode ser evidenciado pelo fato de que, até a época dos primeiros reassentamentos, o país não dispunha de nenhum instrumento legal que pudesse regular esse processo.

2.1.3 Mwaladzi: o reassentamento modelo que virou pesadelo¹⁷⁵

Com o aumento das críticas sobre o reassentamento realizado pela Vale, concomitante ao "nascimento" de grupos da sociedade civil moçambicana que passaram a questionar e a exigir transparência nos negócios realizados entre o Estado e as transnacionais, o reassentamento da Riversdale Moçambique constituía, aos olhos de todos, a oportunidade que o governo e a concessionária mineira tinham para "limpar" as "nódoas" dos anteriores processos de reassentamento. De fato, conforme assinalamos na parte 3, já no contrato da Riversdale aprovado pelo Decreto n.17/2009, se apresentava em anexo, o rascunho, do PAR descrevendo preliminarmente, o número de famílias diretamente afetadas pelo Projeto de Benga, bem como as diretrizes que pautariam todo o processo.

Na verdade, um dos aspectos notórios nesse rascunho é que o PAR deveria, escrupulosamente adequar-se aos padrões da Política do Banco Mundial referente aos reassentamentos involuntários, isto é, o OP 4.12, de dezembro de 2001. Adicionalmente, o mencionado rascunho deixava claro que a participação das comunidades afetadas e outras partes interessadas deveria ser promovida, como forma de encorajar o domínio do processo de planejamento e reduzir dessa forma, possíveis disputas.

Portanto, esses aspectos nutriam a esperança de que o reassentamento de Mwaladzi se tornaria de fato, no modelo para os próximos processos, tendo em vista que estavam (e ainda estão) em curso estudos para a realização do reassentamento da Jindal Africa no Posto Administrativo de Chirodzi. Localizado à Leste de Cateme "velho" e a Oeste de Cateme "novo", isto é, do reassentamento da Vale, a área para a qual foi realocada a população deslocada pelo Projeto de Benga pertence ao

World but without the political capacity, structures or will in place to implement and enforce them, they are useless (WET, citado por DANWATCH, 2015, p.15).

¹⁷⁵ O título desse item foi inspirado no artigo de opinião intitulado Reassentamento de Mwaladzi: modelo ou pesadelo? Escrito por Célia Siteo e Tomás Queface, pesquisadores do Centro de Estudos e Pesquisa de Comunicação SEKELEKANI.

Posto Administrativo de Kambulatsitsi (PAK), Distrito de Moatize e ocupa 7.282 hectares de terra. Desses, 490 hectares foi destinada a área residencial, preparada para receber 449 famílias, pouco mais de 2.000 pessoas; 1.296 hectares foram reservados para a abertura de *machambas*; 4.330 hectares destinados à pastagem e outras 717 hectares para a introdução de futuros projetos de florestas comunitárias (IMPACTO; RIVERSDALE MOÇAMBIQUE, 2009).

Nesse contexto e visando "reproduzir" os anteriores padrões de ocupação do espaço afetado pelo deslocamento compulsório, a área destinada a acolher os agregados familiares foi dividida em bairros e ostentando o nome das cinco unidades (Mpala, Nhangage; Luane; Gulo e Ndzinda) deslocadas. Igualmente, mantiveram-se inalteradas as anteriores lideranças e os moradores de cada aldeia antes do deslocamento.

No concernente às infraestruturas, no reassentamento de Mwaladzi, foi construído o edifício no qual funciona a administração do Posto, uma EPC (Foto 12-A e B); um centro de saúde e foi instalado o sistema público de abastecimento de água, rede de fornecimento de energia elétrica, além de uma nova casa construída de material convencional fornecida a cada uma das famílias.

Foto 12 - Parte das infraestruturas construídas no reassentamento de Mwaladzi, Moatize



Foto: Eduardo Bata (2016); Fonte: Trabalho de Campo, Moatize, 2016.

Junto com essas infraestruturas, cada família reassentada recebeu 119 mil meticais referentes à compensação pelas perdas infligidas pelo reassentamento; duas parcelas de terra; farinha; uma bicicleta, rádio e dois tambores para o armazenamento de água de uso doméstico, conforme explicou o líder comunitário de Luane. Em função de tudo isso, Matos e Medeiros (2015, grifo dos autores) consideram que o reassentamento de Mwaladzi parecia uma oportunidade de mudança de vida, pois, virtualmente, estavam criadas as condições básicas para um "futuro melhor". É como diriam Siteo e Queface (s/ano), o reassentamento de Mwaladzi foi planejado para evitar novos "Catemes".

Assim, associado às infraestruturas fornecidas às comunidades reassentadas, a esperança de poder vender a sua força de trabalho para a Riversdale, conforme ficara combinado durante as sessões de consulta pública nutriam o sonho de uma vida melhor e do tal "desenvolvimento", usado como estratégia para persuadir as comunidades a "abraçarem" os projetos. Mas, os problemas do reassentamento de Mwaladzi não demoraram a surgir.

À semelhança dos reassentamentos da Vale, o drama do reassentamento *modelo que se tornou pesadelo* iniciou com o próprio processo de recenseamento das comunidades residentes dentro da área de concessão mineira. Esse levantamento que determinou a existência de dois grupos de famílias, sendo: um com perfil rural (Chithatha, Nhamalabwe) e o outro, com características urbanas (Benga e Capanga Sede) foi realizado pela Riversdale Moçambique.

Tendo em conta essa classificação, para a região de Mwaladzi, em Cateme realocar-se-ia "445 famílias, cujos sistemas de sobrevivência estão assentes num *modus vivendi*, tipicamente rural, e uma zona de características urbanas, área por definir, para aquelas famílias cujos sistemas de sobrevivência estão assentes num *modus vivendi* tipicamente urbano" (IMPACTO; RIVERSDALE MOÇAMBIQUE, 2009, p. 3). E a referida zona com características urbanas que ficou por identificar é segundo o CDRM, "a área de Bozi, na qual seriam reassentadas as 46 famílias que, até então, residiam em Capanga Gulo" (Entrevista, com o CDRM; outubro 2015).

Iniciado em novembro de 2010, com a transferência simbólica das primeiras 26 famílias para Mwaladzi (seis meses após a inauguração oficial da mina de Benga); em fevereiro de 2011, foram reassentadas mais 45 famílias, totalizando 71 famílias deslocadas na primeira fase do reassentamento. Assim, em função da troca

de empresas, o reassentamento realizado respectivamente pela Riversdale e Rio Tinto, passou por sucessivas interrupções, readequações, muito das quais alargaram o tempo de espera e aumentaram o sofrimento das comunidades afetadas, em função das incertezas desse processo (LILLWHITE e STURMAN, 2015).

Com efeito, os primeiros constrangimentos relacionam-se com a demora do reassentamento o que afetou o curso normal da vida da população, visto que após o recenseamento, foi decretado o período de moratória, ou seja, daquele momento em diante, a população não podia mais construir, tampouco abrir *machambas*. Conforme explica o senhor A. entrevistado pela HRW (2013, p. 87) que, "este ano não estamos a cultivar. A Rio Tinto disse-nos para parar... Eles disseram que iriam mudar-nos este ano. Eles têm-nos dito já há três anos que temos de nos mudar".

No prosseguimento do processo de reassentamento, mas agora sob o comando da Rio Tinto, em março de 2012, foram deslocadas para Mwaladzi mais 14 famílias e entre os meses de abril e junho de 2013 realizou-se o *super* reassentamento, com o deslocamento para Mwaladzi de 478 famílias, desse número 354 Agregados Familiares tinham sido classificados como "rurais". Cansados de esperar pelo reassentamento e iludidos pelas casas do reassentamento, em 2014 um grupo de 35 famílias, até a data classificadas como urbanas, manifestou a vontade de ser integradas no conjunto das famílias rurais e, conseqüentemente, ser transferida para Mwaladzi, até então, considerada *terra prometida*.

Portanto, com as 598 famílias, cerca de 3.000 pessoas deslocadas e reassentadas na sua grande maioria contra sua vontade, a Rio Tinto tinha o caminho livre para iniciar as suas atividades produtivas, cuja primeira produção comercial ocorreu no terceiro trimestre de 2012. Uma análise comparativa entre os reassentamentos de Cateme, 25 de Setembro e Mwaladzi nos permite apontar significativas melhorias, sobretudo em relação à qualidade da habitação fornecida aos reassentados de Mwaladzi, cumprindo assim, com o (iv) princípio estabelecido no Padrão de Desempenho 5 - Rev- 0.1, do IFC.

De fato, conforme garantiu o CDRM, "a qualidade das casas comparativamente aos dois projetos, a Vale e a ICVL eu devo-lhe dizer claramente que, as melhores casas são do reassentamento de Mwaladzi feito pela Rio Tinto. São melhores casas em relação a Vale" (Entrevista com o chefe do departamento

dos recursos minerais; outubro 2015). Nas palavras de um dos líderes comunitários (Luane), também reassentado, "as casas não têm problema, o problema é a vivência, porque as pessoas aqui não têm negócio. A casa não tem problema, a casa muito bom, uma coisa que tinha lá em casa quando chega aqui há de ver tudo, celeiro, capoeira de galinha, isso deram tudo" (Entrevista com o líder comunitário de Mwaladzi; outubro 2016).

Em verdade, as casas do reassentamento de Mwaladzi representam avanços quando comparadas àquelas dos reassentamentos da Vale. Em Mwaladzi, a moradia além de ser de material convencional, possui fiação elétrica (porém não está ligada à rede elétrica, sendo que isso é feito individualmente em função das condições financeiras de cada Agregado Familiar, portanto, nem todas as famílias têm luz elétrica em seus domicílios); o teto tem um revestimento para reduzir o calor das chapas de zinco, além de que, as casas têm calhas para a captação da água da chuva; estratégia para minimizar o problema de abastecimento de água (Foto 13).

Foto 13 - Tipo de moradia fornecida à população reassentada em Mwaladzi, Moatize



Foto: Eduardo Bata (2016); Fonte: Trabalho de Campo, Moatize, 2016.

Mas, conforme já sinalizamos, nem tudo em Mwaladzi vai bem. Se, por um lado, as casas salientam-se como um ganho para os reassentados, por outro, a casa por si mesma não dá conta de resolver questões mais estruturais, como por

exemplo, a subsistência dessas famílias. É como questionou, adequadamente, um dos interlocutores da HRW (2013) que, "o que é uma casa sem comida?" Questionamentos esses que também foram feitos pelos nossos interlocutores no decorrer do trabalho de campo. Para eles a casa bonita ou de cimento, mas sem comida e outros meios de subsistência das famílias não é nada, pois

[...] eu minha casa em Capanga era de palha (capim), mas vivia bem, não pedia esmola, vivia bem. Viver bem para mim, não é ter casa bonita é encher o estomago; estar feliz com a minha família, mas não! Quando a empresa vem talvez está vir me ajudar, estou a pedir 5 meticais para comprar bolo, sinceramente..., até quando eu vou pedir esmola assim? (Entrevista com dona L. membro do Fórum comunitário de Mwaladzi; outubro 2016).

De fato, junto com essas fragilidades estão às imposições feitas no período das consultas comunitárias, visto que a indicação de Mwaladzi como local de reassentamento não foi escolha das comunidades afetadas, mas do governo e da Riversdale, conforme disse um dos líderes comunitário de Capanga que

[...] o governo escolheu Mwaladzi. Quando visitamos Mwaladzi para avaliar o local, eles já haviam começado a construção das casas. Como poderíamos dizer alguma coisa? A casa - modelo já tinha sido construída. [portanto] nada pode ser feito. A empresa e o governo são a mesma coisa. Nós somos como folhas; vamos aonde eles quiser o que é que a gente pode dizer? A única coisa que lhe posso dizer é que estamos a sofrer. As empresas vieram de onde vieram e acordaram com o governo, por isso não podemos dizer nada (Líder comunitário de Capanga, entrevistado pela HRW, 2013, p. 84).

Ratificando os erros e, principalmente a simplificação do processo de consulta comunitária, o líder de Luane disse,

[...] houve consulta sim, mas foi assim mesmo. Diz que hoje você há de ser saído para Mwaladzi, ou para outro sítio, porque aqui tem carvão, então no dia seguinte nós fomos informados, que olha, olha, fomos para hoje temos que sair a casa está no mato, primeiro a chegar aqui foi eu com minhas pessoas (Entrevista com o líder comunitário de Luane; outubro 2016).

Embora se deva reconhecer que a consulta e a transferência das pessoas não foi um processo realizado de um dia para outro, tal como descreveu o nosso interlocutor, contudo, o seu discurso evidencia a simplicidade desse processo. Para a dona L., no entanto, não houve a consulta pública, mas sim,

[...] pesquisas e levantamento das pessoas para serem reassentados, aonde o governo e os líderes comunitários não faltaram. [Desse modo] chegavam em casa da dona M. hoje é o teu dia para sair o carro está aí na porta...; eu sou mulher, eu sou idosa, eu tenho minhas coisas que faço, minhas macumbas, não estou preparado para ir hoje, mas disseram obrigatoriamente arrumar para ir, as suas coisas e macumbas são transportados num carro e você sobe no outro, chega aqui, tua casa é aqui, arruma tuas coisas e lá em Capanga, depois de você arrumar suas coisas

no carro perguntam: acabou? Sim, estão a demolir a sua casa você a ver. Meus filhos choraram mamã nossa casa está ir embora, eu subi no carro a deitar lágrimas e, assim acabou a história de Capanga (Entrevista com dona L. membro do Fórum comunitário de Mwaladzi; outubro 2016).

De fato, algumas pesquisas documentam que, em quase todos os processos de reassentamento, as camadas sociais mais prejudicadas são as mulheres pobres e chefes de AFs; as meninas, idosos e crianças (THUKRAL, 2009). *Grosso modo*, as mulheres passam por situações de estresse e traumas derivados, principalmente da luta pela sobrevivência, dentro de um contexto mais amplo, de desigualdade de oportunidades entre homens e mulheres. No caso dos reassentamentos realizados em Moatize, são as mulheres e crianças do sexo feminino os que mais sofrem, por exemplo, com a escassez de água.

Atento à fala do líder comunitário, fica explícito o entendimento das comunidades sobre a aliança classicista entre o governo e as mineradoras. A partir dessa observação, cabe ratificar o questionamento feito por Scotto (2011, p.3, grifo nosso), sobre a eficiência do Estado enquanto o regulador dos *recursos* naturais. Ou seja, "quais as consequências de ser o Estado [...], o proprietário dos recursos minerais? O fato de ser o Estado o proprietário dos recursos do subsolo garante seu caráter público?"

Assim, a agravar o quadro das fragilidades do processo de consulta pública, está o fato de parte da população diretamente afetada pelas atividades da Riversdale Moçambique, ainda aguarda o reassentamento. De fato, dos dois grupos de famílias identificadas, no ato do recenseamento, somente o grupo com o perfil rural foi reassentado em Mwaladzi, deixando pra trás, aquelas famílias cujos meios de subsistências estão vinculados à Vila de Moatize.

De acordo o CDRM, o reassentamento de Mwaladzi compreendeu essas fases porque a "Rio Tinto deu prioridade ao reassentamento da população que estava na zona em que eles queriam fazer as operações, então havia outra comunidade que permaneceu lá e é essa que está sendo reassentada agora porque eles também querem atacar a outra área para explorar [...]" (Entrevista com o CDRM; outubro 2015). Em verdade, com a queda do preço da tonelada de carvão verificada, a partir de 2014, aliado as sucessivas trocas do concessionário mineiro, conforme já destacado, as famílias classificadas como urbanas permanecem (pelo menos até maio de 2017) naquelas áreas e, sujeitas, conseqüentemente, a conviver com as poeiras resultantes da mineração.

Para um dos líderes comunitários não se entende porque algumas famílias continuam em Capanga. De fato, nem todas as pessoas foram reassentadas por que

[...] havia outros que trabalhavam e negaram de vir aqui. Queriam ser reassentados perto da cidade, tinham outros filhos nossos que estamos aqui, então eles também foram reservados para quando forem resolvidos aqueles então, podiam ser retirados esses filhos, mas até agora não tem solução e até agora pessoas aqui quando tem filho dele doente lá ele não tem passagem [dinheiro] já não tem maneira de como ir lá. Tem pessoas que vivem lá e, depois lá onde saímos em Luane lá quando aquela mina está trabalhar eles passam mal, porque a mina está perto. Até porque acho que eles foram ditos que a mina não pode trabalhar antes de retirar aquelas pessoas, assim a mina está parada, mas tinha começado (Entrevista com o líder comunitário de Luane, Mwaladzi, outubro 2016).

Realmente, foi na sequência das denúncias feitas e, sobretudo do processo judicial movido pela Liga dos Direitos Humanos (LDH) contra a ICVL Minas de Benga que o Tribunal Administrativo da Província de Tete (TAPT) decidiu através do Acórdão n.1/TAPT/16, de 19 de fevereiro, suspender as atividades daquela mineradora e, obrigando a para que, no prazo de 30 dias, realizar as seguintes ações: (i) compensar as famílias pelas *machambas* destruídas em consequência da atividade mineira; (ii) a apresentar o Plano de Responsabilidade Social (PRS) e o cronograma de reassentamento urbano e (iii) criar condições para o alojamento das famílias que se encontram próximas da mina enquanto aguardam pelo reassentamento.

Inconformada com a decisão do TAPT e alegando não ter sido notificada, a ICVL Minas de Benga, interpôs recurso junto ao Tribunal Administrativo (TA), cujo Acórdão n.14/2017, julgou improcedente as alegações da mineradora e, por isso, manteve todas as deliberações do TAPT, determinando, assim, "a improcedência do recurso e a manutenção do Acórdão n.1/TAPT/2016, do tribunal a *quo*, por falta de fundamentos legais para a sua anulação, pois, a decisão relativa à intimação para a ora apelante apresentar o cronograma de reassentamento urbano é justa e legal" (MOÇAMBIQUE, 2017, p. 8).

Em Mwaladzi, além da perda do acesso à propriedade coletiva e de recursos de uso comum, como por exemplo, o rio Revubuê, local onde a população produzia hortícolas, tomava banho, lavava roupa e extraia areia para vender; os reassentados têm igualmente dificuldades de acesso regular aos alimentos, aspecto que denuncia o problema da insegurança alimentar. Para protelar essa questão e como medida paliativa para mascarar os erros do processo de reassentamento, a Riversdale Moçambique distribuiu, nos primeiros meses após o deslocamento, uma cesta

básica, composta por: milho, óleo, açúcar, feijão, amendoim, peixe e arroz. Nesse sentido, cada família recebia "um litro de óleo por cada criança da família; 1 kg de arroz por cada criança, feijão também e o peixe (seco), tudo o resto era fornecido, em função do número de pessoas por AF" (Entrevista com o líder comunitário de Mwaladzi; outubro 2016).

Como dito, essa medida passageira tinha em vista protelar o sofrimento da população reassentada e não evitá-lo. Por outro lado, o fornecimento da cesta básica era uma forma de impedir possíveis revoltas populares, o que não aconteceu, pois logo em 2013, meses depois do reassentamento houve a greve de água organizada por um grupo de mulheres reassentadas, conforme atestam as palavras de uma das participantes que,

[...] fizemos greve de água, todas as senhoras, não papás não, senhoras porque somos nós que passamos dificuldades, entramos em greve de água, a empresa [Rio Tinto] trouxe caminhões para abastecer em todas as ruas, todos os dias até a água sair nos fontenários [fonte pública de abastecimento de água], mesmo com isso, o problema ainda continua (Entrevista com dona B. reassentada em Mwaladzi, outubro 2016).

As palavras dessa mulher lembram, uma vez mais, que são elas as que mais sofrem pelo deslocamento compulsório. De todo modo, os problemas maiores que ainda não foram resolvidos são: a terra com solo fértil para produzir; o acesso ao trabalho; ao cemitério; a igreja, conforme disseram os nossos interlocutores durante o campo. Esses aspectos são parte das promessas e dos acordos alcançados entre a Riversdale Moçambique e as comunidades afetadas durante as consultas públicas.

Em Mwaladzi, ou seja, terra das pedras em Nyungwe, a terra é pedregosa (Foto 14) e o nível de fertilidade do solo é variável. Para um dos especialistas em solo e funcionário da Rio Tinto, a terra em "Mwaladzi e Cateme é de qualidade variável, incapaz de produzir culturas básicas para a comunidade. Por isso, o potencial agrícola não se teria expandido sem irrigação" (HRW, 2013, p.55). Portanto, sem rios por perto, senão um pequeno riacho que se localiza logo na entrada do reassentamento e, nem condições financeiras para investir num sistema de irrigação, a população de Mwaladzi vive o espectro da fome e da insegurança alimentar, uma vez que a terra fornecida é apta apenas para determinadas culturas.

Foto 14 - Tipo de terras fornecidas aos reassentados em Mwaladzi, outubro 2016



Foto: Eduardo Bata (2016); Fonte: Trabalho de Campo, Moatize, 2016.

De fato, as únicas culturas que facilmente crescem em Mwaladzi são "a melancia, abóbora, amendoim, mapira que combinam com essa terra, só que milho nada, dizem que só a partir do terceiro ano quando todas as raízes acabaram de apodrecer então pode aproveitar milho" (Entrevista com líder comunitário, outubro 2016). Diante disso, a população passa momentos de racionamento alimentar e ensaia diversas estratégias para lidar com a escassez de alimentos.

Além, das habituais três refeições ao dia, algumas famílias são obrigadas a ter somente duas. E a estratégia dominante é comer de manhã e almoçar mais tarde, isto é, entre 16 e 18 horas para não ter que jantar, pois não há comida suficiente. Sem forças para produzir e nem fazer pequenos *part time/bicos*, alguns idosos dependem da ajuda oferecida por parentes, conforme disse a dona T. que

[...] eu estou sempre preocupada com comida... Estou dependente dos meus filhos, às vezes eles dão-me pouco. Quando estava em Chipanga, eu produzia a minha comida. Eu poderia escolher. Aqui eu não posso escolher o que comer. Eu costumo comer comida que não gosto (Residente de Mwaladzi entrevistada pela HRW, 2013, p. 65).

Portanto, na sequência dessas dificuldades, há relatos de mortes de pessoas devido ao consumo de frutos silvestres venenosos, bem como o abandono e retorno¹⁷⁶ das famílias para as anteriores comunidades. Além disso, um número significativo de crianças está deixando a escola para ajudar os pais na produção de

¹⁷⁶ Houve um levantamento feito pelo governo distrital para aferir o número de pessoas que regressaram às anteriores aldeias/comunidades de onde foram retiradas, todavia, não tivemos acesso a esses dados.

alimentos. Em casos extremos de fome, algumas famílias "optam" por vender as chapas de zinco de seus banheiros para poder adquirir alimentos. Para o líder comunitário tal se deve ao fato de, no reassentamento

[...] as pessoas não têm maneira. Uma pessoa [passa] dois a três dias dormir a fome, já não tem como fazer, porque há outras pessoas que pelo menos têm cabrito, tem porco, aí ver que tem dois dias sem comer, pega cabrito dele vende ou tem boi vende e agora aquele que não tem nada fica sofrer. Pensa sobe em cima da casa tira chapa e esse chapa vende muito barato, uma chapa desta aqui vende cento e tal, cinco chapas da casa de banho, vende só por mil e tal, agora hoje em dia uma lata de milho está quinhentos meticais e só consegue comprar duas latas de milho para duas semanas só e já a pessoa já está sofrer na mesma (Entrevista com o líder comunitário de Mwaladzi; outubro 2016).

Enfim, as promessas de vida melhor e de "desenvolvimento" que carburavam os discursos dos membros da Comissão de reassentamento; dos mandatários das mineradoras e enchiam de esperança as comunidades, tão cedo demonstraram serem vazios. A população reassentada, essa, vive o ônus de todo o processo de *modernização mineira* que em sua é gênese é, excludente e injusta social e ambientalmente, ao distribuir de forma desigual os benefícios e os prejuízos dessas atividades.

2.2 O ÔNUS DO REASSENTAMENTO: desenvolvimento! Quanto custa?

O termo desenvolvimento se encontra no centro de uma poderosa constelação semântica. Não há nenhum outro conceito no mundo moderno que tenha sido tão influente quanto o desenvolvimento, representando, para tanto, uma mudança favorável: do simples ao avançado, do inferior ao superior, do pior ao melhor (ESTEVA, 2000, p. 45).

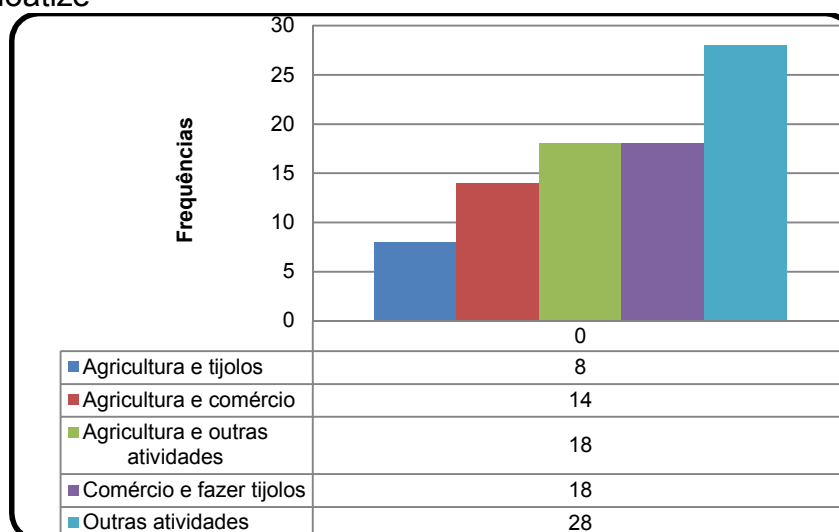
Já assinalamos que a implantação dos megaprojetos em Moçambique, mais precisamente em Moatize, só foi possível graças à ação combinada entre o Estado e o capital, valendo-se de diversas estratégias que aglutinam: a persuasão das comunidades locais com base na ideia da universalização dos benefícios dos projetos; o aliciamento das lideranças tradicionais; dos membros do governo a vários níveis; a revisão da legislação nacional com o intuito de controlar o acesso à propriedade e aos bens naturais, inclusive os minerais, bem como o uso do poder repressivo do Estado para impor suas decisões e "restaurar", a ordem nos casos em que a continuidade desses projetos é posta em causa.

De posse dessas táticas, principalmente a da universalização dos benefícios, a partir da criação de postos de trabalho, cuja prioridade para a contratação seria para a população local, os megaprojetos e o governo teceram, assim, por dizer, o caminho conducente ao aprofundamento das desigualdades sociais, da exclusão, da marginalização e para a ocorrência de conflitos socioambientais, em função das diferenças na apropriação social dos recursos da natureza (ACSELRAD, 2004).

De fato, o movimento de desterritorialização (HAESBAERT, 2002) ao qual foi sujeita à população afetada, tanto pelo Projeto de Carvão de Moatize quanto pelo Projeto de Carvão de Benga implicou não só o abandono de suas terras, mas também de seus territórios e seus lugares. Essa deslocação não foi apenas involuntária, mas também forçada, pois por força dos decretos e das leis, as comunidades foram compelidas a sair das suas habituais áreas para dar espaço aos projetos. Portanto, não dispunham de forças suficientes para impedir que tal sucedesse (WET, 2006). Tal processo afetou os meios de vida e de reprodução social dessas comunidades, sem com isso, induzir ao tal desenvolvimento, com o qual a população sonhava.

No contexto dos deslocamentos compulsórios, além da perda dos meios de subsistência, em função da paralisação de várias atividades, com ênfase para a agricultura, a produção de tijolos e o comércio - principais atividades antes do deslocamento (Gráfico 7), a população perdeu, igualmente, outras fontes de rendimento provenientes, sobretudo, da venda de brita, da areia e do gado.

Gráfico 7- Principais atividades da população antes do reassentamento em Moatize



Fonte: Trabalho de campo, outubro 2015 e 2016; Org.: Eduardo Bata (2017).

Assim, de uma vida independente e auto-suficiente, a população reassentada em Moatize rapidamente passou a depender das ações de filantropia, apelidadas de programas de responsabilidade social, e canceladas pelo governo. De fato, conforme nos ensina Esteva (1992, p.18), o estabelecimento de valores econômicos exige, em todos os sentidos, a desvalorização de todas as outras formas de vida social. Tal "desvalorização transforma, em um passe de mágica, habilidades em carências, bens públicos em recursos, homens e mulheres em trabalho que se compra e vende como um bem qualquer, tradição em fardo, sabedoria em ignorância, autonomia em dependência".

Nesse sentido, ao ser imposta a necessidade de se "escravizar e se submeter a experiências e sonhos alheios" (ESTEVA, 2000, p.65) em nome do desenvolvimento, as mais de 1.889 famílias, aproximadamente 9.500 pessoas afetadas pela produção do carvão mineral em Moatize e Chirodzi vivem situações de injustiça socioambiental diversas. Enquanto as comunidades reassentadas em Moatize quase que têm o "seu destino selado", as mais de 289 famílias dos povoados de Cassoca e Chissica, em Chirodzi, aguardam a sua *sentença*.

Mas, enquanto isso, as famílias que se encontram dentro da área de concessão mineira da Jindal África vão morrendo aos poucos devido ao avanço da mina. Realmente, a mina que até 2015, encontrava-se a 600 metros¹⁷⁷ de distância, localiza-se, atualmente, a pouco menos de 300 metros das moradias da população. Portanto, em função dessa proximidade com a mina, a população relata que "nós não só inalamos a poeira, mas também comemo-la por via da farinha que fica escura quando estendemo-la no regresso da moagem. Quando comemos a massa, parece estar com a areia" (JORNAL NOTÍCIAS, edição de segunda-feira, 4 dezembro de 2017). Para o senhor J. S., um dos líderes comunitários de Cassoca,

[...] a demora no reassentamento talvez seja para acabarmos por morrer. É que estamos mal, a nossa saúde não anda nada bem. As comunidades estão mal. A situação é crítica, porque as escavações progridem em direção ao interior, não pára, isso é muito preocupante, porque a poeira que se emite afeta a saúde das pessoas. Não estou sozinho com tosse permanente. Há muita gente a tossir. Estamos preocupados porque é uma doença perigosa (idem).

¹⁷⁷ Resultante da extracção de carvão mineral: Inalação de poeira põe em risco saúde de 289 famílias em Tete. Disponível em: <<https://www.diariodemocambique.co.mz/single-post/2017/12/04/Resultante-da-extrac%C3%A7%C3%A3o-de-carv%C3%A3o-mineral-Inala%C3%A7%C3%A3o-de-poeira-p%C3%B5e-em-risco-sa%C3%BAde-de-289-fam%C3%ADlias-em-Tete>> Acesso em: 1. jan. 2018.

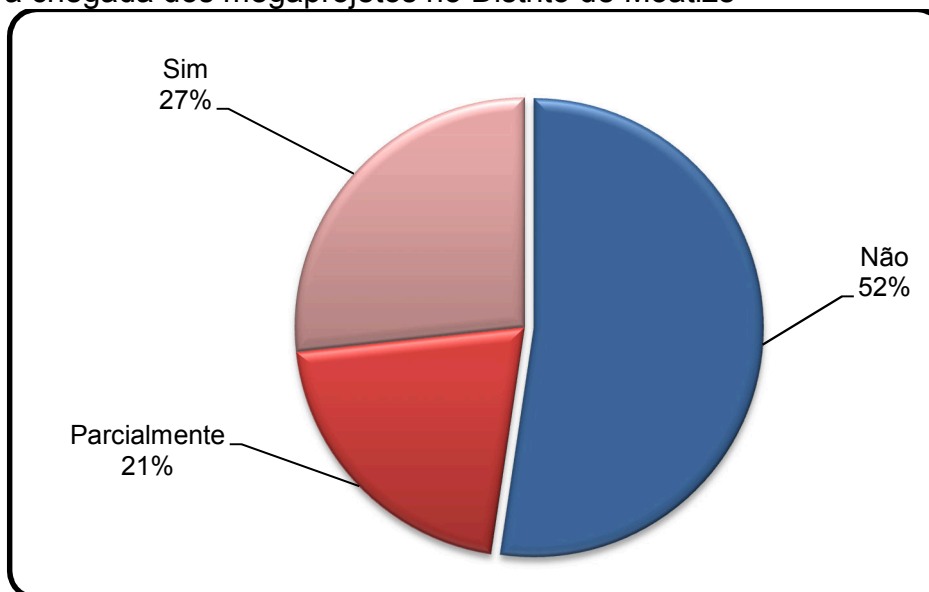
O que mais nos surpreende (ou não) em tudo isso é que esses atropelos à legislação não decorrem da inexistência de instrumentos legais apropriados que pautem essas atividades, mas da sua não aplicação e de uma espécie de *vista grossa* que a Inspeção do Ambiente faz, já que é tarefa desse órgão e, sem o prejuízo de outras inspeções, fiscalizar e penalizar os prevaricadores, de acordo com o art.º 24, do Decreto n. 31/2012.

Na verdade, deve-se entender que o modelo de desenvolvimento capitalista adotado no território nacional, que elegeu a mineração, como a sua engrenagem principal, foi pensado na perspectiva de colocar sobre os ombros das comunidades camponesas o fardo de todo o processo, o qual resulta invariavelmente, na perda de autonomia e da soberania alimentar das comunidades.

De volta à Moatize, a população afetada afirma não só que a chegada dos megaprojetos não melhorou a sua vida e, nos casos em que tal aconteceu, os benefícios foram pouco expressivos, mas também relaciona a vinda desses projetos com as mudanças nas formas de relacionamento entre as pessoas, principalmente nos reassentamentos. De fato, para 52% dos moradores reassentados não houve melhorias na qualidade de vida com a chegada dos megaprojetos até então, publicitados como indutores do desenvolvimento.

Por sua vez, 27% da população respondeu que a vida melhorou com a vinda dos megaprojetos. Assim, tanto os que apontaram melhorias parciais, isto é, 21% quanto àqueles que indicaram melhorias efetivas, portanto, os que responderam sim, todos destacam a proximidade ao hospital, a moagem, a escola, as oportunidades de formação, a facilidade no acesso ao emprego, a melhoria da renda proveniente do aluguel de casas e do trabalho, como aspectos que corroboram essa percepção (Gráfico 8).

Gráfico 8- Percepção dos moradores em relação à melhoria da vida com a chegada dos megaprojetos no Distrito de Moatize



Fonte: Trabalho de campo, outubro 2015 e 2016; Org.: Eduardo Bata (2017).

Nos reassentamentos de Moatize, além de não ter sido levada em consideração a opinião das comunidades reassentadas o que revela de acordo com Mário (2013) a natureza autoritária e excludente do processo de reassentamento, a população reassentada, sobretudo mulheres e idosos, carrega consigo traumas e estresses provocados pelo deslocamento compulsório. De fato, os que resistiram a esse choque (uma vez que há relatos de morte de alguns idosos logo após o reassentamento, principalmente em Cateme) falam da mudança nos objetivos e no caráter da Frelimo, em função das imposições durante as consultas públicas e, sobretudo as dificuldades enfrentadas nos reassentamentos.

Em relação aos estresses, traumas e mortes após o reassentamento um dos secretários do bairro 25 de Setembro explicou que

[...] na verdade, o reassentamento afetou socialmente aos residentes. Se nós formos olhar o simples fato de dizer a um residente que vai deixar a sua zona residencial para ser atribuída outra zona, e neste ato ele deixa de exercer as atividades que anteriormente ele vinha desenvolvendo e passa para uma zona onde não vai fazer nenhuma atividade isso afeta socialmente a pessoa. [Portanto, após o reassentamento] fomos notando que alguns residentes com idade mais avançada que depois de ter abandonado as suas terras e se formos a olhar o aspecto social de um africano, nós temos a consciência de que, no sítio onde a pessoa reside tem lá o seu segredo e este ato de retirada deste sítio para outro, socialmente esta pessoa fica frágil e pode cair doente ou simplesmente perder a vida. E isso se notou nos primeiros anos do reassentamento, refiro-me ao ano de 2010 a 2014. Nós fomos notando alguns idosos que depois de terem sido reassentados duas ou três semanas depois perdiam a vida, sobretudo em Cateme (Entrevista com o secretário do bairro 25 de Setembro; outubro 2016).

Na fala do secretário, está explícito o seu entendimento sobre o impacto não só da mudança, mas também do fato de as pessoas tomarem conhecimento de que serão transferidos de seus lugares. Essa percepção dialoga com o que é apresentado por Silva (2004, p. 88-89) ao observar que

O deslocamento, da mesma forma que a execução de um projeto, começa bem antes de seu momento/instante. O próprio anúncio de uma possível intervenção no lugar já começa, pode se dizer, a preparar o espírito dos moradores para a possibilidade de que possam vir deixar o seu espaço tradicional. Muitas vezes, a notícia chega apenas como rumor, mas com força suficiente para disseminar a informação; outras vezes, chega de forma inesperada, como uma decisão previamente tomada e irreversível e, principalmente, promovendo vários níveis de ruptura e destruição entre um modo de vida já tradicional e uma nova organização caracterizada pela insegurança.

Para o capital, no entanto, somente uma coisa importa: a remoção das barreiras que possam eventualmente impedir o seu avanço. No intrincado processo de acumulação capitalista, sobretudo na sua fase atual de acumulação, por espoliação (HARVEY, 2006), os segredos, os amuletos, as macumbas e as sepulturas são estorvos para a continuidade do processo de homogeneização. Visto como formas arcaicas de relacionamento das comunidades com o espaço, esses elementos simbólicos devem a todo o custo serem combatidos até a *morte*.

Para tanto, a população é coagida a criar estereótipos em relação a diferentes práticas culturais. De fato, alguns reassentados no bairro 25 de Setembro têm vindo a abandonar tais práticas, apelidadas de antiquadas e/ou atrasadas. Nesse sentido, além das limitações impostas pelo caráter urbano da nova área residencial, o que dita a não realização de algumas práticas, sobretudo rituais fúnebres, como o *kumbire mudzimbo* (pedir aos espíritos antes de fazer a cova para receber o seu filho), por exemplo, a interação entre a população de Moatize com outra proveniente de outros lugares do país e do mundo, inculcou a necessidade de desprezar o tradicional.

No dizer de um dos moradores,

[...] os hábitos culturais não mudaram na totalidade, mas alguma coisa mudou. Estamos num espaço municipal, um pouco distante da Vila. Há coisas que hoje não podemos fazer mais. Havia a dança *malombo* [dança feita pelo advinha [curandeiro], sobretudo quando alguém está doente] e que já não se faz. Um e outro, tenta voltar, mas tem sido desprezado pelos outros e, é considerada cultura arcaica, enquanto lá em Chipanga não era arcaica (Morador reassentado no bairro 25 de Setembro; outubro 2016, grifo nosso).

Ressaltando esse entendimento, outro reassentado disse que

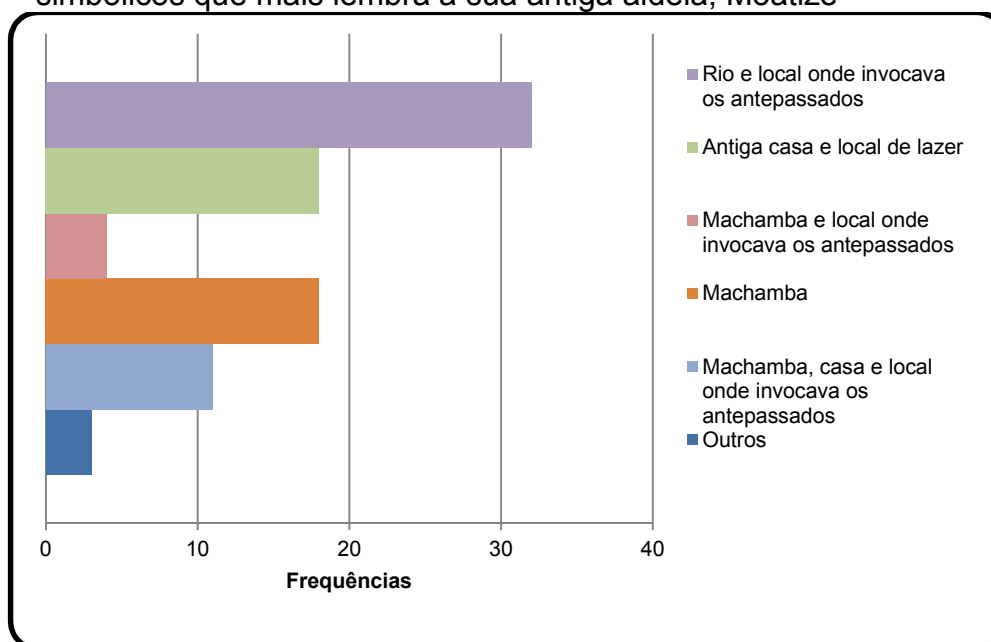
[...] a mente das pessoas mudou, porque as pessoas pensavam que só podia viver entre família, mas agora não. As danças que fazíamos lá aqui não fazemos mais, porque as pessoas não querem ninguém dançar *mandjole*. Quando havia falecimento as pessoas tocavam batuque a noite para sinalizar que ali há falecimento, mas agora não fazer, não querem voltar atrás, estão evoluídos (Morador reassentado no bairro 25 de setembro, outubro 2015, grifo nosso).

Portanto, a ideia do atraso presente no imaginário de alguns residentes do reassentamento é parte da própria dinâmica expansionista do capital. O capital, ao incorporar diversos territórios, em função de seus próprios interesses, tais territórios são "hegemonizados pelas formas de gestão do capital implementadas pelo Estado e seus agentes, implicam em (des) construir as *heranças espaciais*. Esse processo está na origem dos estereótipos construídos no imaginário social acerca das noções de atraso cultural [...]" (MENDONÇA, 2004, p.122, grifos do autor).

Todavia, apesar desse esforço do capital no seu processo de hegemonização e homogeneização do território, de modo geral, a população dos três reassentamentos ainda mantém fortes vínculos com os seus anteriores espaços, lugares e símbolos. Uma leitura valiosa sobre esse processo de construção de trincheiras de resistência frente à investida capitalista é apresentada por Almeida (2005, p. 342) ao observar que a inserção do capital sobre as regiões do Cerrado brasileiro (por meio da modernização e do alargamento da fronteira agrícola) nas comunidades afetadas, "a identidade adquiriu feições de resistência em face às mudanças provocadas pela expansão da soja e a construção do Lago da UHE Serra da Mesa, pelos atores que se encontram em condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação".

E no caso de Moatize, não obstante o afastamento das comunidades em relação a alguns aspectos simbólicos, como o rio, o local de lazer, a antiga casa, o local onde invocava os antepassados, portanto, local de sacralização das relações espirituais, tais elementos continuam referências da população para pensar suas antigas comunidades. Com efeito, entre outros símbolos os moradores apontaram principalmente o rio e o local onde invocavam os antepassados (37,2%); a antiga casa e o local de lazer (20,9%) e a *machamba* (20,9%). Atento ao gráfico 9, nota-se que a *machamba* e o rio são os aspectos simbólicos mais destacados pelos reassentados.

Gráfico 9- Percepção dos moradores reassentados sobre os elementos simbólicos que mais lembra a sua antiga aldeia, Moatize



Fonte: Trabalho de campo, outubro 2015 e 2016; Org.: Eduardo Bata (2017).

Na verdade, para os moradores o rio (Revubué) não era apenas local de socialização, já que é nele que as comunidades tomavam banho; lavavam a roupa, mas também local de produção, uma vez que eles aproveitavam as margens do rio para produzir hortícolas, sobretudo na estação seca. Associado à produção de tijolos, a abertura de *machambas*, a venda de brita e de areia para a construção, lá "na baixa", isto é, nas margens do rio, haviam pequenas hortas. Eu

[...] tinha pequena horta lá na baixa, é onde eu ia plantar meu *muliwa* [verdura]. Pequena horta, aquele desenho [Foto 15] que a gente fez aí em cima, onde está escrito *machambas*, aí ao pé do rio, são baixas, a gente ia regar, tínhamos nossa couve, tomate tudo mais, levava meu tomate ia vender no mercado (Entrevista com dona B. reassentada em Mwaladzi; outubro 2016).

Para compreender o significado de cada um dos elementos apresentados pelos moradores, é necessário entender o arranjo societal das famílias camponesas. Em Capanga, por exemplo, chama atenção (Foto 15) à disposição/interação entre os elementos simbólicos e materiais, que garantiam a reprodução das famílias antes de seu deslocamento para Mwaladzi. De fato, havia uma coabitação entre o espaço de trabalho (*machambas*, local de produção de tijolos e de brita ou de extração de areia), e o espaço sagrado, como por exemplo, o cemitério, o local onde invoca os antepassados e a igreja. Com o reassentamento, porém, alguns desses elementos foram destruídos ou separados, conforme disse a dona L.

Foto 15 - Mapa da comunidade de Capanga antes do reassentamento, Moatize



Foto: Eduardo Bata (2016), Fonte: Trabalho de campo, Moatize, outubro 2016.

Portanto, diante de tudo isso, nota-se que está em curso o processo de empobrecimento das comunidades reassentadas considerando as dificuldades que elas enfrentam para o acesso a terra, ao trabalho e alimentos. Encerrando esse processo, a marginalização, a desarticulação social, os casos de morte de moradores após o reassentamento, o aumento da morbidade, bem como a perda do acesso à propriedade coletiva e recursos comum, são entre outros aspectos que, reforçam esse entendimento, conforme é detalhado no quadro 6. Para o governo, no entanto, parece interessar somente os ganhos da mineração traduzidos nos impostos e outras taxas pagos pelas mineradoras.

Quadro 6 - Resumo dos principais riscos de empobrecimento das comunidades reassentadas em Moatize, Moçambique

	Reassentamentos									
	25 de setembro			Cateme			Mwaladzi			
Riscos de empobrecimento em função de	A	M	B	A	M	B	A	M	B	Observação
Acesso a terra	X					X			X	O risco é alto no reassentamento 25 de Setembro, visto que ao contrário de Cateme e Mwaladzi, nele os reassentados receberam somente uma parcela de terra de 20/40 metros. Com efeito, as famílias mais carentes e chefiadas por crianças órfãs e mães solteiras e de baixa renda, estão "optando" pelo aluguel de suas casas e, parte dos terrenos concedidos, como forma de conseguir dinheiro para a subsistência. Desse modo, com a expansão da Vila de Moatize carburada pela mineração do carvão, há fortes riscos de essas famílias serem aliciadas e venderem suas casas ou parcelas de terra.
Acesso ao trabalho	X			X			X			Baseado na observação feita o risco do empobrecimento nos três reassentamentos, em função da falta de trabalho é alto, porque as comunidades reassentadas que, antes de seu deslocamento dispunham de outros meios (venda de brita, areia, produção de tijolos) para ter acesso à renda, ao serem deslocadas, perderam a totalidade desses meios. Para agravar esse quadro, as promessas de emprego feitas pelas mineradoras não foram cumpridas; os poucos postos de trabalho abertos, são temporários (entre 1 a 6 meses), além de que as empresas não investiram em projetos de restauração dos meios de subsistência e melhoria das condições da população deslocada, conforme se comprometeram, antes do reassentamento.
Marginalização	X			X			X			O risco de empobrecimento devido à marginalização é alto. A falta de trabalho formal e, por conseguinte, as dificuldades no acesso regular ao dinheiro; o deslocamento para áreas deslocalizadas, como Cateme e Mwaladzi, sobretudo. Espaços com fraquíssima rede de comercialização e com dificuldades de acesso, principalmente no período chuvoso e sem transporte regular.
Segurança alimentar	X			X			X			Nos três reassentamentos o risco de empobrecimento decorrente das dificuldades de acesso regular aos alimentos é alto. Com o deslocamento compulsório comunidades que até então, eram auto-suficiente, tornaram-se dependentes das

									ações filantrópicas, tanto das mineradoras quanto de ONGs, como a Visão Mundial que tem realizado projetos denominados comida pelo trabalho, ou seja, as famílias contempladas trabalham e recebem como contrapartida uma cesta básica. Há pesquisas (HWR, 2013; MATOS, 2015; 2016) que documentam as dificuldades no acesso aos alimentos, sobretudo em Mwaladzi. Portanto, além da tardia distribuição da terra, o baixo nível de fertilidade dos solos alocados à população corrobora o espectro da insegurança alimentar.
Desestruturação social	X			X			X		Dado o caráter divisionista dos reassentamentos o risco de desarticulação social é alto em todos eles. Pois, além do deslocamento físico imposto às comunidades a não transferência de elementos simbólicos, como o cemitério, a igreja a mesquita e outros, concorre para esse fenômeno. Na verdade, a própria mudança das suas anteriores aldeias para os reassentamentos já conduz a esse fenômeno.
Aumento da mortalidade e morbidade			X		X			X	O risco é alto, pois conforme relatos, alguns idosos morreram meses após o reassentamento. Além disso, o aumento populacional e da circulação de viaturas amplia o risco de aparecimento de várias doenças, com ênfase para as do veio respiratória. Por outro lado, o descontentamento em relação ao reassentamento pode estar na origem de doenças, como a HPTA, visto que nem todos queriam ser deslocados.
Perda do acesso à propriedade coletiva e a recursos de uso comum	X			X			X		A população reassentada perdeu o acesso a recursos como o rio, as águas termais, quer em função da distância, quer devido à ocupação e interdição de acesso a esses recursos. Por isso, o risco de empobrecimento, devido a falta desses recursos que são elementos com uma representação simbólica e existencial para essas comunidades é alto.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações do trabalho de campo (2015 - 2016) e consulta bibliográfica.

Notas: A - Alto; B - Baixo; M - Médio; AF - Agregado Familiar; HPTA - Hipertensão Arterial.

2.3 CARVÃO MINERAL E SAÚDE: o lucro ou as pessoas?

Já destacamos, ao longo dessa pesquisa, que o esforço do governo de Moçambique é difundir a ideia de que o desenvolvimento nacional passa pela rápida e intensiva exploração dos bens naturais de que o país dispõe. Para tanto, políticas como: a isenção de impostos/desoneração do sistema tributário; a proteção dos investimentos; a criação de regiões ZEE e ZFI que funcionam como "paraísos fiscais" e, todo um conjunto de instrumentos legais, visando atrair o investimento, principalmente o estrangeiro. Porém, a questão central é: em que circunstâncias a prevista exploração dos *recursos* naturais em Moçambique pode constituir uma bênção ou maldição para o país? (BUCUANE e MULDER, 2007, grifo nosso).

No cerne dos discursos oficiais, o empenho do governo é no sentido de construir *consensos sociais*, acenando virtuais benefícios econômicos e sociais para as comunidades, principal estratégia de controle da opinião pública e de integração psicossocial, segundo Becker (1974). Para Chomsky (2002, p.30)

A manipulação consciente e inteligente dos hábitos e opiniões organizadas das massas é um importante componente da sociedade democrática. Para executarem essa tarefa essencial, as minorias informadas devem fazer uso contínuo e sistemático da propaganda. [Assim], a propaganda proporciona à liderança um mecanismo para moldar a opinião das massas. A liderança pode arregimentar a opinião pública exatamente da mesma forma como um exército arregimenta seus soldados. Esse processo de construção do consentimento é a essência mesma do processo democrático.

Nesse sentido, a produção do consentimento ou a opção pelo "consentimento sem consentimento", conforme Chomsky (*op.cit.*), portanto, a convicção imanente nos governantes de que com o tempo a população reconhecerá os benefícios das medidas por ele tomadas (ainda que poucas vezes isso ocorra), tem sido o padrão dominante em países como Moçambique, nos quais a política de desenvolvimento pretende a, todo o custo, implantar a *modernização mineira* (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010).

Nas malhas desse processo, Moatize, uma das últimas reservas mundiais de carvão mineral de alto valor comercial, vem sendo nos últimos dez anos submetido a uma lógica estranha que visa torná-lo num dos maiores fornecedores do carvão mineral à escala mundial (fornecedora de 25% do carvão de coque até 2025), para alimentar à indústria europeia, asiática, indiana, japonesa e brasileira. Opulento em carvão mineral e outros minérios de reconhecido valor comerciais, mas pobre em infraestruturas logísticas, Moatize e, por extensão, a cidade de Tete, têm sido

torturado e reconfigurado, em função das necessidades externas, cujos efeitos negativos se fazem sentir em nível local. Ou seja, as transformações em curso nas duas cidades se dão ao ritmo das demandas dos megaprojetos de mineração, conforme destacaram os vereadores para área de urbanização no município de Moatize e Tete.

Desse modo, a presença do carvão mineral em quantidades e qualidades economicamente viáveis - condição básica e motivadora para a iniciativa privada, no dizer de Becker (1974) implicou o reforço do processo de integração física de Moatize. Dissemos reforço, porque entendemos que já antes da "nova era" da mineração, o Distrito estava integrado ao mercado externo por meio da linha de Sena, construída fundamentalmente para atender a logística do carvão mineral.

Becker (1974, p.14), ao analisar o processo de integração e conquista da Amazônia, identifica, entre outros processos,

A integração física, representada pela implantação da rede rodoviária, elemento primordial para reduzir a distância física e permitir o acesso à região. A rodovia transamazônica, por exemplo, traçado transversal ligando a Amazônia ao Nordeste; articulando os pontos terminais da navegação fluvial com o esquema rodoviário do Nordeste. A par da canalização do fluxo demográfico do Nordeste, sugere também esse traçado, além da maior facilidade de trocas com países vizinhos, a idéia de um corredor de exportação de matérias-primas.

Um aspecto importante, em todo esse processo, é a natureza violenta dos impactos da integração da região. Além da abertura dela ao fluxo e intercâmbio de pessoas, mercadorias e ideias, Becker (*op.cit.*, p.15) ressalta essencialmente "a rapidez com que a penetração da inovação se fez, destoando fortemente do ritmo lento que prevalecia na região". Foi isso que ocorreu em Moatize e na cidade de Tete.

De fato, à chegada dos megaprojetos, Moatize não estava preparada, quer do ponto de vista logístico, quer na perspectiva psicossocial, para receber esses "animais" políticos e físicos, no dizer de Flyvbjerg et al. (2003), que de súbito passaram a comandar a dinâmica econômica e social do Distrito. Na ausência desse preparo, tanto a atribuição das licenças e das concessões mineiras quanto à concessão das infraestruturas logísticas preexistentes, foram sendo feitas à medida que a (ir) racionalidade produtiva capitalista exigia tais medidas.

As palavras do vereador do Conselho municipal da Vila de Moatize refletem esse entendimento:

[...] a demanda por espaço tem sido a grande dor de cabeça. Se for ver o município de Moatize antes da existência dos megaprojetos havia espaço por todo lado, mas depois da chegada deles, hoje que estou a falar, o município não tem espaço nem para habitação, nem para comércio, tampouco para atividades industriais, praticamente está sem espaço para atribuição. Isso se verificou, a partir da altura que os megaprojetos começaram a entrar na Vila a procura era maior que em algum momento apanhou-nos de forma surpreendente foi se atribuindo espaços sem a observância dos parâmetros legais, aquilo que são planos de pormenor e plano de estrutura, então aquilo foi assim, hoje o município de Moatize não tem espaço pra atribuir (Entrevista, com o vereador para área da urbanização; outubro 2016).

Na constante improvisação, à medida que os megaprojetos reclamavam por novos espaços e facilidade está à origem de todos os problemas colaterais do processo de reassentamento, bem como derivam ações como: a autorização pelo governo para o transporte do carvão mineral de Chirodzi para Moatize por meio de caminhões de até 30 toneladas cada e, sobretudo a autorização para o armazenamento do carvão no Terminal de carvão de Moatize, sem prévia consulta pública aos moradores do bairro da Liberdade e, ignorando, assim todos os males que isso acarreta para a saúde humana.

Não obstante, os perigos dessa ação pouco responsável do governo não se coíbem somente aos limites físicos e administrativos do bairro da Liberdade e da Vila de Moatize. Eles se *derramam* e contaminam a qualidade do ar e a biota ao longo dos 120 km do trajeto do modal de transporte do carvão mineral de Chirodzi à Moatize, na Estrada Nacional (EN 301). Entre outros problemas decorrentes desse tipo de decisões, Coelho (2015) aponta a contaminação da população residente no entorno da mina ou em locais próximos; da população residente no trajeto do modal de transporte, bem como daquela residente nas áreas adjacentes aos Portos de escoamento da produção, exatamente o que ocorre no bairro da Liberdade.

2.3.1 O Terminal de Carvão de Moatize

No artigo *Reféns da riqueza de nossa terra: os impactos da mineração sobre as comunidades*, Bossi et al (2010) analisam, com rigor necessário, os efeitos da mineração sobre as comunidades locais. A discussão inicia apresentando o panorama do setor, sobretudo a importância da mineração e as previsões de crescimento para os próximos anos. Segundo Bossi et al. (2010, p.65), além dos aspectos positivos da mineração, essa atividade que, por décadas, ficou escondida e pouco noticiada, "mas nos últimos tempos ocupa, cada vez mais, as manchetes da

mídia nacional e internacional é para alguns promessa e bênção, para outros ameaça silenciosa e violenta".

De fato, conforme descreve Martínez Alier (2007, p.1, grifo do autor),

A economia humana é um subsistema de um sistema físico mais amplo. A economia recebe recursos e produz resíduos. Não existe uma economia circular cerrada. Os prejudicados pelo crescimento dos resíduos e pela extração dos *recursos* naturais muitas vezes são pessoas pobres. As vezes, os afetados são gerações futuras que não podem protestar porque ainda não nasceram ou algumas baleias que também não irão protestar. Mas outras vezes, os desastres ecológicos, afetam as pessoas hoje, que protestam. São lutas pela justiça ambiental, lutas do *Ecologismo dos Pobres*.

Nada obstante, o mérito dessa análise reside no fato de, os autores destacarem que "o problema da mineração não está somente nas minas, mas em toda a infraestrutura e logística que sustenta esse sistema" (BOSSI, et al, 2010, p.66). Portanto, como de *praxe* a logística (construção e ampliação de ferrovias, Portos, aeroportos, linhas de transmissão de energia) é à base de todo o processo produtivo, cujo fim último é atrair os investimentos, principalmente do setor privado e aumentar a competitividade empresarial, conforme lembra Matos (2011).

Em Moatize, além da ferrovia de Sena que liga o Distrito ao Porto da Beira, a Vale construiu um novo trecho ferroviário de quase 200 km entre o Malawi e Moçambique que se destina a reforçar a logística¹⁷⁸ do carvão mineral. Assim, enquanto a Vale Moçambique e a ICVL Minas de Benga, suas concessões mineiras têm acesso direto à ferrovia de Sena, a Jindal, ao contrário, não tem essa facilidade. Desse fato resulta a necessidade de transportar o carvão mineral de Chirodizi para Moatize usando caminhões (Foto 16), o que de acordo com o chefe do Departamento Social da Jindal encarece em quase US\$10, cada tonelada do carvão que embarca no Porto da Beira.

¹⁷⁸ Bossi et al (2010) destacam a importância da estrutura logística não só no sucesso do negócio, mas também no agravamento dos impactos socioambientais. Para a Vale, particularmente a logística é a segunda maior fonte de renda. Com a estrutura construída para viabilizar a exploração mineral, a Vale auferir avultadas somas em dinheiro que conseguem amortizar parcela significativa dos custos de transporte do minério de ferro das minas até os portos de embarque.

Foto 16 - Vista traseira do caminhão carregado de carvão mineral de Chirodzi para Moatize, outubro 2015



Foto: Eduardo Bata (2015); Fonte: Trabalho de Campo, Chirodzi, 2015.

Vale lembrar que o carvão mineral transportado de Chirodzi é estocado no Terminal de carvão de Moatize, localizado no bairro da Liberdade e só depois é transportado via ferroviária para o Porto da Beira e exportado para Índia. Liberdade, um dos cinco bairros que compõem a Vila de Moatize é constituído por cinco unidades administrativas, designadamente: 1, 2, 3, 4 e 5, cada uma delas dirigida por um chefe da unidade, que se subordina ao secretário da Unidade. Segundo o Conselho Municipal de Moatize (2012), o bairro da Liberdade tem 38 quarteirões, cada um deles dirigido por um chefe do quarteirão e coadjuvado pelo chefe de 10 casas.

Com uma população estimada em 6.026 habitantes, o bairro da Liberdade é administrado pelo secretário do bairro e seu respectivo adjunto, principais elos de articulação política entre o município e os moradores. Portanto, convém lembrar que o atual bairro da Liberdade resulta da fusão dos anteriores bairros 8 e 12 da antiga Vila CARBOMOC. Esses bairros surgiram logo após a independência nacional e a constituição da empresa CARBOMOC, E.E, até então proprietária de todas as minas de carvão em Moatize.

Desse modo, a área na qual se localiza o Terminal de carvão (Foto 17), pertence à unidade 2 do bairro da Liberdade. Uma área densamente povoada na qual a população é obrigada a inalar, diariamente, a poeira e o material particulado,

bem como a suportar o barulho resultante das operações de manuseamento do carvão mineral.

Foto 17 - Terminal de carvão de Moatize; ao fundo as residências da população do bairro da Liberdade, outubro 2015



Foto: Eduardo Bata (2015); Fonte: Trabalho de Campo, Moatize, 2015.

Assim, a presença desta infraestrutura no centro do bairro não só tem feitos estéticos negativos, mas também impactos severos para a saúde dos moradores, conforme iremos demonstrar. Visibilizar os problemas decorrentes da presença dessa Terminal naquele local e nas atuais condições, significa refutar de início a ideia de que foi e, continua sendo a população que com frequência invade o espaço vital ou os territórios dos megaprojetos, conforme tem sido a *praxe* discursiva de alguns membros do governo provincial.

Por isso, fortalecer o raciocínio que se opõe a essa premissa, cuidadosamente, elaborada pelo Estado, e reproduzida por seus agentes a vários níveis permite o desvendar não só o papel do Estado, mas também as alianças e as coalizões entre este e o capital. Portanto, "a cooperação entre as altas posições estatais e as empresas privadas (estrangeiras) no que refere à utilização dos recursos minerais ao interior do território nacional", como diz Scotto (2011, p. 7). Ou como assinala Acseirad (2004, p. 21), que "o Estado insere-se na luta pela apropriação simbólica da base material da sociedade, impondo tanto a definição de

uma natureza estatizada, integrada ao capital, como a de uma natureza residual, onde se acomodam os agentes que resistem ou são excluídos espacialmente".

Realmente, quando anunciamos a tese que sustenta essa pesquisa (parte 2), destacamos o papel do Estado que em nível local é, simbolizado pelos membros do governo distrital e municipal, inclusive em nível do bairro que é a menor escala na divisão e articulação política e administrativa no país. É essa estrutura, o êmbolo que garante a ligação, a reprodução dos discursos estatais e a mobilização para o cumprimento dos interesses do Estado que frequentemente conflitam com os interesses e necessidades vitais da população local.

Conforme se pode notar no trecho da entrevista com o vereador para área de urbanização no Município de Moatize, o discurso dos agentes do Estado é estruturado no sentido de atribuir culpa à população, deixando evidente a posição do Estado e sua ligação com os megaprojetos

[...] o que lhe posso dizer é que, o espaço onde está o Porto Seco da Jindal foi desde o passado a zona de carregamento e descarregamento de carvão. Na altura era a mina da CARBOMOC e sempre teve a mesma função que tem agora. É verdade que nos 16 anos da guerra civil o Porto ficou muito tempo paralisado e talvez se esqueceu ou as pessoas não cogitavam que o carvão voltaria à tona em Moatize. Então a população foi invadindo houve precaução até por parte do Município que na altura informou a população de que não deveria ocupar aquela zona, porque algum dia retomaria as atividades, mas por falta do espaço em nível do Município e como aquilo não era operado a população começou a ocupar a cercania já não havia esperança de que aquilo havia de continuar uma vez que a Vale estava a quilômetros e a ICVL também, então, ninguém imaginava que aquilo voltaria a funcionar. É verdade que nunca deveria funcionar como está, mas não sei como foi atribuída a licença não foi em nível do município (Entrevista, com o vereador para área da urbanização; outubro 2016).

É claro que a ocupação das cercanias do Terminal de carvão ocorreu, conforme descreve o vereador num período em que a atividade mineira em Moatize havia décadas que estava paralisada. Esse fato fortalece a ideia de que a presença da população naquele local não foi um ato de oportunismo, no sentido de busca pela indenização, como tem sido prática discursiva de algumas empresas, mas também de alguns membros do governo provincial de Tete. Tendo em conta esses aspectos, a reutilização do Terminal deveria ter sido precedida pela consulta pública e o reassentamento das famílias, o que não aconteceu.

As palavras do régulo de Kalamba confirmam isso:

[...] a área onde a Jindal transformou como *stock* de carvão, antes era da CARBOMOC. Era o local onde se guardava o carvão ceifado e fino [...] hoje já é da Jindal, mas tem a questão da poeira do carvão, hoje eu já tenho voz roca por causa dessa poeira. Os moradores não foram avisados, nem foram

consultados de repente só vimos a montar material e a colocar carvão e não houve aviso nenhum, porque se tivesse aviso teríamos tido conversações entre a empresa e a população junto com o governo (Entrevista, com o régulo de Kalamba; outubro de 2016, grifos nosso).

Ressaltando a ocupação prévia do espaço do entorno do Terminal de carvão de Moatize, bem como a falta da consulta pública um dos moradores do bairro da Liberdade disse

[...] quando nós começamos a fazer nossa construção aqui o espaço foi cedido pelos líderes comunitários é que estavam a entregar esses espaços. Então com o tempo que se passou, apareceu o Município, disse primeiramente que o espaço que limitava entre a população ficou pra a Jindal. Diziam que não é de Nabil [uma empresa de transporte], é da Jindal, não podem construir mais casas aqui, esta faixa é da Jindal. Mas por ouvir Jindal nós não sabíamos o que poderia vir fazer a Jindal, então com o tempo começamos já a ver. A Jindal não nos aproximou dizer que é *pha* [assim] queremos fazer isto ou aquilo, até pensávamos que fosse um parque, mas de repente vimos lá os caminhões da Lalgyl a vir despejar o tal carvão, tinha montanha de carvão só que acabou sendo transportado para Beira de comboio (Entrevista, com o morador do bairro da Liberdade; outubro 2016).

Outro residente do mesmo bairro concluiu

[...] tentaram por murro, mas mesmo assim a poeira está invadir nas casas, antes pensávamos que fosse para estacionamento dos carros de Nabil. Carro com pessoa não tem problemas, mas depois só vimos carvão, mesmo você limpar casa só vais ver poeira em todo o lado, pra nós que estamos aqui, essa empresa não está a nos ajudar, veja que eu também estou com tosse, na minha casa é tudo assim, aqui não houve nenhuma conversa com a comunidade antes de começar a colocar carvão, só foi do dia pra noite vermos carros e ouvir barulho do comboio (Entrevista, com morador do bairro da Liberdade; outubro 2016).

Na verdade, o caminhão (Foto 18) o comboio, a ferrovia e outras infraestruturas logísticas que compõem o que Harvey (2004) denomina capital fixo, permitem o reordenamento do espaço físico, com vista a atender a dinâmica de acumulação do capital por meio da extração do carvão mineral. Deles, depende, fundamentalmente, o transporte do carvão mineral extraído em Chirodzi e exportado a partir do Porto da Beira, conforme já assinalamos.

Foto 18 - Caminhão da transportadora Lalgy no interior do Terminal de carvão em Moatize, ao fundo o carvão estocado, outubro 2015



Foto: Eduardo Bata (2015); Fonte: Trabalho de Campo, Moatize, 2015.

Atento aos trechos da entrevista com os residentes do bairro da Liberdade, o que há de comum entre eles é o fato de todos afirmarem que o reinício da estocagem do carvão mineral não foi antecedido pela consulta pública, nem simples informação. Portanto, a não realização da consulta pública e/ou a falta de disponibilização de informação para a população afetada pela atividade mineira viola o art.º 32 da Lei n. 20/2014. De acordo com esse art.º,

- (i) é obrigatória a informação prévia às comunidades sobre o início de atividades de prospecção e pesquisa, bem como da necessidade do seu reassentamento temporário para tal fim;
- (ii) é obrigatória a consulta prévia das comunidades antes da obtenção da autorização do início da exploração mineira;
- (iii) O governo deve criar mecanismos de envolvimento das comunidades nos empreendimentos mineiros implantados nas suas áreas (MOÇAMBIQUE, 2014a).

É claro que a Lei estabelece que a população deva ser informada, quando se trata de atividades de prospecção e pesquisa mineral. Não obstante, sabe-se que as operações de descarga e carregamento do carvão mineral no Terminal interferem na vida dos residentes do bairro da Liberdade, o que nosso entender merecia, sim a realização da consulta pública, com vista a informar e apontar caminhos para evitar e/ou minimizar a exposição da população.

Por outro lado, a falta de informação transgride, igualmente, o art.º 6º, da Lei n. 34/2014, Lei do direito à Informação. Segundo esse art.º,

As entidades públicas e privadas abrangidas pela presente lei têm o dever de disponibilizar a informação de interesse público em seu poder, publicando através dos diversos meios legalmente permitidos, que possam torná-la cada vez mais acessível ao cidadão. Assim, as entidades abrangidas pela presente lei devem proceder à ampla divulgação dos modelos de organização e funcionamento dos serviços e conteúdos de decisões passíveis de interferir na esfera dos direitos e liberdades do cidadão (MOÇAMBIQUE, 2014f, p.34).

É preciso notar que esses atropelos à legislação ocorrem sob olhar dos órgãos do Estado em todos os níveis. Na prática, pouco tem sido feito para inibir esse ato *suicida* perpetrado pela Jindal. Portanto, é sob esse pano de fundo que Martínez Alier (2007) considera que, frequentemente, o Estado atua como um ator anti-ambiental, tanto poluindo, ou se omitindo ao não regular o mercado ou cobrar o cumprimento das leis. No nosso entender, tal acontece porque, no país, o Estado, além de regulador é também sócio dessas Companhias, pois à luz da legislação nacional, em todas as empresas mineradoras constituídas no território nacional, o Estado moçambicano tem resguardado o direito de adquirir entre 5 a 10% de ações.

Note-se, a propósito disso, que a aliança entre o capital e o Estado não ocorre somente em Moçambique. Ela se insere num movimento mais amplo de reconfiguração dos limites e das funções, isto é, o confinamento do Estado que no entender de Mészáros (2011, p.106), "é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema. O capital chegou à dominância no reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno".

Já antes, Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006, p. 52) tinham observado essa tendência de redefinição e, sobretudo, a corrosão e a subordinação do Estado aos interesses capitalistas o que em parte ocasionou aquilo que eles denominam "encolhimento do Estado, em detrimento do crescente poder das grandes corporações transnacionais".

De todo modo, em Moatize os efeitos da ausência ou da aliança do Estado com o capital transcendem a dimensão legal e contaminam a esfera social das comunidades compelidas a conviver com os megaprojetos. A saúde dos moradores, por exemplo, enquanto "uma dimensão fundamental do social, direito, e enquanto expressão e indicador de um conjunto mais amplo de determinantes sociais",

conforme diz Rigotto (2009, p. 2051) tem sido, frequentemente, ameaçada, em função das atividades do setor extrativo.

Destarte, é o que Bassey (2015, p.129) considera *praxe* da indústria extrativa mineral, em vista que "a maquinaria do setor extrativo se preocupa, sobretudo com os lucros e, enquanto empilham toneladas de metais preciosos, pouca atenção preciosa se presta às consequências das suas atividades". E no caso do bairro da Liberdade e de toda a Vila de Moatize a exposição às poeiras e ao material particulado do carvão já começou a produzir efeitos negativos, conforme disseram os residentes.

Nesse sentido, além do barulho dos caminhões e dos comboios que trafegam no interior do Terminal, os moradores apontam, igualmente, a ocorrência de doenças como constipação, conforme atestam as palavras de um dos residentes

[...] a constipação é a principal, quando cuspiamos é carvão, tossir é carvão e mesmo tomando banho é só carvão. Apesar de que na minha família ainda não há ninguém doente, mas aqui estamos mal com poeira do carvão... Estamos mal com *mfumbi* [poeira] (Entrevista, com morador do bairro da Liberdade; outubro 2016).

No mesmo entendimento, o outro morador disse

[...] muito mais é tosse, a gente quando está a tossir, cuspiamos, só carvão todo o mundo reclama, o meu filho até hoje, está doente, carvão. E quando vamos ao hospital os médicos só nos receitam medicamentos, quando nós chegamos, eles perguntam o que você sente e eu responde que é tosse e dor de cabeça daí eles dão receita para ir à farmácia, nunca fazem análises para saber o que é... Em casa tosse é frequente... (Entrevista, com morador do bairro da Liberdade; outubro 2016).

Portanto, mais conclusivas e vaticinadoras do chamado *efeito rato* da mineração, foram às palavras seguintes

[...] ninguém está gostar do carvão aqui nesta zona, mesmo assim que estou a tossir é por causa do carvão, fui pra o Centro de Saúde fazer análise, mas não acusou nada, mas quando cuspo sai sujidade de carvão... Mas mesmo quando fui ao hospital não registrou logo na hora dizer que o problema é carvão, mas quando vou tossir e lançar saliva vejo pequenas partículas de carvão juntas com saliva, por isso, que eu digo que a doença não vai sair de hoje pra hoje, mas com o tempo acho que vamos estar a sofrer com tal carvão (Entrevista, com morador do bairro da Liberdade; outubro 2016).

De fato, durante o trabalho de campo observamos que a população da Vila de Moatize, mais precisamente a do bairro da Liberdade, *vive carvão, respira, come*, conforme reconheceu o vereador para área da urbanização no município de Moatize. No Terminal, o manuseamento (carga e descarga) do carvão mineral ocorre durante todo o dia e à noite, também, o que faz com que a poeira e o material

particulado expelido dessas atividades, estejam presentes o tempo todo. Aliás, é o que comprova as palavras de uma das moradoras do bairro que disse

[...] todo o momento, de noite e de dia eles estão sempre em movimento e a poeira não para de entrar aqui, durante o dia e nos dias de muito calor aqui fica difícil ficar, nem para comer. Eu tenho duas crianças uma de cinco anos e a outra de dois anos e quando a Jindal descarrega carvão ou carrega aqui fica-se a maneira, nós estamos a sofrer de verdade, até vale apenas não ter comida, mas ter ar, porque uma pessoa consegue agüentar. Não há aquilo de dizer que vou colocar as crianças dentro da casa porque o carvão entra também lá dentro é impossível controlar as crianças quando a Jindal faz seus trabalhos, porque elas têm pernas, mas sempre que chegam pra almoçar ou quando anoitece chegam sempre sujas e comem esse carvão mesmo (Entrevista, com moradora do bairro da Liberdade; outubro, 2016).

Nesse trecho de entrevista, dois aspectos saltam à vista e, por isso, merecem atenção: primeiro, o fato de ela indicar que a situação da poluição do ar torna-se mais aguda nos dias de muito calor. Portanto, conforme descrevemos na parte dois, a Província de Tete de modo geral, é conhecida em nível do país, como a "capital do calor". Notem-se, aqui, algumas exceções, como por exemplo, o Distrito de Angónia, onde as temperaturas são mais amenas.

De acordo com a Impacto (2012, p.89), a temperatura média anual "na estação meteorológica de Tete é de 26,4° C, variando entre uma temperatura média mensal de 30° C em Novembro e 22° C em Julho. O período mais quente ocorre entre Outubro e Novembro, antes do início das chuvas". Assim sendo, em toda a Província, "os ventos são geralmente leves com aproximadamente 75% de todos os ventos com menos de 2,1 m/s [metros por segundo]. Os ventos mais fortes estão entre 3,6 e 5,7 m/s do Este - Sudoeste, mas ocorrem em menos de 3% das ocasiões" (IMPACTO, *op.cit.*, p. 90). Esse quadro propicia a concentração e a lenta dispersão das poeiras e do material particulado decorrente da circulação de caminhões de grande tonelagem e dos comboios nas operações de carga e descarga do carvão.

Segundo, a moradora reconhece, não só os perigos da inalação da poeira, sobretudo pra as crianças, mas também aponta as limitações dos residentes para evitar a contaminação delas, em vista que a poeira penetra em todos locais, inclusive dentro das habitações, conforme pode se observar na foto 19.

Foto 19 - Interior de uma residência adjacente ao Terminal de carvão; à direita o relógio de energia (Credelec) e ao fundo fiação elétrica e as paredes com sinais de poeira do carvão mineral, outubro de 2016



Foto: Eduardo Bata (2016); Fonte: Trabalho de Campo, Moatize, 2016.

Do lado exterior das residências, o manuseamento do carvão mineral espalha poeiras e material particulado que, facilmente, pode ser inalado ou lixiviado pela ação das águas pluviais e, dá ao solo a tonalidade escura (Foto 20). Essas condições ambientais se assemelham a aquelas descritas por Sartor (2006), na pesquisa realizada sobre a região carbonífera de Criciúma, Santa Catarina. Nessa pesquisa, além do assoreamento dos rios locais, o autor explica que a extração do carvão mineral gerou nas regiões do entorno, alterações ambientais de vulto tais como: "o aumento do pH (Potencial de Hidrogênio Iônico) em torno de 2 a 3, a poluição do ar com fumaça de enxofre, gerando chuva ácida, o aumento do Gás Carbônico (CO₂) liberado durante a circulação de caminhões carregados de pirita, bem como a presença de solo piritoso e estéril" (SARTOR, *op.cit.*, p. 39).

Foto 20 - Algumas residências adjacentes ao Terminal de carvão; ao fundo é notável a presença de poeiras nas paredes e o solo com a tonalidade escura, outubro 2016



Foto: Eduardo Bata (2016); Fonte: Trabalho de Campo, Moatize, 2016

Portanto, o quadro socioambiental apresentado por Sartor (2006), embora se refira ao entorno das minas de carvão, que não é obviamente o caso do bairro da Liberdade, delineia um panorama mais geral dos efeitos negativos da "extração anárquica" do carvão mineral, conforme suas próprias palavras. Esse conjunto que em muitos aspectos se assemelha ao que foi observado por Engels (1975) nas minas da Cornualha na Inglaterra, ou então, o cenário descrito por Zola (2000) sobre as condições dos mineiros e de suas famílias na França, evidencia o perigo que essa atividade acarreta para a população humana e não só.

Três anos após a pesquisa de Sartor, Raquel Maria Rigotto demonstrou que a utilização do carvão mineral como combustível é mais impactante do ponto de vista ambiental e da saúde humana, pois

Desde a sua extração nas minas subterrâneas que, entre outros efeitos, leva a quadros severíssimos de insuficiência respiratória, além da poluição atmosférica nas comunidades do entorno, como é o caso de Criciúma, em Santa Catarina. Os processos de transporte do carvão mineral podem gerar poeiras e expor diversos grupos populacionais ao longo de ferrovias, rodovias, portos (RIGOTTO, 2009, p. 2052).

Ainda em Criciúma, numa pesquisa recente, Philomena, Follmann e Gonçalves, buscam, à luz do arcabouço teórico sobre a cultura e a história, desvelar aquilo que eles denominam memórias "subterrâneas" da cultura do carvão. Entre outros achados dessa pesquisa, interessa-nos a constatação de que se, por um lado, a extração do carvão

[...] gera o desenvolvimento econômico, por outro, os danos ambientais assumiram formas variadas e com escalas diferenciadas, tais como a contaminação dos lençóis freáticos, a extinção de nascentes, a erosão do solo, a retirada de grande volume de camadas do solo, a formação de pilhas de estéril, a contaminação química dos cursos de água, as chuvas ácidas (PHILOMENA, FOLLOMANN e GONÇALVES, 2012, p. 251).

De volta à Moatize, o "Criciúma moçambicano"; o *déjà-vu* sobre o "desenvolvimento" induzido pela extração e exportação do carvão mineral é tal que se negligenciam os efeitos adversos dessa atividade. Dez anos após o início das atividades desse setor, não faltam evidências que comprovem que a cadeia mineradora, até então, não gerou o "desenvolvimento", apesar de ter atraído para o Distrito alguns serviços e contingentes humanos em busca das parcas oportunidades criadas pelos megaprojetos. Portanto, são os designados serviços para o capital que, junto com a imigração da força do trabalho, o aquecimento da economia local, caracteriza as regiões alvos do capital.

Mas, se os serviços e as oportunidades decorrentes da presença dos megaprojetos não se destinam à população mais carente e de baixa renda, os efeitos negativos dessas atividades são destinadas para os estratos sociais mais desfavorecidos ou vulneráveis. Ou seja, são as camadas mais pobres que sentem o fardo dos problemas gerados por essas atividades, fato que se agrava devido à baixa qualidade no atendimento hospitalar, conforme disseram os moradores do bairro da Liberdade.

Assim sendo, a desigual partilha dos benefícios e dos problemas intrínsecos a atividade mineradora, configura o que Acseirad (2009) denomina injustiça ambiental. Categoria por meio da qual se questiona se há ou não uma justa distribuição da poluição, ou melhor, se a poluição atinge igualmente a todos. De fato, a injustiça ambiental, diz Acseirad (*op.cit.*, p. 35), evidencia "o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento aos trabalhadores de baixa renda, grupos sociais discriminados, aos povos tradicionais, populações marginalizadas e vulneráveis".

Nessa linha de argumentação Ioris (2009, p. 389, grifo nosso) assinala a relevância do conceito de justiça ambiental, em função da

Crescente escassez de *recursos* naturais e de que a desestabilização dos ecossistemas afeta de modo desigual, e muitas vezes injusto, diferentes grupos sociais ou áreas geográficas. Ou seja, o relacionamento entre sociedade e natureza reflete, em maior ou menor grau, assimetrias políticas, sociais e econômicas, as quais são específicas de um determinado momento histórico e de uma dada configuração espacial (tanto no âmbito local e regional, quanto entre países e continentes, como por exemplo, no caso do efeito estufa). Com um pouco de atenção, não é difícil perceber que as múltiplas formas de degradação ambiental acontecem, predominantemente, onde vivem as populações de menor renda, comunidades negras e grupos indígenas.

Portanto, esse espectro de degradação socioambiental, sobretudo de injustiça ambiental que distribui, desigualmente, as vantagens e os prejuízos entre distintas classes sociais, insere-se num contexto mais amplo e num processo que marca novos modos de apropriação da natureza e de valorização do capital, conforme assinala Giarraca (2006). Tal ação exacerbou-se, na década de 1990, com o crescimento dos conflitos por bens naturais, trabalho, direitos perdidos, bem como assinaláveis retrocessos na área dos direitos humanos.

Em Moatize, pesquisas recentes, como por exemplo, aquela realizada pela Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU, 2016); Bernardo (2016); DANWATCH (2015), HRW (2013), entre outras, têm como eixo analítico principal o processo de expropriação das terras das comunidades camponesas, o empobrecimento da população e o destroçamento dos meios e das formas de vida, encerrando, desse modo um quadro mais amplo de destruição de *economias* naturais, *economias* harmoniosas e viáveis, portanto, *economias* adaptadas à condição do homem indígena, conforme Césaire (1978).

Aliás, as condições ambientais degradantes nas quais vive a população do bairro da Liberdade e da Vila de Moatize, foram também reconhecidas pelo vereador para a área de urbanização no Município de Moatize. Nas suas palavras

[...] eu tenho pena mesmo, já visitei aqueles bairros, já fiz trabalho com a direção provincial do ambiente e dos recursos minerais e fomos ver que aquilo não dá. Aquela população vive carvão, respira, come, dorme, toma banho carvão. Já fizemos testes e pegar um lençol branco e pôr durante 15 minutos e ver que aquilo é e, a gente dizer é verdade. Se em 15 minutos o lençol está com a cor do carvão, imagina os que aqui vivem? Em 24, 72 horas, em uma semana, em um mês e em anos, então aquilo é terrível, não deveria lá estar, é terrível é um caso que... Prontos... (Entrevista, com o vereador para área da urbanização; outubro 2016).

Assim, ignorando o art.º 90 da Constituição da República que determina que "todo cidadão tem o direito de viver num ambiente equilibrado" (MOÇAMBIQUE, 2004, p. 551), a Jindal continua usando o Terminal de carvão, desconsiderando os perigos daí decorrentes, porém com pouca ou nula ação do Estado, no sentido de inibir que isso aconteça. O Estado, que passou de regulador do capital privado para participante direto, no dizer de Giarraca (2006), tem sido um excelente advogado das corporações transnacionais em Moçambique, conforme assinalaram muitos dos nossos interlocutores durante o trabalho de campo.

Paralelamente à reformulação do quadro legal, isto é, a construção de um Estado *máximo para o capital*, o Estado atua também por meio de seus agentes em vários níveis, na maquinação e no escamoteamento dos efeitos negativos da mineração para a saúde humana. Há, no nosso entender, uma cultura de desinformação e de desrespeito por parte dos agentes do Estado que mescla a arrogância e minimização dos efeitos adversos da mineração do carvão para a população.

Em outras palavras, existe na retórica discursiva do governo o esforço na produção de informações perversas, como estratégia simbólica para neutralizar as preocupações dos moradores da região. Tal cultura, que sustenta a injustiça ambiental, enquadra-se num escopo mais amplo que busca criar as "fortalezas ideológicas" e combater, energicamente, os que questionam o padrão de desenvolvimento adotado pelo Estado. Portanto, são os denominados apóstolos da desgraça e inimigos do desenvolvimento, conforme sublinhamos na parte dois.

Atento a essa tendência, não é difícil notar a manifestação da arrogância nas respostas da Diretora do Centro de Saúde de Moatize (DCSM) ao questionário dirigido a ela (Quadro 7). Mesmo que parciais, as respostas dela não escondem o descaso e a crítica velada às pesquisas que buscam desvelar os possíveis efeitos da mineração do carvão, o que não é surpreendente, pois isso corresponde à reprodução do discurso¹⁷⁹ oficial do governo de Moçambique.

¹⁷⁹ Foucault (1996) destaca a importância do discurso e do ato discursivo em si. O discurso, diz Foucault é dotado de positividade, no sentido de que, como um gesto, interfere concretamente no bulício do real, é um acontecimento, é produtivo, recorta objetos, conforma ações, estabelece relações, constitui sujeitos e subjetividades.

Quadro 7 - Perguntas e respostas da DCSM ao questionário da pesquisa, Moatize, outubro 2015

Pergunta	Resposta
1- Quais são as doenças mais frequentes nos últimos sete anos aqui em Moatize?	Malária, diarreia e doenças relacionadas ao HIV/SIDA**
2 - Quais são os bairros de maior incidência dessas doenças em nível de Moatize e por quê?	Os bairros de maior incidência são: 25 de setembro, 1º de Maio, Liberdade, Bagamoyo. Devido ao fraco saneamento, consumo de água imprópria e pelo fato de aqui, ser corredor
3 - Tendo em conta que, o Porto Seco da Jindal se localiza perto do mercado e no interior de um bairro residencial. Gostaríamos de saber o que as autoridades de saúde e o governo distrital têm feito para evitar casos de contaminação da população?	O governo controla o cumprimento do plano de gestão ambiental
4 - Em nível do MISAU* existe, alguma legislação específica que regulamenta ou define os locais, os períodos, bem como as condições de disposição e manuseamento de minerais, como é o caso do carvão mineral	Não sei.
5 - Quais são os principais perigos que a população local corre em decorrência da extração e armazenamento do carvão mineral próximo às áreas residenciais e de maior concentração populacional?	Inalação de poeiras.
6 - Há alguns anos atrás (2011), foi reportado nos principais órgãos de comunicação social (Tvs e Rádio), casos de alguns bairros onde as paredes das casas estavam totalmente cobertas de poeiras de carvão mineral, bem como utensílios domésticos (pratos, panelas). Nesse período, quantos pacientes em média deram entrada no Centro de Saúde por que, apresentavam indícios/sintomas de contaminação por inalação de poeiras de carvão mineral?	Não temos registro de casos de pacientes com sintomas de contaminação por ingestão ou inalação de carvão mineral
7 - Como moçambicana, você está satisfeita com a presença dos megaprojetos de mineração em Moçambique, principalmente os que operam em Moatize? Explica por quê?	Sim. Porque vai impulsionar o desenvolvimento do Distrito e do país em geral

Fonte: Trabalho de Campo, Moatize, 2016; Org.: Eduardo Bata (2017).

Notas: * Ministério da Saúde, ** AIDS

Portanto, a ideia de progresso e do impulso ao desenvolvimento nacional, conforme a Diretora é, frequentemente, usada para persuadir e mobilizar a população a consentir sacrifícios, em nome dos "interesses mais altos da nação". É um progresso que a maioria dessa população nunca o conhecerá, tal como afirma Sousa-Santos (2012) que, entretanto, deve conviver com a degradação socioambiental, o aumento da pobreza e outros problemas correlatos.

Mas, se, por um lado, o Centro de Saúde de Moatize não tem registro de pacientes com indícios de contaminação por inalação de poeiras, conforme garantiu a Diretora, por outro, o levantamento de campo e as entrevistas com alguns residentes dos bairros da Liberdade e Bagamoyo indicam-nos uma realidade diferente. Como pode se notar no trecho que se segue, um dos residentes reclama a

baixa qualidade dos serviços hospitalares em Moatize, ao mesmo tempo que ressalta que o aumento de casos de tosse, se deve à presença do carvão

[...] sempre é tosse, quase esse bairro, a partir de lá até lá no mercado é tosse, por causa do carvão. O médico vai dizer que tem tosse só, nem faz análise pelo menos tirar Raios-X para ver que tipo de tosse é essa, não fazem isso, mas é carvão, porque lá pra 2010, 2011 e 2012, não havia tanta tosse, nem poeira como há agora. Mas desde que começaram a trazer carvão aqui, as pessoas começaram já a passar mal de tosse e eles dizem que, quem não quer vai sair sozinho. E, se nós sairmos daqui, onde vamos viver? No mato? (Entrevista com morador da Liberdade; outubro 2016).

Aliado ao fraco atendimento hospitalar; a pouca importância atribuída aos possíveis e reais problemas do carvão para a saúde da população, por parte do governo exacerba o quadro socioambiental degradante à qual estão submetidos os residentes do bairro da Liberdade e, não só. Sendo assim, a construção do muro de vedação, a obrigatoriedade de utilização de turbinas que controlam os níveis de poeiras, bem como o uso de aspersores para espalhar água e manter o carvão úmido, são medidas paliativas que na prática não têm resolvido a situação, conforme sublinharam os moradores.

Por último, embora haja legislação específica que estabelece os padrões de qualidade do ar no país, portanto, o Decreto n. 67/2010, a falta de monitoria, em função das limitações logísticas e materiais (ou devido à ligação entre o governo e as mineradoras), bem como a imprecisão dessa legislação, em relação a alguns parâmetros, dificultam as ações de fiscalização.

2.3.2 Toda Gente Sabe Dizer Que o Carvão Mata: está não é? Da maneira como esta vir àquela poeira ali...

[...] eu fui mineiro e conheço o que é carvão. Porque mesmo quando íamos às minas dávamos leite. Tomávamos leite nós, para então pelo menos lavar, mas aqui nem tomamos nada, só passamos mal. Quando é farinha, água, roupa e tudo sujo por causa da poeira [...]

(Entrevista com régulo de Kalamba; outubro de 2016).

As palavras¹⁸⁰ do régulo de Kalamba e de um residente da unidade 4 do bairro de Bagamoyo na Vila de Moatize mostram perfeitamente o entendimento que a população tem sobre os perigos do carvão mineral para a sua saúde. O discurso do régulo particularmente põe à prova a afirmação da Diretora do Centro de Saúde de Moatize, que destacou que a incidência de doenças nos bairros de 25 de setembro, Liberdade, 1º de Maio e Bagamoyo deve-se ao consumo de água imprópria e, principalmente, ao fato de Moatize ser um corredor que estabelece ligação entre Tete e alguns países do interior, dos quais a Zâmbia e o Malawi.

Nesse sentido, ao não estabelecer uma relação de causalidade entre a cadeia mineradora e as doenças de veio hídrico, por exemplo, a Diretora ignorou consciente ou inconscientemente uma das principais fontes para a interpretação do quadro sanitário de Moatize. Não obstante isso, para os moradores existe sim, uma relação causal entre a mineração e a ocorrência de doenças, tal como disse um dos residentes do bairro da Liberdade que

[...] estamos aqui a sofrer por causa da água, estamos a quase duas ou três semanas que a água não sai, sempre buscamos água no poço, mas não são muitos que têm água, às vezes por semana sai um dia, mas no final do mês vem a fatura, mas água não está a sair. As pessoas saem daqui com galão ir lá, no Revubué ir buscar água no Rio e, não são muitos que utilizam *Certeza* [líquido à base de cloro que serve para purificar a água], naquela água, só chegam, aquela água nem fervem, nem faz o quê? [é o mesmo que dizer, não faz nada], aquilo automaticamente, também pode provocar doenças para outras pessoas, a diarreia por beber água sem *Certeza*, automaticamente, provoca diarreia (Entrevista com morador do bairro da Liberdade; outubro 2016).

Bem distante dali (Moatize) a relação de causalidade entre a incidência de doenças e a cultura do carvão foi identificada pelos moradores do bairro de Sangão de Criciúma, Santa Catarina. Milioli (1995, p. 53) explica que a população daquele bairro reconhece que certas doenças "estão relacionadas em grande parte à poluição que reveste o ambiente, com a incidência de doenças das vias respiratórias, pulmonares, cardiovasculares, digestivas, entre outras". Relação essa que também foi descrita por Philomena, Follmann e Gonçalves (2012, p. 253) na pesquisa sobre mineração em Criciúma. Realmente,

¹⁸⁰ A palavra, tal como a descreveu o Professor Calane da Silva, no prefácio do livro *Xigubo* da autoria de José Craveirinha é som e sentido, é lágrima e sorriso, é noite e dia. A palavra pode ser caju doce de saborear como micaia que fere e faz sangrar. A palavra oculta e desoculta verdades. A palavra é charrua que prepara o terreno-alma para sementeira da esperança, mas também é arma que defende e ataca a fortaleza dos valores com que nos batemos. A palavra é voz-de-lume que queima, mas também refresca, a palavra é música de pássaros na canção dos Homens ritmando o segredo das coisas da terra e do mundo (CREVEIRINHA, 2008, p. 3).

O Sr. Ademar narra que a mortalidade das pessoas era devido à água, água poluída, que deu essas doenças nessas crianças, do tipo diarreia e vômito. De fato, este evento mortífero assim reportado, fortemente simbólico e carregado de uma marca da cultura do carvão de que pouco se fala, foi atribuído, mais tarde, às péssimas condições de higiene e falta de água potável.

Portanto, seguindo esse raciocínio, o quadro sanitário apontado pela Diretora do Centro de Saúde também pode estar relacionado a casos de poluição do ar e contaminação da água dos poços e rios muitas vezes usada pela população (sem prévio tratamento) para suprir suas necessidades hídricas. Não há dúvidas de que a contaminação da água subterrânea e de outros corpos hídricos constitui um dos mais significativos impactos socioambientais da mineração do carvão, tal como assinala a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL, 2002, p.126) que

Grande parte das águas de bacias hidrográficas circunvizinhas é afetada pelo acúmulo de materiais poluentes (pirita, siltito e folhelhos). As pilhas de rejeito são percoladas pelas águas pluviais, ocasionando a lixiviação de substâncias tóxicas, que contaminam os lençóis freáticos e os corpos hídricos circunvizinhos.

Efeitos socioambientais similares foram reportados na pesquisa realizada por Colagiuri, Cochrane e Girgis (2012) em Queensland e New South Wales, na Austrália. Para esses pesquisadores, em todas as etapas do ciclo de vida do carvão, isto é, desde a lavra, o transporte, a lavagem, a queima e a disposição de rejeitos e de cinzas, têm impactos significativos para a saúde humana. Além, da mortalidade, morbidade e redução da qualidade de vida, sobretudo entre a população adulta, a mineração do carvão tem impactos gravíssimos para recém nascidos. E em Moatize não é diferente.

Com efeito, um levantamento feito sobre as principais doenças que levaram os residentes a procurarem os serviços de saúde em Moatize permite-nos esboçar um quadro sanitário nada animador agravado, principalmente pela baixa capacidade de resposta do Centro de Saúde de Moatize. Assim, a coleta de dados abarcando um período de seis meses e oito dias, ou seja, entre 12/04 e 21/10/2016, possibilitou o mapeamento das doenças mais frequentes em Moatize no período em referência.

E, para facilitar a leitura e dar maior visibilidade ao problema em análise, a espacialização dessas doenças foi feita em mapas separados, sendo um para os adultos (<15 anos) e outro para as crianças (de 1 a 15 anos de idade), mapas 8 e 9. Os dois mapas retratam um quadro sanitário preocupante que expõe os efeitos da mineração do carvão para a população local.

Nesse sentido, entre "efeitos derrame"¹⁸¹ - ou de longo alcance, isto é, que atingem várias dimensões e de uma escala des-localizada, conforme assinala Gudynas (2016) e "efeitos já", ou de curto prazo, no dizer de Bernardo (2016), tanto no mapa dos adultos quanto no das crianças, as doenças cardíacas (tuberculose pulmonar, pneumonia, insuficiência cardíaca) ocupam lugar de destaque, além das doenças sexualmente transmissíveis, com ênfase para AIDS.

Em relação a AIDS e doenças sexualmente transmissíveis, que também têm representatividade nos dois mapas, cabe assinalar que no país a AIDS é um problema de saúde pública. Negligenciado e, por vezes, tratado como tabu, tanto entre a população instruída quanto no seio dos não instruídos, essa doença, junto com a malária, continua sendo uma das principais causas de mortes em Moçambique. Ainda que dentro da região Austral de África, Moçambique apresente a taxa mais baixa de infecção pelo HIV, isto é, 9,9%, contra 43,0% do Botsawana, por exemplo, ou então, 32,5% da África do Sul; 30,4% do Malawi; 28,0%, do Zimbabwe, somente alguns casos, a incidência da AIDS no país vem crescendo consideravelmente nos últimos tempos (RAIMUNDO, 2011).

Portanto, se em 2000, o país apresentava uma taxa de prevalência do HIV/SIDA calculada em 13,6%, conforme os dados do Grupo Técnico Multisetorial de Apoio a Luta contra o HIV/SIDA, nove anos depois, isto é, em 2009 a taxa de prevalência do HIV foi estimada em 11,8% da população, valor que aparenta um decréscimo em comparação com a avaliação anterior (MOÇAMBIQUE, 2013).

¹⁸¹ Gudynas utiliza o conceito de "efeitos derrame" para analisar os impactos da instalação dos empreendimentos minerários em múltiplas escalas. Para ele, o conceito de efeito derrame é imprescindível para identificar e caracterizar as condições e as transformações que se geram, além do empreendimento, isto é, além do local da instalação de determinado projeto.

Assim sendo, Gudynas aponta que tais efeitos podem se manifestar nos seguintes campos: ambiental (fruto da modificação da legislação ambiental, com o intuito de reforçar a mercantilização da natureza e a contínua conversão dos recursos em mercadoria); territoriais (o avanço do extrativismo impõe novas territorialidades, frente as grandes concessões, quais sejam, mineiras, petrolíferas ou expansão da fronteira agrícola. Tais avanços ocorrem sobre territórios preexistentes); sociais (comumente, o crescimento do setor extrativo implica a flexibilização social, seja, reduzindo os padrões de segurança no trabalho, ou ainda, tolerar uma qualidade de vida ruim para as comunidades próximas aos empreendimento); econômicos (a dependência econômica gerada pela exportação de produtos primários, bem como a criação de economias de enclave, ou seja, empreendimentos que se erguem como verdadeiras ilhas e sem relações e vínculos com o resto da economia); excedentes (os governos autodenominados progressistas, valem-se da retórica de que, o extrativismo é indispensável para a criação da riqueza nacional) e internacionais (o extrativismo somente é possível, pois se insere em redes globais de comercialização. Ele alimenta a exportação de matérias primas, que em épocas de grande demanda, seus volumes de exportação aumentam drasticamente) (GUDYNAS, 2016, p. 28 - 33).

Dissemos aparente porque essa taxa não abrange todas as faixas etárias, ou seja, ela é referente apenas à população que tem entre 15 e 49 anos de idade.

De acordo com o Conselho Nacional de Combate ao SIDA, Moçambique tem

1,5 milhões de pessoas vivendo com o HIV (PVHIV), e ocorrem 223 novas infecções e 108 óbitos relacionados com o HIV por dia. Dessas infecções, a maioria ocorre na região Sul (40%), que contribuiu apenas com 24% para a população adulta. As regiões Centro e Norte contribuíram com 36 e 24% respectivamente, do total de novas infecções no país (MOÇAMBIQUE, 2016a, p.12).

Segundo o mesmo estudo, 28,7% das novas infecções por HIV/SIDA ocorreu entre Mulheres Trabalhadoras do Sexo (MTS), clientes de MTS e Homens que fazem Sexo com Homens (HSH), sendo que a taxa de novas infecções é maior nas regiões Centro e Norte, devido ao crescimento de casos de sexo transacional (MOÇAMBIQUE, 2016a). É inegável a relação de causalidade entre o aumento da taxa de novas infecções e o sexo transacional, contudo, esse não deve ser o único aspecto a ser considerado na análise dessa complexa realidade.

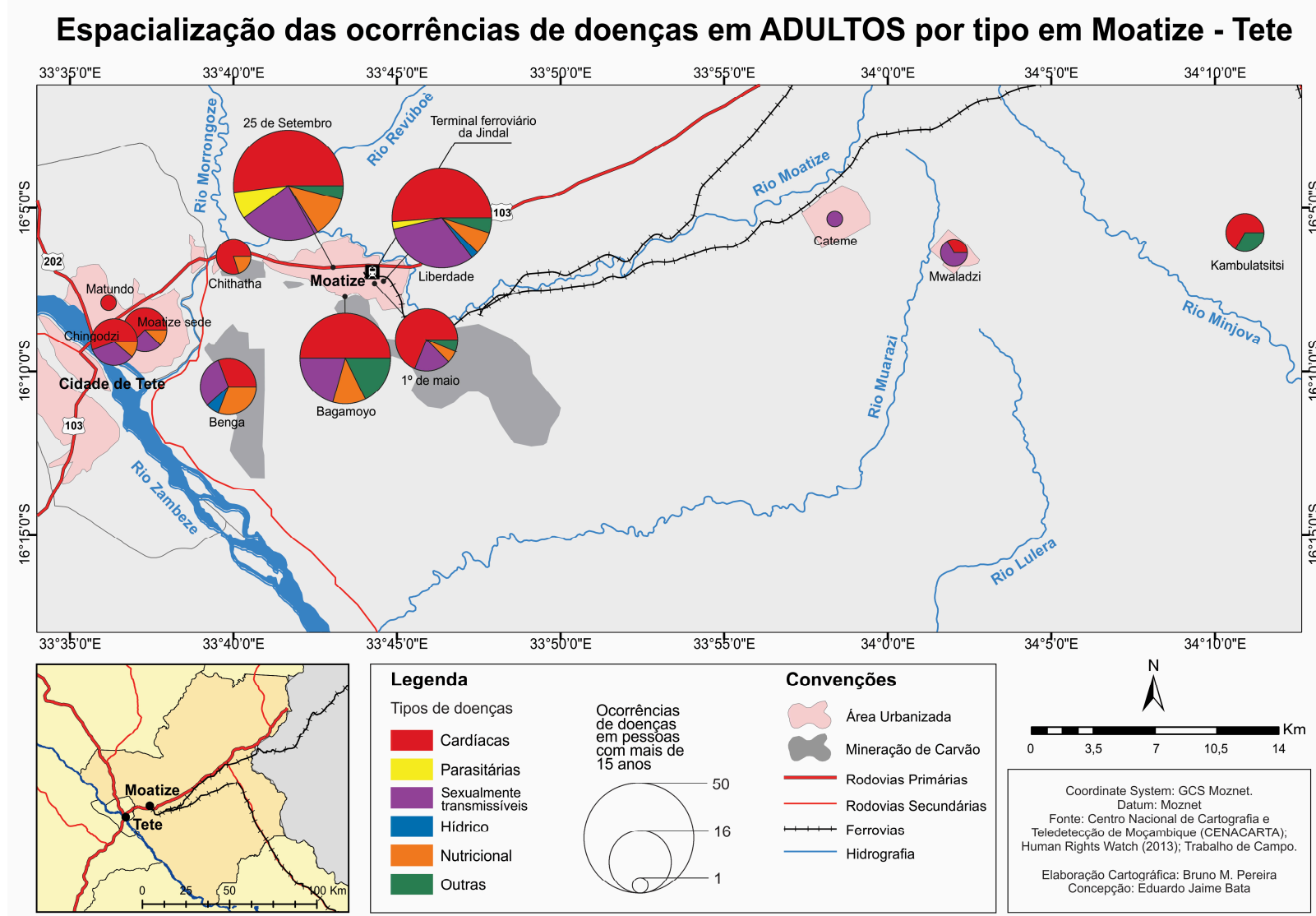
Porque hipóteses como: questões culturais (ritos de iniciação masculinos e femininos) em relação às atitudes e risco de infecção; a mobilidade populacional, ao longo dos corredores internacionais de transporte; a marginalização econômica e o empobrecimento da população são, entre outros aspectos, os que possuem considerável valor explicativo, conforme assinala Raimundo (2011).

De acordo com MISAU (2005), a taxa de prevalência da AIDS entre a população dos 15 a 49 anos de idade vem crescendo desde 2000. Por exemplo, enquanto em 2001 o percentual foi de 16,8%, esse valor subiu para 20,4% em 2004. Nesse período, a taxa de prevalência na Província de Tete variou entre 16,7% em 2001 e 16,6% em 2004, portanto, na média da taxa de prevalência da Província de Gaza, a que apresenta maiores taxas de incidência do AIDS em nível do país.

Entre 2009 e 2015, a taxa de incidência da AIDS em Moçambique subiu de 11,5% para 13,2%. Esse percentual, que é relativamente menor (11,0%) nas zonas rurais, em relação às zonas urbanas (16,8%) mostra, também, que a taxa de prevalência é mais elevada entre as mulheres (20,5%) e menor entre os homens (12,3%). Tete apresentou a taxa mais baixa (5,2%) do país (MISAU, 2017a)¹⁸².

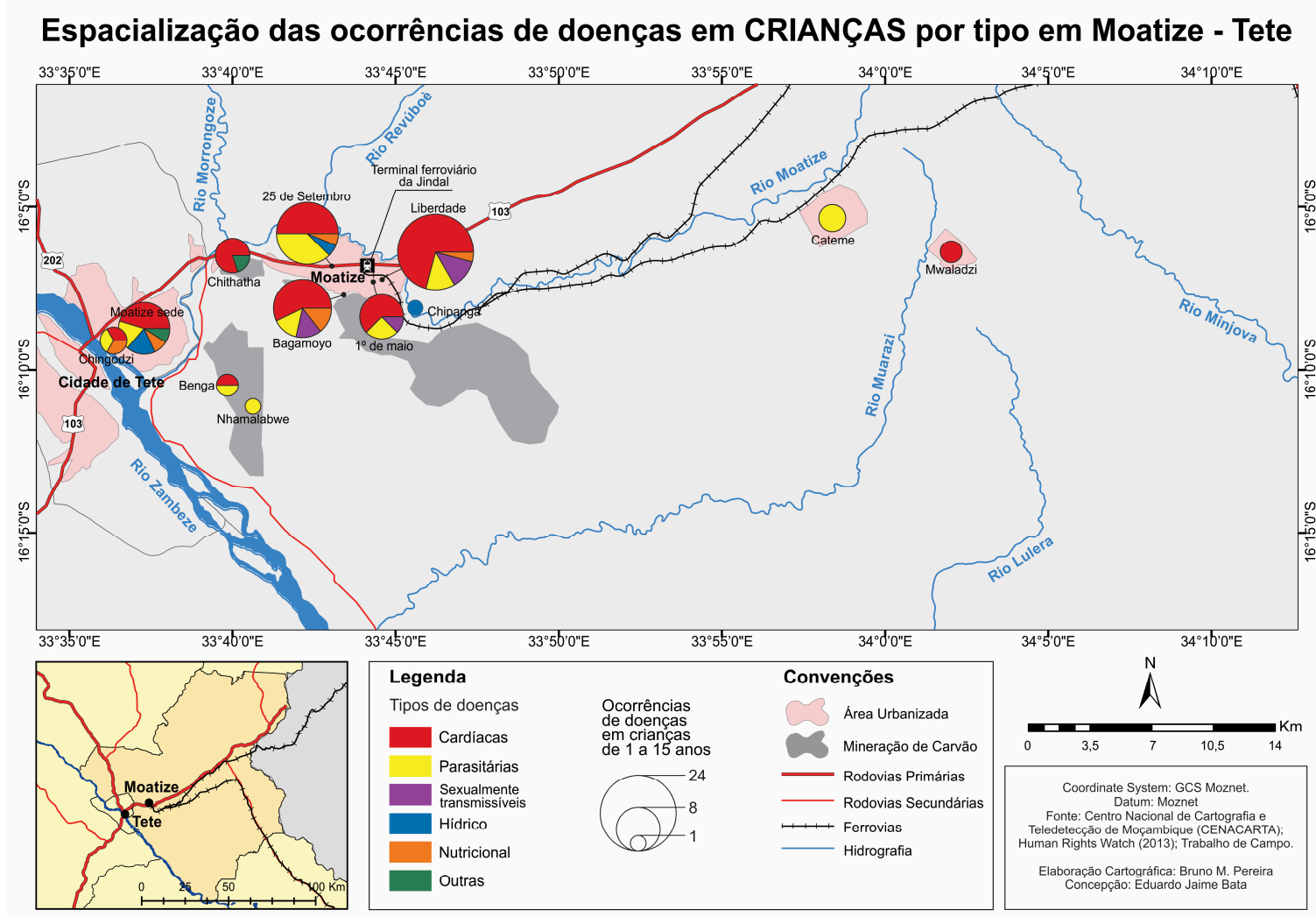
¹⁸² Prevalência de VIH/Sida subiu para 13,2% em Moçambique. Disponível em: <<http://observador.pt/2017/05/09/prevalencia-de-vihsida-subiu-para-132-em-mocambique/>> Acesso em: 19. out. 2017.

Mapa 8 - Espacialização da ocorrência de doenças em adultos por tipo em Moatize, no período entre abril e outubro de 2016



Fonte: Livro de registro de entrada de pacientes, Centro de Saúde de Moatize; outubro de 2016. Compilação: Eduardo Bata (2016).

Mapa 9- Espacialização da ocorrência de doenças em crianças por tipo em Moatize, no período entre abril e outubro de 2016



Fonte: Livro de registro de entrada de pacientes, Centro de Saúde de Moatize; outubro de 2016. Compilação: Eduardo Bata (2016).

Portanto, ainda que recentes, os dados divulgados pelo MISAU, em maio de 2017, referem-se à avaliação feita no período entre 2009 e 2015. Além das prováveis lacunas nas estatísticas oficiais é preciso lembrar que tais informações são referentes à população que está na fase de tratamento, isto é, já diagnosticada. Por outro lado, é necessário ponderar que uma parcela significativa da população infectada não vai às unidades sanitárias, ou seja, opta pelo tratamento tradicional feito pelos curandeiros o que pode afetar a quantidade dos dados oficiais.

De todo modo, no mapa 8 chama atenção a concentração das doenças sexualmente transmissíveis, inclusive a AIDS nos bairros da Liberdade, 25 de setembro, Bagamoyo; 1º de Maio e Mwaladzi no Distrito de Moatize, bem como no bairro de Chingodzi no município de Tete. Assim, a incidência de doenças nesses bairros, mesmo que não seja exclusividade da mineração, é possível estabelecer uma relação direta entre o seu aumento e o início da atividade mineira em Moatize. Porque segundo o vereador para a área de urbanização em Moatize, com o início da mineração

[...] a prostituição ela explodiu. Houve muito não podemos negar isso também foi aquilo. Antes dos megaprojetos havia prostituição e muitos que faziam prostituição, por exemplo, vinham do Zimbabwe, eram as conhecidas na praça, em 2003 e 2004, altura em que Zimbabwe entrou naquela crise, então vinha muitas vendedoras de sexo, e metiam-se aqui, mas com os megaprojetos começaram a diversificar a fonte de proveniência, vinham do Malawi, Maputo e de todo o lado de Moçambique, quer dizer, algumas vinham no intuito de vir procurar serviço, mas como não conseguiam inserir-se no emprego, então achavam a prostituição como forma para ganhar a vida e conseguir manter a sua estadia em busca de oportunidades. Há umas que conseguiram fazer e largavam porque conseguiram oportunidades de emprego e outras simplesmente mantiveram-se naquela situação (Entrevista com o vereador para área de urbanização, Moatize; outubro 2015).

No mesmo entendimento, o vereador do Conselho municipal da cidade de Tete sublinhou que

[...] o fenômeno da prostituição novo não é, mas atualmente ganhou outra dinâmica, porque antigamente havia as próprias zonas onde era feita a prostituição, principalmente por zimbabuenas. Como disse com a vinda desses megaprojetos aqui até as próprias moçambicanas também entraram pra o mercado, fazem o mesmo serviço. Àquela hora das 18 ela prepara-se muito bem e fica aí pendurada na estrada a espera que chegue alguém e sai com ela pra o hotel. E nem só estrangeira porque estamos com zimbabuenas, malauianas, zambianas, mas também as próprias nossas irmãs encontramos as nossas lindas moçambicanas lá metidas nesse processo (Entrevista com o vereador para área de urbanização no Município de Tete; outubro de 2015).

De fato, junto com a crise zimbabueana no início dos anos 2000, o arranque das obras de construção da planta de processamento e de outras infraestruturas de apoio à atividade mineira em Moatize e na cidade de Tete, atraiu para essas cidades grandes contingentes humanos, entre eles, as trabalhadoras de sexo provenientes do Zimbabwe e, não só, mas também do Malawi, Zâmbia e de algumas províncias do país. De acordo com Raimundo (2011, p.14)

A crise interna do Zimbabwe abriu as portas para maior mobilidade de vendedoras do sexo deste país para as províncias do Centro de Moçambique. Numa reportagem recente da Televisão de Moçambique, as vendedoras do sexo dizem que, os moçambicanos pagam muito bem e, por isso, são os melhores clientes e, nós praticamos relações sexuais conforme o gosto e a vontade do cliente.

Assim, no contexto de crise, o sexo transacional, tal como descrito por Raimundo, frequentemente, ocorre sem o uso do preservativo, uma vez que depende essencialmente da vontade do cliente que, com frequência, possui maior capacidade de negociar e de impor suas vontades, em detrimento da vontade das trabalhadoras do sexo. Note-se, a esse respeito, o entendimento de Osório e Arthur (2002, p.14) que indicam que, "a utilização do preservativo depende, sobretudo da capacidade de negociação da prostituta com o cliente não existindo uma estratégia comum de prevenção". Além disso, a ausência de uma legislação específica que regula essa atividade no país exacerba a exposição e a submissão dessa classe, que amiúde é violentada, tanto pelos clientes quanto pela própria Polícia da República de Moçambique (PRM) - o braço coercitivo do Estado moçambicano.

No contexto da mineração e vulnerabilidade social, sobretudo das mulheres, um artigo intitulado, *efeitos nefastos da mineração*, produzido por Márcio Zonta descreve a relação entre o aumento da prostituição infantil e a mineração na Vila Sansão, cidade paraense de Parauapebas. Nesse artigo, Zonta, assinala o aumento da população nos últimos tempos atraída pela promessa de emprego na Vale e em empresas prestadoras de serviços, como a Odebrecht e sua relação com a AIDS.

De fato, a migração para o trabalho acrescentou à Vila

Mais de 7 mil homens, abrigados em grande alojamentos construídos dentro da Vila. Antes, a Vila contava com quatro igrejas evangélicas, hoje, a vila passou a ter nove bares e seis casas consideradas como locais de prostituição. Como consequência, o índice de exploração sexual infantil aumentou drasticamente. São adolescentes que deixam a escola e vão para a prostituição, outras permanecem na escola e à noite caem na prostituição (ZONTA, 2011, s/p).

Fruto dessa migração, o autor destaca o surgimento de uma classe "rica" e com alto poder aquisitivo em meio a tanta pobreza. Portanto, em

Meio às casas de taipa, de onde saem crianças sujas e descalças, desponta protegido por enormes portões um prédio com um belo alojamento de funcionários da Vale, trazendo o contraste entre a pobreza da região e o poder econômico da mineradora. Diferença esta que desperta a atenção de algumas adolescentes da cidade, com esperança de terem uma vida melhor. Elas vêem as camionetes das empresas andando por aí, com homens com poder aquisitivo maior, e um alojamento como este da Vale em meio a tanta pobreza, isso mexe com o imaginário das meninas (ZONTA, *op.cit.*, s/p.).

A partir do levantamento feito, nota-se que em Moatize a faixa etária mais afetada pela AIDS e doenças a ela associadas varia entre os 13 a 60 anos de idade, abarcando todos os sexos, mas com maior incidência para as mulheres (mapas 8 e 9). Há que ressaltar, no entanto, que há casos de menores de idade infectados pela AIDS grande parte proveniente do bairro da Liberdade. Portanto, um aspecto que chama atenção nos dois mapas é que parcela significativa da população infectada é proveniente dos bairros de Liberdade, 25 de setembro e Bagamoyo todos localizados na Vila de Moatize. Na verdade, são os três bairros diretamente afetados pela atividade mineradora, tal como será visto nos parágrafos seguintes.

Conforme dissemos, a prevalência da AIDS em Moatize e de doenças associadas, sua análise deve ser feita de forma integrada, isto é, considerando múltiplos fatores de risco que corroboram essa tendência. Nesse sentido, a par da mineração e toda a logística é preciso considerar também, o fato de a Vila ser um dos principais corredores internacionais de transporte, responsável pela mobilidade populacional entre Moçambique e outros países vizinhos.

Nesse contexto, Raimundo (2011, p. 51) explica que existe uma relação entre a migração e a disseminação do HIV e, ela é mais presente, isto é, forte dentro das condições estruturais nas quais ocorre. Dessa forma, "se por um lado, a migração ocorre no contexto da pobreza e de maior vulnerabilidade, por outro, os maiores índices de infecção registram-se em áreas de elevado índice de pobreza humana, nomeadamente, as áreas rurais e as de grande circulação do comércio internacional".

Para além da AIDS, merece destaque, também, a incidência de doenças relacionadas ao sistema circulatório, o que denominamos doenças cardíacas. Tanto entre as crianças quanto nos adultos os bairros 25 de setembro, Liberdade; Bagamoyo e 1º de Maio, seguido do Posto Administrativo de Kambulatsitsi,

Chingodzi e Benga apresentam maior concentração dessas doenças. Assim, entre Bronquipneumonia (BPN), Tuberculose Pulmonar (TP); Bronquipneumonia Grave (BPNG), Insuficiência Cardíaca (IC) e Hipertensão Arterial (HTA), o mapa 9 ilustra o quadro das doenças mais frequentes entre as crianças. Nesse mapa, salta à vista o nível de concentração de doenças parasitárias (malária), principalmente em Cateme, 25 de setembro, Nhamalabwe, Benga e Moatize Sede, assim como, a prevalência de doenças hídricas (diarreia), sobretudo em Chipanga.

Atento ao mapa 8, observa-se que as doenças do sistema respiratório concentram-se, uma vez mais, nos bairros 25 de setembro, Liberdade, Bagamoyo, 1º de Maio, Chithatha, Moatize Sede e Benga, no município de Moatize, e Kambulatsitsi, Mwaladzi, Matundo e Chingodzi, no Distrito de Moatize e município de Tete, respectivamente, o que reforça a ideia de que de Bagamoyo, 25 de setembro, 1º de Maio e Liberdade são os bairros que mais sofrem com a mineração do carvão.

Assim sendo, mesmo que desmentido pelas autoridades de saúde, em Moatize, não há dúvidas de que a incidência das doenças cardíacas alguns bairros está diretamente relacionada à mineração do carvão, pois como se pode notar nos dois mapas, tais bairros localizam-se em áreas adjacentes às minas de carvão. Frente a essa realidade, fica evidente que as respostas da Diretora do Centro de Saúde de Moatize refletem um posicionamento político, no sentido de, não expor a atividade mineira como um dos *drives* da degradação socioambiental no Distrito, tendo em vista a importância atribuída à mineração.

Seja como for, enquanto o bairro da Liberdade alberga o Terminal de carvão mineral, o bairro de Bagamoyo, por sua vez, partilha fronteira com a mina Moatize II, propriedade da Vale, conforme se pode observar na foto 21. Já o bairro 1º de Maio é atravessado (ponta à ponta) pela ferrovia na qual trafegam diariamente os comboios que transportam o carvão mineral para os Portos da Beira e Nacala. Portanto, é a via férrea do trem carvoeiro que, desde o nascimento deste bairro nos tempos da CARBOMOC, tornou-se "personagem" importante.

Foto 21- Algumas residências adjacentes à mina de Moatize II, bairro de Bagamoyo; ao fundo a cerca que separa a área de mineração e a residencial, outubro 2016



Foto: Eduardo Bata (2016); Fonte: Trabalho de Campo, Moatize, 2016.

Referindo-se aos principais problemas decorrentes da mineração, um dos residentes do bairro do Bagamoyo disse

[...] aqui nessa mina aqui, muito mais, nós aqui é poeira. São várias pessoas que estão a sofrer por causa de doenças, mas muito mais é tosse, não acaba dois ou três meses sem tossir e eles [a Vale] quando começam com o trabalho deles de explosão essa área toda sofre com poeira, até às vezes a gente costumamos fugir para dentro da casa, mas às vezes nem aí mesmo dentro não se fica nada, até tinha que sair de novo para fora. Eles quase costumam explodir naquela hora das 14h30min, às vezes mesmo lá para 17h00min horas então são essas horas que costumam fazer trabalhos deles. Nessas horas aqui fica difícil as pessoas ficarem por causa dessa poeira mesmo, todo este bairro fica escuro e as explosões ouvem-se mesmo lá no bairro 25 de setembro depois de atravessar a estrada que vai para a Vila (Conversa com o morador de Bagamoyo; outubro 2016).

Reforçando o entendimento do residente do Bagamoyo, o vereador no município de Moatize apontou como principal problema ambiental da mineração do carvão a poluição do ar e também

[...] problemas de vibrações por causa de explosivos que são usados nas minas. Há casas com rachas que resultam do processo de detonação do carvão, temos poluição sonora, tivemos não sei se já regularizaram, mas tivemos alguns rios com problemas de poluição e houve tempo em que a Vale e a ICVL drenavam a água de lavagem do carvão para os rios, mas o

[setor] ambiente e a ARA- Zambeze¹⁸³ foram lá regular e aplicaram multas. O ar é que é o grande problema, porque se formos a ver Moatize respira carvão, é verdade que eles dizem que têm aqueles aparelhos para medir o nível de poluição, mas eu digo em algum momento eles ignoram ou omitem a verdade, porque eles é que monitoram e a mim podem dizer que está no nível, enquanto na verdade está acima disso, se eles virem dizer que os níveis de poluição estão acima do recomendado pela legislação sabe que podem ser penalizados, então eles sempre omitem o resultado. Na verdade eles não omitem o resultado, mas manipulam (Entrevista com o vereador para área de urbanização; outubro de 2016).

Portanto, o surgimento de rachas nas casas dos moradores próximo à mina foi, também, destacado por uma das professoras da EPC das oitavadas, localizada no interior do bairro de Bagamoyo. Segundo ela,

[...] a Vale Moçambique tinha estabelecido um limite para retirar as pessoas, esse limite ia até a estrada principal que liga Moatize a cidade de Tete, mas posteriormente a Vale não fez mais nada e não comunicou nada. Aqui na escola quando explode as crianças assustam-se e depois fica cheio de poeira, mas que fazer é assim mesmo, nós estamos a sofrer. As explosões são feitas toda hora às vezes de manhã, às vezes às 17h00min, mas todos os dias há duas ou três explosões. Nós já fomos reclamar, mas até então a Vale não fez nada. Nossas casas estão cheias de rachas e poeiras e um dia podem cair (Entrevista com a professora da EPC das Oitavadas; outubro de 2016).

Nos dois trechos de entrevista, os nossos interlocutores destacam a concentração de poeiras, bem como o surgimento de rachas nas paredes das habitações, como resultado das operações de detonação das camadas de carvão na mina Moatize II. De modo particular, chama atenção o ceticismo do vereador em relação à qualidade e/ou a fiabilidade dos dados apresentados pelas mineradoras no que se refere aos níveis de poluição em Moatize.

De fato, há razões para duvidar dessas informações, isso porque, conforme assinalamos no subtítulo anterior, a legislação moçambicana sobre essa matéria apresenta significativas lacunas que, no nosso entender, favorece o seu descumprimento. Na lista dessas brechas, nota-se, por exemplo, a falta de definição do padrão secundário¹⁸⁴ para poluentes como: ozônio e, sobretudo, para materiais

¹⁸³ Administração Regional das Águas do Zambeze é uma instituição controlada pelo Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, que junto com a Direção Provincial das Obras Públicas e Habitação, trabalham na gestão da bacia hidrográfica do rio Zambeze.

¹⁸⁴ De acordo com o Decreto n.18/2004, os limites de concentração de poluentes no ambiente são definidos em duas categorias, designadamente: padrões primários e secundários. No primeiro caso, "fixam-se valores limites para proteger a saúde pública, inclusive a saúde de populações sensíveis, como asmáticos, crianças e idosos. Por sua vez, os padrões secundários, fixam limites para proteger o bem-estar público, incluindo diminuição da visibilidade, danos em animais, colheitas, vegetação e edifícios (MOÇAMBIQUE, 2004a, p.7).

Mais esclarecedora, é a definição apresentada pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), por meio da Resolução n. 3/90, que dispõe no art.º 2º, que, "padrões primários de

particulados (PM). Esse material é constituído por partículas líquidas ou sólidas suspensas no ar e, muitas vezes invisíveis a olho nu.

De acordo com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB, 2001), o material particulado classifica-se em duas categorias: (i) Partículas Totais em Suspensão (PTS) e Partículas Inaláveis (MP₁₀). Portanto, compõem a primeira categoria, as partículas cujo diâmetro aerodinâmico é menor a 50 µm (micrômetro), parte dessas partículas é inalável e pode causar problemas à saúde, outra parte, porém, mesmo não sendo de fácil inalação, afeta desfavoravelmente a qualidade de vida da população, interferindo, por isso, nas condições estéticas do ambiente e prejudicando as atividades normais da comunidade.

Por sua vez, as partículas inaláveis são aquelas cujo diâmetro aerodinâmico é menor que 10 µm. Elas podem também ser classificadas em inaláveis finas, isto é, com diâmetro inferior a 2,5 µm e inaláveis grossas, cujas dimensões variam entre 2,5 a 10 µm. Desse modo, as partículas mais finas devido ao seu tamanho diminuto, podem atingir os alvéolos pulmonares, já as grossas ficam alojadas na parte superior do sistema respiratório (CETESB, *op.cit.*).

Examinando a legislação moçambicana que versa sobre essa matéria, isto é, o Decreto n. 67/2010, ele refere-se, vagamente, aos termos dióxido e monóxido, quer dizer, não especifica exatamente que tipo de monóxido ou dióxido se alude, lembrando, porém que cada uma dessas substâncias possui seus próprios limites máximos permissíveis de concentração no ambiente. A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2005) estabelece, por exemplo, que a concentração do "dióxido de nitrogênio (NO₂), deve ser de, 40 µg/m³ média anual por metro cúbico (volume do ar em m³) e 200 µg/m³, a média por hora por metro cúbico (volume do ar m³).

Outro aspecto que merece destaque é que, no Decreto n. 67/2010, o legislador não estabelece o número de vezes que cada padrão (primário e secundário) deve/pode ser excedido, limitando-se, somente a estipular o valor das multas em casos de transgressão dos parâmetros determinados por Lei.

qualidade do ar, são as concentrações de poluentes que, ultrapassadas, poderão afetar a saúde da população. [Enquanto isso], padrões secundários, são as concentrações abaixo das quais se prevê o mínimo efeito adverso sobre o bem-estar da população, assim como o mínimo dano à fauna, à flora, aos materiais e ao meio ambiente em geral" (CONAMA, 1990, p.342).

E, por fim, embora os padrões estabelecidos para alguns poluentes, como Ozônio (O_3) estejam abaixo do valor recomendado pela OMS (2005), contudo, a legislação nacional estipula níveis insustentáveis de concentração de partículas no ambiente, quando comparado aos padrões da OMS. Quer dizer, enquanto para a OMS o nível de concentração de materiais particulados deve ser de $10 \mu\text{g}/\text{m}^3$ por ano e $25 \mu\text{g}/\text{m}^3$ por dia, para partículas com até 2,5 de diâmetro ($PM_{2,5}$) e de $20 \mu\text{g}/\text{m}^3$ por ano e $50 \mu\text{g}/\text{m}^3$, em média por dia; para partículas com diâmetro inferior a 10 (PM_{10}), a legislação nacional determina que o limite máximo de concentração de partículas no ambiente deve ser de, $150 \mu\text{g}/\text{m}^3$ por dia e $70 \mu\text{g}/\text{m}^3$ a média anual (MOÇAMBIQUE, 2010, p.308). Portanto, esses valores (médios diários ou anuais) se referem às partículas em geral, isto é, não há distinção entre, as de menor ou maior diâmetro (PM_{10} ou $PM_{2,5}$), o que consideramos grave, pois como visto cada uma delas tem seus efeitos, tanto para a saúde humana quanto para o ambiente.

Por outro lado, mesmo reconhecendo que o início da atividade mineira em Moatize, assim como em outras regiões do país, resultou no aumento do tráfego rodoviário e ferroviário e, por conseguinte, o aumento considerável dos níveis de produção do Dióxido de Enxofre (SO_2), em função da queima de combustíveis, como óleo diesel, óleo, combustível industrial e gasolina, a legislação nacional não estabelece os limites máximos de concentração desse poluente, que ao reagir com outras substâncias presentes no ar, forma partículas de sulfato responsáveis pela redução da visibilidade na atmosfera, bem como pela formação da chuva ácida.

Diante das lacunas e dificuldades de monitoramento das empresas mineiras por parte do Estado, consideramos justo o ceticismo do vereador, em relação à fiabilidade e/ou a qualidade dos dados apresentados pelas mineradoras, no tange aos níveis de poluição em Moatize. Assim, na ausência de um rigoroso controle, com vista ao cumprimento da legislação, a Vale e outras transnacionais deixam de cumprir o mínimo do que é preconizado na legislação sobre a qualidade do ar no país.

Independentemente da observância da legislação ou não, para os residentes dos bairros adjacentes às minas e outras infraestruturas de apoio à atividade mineira em Moatize, existe, sim, uma relação entre a mineração e a qualidade do ar. De fato, os moradores reconhecem, nitidamente, os efeitos negativos da extração do carvão para a sua saúde. No trecho que se segue um dos residentes do bairro de

Bagamoyo fala das consequências da mineração do carvão, são os designados "efeitos rato". Para ele,

[...] se ficar mais cinco anos com essa atividade e nessas condições muitas pessoas vão morrer, vai se morrer aqui, porque cada dia que passa sempre está se consumido poeira. Está ver nem, como está vir àquela poeira ali? Pode não vir assim, mas ela costuma vir de um pouco de longe, mas para conseguir ver é difícil, mas aquilo sempre se engole pouco a pouco, aquilo não se vê logo assim não (Conversa com o morador do bairro de Bagayomo; outubro 2016).

De acordo com Bernardo (2016, grifo do autor) é no fato de, alguns efeitos da mineração não poderem ser visualizados ou sentidos de imediato que reside à essência do que ele denomina "efeitos rato". Valendo-se dessa categoria, o autor faz uma analogia entre o efeito das transnacionais que extraem o carvão em Moatize e ação do rato, roedor-destruidor. Na verdade, uma das grandes virtudes do rato é conseguir roer em silêncio e sem deixar rastros imediatos, tal como acontece com parte significativa dos efeitos da mineração do carvão que somente poderão ser visto e sentido em longo prazo. Portanto, partindo dessa premissa, Bernardo (*op.cit.*, p. 208, grifos do autor) faz

Analogia do rato com as grandes transnacionais no desenvolvimento de suas atividades. Alguns efeitos negativos dos seus trabalhos podem ser vistos de imediato, os "efeitos já", mas tem aqueles que pela capacidade de explorar soprando que esses projetos desenvolvem não são imediatamente visíveis. Alguns imediatamente visíveis podem fazer com que se busquem outras causas deixando essas grandes empresas bem distante. Para além de que no final da extração dos bens que interessam essas transnacionais, imediatamente se retiram sem remorsos. Alguém já viu o rato estar presente na hora da compra da alimentação? Claro que não. Só está presente enquanto tudo estiver bem. Quando os recursos se esgotam buscam outros lugares. Os "efeitos rato" estão presentes na exploração de recursos em grande escala como a Vale está fazendo em Moçambique. Infelizmente ficam no lado oculto e no desconhecido.

Sem dúvida, a metáfora do rato sintetiza muito bem a compreensão que alguns residentes têm em relação aos efeitos futuros da mineração do carvão para a sua saúde. Ela permite também compreender, provavelmente, a razão pela qual a Diretora do Centro de Saúde de Moatize não relaciona à extração do carvão mineral com a incidência de algumas doenças no Distrito, mesmo que para tal, não falem evidências, pelo menos em alguns bairros dos municípios de Moatize e Tete.

De fato, Chingodzi, Benga e Chipanga são três bairros que sofrem a influência direta tanto da mina Moatize I, propriedade da Vale Moçambique quanto da mina de Benga controlada pela ICVL e a *Tata Steel*. Em Chipanga, por exemplo, algumas comunidades (Catete e Ntchenga) que não foram abrangidas pelo polêmico

processo de reassentamento da Vale, vivem enclausuradas ou cercadas pela mina e pelo ramal ferroviário que liga a mina à linha de Sena.

Como resultado disso, a comunidade está privado do usufruto dos direitos básicos, como por exemplo, o direito à livre circulação, uma vez que sua mobilidade é frequentemente condicionada pelo tráfego ferroviário. Billa (2015, p. 39) descreve como essas comunidades vivem sem

Condições mínimas de dignidade, na medida em que não tem acesso a água potável e de forma regular, e não dispõe de uma escola primária para as crianças da aldeia, porque segundo as autoridades locais, a escola e o centro de saúde que antes funcionavam na Vila de Chipanga foram fechados, alegadamente porque a maior parte da população local foi dali removida e reassentada em Cateme.

Analisando as formas de atuação do capital, Harvey (2006) assinala que, no contexto do processo de acumulação de capital, as manifestações mais viciosas e desumanas ocorrem nas regiões mais vulneráveis e degradadas no âmbito do desenvolvimento geográfico desigual. E, esse é, certamente, o caso de Moatize e de outras regiões do país, nas quais as estratégias de acumulação assumem formas difusas, podendo gravitar entre, a destruição do habitat, o cerceamento de bens públicos e a expulsão das comunidades camponesas de suas terras.

Além do cercamento dos bens vitais, como a água potável, a população "esquecida" em Catete e em Ntchenga vive numa área de intensa atividade mineira, carro-chefe da poluição da água dos poços e dos rios que as abastecem. Nesse sentido, Billa (*op.cit.*, p.42) destaca que a comunidade de Ntchenga no Posto Administrativo de Chipanga

Encontra-se dentro do perímetro das escavações da mineradora, sofrendo os impactos ambientais e sócio-econômicos desta atividade. A Vale tem estado a lavar o carvão no rio Nyacamuanzi, que serve a comunidade local, causando a poluição das águas, bem como o lençol freático. Isto teve uma implicação imediata, o encerramento dos quatro poços de água que eram usados para o consumo da comunidade, bem como do seu gado, bovino e caprino. [Em função disso], têm ocorrido surtos de doenças abdominais e diarreias junto da comunidade. O último surto mais generalizado ocorreu em 2013. Após análises aos pacientes, as autoridades sanitárias advertiram às comunidades e ao Governo que a água consumida estava poluída e era imprópria para o consumo humano. Igualmente, foram reportados muitos casos de doenças respiratórias devido à poeira das escavações.

No total, são mais de 350 pessoas que vivem entre as poeiras levantadas pela extração do carvão mineral e os estrondos das dinamites acionados na mina da

Vale, em Moatize. De acordo com o jornal eletrônico DW¹⁸⁵, na sequência da atividade mineira, um pequeno rio, onde a população tirava água, ficou poluído. Assim, os dados apresentados por Billa (2015) corroboram, em parte o quadro sanitário apresentado nos mapas 8 e 9 e, uma vez mais, põe à prova as declarações da Diretora do Centro de Saúde de Moatize em relação às prováveis causas dessas doenças, ao mesmo tempo que, fortalecem a ideia de que, devido à importância atribuída à mineração, seus efeitos negativos, raramente são trazidos à tona pelas estruturas governamentais.

No contexto internacional, estudos realizados em diversas regiões mineiras têm no seu cerne evidências da relação intrincada e perigosa entre a mineração e saúde das comunidades locais, cujo segmento social mais afetado é as mulheres pobres, crianças e idosos que trabalha ou que vivem nas proximidades das áreas de mineração. Para além, das doenças infecciosas (HIV/AIDS); parasitárias (malária, esquistossomose, oncocercose); hídricas (diarreia, cólera e febre tifóide), infecções respiratórias (tuberculose), a OMS (2010) destaca também doenças não infecciosas, como a anemia, a desnutrição infantil, a deterioração e aumento da tensão social, nas comunidades que vivem no entorno das áreas de intensa atividade mineira.

No artigo *Scientific evidence of health effects from coal use in energy generation*, Burt, Orris e Buchanan (2013) chamam atenção para os impactos negativos da cultura do carvão na saúde humana. Para eles, a poluição do ar, além de afetar o sistema respiratório e cardiovascular, causa também distúrbios no sistema neurológico; compromete o desenvolvimento das crianças. De fato, resultados similares foram também obtidos na pesquisa realizada por Leite e Faccini (2001), na qual se fez a avaliação da relação entre o impacto ambiental decorrente da extração do carvão mineral e a frequência de defeitos congênitos em recém-nascidos, em regiões de mineração do carvão no Sul do Brasil.

Não obstante, dez anos antes, isto é, em 1991, Marcos da Ros fez um levantamento da ocorrência das principais doenças na população de Criciúma. Os dados coletados nesse período e agrupados em várias categorias apresentam de forma clara, pelo menos na escala local, o efeito negativo da cultura do carvão. Assim, os dados chamam atenção para a

¹⁸⁵ Disponível em:

<<http://www.dw.com/pt002/fam%C3%ADliasaindaaguardamreassentamentodavaleemmoatize/a19104541>> Acesso em: 20 out. 2017.

- (i) ocorrência de anencefalia, constatada pelos obstetras, é 20 vezes maior que a verificada na literatura;
- (ii) a pneumoconiose teve uma incidência muito alta. Por exemplo, se até 1979, os médicos, Sergio Alice, Albino Souza e outros, tinham detectado 500 pacientes com essa doença, no mesmo ano, identificaram 135 novos casos, uma média de 11 casos por mês. Já em janeiro de 1980, o número de casos subiu para 24, o que representa um significativo aumento;
- (iii) 67% das internações hospitalares de crianças, e 45% das de adultos são por patologias bronco pulmonares, devido à poluição do ambiente de trabalho e/ou da cidade;
- (iv) em 1981 as principais causas de mortalidade em Criciúma eram: aparelho circulatório (26,1%), causas externas (14,6%) e aparelho respiratório (13,4%);
- (v) a mortalidade na faixa de 20 a 49 anos de idade tem como principal componente as causas externas, designadamente: acidentes de trabalho, de trânsito, homicídio e suicídio; seguido de doenças do sistema respiratório e, por fim, as patologias do aparelho circulatório (ROS, 1991, p. 47).

Portanto, esse quadro, ainda que não seja totalmente igual ao que foi observado em Moatize, em parte devido ao período abrangido pela coleta de dados, bem como a ausência de um histórico de monitoramento dessas doenças em nível do Distrito, contudo, ele possui elevado valor explicativo para a nossa pesquisa e chama atenção para cenários futuros em Moatize. De modo singular, merece destaque o aumento da taxa de incidência de doenças relacionadas ao aparelho circulatório e respiratório, principais causas da mortalidade em Criciúma no período abrangido pela coleta de dados. Assim como em Criciúma, em Moatize, a incidência de doenças cardíacas resulta da exposição e inalação contínua de poeiras ou partículas finas do carvão que com o tempo poderão dar lugar ao surto de pneumoconiose, também denominada pulmão negro.

Condições similares de exposição contínua das comunidades às poeiras e aos particulados da mineração do carvão foram observadas em outras regiões do mundo. Na Colômbia, por exemplo, entre outros efeitos negativos da extração do carvão mineral, Gregow (2016) identificou deficiências no acesso à água potável, já que os rios e córregos próximos foram poluídos pelas operações mineiras. Além disso, o mesmo estudo constatou que os reassentamentos realizados conduziram às perdas de terras propícias para agricultura e, por conseguinte, a perda dos meios de subsistência, principalmente dos grupos indígena e afro- colombianos.

Por outro lado, a extração do carvão na mina de Carrejón afetou também a saúde da comunidade local. Com efeito, Gregow (*op.cit.*, p.12) relata a ocorrência de impactos significativos na saúde da população local e afirma:

A poluição proveniente das minas teve sérios impactos na saúde das comunidades vizinhas. Os aldeões foram durante anos expostos ao pó de carvão proveniente das minas, bem como dos comboios que transportam o carvão atravessando seus territórios. Os membros da comunidade são afetados de várias formas, que vão desde as doenças de pele, problemas de estômago, distúrbios oculares, problemas respiratórios. A mineração do carvão na Colômbia usa explosivos em frentes de trabalho, o que perturba as comunidades e faz com que suas casas estremeçam. A poluição dos rios tem implicações particularmente na saúde das mulheres nas comunidades que dependem dos rios já que passam muito tempo imersos na água, por exemplo, lavando roupas e como resultado, elas sofrem de problemas de pele.

Portanto, nota-se que nas regiões onde há extração e processamento do carvão mineral, problemas vinculados à poluição da água, exposição e contaminação das comunidades locais e dos trabalhadores da cadeia mineradora, são frequentemente relatados como principais efeitos negativos dessa atividade. De fato, a lista desses casos é extensa e, não cabe apresentá-la na totalidade, todavia, Franks, Brereton e Moran (2008), apresentam uma proposta seminal para a leitura integrada dos efeitos da mineração.

Valendo-se da categoria impactos cumulativos, tais pesquisadores avaliam os efeitos combinados entre a mina, a cadeia de valores, o ambiente e as expectativas que se erguem no seio das comunidades "hospedeiras". De entre outros efeitos negativos, Franks, Brereton e Moran (*op.cit.*) salientam, principalmente, o prospecto do declínio da demanda por produtos minerais, portanto, o fim do ciclo ou superciclo da mineração e, como isso afeta as condições sociais, ambientais e econômicas das regiões produtoras dessas *commodities*. Trata-se, dessa forma, de avaliar a etapa de retração da demanda que, com frequência envolve o despedimento de trabalhadores e o abandono do "rato", para usar a metáfora de Bernardo (2016).

Em Moatize, ainda que não tenha sido esse o caso, em função das poucas oportunidades geradas pela cadeia mineradora, sobretudo para os trabalhadores nativos, há que se considerar esse espectro, tal como fizemos referência na parte dois que a dinâmica desse Distrito é intrínseca aos vários ciclos de mineração do carvão.

2.4 VEIOS DE VIDA, VEIAS NAS MINAS: o diário de um operador de máquina na Vale Moçambique

Mais de um bilhão de homens e mulheres sofrem com consequências da precarização do trabalho. Outras centenas de milhões vivem em condições ainda piores, tendo seu cotidiano moldado pelo desemprego estrutural. Nos países do Sul, que nunca conheceram o Estado de bem-estar social, os homens e mulheres disponíveis para o trabalho oscilam entre a busca quase inglória do emprego e a submissão diante de qualquer oferta. (ANTUNES, 2005, p.145).

Na parte dois, destacamos como tendo sido de capital importância no processo de inserção de Moçambique na Divisão Internacional do Trabalho, a mobilidade da força do trabalho, tanto para as minas da Rodésia do Sul quanto para as plantações e minas de ouro e diamante na África do Sul. Na sequência, ao nos referirmos ao termo efeitos, assinalamos que sua leitura, far-se-ia a partir das dimensões: econômica, política, social, cultural e ambiental cuja totalidade conforma o que denominamos efeitos espaciais dos megaprojetos, carro-chefe da análise empreendida nesta pesquisa. Considerando a natureza ontológica do trabalho, compreende-se, então, que ele perpassa cada uma dessas extensões, daí que examiná-lo significa compreender a relação entre o homem e a natureza, num processo em que o homem por sua própria ação, regula e controla seu metabolismo com a natureza (MARX, 1996).

De acordo com Perpétua (2016), o trabalho humano é condição de mediação e chave de todo o processo de hominização e humanização da espécie humana, que decorre de um ato contínuo de apropriação da natureza pelo homem. Foi por meio dele que o homem (animal entre outros animais) se tornou homem, "principalmente como *exteriorização*, no sentido da *resposta* às novas condições sócio-ontológicas criadas pelo "novo" que é objeto criado.

Com o transcorrer do tempo, porém, as condições e as relações de trabalho¹⁸⁶ modificaram-se, profundamente, acompanhando a tendência metabólica do capital. Esse processo, cujas origens invocam a década de 1970, portanto, no

¹⁸⁶ De acordo com a Lei n. 23/2007, lei de trabalho, considera-se relações de trabalho "todo o conjunto de condutas, direitos e deveres estabelecidos entre o empregador e o trabalhador, relacionados com a atividade laboral ou serviços prestados ou que devam ser prestados e, com o modo como essa prestação deve ser efetivada" (MOÇAMBIQUE, 2007a, p. 469).

contexto da RPC, surge como expressão mais profunda da crise estrutural do capital, na qual

Destacava-se a tendência decrescente da taxa de lucro [não só, em função] do aumento do preço da força de trabalho; do esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista; hipertrofia da esfera financeira; maior concentração de capitais; crise do *welfare state* ou do Estado do bem-estar social; incremento acentuado das privatizações e tendência generalizada às desregulamentações e a flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho, [mas também] da manifestação do sentido destrutivo da lógica do capital, presente na intensificação da lei de tendência decrescente do valor de uso das mercadorias e a *incontrolabilidade* do sistema de metabolismo social do capital (ANTUNES, 1999, p. 29 - 30).

E, visando dar respostas à crise, iniciou-se um processo de

Reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher - Reagan foi à expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores (ANTUNES, *op.cit.*, p. 31).

Em Moçambique, assim como em outros países africanos, a manifestação desse intenso e multifacetado processo remonta ao final da década de 1980 e, de forma mais intensa à década de 1990, com a consolidação dos Programas de Ajustamento Estrutural, estratégia da inserção do país na economia global.

De fato, as transformações ocorridas ao compasso das novas configurações e reposicionamentos do capital, em nível mundial, não só alteraram o rumo e a orientação política do país, mas também suscitou a reconfiguração do Estado, do trabalho, da vida classe trabalhadora e de seus dependentes, sobretudo nas principais cidades do país. Conforme descreve Antunes (1999, p. 35, grifo do autor) esse período é de grande complexidade, visto que "ocorreram mutações intensas, econômicas, sociais, políticas, ideológicas, com fortes repercussões no ideário, na subjetividade e nos valores constitutivos da *classe-que-vive-do-trabalho*, mutações de ordens diversas e que, no seu conjunto, tiveram forte impacto para essa classe".

Realmente, na sequência do *surto* de privatizações que assolou o país no período em referência, milhares de trabalhadores ficaram sem trabalho, principalmente em Maputo. Diante da contínua degradação das condições de vida da população urbana, bem como o aumento de protestos e mobilizações, o governo e o FMI tiveram de introduzir programas sociais paliativos que tinha por foco a assistência alimentar às famílias mais carentes.

Portanto, a inserção de Moçambique no tabuleiro neoliberal, a partir das reformas realizadas no âmbito do PAE, produziu mudanças significativas em quase todas as esferas da sociedade moçambicana. No campo do trabalho, especificamente, os antigos contratos nas empresas estatais (em franco declínio) foram substituídos por regimes e relações de trabalho mais flexíveis, com as quais se buscou reduzir os encargos das empresas com os trabalhadores, com vista à edificação da *empresa enxuta*; ações essas, muitas vezes, intercaladas por massivas ondas de despedimento dos trabalhadores.

Harvey (1996) explica que a divisão de mercados, o desemprego, a divisão global do trabalho, o capital volátil, o fechamento de unidades, a reorganização financeira e tecnológica, assinalam, assim por dizer, o início de uma nova etapa da produção capitalista. Esse período, marcado pela reestruturação do capital, e tendo como consequência imediata a eliminação, transferência, terceirização e enxugamento de unidades produtivas, assinalam o processo de "*liofilização organizativa*". As mudanças em curso são expressão da reorganização do capital com vista à retomada do seu patamar de acumulação e o seu projeto global de dominação" (ANTUNES, 1999, p. 50, grifo do autor).

Em Moçambique, tanto a privatização quanto a desregulamentação do trabalho, com todos os efeitos para a vida do trabalhador e de sua família, ocorreu sob a vigilância e assistência técnica e financeira do FMI e do Banco Mundial, até porque, essa era a condição *sine qua non* para que outros programas de ajuda financeira continuassem. Referindo-se às imposições dessas instituições, Bassey (2015) relaciona as recentes privatizações e alterações da legislação de minas e de trabalho com os programas de ajuste estrutural que "arrasaram" o continente africano nas décadas de 1980 e 1990, construindo, assim, o ambiente e as condições que permitiram o capital estrangeiro explorar proveitosamente os países africanos.

Contudo, é preciso notar que esse processo não se limitou somente ao continente africano, porquanto isso ocorreu, também, em outras partes do mundo, sobretudo em alguns países da América Latina, embora em ritmos diferenciados. Esses procedimentos fazem parte de um amplo processo que conduziu à heterogeneização do trabalho.

De acordo com Antunes (2006, p. 49, grifos do autor) observa-se no universo do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo

Uma múltipla processualidade: de um lado verificou-se uma *desproletarização do trabalho industrial, fabril*, nos países de capitalismo avançado, com maior ou menor repercussão em áreas industrializadas do Terceiro Mundo. Mas, paralelamente, efetivou-se uma expressiva expansão do trabalho assalariado, a partir da enorme ampliação do assalariamento no setor de serviços; vivencia-se também uma *subproletarização* intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, "terceirizado", que marca a *sociedade dual* no capitalismo avançado.

Para Mészáros (2011), a característica fundamental do capitalismo contemporâneo é a separação entre o trabalho vivo e suas condições objetivas de exercício, ou seja, o fato de os trabalhadores, mesmo sendo detentores da força de trabalho, não puderem, constituir o valor de uso para eles mesmo, mas apenas para o capital que a coloca em movimento. Por essa via, o autor destaca a homogeneização como um processo que permite a reprodução e renovação das garantias, condição para o desenvolvimento capitalista.

Nesse sentido, a homogeneização

Equivale de fato tanto à *fragmentação* externa como à completa *degradação* do trabalho e seu portador, o trabalhador. No mais agudo contraste possível, o minúsculo fragmento com o qual o trabalhador assalariado está condenado a monotonamente contribuir para o trabalho total da sociedade está completamente subsumido e dominado pela ubíqua estrutura de mercadoria (MÉSZÁROS, *op.cit.*, p. 627, grifos do autor).

No contexto da relação capital x trabalho, Giovanni Alves assinala o metabolismo ocorrido no universo do trabalho e de seu portador no âmbito do capitalismo global, a partir do aparecimento do que ele considera nova morfologia social do trabalho. Com efeito, o novo formato social do trabalho distingue-se por "dinâmicas psicossociais que implicam, a (i) dessubjetivação da classe, (ii) a "captura" da subjetividade do trabalhador assalariado e (iii) redução do trabalho vivo à força de trabalho como mercadoria" (ALVES, 2011, p. 39, grifo do autor).

Antunes (1999, p.52-53, grifos do autor) analisa o padrão do novo trabalhador gestado no contexto da produção flexível, a partir de elementos de *continuidade e descontinuidade*

Que acabam por conformar algo *relativamente* distinto do padrão taylorista/fordista de acumulação. Desenvolve-se uma estrutura produtiva flexível, recorrendo freqüentemente à desconcentração produtiva, às empresas terceirizadas, utiliza novas técnicas de gestão da força de trabalho, do trabalho em equipe, das "células de produção", dos "times de trabalho", dos grupos "semi-autônomos", além de requerer, ao menos no plano discursivo, o "envolvimento participativo" dos trabalhadores, em

verdade uma participação manipuladora e que preserva, na essência, as condições de trabalho alienado. O trabalho polivalente, "multifuncional", "qualificado", combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre diversas empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, tem como finalidade a redução do tempo de trabalho. De fato, trata-se de um processo de organização do trabalho cuja finalidade essencial, real, é a *intensificação das condições de exploração da força de trabalho, reduzindo muito ou eliminando tanto o trabalho improdutivo, que não cria valor, quanto às formas assemelhadas.*

Portanto, atento às três citações, tanto Antunes e Mészáros quanto Alves suas análises têm como denominador comum o processo de precarização do trabalho e da vida do trabalhador, características do estágio de acumulação flexível. Esse processo que se dá por meio da terceirização da força humana, no dizer de Antunes (1999), bem como da destruição dos sindicatos de classe ou sua conversão em sindicalismo dócil, exacerba a posição do trabalhador, cada vez mais, subordinado às relações capitalistas que o compelem a

Internalizar as necessidades e os imperativos do capital como seus próprios, como inseparáveis da relação de troca, e por isso aceita a imposição de valores de uso *capitalisticamente* viáveis como se emanassem de suas próprias necessidades. E, pior do que isso, simultaneamente o trabalhador também se acorrenta à sua sorte do sistema produtivo dominante pela *internalização* do que ele aceita serem suas próprias necessidades "legítimas" (MÉSZÁROS, 2011, p. 628).

Para Mattoso (1995) e Alves (2013), o termo precarização invoca um amplo e entrelaçado processo de mudanças no formato e nas condições de trabalho, no mercado de trabalho, bem como da ascensão da *qualificação* dos trabalhadores, como parâmetro de seleção e de segregação do trabalho e dos trabalhadores. Tal fato, que resulta da crise do fordismo, enquanto modelo de produção e o advento do regime de acumulação flexível, motor para a intensificação da exploração da força de trabalho e o desmonte dos direitos trabalhistas.

Antunes (1999) afirma que o capitalista escamoteia a finalidade da qualificação do trabalho, pois ela assume mais a manifestação *ideológica*, do que uma necessidade efetiva do processo produtivo. Desse modo, a qualificação e a competência requeridas pelo capital, frequentemente objetivam, de fato, a *confiabilidade* que as empresas pretendem obter dos trabalhadores que devem entregar sua subjetividade à disposição do capital.

De fato, o novo instrumental ao serviço do capital, ancorado ao espírito de acumulação flexível tem suscitado no dizer de Mendonça (2004), o "enxugamento" da mão de obra, bem como a intensificação das formas de exploração daqueles que

permanecem empregados, portanto, as novas formas de gestão, controle e coerção afetam a saúde mental dos assalariados (SEILIGMANN-SILVA, 2005).

A atividade minerária que, junto aos outros setores econômicos vivenciou uma retração na quantidade da força de trabalho entre a década de 1970 e 1980, conhece, nos meados da década de 1990, e no início dos anos 2000, uma das suas melhores épocas, carburado, principalmente pela "incessante" demanda chinesa. A mineração, mesmo sendo importante do ponto de vista de sua contribuição econômica, já que é fundamental para a manutenção dos atuais modos de vida, ela encerra características peculiares que a vinculam à precarização das condições de trabalho e da saúde do trabalhador.

Além dos efeitos imediatos da mineração, isto é, os que ocorrem em médio prazo, também denominados "efeitos já", existem igualmente, aqueles impactos, frequentemente negligenciados, mas que podem se estender por um longo período de tempo. Portanto,

O impacto na saúde tanto de trabalhadores quanto da população local, que convivem por muitos anos com a poeira e resíduos da mineração. Sabe-se que algumas doenças adquiridas em decorrência da contaminação só aparecerão vários anos depois. Algumas podem mesmo surgir após gerações, por meio de pequenas alterações cromossômicas, genéticas ou epigenéticas (NAVES e FERNANDES, 2015, p.107).

A mineração cujo objeto de trabalho é preexistente, conforme Marx (1996) é, por excelência, uma atividade de alto risco para integridade física e psíquica do trabalhador. Mello, Nery e Alves (2011, p. 97) assinalam que o trabalho nesse setor

Inclui materiais e operações que podem influenciar a saúde física e psíquica do indivíduo, além de danos ao meio ambiente, que muitas vezes podem contribuir para o processo saúde/doença não só dos trabalhadores, mas também dos que estão ligados à atividade de mineração, seja pelo trabalho indireto ou por conviver nas adjacências de uma mina. Na mineração os riscos no processo de trabalho tornam-se mais presentes, posto que envolve atividades como a perfuração para implosão de rochas, beneficiamento, tratamento e armazenamento final do minério e dos seus refugos que colocam em risco a saúde do trabalhador por meio da geração de poeira, ruídos, cargas, esforços repetitivos e acidentes.

No livro *A situação da classe operária na Inglaterra* (uma das referências iniciais no estudo da saúde do trabalhador), Friedrich Engels relata as condições e os perigos do trabalho nas minas subterrâneas de extração de carvão mineral em Cornualha e Northumberland na Inglaterra. Entre outros problemas, Engels (1975, p. 300) ressalta

O trabalho muito fatigante e, principalmente o desenvolvimento de doenças pulmonares e perturbações nas funções cardíacas. Por esta razão, os homens que trabalham muito deles não atingem, nem de longe, o desenvolvimento físico correspondente aos das mulheres que trabalham na superfície. Os dados demonstram que muitos morrem jovens de tuberculose galopante e a maior parte na meia-idade, devido à tuberculose lenta; envelhecem prematuramente e tornam-se inaptos para o trabalho entre os 35 e 45 anos.

Sem dúvida de que o quadro descrito por Engels se refere a um período mais ou menos longínquo, isto é, no século XVIII, período no qual a mineração era predominantemente manual. De fato, mesmo reconhecendo avanços significativos na área da mecanização e da legislação sobre a higiene e segurança no trabalho, essa atividade continua sendo um dos setores que mais representa riscos para a saúde e vida do trabalhador. Entre a contaminação e a exaustão do trabalhador, em função da longa jornada e da natureza do trabalho, Melek, et al. (2017, p.105) destacam que a extração mineral permanece uma área de alto risco, porque além dos acidentes laborais, operariado desse setor convive com problemas de saúde mais graves, como

Distúrbios pulmonares, dificuldades respiratórias ao realizar esforços, dificuldade respiratória durante o sono, tosse seca ou produtiva, sensação de sufocamento, distúrbios cardiovasculares como elevação da pressão arterial, cansaço, edema, alterações eletrocardiográficas, anomalias cardiovasculares.

Para Marshall (2014), o problema de saúde dos trabalhadores da mineração pode ser mais crítico do que se imagina. Nas operações da Vale, tanto no Canadá quanto em Moçambique, por exemplo, parcela significativa dos acidentes de trabalho são subnotificados. Há um esforço contínuo que visa incentivar não só o trabalhador a reportar os acidentes de trabalho, mas também a internalizá-los como seus próprios problemas, derivados da falta de atenção do trabalhador.

Em face do exposto, é imperioso, antes de intentarmos qualquer análise sobre as condições e relações de trabalho nas minas de carvão em Moatize, apresentar desde logo, as limitações que eivam a leitura que se pretende fazer. É necessário deixar claro que a reflexão que se deseja fazer baseia-se na entrevista realizada com um operador de máquina da Vale Moçambique, o que em nossa opinião não permite compreender/acessar o universo do trabalho em Moatize, mesmo que, isso possa delinear pistas sobre esse mundo. Por isso, a informação obtida durante a entrevista será complementada, sempre que possível com outra disponível sobre o trabalho nas grandes transnacionais em Moçambique.

E, por fim, é importante assinalar que o trabalho, enquanto categoria fundante e ontologicamente *prisioneiro* da sociedade, conforme explica Thomaz Junior (2002, grifo do autor) não tem merecido a devida atenção da parte dos pesquisadores que estudam a temática mineração no país.

Em Moçambique, a chegada da Vale e de outras mineradoras gerou expectativas em relação à criação de postos de trabalho e a redução do desemprego. Aliás, foi e continua sendo esse o discurso oficial do governo que também foi apropriado pelas empresas para conferir racionalidade às operações mineiras. Portanto, são no dizer de Santos (1997), os símbolos que permitem aceitar a racionalidade do objeto.

A ideia da Vale como *redentora* do país e, sobretudo, o foco na criação de emprego é também partilhada pelos supervisores para área social da Vale ao afirmarem, que a chegada da empresa

[...] despertou não só, muita atenção, mas também muita cobiça, porque todo mundo deseja estar na Vale, porque o fato de ter a Vale aqui, mesmo antes de iniciar as operações já havia uma expectativa muito grande no país inteiro e nenhum lugar desse país, quando se fala da Vale as pessoas não sabiam quem era a Vale. Todo mundo sabia e todo mundo esperava e esperava até hoje, trabalhar na Vale, porque acha que a Vale é o melhor lugar para ele estar, então a Vale criou pólo de atração para esta região (Entrevista com supervisores da área social da Vale Moçambique; outubro 2015).

Para Frei (2017), essa expectativa decorre do fato de, em regiões onde a taxa de desemprego é alta e, nas quais a pesca e a agricultura de autoconsumo são as principais fontes de rendimentos, a esperança de vida melhor por meio do trabalho remunerado, corre como sangue nas veias, no seio das comunidades. Todavia, a experiência na implementação dos grandes empreendimentos no país, revela que a promessa de emprego e da melhoria de vida das comunidades, não passa de um simples discurso que não encontra materialidade, tanto nas ações do governo quanto dos megaprojetos.

De fato, dezoito anos após a instalação de um dos primeiros grandes empreendimentos em Moçambique, a Mozal, as grandes transnacionais do setor extrativo demonstraram não serem os "patrões", ou seja, as que mais postos de trabalho oferecem para a população moçambicana. Portanto, ainda que se reconheça a sua contribuição para a geração de postos de trabalho na sua maioria temporários e indiretos, no geral, os megaprojetos empregam menos pessoas.

Castel-Branco (2015, p.172) lembra a propósito disso que os megaprojetos são atividades majoritariamente concentradas no setor primário e, voltadas, essencialmente, para a exportação de *commodities*, portanto, com limitadas ligações domésticas. Por exemplo, entre 1990 e 2012 dos "13 megaprojetos listados pelo CPI que, representam 0,4% do total dos projetos aprovados, previam o emprego direto de não mais de 20 mil trabalhadores, mas equivaliam a 58% do montante do investimento aprovado nesse período".

Recentemente, a pesquisa feita durante a preparação do relatório da Iniciativa de Transparência para a Indústria Extrativa indica que em 2012, das 23 grandes empresas do setor extrativo empregavam na época, pouco menos de 4.500 trabalhadores, entre os que foram contratados localmente e os que são provenientes de outras regiões do país e do mundo. Na tabela 4, chama atenção o tipo de contratos entre as empresas e os trabalhadores do setor extrativo que gravita, entre trabalhadores contratados por tempo indeterminado e os que têm contratos temporários.

Por outro lado, ainda que os contratos mineiros assinados entre o governo e as mineradoras definam como prioridade a contratação da força de trabalho local, a prática, porém, revela que tal cláusula não tem sido observada e, a tabela 4 evidencia isso. Nela, nota-se que dos 4.283 trabalhadores, metade desses foram contratados em nível local e desse número, 514 têm contratos temporários. É preciso lembrar que o número de trabalhadores que com contratos temporários e/ou precários foi subavaliado, pois, empresas como a Vale Moçambique; Minas de Moatize; Tantalum Mineração e Prospecção, ENOP, Companhia Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), somente para citar alguns exemplos, não forneceram dados sobre o tipo de vínculos que mantém com os trabalhadores.

Tabela 4 - Número de trabalhadores em algumas empresas do setor extrativo mineral em Moçambique, incluindo o setor de hidrocarbonetos, 2012

Companhia	Trabalhadores			
	Nacionais	Expatriados	Tipo de Contrato	
Área mineira	Local	Outros		
Minas de Moatize Limitada	94	120	120	---
Mozambique Minerals, Limited	8	---	---	---
Patel Mining Concession, Limited	1	---	1	Indeterminado
Tantalum Mineração e Prospeção, LDA	65	---	4	---
Vale Moçambique, LDA	576	525	323	---
Vale Projetos e Desenvolvimento Moçambique	---	7	1	---
Africa Great Wall Mining Developmt. Company	30	6	5	Temporário
	0	6	5	Indeterminado
Capitol Resources, Limitada	56		3	Temporário
	62		1	Indireto
Cimentos de Moçambique S.A.R.L	2	---		Direto
	5			Sazonal
	3	---		Retainer
Cimentos de Nacala, S.A	6			Indireto
Companhia Carvoeira de SAMOA, LDA	13		1	Indeterminado
ENOP	158		9	
Fábrica de Xaropes e Refrigerantes Vumba, LDA	235	10	2	Temporário
	1.015			Indeterminado
	157	---	---	Temporário
Kenmare Moma Mining (Mauritius) LDA			160	2 anos de contrato
			15	Curta duração
Área dos hidrocarbonetos				
	---	39	7	Direto
Anadarko Moçambique Área 1, Limitada	20	82	---	Indireto
Buzi Hydrocarbons	7	---	3	Indeterminado
Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos	20	---	---	---
Companhia Moçambicana de Gasoduto, S.A	13	---	---	Indeterminado
	117	---	---	Indeterminado
Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP*	6	---	---	Membros da Empresa
ENI East Africa SPA	---	---	36	Temporário
	---	18	---	Temporário
Petronas Rovuma Basin	4	---	---	Indeterminado
	---	---	1	Temporário
Petronas Carigali Mozambique E&P, LTD	4	---	---	Temporário
	---	---	1	Indeterminado
Sasol Petroleum Temane, LDA.	58	---	---	Indeterminado
	35	---	---	Temporário
	Total	Total	Total	Geral
	2.772	813	698	4.283

Fonte: Fifth EITI - M Report - 2012 (2014). Org.: Eduardo Bata (2017).

Notas: * Empresa Pública; --- Informação não fornecida.

De fato, na nova morfologia social do trabalho, gestada com o processo de reestruturação produtiva do capital, reina o império do trabalho e do trabalhador terceirizado que quase não possui nenhum direito quando comparado com os trabalhadores com vínculos laborais mais estáveis. Em *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*, Ricardo Antunes, um dos mais brilhantes sociólogos da contemporaneidade, não só nega a tese do fim do trabalho ou sua descentralidade, mas também propõe um conjunto de elementos para o entendimento da *classe-que-vive-do-trabalho*.

Nesse sentido, Antunes nega a ideia do definhamento do trabalho e aponta para tanto, a construção de uma nova morfologia, a partir do universo multifacetado e suas múltiplas potencialidades. O núcleo analítico para o entendimento do novo formato da classe é que

A classe trabalhadora de hoje compreende não somente os trabalhadores ou as trabalhadoras manuais diretos, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca do salário. Portanto, uma noção ampliada, abrangente e contemporânea de classe trabalhadora, hoje, a *classe-que-vive-do-trabalho*, deve incorporar também aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, como o enorme leque de trabalhadores precarizados, terceirizados, fabris e de serviços, *part-time*, que se caracterizam pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo. Deve incluir também o proletariado rural, os chamados bóias frias das regiões agroindustriais, além, naturalmente, da totalidade dos trabalhadores desempregados que se constituem nesse monumental exército industrial de reserva (ANTUNES, 2005, p. 48-52, grifos do autor).

Outro "veio" que deve ser explorado para a compreensão desse multifacetado quadro do metabolismo social do trabalho é a migração para o trabalho, que, em parte, alimenta o exército de reserva, portanto, o *mutirão* de trabalhadores pronto para ser incorporado a qualquer preço (e condições) ao circuito de acumulação. Na verdade, a inclusão de novos territórios amplia de um lado, as ofertas no mercado de trabalho, intensificando a organização produtiva e a divisão social do trabalho, mas, por outro lado, interfere nas relações de trabalho e, por conseguinte, no desenvolvimento de processos migratórios, que se efetivam nos territórios (ALVES e BRAND, 2015).

Para Lisboa (2012) a relação trabalho e migração é uma das expressões do contínuo processo de reestruturação produtiva do capital, em escala mundial. Tal processo, que não se realiza de forma homogênea pelo território e, "não poderia ser diferente, tal como assinala Mendonça (2004, p.166) atingiu os objetivos propostos,

assegurando novas formas de produção, incrementando a produção/produktividade e a reprodução ampliada do capital". Portanto,

Seria impossível pensar na *modernização do território* [...] *por inteiro*, pois implicaria em aceitar a tese da *homogeneização espacial* e/ou da padronização a uma única forma de uso e exploração da terra. [Por isso,] aceitar essa tese é incorrer em grave equívoco e não compreender devidamente a essência desigual e combinada, que move a reprodução do capital (idem, grifos do autor).

Assim, se aplicarmos esse quadro à realidade de Moatize, compreende-se que o processo de *modernização mineira* foi igualmente seletivo e excludente. Enquanto algumas pessoas foram integradas horizontalmente e de forma marginal por meio de formações e treinamentos de curta duração para posteriormente servirem às empresas, portanto, a chamada formação para o capital (CARVALHAL e THOMAZ JUNIOR, 2008), outras tantas, ficaram à margem desse processo. São esses que, junto aos migrantes para o trabalho, aumentam o exército de reserva da força de trabalho.

De todo modo, mesmo os que foram "formalmente integrados" seus vínculos com as empresas são suficientemente frágeis, de tal forma que, eles se veem forçados a submeter-se aos caprichos e vontades das mineradoras. Entre tantas formas, essa fragilidade manifesta-se nas relações entre os trabalhadores e as mineradoras, conforme explicou o operador de máquina que na Vale

[...] quando você tem uma preocupação eles não atendem nada, até podes correr o risco de perder emprego. Por exemplo, se você ir lá colocar um assunto de risco do trabalho você é tirado o trabalho na hora. Lá é acidentar é tirado emprego, eu não sei se é a lei moçambicana, não sei. Tive um colega que perdeu emprego há dois meses ele acidentou, trabalhou a noite com sono ele não se controlou e acidentou e danificou o equipamento, daí a empresa lhe afastou, ele não pertence mais a Vale está fora, e não foi indenizado. Um colega tentou ir ter com advogado, mas não deu certo, ele está fora. Só recebeu três meses de salário e foi embora. Os trabalhadores mal conhecem a lei de trabalho (Entrevista com o operador de máquina na Vale Moçambique, outubro de 2016).

Além do desconhecimento da legislação laboral, o operador de máquina é cético em relação ao papel do sindicato da classe. Para ele, "lá na Vale existe sindicato, só que sindicato que está lá, não é para defender/proteger o trabalhador, ultimamente se ele está lá é só para defender o pão dele, não é para defender o trabalhador"¹⁸⁷. De fato, nos marcos do capitalismo contemporâneo, o advento do

¹⁸⁷ A inoperância e/ou a coalizão entre o sindicato e a Vale Moçambique, foi também observado pelo jornalista e ativista ambiental Jeremias Vunjanhe numa entrevista realizada pela IHU On-Line. De acordo com ele, "todos os sindicatos existentes no país, incluindo o dos trabalhadores da Vale, é

sindicato de parceria, *partnership*, ou então, sindicalismo dócil, no dizer de Antunes (1999), corresponde às mutações no universo social do trabalho, bem como no processo produtivo, na era da acumulação flexível. Tal fato tem repercussões imediatas nas conquistas dos trabalhadores que são com frequência cerceadas.

Portanto, é a isso que se refere Chesnais (1996, p.131) ao explicar que

Aos assalariados e suas organizações sindicais impõem-se condições bem diferentes das que haviam conseguido arrancar na época dos "compromissos fordistas". Isto é feito sob a ameaça do desemprego, com o apoio das novas teorias e políticas governamentais em matéria de salário e de emprego, e também com o consentimento de dirigentes sindicais que julgam que não há alternativa.

Conforme temos vindo a frisar ao longo da pesquisa, no país, a coalizão entre os sindicatos e as empresas não se limita aos grandes empreendimentos. Na própria função pública a aliança entre a direção geral da Organização dos Trabalhadores de Moçambique (OTM, central sindical) e o Estrado é a expressão viva dessa parceria. Em verdade, trata-se de uma, dentre tantas máculas do período da economia centralmente planejada, no qual o sindicato tinha (e no caso ainda tem) o papel de mobilizar os trabalhadores para o cumprimento dos interesses do Estado e do Partido Frelimo.

Como se pode notar no discurso do Presidente Samora Machel na conferência constitutiva do sindicato moçambicano em 1983, o sindicato foi criado como braço direito do Partido Frelimo e do Estado, por isso,

Os sindicatos socialistas guiam-se pela linha do Partido e serão dirigidos pelo Partido. Não são um partido paralelo. Nas suas relações com o Estado, os sindicatos socialistas guiar-se-ão pelos princípios da colaboração e coordenação das tarefas, no âmbito das respectivas áreas e competências bem definidas. Os sindicatos desenvolverão relações de cooperação com a OMM e a OJM, assim como com as organizações sócio-profissionais, tanto em nível central como local.

Devemos estar muito claros sobre a natureza de classe do nosso Partido e do Estado, os sindicatos não são um instrumento de confrontação. Eles inserem-se na realização dos objetivos fundamentais da aliança operário-camponesa, zelam pela correta aplicação da política do Partido (MACHEL, 1983, p. 42).

controlado pelo governo e pelo Partido Frelimo, que simultaneamente tem interesses empresariais no projeto da Vale em Moatize.

De fato, o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria de Construção Civil, Madeiras e Minas de Moçambique (SINTICIM), é financiado e controlado pela Vale e com tal, pouco ou quase nada faz para defender os direitos dos trabalhadores. Aliás, "o SINTICIM é acusado pelos trabalhadores de estar a reboque dos interesses da Vale e de prejudicar os trabalhadores porque serve como espião da empresa". Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/500479-mocambique-o-menino-bonito-da-vale-entrevista-especial-com-jeremias-vunjanhe>> Acesso em: 26 jul. 2014.

Trinta e cinco anos depois, ainda que de forma dissimulada, em vista da introdução do chamado "Estado de Direito Democrático", o sindicato moçambicano não perdeu de vista o seu traço constitutivo. Junto a OJM e a OMM conformam a malha que garante a mobilização para os chamados "programas do governo" que, também são do Partido.

Em Moatize, as relações de trabalho entre as mineradoras e os trabalhadores são também caracterizadas por entre, outros males, pela *personalização* das vagas emprego. E as evidências de tal *personalização* podem ser encontradas na tabela 4, na qual o número de trabalhadores contratados em outras regiões do país se aproxima à metade dos que foram contratados localmente. Juntos os trabalhadores contratados em outras regiões do país (813) e os estrangeiros (698) são mais do que a metade dos que são contratados localmente.

Sem dúvida, essa realidade desmonta a falsa retórica de que a implementação de vários projetos em nível do país, visa à criação de empregos, prioritariamente, para as comunidades locais. Por outro lado, essa quantidade desvela também uma prática corriqueira em Moçambique que tem por objetivo favorecer parentes de altas figuras do governo moçambicano e do Partido Frelimo, conforme descreve Marshall (2014, p. 180) que

A fase operacional da mina de carvão emprega hoje [2014] não só a quota máxima - ou mais - dos trabalhadores brasileiros, mas também muitos estrangeiros, com ou sem registro de residência legal, dos países vizinhos de língua inglesa: Zimbábue, Zâmbia e Malawi. Muitos filhos e sobrinhos do poderoso governo moçambicano e figuras de negócios da capital nacional, Maputo também obtêm os trabalhos cobiçados na Vale. Todavia, o número de empregos criados para as pessoas das comunidades locais ao redor da mina ou nativos da província de Tete (cronicamente subdesenvolvida) são poucos.

Portanto, além da prioridade na obtenção do emprego os trabalhadores contratados nos corredores do poder político nacional, têm também privilégios em termos salariais e, geralmente, são os que assumem cargos de chefia em vários departamentos da Vale e, provavelmente em outras mineradoras. Assim, a priorização de uns e a segregação de outros gera um clima de descontentamento e de ressentimento (ainda que velado) entre os trabalhadores, ao mesmo tempo que, "ressuscita" um velho problema¹⁸⁸, intrínseco ao processo da formação territorial e social de Moçambique.

¹⁸⁸ Na parte 1, ao abordarmos o processo de formação territorial de Moçambique salientamos como um dos grandes desafios a questão da unidade nacional. Exaltada em discursos políticos e em

No decurso do trabalho do campo e nas interlocuções com os reassentados era recorrente ouvir expressões como: queremos equidade, nós também queremos ter oportunidades. Nesse contexto, um dos moradores reassentado no bairro 25 de setembro disse que o governo

[...] deveria promover o acesso ao emprego, sofremos no reassentamento e não estão a cumprir o que acordamos, as empresas deveriam empregar maior número de pessoas daqui e diminuir essa questão de contratos de um ano. Queremos mais oportunidades como aconteceu com aquele jovem que vem do Maputo. Se fosse para voto, dizer quem vota, ninguém havia de votar a Vale (Morador reassentado no bairro 25 de Setembro, outubro 2016).

Deste modo, ressaltando o fenómeno da diferenciação entre os trabalhadores contratados em Tete e os que vêm de outros lugares como, por exemplo, Maputo ou do estrangeiro, o vereador para área de urbanização no município de Moatize disse que

[...] de fato, aqui também há casos de trabalhadores privilegiados em detrimento de outros menos considerados, isso em termos de benefícios. Aconteceram muitos casos que gerou conflitos lá dentro das empresas, mas depois acho que chegaram a um consenso. Era assim, era diferente até para um que era contratado em Maputo, Beira ou Nampula e vinha trabalhar aqui, ele tinha mais benefícios do que aquele contratado localmente. Aquele contratado em Maputo tinha muitos benefícios, um deles era o direito de em cada 15 ou 30 dias ir pra Maputo com passagem aérea, mas o contratado aqui não usufruía desse benefício, nem podia sair e outros benefícios, inclusive em termos salariais. Os que eram contratados fora recebiam muito mais do que os que eram contratados localmente, mas com o tempo parece que conseguiram equilibrar, pois houve reclamações, isso foi no início (Entrevista com o vereador para área de urbanização no município de Moatize; outubro 2016).

O mesmo entrevistado demonstrou, também, que há e/ou havia diferenças salariais abissais e tratamento diferenciado entre trabalhadores moçambicanos e estrangeiros, sobretudo brasileiros. Em suas palavras, por exemplo,

[...] vinha um brasileiro que geralmente ganhava até US\$ 5.000, mas na mesma área em que estivesse eu como moçambicano recebia US\$ 1.000, então essa diferença é muito grande. Era justo que ele recebesse esse valor porque veio do Brasil? Então, pelo menos me dar eu como moçambicano US\$ 3.000, ao menos estaríamos próximos a um equilíbrio e diríamos tem razão porque ele veio de muito longe, agora de US\$ 5.000 para US\$ 1.000, é absurdo. Eu mesmo fui alvo e recusei emprego na Vale por causa dessa situação. Logo no início recebi uma proposta da Vale para

grandes eventos, como por exemplo, nos festivais nacionais da cultura; a unidade nacional e o esforço para a construção da *moçambicanidade*, enquanto um dos pilares do desenvolvimento segue sendo uma questão por ser resolvida.

É preciso lembrar que uma das questões centrais que trazem à tona esse e outros aspectos é a desigualdade na distribuição da riqueza e de oportunidades entre as regiões Sul, Centro e Norte de Moçambique. Há uma sensação de que a condição *sine qua non* para a integração e o sucesso no mercado laboral ou em outros circuitos do poder político e económico nacional é preciso ser, simultaneamente: membro do Partido Frelimo, parente de um alto governante.

estar na área dos transportes e era para ser adjunto do chefe dos transportes em que o chefe dos transportes era brasileiro e quando fomos discutir salários o chefe dos transportes tinha US\$ 5.000 e a mim como adjunto queriam me US\$ 750 e eu disse isso não aceito e falaram que vamos subir e deram a proposta de US\$ 1.500 recusei e deram a proposta de US\$ 2.000 e pararam nesse valor e eu disse: olha eu primeiro vou ter que deixar o Estado para trabalhar pra vocês como adjunto a receber esse valor e o chefe US\$ 5.000 e quem vai fazer trabalho sou eu, relatórios e tudo, o chefe vai encarregar-me e então, porque vou estar a sofrer a trabalhar para ele receber sentado? Então, mandei passear, não quis, eu recusei, eu disse continuo no Estado estou bem, pelo menos lá ninguém me chateia. Era muito dinheiro, era aliciante, mas eu joguei pela segurança, depois aquelas são empresas que quando você pisa na bola eles não ponderam é logo afastar (idem).

No trecho da entrevista com o vereador chama atenção não só a diferença salarial entre os trabalhadores que é efetivamente grande, mas também a consciência dele sobre a insegurança do trabalho nas corporações transnacionais. Com efeito, essa e outras características, como por exemplo, a desproletarização do trabalho; a ampliação do setor de serviços; o incremento das formas de subproletarização, em função do trabalho parcial; temporário; precário; subcontratado; terceirizado, a intensificação da superexploração do trabalho pelo prolongamento da jornada, são marcas da nova morfologia social do trabalho.

Marshall (2014, p.180) ao descrever as operações da Vale em Moçambique, destaca, por exemplo que

As poucas oportunidades de emprego geradas pelas operações de mineração e as desigualdades dramáticas nos salários e benefícios entre estrangeiros e nacionais criam uma sensação generalizada de ressentimento. Um trabalhador da Vale comentou: eu trabalho junto com estrangeiros, mas eles ganham quatro vezes mais do que eu ganho. Outro disse que, os operadores de máquinas moçambicanos trabalhavam em conjunto com os operadores de máquinas brasileiros, alguns dos quais têm menos treinamento do que os moçambicanos, mas o brasileiro é automaticamente supervisor.

Embora sem muitos detalhes, o operador de máquina também confirmou a existência de trabalhadores privilegiados em relação aos outros. Enquanto, no refeitório todos têm os mesmos direitos, ou seja,

[...] não existe nenhuma forma [de tratamento] que diferencia trabalhadores moçambicanos com os brasileiros. O refeitório é o mesmo, não há de quê este é branco é chefe é tudo igual, [portanto], mesma comida, tudo igual em termos de tratamento, transporte também usamos o mesmo transporte. [Em termos salariais] existem sim diferenças. Porque, para os que vêm de longe e não tem casa, o salário sempre tem que se diferenciar, ele tem que alugar casa, enquanto eu não e, outras coisas que ele precisa quando está aqui em Moatize (Entrevista com operador de máquina da Vale Moçambique; outubro 2016).

Na pesquisa intitulada *El dorado Tete: os mega projetos de mineração*, João Mosca e Tomás Selemene destacam, além de questões vinculadas ao aumento da inflação em nível da cidade de Tete, em função da demanda por vários serviços, mas também a existência "de indícios de salários elevados para técnicos expatriados, comparativamente aos salários praticados a técnicos moçambicanos com semelhantes qualificações" (MOSCA e SELEMANE, 2011, p. 34).

No quadro 8, além das disparidades entre o número de mulheres e de homens contratados nos dois consórcios que fornecem a força de trabalho para a Vale, chama atenção também o significativo "enxugamento" da mão de obra moçambicana quando comparado com os dados da tabela 4. De fato, dos anteriores 2.684 trabalhadores registrados em julho de 2011, no ano seguinte, o número de trabalhadores moçambicanos para todos os projetos da Vale reduziu para 1.108 trabalhadores - uma redução em mais de 50%. Porém, o mesmo não aconteceu com os trabalhadores expatriados ver tabela 4 e quadro 8.

Quadro 8- Número de trabalhadores do projeto da Vale em Moatize, comparando os salários mínimos e máximos entre estrangeiros e moçambicanos

Empresa	Mulheres	Homens	Total	Moeda	Salário Mínimo	Salário Máximo.	Diferença entre o máximo e o mínimo
Consórcio* (moçambicanos)	115	2.569	2.684	MZN**	3.221	136.227	133.006
OSEL*** (estrangeiros)	23	301	324	US\$****	664.57	17.677	17.012.43
Total	138	2.870	3.008				

Fonte: Mosca e Selemene (2011); Org.: Eduardo Bata (2017).

Notas:

* Congrega trabalhadores moçambicanos de diversas empresas que prestam serviços ao projeto da Vale Moçambique.

** Metical da nova família que, vigora desde janeiro de 2006.

*** Aglutina trabalhadores estrangeiros de várias procedências, incluindo brasileiros.

**** US\$ 1 = 28 MT, a taxa média anual em 2011, de acordo com o Banco de Moçambique (BM, 2012).

No diz respeito aos salários pagos entre trabalhadores nacionais e estrangeiros¹⁸⁹, os dados do quadro 8 são evidências das diferenças salariais entre

¹⁸⁹ Numa entrevista concedida a IHU O - Line, Jeremias Vunjanhe, descreve as condições de trabalho na Vale Moçambique, assim como, denuncia os esquemas de favorecimento e de tratamento desigual dos trabalhadores. Segundo ele, "a situação de trabalho dos moçambicanos que atuam na Vale é extremamente desigual. Há grupo de moçambicanos recrutados em Maputo e, por outro lado,

as duas classes de trabalhadores, pois, enquanto para os moçambicanos o salário mínimo pago pela Vale em 2011 (ano do início da produção) era de 3.221 Meticais, cerca de US\$ 115, ao câmbio médio de US\$ 1 para 28 Meticais, para o trabalhador estrangeiro, o seu salário mínimo era equivalente a 18.607,96 Meticais, quer dizer, seis vezes maior do que o salário mínimo do trabalhador moçambicano na mesma empresa e eventualmente nas mesmas funções.

Portanto, mesmo admitindo que essa situação tenha melhorado provavelmente, os dados desmascaram, uma vez mais, a ideia de igualdade de oportunidades presente nos discursos da Vale. E, em função do tratamento diferenciado e da diferença de oportunidades entre os trabalhadores moçambicanos e estrangeiros há entre os moçambicanos o sentimento de exclusão, alimentado em parte, pelo fato de, os trabalhadores estrangeiros desfrutarem de melhores condições, tanto em termos de habitação quanto em termos de salários e de regalias pagos pela Vale Moçambique. Esse último grupo reside em condomínios e em moradias construídos para acomodar trabalhadores estrangeiros do projeto de Moatize (Foto 22 e 23).

os filhos de dirigentes políticos e governantes que estão na capital. Eles possuem um grau de instrução superior àqueles que têm uma situação de trabalho considerada muito boa e que auferem salários muito elevados à semelhança dos trabalhadores brasileiros e outros estrangeiros. Entretanto, a maioria dos trabalhadores com pouca instrução e experiência profissional encontra-se numa situação extremamente precária e com salários muito baixos. Várias são as denúncias feitas por trabalhadores e populares sobre a violação da lei do trabalho e o desrespeito da Vale com os mais elementares direitos humanos. Há também relatos de expulsões arbitrárias e sem justa causa". Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/500479-mocambique-o-menino-bonito-da-vale-entrevista-especial-com-jeremias-vunjanhe>> Acesso em: 26 jul. 2014.

Foto 22- Tipo de moradia para trabalhadores estrangeiros dos projetos da Vale Moçambique



Fonte: Rodrigues (2015).

Foto 23 - Condomínio para alguns trabalhadores moçambicanos, equipado com aparelhos de ar condicionado, outubro 2016



Foto: Eduardo Bata (2015); Fonte: Trabalho de Campo, Moatize, 2015.

Enquanto isso, outros trabalhadores moçambicanos residem em habitações comuns alugadas junto às comunidades, por exemplo, no bairro urbano 25 de Setembro. Portanto, diante dessas disparidades entre trabalhadores da mesma

empresa, Rodrigues (2015) fala da prevalência de relações conflituosas entre brasileiros e moçambicanos que trabalham na Vale Moçambique. Para ela,

As relações trabalhistas nas empresas que compõem os megaprojetos seguem sendo um dos principais focos de conflitos entre brasileiros e moçambicanos no contexto do PCM e do PCN. Brasileiros ganhando mais do que moçambicanos em funções que demandam formação de mesmo nível, dispensa de funcionários moçambicanos para substituição por funcionários brasileiros, especialmente cônjuges de outros funcionários brasileiros, diferença nos contratos em função de leis trabalhistas diferenciadas nos dois países, menor representatividade moçambicana nos cargos de chefia (RODRIGUES, 2015, p. 73).

Como dito, as relações de trabalho na Vale são *personalizadas*, isto é, marcadas por ações conducentes ao favorecimento de um grupo de trabalhadores, em detrimento de outros. Mas é preciso notar que essa maquinaria que possibilita a diferenciação dos trabalhadores, muitas vezes acontece à margem da Lei do trabalho em vigor no país. De fato, de acordo com o art.º 2º da Lei n. 23/2007, a lei do trabalho "aplica-se às relações jurídicas de trabalho subordinado estabelecidas entre empregadores e trabalhadores, nacionais e estrangeiros, de todos os ramos de atividade, que exerçam a sua atividade no país" (MOÇAMBIQUE, 2007a, p. 466), o que significa dizer que os megaprojetos também são regidos por essa lei, ainda que possam existir algumas exceções.

O art.º 30, dessa lei caracteriza o perfil do trabalhador estrangeiro e diz

O trabalhador emigrante tem os mesmos direitos, oportunidades e deveres dos demais trabalhadores do país estrangeiro, onde presta sua atividade, no quadro dos acordos governamentais celebrados na base de independência, respeito mútuo, reciprocidade de interesses e relações harmoniosas entre os respectivos povos (MOÇAMBIQUE, *op.cit.*, p. 470).

Já no art.º 31, o legislador deixa claro que "o empregador deve criar condições para a integração de trabalhadores moçambicanos nos postos de trabalho de maior complexidade técnica e em lugares de gestão e administração da empresa" (*idem*). Adicionalmente, a legislação nacional sobre matéria estabelece quotas para a contratação da força de trabalho estrangeira. Nesse sentido, para a grande empresa¹⁹⁰, tal como é a Vale Moçambique e outras mineradoras que operam em Moçambique, a taxa de trabalhadores estrangeiros deve ser igual, mas não superior a 5% da totalidade dos trabalhadores da grande empresa (MOÇAMBIQUE, 2007a).

¹⁹⁰ As empresas são classificadas em: grande empresa, aquela que emprega mais de cem trabalhadores, média empresa, a que emprega mais de dez até ao máximo cem trabalhadores e pequena empresa, aquela que emprega até dez trabalhadores (MOÇAMBIQUE, 2007a).

Por outro lado, o art.º 14, do contrato mineiro assinado entre a Vale e o governo determina que

A concessionária e seus subcontratados devem empregar pessoal moçambicano e estrangeiro de acordo com o regime de contratação fixado na legislação laboral. Considerando o nível de especialização e qualificação exigidas pelo projeto à concessionária e seus subcontratados podem contratar mão de obra estrangeira globalmente, em média, não mais que: (i) 30% do total de trabalhadores durante a fase desenvolvimento do projeto; (ii) 20% do total dos trabalhadores após os primeiros 5 (cinco) anos da fase de desenvolvimento, percentagem considerada numa base anual; (iii) 10% do total dos trabalhadores após o fim da fase de desenvolvimento, percentagem considerada numa base anual (MOÇAMBIQUE, 2007a, p.40).

E, por fim, nas operações mineiras a concessionária deverá empregar cidadãos moçambicanos

Que possuam qualificações ou aptidões adequadas, a todos os níveis da sua organização, como subcontratados ou empregados por subcontratados. A concessionária executará um programa eficaz de formação e emprego para trabalhadores moçambicanos em cada fase e nível de operações, tendo em conta os requisitos de segurança e necessidade de manter padrões eficiência razoáveis na realização das operações mineiras (idem).

Contudo, no atual contexto das relações que o Estado e, mais precisamente, o governo estabelece com as empresas não é de estranhar que esse padrão não seja respeitado, em parte devido aos esquemas de favorecimento mútuo entre os altos dirigentes das transnacionais e altos funcionários do governo de Moçambique. Foi isso que ocorreu em 2011 e 2012 quando uma comissão da Vale S.A. liderada por Murílio Ferreira reuniu com a antiga Ministra do Trabalho, com vista à negociar a contratação de mais trabalhadores, estrangeiros, sobretudo brasileiros.

A respeito dos *lobbies* da Vale, Marshall (2014, p.178) explica que

A pressão brasileira para reduzir o controle moçambicano quanto aos trabalhadores estrangeiros não é nova. Uma delegação do trabalho do Canadá e Brasil reuniu-se com o Diretor Provincial do Trabalho, na província de Tete, em 2011, no âmbito de um intercâmbio trinacional de trabalhadores, e fomos informados da pressão constante da Vale às autoridades moçambicanas para permitir a esta empresa exceder as quotas, previamente negociadas, de trabalhadores estrangeiros. Houve também a pressão para dar autorizações de trabalho aos estrangeiros sem habilidades suficientes para realizar a formação destinada a cada trabalhador estrangeiro com permissão de trabalho.

Portanto, além das questões já mencionadas, interessa assinalar a forma como é organizado o trabalho e os trabalhadores na Vale Moçambique, porque só daí, podemos compreender, como o grande capital se estrutura para garantir a superexploração e a dessubjetivação do trabalhador (ANTUNES, 2005, ALVES, 2011). Junto aos meios de trabalho, enquanto indicador das condições sociais nas

quais se efetiva o trabalho (MARX, 1996); a jornada de trabalho expressa não só a forma como é organizado o trabalho, mas também os artifícios do capital para se apropriar do trabalho vivo, cada vez mais estranhado.

De fato, na sociedade capitalista, a organização da jornada do trabalho está vinculada ao controle e gestão do tempo, tal como observou Thompson (1989) no livro, *Tradición, revuelta y consciencia de classe: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Enquanto para os povos primitivos a medida do tempo estava relacionada aos processos e ciclos do trabalho doméstico, na sociedade industrial o controle do tempo é ao mesmo tempo, o controle do trabalho.

Nesse sentido, a noção de tempo em Thompson (1989) e Santos (2013), demonstra que para a efetivação da sociedade capitalista, tal como a conhecemos hoje, o tempo tem um inestimável valor. O controle do tempo deve ser visto como o controle da força de trabalho, condição primeira para a exploração do trabalhador e a extração da mais-valia e dessa, a realização do lucro.

Assim, partindo do pressuposto de que o valor da força de trabalho é determinado pelo tempo necessário à sua produção, conforme Marx (1996, p. 346) convém sublinhar, no entanto, que a jornada de trabalho no modo de produção capitalista não se limita unicamente ao mínimo necessário à reprodução dessa força. Com efeito, ela é prolongada até

Certo limite, no qual não é mais prolongável. Esse limite máximo é duplamente determinado. Uma vez pela limitação física da força de trabalho, isto é, o *quantum* da força vital, outra vez, por limites morais, em vista que, o trabalhador precisa de tempo para satisfazer a necessidades espirituais e sociais, cuja extensão e número são determinados pelo nível geral da cultura.

No setor da mineração, o trabalho é organizado de modo que as mineradoras possam tirar o máximo benefício possível do trabalhador, durante a "jornada normal" de trabalho. Para tanto, cada vendedor da força de trabalho tem tarefas próprias, além de cumprir um *quantum* estipulado de horas de trabalho diário. Mello, Nery e Alves (2011, p.106) apontam que o trabalho na mineração é estruturado em "sequência para a realização das atividades, por meio da divisão do trabalho e estratificação das tarefas, na linha de produção".

Na Vale Moçambique a organização do trabalho não foge a esses padrões. Ele é feito com base em escalas de serviço, em regimes de turnos diários e com certa estratificação de tarefas, de modo que, cada trabalhador se torna "especialista"

em uma determinada tarefa. Portanto, é a organização do trabalho conforme o modelo fordista/taylorista, associado igualmente ao padrão de acumulação flexível, calcada na terceirização do trabalho. Conforme disse o operador de máquina, na Vale, as escalas são feitas semanalmente, ou melhor,

[...] lá na empresa tem um quadro onde colocam os nomes dos operadores e a máquina que vai pegar cada operador. Lá tem muitas máquinas, escavadeira, caminhão, moto-niveladeira, trator de esteira e cada pessoa opera a sua máquina pra a qual teve a formação, por isso, aquele que opera caminhão não opera escavadeira (Entrevista com o operador de máquina na Vale Moçambique; outubro 2016).

Assim sendo, a organização em turnos e escalas de trabalho tem por finalidade garantir o movimento contínuo do trabalho, bem como a racionalização e a exploração da força de trabalho, condição para a realização do capital, exacerbando, dessa forma, a subordinação real do trabalho ao capital (IANNI, 1981). De fato, na Vale o trabalho ocorre, tanto de dia quanto durante a noite, em regimes de escalas, conforme disse o operador de máquina que

[...] as condições de trabalho são um pouco normal, porque faço tudo. Trabalho a noite, trabalho com as máquinas e não é fácil, faço turno entro as 08h00min e saio as 20h00min, chego a casa as 22h00min. E o tempo de folga; um dia entro de manhã e no dia seguinte entro de noite e, depois fico dois dias de folga em casa (Entrevista com o operador de máquina na Vale Moçambique; outubro 2016).

Sendo a mineração um setor que exige a extração o processamento e o beneficiamento de rochas, o trabalhador se defronta com diversas situações no cotidiano laboral que coloca em perigo não só a sua saúde física, mas também psíquica. Para Mello, Nery e Alves (2011, p.103) os riscos associados à atividade mineira decorrem da

Exposição à poeira em todas as fases das operações; transporte dos minerais; exposição a riscos elétricos e físicos nas máquinas; riscos físicos; térmicos e químicos; exposição a movimentos repetitivos e exposição a acidentes em qualquer fase do processo de trabalho.

Silva (1996) propõe a divisão dos riscos associados à atividade mineira em seguintes categorias: cargas físicas (ruídos, temperaturas extremas, radiações e efeitos da eletricidade e vibrações); cargas biológicas (microorganismos patogênicos), cargas químicas (gases, vapores líquidos, poeira, manipulação de resíduos), cargas mecânicas (lesões devido ao maquinário, luxações, fraturas), cargas fisiológicas (esforço físico, manipulação de maquinários, turnos de trabalho,

movimentos repetitivos) e cargas psíquicas (fadiga, estresse, tensão e relações da manutenção das relações sociais organizacionais e de emprego).

Portanto, o efeito combinado dessas cargas repercute diretamente na saúde física e mental do trabalhador. É considerando esses aspectos que, Alves (2007), garante que o toyotismo impõe novos fatores que agredem a saúde, representados particularmente no estresse do trabalhador.

Para Lourenço (2008, p. 3) o

Aumento das doenças relacionadas ao trabalho pode representar a expressão dos efeitos psicopatológicos da nova organização e gestão do trabalho na vida das pessoas. Há um expressivo aumento das Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e das Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (DORT), acompanhadas também do avanço do sofrimento psíquico.

Lima (2011, p.162) apresenta um quadro mais completo sobre as mudanças na morfologia do trabalho e seus efeitos no cotidiano da classe trabalhadora. Nesse sentido, as questões recorrentemente identificadas nos contextos atuais do trabalho, contemplam entre outros aspectos

A intensificação do ritmo do trabalho, atingindo, com frequência, níveis intoleráveis; exigências abusivas de qualidade, em especial, pelo fato de nem sempre serem dadas as condições mínimas necessárias para atendê-las; a conjugação dessas exigências com metas visando à quantidade, o que coloca o assalariado diante de um dilema, já que, ao atender uma exigência, estará deixando de atender à outra; extensão abusiva da jornada de trabalho, algumas vezes acompanhada de horas extras impostas e não pagas. Tudo isso, sendo agravado pelo fato de que tais mudanças vêm geralmente acompanhadas de uma redução importante do poder dos sindicatos, acarretando, evidentemente, um enfraquecimento do seu papel na proteção da saúde por meio de melhorias nas condições de trabalho.

Retomando a categorização dos riscos da atividade mineira para a saúde do trabalhador, conforme Silva (1996) merece destaque para efeitos dessa análise, os agravos vinculados à carga fisiológica e psíquica. O trabalho em turnos e o cansaço que muitas vezes conduzem a acidentes de trabalho são as principais dificuldades dos trabalhadores em Moatize. Portanto, mais do que de causar simples desconfortos físicos para o trabalhador, as jornadas de trabalho diário em regime de turnos rotativos podem ocasionar também problemas de natureza biológica, social e econômica, devido ao aumento da extensão da jornada diária e de sua distribuição ao longo de semanas e meses, tal como explica Perpétua (2016).

Nesse sentido, no filme intitulado *Não Vale: o progresso da Vale*¹⁹¹, o sociólogo Marcelo Carneiro, explica que no regime de trabalho por turnos,

[...] o trabalhador sai de casa de madrugada e chega à casa de madrugada, perde a sua vida social, perde o contato com o vizinho para vender sua mão de obra para a Vale e, conseqüentemente, em virtude dessa exploração da mão de obra barato, a Vale se torna logo maior empresa mineradora, em primeiro lugar em nível do Brasil e um lugar de destaque no mundo.

Destarte, é isso que acontece em Moatize, conforme se pode perceber no discurso do operador de máquina, ao dizer que

[...] estou satisfeito, só que o trabalho lá é um pouco duro, 12 horas lá não é fácil. Eu saio as 05h30min e volto as 22h00min. E durante esse período só tenho uma hora de tempo na hora do almoço e aproveito logo pra descansar. Por exemplo, se entro as 08h00min horas e paro as 12h00min horas para o almoço, as 13h00min horas tenho que entrar até as 20h00min horas [...] (Entrevista com o operador de máquina na Vale Moçambique; outubro 2016).

Conforme assinalamos antes, a Vale S.A. tem um histórico abismal de precarização das condições de segurança no trabalho, principalmente no que diz respeito à disponibilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados para o trabalho. Em Moatize, os trabalhadores queixam-se da insuficiência dos EPI em frentes de trabalho, bem como da instituição de um ambiente de trabalho inseguro, no qual a intimidação e o despedimento dos trabalhadores são práticas mais recorrentes, sobretudo para aqueles funcionários que reclamam a insuficiência ou as condições de insegurança no trabalho.

Outro aspecto destacado pelo operador de máquina é o fato de a Vale não ponderar acidentes de trabalho e demitir os trabalhadores que se queixarem de quaisquer doenças, sobretudo dores de coluna, mesmo que tenham sido contraídas ao longo de anos de trabalho, isto é, as chamadas doenças ocupacionais. O trecho a seguir é evidência da forma como são tratados os trabalhadores doentes,

[...] no ano passado, por exemplo, tiraram um colega aí porque tinha problema de coluna. Ele foi ao hospital provincial e detectaram que ele tem problema de coluna e ele levou aquele diagnóstico para lá dentro, mas não deu certo, eles não querem pessoas com problemas de coluna, mesmo a Vale sabendo que essa doença ele adquiriu aqui, eles te tiram na hora. *E se for problema de coluna praticamente não há nada*, o colega, por exemplo, foi pago 150 mil meticais, foi o que a Vale pagou como indenização, a Vale não deu assistência em saúde, nem mandou pra a clínica (Entrevista com operador de máquina na Vale Moçambique; outubro 2016, grifo nosso).

¹⁹¹ O filme foi lançado em 2010, em parceria com o movimento Justiça nos Trilhos. Nele, busca-se desmontar a falsa ideia do desenvolvimento induzido pela Vale em vários municípios do estado do Pará e do Maranhão. Além das mortes por atropelamentos ao longo das linhas de trem, relatam-se casos de perseguição dos sindicalistas que se posicionam em favor dos trabalhadores. NÃO VALE! O progresso da Vale. Produção de Silvestre Montanaro. Amazônia, 2010. 1 CD.

Na verdade, a demissão de trabalhadores doentes é um procedimento padrão dentro da Vale e, provavelmente, em outras mineradoras. Em Parauapebas, por exemplo, a Vale afastou tantos trabalhadores que se queixavam de doenças contraídas no trabalho. Os excertos¹⁹² que se seguem são de alguns trabalhadores afetados por essa medida. No trabalho

[...] não existia segurança, não existia orientação, era um trabalho escravo mesmo na base da ignorância ou você pegava o peso que eles queriam 100 ou 200 kg ou eles mandavam embora. E para não perder emprego, pai de família a gente faz o que eles queriam que é pegar o peso só que a coluna não aguentou foi esforço demais, aí sofri dor na coluna, quebrei a perna direita e ficou totalmente sem contato, eu pedi neles para me afastar e me colocar noutra função e eles nunca queriam e sempre me enganando e me levando na conversa e aí foi quando não aguentei tomei a decisão própria e deixei de trabalhar e me afastei e procurei o INSS e quando cheguei lá o médico disse não, sua coluna está desalinhada nós tem que ir pra cirurgia urgente senão não tem mais jeito e aí fui colocado esses parafusos de emergência.

Eu fui pra a Vale falar que eu contrai essa doença no trabalho e eles negaram meu gerente negou fazer a CAT e falou que não é acidente de trabalho que nós dois iríamos ser prejudicados pela empresa e que lá não cabia registrar isso como acidente de trabalho não. E agora estou aí lutando e tomando remédio todo o santo dia pra ver se consigo viver nem, a dor é terrível, não tem mais a vida saudável.

E outro trabalhador também afastado disse,

[...] invalidez é coluna. O que está acontecendo é que a gente não rende mais aquilo que a empresa achava que devíamos render nem, porque 25 anos trabalhando com uma mineradora dessa não é fácil nem, trabalho esforçado tudo aí quando você cai inválido aí a empresa vem entende que você não serve mais pra ela. A Vale sabe que todos nós aqui estamos doentes ela sabe disso, mas o que ela não quer que seja confirmado é que a doença seja ocupacional. Tem muitos companheiros que não falam para não perder emprego, porque se falar perde emprego tem gente trabalhando doente. Os vinte e cinco anos que trabalhei, sempre trabalhei com problemas na coluna, porque vinha no médico e sempre dizia que não isso é uma dor muscular e passa um remédio pra você e manda você pra casa, dois dias de atestado e você melhora um pouco e volta para o trabalho e quando as coisas pioram ela dá o desprezo a você.

Portanto, conforme temos vindo a frisar, a nova morfologia do trabalho tem na precarização do trabalho o seu núcleo central. Além do advento da empresa "enxuta" sintetizado na metáfora da "toalha torcida", as exigências excessivas de produtividade acompanhadas de demissões em massa, forjam um novo trabalhador estranho a si mesmo. Isso porque, "o receio da demissão leva ao aumento do individualismo e dos conflitos com a hierarquia, além de provocar rupturas importantes entre pares", tal como explica Lima (2011, p.166).

¹⁹² Não Vale! O progresso da Vale. 2010. Produção de Silvestre Montanaro. Amazônia, 2010. 1 CD.

É partir dessas constatações, que Lourenço (2008, p. 4) sustenta a tese de que o mundo do trabalho adocece, em vista que o universo do trabalho, "transforma o trabalho em sacrifício para quem o realiza, fato que pode ser verificado nas contingências socioeconômicas vivenciadas pelos trabalhadores". Mais conclusiva é a leitura de Perpétua (2016, p. 299) sobre o processo de precarização da força de trabalho e de seu detentor. Para ele, a degradação do trabalho não pode ser visto como fruto do acaso, ou melhor,

Algo fortuito, resultado ora do descumprimento da legislação trabalhista por parte do empregador, ora dos descuidos do próprio trabalhador, ou mesmo obsolescência e inadequação das técnicas de trabalho empregadas em certos setores de atividade. A degradação do trabalho é resultado direto das formas assumidas pela territorialidade do capital normalidade de sua relação com o trabalho, o resultado habitual da acumulação em sintonia com as leis gerais que regem todo sistema.

Tal posicionamento dialoga com o que nos é proposto por Braz (2013, p. 274) ao notar que, "os processos de trabalho, quando estruturados nos padrões da sociedade capitalista, produzem um processo metabólico de destruição da saúde física e mental dos trabalhadores". Portanto, em Moatize o regime de trabalho em turnos, bem como os contratos precários, sobretudo na fase inicial dos megaprojetos "pinta" a tela de degradação e marginalização de trabalhadores - chefes de família, que no período anterior à chegada da Vale e de outras mineradoras tinham estratégias próprias de sobrevivência e/ou de auto-sustento.

De todo modo, apesar desse quadro de degradação do trabalho e da vida do trabalhador, acompanhado de demissões injustas; devido às dificuldades de acesso ao emprego formal, principalmente fora da capital (Maputo), bem como aos salários relativamente altos (comparado aos salários de fome pagos na função pública), os trabalhadores sentem-se felizes pelo trabalho que têm e, sobretudo pelos salários auferidos. Na verdade, tanto o operador de máquina quanto alguns reassentados, destacam a formação técnica, como um dos grandes ganhos da presença dos megaprojetos em Moatize.

2.5 O SENHOR TEM QUE ME DIZER! QUAIS SÃO OS MEUS DIREITOS: a construção das (Re) Existências nas comunidades reassentadas

[...] em Mwaladzi ninguém tem força até mesmo os líderes é por isso, que gritamos. Os relatórios estariam todos bonitos, mas não é isso. Não estamos contra os líderes, mas queremos lembrar que vocês estavam sendo manipulados, pensaram só para vocês e não pensaram para a maioria. Hoje Mwaladzi é uma desgraça o que fizemos; onde vamos, porque não podemos reparar mais atrás, em shona diz-se que, a *nhoca ayina reverse* [a cobra não tem retaguarda] a comunidade tem que reparar é a frente, onde é que vamos e o que faremos para alcançar o bem-estar da comunidade. Temos que lutar para ultrapassar todas as dificuldades para que isso aconteça temos que ter apoio, porque nós como Mwaladzi aqui ninguém é acadêmico, ninguém conhece as leis que venha a solidariedade. Não estamos a pedir dinheiro, mas o bem-estar.

(Entrevista com dona L. membro do Fórum Comunitário de Mwaladzi; outubro 2016).

Na parte dois, quando anunciamos a tese que sustenta a pesquisa sublinhamos a importância e, sobretudo a força do discurso proferido pelo governo e apropriado pelas transnacionais do setor do carvão na Província de Tete. Sinalizamos, igualmente, que junto às adequações e a flexibilização do marco legal, conforme detalhado na parte três, o discurso de desenvolvimento e de vida melhor, constitui o "êmbolo" que possibilita a articulação política entre as comunidades camponesas, o governo e as transnacionais.

Na verdade, a metáfora do desenvolvimento e do bem-estar econômico e social alcança na retórica oficial do governo e das empresas o seu estatuto de "maioridade", acoplado a "uma visão hegemônica sobre o desenvolvimento que no plano interno é replicado nos argumentos das empresas. Este é o vínculo da competitividade da indústria mineira com o bem-estar econômico geral e pontualmente com a criação de postos de trabalho e redistribuição social", conforme descreve Delamata (2009, p. 25).

Como dito, a implantação dos megaprojetos em Moatize só foi possível, mediante a articulação e/ou aliança entre o capital e o Estado moçambicano. Tal aliança que mescla atores sociais, políticos e econômicos de distintas escalas: locais (os régulos, os líderes comunitários e membros do governo distrital); nacionais (o governo e toda sua máquina administrativa); regionais e globais (as instituições financeiras regionais e mundiais, como o BAD, o FMI, BM) possibilitou,

consequentemente, o controle do território- uma das dimensões da hegemonia exercida pelo capital, no amplo processo de controle da totalidade da reprodução social (CARVALHAL e THOMAZ JÚNIOR, 2008; LORENA e MARIAN, 2016).

Em Moatize, esse processo que culminou com a "expulsão dos homens de seus lares", conforme Sófocles, ou então, o esvaziamento das sociedades de si próprias, o espezinhamento de culturas, a confiscação de terras, bem como o assassinato de religiões e de práticas identitários, nas palavras de Césaire (1978), tem conduzido inevitavelmente a ampla desestruturação social das comunidades reassentadas e, não só, mas também daquelas que viram a sua rotina de vida modificada, em função da chegada dos megaprojetos.

Assim, o governo e as mineradoras, ao separarem os homens e as mulheres de suas terras para dar lugar aos empreendimentos mineiros, cuja produção se destina ao mercado externo procederam respectivamente, ao aniquilamento das condições materiais e sociais de reprodução das comunidades, considerando que

Tradicionalmente, a terra e o trabalho não são separados: o trabalho é parte da vida, a terra continua sendo parte da natureza, a vida e a natureza formam um todo articulado. A terra se liga, assim, às organizações de parentesco, vizinhança, profissão e credo - como a tribo e o templo, a aldeia, a guilda e a igreja (POLANYI, 2000, p. 214).

Portanto, em face da distribuição desigual dos ganhos e dos prejuízos, num contexto de contínua expansão dos empreendimentos minerários e de outros artifícios de espoliação de terra (o Projeto Prosavana é emblemático) e empobrecimento das comunidades camponesas, principalmente aquelas enclausuradas, naquilo que o governo e a retórica empresarial denominam reassentamentos, a população enseja diversas formas de luta pela terra e pela continuação nela. Stavenhagen (2006) lembra a propósito das diferentes concepções sobre a terra que ela possui distintos significados para diferentes atores. Para as comunidades camponesas e populações tradicionais ela abrange conceitos mais amplos, dos quais a cultura, a religião, locais sagrados, entre outros, ao contrário, dos empreendimentos capitalistas que enxergam a terra somente como recurso produtivo.

Por isso, a terra encerra múltiplas possibilidades de existência que incluem, não só recursos como água, florestas, minerais do subsolo, mas também o sentimento de pertencimento, isto é, a idéia da terra natal, daí que negar o direito a terra é concomitantemente, recusar o direito de existência desses povos, já que ela

é um recurso precioso e elemento essencial para a identidade, entre distintas culturas e sociedades (STAVENHAGEM, *op.cit.*).

Em Moatize, assim como em outros Distritos da Província de Tete ou do país, a chegada da Vale e de outras mineradoras era visto como uma "janela" de oportunidades para a melhoria das condições sociais da população, principalmente a partir da retórica de criação de postos de trabalho e da promoção do "desenvolvimento", isto é, duas estratégias empresariais ou estatais de legitimação dos empreendimentos minerários, no dizer de Montezuma et al. (2016). De fato, essa expectativa é evidente, em algumas falas das lideranças tradicionais, como por exemplo, no discurso de Arnaldo Saize Roia (citado por ROSSI, 2015, p.123), que assinala que, "quando a Vale chegou para acabar com a pobreza, nós ficamos satisfeito com a empresa. [...] Boa vinda a essa empresa, porque vai acabar com o quê? Com a pobreza".

A prática, porém, demonstra que, tanto a promoção do desenvolvimento, a integração social e a participação das comunidades locais quanto à retórica de criação de postos de trabalho não passam de simples estratégias discursivas construídas pelas transnacionais e pelo governo para a legitimação dos grandes projetos de extração do carvão mineral. Com o passar do tempo, no entanto, esses artifícios de manipulação e de controle social exibem suas fissuras e inadequação, com os modos e formas de vida das comunidades camponesas.

Portanto, é nesse âmbito que se deve compreender a essência da disputa de sentidos e a resistência às

Desigualdades ambientais impostas, cerne do crescimento dos conflitos ambientais nestas regiões, desafiando, a identificar e analisar os discursos e estratégias construídas pelos agentes sociais, tanto para a legitimação dos projetos extrativistas como para a contraposição a estes, em defesa das territorialidades construídas (MONTEZUMA et al, *op.cit.*, p. 203).

Assim como no passado, a população moçambicana (sobretudo a do vale do Zambeze) resistiu à barbárie colonial, atualmente, as comunidades afetadas por diversos empreendimentos capitalistas têm se mobilizado de distintas formas para o enfrentamento da ação capitalista materializada em projetos de mega- mineração a céu aberto. Em Moatize, após um período de "boa" convivência entre as mineradoras e a população diretamente afetada, inaugura-se com a manifestação de Cateme, uma nova fase de relacionamento entre as empresas e a população.

Tal mudança decorre, em grande medida, do incumprimento dos principais "acordos", alcançados entre a população, o governo e as mineradoras, durante as consultas públicas, conforme já assinalado. É preciso notar, no entanto, que a "virada" nas relações entre a população e as mineradoras em Moatize acompanha um movimento mais amplo de articulação e mobilização internacional que atinge nos primeiros anos de 2000, sua maior notoriedade, sobretudo em alguns países da América Latina.

Dentre esses países, merece destaque a Argentina que, nos últimos tempos, se tornou num dos principais centros de articulação e mobilização da população contra a mega mineração. No contexto dessas lutas, Scotto (2014, p.41) identifica três etapas de relacionamento entre os grandes empreendimentos minerários e a população: na "1ª) a população pede a criação de empregos; 2ª) reivindica a participação nos lucros da empresa e na 3ª) se mobiliza contra a mineração com substâncias tóxicas".

Assim sendo, diante de várias atrocidades praticadas pelas mineradoras com pouca intervenção das autoridades

A rejeição total à mineração a céu aberto ganha as ruas em 2004 e obscurece as posturas que reclamavam por participação nos benefícios obtidos e aumento de controle. Questionam-se os impactos ambientais (a destruição e saqueio dos *recursos* naturais e a contaminação e os impactos negativos do empreendimento nas economias locais (incompatibilidade da mineração com a agricultura, a criação de gado e turismo). Essa nova posição, majoritária no movimento social, se expressa através de passeatas e manifestações massivas em diversas cidades da região (MACHADO ARÁOZ, 2009, p. 218, grifo nosso).

Na mesma linha de raciocínio Scotto (2014), sobretudo no que diz respeito ao período do início das manifestações, Lorena e Marian (2016, p.114) assinalam que

Desde os princípios de 2000, nasceram diferentes expressões de mobilização nas comunidades que se opuseram ao avanço das atividades mineiras de grande escala em seus territórios. Não foram organizações já existentes as que assumiram esta demanda, sendo que se formaram novos atores sociais, as assembleas de vecinos autoconvocados que se constituíram em principais expoentes das resistências contra a mega mineração na Argentina.

No Brasil, o berço da Vale S.A., a mobilização para o enfrentamento da ordem capitalista contemporânea, integra igualmente vários atores articulados local e internacionalmente em distintas frentes e níveis de organizações. Do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) que luta por uma efetiva reforma agrária, passando pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) que (tem nos trabalhos da Lygia

Sigaud um dos marcos dessa denúncia) questiona o avanço das barragens, para desembocar no movimento Justiça nos Trilhos que atua na denúncia dos problemas socioambientais provocados pela Vale no Pará, diferentes atores (Comissão Pastoral para Terra (CPT), associação dos moradores, estudantes, pesquisadores e Universidades) se mobilizam, com vista a oferecer resistência aos projetos extrativistas e/ou apoiar as comunidades afetadas.

De fato, os movimentos de repúdio às atividades mineiras e suas empresas estão ganhando corpo, espaço e notoriedade no território brasileiro. Milanez e Santos (2014, p.144) situam o "efervescimento"

Dessas organizações, a partir dos meados da década de 2000, os quais estão atrelados ao início do processo de expansão das atividades mineiras e da cadeia metalúrgica. Portanto, é dentro desse contexto que, as organizações em diferentes territórios iniciaram movimentos de resistência a este tipo de projetos. A primeira tentativa de organizar uma rede nacional que aglutine esses movimentos foi proposta pela Rede de Justiça Ambiental do Brasil, visando formar o Grupo de Trabalho Conjunto de Mineração e Metalurgia (GTAMS) em 2007.

Para Gonçalves (2016, p.235, grifos do autor) as ações,

Dos movimentos sociais de luta pela terra, pela reforma agrária e para permanecer no território; as críticas e resistências contra projetos de hidrelétricas, mineração e expansão do agronegócio, os modelos alternativos de produção agroecológica [...] são desafios para permanecer na *terra de trabalho*, pois na medida em que o capitalismo se desenvolve no campo tende a aprofundar as lutas de classe e a relação desigual entre capital x trabalho.

Por isso, "a expropriação dos sujeitos dos espaços da existência e das condições dignas de trabalho para reprodução da vida, lança as classes sociais empobrecidas nas fileiras dos *sem-terra e sem trabalho*" (GONÇALVES, *op.cit.*, 236, grifos do autor). Portanto, foi exatamente isso que ocorreu com a população reassentada em Cateme, 25 de Setembro e em Mwaladzi que, em um passe de mágica, ficou sem terra e, atualmente, sem trabalho.

Diante dessa brutal forma de atuação capitalista que culminou com a introdução de novas formas de uso e apropriação da terra, a população diretamente afetada pelos grandes projetos em Moatize tem se mobilizado, configurando, dessa forma, diversas estratégias de (Re) Existência e de enfrentamento. Para Mendonça (2010, p. 96), a (Re) Existência, surge como resposta às

Transformações no campo, a partir da implementação dos novos sistemas técnicos e tecnológicos, alterando, os modos de vida dos trabalhadores/camponeses. Compreendemos (Re) Existência, como associação da defesa da terra de trabalho às novas ações políticas (protestos, marchas, fechamento de rodovias, ocupação de prédios

públicos) fortalecidas pelas práticas socioculturais. Esse processo possibilitou aos trabalhadores/camponeses a constituição de várias (Re) Existências, seja nas práticas pedagógicas e/ou socioculturais, seja na ação política na luta contra a desterritorialização, na luta pelo acesso a terra e na luta pela reforma agrária, na luta pela água e contra as barragens, configurando a defesa dos territórios da vida.

Em Moatize, dois anos após o "término" do processo de reassentamento dirigido pela Vale e acompanhado pelo governo, suas fissuras, bem como os elementos de conflito vieram à tona. Na pauta contestatória da primeira manifestação, por exemplo, a população exigia a reparação das casas que já no primeiro ano apresentavam rachaduras e infiltrações. Junto a isso, os moradores exigiam terras propícias para produzir alimentos; o cumprimento das promessas, além de denunciarem a atitude arrogante dos empregados da Vale. Porém, nem a Vale Moçambique, tampouco o governo em todos os níveis deu importância às reivindicações feitas, fato que serviu de estopim para a greve ocorrida no dia 10 de janeiro de 2012 em Cateme. Era o início da mobilização coletiva.

Portanto, é como alertou o sociólogo Carlos Serra, no livro *Cólera e catarse: infra-estruturas sociais de um mito nas zonas costeiras de Nampula*, que "pessoas caladas não fazem história. Pessoas com medo não vão para frente, mas geralmente para trás. [Ademais] o sentido da história não está no silêncio, mas na veemência do eco das palavras frontais" (SERRA, 2002, p. 3). De fato, foi o eco das palavras e, sobretudo a ação popular que causou prejuízos econômicos à Vale, obrigando a empresa, junto ao governo a dialogar com a comunidade de Cateme.

De todo modo, a greve dos reassentados que culminou com o bloqueio da ferrovia (Foto 24) representa a ruptura e o início do processo de mobilização coletiva em busca de direitos usurpados. Como se pode perceber nas palavras de uma das reassentadas em Cateme, a população rompeu com a "corda", que a manteve amarrada durante os primeiros meses no reassentamento,

[...] quando dizemos todas as nossas queixas ao secretário permanente, sabemos que não há resposta. Se fecharmos a ferrovia, eles virão até nós. Eles vieram, com certeza e deram-nos um pouco de comida, um mês depois [...] Nós não vimos mudanças com as outras coisas que estamos a reclamar (Maria L. entrevistada pela HUMAN RIGHTS WATCH, 2013).

No contexto dessas lutas, a mobilização coletiva envolvendo cerca de 500 residentes do reassentamento de Cateme que culminou com o bloqueio da ferrovia, é no entender de Gonçalves (2016, p. 239, grifo do autor), uma

Ação de natureza política fundada nas relações de pertencimentos e construída nos processos de luta pelos *territórios da vida e de trabalho*. Expressa a luta pela permanência na terra [...], na luta contra os grandes projetos de mineração, que expropriam milhares de camponeses das suas comunidades.

Foto 24 - Bloqueio da ferrovia que transporta o carvão mineral; Cateme, 2012



Fonte: Jornal O País (2012).

A Vale, mesmo reconhecendo a legitimidade dessa manifestação¹⁹³ solicitou a intervenção do governo provincial para a resolução do conflito entre ela e a população reassentada. Na sequência disso, o governo autorizou a Força de Intervenção Rápida (FIR) para repreender e prender, parte dos manifestantes em Cateme. Portanto, a ação estatal por meio de sua força de repressão, além de expor a sua ligação com o capital, viola também o art.º 51 da Constituição da República.

Sobre o uso da violência do Estado, Ianni (1981, p. 64) recorda que, nos marcos da produção capitalista, tanto a burocratização das condições de

¹⁹³ É interessante notar que, apesar de a Vale Moçambique não cumprir as suas obrigações para com as famílias reassentadas em Cateme e 25 de Setembro, foi o diretor da Vale para África, Austrália e Ásia, Ricardo Saad, quem reconheceu a legitimidade da manifestação e disse: "as pessoas reclamaram com certa razão. Uma das lições aprendidas é que a gente não se preparou para o dia seguinte. As pessoas mudaram e, no dia seguinte, faltou transporte. Então como as pessoas poderiam vir aqui na Vila, trazer seus produtos ou comprar? A bomba de água quebrou. No dia seguinte, quem vai consertar a bomba? O governo não se preparou bem, a gente não se preparou bem. O apoio às famílias precisa ter sido melhor" (SAAD, citado por ROSSI, 2015, p.130).

organização e das exigências necessárias para a realização da greve ou da manifestação quanto à repressão, são técnicas de dominação política, sendo a última, uma das principais estratégias para o "aumento da eficácia e do controle dos governantes, que transformam o Estado em agências de assistencialismo, antes do que órgãos de defesa das reivindicações econômicas e políticas das massas".

Contudo, nem mesmo a repressão dos manifestantes foi capaz de impedir novos focos de manifestação. Sob as cinzas da reivindicação de Cateme, entre 2013 e 2014 houve duas manifestações envolvendo os produtores de tijolos e a Vale Moçambique. Tal conflito que culminou com o bloqueio do acesso à mina de carvão da Vale, tinha como principal ponto de contestação, a renegociação do valor de indenização pago aos oleiros pela paralisação das suas atividades.

Para Rossi (2015, p.136-137) a manifestação dos oleiros contra a Vale, expressa a insatisfação deles em relação aos montantes pagos pela empresa, pois,

Durante três anos, os produtores de tijolos não protestaram. Até que a mineradora a Rio Tinto, concorrente da Vale, se instalou em Moatize e indenizou com um valor superior os oleiros que estavam na sua área. Sentindo-se enganados, os que foram removidos pela empresa brasileira começaram a contestar os 60 mil meticais recebidos.

Sem resposta conclusiva da Vale, os oleiros resolveram protestar naquele abril de 2013 e fecharam as entradas da mina. Por ação dos oleiros, a mineradora brasileira ficou sem operar naquele dia. Ninguém entrou na mina. Nem a embaixadora do Brasil, Lígia Scherer, que embarcou em um avião para Tete justamente no dia do protesto. A polícia foi chamada e no final da tarde começou um confronto. Refo [um dos líderes da manifestação] foi logo preso. Depois da detenção, as forças policiais dispararam balas de borracha para dispersar os manifestantes.

Seguindo o exemplo dos moradores reassentados em Cateme e dos oleiros, no dia 12 de maio de 2015, cerca de 500 famílias dos povoados de Cassoca, Luane, Dzinda, Posto Administrativo de Chirodzi, diretamente afetadas pelas atividades da Jindal África paralisaram as atividades da empresa, protestando contra a violação de seus direitos e o incumprimento das promessas feitas no ato da instalação da empresa (Foto 25).

Foto 25 - Manifestação protagonizada pela população de Chirodzi contra a mineradora Jindal África, maio 2015



Fonte: Justiça Ambiental (2015) e Jornal @Verdade (2015).

Em pauta, a população exigia entre outras coisas a realização do

Reassentamento, terras para a prática da agricultura, emprego e melhores condições de vida, que de um modo geral, estão até hoje em falta. Tal situação é agravada pelo fato dessas comunidades viverem dentro da área de concessão da mina, sujeitas a condições de vida desumanas e estarem completamente expostas a todos os impactos que advém da operação da mina. Estas famílias, dizem que respiram ar poluído pela permanente nuvem de carvão gerada pela operação da mina e suas explosões, alegam igualmente, consumir água contaminada e dizem dispor de cada vez menos terra para a prática da agricultura, sua única fonte de subsistência (BATA, BARREIRA e ALMEIDA, 2016, p.106).

Dessa forma, além das convencionais formas de (Re) Existência (passeatas ou manifestação de rua, bloqueio das vias de acesso às minas e a ferrovia) a população reassentada em Cateme e, em Mwaladzi, principalmente tem optado também pelo retorno às antigas aldeias, de onde foram retiradas inicialmente. Nelas, os regressados retomaram as suas antigas atividades de subsistência, como por exemplo, a produção de tijolos e a agricultura.

No entender deles essa é também uma das formas demonstrarem o seu descontentamento com as condições de vida nos reassentamentos e, sobretudo, pelo incumprimento das promessas feitas durante a fase das consultas públicas. De fato, a fala de um dos regressados é elucidativo disso e afirma

[...] em Chipanga ainda *não voltamos completamente, só começamos a fazer tijolos, os que estão a voltar são aqueles de Malabwe, lá em Cateme eles abandonaram casas para irem a Malabwe*. Nós estamos a voltar para fazer tijolos porque a Vale prometeu nos dar uma indenização para tentarmos fazer a vida de outra maneira, agora com esse atraso de não nos pagar, uma vez que já não podemos esperar por muito tempo sem fazer nada nós estamos a voltar para fazer tijolos. Os funcionários da Vale passam sempre daqui e perguntam o que estamos a fazer aqui. Nós os mandamos irem dizer aos chefes que nós já estamos a voltar para nossas terras (Interlocutor V, Chipanga, entrevistado por CHIZENGA, 2016, p.140, grifos do autor).

Portanto, mesmo repreendidos pela ação policial ou neutralizados pelo discurso do Estado e das empresas, essas formas de contestação, simbolizam a luta articulada entre distintos atores contra, a expropriação de terras camponesas e, sobretudo a mercantilização de suas vidas. Nesse sentido, tem sido fundamental a participação ativa de algumas Organizações da Sociedade Civil (OSC), como a Justiça Ambiental, a Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais, organizações religiosas, acadêmicos e outros atores que se mobilizam não só em defesa das comunidades, ou melhor, na luta por direitos e condições de vida dignas, mas também na resistência contra outros projetos de grande dimensão.

Tendo em vista isso, concorda-se com Lang (2011, p. 8) ao dizer que, os

Movimentos sociais do Sul global não só resistem ao contínuo ataque de acumulação por despossessão, mas também expressam a urgência de buscar alternativas fundamentais ao sistema atual. Urgência, sim, porque a destruição do planeta sob o mantra do crescimento econômico é cada vez mais acelerada, uma vez que a lógica dos mercados financeiros exige ganhos em termos absurdamente curtos.

E, no caso de Moatize, apesar da violência do Estado e de outras formas de controle da população, o balanço dessa luta coletiva, aponta que houve significativas vitórias, porque, além da reparação das casas, a mobilização em curso despertou não só a atenção da sociedade civil moçambicana, mas também forçou à Comissão de Petições da Assembleia da República deslocar-se à Moatize para junto da Vale e da comissão dos moradores reassentados discutirem os problemas do reassentamento.

PARTE 5 É HORA DE RECOMEÇAR¹⁹⁴

¹⁹⁴ Subtítulo apropriado da poesia de Bráulio Bessa.

1 "A MINHA CASA ERA DE PALHA, MAS VIVIA BEM": notas para o prolongamento do debate

Quando a vida bater forte e a sua alma sangrar, quando esse mundo pesado lhe ferir, lhe esmagar, é hora do recomeço

Recomece a lutar

Quando tudo for escuro e nada iluminar,
Quando tudo for incerto e você só duvidar, é hora do recomeço

Recomece a acreditar

Quando a estrada for longa e o seu corpo fraquejar,
Quando não houver caminho e nenhum lugar pra chegar, é hora do recomeço

Recomece a caminhar

Quando o mal for evidente e o amor se ocultar,
Quando o peito for vazio e o abraço faltar, é hora do recomeço

Recomece a amar

Quando você cair e ninguém lhe amparar
Quando a força do que é ruim conseguir lhe derrubar, é hora do recomeço

Recomece a levantar

E quando a falta de esperança decidir lhe açoitar, se tudo que for real for difícil suportar, é hora do recomeço

Recomece a sonhar

Enfim, é preciso um final para poder recomeçar, como é preciso cair pra poder se levantar...

(Recomece, Bráulio Bessa, poesia com rapadura).

Ao tomar por emprestado a poesia de Bráulio Bessa para pautar nosso raciocínio nessa parte da pesquisa, nós o fizemos, considerando algumas premissas dentre as quais se assinalam as seguintes: *todo o fim tem no seu bojo seu próprio começo e todo o apogeu tem no cerne, seu declínio*, ou como diria Bessa, *é preciso um final para poder recomeçar*. Nascido no Ceará, região Nordeste do Brasil, Bráulio lembra-nos, a todo o instante, de que cada etapa que termina suscita um novo recomeço; mais rojado e disposto para encarar a nova fase que, por vezes, é mero prolongamento da fase anterior, porém em outras dimensões e/ou com novos olhares. E esse é, certamente, o caso da pesquisa.

Entre lutar, acreditar, caminhar, amar e sonhar; Bessa propõe cinco extensões (juntas ou cada uma em seu próprio momento) que são as virtudes que

devem pautar a nossa prática social e cotidiana. Assim como na poesia, na pesquisa, também, foi necessário *acreditar, lutar, caminhar* e, sobretudo, *sonhar*. Tal conflito que não se dirime com a tese de doutorado, pelo contrário, ele se aguça demandando de nós maior envolvimento e comprometimento com os homens, as mulheres e as crianças, cujos direitos foram cerceados pela ação combinada do Estado e do capital. Por isso, concorda-se com Gonçalves (2016, p. 467), quando afirma que a "conclusão da tese significa uma travessia".

Mesmo não adotando a expressão conclusão, em função da convicção de que a pesquisa que realizamos não abarcou todas as dimensões, sobretudo em se tratando de uma temática tão volátil quanto à mineração e, particularmente, pelos desafios que *espreitam* e que, de alguma forma, pautarão nossa prática profissional; acreditamos, porém que esse momento representa, em vários aspectos, uma *travessia*, tanto acadêmica, social, como profissional. Daí que optamos em dizer *notas para o prolongamento do debate*.

Debate esse que não se inicia na introdução, tampouco na primeira parte da pesquisa, mas perpassa as cinco partes que compõem esse estudo e se *derramará*, com certeza, por toda a vida profissional e social. Para privilegiar esse debate, procuramos, a partir da disposição dessas partes, não só demonstrar a articulação entre elas, mas também evidenciar a concatenação e/ou o encadeamento lógico entre distintas etapas e processos que, reunidos possibilitaram-nos compreender os efeitos espaciais dos megaprojetos de extração do carvão mineral em Moatize, a partir do exame de suas contradições, principalmente, sobre a estrutura espacial, portanto, o objetivo central da pesquisa.

Sem adotar uma concepção *etapista* da história, no dizer de Gonçalves (2016), buscamos, nesse arranjo, identificar aspectos específicos que forneçam pistas para a compreensão da situação atual do país, que acreditamos ser resultado do encontro e (des) encontro de tempos, processos e culturas ao longo da história de Moçambique. De fato, ao examinarmos o processo de formação territorial e social do país, foi possível notar a existência de pelo menos três etapas, ligadas uma à outra, nas quais a mineração sempre esteve presente; o que nos permite dizer que ela é parte constitutiva do atual território nacional. Ou melhor, entender a história da mineração é um dos caminhos para compreender Moçambique, sobretudo na sua contemporaneidade.

(i) a primeira, que invoca o período dos reinos e impérios africanos decorrente das migrações Bantu, na qual a necessidade de proteger as áreas ricas em ouro criou condições para o surgimento das muralhas do Grande Zimbabwe;

(ii) a segunda, marcada pela presença colonial em Moçambique, formalizada na Conferência de Berlim, cuja característica fundamental foi a divisão do país em áreas de interesse colonial, sendo: o Sul, sobretudo as províncias de Gaza e Inhambane reservadas ao recrutamento da força de trabalho para as minas e plantações na África do Sul e o Centro e Norte, quase que na sua totalidade, alugado às Companhias de Moçambique e do Niassa, todas de capitais estrangeiros. É o que designamos primeira etapa de inserção do país na economia regional e mundial.

Tal como dissemos, desde o período colonial, Moçambique foi estruturado para servir ao mercado externo, quer pela introdução de culturas obrigatórias (de modo intenso a partir de 1930), como sisal, algodão e outras, quer por meio da migração da força do trabalho, servindo, assim por dizer, de *coluna vertebral* do capitalismo britânico presente na Rodésia do Sul, Niassalândia e na África do Sul. Considerando esse quadro, concorda-se com Wuyts (1980), quando afirma que Portugal nunca conseguiu moldar a colônia de Moçambique, em função das suas próprias necessidades de acumulação de capital, o que justifica a inserção da formação social moçambicana no interior do subsistema da África Austral, no qual o capitalismo sul-africano é o alicerce.

(iii) a terceira fase, que se inicia com a independência e se fortalece com a introdução dos programas de ajuste estrutural, no final da década de 1980, e que culminou com a renúncia ao socialismo, oferece aportes significativos para a compreensão dos arranjos de toda a ordem ocorridos em Moçambique. Essa etapa, que nasce sob o espectro da crise estrutural do capitalismo, testemunha, em nível mundial, ao movimento de transferência de capitais das regiões tradicionais para outras que ofereçam vantagens comparativas e possibilidades de aplicação mais rentável dos lucros produzidos em outras regiões, conforme assinala Harvey (2005).

Por isso, o ajuste espaço-temporal é segundo Harvey (2006, p. 98), uma

Metáfora das soluções para as crises capitalistas através da suspensão temporal e da expansão geográfica. A produção do espaço, a organização de novas divisões territoriais de trabalho, a abertura de novos e mais baratos complexos de recursos, de novos espaços dinâmicos de acumulação de capital em formações sociais preexistentes fornecem diversos modos de absorver os excedentes de capital e trabalho existentes.

Sem resolver, por definitivo, as crises que se formam ciclicamente dentro do próprio capitalismo e permanecendo *bastante fiel; semelhante a si mesmo*, no dizer de Braudel (1980), o capitalismo conserva a sua essência apesar de poder mudar várias vezes suas baterias. Tal mudança que representa, em tese, a passagem de um ciclo para outro, implica, frequentemente, a alteração das estratégias de acumulação que trafegam entre a adição de mais espaços, até então, não inseridos no circuito da produção capitalista e o abandono de outros menos rentáveis. Uma das consequências mais visíveis desse processo é o desemprego. Mas não nos iludamos! O desemprego não é indesejável dentro do capitalismo, ao contrário, ele é uma ferramenta hábil que permite impor condições e/ou relações de trabalho precário, socialmente injusto, além de poder *inchar* o exército da força de trabalho excedente e pronta para ser alistada sob quaisquer condições; é disso que resultam, por exemplo, os designados *boias-frias*.

Contudo, se a destruição das formas de produção pré - capitalistas e a adição de novos territórios não dá conta de resolver, por definitivo, as crises, ela possibilita, ao menos, o seu adiantamento, mediante a introdução de instrumentos próprios, como por exemplo, o neoliberalismo que possibilitou, de diversas formas, o controle de bens minerais, água, terra arável, fontes de energia, ou seja, o controle do chamado complexo de *commodities* (MOYO, 2013). Por outro lado, a internacionalização e a valorização do capital, etapa essencial no processo de mundialização do capital, no dizer de Chesnais (1996) marca o início de uma nova fase de desenvolvimento capitalista e nas relações entre o "centro e a periferia", dentro do sistema-mundo comandado atualmente pela empresa transnacional.

Como novo regente da orquestra, ator político e econômico importante, a empresa transnacional (CHESNAIS, 1996) vai introduzir, via investimento direto estrangeiro, conflitos entre Estados nacionais, ao mesmo tempo que irá impor novos desafios ligados à organização interna dos Estados. Esses conflitos, mesmo sem assumir o caráter de guerra ou confrontação direta, os países "pobres" passam a competir, entre si, para atrair mais IDE recorrendo, por vezes a condições extra-econômicas que não vê limites sociais e ambientais, portanto, uma espécie de *dumping* social, conforme Carneiro (2016). Os países "centrais", por sua vez, passam a intensificar os mecanismos de controle e de apropriação dos bens estratégicos, minerais, água, terra arável e poços de petróleo e gás, na grande

maioria, localizadas nos países do designado Sul Global. É o processo de securitização dos recursos, favorecido pelo desenvolvimento do complexo militar-industrial (MÉSZÁROS, 1989).

Concomitante à atuação da empresa transnacional, ocorre, também, a *formatação* do Sul (LECHINI, 2013), assim como surgem novos atores, ou melhor, o velho e o novo se diluem, formando novas coalizões que conta nessa fase da internacionalização do capital não só com os tradicionais poderes do Estado, mas também com a atuação de pequenos grupos de poder local que exercem pressão sobre o governo e o Estado. É a denominada burguesia nacional que, de acordo com Fanon (1968) está empenhada na defesa dos seus interesses imediatos e não consegue olhar para além do próprio nariz. E no caso de Moçambique, é esse restrito e abastado grupo que tem se beneficiado, majoritariamente, da presença dos consórcios transnacionais que extraem bens minerais, com ênfase para o carvão mineral de Moatize e de Chirodzi.

Portanto, concorda-se plenamente com Albo (2006, p.136), quando diz que

Na medida em que os estados garantem as condições extra-econômicas necessárias para a acumulação e a reprodução social, a internacionalização do capital afetará a forma social e a organização do estado. Os aparatos internos de política econômica se tornarão crescentemente subordinados àqueles que são responsáveis pela internacionalização do capital. Assim, todo o estado estará condicionado pela competição internacional, o que Leo Panitch chamou de internacionalização e mediação da acumulação internacional pelo estado. A capacidade de cada estado de mediar a competição internacional será determinada por sua capacidade administrativa e diplomática, sua posição na cadeia imperialista e suas relações de classe internas.

Com uma posição subordinada, tanto na Divisão Regional do Trabalho quanto na Divisão espacial e Internacional do Trabalho, tal como já tinha notado o Presidente Samora Machel em 1979, Moçambique entra para a nova (des) ordem mundial construída nas franjas do processo de reestruturação produtiva do capital, como fornecedor de produtos primários (de baixo valor agregado) e reserva quase inexaurível da força de trabalho para a África do Sul e a Rodésia do Sul. É disso que resultou, também, a inserção de Tete na economia capitalista colonial rodesiana.

Há que ressaltar que a nova etapa de inserção do país na economia mundial, iniciada com as reformas no contexto dos programas de ajustes estruturais, representa, em verdade, uma reinserção, visto que Moçambique já era fornecedor de matéria-prima e da força de trabalho desde o período da ocupação efetiva. Trata-se mais de um reingresso, porém com novos atores, do que propriamente uma nova

inserção, bem como a transferência do centro de acumulação capitalista, até então, concentrado na empresa estatal para o empreendimento privado. Seja como for, o que há de mais significativo nessa fase é que o país passou a ser organizado e/ou reorganizado, em função dos interesses do capital estrangeiro e/ou das nações que estão no "centro" do sistema-mundo e sob o controle perpétuo do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, que tem na Organização Mundial do Comércio (OMC), (órgão no qual Moçambique é membro desde 1995), seu braço forte.

Além do *surto* da privatização que abalou o país; a sede por investimentos, condição para o "desenvolvimento", segundo a retórica governamental abriu as *veias* para a inserção perversa do capital estrangeiro em forma de investimento direto estrangeiro concentrado, preferencialmente, no setor extrativo de bens minerais. Aliado à renúncia ao socialismo, cujo ato formal foi à publicação da nova Constituição da República em 1990, a revisão da legislação sobre a terra; sobre o investimento estrangeiro, sobre minas e, principalmente a criação de nova legislação e de algumas instituições, como por exemplo, o Centro de Promoção de Investimentos, garantiu as condições materiais e legais para a inserção decisiva do capital estrangeiro em Moçambique.

Portanto, é evidente, que há uma nova estratégia geopolítica que busca deslocar a produção, até então, concentrada na Europa para novos territórios, ricos em bens naturais, com incentivos fiscais, com fraca legislação ambiental, trabalhista e sobre os direitos humanos. Esse processo (em curso) se fortalece com a reestruturação produtiva do capital cuja marca principal é a atuação de grandes corporações transnacionais que buscam, nos países "pobres", impor sua própria lógica de produção orientada, exclusivamente, para o lucro, sem se importar no, mínimo, com os efeitos socioambientais de suas atividades.

Porém, a inserção do capital não poderia ter ocorrido nessa fase do pós Segunda Guerra Mundial, sem a aliança com os Estados nacionais, os *de dentro* no dizer de Bond (2007), é a aliança entre o Estado e o capital. Por isso, os rearranjos políticos e financeiros, em escala mundial, demandaram internamente profundas alterações, tanto do ponto de vista da linha de orientação político-ideológica do Estado moçambicano quanto em termos da legislação, com vista a captar/atrair e resguardar o investimento estrangeiro. Com efeito, a partir da revisão da legislação da terra, propriedade do Estado, desde a sua nacionalização em 1975/6; o Estado

criou as condições legais para regular e/ou decidir por quem e como deve ser usada a terra. É nisso que reside, em parte, o papel do Estado nesse emaranhado processo de refuncionalização de alguns lugares, com vista a atender as necessidades expansionistas do capital. É essa a tese que se buscou demonstrar e comprovar ao longo da pesquisa.

Na senda desse processo, o Estado procedeu também à revisão da legislação de minas, amparado na premissa de que "os *recursos* naturais situados no solo e no subsolo, nas águas interiores, no mar territorial, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, são propriedade do Estado", conforme determina o art.º 98 da Constituição da República (MOÇAMBIQUE, 2004, grifo nosso). De forma inequívoca, na lei de minas n.14/2002, revogada pela lei n. 20/2014, o legislador decreta que "o uso da terra para as atividades mineiras tem prioridade sobre todas as formas de uso e aproveitamento da terra, sempre que os benefícios sociais forem superiores e desde que, isso seja precedido pelo pagamento de uma justa indenização (MOÇAMBIQUE, 2002)".

Sem explicitar o quê é e quais são os "benefícios superiores", o Estado não esconde, porém, a importância atribuída à mineração em relação às outras formas de uso da terra. Em verdade, o discurso sobre a vitalidade da mineração para o "desenvolvimento" do país vem sendo elaborado, desde a lei de minas n. 2/86, a primeira após a independência. Deste modo, a partir desses elementos, concorda-se com Scotto (2011, p.3) quando afirma que os conflitos socioambientais que nos últimos anos, assolam algumas regiões do mundo, com ênfase para a América Latina e a África, devem ser analisados considerando o papel dos Estados nacionais. É preciso, pautar o olhar para além das consequências do aumento do influxo do investimento estrangeiro nessas regiões e/ou países e passar a analisar atentamente "o papel do Estado, dedicado a regular a propriedade, o acesso e a exploração dos recursos minerais". Portanto, é como sugere Braudel (1987), olhar sempre para o fundo do poço, até a massa profunda da água.

De fato, ao olhar para o *fundo do poço*, percebemos que as transformações em curso no país, cuja notoriedade se dá, a partir dos programas de ajustes estruturais, resultam de decisões e/ou eventos à escala mundial. Ou seja, é resultado direto ou indireto de forças cuja gestação ocorre à distância, no dizer de

Santos (1997) que, internamente, conta com a atuação do Estado em diversas frentes e em todos os níveis.

Nesse sentido, valendo-se daquilo que Chaveiro (2005) denomina teoria dos símbolos (o discurso), presente em toda ação humana (trabalho, poder, habitat, gestos, paixões, expressões espaciais, ideologias e aliciamentos), ou então, do poder da palavra que de acordo com Silva (2008), pode ser tanto lágrima e sorriso e charrua que prepara terreno-alma, quanto micaia que fere e faz sangrar, o Estado procura, a partir do discurso do desenvolvimento induzido pelos megaprojetos de mineração, construir os *consensos* necessários à instalação desses empreendimentos. Paralelo ao discurso de desenvolvimento, erguem-se *fortalezas ideológicas* condensadas em expressões como: apóstolos da desgraça; falta de patriotismo e tagarelas, cuja finalidade é criar a chamada *lealdade cívica*, no dizer de Bassey (2015) e, sobretudo, *combater* os que questionam o padrão de desenvolvimento adotado pelo Estado.

Portanto, com o discurso de desenvolvimento e da criação de empregos, preferencialmente, para a população local, o governo e as corporações transnacionais esforçam-se para conferir racionalidade ou, então, dar visibilidade e dizibilidade aos megaprojetos (FOUCAULT, 1996).

Mas há que concordar plenamente com Braudel (1987) quando propõe que se olhe para o *fundo do poço*, de modo a descobrir, nas sutilezas de cada processo, sua própria essência, pois como se disse, a palavra e/ou o discurso somente preparam o *terreno-alma* ou dão visibilidade aos megaprojetos, mas não tocam na essência desses empreendimentos. No campo, a implantação desses projetos implica a expropriação das comunidades ditas "anfitriãs"; forçadas a deixar suas terras e lugares para ir para novos espaços, denominados reassentamentos, na sua maioria, sem as mínimas condições de sobrevivência, nem projetos destinados à restauração dos meios de vida perdidos, em função do deslocamento. É a lista dos conflitos socioambientais.

Adentrando nesse campo, em Mwaladzi, por exemplo, uma das nossas interlocutoras não escondeu a sua insatisfação em relação ao *cerceamento* da vida e todos os problemas da vida do e no reassentamento. Numa só frase disse: *a minha casa era de palha, mas vivia bem*. Aparentemente simples, a fala da dona L., encerra um conjunto de males decorrentes desse deslocamento, tais como: a falta

de terra propícia para a prática da agricultura, a escassez de água que culminou com a greve de água, a falta de emprego, a perda de algumas fontes de renda, dentre outros problemas que eivam a vida no e do reassentamento.

Mas afinal *o quê é viver bem?* Para ela, viver bem *não é ter casa bonita, é encher o estomago*; oportunidade essa que muitas famílias reassentadas em Mwaladzi não só, mas também em Cateme e 25 de Setembro não conseguem. Portanto, é como disse, apropriadamente, um dos moradores de Cateme entrevistado por Chizenga (2016), que *casa de pedra não mata fome*, ou então, como foi colocado por uma das residentes de Mwaladzi entrevistada pela Human Rights Watch (2013), que *o que é uma casa sem comida?*

Com efeito, além dessas limitações, tanto em Mwaladzi, como em Cateme as comunidades reassentadas afirmaram que pagam valores monetários para sepultar seus entes-queridos no cemitério de Cateme. Embora haja um cemitério em Mwaladzi, a comunidade não pode usá-lo, pois, até outubro de 2016, não tinha sido realizada a cerimônia tradicional/inauguração. Conforme se pode entender no trecho de entrevista a seguir, em casos de morte de um familiar

[...] você tem que vender qualquer bem que acha que este é de valor. Se é congelador [freezer] vou vender para custear as despesas. Vou no Cateme e Cateme cobra 1500 meticais, adulto e 750 meticais, criança e uma galinha e xima [farinha de milho], não é isso? [Para enterrar?] Sim para enterrar sim. E a pessoa do carro que vai carregar a urna para lá, também precisa ser pago. Em Capanga não! Tem cemitério aí [Foto15], nós não precisávamos de carro para carregar a urna até ao cemitério. Homens pegavam o caixão, estamos a ir caminhando nem 10 km, nem 2 km, aquilo é 100 metros estávamos dentro do cemitério, estamos a ir enterrar nosso irmão e voltamos para casa (Entrevista com a dona L. membro do Fórum comunitário de Mwaladzi; outubro 2015).

Assim como no período pré-colonial e após a ocupação efetiva, na atualidade, o culto aos antepassados continua sendo uma prática comum entre as famílias rurais moçambicanas, o que nos permite situá-lo como elemento fundamental na formação territorial e social do país.

De resto, entre promessas de emprego garantido, seguro e duradouro, indenização justa, terra para produzir, projetos de rendimento e casa de pedra, considerados na linguagem empresarial, grandes benefícios para as comunidades diretamente afetadas por seus projetos, o capital conseguiu, uma vez mais, criar a ilusão de que uma vida melhor viria com o reassentamento, sem deixar de ser competitivo, nem sacrificar as oportunidades de investimentos, tampouco aumentar os custos e/ou colocar em causa os lucros, conforme assinala Marques (2015). Para

o governo, por sua vez, tais aspectos consubstanciam a premissa de que os reassentamentos devem melhorar os níveis de vida da população, mas que a realidade do campo mostra um cenário diferente. Ou seja, não há, no nosso entender, a melhoria de vida, não obstante alguns ganhos superficiais, que devem ser considerados como simples esforços de compensação pelos danos e não propriamente benefícios do reassentamento.

No entanto, como a *territorialização do capital* implica a interferência no mundo dos sujeitos, seja "desenraizá-los, alterando seus modos de vida, interferindo nos valores políticos, sociais, econômicos e culturais, nos símbolos e nas representações, conforme diz Calaça (2013, p.26, grifo do autor)", a inserção dos megaprojetos em Moatize não poderia ser diferente, afinal estamos falando da inserção do capital, com todas suas objetivações e determinações (MÉSZÁROS, 2011).

De fato, além da natureza excludente ou pouco abrangente das sessões de consulta pública, a não disponibilização de informação ou a desinformação, no dizer de Silva (2004), somado ao não cumprimento integral das promessas feitas durante esse período, constituem as principais razões de conflito entre a população e as mineradoras. Outro veio de conflitos (ainda que velado) entre os moçambicanos e as transnacionais, sobretudo trabalhadores, é a utilização massiva da força de trabalho estrangeira (brasileiros, sul-africanos) que são, geralmente, os mais privilegiados, tanto em salários que auferem quanto para assumirem cargos de direção. Sabe-se, por exemplo, que a compra de equipamentos/máquinas brasileiras, a contratação de brasileiros, bem como a remessa de capitais para o Brasil, é a contrapartida do financiamento ofertado, pelo BNDES e pelo Banco do Brasil para a expansão ou internacionalização das empresas brasileiras.

Mas é preciso reconhecer, também, que no período em que foram assinados os primeiros contratos de concessão mineira, o país não possuía em quantidade e, talvez em qualidade, gente capacitada nessas áreas. Seja como for, percebe-se que o conflito entre as mineradoras e a população exacerba-se, não só devido às diferentes concepções sobre a terra, o que pressupõe diferentes formas de seu uso, mas também devido ao cercamento de alguns bens vitais, como por exemplo, as matas para o corte da lenha, o fabrico de tijolos, a produção do carvão vegetal e/ou

a coleta de frutos silvestres que fazem parte da dieta alimentar dessas comunidades.

Valendo-se da categoria efeitos derrame, Gudynas (2016) aponta, como fator que alimenta tais conflitos, a *flexibilização social*, isto é, a redução dos níveis de segurança e qualidade nas frentes de trabalho, a redução dos direitos sindicais, os baixos salários, longas jornadas de trabalho; tolerar uma má qualidade de vida para as comunidades locais e próximas aos empreendimentos resultando, quase sempre, na contaminação da água, solos e alimentos. Alguns desses aspectos são evidentes em Moatize e afetam, sobretudo, aos trabalhadores, a população do bairro da Liberdade, no qual se localiza o Terminal de carvão de Moatize, bem como a população do bairro de Bagamoyo, área de expansão da mina II, propriedade da Vale Moçambique.

Na verdade, o efeito derrame dos megaprojetos de carvão mineral em Moatize permite-nos lançar o olhar para além das comunidades reassentadas em Cateme, 25 de Setembro e Mwaladzi, analisando, assim, os efeitos desses empreendimentos em outras dimensões: política, econômica e social, com ênfase na saúde dos residentes de Moatize. Nesse contexto, a construção da ponte Kassuende, a elaboração do novo Plano diretor da cidade de Tete, a submissão do pedido de ampliação/expansão dos limites territoriais da Vila de Moatize, o encarecimento da vida, o aumento da prostituição; a criação em nível da Direção Provincial dos "Recursos" Minerais em Tete do departamento jurídico, da inspeção provincial do ambiente, somente para citar alguns exemplos; sinaliza os rearranjos institucionais e espaciais para atender a demanda produtiva dos megaprojetos de mineração em Tete.

Assim, cansada de ver e assistir, passivamente, aos trens de carvão que atravessam seus territórios e desaparece no horizonte, a população reassentada em Moatize, enseja novas estratégias para o enfretamento do capital. Recolocam-se, em outros termos e dimensões, as antigas linguagens proverbiais (*azungo* e *ncenga*), isto é, água e areia, nas palavras de Maia (2015) usadas para resistir à barbárie colonial e assume-se uma posição mais hostil em relação aos megaprojetos. Para tal, colocam-se barricadas nos trilhos, bloqueia-se a via que dá acesso à mina, ou, então, enfrentam-se, *no olho*, os dirigentes das mineradoras que,

conforme lembra Marques (2015), não podem se permitir subordinar suas metas empresariais ao imperativo socioambiental.

Numa só palavra, a população contesta a injustiça socioambiental, cujos símbolos são, no dizer de Zhouri e Laschefski (2010), a exclusão no chamado desenvolvimento, o direcionamento do ônus desse desenvolvimento para a população. Portanto, nos três reassentamentos em Moatize está em curso o processo de empobrecimento das comunidades, em função dos problemas como: o acesso a terra, acesso ao trabalho, a marginalização, soberania alimentar, desarticulação social, apenas alguns aspectos que conduzem a isso.

Longe de encerrar o debate, buscamos, com essa leitura panorâmica da pesquisa, assinalar alguns pontos importantes. De resto, apesar das dificuldades que permearam a realização da pesquisa, principalmente a coleta de dados empíricos, acreditamos ter alcançado os objetivos propostos, o que não equivale dizer que o estudo abarcou todas as peculiaridades dos megaprojetos de extração do carvão mineral em Moatize, nem que a discussão sobre essa temática esteja encerrada. Pelo contrário, pesquisas dentro da temática prosseguirão concomitante à construção de novos olhares, ao refinamento de algumas ideias; afinal, o interesse pela mineração vem já desde o mestrado e, certamente, prosseguirá nos próximos anos é, assim por dizer, nossa agenda de pesquisa.

Sendo essa uma *travessia*, acreditamos que os quatro anos dedicados à pesquisa não só foram marcados por momentos de angústia, sobretudo durante a fase da redação da tese, mas também por momentos bons e de aprendizagem. O que há de mais significativo em tudo isso foi à construção de novas parcerias e/ou o fortalecimento de outras preexistentes, mas, principalmente, foi poder perceber que as nossas escolhas, que são escolhas políticas espelham a forma como se pensa e se olha o mundo, ou melhor, a visão que se tem sobre o papel da ciência na transformação social. Por isso, acreditamos ser esse (a pesquisa) um contributo singelo para o país, sobretudo em se tratando de uma nação "periférica", no qual os desafios colocados pela nova (des) ordem mundial exigem esforços redobrados, conjuntos, bem como novos engajamentos políticos, mas sempre, pautados na luta pela transposição da ordem vigente - a ordem capitalista.

REFERÊNCIAS

- ABRAHAMSSON, Hans e NILSSON, Anders. **Moçambique em transição**: um estudo da história do desenvolvimento durante o período 1974-1992. Maputo: CEEI-ISRI e Padrigu, 1994. 234p.
- ACSELRAD, Henri. Introdução: o debate sobre cartografia e processos de territorialização - anotações de leitura. *In*: ACSELRAD, H.; GUEDES, André D., MAIA, Laís (Orgs.). **Cartografias sociais, lutas por terra e lutas por território**: um guia de leitura. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano e Regional, 2015. p.8 - 29.
- _____. De “bota-foras” e “zonas de sacrifício” – um panorama dos conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro. *In*: ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflito Social e Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 25 - 35.
- ADAMS, Yussuf, DAVIES, Robert, HEAD, Judith. Mão - de- obra moçambicana na Rodésia do Sul. **Estudos moçambicanos**, p. 59-72.1981.
- ADAMS, Yussuf. Guerra, fome, seca e desenvolvimento: lições de Changara, Moçambique. Maputo. **Arquivo** (Moçambique). v.10. 1991. p.185- 2017.
- AFONSO, Rui S. **Recursos minerais da república de Moçambique**: contribuição para o seu conhecimento. Lisboa- Maputo: Instituto de investigação científica tropical- Centro de Geologia e Direção Nacional de Geologia.1993. 149p.
- AFRICAN DEVELOPMENT BANK. **African economic Outlook 2013**: structural transformation and natural resources. 2013. 359p.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). Carvão mineral. Cadernos 8, Brasília, ANEEL, p. 1-8. 2002.
- ALBO, Gregory. A velha e a nova economia do imperialismo. *In*: LEYS, Colin; PANITCH, Leo (Edit.). **O novo desafio imperial**. Buenos Aires: CLASCSO. 2006. p.127-159.
- ALEM, Ana Claudia, CAVALCANTI, Carlos E. O BNDES e o apoio à internacionalização das empresas brasileiras: algumas reflexões. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 43-76, dez. 2005.
- ALENTEJANO; P. R. R.; ROCHA LEÃO, O. M. Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 51-69, jul. 2006.
- ALFREDO, Benjamim. Alguns aspectos do regime jurídico da posse e do direito DE uso e aproveitamento da terra e os conflitos emergentes em Moçambique. 2009. 317f. Tese (Doutorado em Direito) UNISA. Africa do Sul. 2009.

ALMEIDA, A. W. D. de. Os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia do desenvolvimento. *In*: MAGALHÃES, S. B.; BRITTO, R. G.; CASTRO, E. R. (Coord.). **Energia na Amazônia**. Belém: UFP, 1996. p. 467- 475.

ALMEIDA, Maria da Conceição de. A ciência como bifurcação: uma homenagem a Ilya Prigogine. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 23, p.77-84, abr. 2004.

ALMEIDA, Maria Geralda de. A captura do cerrado e a precarização de territórios: um olhar sobre sujeitos excluídos. *In*: ALMEIDA, Maria Geralda de (Org.). **Tantos cerrados**: múltiplas abordagens sobre a biogeodiversidade e singularidade sociocultural. Goiânia: Editora Vieira, 2005. p.321-347.

ALVES, Giovanni. Trabalho flexível, vida reduzida e precarização do homem- que-trabalha: perspectivas do capitalismo global no século XXI. *In*: VIZZACCARO - AMARAL, André L., MOTA, Daniel P., ALVES, Giovanni (Orgs.). **Trabalho e saúde**: precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI. São Paulo: LTr, 2011. p. 39-59.

_____. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios da sociologia do trabalho. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ALVES- MAZZOTTI, Alda J e GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2.ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. 197p.

AMIN, Samir. O imperialismo, passado e presente. **Tempo**, Rio de Janeiro, n.18, p. 77-123, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 200p.

_____. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. Coleção Mundo do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005. 136p.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Coleção Mundo do Trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. 259p.

ARAÚJO, Manuel G. M, de. **O sistema das aldeias comunais em Moçambique**: transformações na organização do espaço residencial e produtivo. 1988. 463f. Lisboa, Dissertação (Doutoramento em geografia humana), Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, 1988.

ARROYO, Miguel Gonzáles. A Escola e o movimento social: relativizando a escola. **ANDE**, São Paulo, n.12, p.15-20, 1987.

AUGÉ, M. **Não-Lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Tradução de Maria Lucia Pereira. Campinas: Papirus Editora, 2003.

AZEVEDO, Helsio Amiro M. A. de. **A segurança em territórios turísticos**: o caso do Município de Inhambane em Moçambique. 2014. 276f. Tese (Doutorado em

Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2014.

BAIRD, C.; CANN, M. **Química Ambiental**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

BAITZ, Ricardo. A implicação: um novo sedimento a se explorar na geografia?. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 25-50, jul. 2006.

BANCO DE MOÇAMBIQUE. **Relatório anual**: situação macroeconômica. Maputo. n.18 (18), 59 - 120, dez. 2009. 86p.

_____. **Boletim anual de balanço de pagamentos 2005**. Maputo. n. 2, ano II. jun. 2006.

BAPTISTA, Luiz Olavo. **Empresa Transnacional e Direito**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1987.

BARREIRA, Celene C. M. A. **Vão do Paranã**: a estruturação de uma região. Brasília: Ministério da Integração Nacional: UFG, 2002. 320p.

BARUYA, Paul, KESSELS, John. **Coal prospects in Botswana, Mozambique, Zambia, Zimbabwe and Namibia**. IEA, Clean Coal Centre, 2013, 80p.

BASSEY, Nnimmo. **Aprendendo com a África**: a extração destrutiva e a crise climática. Tradução de Boaventura Monjane e Michelle M.V. Hepatian. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. 228p.

BATA, Eduardo, J; BARREIRA, Celene C. M; ALMEIDA, Maria G. Impactos sócio-espaciais e político - econômicos dos megaprojetos de mineração em Moçambique: o caso da exploração do carvão mineral de Moatize. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v.11, n. 22, p.93-122, abr. 2016.

BATA, Eduardo J., BARREIRA, Celene C. M. A. Impactos sócio-espaciais e político - econômicos dos grandes projetos de mineração em Moçambique, o caso da exploração do carvão mineral de Moatize. In: XI - Encontro Nacional da ANPEGE, 2015, Presidente Prudente (SP). **Anais...** Presidente Prudente: UNESP, 2015. p. 6780 - 6791.

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário**: e outros temas contemporâneos. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010, 90p.

_____. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004. 87p.

_____. **Globalização**: as consequências humanas. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1999. 127p.

BECKER, Bertha K. A Amazônia na estrutura espacial do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 3-36, abr/jun. 1974.

BELLUCCI, Beluce. **Economia contemporânea em Moçambique**: sociedade linhageira, colonialismo, socialismo, liberalismo. Rio de Janeiro: Educam, 2007, 280p.

_____. Tudo e nada: a aposta do capital em Moçambique. *In*: XXII Assembleia Geral Ordinária da CLACSO, IV Conferência Latino- americana e Caribenha de Ciências sociais. 2006, Rio de Janeiro (RJ). **Anais...** Rio de Janeiro, 2006. p.125- 137.

BERNARDO, Edgar M. **Extrativismo em Moçambique**: o pensamento abissal na produção e reprodução das injustiças socioambientais e negação do direito à saúde da população. 2016. 250f. Dissertação (Mestre em Saúde Pública), Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. 2016.

BESHARATI, Neissan Alessandro. Raising Mozambique: development through coal. **Policy Briefing**: Governance of Africa`s Resources, n.56, p.1-4. sept. 2012.

BETA - ENGENHARIA, GESTÃO E AMBIENTE. **Nova Ponte de Tete sobre o Rio Zambeze e acessos imediatos (entre Tete e Benga)**: Relatório do Estudo de Impacto Ambiental. v. I e II. Maputo. jul. 2011. 434p.

BILLA, Iracema M. Comunidades abandonadas e enclausuradas em zonas de mineração em Tete. *In*: MÁRIO, Tomás V. **Indústria extrativa e comunidades locais**: questões sobre comunicação, consultas públicas e impactos econômicos, sociais e ambientais sobre comunidades rurais em Tete e Cabo Delgado. Maputo: SEKELEKANI, jul. 2015. p.39-46.

BIGGS, Tyler. **Competitividade de Moçambique e o boom de recursos naturais**: análise e perspectivas. Maputo: Edudigital e CTA e SPEED, 2014. 446p.

BIHALE, Domingos. **Indústria Extractiva em Moçambique**: perspectivas para o desenvolvimento do país. Munique: Friedrich Ebert Stiftung, 2016. 44p.

BITTENCOURT, Carlos; BOSSI, Dario; SANTOS, Rodrigo. Crescimento cruel: favorecida pela demanda chinesa e pela estratégia econômica do governo, a mineração agrava desigualdades sociais e problemas ambientais. **Democraciaviva**, p.12 -15. jun. 2012

BOLTANSKI, Luc. **El amor y la justicia como competencias**: tres ensayos de sociología de la acción. Amorrortu, Buenos Aires, 2000.

BOND, Patrick. **A pilhagem na África**: a economia da exploração. Tradução de Saloman Blajberg, Jennifer Dunjwa Blajberg e Flávio Wanderlei Lara. Rio de Janeiro: Instituto Comáfrica, 2007. 190p.

BOSSI, Dário et al. Reféns da riqueza de nossa terra: os impactos da mineração sobre as comunidades. **Conflitos no campo Brasil**, p. 65-74. 2010.

BOUENE, Felizardo; SANTOS, Maciel. O Modus Vivevdi Entre Moçambique e o Transvaal (1901-1909): Um caso de "Imperialismo Ferroviário". **Africana Studia**, Porto, CEA, n. 9, p.239 - 268, 2006.

BOURDIEU, Pierre. Por um conhecimento engajado. *In*: BOURDIEU, P. **Contrafogos II: por um movimento social europeu**. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2001. p.36 - 45.

BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participativa: a partilha do saber**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, p. 263-276, 2007.

BRANDÃO, Zaia; BAETA, Anna Maria Bianchini; ROCHA, Any Dutra Coelho. **Evasão e repetência no Brasil: a escola em questão**. 2. ed. Rio de Janeiro,RJ: Dois Pontos, 1986.

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. 94p.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980. 379p.

BRAZ, V. A. G. A. O trabalhador entre a saúde e a (in) segurança do trabalho. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, v.11, n. 32, p. 273-295, 2013.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Empresas multinacionais e interesses de classe. **Encontros com a Civilização Brasileira**, n. 4, p.11-27. out. 1978.

BRONZ, D. Empreendimentos e empreendedores: formas de gestão, classificações e conflitos a partir do licenciamento ambiental, Brasil, século XXI. 2011. 255f. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2011.

BRUCE, John W. Questões de posse da terra em África: uma visão global. **Extra-Especial**, Maputo, n. 9, p.51- 54, jun. 1992.

BRUNSCHWIG, Henri. **A partilha da África**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1971.

BUCUANE, Aurélio, MULDER, Peter. Exploring natural resources in Mozambique, Will it be a blessing or curse? Conference paper. *In*: Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (IESE). **Desafios para a investigação social e econômica em Moçambique**. Maputo, 2007. p.1- 49.

BUQUE, Suzete Lourenço. **Conhecimentos docentes dos alunos da licenciatura em Geografia da Universidade Pedagógica- Maputo**. 2013. 258f. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós- graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Sócio- Ambientais da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2013.

CABAÇO, José Luís O. de. **Moçambique: identidades, colonialismo e libertação**. 2007.475f. Tese (Doutorado em Antropologia), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

CABANELAS, Vanessa; et al. **Os senhores da terra**: análise preliminar do fenômeno de usurpação de terra em Moçambique. Justiça Ambiental e União Nacional dos Camponeses. Maputo, Distribuição gratuita, março, 2011. 74p.

CALAÇA, Manoel. A territorialização do capital no Cerrado: uma abordagem metodológica. *In*: SANTOS, Roberto de Souza, et al (Org.). **Território e Diversidade Territorial no Cerrado**: cidades, projetos regionais e comunidades tradicionais. Goiânia-GO: Kelps, 2013, p.19-36.

CAMBRÃO, Pedrito Carlos C. **A (emergente) sociedade civil**: um olhar sobre o papel das suas organizações nas políticas de inclusão social e de desenvolvimento sustentável, o caso de Moçambique (1990-2015). 2016. 379f. Tese (Doutorado em Sociologia), Faculdade de Letras, Universidade do Porto. Porto. 2016.

CAMPOS, Josilene S. Anticolonialismo, Literatura e Imprensa em Moçambique: *In*: XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios, 2015, Florianópolis (SC). **Anais...** Florianópolis: SC, 2015. p.1-11.

CAMPOS, Lucia Cristina. **Relações Brasil- Moçambique**: da desconfiança à cooperação (1975 - 1985). 2015. 98f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Brasília. Brasília. 2015.

CAPELA, José. O tráfico de escravos nos portos de Moçambique. Porto: Afrontamento, 2002. 223p.

CARNEIRO, Elder J. Atividades minerárias e conflitos ambientais e territoriais em Minas Gerais (Brasil): trajetória histórica. *In*: ZHOURI, Andréa, BOLADOS, Paola, CASTRO, Edna (Orgs.). **Mineração na América do Sul**: neoextrativismo e suas lutas territoriais. São Paulo: Annablume, 2016. p.255 - 278.

CARVALHO FILHO, José Carlos de. O Brasil e as empresas transnacionais: os novos rumos para a transnacionalização das empresas nacionais. **Scientia Iuris**, Londrina, v.15, n.1, p. 89-104, jun. 2011.

CARVALHAL, Marcelo D., THOMAZ JUNIOR, António. A dinâmica territorial do capital e seus efeitos para o mundo do trabalho. **Terra Livre**, Dourado, v.2, n.31, p.63-74, jul- dez. 2008.

CARVALHO, Marina Amaral E. de. **Empresas Transnacionais**: a regulação do lobby no país receptor de investimento e a promoção do desenvolvimento econômico. 2007. 155f. Dissertação (Mestre), Pós- Graduação da Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2007.

CARVALHO, Rui M. de. **Compreender África**: teorias e práticas de gestão. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005, 287p.

CARRILHO, João. O debate atual sobre a questão das terras rurais em Moçambique. **Extra- Especial**, n. 9, Maputo, jun. p.31- 31, 1992.

CASTANHEIRA, José P.; FERREIRA, António P. O massacre de Moatize: testemunhos da explosão e da chacina em Moçambique, 34 anos depois. **RevistaÚnica**, jul. 2011.

CASTEL-BRANCO, C. N. Desafios da sustentabilidade do crescimento económico: uma "bolha económica" em Moçambique? *In*: BRITO, Luís, et al. (Orgs.). **Desafios para Moçambique, 2015**. Maputo, IESE, 2015. p.157-199.

_____. Desafios da Mobilização de Recursos Domésticos: revisão crítica do debate. **Cadernos do IESE**, Maputo: IESE, n. 8, 2011. p.1- 32.

_____. Economia extrativa e desafios de industrialização em Moçambique. **Cadernos do Instituto de Estudos Sociais e Económicos**, IESE. n.1. jul. p.1-100, 2010.

_____. Os Mega Projetos em Moçambique: Que contributo para a Economia Nacional? *In*: Fórum da Sociedade Civil sobre Indústria Extractiva, Museu de História Natural, 2008, Maputo. **Anais...** Maputo: IESE, 2008. p.1-18.

_____. **Megaprojetos e Estratégia de Desenvolvimento**: notas para um debate. Maputo: IESE, 2002. p.1-12.

_____. Problemas Estruturais do Desenvolvimento Agrário. *In*: CASTEL-BRANCO, Carlos N (Ed.). **Moçambique**: Perspectivas Económicas. Maputo: UEM/Fundação Fridrich Ebert, 1994. p.87-157.

_____. Opções Económicas de Moçambique 1975-95: Problemas, Lições e Idéias Alternativas. *In*: MAZULA, Brazão (Ed.). **Moçambique Eleições, Democracia e Desenvolvimento**. Maputo: DINAME, 1994. p.581-636.

CASTEL-BRANCO, C. N.; OSSEMANE, Rogério. Crises cíclicas e desafios da transformação do padrão de crescimento económico em Moçambique. *In*: Brito, et al(Orgs.).**Desafios para Moçambique 2010**. Maputo: IESE, 2010. p.142-183.

CENTRO DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS (CPI). **Projetos estruturantes-Tete**. Relatório de actividades apresentado a V sessão do governo provincial. Cidade de Tete. 2015. p.1- 55.

CERNEA, Michael M. Compensation and benefit sharing: why resettlement policies and practices must be reformed. **Water Science and Engineering**, v.1, p. 89-120, mar. 2008.

_____. Understanding and preventing impoverishment from displacement. Reflections on the state of knowlegde. **Journal of Refugee Studies**, v.8, n.3, p. 1-28, 1995.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução Noémia de Sousa. Prefácio Mário de Andrade. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1978. 69p.

CHACON, Vamireh. **Globalização e Estados transnacionais**: relações internacionais no século XXI. São Paulo: SENAC, 2002. 79p.

CHAGAS, Priscila Mendonça. **O conceito de Estado democrático de direito**. 2012. 58f. Monografia (Curso de especialização em direito constitucional). Instituto Brasiliense de Direito Público. Brasília - DF, 2012.

CHARLES, Arlindo J., SÁ MARQUES, Lucilene Antunes C. de. Cartografia histórica da África - Mapa cor de Rosa. *In*: I Simpósio brasileiro de cartografia histórica, 2011, Paraty. **Anais...** Paraty: 2011. p.1-16.

CHAVEIRO, Eguimar F. Símbolos das paisagens do Cerrado goiano. *In*: ALMEIDA, Maria G. (Org.). **Tantos Cerrados**: múltiplas abordagens sobre a biogeodiversidade e singularidade cultural. Goiânia: Ed. Vieira, 2005. p. 47- 62.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996. 335p.

CHIAPETTI, Rita Jaqueline N. Pesquisa de campo qualitativa: uma vivência em geografia humanista. **GeoTextos**, Salvador, v. 6, n. 2, p.139-162, dez. 2010.

CHICHAVA, Francisco A. Reestruturação econômica e do desenvolvimento de Moçambique. *In*: SANTOS, Boaventura Sousa; TRINDADE, João Carlos (Orgs.). **Conflito e transformação social**: uma paisagem das justiças em Moçambique. Porto: afrontamento, 2003. p.141-178.

CHILENGE, Benjamim J. S. de. **O papel do Ministério dos recursos minerais na gestão dos recursos minerais**. Direção de Planificação e Desenvolvimento. Maputo, 2013.

CHILUNDO, Arlindo et al. **História de Moçambique Volume 3**: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961. Maputo: UEM, Departamento de História, 1993. 234p.

CHIZENGA, Anselmo P. **Mineração e Conflito Ambiental**: disputas em torno da implantação do megaprojeto da Vale na bacia carbonífera de Moatize, Moçambique. 2016. 175f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós- Graduação em Sociologia, IFCH, UFRGS. Porto Alegre, 2016.

CHOMSKY, NOAM. **O lucro ou as pessoas**. Tradução Pedro Jorgensen Jr. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002. 94p.

COELHO, Maria C. N.; MONTEIRO, Maurílio A de. de. Globalization and the Race for Resources (resenha de livro). **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.18, n.21, p. 467- 471, 2010.

COELHO, Tádzio P. **Noventa por cento de ferro nas calçadas**: mineração e (sub) desenvolvimentos em municípios minerados pela Vale S.A. 2016. 332f. Tese (Doutor), Programa de Pós- graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

_____. Impactos e mineração da Vale em Parauapebas. *In*: BARROS, Joana, GUTTERRES, Anelise, SILVA, Evanildo. BRICS: tensões do desenvolvimento

e impactos socioambientais. **Cadernos de debates** 4, FASE. Rio de Janeiro, p.48 - 62, 2015.

_____. Da CVRD à VALE S.A.: rupturas e continuidades. *In*: TROCANTE, Charles e ZONTA, Marcio (Orgs.). **A questão mineral no Brasil**: Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado. Marabá: iGuana, 2015. p. 27- 48.

_____. **Projeto grande Carajás**: trinta anos de desenvolvimento frustrado. Rio de Janeiro: IBASE. 2014. 112p.

_____. **Mineração e dependência no quadrilátero ferrífero- aquífero: o discurso do desenvolvimento minerador e o projeto apolo**. 2012. 160f. Dissertação (Mestre), Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

COLAGIURI, Ruth, COCHRANE, Johane, GIRGIS, Seham. **Health and social harms of coal mining in local communities**: spotlight on the Hunter Region. Beyond zero emissions. Melbourne. out. 2012. 77p.

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (CETESB). **Qualidade do ar-informações**. Disponível em: <http://sistemasinter.cetesb.sp.gov.br/Ar/ar_saude.asp> Acesso em: 9. nov. 2017.

CONANT, Melvin A., GOLD, Fern R. **A geopolítica energética**: Rio de Janeiro: Bibliex. 1981.

CONSELHO MUNICIPAL DA VILA DE MOATIZE (CMVM). **Situação geográfica da Vila de Moatize**. Moatize: s/ed. 1998. p.1- 8.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA). **Resolução n.3/90**, publicada no Diário Oficial da União (DOU), 22 de agosto de 1990.

CORRÊA, Sonia, HOMEM, Eduardo. **Moçambique**: as primeiras machambas. Rio de Janeiro: Margem Editora, 1977. 619p.

CORRÊA, Roberto L. Espaço, um conceito-chave da geografia. *In*: CASTRO, Iná Elias; BECKER, Bertha. K.; GOMES, Paulo C. C (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 15- 48.

COSTA, Armando Dalla. A Vale no contexto da internacionalização das empresas brasileiras. **Entreprises et Histoire**, Paris, n. 54, p. 86-106, abr. 2009.

COSTA, Eduardo da. **Coletânea das suas principais obras militares e coloniais**: vol. III. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral das Colônias. 1939. 516p.

COSTA, Edmilson. Capitalismo contemporâneo, imperialismo e agressividade. **Revista PUCviva**, n. 42, Tendências bélicas do capitalismo, p.17- 21, jan/jun. 2013.

COSTA, Wanderley Messias da.; MORAES, António Carlos, R. **Geografia crítica**: a valorização do espaço. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1987, 187p.

CRAVEIRINHA, José. **Xigubo**. Maputo: Alcance Editores, 2008. 60p.

CUNHA, António Geraldo. Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa. 2. ed. Revista e acrescida de um suplemento, 1986.

DANTAS, Gilson. As tendências bélicas atuais e a geopolítica mundial. Revista **PUCviva**, n. 42, Tendências bélicas do capitalismo, p.11-16, jan/jun. 2013.

DANWATCH. **Broken promises 2015**. Environmental and human rights impacts behind EU import of African raw materials. Published by Stop mad mining. 2015. 32p.

DEMATTEIS, Giuseppe. Geografia Democrática, Território e Desenvolvimento Local. **Revista Formação**, Presidente Prudente, v.2, n.12, p.11-26, 2005.

DEMO, Pedro. Pesquisa qualitativa: busca de equilíbrio entre a forma e conteúdo. **Revista- em enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 89-104, abr.1998.

DIGBY WELLS ENVIRONMENTAL. **Projeto de ferro da Baobab, província de Tete, Moçambique**. Avaliação de impacto na saúde comunitária. 2014. 77p.

DIRECÇÃO PROVINCIAL DOS RECURSOS MINERAIS E ENERGIA (DIPREME). **Potencialidades de recursos minerais da província de Tete**. Tete, 2014. p.1- 15.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**: metodologia. Trad. Gilson Cesar et al. Coleção estudos. 24. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012. 174p.

EGERÕ, Bertil. **Moçambique**: os primeiros dez anos de construção da democracia. Tradução Arquivo Histórico de Moçambique. Maputo: Estudos 8, arquivo Histórico de Moçambique, 1992. 272p.

ELETRICIDADE DE MOÇAMBIQUE. **Plano de desenvolvimento na área da energia em Moçambique**: principais operadores do setor elétrico. Maputo, 2014. 37p.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora em Inglaterra**. Tradução de Analia C. Torres. Porto: Afrontamento: o saco de lacraus 4, 1975. 363p.

_____. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução Instituto Marx- Engels- Lênin em 1953, versão em espanhol. 2. ed. Rio de Janeiro: Vitória, 1964.

ENRÍQUEZ, Maria Amélia. **Mineração, maldição ou dádiva?** os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira. São Paulo: Signus Editora, 2008. 396p.

ENS, Romilda T e RAMANOWSKI, Joana P. As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v.6, n.19, p.37- 50, set./dez. 2006.

ESCOBAR, Arturo. **The making and unmaking of the third World**. New Jersey: Princeton University Press, 1995. 102p.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. *In*: SACHS, W. (Ed.). **Dicionário do Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2000. p.59-83.

FASSAY, Amaury. **Brasil: do FMI ao Caos**. São Paulo: Global editora, 1984. 166p.

FEDERICI, Silvia. The debt crisis, Africa and the new enclosures. **The Commoner**, n.2, p.1- 13, set. 2001.

FELICIANO, José Fialho. **Antropologia econômica dos thongas do Sul de Moçambique**. 1998. 245f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1998.

FERREIRA, António R. **Moçambique pré-colonial**. Fundo de Turismo de Moçambique, 1975.

_____. **Fixação Portuguesa e História Pré- colonial de Moçambique**. Lisboa: Instituto de Investigação científica tropical/junta de investigação, 1982. 320p.

FERREIRA, Gilda C., RIBEIRO, José T. M. de. Mineração subterrânea de carvão x comunidade no seu entorno: um exemplo de Santa Catarina. **REM: R. Esc. Minas**, Ouro Preto. n.60, p.459-464, jul/set. 2007.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, São Paulo, n.79, p.257-272, ago. 2002.

FLYVBJERG, Bent, et al. **Megaprojects and risk: na anatomy of ambition**. Cambridge University Press, 2003.

FONTES, Virgínia. BRICS e capital- imperialismo: novas contradições em debate. **Tensões Mundiais: Revista do observatório das nacionalidades**. Fortaleza, v.10, n.18-19, p. 67-89, dez. 2014.

_____. O Brasil capital- imperialismo. *In*: FONTES, Virgínia (Org.). **O Brasil e o capital- imperialismo: teoria e história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010. p. 303-350.

FOSTER, John, B. A ecologia da economia política marxista. **Lutas sociais**, São Paulo, n. 28, p. 87-104, 2012.

FRANKS, Daniel, BRERETON, David, MORAN, Chris. Coal mining: managing the cumulative impacts of multiple mines on regional communities and environments in Australia. Paper. *In*: Assessing and managing cumulative environmental effects special topic Meeting, 2008, Calgary. **Anais...** Calgary, 2008. p.1- 24.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução de José Laurêncio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968. 275p.

FREI, Vanito Viriato M. **No país do mano muça, eu sou carvão**: implicações socioterritoriais dos megaprojetos de mineração nas comunidades locais da província de Nampula. 2017. 419f. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós- Graduação do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás. Goiânia. 2017.

FREIRE, W. **Código de mineração anotado**. 5. ed. ver., atual. e ampl. Belo Horizonte: Mandamentos, 2010.

FRELIMO. **História de Moçambique**. Maputo: s/ed., 1978. 63p.

FRICK, Karen Trapenberg. **The making and un- making of the San Francisco-Oakland Bay Bridge**: a case in megaproject planning and decisionmaking. 2005. 342f. Thesis (PhD in city and regional planning) Graduate Division, University of California, Berkeley. Fall. 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. *In*: FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 70- 90.

FURTADO, C. Formação de capital e desenvolvimento econômico. *In*: SINGH e AGARWALA (Org.). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Cia Editora Forense, 1969.

_____. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1978. 167p.

_____. **Dialética do desenvolvimento**. 2. ed. Rio Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964. 181p.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 20. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. 255p.

_____. A ordem do discurso. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: edições Loyola, 1996.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeano de Freitas: Rio de Janeiro, Paz e Terra. Estudos latino- americano. v.12, 1978. 201p.

GALLO, Fernanda. (Des) encontros do Brasil com Moçambique: o caso da Vale em Moatize. *In*: MATTOS, Regiane A. de, MORAIS, Carolina Maíra G e PEREIRA, Matheus, S (Org.). **Encontros com Moçambique**. Rio de Janeiro: Editora PUC, 2016. p. 235-264.

GAMAATHIGE, Amarasena. Income restoration and livelihood development: impoverishment risk or a desenvolvimento opportunity? *In*: PERERA, Jayantha (Edit.). **Lose to gain**: is involuntary resettlement a desenvolvimento opportunity? Mandaluyong: Asian Development Bank, 2014. p.151-169.

GARCIA, Francisco P. **Análise global de uma guerra**. 2001. 525f. Tese (Doutorado em História) Universidade Portucalense. Porto, 2001.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

GEFFRAY, Christian. A base social da guerra em Moçambique: análise de causa das armas em Moçambique- antropologia de uma guerra civil. **Etnográfica**, vol.vi (2), p. 347-364. 2002.

GEORGE, Pierre. **Problemas, doutrina e método**. Geografia ativa. São Paulo: Difel, 1982.

GIARRACA, Norma. Territorios em disputa: los bienes naturales en el centro de La escena. **Realidad Económica**, n. 217, p.51- 68, jan. 2006.

GOBBI, Wanderléia Aparecida O. de.; PESSÔA, Vera Lúcia S. A pesquisa qualitativa em Geografia: reflexões sobre o trabalho de campo. *In*: RAMIRES, Júlio C. de, PESSÔA, Vera Lúcia S (Org.). **Geografia e Pesquisa Qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009. p. 485- 507.

GONÇALVES, Reinaldo. **Empresas transnacionais e internacionalização da produção**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1992.

GONÇALVES, Ricardo J. A. de. **No horizonte, a exaustão**: disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de extrativismo mineral em Goiás. 2016. 515f. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós- Graduação do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás. Goiânia. 2016.

GONÇALVES, Ricardo J. A. de.; MENDONÇA, Marcelo R., MILANEZ, Bruno. No horizonte, a exaustão. O contexto da mineração no Brasil: mudanças globais, mudanças locais. *In*: MENDONÇA, Maria.,STEFANO, Daniela (Org.). **Direitos Humanos no Brasil 2015**: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo: Outras expressões, 2015. p.103-112.

GONÇALVES, Teresinha M., MENDONÇA, Francisco Assis de. Impactos, riscos e vulnerabilidade socioambientais da produção do carvão em Criciúma/SC (Brasil). **Revista RA´EGA**, Curitiba, n.14, p. 55- 65, 2007.

GREGOW, Karin. **As black as coal**: business and human rights with focus on coal mining in Colombia. FORUMSYD. 2016. 40p. ISBN: 978 - 91- 89542 - 67 -9

GUDYNAS, Eduardo. Extractivismos em America del Sur: conceptos y sus efectos derrame. *In*: ZHOURI, Andréa, BOLADOS, Paola, CASTRO, Edna (Org.). **Mineração na América do Sul**: neoextrativismo e suas lutas territoriais. São Paulo: Annablume, 2016. p. 23-44.

_____. Caminos para las transacciones post extractivas *In*: ALAYSA, A.; GUDYNAS, E. E. (Ed.). **Transacciones, post extractivismo y alternativas al extractivismo en Perú**. Lima: Red GE/CEPES, 2011. p.187-206.

GUERRA, Y. Formação profissional em serviço social: polêmicas e desafios. *In*: SILVA, J. F. S. da; SANT´ANNA, R. S.; LOURENÇO, E. A. de S. (Org.). **Sociedade burguesa e serviço social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p.25-45.

HAESBAERT, Rogério, GONÇALVES, Carlos Walter P. **A nova des- ordem mundial**. 2. ed. Coleção paradidáticos. São Paulo: Editora UNESP, 2006. 160p.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo: contexto, 2002. 185p.

HALLIDAY, Tereza, L. **A retórica das multinacionais**: legitimação das organizações pela palavra. São Paulo: Sammus, 1987. 110p.

HANAUER, Larry, MORRIS, Lyle J. **Chinese engagement in Africa**: drivers, reactions and implications for U.S policy. National security research division. Washington, DC. 2014. 173p. ISBN: 9780-0-8330-8411-8

HANLON, J., SELEMANE, T. **Boletim sobre o processo político em Moçambique**. CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA e AWEPA. Maputo, n.53, fevereiro, 2013. Disponível em: [http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk/technology/mozambique/files/files/Mo%C3%A7ambique Boletim 53 carv%C3%A3o-gas.pdf](http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk/technology/mozambique/files/files/Mo%C3%A7ambique%20Boletim%2053%20carv%C3%A3o-gas.pdf). Acesso em: 25 maio. 2015.

HANLON, J.; SMART, T. **Há Mais Bicicletas – Mas Há Desenvolvimento?** Maputo: Missanga Ideias & Projectos Lda, 2008. 85p.

HANLON, Joseph. **Mozambique**: the revolution under fire. London: zed books, 1984.

HARTSHORNE, Richard. **The nature of Geography**. The Association of American Geographers, 1948. 558p.

HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011. 235p.

_____. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlack. São Paulo: Annablume, 2005. 251p.

_____. O "novo" imperialismo: acumulação por espoliação. In: LEYS, Colin; PANITCH, Leo (Edit.). **O novo desafio imperial**. Buenos Aires: CLASCSO. 2006. p. 95-125.

_____. **O novo imperialismo**. Tradução de Adail Sobra e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004. 197p.

_____. **The limits to capital**. Oxford. 1982. 85p.

HECK, Felipe R. **As mudanças estruturais da indústria mundial do carvão**: 1990-2007. 2008. 55f. Monografia (Bacharelado), Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2008.

HEDGES, David (coord.). **História de Moçambique**: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961. 2. ed., Maputo: Livraria Universitária, 1999.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Impérios: 1875- 1914**. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 546p.

_____. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 598p.

HUGON, Philippe. **Geopolítica de África**. 3. ed. Lisboa: Escolar editora, 2015. 395p.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Objetivo: Rio de Janeiro, 2009.

HUMAN RIGHTS WATCH. **O que é uma casa sem comida?** O boom da mineração de carvão em Moçambique e o reassentamento. EUA: Human Rights Watch, 2013. 141p.

HUMPHRIS, Jane, ILES, Louise. **Pre-colonial iron production in Great Lakes Africa: recent research at UCL Institute of Archaeology**. Institute of Archaeology. Hamad Bin Khalifa University, Doha. 2002.

HYMER, Stephen. **Empresas Multinacionais: a internacionalização do capital**. Tradução de Aloísio Teixeira. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978. 118p.

IANNI, Otávio. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1981. 227p.

IMPACTO. **Estudo de impacto ambiental para o projeto de exploração do carvão do bloco 3605C**. Maputo, janeiro, 2012, 316p.

IMPACTO; RIVERSDALE. **Projeto para o reassentamento de comunidades deslocadas na área de Muarazi, distrito de Moatize**: termos de referência do estudo ambiental simplificado. Maputo: IMPACTO, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATITICA (INE). **População Projetada por Distritos da Província de Tete, 2007-2040**. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-demograficas-e-indicadores-sociais/projeccoes-da-populacao/populacao-projectada-por-distritos-tete-2007_2040.xls/view>. Acesso em: 25 maio. 2015.

_____. **Projecções Anuais da população total, urbana e rural de Moçambique, 2007 - 2040**. Maputo: INE, 2016.

_____. **Estatísticas e Indicadores sociais, 2012 -2013**. Maputo: INE, 2014.

_____. **III Recenseamento Geral da População e Habitação 2007: Resultados Definitivos- Moçambique**. Maputo, 2007.

INTERNACTIONAL COAL VENTURES LIMITED (ICVL). **ICVL invites applications for the post of managing Director & Chief Executive officer (MD & CEO), ICL-MOZAMBIQUE**. julho. 2017.

INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION (IFC). **Padrão de desempenho 5 - Revisão 0.1**: aquisição de terra e reassentamento involuntário. Washington D.C, 2010. 8p.

IORIS, Antônio, Augusto R. O que é justiça ambiental. **Ambiente & Sociedade**. Campinas. v. XII, n. 2, p.389-392, jul/dez. 2009.

ISAACMAN, Allen, ISAACMAN, Barbara. Os prazeiros como trans-raianos: um estudo sobre transformação social e cultural. **Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique**, Maputo, n.1, p.1-16, out. 1991.

JINDAL AFRICA. **Corporate brochure**: the value in vision. 2014. 43p.

JOSÉ, D. S. e SAMPAIO, C. H. Estado da Arte da Mineração em Moçambique: Caso Carvão de Moatize, Tete. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2012, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU/PPGG/Dep. de Geografia, 2012. p.1-20.

KAISER, B. O geógrafo e a pesquisa de campo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 51-69, jul. 2006.

KEEFER, Tom. Fossil fuels, capitalism, and class struggle. **The Commoner**, n.13, p.15- 21, 2008.

KEMP, D.; BOELE, R.; BRERETON. Community relations management systems in the minerals industry: combining conventional and stakeholder-driven approaches. **International Journal of Sustainable Development**, v. 9, n. 4, p.390-403, 2006.

KENMARE. AREIAS PESADAS DE MOMA. **Aurora**: Resumo do Relatório anual da Kenmare 2010. S/l: 2011.

KI- ZERBO, Joseph. **História da África Negra II**. Lisboa: Biblioteca universitária. Publicações Europa - América. 3. ed, 2000. 455p.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 1975. 245p.

KURLANTZICK, Joshua. **Charm offensive**: how China's soft power is transforming the world. Yale University Press, New Haven and London, 2007. 321p.

KURZ, Robert. **Poder mundial e dinheiro mundial**: crônicas do capitalismo em declínio. Tradução de Boaventura Antunes, Lumir N., André V. Gomez. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. 120p.

_____. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Tradução de Karen Elsabe Borbosa. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

LACOSTE, Yves. **A Geografia**: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 3. ed. São Paulo: Sabotagem contra cultura. 1988, 133p.

_____. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p.77- 92, jul. 2006.

LANG, M. Crisis civilizatoria y desafíos para las izquierdas. *In*: LANG, M.; MOKRANI, D. (comp.). **Más allá del desarrollo**: Grupo Permanente de Trabajo sobre Alternativas al Desarrollo. Equador: Fundación Rosa Luxemburg, 2011. p.1-20.

LECHINI, Gladys. A China na África: discurso sedutor, intenções duvidosas. Tradução Adriana Marcolini. **Nueva Sociedad**, v.7-8, n. 246, p.140-152, set. 2013.

_____. O Brasil na África ou a África no Brasil? A construção da política africana pelo Itamaraty. Tradução de Karina Rodríguez. **Nueva Sociedad**, p.1- 17, 2008.

LEDESMA, David. **East Africa Gas**: potential for expot. Oxford Institute for Energy Studies. University of Oxford. NG 74. march, p.1- 41, 2013.

LÊNIN, Vladimir I. **Materialismo e empiriocriticismo**. Moscou, Editorial progreso. Lisboa: edições Avante, 1982. 339p.

LIBÂNIO, Gilberto. A Inserção Externa da Economia Mineira na Década de 2000. *In*: OLIVEIRA, Fabrício A., SIQUEIRA, Wilson B. (Org.). **As Muitas Minas**: ensaios sobre a economia mineira. CORECON. Belo Horizonte, 2010.

LILLYWHITE, S.; KEMP, D.; STURMAN, K. **Mining, resettlement and lost livelihoods**: listening the voices of resettled communities in Mualadzi, Mozambique. Melbourne: Oxfam, 2015. 40p.

LIMA, Maria Elizabeth A. Trabalho e saúde mental no contexto contemporâneo de trabalho: possibilidades e limites de ação. *In*: VIZZACCARO-AMARAL, André L., MOTA, Daniel P., ALVES, Giovanni (Org.). **Trabalho e saúde**: precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI. São Paulo: LTr, 2011. p.161-172.

LISBOA, Marijane.; BARROS, Juliana N. Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente: Relatório Analítico mandato 2007 a 2009. *In*: SCHUHLI, Laura B.; CARDIERI, Ligia (Org.). **Desafios dos Direitos Humanos no Brasil e a Experiência das Relatorias Nacionais em Dhesca**. Curitiba: Terra de Direitos, 2009. p. 35-55.

LOURENA, Botarro, ÁLVAREZ MARIAN, Sola. Escalas, actores y conflictos: etapas de la movilización em respuesta al avance de la megaminería en Argentina. *In*: ZHOURI, Andréa, BOLADOS, Paola, CASTRO, Edna (Org.). **Mineração na América do Sul**: neoextrativismo e suas lutas territoriais. São Paulo: Annablume, 2016. p.111-129.

LOURENÇO, Edvania Angêla S. de. O mundo do trabalho adoece. **Estudos do trabalho**, Revista da RET, n. 3, p.1-36, 2008.

LUCE, Mathias Seibel. A economia política do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: uma história conceitual. *In*: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo (SP). **Anais...** São Paulo, jul. 2011. p.1-15.

LUNYIIGO, Samwiri, L. e VANSINA, Jan. **Os povos falantes de banto e sua expansão**. In FASI, Mohammed, El e HRBEK, L (Org.). História Geral da África: África do século VII ao XI. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011. p.169-195.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital**: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Tradução de Moniz Bandeira. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. 516p.

LYNCH, Barbara, GELLERT, Paul. Mega- projects as displacements. **International Social Science Journal**, n. 55, p.15 - 25. 2003.

MACAGNO, Lorenzo. Fragmentos de uma imaginação nacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.24, n.70, p.17-36, 2009.

MACHADO, Letícia W. **As grandes potências em direção aos recursos naturais subsaarianos**: participação nos conflitos locais. 2012. 167f. Rio de Janeiro, RJ, Dissertação (Mestrado em Economia Internacional), Pós-Graduação em Economia Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

MACHEL, Samora M. **Sindicatos organizarão os trabalhadores para matar a fome e a nudez**. Coleção palavras de ordem. Maputo: Frelimo, nov.1983.

MACIE, Aniceto Elcídio A. **Mineração de Carvão na Bacia Carbonífera de Moatize, província de Tete-Noroeste de Moçambique**: Uma análise socioambiental. 2015.138f.Dissertação (Mestrado em Geociências), Pós- Graduação em Mineralogia e Petrologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MAIA, António A. **Mudanças Sócio-culturais entre os Nyungwe do Vale do Zambeze**: resistências, rupturas e continuidades na estrutura social. 2015. 427f. Tese (Doutorado em Antropologia), Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2015.

_____. A cultura oral entre o povo Madema e Nyungwe de Moçambique. In: Seminário Internacional NEHO 20 anos.História oral: identidades e compromisso. 2011, São Paulo (SP). **Anais...** São Paulo: USP, 2011. p. 34- 47.

MALOA, Tomé M. **História da economia socialista moçambicana**. 2016. 162f. Dissertação (Mestrado em História Econômica), Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2016.

MANHAREGE, Mateus João, M. F. Carvão de Moatize (Tete): do recurso mineral ao ambiente. 2014. 79f. Dissertação (Mestre em Geomateriais e recursos geológicos) Departamento de Geociências, Ambiente e Ordenamento do Território. Porto, Portugal. 2014.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2013. 262p.

_____. La acumulación capitalista y el subimperialismo. **Cuadernos políticos**, México- DF, n.12, p. 20-39, abr/jun.1977.

_____. **Dialética da dependência**. Tradução de Marcelo Carcanholo. 10. ed. México: Editora, 1973. 83p.

MÁRIO, Tomás V. Já ninguém bate palmas... em Palma. *In*: MÁRIO, T. V. **Indústria extrativa e comunidades locais**. Maputo: SEKELEKANI. jul. 2013. p.5 -12.

MARIOTTI, Chiara. Why compensation is not enough to make resettlement a development opportunity. *In*: PERERA, Jayantha (Edit.). **Lose to gain**: is involuntary resettlement a development opportunity? Mandaluyong City: Asian Development Bank, 2014. p.105-125.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e Colapso Ambiental**. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

MARREWIJK, Alfons V., SMITS, Karen. Cultural practices of governance in the Panama Canal expansion megaproject. **International Journal of Project Management**, n. 34, p. 533- 544, aug. 2016.

MARRUPI, Alexandre. **Caracterização socioeconômica e desigualdades regionais em Moçambique, 1997-2003**. 2007.130f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia-Tratamento da Informação Espacial, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2007.

MARTINS, Luciano. **Nação e corporação multinacional**: política das empresas no Brasil e na América Latina. Coleção Estudos brasileiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1975. 155p.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira".*Tempo Social*, **Revista de Sociologia USP**, São Paulo, 8 (1): 25-70, p.25-43, maio 1996.

_____. **A chegada do estranho**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993. 177p.

MARTÍNEZ Alier, Joan. **Conflictos ecológicos por extracción de recursos y por producción de residuos**. ICTA, 2007. 8p.

MARSHALL, Judith. A gigante mineradora brasileira Vale: por trás da imagem de solidariedade Sul - Sul.**Tensões Mundiais**: Observatório das nacionalidades. Fortaleza, v.10, n.18-19, p.173-230, 2014.

_____. Mega-projetos de mineração e trabalho: trabalhar para a Vale "a pior empresa do mundo", casos do Canadá, Brasil e Moçambique. *In*: III Conferência Internacional do IESE. **Moçambique**: acumulação e transformação em contextos de crise internacional. IESE, Maputo. set. 2012. p.1 - 63.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de. **Desterritorialização e reterritorialização das comunidades atingidas pela exploração do carvão mineral em Moatize**,

Moçambique. 2016. 296f. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

MATOS, Elmer A. C. de, MEDEIROS, Rosa Maria V. Moçambique e a Expropriação da Terra dos Nativos: alguns apontamentos referentes à acumulação por espoliação. **Revista Nera**, Presidente Prudente, n. 28, Edição Especial, p.106-131, 2015.

_____. Acesso a terra e exploração mineira em Moçambique: que implicações para as comunidades locais. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, Uberlândia, v. 9, n.17, p. 599-621, abr. 2014.

MATOS, Patrícia F. **As tramas do agronegócio nas Terras do Sudeste Goiano.** 2011. 357f. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFU. Uberlândia. 2011.

MATTOS, Regiane A. Aspectos translocais das relações políticas em Angoche no século XIX. In: MATTOS, Regiane A., MORAIS, Carolina M. G., PEREIRA, Matheus S. **Encontros com Moçambique.** Rio de Janeiro: PUC Editora Rio, 2016. p.19-35.

MATTOSO, J. E. L. **A desordem do trabalho.** São Paulo: Página Aberta, 1995.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858, esboços da crítica da economia política. Tradução de Mario Duayer e Nélvio Schneider. Rio de Janeiro: Boitempo. 2011, 1285p.

_____. **Contribuição à crítica da economia política.** Tradução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2008. 285p.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Livro primeiro. O processo de produção do capital. Tradução de Reginaldo Sant' Anna. vol II. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

_____. **Manuscritos econômicos-filosóficos.** Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004. 175p.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Volume I, Livro primeiro. Processos de produção do capital, tomo 1 (prefácios e capítulos I a XII). Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. 474p.

_____. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **Teoria da mais-valia**: história crítica do pensamento econômico. Livro 4 de O Capital, volume 1: Rio de Janeiro: Editora Civilização brasileira, 1980.

_____. **A origem do capital**: a acumulação primitiva. Tradução de Walter S. Maia. São Paulo: Global Editora, 1977. 140p.

MAZZEO. António C. **Estado e burguesia no Brasil**: origens da autocracia burguesa. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MELEK, Tangriane Hainiski R. et al. Condições de trabalho numa mineradora: olhar de trabalhadores e de profissionais da saúde e segurança. **International Journal on Working conditions**, n.13, p.105-122, jun. 2017.

MELLO, Fábio M., NERY, Adriana A., ALVES, Murilo S. da. Veio de vida, veias nas minas: notas sobre o processo de trabalho na mineração. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, Vitória da Conquista, n.12, p.93-118, 2011.

MENDONÇA, Marcelo R. Complexidade do espaço agrário brasileiro: o agrohidronegócio e as (re) existências dos Povos Cerradeiros. **Terra Livre**, São Paulo, v.1, n. 34, p. 189-202, Jan-Jun. 2010.

_____. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudeste goiano**. 2004. 458f. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente. São Paulo, 2004.

MERCER, K. Welcome to the jungle. *In*: RUTHEFORD, Jonathan. **Identity**. London: Lawrence and Wishart, 1990.

MESSINA, Graciela. Estudio sobre el estado da arte de la investigacion acerca de la formación docente en los noventa. Organización de Estados Iberoamericanos para La Educación, La Ciencia y La Cultura. *In*: REÚNION DE CONSULTA TÉCNICA SOBRE INVESTIGACIÓN EN FORMACIÓN DEL PROFESORADO, 1998, México. **Anais...** México, 1998. p.324 - 339.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.1094p.

_____. **Produção destrutiva e Estado capitalista**. Tradução de Georg Toscheff. Revisão técnica J. Chasin. São Paulo: Ensaio 1989, Cadernos Ensaio; Série Pequeno formato. v. 5, p.15 -105.

MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo S. dos. Minería en Brasil: problemas, perspectivas y desafios. **Extractivismo**: nuevos contextos de dominación y resistencias. 2014. p.133-154.

MILIOLI, Geraldo. **Mineração do carvão e desenvolvimento sustentado no sul de Santa Catarina**: um estudo exploratório de percepção, valores e atitude do meio ambiente num bairro do município de Criciúma. Criciúma: Luana, 1995. 106p.

MIMBIRE, Fátima. **Num contexto de crise das commodities, desafios de um país potencialmente rico em recursos minerais**: estabelecendo as bases para evitar a "maldição dos recursos" em Moçambique novo "superciclo" dos preços das matérias-primas. Maputo: Centro de Integridade Pública, 2016. 38p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. (Org.). **Pesquisa social**: teoria método e criatividade. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80 p.

MINAYO, Maria Cecília S. de., SANCHES, Odécio. Quantitativo- Qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n.9 (3), p.239-262, jul/set. 1993.

MINAYO, Maria Cecília S. de., MINAYO- GÓMEZ, Carlos. Trabalhando com a diversidade metodológica: difíceis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde. *In*: GOLDENBERG, P., MARSIGLA, R. M. G e GOMES, M. H. A (Orgs.). **O clássico e o Novo**: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003. 444p.

MINILLO, Xaman Korai P. **Enfrentando o Norte**: discursos e ideologia como fonte de poder para o regime de Robert Mugabe. 2011. 224f. Dissertação (Mestre em Relações Internacionais), Programa de Pós- Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Brasília- DF. 2011.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL. **Perfil do Distrito de Moatize província de Tete**. Maputo: MAE, 2005. 89 p.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA (Brasil). **Plano Nacional de Energia 2030**: geração termelétrica- carvão mineral. Brasília-DF: MME, 2007.146p.

MOÇAMBIQUE. Tribunal Administrativo, primeira seção. Processo n. 26/2017 - 1ª **Acórdão n. 14/2017**. Maputo, 2017. 10p.

_____. **Relatório do progresso da resposta global ao SIDA, Moçambique**. Conselho Nacional de Combate ao HIV/SIDA. Maputo. abr., 2016a. 42p.

_____. **Pobreza e bem-estar em Moçambique**: quarta avaliação nacional, inquérito ao orçamento familiar - IOF 2014/15. Ministério de Economia e Finanças. Maputo, 2016. 112p.

_____. Assembleia da República. **Decreto n. 54/2015**, de 31 de dezembro de 2015, publicado no Boletim da República (BR), I Série n.104, Maputo: Imprensa Nacional, 31 de dezembro de 2015c.

_____. Assembleia da República. **Decreto n. 25/2015**, 20 de novembro de 2015, publicado no Boletim da República (BR), I Série n. 93, Maputo: Imprensa Nacional, 20 de novembro de 2015.

_____. Assembleia da República. **Decreto n. 26/2015**, 20 de novembro de 2015, publicado no Boletim da República (BR), I Série n. 93, Maputo: Imprensa Nacional, 20 de novembro de 2015a.

_____. Assembleia da República. **Decreto n. 27/2015**, 20 de novembro de 2015, publicado no Boletim da República (BR), I Série n. 93, Maputo: Imprensa Nacional, 20 de novembro de 2015b.

_____. Assembleia da República. **Lei n. 20/2014**, de 18 de agosto de 2014, publicado no Boletim da República (BR), I Série n. 66, Maputo: Imprensa Nacional, 18 de agosto de 2014a.

_____. Assembleia da República. **Diploma Ministerial n.156/2014**, de 19 de setembro de 2014, publicado no Boletim da República (BR), I Série n.76, Maputo: Imprensa Nacional, 19 de setembro de 2014d.

_____. Assembleia da República. **Lei n. 21/2014**, de 18 de agosto de 2014, publicado no Boletim da República (BR), I Série n.66, Maputo: Imprensa Nacional, 18 de agosto de 2014b.

_____. Assembleia da República. **Lei n. 28/2014**, de 23 de setembro de 2014, publicado no Boletim da República (BR), I Série n.76, Maputo, 23 de setembro de 2014e.

_____. Assembleia da República. **Lei n. 34/2014**, de 31 de dezembro de 2014, publicado no Boletim da República (BR), I Série n.105, Maputo, 31 de dezembro de 2014f.

_____. Assembleia da República. **Lei n.19/2013**, de 23 de setembro de 2013, publicado no Boletim da República (BR), I Série n.76, Maputo: Imprensa Nacional, 23 de setembro de 2013a.

_____. **Ronda de vigilância epidemiológica do HIV e Sífilis em Moçambique, 2011**: principais resultados. Grupo técnico multisetorial de apoio à luta contra o HIV/SIDA em Moçambique. Maputo. out. 2013. 24p.

_____. Assembleia da República. **Decreto n. 31/2012**, de 8 de agosto de 2012, publicado no Boletim da República (BR), I Série n. 32, Maputo: Imprensa Nacional, 8 de agosto de 2012.

_____. Assembleia da República. **Diploma Ministerial n.158/2011**, de 15 de junho de 2011, publicado no Boletim da República (BR), I Série n.24, Maputo: Imprensa Nacional, 15 de junho de 2011.

_____. Assembleia da República. **Decreto n. 67/2010**, 31 de dezembro de 2010, publicado no Boletim da República (BR), I Série n. 52, Maputo: Imprensa Nacional, 31 de dezembro de 2010.

_____. Assembleia da República. **Lei n. 4/2009**, de 12 de janeiro de 2009, publicado no Boletim da República (BR), I Série n. 1, Maputo: Imprensa Nacional, 12 de janeiro de 2009.

_____. **Contrato mineiro entre o Governo da República de Moçambique e Riversdale Moçambique, Limitada**. Maputo, maio. 2009a.

_____. Assembleia da República. **Lei n. 24/2008**, de 1 de julho de 2008, publicado no Boletim da República (BR), I Série n. 26, Maputo: Imprensa Nacional, 1 de julho de 2008.

_____. Assembleia da República. **Lei n. 50/2007**, de 16 de outubro de 2007, publicado no Boletim da República (BR), I Série n. 41, Maputo: Imprensa Nacional, 16 de outubro de 2007b.

_____. Assembleia da República. **Lei n. 23/2007**, de 1 de agosto de 2007, publicado no Boletim da República (BR), I Série n. 31, Maputo: Imprensa Nacional, 1 de agosto de 2007a.

_____. **Contrato mineiro relativo à concessão mineira da mina de carvão de Moatize** entre o Governo da República de Moçambique e a Rio Doce Moçambique, Limitada. Maputo, junho. 2007.

_____. Assembleia da República. **Constituição da República de Moçambique**, de 22 de dezembro de 2004, publicado no Boletim da República (BR), I Série n. 51, Maputo: Imprensa Nacional, 22 de dezembro de 2004.

_____. Assembleia da República. **Decreto n. 18/2004**, 2 de junho de 2004, publicado no Boletim da República (BR), I Série n. 22, Maputo: Imprensa Nacional, 2 de junho de 2004a.

_____. **Relatório sobre a revisão dos dados de vigilância epidemiológica do HIV-Ronda 2002**. Grupo Técnico Multisetorial de Apoio à Luta contra o HIV/SIDA. Maputo. 2003. 34p.

_____. Assembleia da República. **Lei n. 14/2002**, de 26 de junho de 2002, publicado no Boletim da República (BR), I Serie n. 20, Maputo, 26 de junho de 2002.

_____. Assembleia da República. **Decreto n. 66/98**, de 8 de dezembro de 1998, publicado no Boletim da República (BR), I Série n. 48, Maputo: Imprensa Nacional, 8 de dezembro de 1998.

_____. Assembleia da República. **Lei n. 19/97**, de 7 de outubro de 1997, publicado no Boletim da República (BR), I Série n. 40, Maputo: Imprensa Nacional, 7 de outubro de 1997.

_____. Assembleia da República. **Lei n. 20/97**, de 7 de outubro de 1997, publicado no Boletim da República (BR), I Série n. 40, Maputo: Imprensa Nacional, 7 de outubro de 1997a.

_____. Assembleia da República. **Lei n. 2/97**, de 18 de fevereiro de 1997, publicado no Boletim da República (BR) I Serie n. 7, Maputo de 18 de fevereiro de 1997b.

_____. Assembleia Popular. **Lei n. 3/93**, de 24 de junho de 1993, publicado no Boletim da República (BR), I Série n.16, Maputo: Imprensa Nacional, 24 de junho de 1993.

_____. Assembleia da República. **Lei n.18/93**, de 14 de setembro de 1993, publicado no Boletim da República (BR), I Série n. 35, Maputo: Imprensa Nacional, 14 de setembro de 1993a.

_____. Assembleia Popular. **Constituição da República de Moçambique**, 2 de novembro de 1990, publicado no Boletim da República (BR), I Série n. 12, Maputo: Imprensa Nacional, 2 de novembro de 1990.

_____. Assembleia Popular. **Lei n. 10/88**, de 22 de dezembro de 1988, publicado no Boletim da República (BR), I Série n. 51, Maputo: Imprensa Nacional, 22 de dezembro de 1988.

_____. Assembleia Popular. **Lei n. 13/87**, de 13 de fevereiro. Publicado no Boletim da República (BR), I Série n. 16, Maputo: Imprensa Nacional, 13 de fevereiro de 1987e.

_____. Assembleia Popular. **Lei n. 3/81**, de 3 de outubro de 1981, publicado no Boletim da República (BR), I Série n. 25, Maputo: Imprensa Nacional, 3 de outubro de 1981.

_____. **Moatize Coal Development Program**. Executive Summary. Maputo: GSECHI - Cabinet of State Secretariat for Coal and Hydrocarbons, december 1983.

_____. Assembleia Popular. **Lei n. 6/79**, de 3 de julho de 1979, publicado no Boletim da República (BR) I, Série n. 76, Maputo: Imprensa Nacional, 3 de julho de 1979.

_____. Constituição da República de 1975. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 29, n.116, p.369-412, out./dez.1992.

MONTEZUMA, Talita F. P. F de, et al. Resistências à mineração de urânio e fosfato no Ceará (Brasil) - sujeitos, estratégias empresariais e ações de contraposição. *In*: ZHOURI, Andréa, BOLADOS, Paola e CASTRO, Edna (Org.). **Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Annablume, 2016. p. 204 -254.

MOREIRA, Ruy. A geografia serve para desvendar máscaras sociais. *In*: MOREIRA, Ruy (Org.). **Geografia: teoria e crítica, o saber posto em questão**. Petrópolis: Editoras vozes, 1982. p.33-63.

_____. Pensar e ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

MOSCA, João, SELEMANE, Tomás. **El dorado Tete: os mega projetos de mineração**. Prefácio de Carlos Castel-Branco. Maputo: CIP, 2011. 77p.

MOSCA, João. **A economia de Moçambique século XX**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005. 456p.

_____. **A experiência Socialista em Moçambique (1975-1987)**. Lisboa: Coleção Estudos Documentos. Instituto Piaget, 1999. 188p.

MOYO, Dambissa. **O vencedor leva tudo: a corrida chinesa por recursos e seu significado para o mundo**. Tradução de Cássio de Arantes Leite. Rio Janeiro: Objetiva, 2013. 249p.

MOYSES, Arlete. Palestra proferida na VII Semana de Geografia, II Encontro de Estudantes de Licenciatura em Geografia, intitulada **A Geografia e suas mutações:**

marcos e trajetórias (14 a 18 de agosto de 2006), UNESP, Presidente Prudente, SP, 2006.

MUCANZE, Nelson Alberto. **Investimento Direto Estrangeiro em Moçambique: aspectos positivos e negativos**. 2016. 120f. Dissertação (Mestre em Economia), Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências e Letras-UNESP. Araraquara, 2016.

MUCHANGOS, Aniceto dos. **Paisagens e regiões naturais de Moçambique**. Maputo: Tipografia globo, 1999. 163p.

MUCHANGOS, Aniceto dos; SIQUELA, Eduardo e VASCONCELOS, Lopo. Elementos-traço em cinzas de carvões aflorantes de Moçambique. **Geochimica brasiliensis**, Florianópolis SC, n. 23 (3), p.344-361, 2009.

MUNGOI, Dulce Maria D. C. J. **Identidades Viajeiras Família e Transnacionalismo no contexto da experiência migratória de moçambicanos para as minas da terra do rand, Africa do Sul**. 2010. 243f. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2010.

MUNIZ, C. Bezerra de Aguiar (Org.). **Discursos selecionados do presidente Jânio Quadros**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p. 24.

MYERS, Gregory. Agricultura e desintervencionamento das empresas agrárias estatais em Moçambique. **Extra**, n. 9, p.35-42, jan/abr. 1992.

NAVES, Bruno Torquato O. de, FERNANDES, Fabíola R. Mineração e saúde socioambiental: o desafio ético contemporâneo entre o risco e a sustentabilidade. **Revista Direito Ambiental e Sociedade**, v. 5, n. 1, p.106-128, 2015.

NEGRÃO, José. Terra e Desenvolvimento Rural em Moçambique. In: **Memórias do V Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**, 1998, Maputo. **Anais...** Maputo: CEA. 1998. p.35- 65.

_____. A participação das comunidades na gestão dos recursos naturais. In: **PROJECTO COMRES GTAMICOA**. A participação das comunidades na gestão dos recursos naturais: relatório final. Maputo, 1996. p. 5-21.

_____. **A terra e a economia da família rural no Delta do Zambeze**. In: Seminário da Comissão de Terras, Maputo: NET/UEM, ago. 1995.

NETO, José Cretella. **O comércio Internacional: as empresas transnacionais e o controle da transferência de preços (transfer pricing) no Brasil**. Faculdade de Direito. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2004.

N'KRUMAH, Kwame. **Neocolonialismo, último estágio do imperialismo**. Trad. Maurício C. Pedreira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. 307p.

NEVES, José das. Tete e o trabalho migratório para a Rodésia do Sul, 1890-1913. **Arquivo**, Maputo, p.82-95, out.1991.

NEWITT, Malyn. **A history of Mozambique**. 2. ed. London: Hurst & company, 1995. 234p.

_____. **História de Moçambique**. Tradução de Lúcia Rodrigues e Maria Georgina Segurado. Lisboa: Publicações Europa-América, 1997.

OAKLAND INSTITUTE. **Understanding land investment deals in Africa**: country report, Ethiopia. The Oakland Institute. Southpaw: 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Barbárie e modernização: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. *In*: STEDILE, João P. (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p.103-172.

OLIVEIRA, Floriano José G. de. Reestruturação Econômica, Poder Público e Desenvolvimento Social: possibilidades de disputas e de reprodução do poder no território. **Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía Y ciencias sociales**, v. XI, n. 245 (65), p.1-15, ago. 2007.

OLIVEIRA, Lucas Kerr de. Geopolítica energética dos países emergentes. *In*: I seminário da ciência política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2005. p.1- 35.

OPPENHEIMER, Jochen. Pobreza no contexto do ajustamento estrutural: a situação urbana de Moçambique. *In*: OPPENHEIMER et al (Coord.). **Urbanização acelerada em Luanda e Maputo**: Impacto da guerra e das transformações socioeconômicas (décadas de '80 e '90), textos preliminares, CESA, Estudos de Desenvolvimento n.6, Lisboa, 2001. p.11-22.

OSÓRIO, C.; ARTHUR, M. J. **Saúde sexual e reprodutiva, DTS, HIV/SIDA Moçambique**. Revisão da literatura. Maputo: FNUAP, 2002.

PAIVA, José Francisco L. Z. **Economia e política**: Moçambique e as Instituições de Bretton Woods. Veja Universidade/ ciências sociais e políticas, 2000. 133p.

PARALBA, Maria do Carmo. **Caracterização química dos hidrocarbonetos de betumes de carvões sul - brasileiros**. 1990. 149f. Tese (Doutorado em Ciências físico-química), Instituto de Física e Química, Universidade Estadual de São Carlos/ São Carlos, 1990.

PELLISSIER, René. **História de Moçambique: formação e oposição (1854-1918)**- Volumes 1 e 2. Lisboa: Estampa, 1987. 233p.

PENNA Filho, Pio e LESSA, Carlos Moraes. O Itamaraty e a África: as origens da política africana do Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 39, p. 57-81, jan. jun. 2007.

PENRAD, Jean C. Commerce et religion: expansion et configurations de l'Islam em Afrique Oriental. **O islão na África Subsaariana**: actas do 6º Colóquio Internacional.

Estados, Poderes e Identidades na África Subsaariana. Porto: Universidade do Porto, Centro de Estudos Africanos, 2004.

PERPÉTUA, Guilherme M. **Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha**: a territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil contemporâneo. 2016. 370f. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente. São Paulo, 2016.

PESSÔA, Vera, Lúcia S., RAMIRES, Júlio César L. de. Amostragem em pesquisa qualitativa: subsídios para a pesquisa geográfica. *In*: MARAFON, et al (Org.). **Pesquisa qualitativa em Geografia**: reflexões teórico- conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p.117-134.

PETRELLA, A. R. A mundialização da tecnologia e da economia. **Revista de cultura Vozes**, v. 85, n.4, p. 380- 391, jul/ago. 1991.

PICTHER, M. Anne. Sobreviver à transição: o legado das antigas empresas coloniais em Moçambique. **Análise Social**, v. Xxxviii, n.168, p.793 - 820, 2003.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Tradução de Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014. 669p

POLANYI, KARL. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Tradução de Fanny Wrobel. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Compus, 2000. 337p.

PONTUSCHKA, Nidia. N. A geografia: pesquisa e ensino. *In*: CARLOS, Ana F. A. (Org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 20- 42.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. *In*: ESTHER, Ana. **Los desafios de las emancipaciones em un contexto militarizado**. CLACSO. Buenos Aires, 2006. p.151-197.

PROJETO DE CARVÃO DE MOATIZE. Estudos de Impacto Ambiental, Complexo Industrial de Moatize. Vol. II – B, novembro de 2006.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. Tradução de Gênese Andrade. **Estudos Avançados**, n.19, Dossiê América Latina, p.9-31, 2005.

RACHMAN, Gideon. **O mundo soma- zero: política, poder e prosperidade no atual cenário global**. Tradução de Cristina Yamagami. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 250p.

RAHNEMA, Majid. Global poverty: a pauperizing myth. **Interculture**, Montreal, v. XXXIV, n. 2,1991, p.1- 28.

RAIMUNDO, Inês M. Migração e HIV/SIDA em Moçambique: desafios da região centro de Moçambique. **GEOUSP-Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 29, p.43-55, 2011.

RESENFELD, David. The coal mining sector in Mozambique: a simple modo of predicting government revenue. *In*: III Conferência Internacional do IESE, Moçambique: acumulação e transformação em contextos de crise internacional, 2012, Maputo. **Anais...** Maputo: IESE, 4 e 5. set. 2012. p.1-23.

RIBEIRO, Jomara de Carvalho. A questão da Personalidade Jurídica Internacional das Empresas Multinacionais. *In*: XVI Congresso Nacional do CONPEDI, 2008, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Fundação José Arthur Boiteux, 2008. Disponível em:<http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/bh/jomara_de_carvalho_ribeiro.pdf>. Acesso em: 1 maio 2017.

RIBEIRO, José Teodorico M. de, FERREIRA, Gilda C. Mineração subterrânea de carvão X comunidade no seu entorno: um exemplo de Santa Catarina. **REM: R. Esc. Minas**, Ouro Preto, n.60, p. 459-464, set. 2007.

RIGOTTO, R. M. O "progresso" chegou. E agora? As tramas da (in) sustentabilidade e a sustentação simbólica do desenvolvimento. 2004. 315f. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. 2004.

RIO TINTO Plc. **Relatório anual 2016**. Media release. 256p.

_____.**Relatório**. First quarter 2013, operations review. Media release. 27p.

_____.**Relatório**: Rio Tinto results for the year ended 31 december 2012. Media release. 35p.

_____. **Relatório anual 2011**. Media release. 224p.

RIVERA, José A.S. A Geografia escolar no debate epistemológico e didático do mundo contemporâneo. *In*: CASTELLAR, Sônia Maria. V.; CAVALCANTI, Lana de Souza; CALLAI, Helena, Copetti. (Org.). **Didática da Geografia**: aportes teóricos e metodológicos. São Paulo: Xamã, 2012.

RODRIGUES, Yssysay D. **A Vale em Moçambique**: uma etnografia das relações entre brasileiros e moçambicanos no cotidiano dos megaprojetos. 2015. 209f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Ciências e Letras- Unesp/ Araraquara. Araraquara, 2015.

ROLAND, Manoela C. et al. Um retrato do padrão de violações de direitos humanos por transnacionais no Brasil. **Revista Ética e Filosofia Política**, Juiz de Fora, v.1, n.16, p.3-23, 2013.

RÓNA-TAS, Ákos. The first shall be last? Entrepreneurship and communist cadres in the transition from socialism. **American Journal of Sociology**, v.1, n.100, jul. p.3-48, 1994.

ROS, Marco Aurélio da. **Um drama estratégico**: o movimento sanitário e sua expressão num município de Santa Catarina. 1991. 89f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública), ENSP/FIOCRUZ. Rio de Janeiro. 1991.

ROSSI, Amanda. **Moçambique, o Brasil é aqui**: Uma investigação sobre os negócios brasileiros na África. Rio de Janeiro: Record, 2015. 405p.

RUDUIT, Sandro; SILVA, Paulo H. C. da. Terceirização nas telecomunicações: formas de ocupação e condições de trabalho. *In*: SANTOS, José Vicente T. dos, et al(Org.). **Transformações no trabalho no século XXI**. Pelotas: Educat, 2003. p.107-134.

RUSSO, Gláucia. **Procedimentos metodológicos da pesquisa**. Notas de aula para a disciplina de Metodologia do Trabalho Científico, curso de Serviço Social da UERN. Mossoró, 2012.

RYSDYK, Janaina. **A política externa chinesa para África**: Uma análise dos casos do Sudão e da Nigéria. 2010.120f. Dissertação (Mestre em Ciência Política), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2010.

SALVIANI, Roberto. **As propostas para participação dos povos indígenas no Brasil em projetos de desenvolvimento geridos pelo Banco Mundial**: um ensaio de análise crítica. 2002. 110f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social, UFRJ. Rio de Janeiro. 2002.

SANFELICE, José Luís. O modelo econômico, educação, trabalho e deficiência. *In*: LOMBARDI, J. (Org.). **Pesquisa em educação**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Caçador, SC: UnC, 2000. p.151-59.

SANTOS, Douglas. Uma cartografia para o imperialismo. *In*: A barbárie do imperialismo. **PUC viva Revista**, São Paulo, p.7-13, 2013.

SANTOS, Joelma C. dos.; PESSÔA, Vera Lúcia S. A pesquisa de campo nos canaviais do Oeste Paulista: o universo dos trabalhadores entre a "estrutura de ser e a exploração do seu "ser". *In*: RAMIRES, Júlio C. de, PESSÔA, Vera Lúcia S (Org.). **Geografia e Pesquisa Qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009. p.123-138.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.125p.

_____. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: EdUSP, 2002. 285p.

_____. **Espaço e Método**. 4.ed. São Paulo: Nobel, 1997. 88p.

SAQUET, Marcos A. Reflexões sobre o conceito de território e suas relações com os estudos de cultura e identidade. *In*: COSTA, Benhur P. da, HEIDRICH, Álvaro, L e PIRES, Cláudia Luisa Z (Org.). **Maneiras de ler**: geografia e cultura. Porto Alegre: Imprensa Livre: compasso Lugar cultura, 2013. p. 21-67.

_____. **Os tempos e os territórios da colonização**. Porto Alegre: EST, 2003.

SARAIVA José Flávio S. Política exterior do governo Lula: o desafio africano. **Revista brasileira política internacional**, n. 45, p. 6-25, 2002.

_____. A África no ordenamento internacional do século XXI: uma interpretação brasileira. **Anos 90**, Porto Alegre, v.15, n.15, p.75 -106, jul. 2008.

SARTOR, Douglas Gava B de. **A saúde dos trabalhadores das minas de carvão da região carbonífera de Criciúma**: uma abordagem qualitativa. 2006. 87f. Trabalho (Graduação em Medicina) de conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2006.

SCHIFFMAN, L. E KANUK, L. **Comportamento do consumidor**. 6. ed. Florianópolis: LTC Editora, 2000.

SCLIAR, C. **Geopolítica das minas do Brasil**: a importância da mineração para a sociedade. Rio de Janeiro: Revan, 1996. 187p.

SCHOPF, J. M. A definition of coal. **Economic geology**, v.51, p.521-527, 1956.

SCOTTO, Gabriela. **Estados nacionais, conflitos ambientais e mineração na América Latina**. In: 4º Seminário de pesquisa do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal Fluminense, 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio Janeiro: UFF, 2011. p.1-16.

_____. Argentina: La montaña sigue em pie gracias a su gente. In: MALERBA, Juliana (Org.). **Diferentes formas de dizer Não**: Experiências internacionais de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral. FASE: Rio de Janeiro, 2014. p.30-52.

SEILLIGMAN-SILVA, Edith. Psicopatologia e Psicodinâmica no trabalho. In: MENDES, Renê. **Patologia do Trabalho**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2005. p.287-310.

SELEMANE, Thomas. Reassentamentos: viabilizar projetos extrativos, empobrecendo as comunidades. **Capital e conflitos no meio rural**, Mesa redonda do Observatório do Meio Rural (OMR). Maputo, 2016. 4p.

SEM, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta; revisão tec. Ricardo Doninelli Mendes. 3. reimp. São Paulo: Companhia das letras, 2010. 461p.

SERPA, Ângelo. O trabalho de campo em geografia: uma abordagem teórico-metodológica. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p.7-24, jul. 2006.

SERRA, Carlos. **Cólera e catarse**: infra-estruturas sociais de um mito nas zonas costeiras de Nampula (1998-2002). Prefácio de Joseph Hanlon. Maputo: Imprensa universitária, UEM, 2002. 110p.

SEQUEIRA, Paulo. **Obliterações da Companhia de Moçambique (1892-1942)**: estudo de marcofilia. s/d. 21p.

SIGAUD, Lygia. O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais. In: Maciel, Tânia (Org.). **O Ambiente Inteiro**. A Contribuição Crítica da Universidade à Questão Ambiental. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992. p. 43-58.

SILVA, Alberto da Costa e. **Um rio chamado atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África**. Apresentação Monolo Florentino. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 2011, 206p.

SILVA, João G. Corrêa da. **Métodos de Pesquisa Científica**. Boletim técnico nº 8, Editora e gráfica universitária. Universidade Federal de Pelotas, 2005. Disponível em: https://www.academia.edu/3073220/Pesquisa_Experimental. Acesso em: 3.jul. 2015.

SILVA, Juliana R. **Homens de ferro: os ferreiros na África central no século XIX**. 2008. 165f. Dissertação (Mestrado em História Social) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

SILVA, Sueli S., SAQUET, Marcos A. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 2, n.18, p. 24-42, 2008.

SILVA, Vicente de Paulo da. **Efeitos sócio-espaciais de grandes projetos em Nova Ponte-MG: reorganização do espaço urbano e reconstrução da vida cotidiana**. 2004. 220f. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências/Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2004.

SILVA, V. E. F. **O desgaste do trabalhador de enfermagem: estudo da relação trabalho de enfermagem e saúde do trabalhador**. 1996. 289f. Tese (Doutorado em Enfermagem), Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1996.

SILVA, William F. da. **Da agroindústria canavieira ao setor sucroenergético em Goiás: a questão técnico-gerencial e as estratégias de controle fundiário**. 2016. 253f. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós- Graduação do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás. Goiânia. 2016.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1988. 249p.

SOARES, M. **Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento**. Brasília: INEP/MEC, 1989.

_____. As pesquisas nas áreas específicas influenciando o curso de formação de professores. **Cadernos ANPED**, n. 5, set. 1993.

SOUZA CRUZ, João J. de. Enigma de uma colônia virtual: África Oriental portuguesa (vulgo Moçambique). **Revista Militar**, Lisboa, n. 2482, p.1-82, nov. 2008.

SOUZA-SANTOS, Boaventura Sousa de. **Moçambique: a maldição da abundância?** Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?%2FColuna%2FMocambique-a-maldicao-da-abundancia-%2F26864>> Acesso em: 27. jul. 2016.

_____. A crítica da governação neoliberal: o fórum social mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.72, p. 7-44, out. 2005.

SORJ, Bernardo. Modos de produção e imperialismo: modelos alternativos. *In*: SORJ, B, CARDOSO, Fernando H e FONT, Maurício (Org.). **Economia e movimentos sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 64-113.

SPENCE, Michael. **Os desafios do futuro da economia**: o crescimento econômico mundial nos países emergentes e desenvolvidos. Tradução de Leonardo Abramowicz. Rio Janeiro: Elsevier, 2011. 250p.

STACH, E. **Coal petrology**. 2. ed. Berlim: Gebruder Borntraeger. 1975. 428p

STAVENGAGEN, Rodolfo. Indigenous peoples: land, territory, autonomy, and self-determination. *In*: ROSSET, Peter, PATEL, Raj e COURVILLE, Michael (Edit.). **Land promised**: competing visions of agrarian reform. New York: Food first book, 2006. p. 208-217.

STEDILE, João P. Tendências do Capital na agricultura. *In*: STEDILE, João P. (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p.19- 38.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Geografia e trabalho de Campo**. Ijuí: Editora da UNIJUI, 2002.

SVAMPA, Maristella, ANTONELLI, Mirta A. Hacia una discusión sobre la megaminería a cielo abierto. *In*: SVAMPA, Maristella, ANTONELLI, Mirta A (Edit.). **Minería transnacional, narrativas del desarrollo y resistencias sociales**. Buenos Aires: Biblos, 2009. p.51-101.

TAÍMO, Jamisse U. **Ensino superior em Moçambique**: história, política e gestão. 2010. 229f. Tese (Doutor em Educação) Programa de Pós- Graduação em Educação da UNIMEP. Piracicaba, São Paulo. 2010.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. Territórios em disputa e movimento territorial do trabalho e da classe trabalhadora. **Revista pegada**, v.14, n.2, p.1- 24, dez. 2013.

_____. As correntes teóricas na geografia agrária brasileira (uma contribuição à crítica teórica sem a prioris), **Terra Livre**, São Paulo, v.2, n.35, p.35-52, 2010.

_____. **Por trás dos canaviais, os "nós" da cana**: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002. 388p.

_____. Por uma geografia do trabalho. *In*: IV Colóquio Internacional de Geo Crítica, 2002, Barcelona. **Anais...** Barcelona, 27 a 30 de maio de 2002.

THOMPSON, Edward P. **Tradición, revuelta y consciencia de clase**: estudios sobre la crise de la sociedad preindustrial. Prólogo de Josep Fontana. Barcelona: Editorial crítica, 1989. 158p.

THUKRAL, Enakshi G. Displacement and protecting the rights of children. *In*: MEHTA, Lyla (Edit.). **Displaced by development**: confronting marginalisation and gender injustice. New Delhi: Sage publications India, 2009. p. 80-102.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Editora Atlas, 2009. 175p.

TURATO, Egberto R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico- qualitativa: construção teórico- epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas**. Petrópolis: Vozes, 2003.

TURTON, David. Refugees and "other forced migrants". *In: Workshop on settlement and resettlement in Ethiopia*. UN Emergenceny Unit for Ethiopia and the Ethiopian Society of sociologist, 2013, Addis Abba. **Anais...** Addis Abba: Working paper, 2013. p.1- 22.

TURRA NETO, N. Metodologias de pesquisa para o estudo geográfico da sociabilidade juvenil. **RA'EGA**, Curitiba, v. 23, p.340-375, 2011.

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE (UEM). Departamento de História. **História de Moçambique: primeiras sociedades sedentárias e impacto dos mercadores (200/300-1886)**. Vol. 1. Maputo: UEM – Livraria Universitária, 1988.

UNCTAD. **Transnational Corporations Statistics**. Disponível em: <<http://www.unctad.org/templates/Page.asp?intlItemID=3159&lang=1>> Acesso em: 15. fev. 2017.

UNESCO. **Síntese da coleção História geral da África: pré-história ao século XVI**. Editado por Valter Silvério Roberto. Brasília: MEC, UFScar, 2013. 744p.

_____. **História geral da África VIII: África desde 1935**. Editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. Brasília: Unesco, 2010. 1272p.

UNITED NATIONS. **Code of Conduct on Transnational Corporations Draft**. New York. Comission on Transnational Corporations: Report on the Special Session. march and May, 1983, 20p.

VAINER, Carlos Bernardo. Conceito de "atingido": Uma revisão do debate. *In: ROTHMAN, Franklin D. Vidas Alagadas - Conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens*. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008. p.39-63.

_____. O que é o "Grande Projeto"? Características econômicas, territoriais, políticas e sociais. *In: SEMINÁRIO GRANDES OBRAS E MIGRAÇÕES*, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Serviço Pastoral dos Migrantes, 2011. p. 33- 45.

_____. Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v.9, n.1, p. 9-23, maio. 2007.

VAINER, C. B.; ARAÚJO, F. G. B. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VALE. **Produção da Vale no 2T17**. Rio de Janeiro. Departamento de Relações com investidores. 2017, 19p.

_____. **Produção da Vale no 4T16**. Rio de Janeiro. fev. 2017. 25p.

_____. **Relatório de produção do 3T11**. Rio de Janeiro. out. 2011. 12p.

_____. **Relatório de produção de 2013 e 4T13**. Rio de Janeiro. fev. 2014. 14p.

_____. **Relatório de produção de 2014 e 4T14**. Rio de Janeiro. fev. 2015. 17p.

_____. **Nota de esclarecimento da Vale**. Moatize. Assessoria de Imprensa, Mídias Digitais e Conteúdos Estratégicos. 29. abr. 2014. 3p.

_____. **Plano de mobilidade para as ferrovias da CDN, CEAR, CLN e VLL no âmbito do projeto corredor Nacala**. Julho, 2015, 55p.

_____. **Coleção Nossa história**. Departamento de comunicação corporativa. Rio de Janeiro. 2012, 350p.

VASCONCELOS, Lopo. Contribuição para o conhecimento dos carvões da bacia carbonífera de Moatize, província de Tete, República de Moçambique. Volume I. 1995. 216f. Tese (Doutorado em Geologia) Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Porto, 1995.

_____. **Geologia do Carvão**. Maputo: UEM Editora. Universidade Eduardo Mondlane, Departamento de Geologia, 2005.

VICENTE, José G. Direito a terra e ao território em Moçambique no período colonial e após a independência. *In*: MIRANDA, Susana M; RODRIGUES, Bárbara D., SERRÃO, José V (Edit.). **Direitos de propriedade, terra e território nos impérios ultramarinos europeus**. Lisboa: CEHC, ISCTE- IUL, 2014. p. 292- 303.

VIEIRA, Luciana Gonçalves de Mattos. **Moçambique sob o signo da globalização: transformações políticas e econômicas (1994-2004)**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Relações Internacionais, Brasília, 2005.

VISENTINI, Paulo F. **As revoluções africanas**: Angola, Moçambique e Etiópia. São Paulo: editora UNESP, 2012, 187p.

_____. South - South Cooperation, prestige diplomacy or "soft imperialism"? Lula's Government Brazil- Africa relations. **Século XXI**, Porto Alegre, v.1, n.1, p.65-84, jan/dez. 2010.

VÓLKOV, G N. **Fundamentos da doutrina marxista-leninista**. Tradução de I. Chaláguina. Moscovo: Edições Progresso, 1984. 317p.

WET, Chis de. **Development-induced displacement**: Problems, Policies and People. Studies in forced Migration, v.18, s.l. : Berghan Books. 2006.

WHITE, D. Steven. **Blog all things marketing**. Disponível em: <<http://dstevenwhite.com/2012/08/11/the-top-175-global-economic-entities-2011/>> Acesso em: 17 maio 2017.

WOOD, Ellen M. **Império do capital**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014. 151p.

WORLD BANK. **ANUAL REPORT FOR 2015**. Washington DC. 2015, 67p.

WORLD COAL ASSOCIATION. **Coal energy for sustainable Development**. United Kingdon. 2012. 40p.

WORLD ENERGY COUNCIL. **Coal 2016**. World energy resources. 2016. 75p.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Managing the public health impacts of natural resource extraction activities**: a framework for national and local health authorities. Discussion paper. 2010. 54p.

____. **WHO air quality guidelines for particulate matter, ozone, nitrogen dioxide and sulfur dioxide**: global update 2005, summary of risk assessment. 2005. 22p.

WUYTS, Marc. Economia Política do colonialismo Português em Moçambique. **Estudos moçambicanos**. CEA, p. 9 - 22, 1980.

WYNNE, B. "Elefantes nas salas" onde os públicos encontram a "ciência"? Uma resposta a Darrin Durant, refletindo sobre a expertise: Wynne e a autonomia do público leigo. **Revista Antropológica**, n. 36, p. 83-110, 2014.

XIONG, Yi. O papel dos mega projetos e o seu peso no emprego e no crescimento. *In*: ROSS, Doris C (Coord.). **Moçambique em Ascensão**: construir um novo dia. Washington, DC: Fundo Monetário Internacional, 2014. p.29-39.

YAGER, Thomas. **2012 minerals yearbook**: The mineral industry of Mozambique. U.S. Department of the interior. may 2015. 7p.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução de Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 205 p.

ZHOURI, André, LASCHEFSKI, Klemens. Conflitos ambientais. *In*: ZHOURI, A., LASCHEFSKI, K (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**: um novo campo de investigação. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2010. p.1-10.

ZHOURI, Andréa, OLIVEIRA, Raquel. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. X. n.2, p.119-135, jul/dez. 2007.

ZOLA, Émile. **Germinal**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

ZONTA, Marcio. Efeitos nefastos da mineração. **Brasil de Fato**. abr. 2011.